

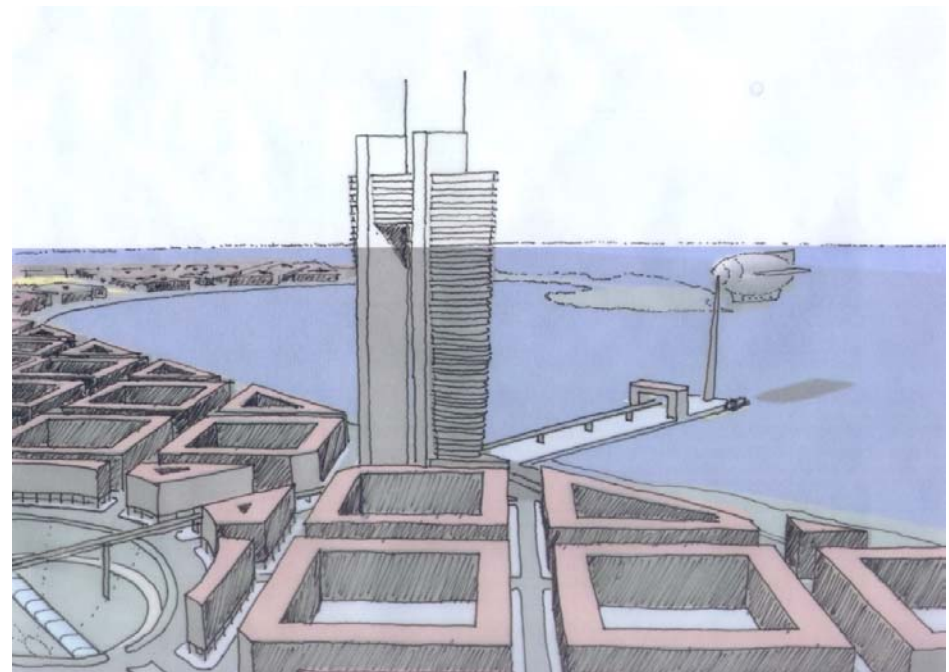
**PROURB – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM URBANISMO**

FAU - UFRJ

**TÍTULO: PROJETO, IDEOLOGIA E HEGEMONIA,
em busca de uma conceituação operativa para a cidade
brasileira**

Autor: Pedro da Luz Moreira

Orientador: Pablo Benetti



PROJETO, IDEOLOGIA E HEGEMONIA, em busca de uma conceituação operativa para a cidade brasileira

Autor: Pedro da Luz Moreira

MOREIRA, Pedro da Luz,

PROJETO, IDEOLOGIA E HEGEMONIA, em busca de uma conceituação operativa para a cidade brasileira – Rio de Janeiro, PROURB, FAU/UFRJ 2007

Orientador: Pablo Benetti

Tese (Doutorado em Urbanismo) – fau/ufrj/prourb 2007

Bibliografia

1.Ideologia, 2.Hegemonia, 3.Projeto, 4.Crítica operativa, 5.Cidades, 6.Alteridade, 7.Moderno, 8.Contemporâneo, 9.Urbano, 10.Arquitetura

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Urbanismo.

Aprovada por:

Orientador Professor Doutor Pablo Benetti

Professor Doutor José Carlos Brandão UFPE

Professor Doutor Gerônimo Leitão UFF

Professor Doutor Roberto Segre

Professor Doutora Denise Pinheiro Machado

| | | | |
|--|------------|--|------------|
| ÍNDICE | | | |
| AGRADECIMENTOS E APRESENTAÇÃO | 06 | | |
| 1.A IDEOLOGIA E HEGEMONIA NO CAMPO DO PROJETO | 22 | | |
| 1.1. A questão da ideologia | 22 | | |
| A. O desenvolvimento histórico do termo ideologia | 24 | | |
| B. Ideologia, hegemonia e projeto | 32 | | |
| C. A crise do pensamento hegemônico | 38 | | |
| D. A ideologia da civilização | 53 | | |
| E. A ideologia da modernidade | 61 | | |
| 1.2. A idéia de cidade | 69 | | |
| A. O que é a cidade na contemporaneidade | 69 | | |
| B. A cidade como ideologia | 79 | | |
| C. A cidade na era da cultura de massas | 87 | | |
| D. A cidade-civilização/habitação | 99 | | |
| 2 A IDÉIA DA CIDADE CONTEMPORÂNEA | 109 | | |
| 2.1. Os teóricos | 112 | | |
| A. Françoise Choay - progresso e cultura | 112 | | |
| B. Kevin Lynch - leitura e intervenção | 118 | | |
| C. Christopher Alexander - projeto e conflito | 122 | | |
| D. <i>Tendenza italiana</i> - a retomada da razão | 126 | | |
| E. Collin Rowe e a perda de sentido da história | 137 | | |
| F. Peter Eisenman e a abstração | 142 | | |
| G. Rem Koolhaas e a superficialidade do <i>zapping</i> | 148 | | |
| H. Álvaro Siza e a reconstrução do ofício | 157 | | |
| 2.2. Exemplos emblemáticos de projetos urbanos | 167 | | |
| A. Bolonha | 171 | | |
| B. Docklands, Londres | 177 | | |
| | | C. Barcelona | 183 |
| | | D. Berlim | 194 |
| | | E. Puerto Madero, Buenos Aires | 203 |
| | | F. Los Angeles | 208 |
| | | 3.A IDÉIA DA CIDADE CONTEMPORÂNEA NO BRASIL | 219 |
| | | 3.1. Os teóricos | 221 |
| | | A. Lucio Costa - ética e ofício | 221 |
| | | B. Vilanova Artigas - a reclusão na arquitetura | 237 |
| | | C. Carlos Nelson dos Santos - o jogo e o projeto | 253 |
| | | D. Elvan Silva - classicismo e projeto | 258 |
| | | E. Carlos Antônio Leite Brandão - hermenêutica e projeto | 277 |
| | | 3.2. Exemplos emblemáticos de atuação no Brasil | 297 |
| | | A. Rio de Janeiro | 300 |
| | | B. São Paulo | 318 |
| | | 4.INQUIETUDES DO PROJETO CONTEMPORANEO | 338 |
| | | 4.1. Uma Revisão do pensamento das disciplinas | 342 |
| | | A. A contribuição do pensamento internacional. | 342 |
| | | B. A contribuição do pensamento nacional. | 353 |
| | | 4.3. Uma proposta de agenda para o projeto | 369 |
| | | A. A questão da ideologia | 370 |
| | | B. A questão da hegemonia | 372 |
| | | B.1. A hegemonia do Mercado | 373 |
| | | B.2. A hegemonia da Alteridade | 378 |
| | | B.3. A hegemonia do Moderno | 387 |
| | | C. A questão da habitação | 395 |
| | | D. A questão da cidade-civilização | 402 |
| | | 5.BIBLIOGRAFIA | 414 |

Resumo:

A presente tese de doutorado pretende entender como idéias gestadas no campo arquitetônico e urbanístico materializam-se em aspirações gerais a partir das categorias de ideologia e hegemonia. O trabalho parte da compreensão de que, no desenvolvimento histórico concreto, o sistema de idéias gerado no campo específico da arquitetura e da urbanística volta e meia consegue conquistar o metabolismo social geral, transformando-se em ideal generalizado. Este esquema de operacionalização das idéias permanece instalado no mundo contemporâneo, apesar de ser identificada uma maior volatilidade em seu funcionamento. Nessa forma de encarar o processo de disseminação das idéias do campo da arquitetura e da urbanística, faz-se presente uma clara estratégia que visa sensibilizar a sociedade em geral para o problema de seu habitat. Entende-se aqui a cidade ou o urbano como produtor de uma série de propostas concretas, já instaladas e em funcionamento, que operam como antecipações imperfeitas de nosso futuro. Parte-se do pressuposto de que há uma perda significativa da importância e da relevância do campo arquitetônico-urbanístico no seio da sociedade em geral, que foi provocado pelo próprio discurso teórico das disciplinas, que deixaram de conquistar e colonizar o interesse mais amplo da população. Propõe-se então duas estratégias para a

retomada da simbiose entre as disciplinas e a sociedade: uma, de longo prazo baseada, na idéia de cidade-civilização; outra, no prazo mais imediato, centrada no tema da habitação. Supõe-se que as proposições sugeridas na reflexão da cidade-civilização e da retomada da questão da habitação como tema central poderão contribuir de forma significativa para a recuperação da importância da arquitetura e da urbanística no interior da sociedade como um todo. Identifica-se, nestas estratégias, uma capacidade de reessencializar o ofício da arquitetura e do urbanismo, retomando-se uma contaminação profícua entre projeto e sociedade. Assim, procura-se entender o que foi o desenvolvimento dos sistemas de pensamento arquitetônico-urbanístico a partir da década de 60, quando se percebe a supressão da relação entre vanguarda e militância, recolocando a questão da proporção entre qualidade e quantidade na produção da cidade geral. Essa revisão segue, na verdade, duas vertentes: de um lado, o sistema de idéias gestados por agentes específicos; de outro, o desenvolvimento de projetos urbanos concretos. Ao final, almeja-se construir uma agenda propositiva para o projeto da cidade contemporânea, que dê conta da enorme volatilidade de conceitos vivenciada em nossas sociedades.

Abstract

This dissertation investigates the present interaction between projects generated in the field of architecture/urban planning and society as a whole, here discussed from the perspective of studies of ideology and hegemony. From time to time ideas generated specifically in the field of architecture and urban planning manage to galvanize the metabolism of society as a whole so as to become part of a generalized ideal. Nowadays such schemes of operationalization of ideas persist, although these are in the contemporary world subjected to much greater ideological volatility. The process of dissemination of ideas originated in the fields of architecture and urban planning strategically draws the attention of society as a whole to the issue of people's habitat. The urban dimension appears as the generator of concrete propositions that already exist and function taken to be imperfect anticipations of our future. It is assumed that there has been a significant loss of relevance of the field of architecture and urban planning within society as a whole, and such loss has been caused by the theoretical discourse within these disciplines, a discourse that has failed to conquer and colonize a wider popular interest. Two strategies are proposed to reestablish the symbiosis between these disciplines and society. One is a long-term response based on the idea of city-civilization and the other,

conceived in more immediate terms, focuses on the issue of housing. The propositions suggested here, of the city as civilization and the need to return to the centrality of the issue of housing, play a prominent role in the recovery of the importance of these fields before society as a whole. These strategies can bring new meaning to Architecture and Urban Planning as professions by enhancing the mutual contamination between projects and society. In order to advance critically toward this objective, in this dissertation we review the development of systems of thought in architecture and urban planning since the 60s, when we see the end of the strict relationship between avant-garde and militancy, repositioning the issue of a proportion between quality and quantity in the production of the generic city. The review follows two paths, surveying systems of ideas originated by specific agents, and the concrete implementation of urban projects. Finally this dissertation suggests a series of propositions to the contemporary city that can handle the enormous volatility of concepts that societies experience nowadays.

Agradecimentos

Uma tese de doutorado é um esforço solitário, durante o qual somos constantemente visitados, ou melhor, assaltados pela insegurança. Esse caminho, marcado pela imensa quantidade e diversidade de informações a que hoje temos acesso, volta e meia fica embaçado, perdendo seu caráter operativo e enveredando por uma erudição paralisante. Neste contexto é que devem ser inseridos os contatos e apoios recebidos, uma ampla rede de pessoas e pensamentos que impulsionaram minha ação. Devo muito, ao longo destes quatro anos de percurso, a este conjunto de acadêmicos, profissionais, amigos e parentes que, de várias maneiras, se aproximaram das reflexões que apresento aqui.

No âmbito da academia, o professor Pablo Benetti, meu orientador, merece um agradecimento especial. Sua competência e paciência foram fundamentais para que este trabalho chegasse a termo. Suas colocações e questionamentos foram sumamente importantes para que as idéias aqui articuladas se materializassem dentro de mim, de uma forma cada vez mais clara e consciente. No PROURB, os professores Roberto Segre e Denise Pinheiro Machado representaram uma referência básica e fonte de um questionamento por vezes duro, mas sempre esclarecedor. As professoras Rachel

Coutinho e Lílian Fessler Vaz, também do PROURB, contribuíram de modo decisivo em várias partes desta reflexão, sobretudo em seus momentos iniciais. À minha colega Rosane Araújo cabe um registro especial. Sua colaboração nas discussões sobre a construção de variados conceitos representou um estímulo constante para mim. Ao meu colega Luiz Felipe, que também enveredou por uma reflexão genérica, devo uma série de provocações e a certeza de que as divergências de posicionamento são invariavelmente mais produtivas do que os consensos confortáveis. Não poderia deixar de mencionar aqui os meus colegas da turma de 2003, bem como outros de turmas precedentes e subseqüentes, com os quais compartilhei minhas inseguranças e possibilidades, e que sempre se mostraram generosos e receptivos às minhas idéias.

Os meus agradecimentos são também dirigidos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, cuja bolsa garantiu um suporte financeiro fundamental. Por último, não poderia deixar de me referir aos meus alunos do curso de graduação em arquitetura e urbanismo da PUC-Rio, tanto os que assistiram às minhas aulas teóricas de urbanismo quanto aqueles a quem dei atendimento nos ateliês de projeto nos últimos quatro anos. Eles foram importantes interlocutores de idéias, então parciais e inacabadas, que acabaram se materializando nesta reflexão.

No âmbito profissional, cabe um registro muito particular ao espaço representado pelo escritório de arquitetura Archi 5 arquitetos Associados Ltda., que ajudei a construir, e que certamente constitui uma inusitada concentração de talentos no cenário brasileiro. Os cinco sócios que compõem o corpo institucional da Archi, bem como a ampla gama de arquitetos e estagiários que por lá passaram e que por lá estão, possuem um preparo operacional e uma bagagem teórica de peso. Essa marca de excelência, comprovada pela sustentabilidade do escritório ao longo dos últimos 25 anos, atesta uma determinação e constância pouco comuns no cenário nacional. Sinto, portanto, um profundo orgulho por participar desta construção e reconheço que tanto minha formação profissional quanto várias das formulações aqui presentes nasceram de nossas discussões em torno de um projeto ou de uma estratégia. Ainda no Archi 5, devo salientar a participação do meu sócio Alder Catunda, um dos arquitetos mais brilhantes de nossa geração. Ele acompanhou de perto minhas angústias e incertezas, intervindo sempre de forma precisa e determinada. Nossas discordâncias e divergências, que não são poucas, ajudaram a construir grande parte dos pensamentos aqui expressados. Finalmente, ainda no âmbito profissional, cumpre destacar a colaboração da arquiteta Renata Semin, do escritório Piratininga de São Paulo. Sua presteza em providenciar o envio de precioso material desta cidade para o Rio de

Janeiro esclareceu, corrigiu e conferiu precisão à muitas das minhas Intuições iniciais com relação à arquitetura paulista. Por último, gostaria de mencionar a inestimável contribuição de Sérgio Lamarão, leitor e revisor final desta tese, que com suas sugestões e correções sempre precisas, me ajudou nas infindáveis possibilidades de nossa língua.

No âmbito familiar, meus pais e meu núcleo familiar mais próximo desempenharam, certamente, um papel fundamental. Meu velho pai, Luis Carlos, apesar de sua saúde frágil, mostrou-se sempre disposto a ler os meus incompletos rabiscos e idéias, sugerindo leituras e novos e preciosos caminhos. Na verdade, porém, sua presença nestas páginas é muito anterior. Sua constante doutrinação, desde a minha mais tenra infância, sobre a importância da leitura para a descoberta de si mesmo e do outro perpassa toda esta reflexão. Sua cética atitude machadiana de desconfiança, acima de tudo da natureza humana, foi inoculada nas minhas crenças juvenis num futuro humano mais equilibrado. Minha querida mãe, Verinha, também marca presença neste trabalho. Sua determinação e constância diante das maiores adversidades representaram para mim um indício evidente de confiança inabalável, não só em mim, mas na vida de uma maneira geral. Sua maneira elegante e esguia de se dissimular pelo meio dos pensamentos mais complexos,

procurando reduzi-los ao nosso cotidiano corriqueiro, é também uma forte presença nesta reflexão. Meu primo, o economista Rogério Campello, companheiro desde a adolescência, com quem travei intensas polêmicas que abarcavam um horizonte muito mais amplo do que o da tese, foi um importante leitor e interlocutor, apontando, com sua erudição, as inconsistências de minhas rápidas e precipitadas conclusões. Meu irmão mais novo, Paulo, ilustre professor de literatura comparada em Yale, na distante New Heaven, Estados Unidos, fez comentários preciosos no início desta caminhada, que determinaram muito de sua configuração. Minha mulher, Mônica, também arquiteta, foi certamente a principal responsável pela viabilização desta tese. Seu apoio logístico permitiu que o funcionamento familiar fosse mantido, garantindo o atendimento de suas necessidades mais elementares e possibilitando uma tranquilidade inestimável ao ambiente doméstico. A base operacional foi, muitas vezes, complementada por comentários extremamente pertinentes sobre as idéias aqui expressas. Mas são os meus filhos Daniel e Felipe que merecem os meus agradecimentos mais profundos. Se as minhas prolongadas ausências ao longo de todo este trabalho foram, por um lado, motivo de muita saudade, por outro ampliaram a consciência da minha responsabilidade. Daniel, o mais velho, já participa de algumas das preocupações aqui delineadas. Com a independência característica

das novas gerações, tanto com relação ao habitat humano, quanto com relação ao seu impacto sobre nosso planeta, causou-me muitas vezes agradáveis surpresas por suas observações antecipadamente maduras. Felipe, o mais novo – e que possui uma grave enfermidade, o autismo – está igualmente presente nestas páginas. Graças a ele, tenho hoje a certeza, única e inabalável, de que a diversidade é a mais importante conquista da humanidade neste início de século XXI. Sua presença discreta e seu carinho incondicional durante as minhas ansiosas formulações contribuíram, certamente, para que eu me sentisse cada vez mais responsável pelas opiniões aqui emitidas.

Apresentação:]

A presente reflexão insere-se na área da teoria do projeto de arquitetura e da urbanística, considerando estes dois campos como uma unidade inseparável, enfoque que, certamente, contribui para a construção da excelência de ambas. Nosso trabalho, portanto, não envereda pelo caminho da separação entre essas duas esferas de atuação presentes na formação do arquiteto, por considerar correta a vertente genérica que norteou a disciplina no Brasil, refratária à especialização. Baseadas na crença da impossibilidade de separação entre edifício e cidade para a produção do habitat humano, nossas escolas de arquitetura conferem ao aluno o diploma de arquiteto e urbanista,. Se a arquitetura envolve, invariavelmente, a apropriação externa, a aproximação, a relação exterior e interior etc., o urbanismo, por sua vez, abrange os complexos gradientes existentes entre as esferas pública e privada, sociabilidade e intimidade, sistemas de infra-estruturas e localizações concretas etc. Os melhores arquitetos são aqueles que compreendem a dinâmica da cidade, assim como a excelência urbanística só é obtida pelos profissionais que entendem os complexos processos envolvidos nos objetos arquitetônicos.

É, portanto, a partir da perspectiva dessa junção que esta reflexão se movimenta, buscando entender os processos de geração e da gênese do objeto, materializado no projeto, seja ele arquitetônico ou urbanístico. É igualmente com base nela que esta tese adota os procedimentos necessários à obtenção da formulação e da síntese, que, na verdade, se constitui de uma série de documentos que representam um objeto que ainda não existe, a obra, quer seja ela uma casa, um bairro ou uma cidade. A obra está materializada num conjunto de documentos que a representam e tencionam antecipar sua problematização. Com efeito, esses documentos registram e representam possibilidades e articulações de variados agentes, que auxiliam o arquiteto em sua caminhada. O projeto é, por conseguinte, a representação de um objeto que ainda não existe por meios analógicos – plantas, cortes, fachadas, especificações e orçamentos – que constituem articulações variadas entre agentes diferenciados.

A disciplina da arquitetura e do urbanismo é composta, historicamente, por uma teoria da excelência do objeto, que avalia e analisa os exemplares construídos e a construir, e por um outro ramo, que estuda a gênese, a concepção deste mesmo objeto. O presente trabalho situa-se no segundo campo, o do estudo da gênese do objeto arquitetônico e urbanístico, pretendendo entender

como a disciplina dialoga com a sociedade, colonizando-a e sendo por ela colonizada. O projeto, tal como se constituiu contemporaneamente, deve ser visto como a forma básica de operar do arquiteto. Nele são colocadas demandas de ordem pragmática (programa), de ordem do contexto (terreno, cidade, região etc.), de ordem da herança cultural (formas de construir, inserção num movimento cultural geral etc.) e de ordem dos recursos disponíveis (orçamento, sustentabilidade, etc.) que o arquiteto manipula e, posteriormente, oferece uma resposta concreta. Esse *modus operandi* particular, que tem a pretensão de reunir crítica e operatividade, está estruturado numa forma de análise que não se restringe a um procedimento descritivo, mas sim que se arrisca pela dimensão propositiva. É exatamente a combinação de crítica e operatividade que constitui o objetivo essencial desta reflexão. Há, pois, uma constante busca pela operacionalidade, que, na verdade, não encontra qualquer contradição com a vertente crítica, que representa, ao final, a pretensão maior do projeto.

O desenvolvimento da conceituação do projeto arquitetônico e urbanístico, tal qual ele foi possível, remete a três momentos históricos específicos – o Renascimento, o Iluminismo e o Modernismo –, responsáveis pela construção de uma determinada inércia ou fixação concreta do *modus operandi* dos arquitetos. O

Renascimento contribuiu com a proposta de junção da crítica com a operatividade, expressa no projeto albertiano de reunião de uma arte liberal com uma mecânica. O Iluminismo, por seu turno, estruturou as disciplinas em aparelhos ideológicos concretos, as escolas de belas artes e as politécnicas, que conformaram dois campos específicos nos quais o ensino da arquitetura se desenvolvia entre a teoria e a prática. Já o modernismo, impulsionado pela explosão das cidades industriais, trouxe para as disciplinas um compromisso ético, que envolvia uma sintonia entre operatividade e sociedade. Durante o século XX, juntamente com uma certa canonização do estilo moderno, ocorreu um forte questionamento dos limites da ciência, da sua autoridade e da sua objetividade. Nesse século, as bombas de Hiroshima e Nagasaki representam o momento em que a pseudo-objetividade da ciência foi desmascarada, revelando como ela encontrava-se presa à experimentação alienante e rejeitando uma visão ontológica da realidade humana. Emerge daí uma visão histórica não linear, de constante vigília diante dos perigos do próprio desenvolvimento, que deixa de ser um vetor linear e de significar necessariamente progresso. Desponta a consciência da inserção humana num cosmos natural, no qual as transformações artificiais a ele inerentes devem buscar uma nova forma de convivência com as esferas da biodiversidade. A filosofia passa a representar essa construção capaz de reconfigurar a dimensão

histórica do agir humano, buscando a consciência da ação na unidade entre a teoria e a prática. Conforme salienta Gadamer:

E num gesto histórico de reviravolta do jogo de métodos, a Ciência praticamente esqueceu-se do homem – protagonista do conhecimento e da ação –, criando um monstro mitológico que ela mesma não é capaz de dominar: o complexo ciência tecnologia. A não ser que ela peça auxílio a quem anteriormente abandonou como companheira inútil: a filosofia.¹

Contemporaneamente, verificam-se um abandono dos discursos legitimadores da arquitetura e da urbanística a partir da técnica e, paralelamente, a emergência de aspectos simbólicos e expressivos, valorizando-se a teoria e a pesquisa acadêmica. A arquitetura e a urbanística, em virtude da sua posição particular no conjunto das artes, acabam tentando reconstruir a ponte entre teoria e prática, ciência e filosofia, chegando, assim, a uma ética da prática. A importância do papel das disciplinas é dada tanto por sua vertente filosófica, fundada no distante Renascimento, quanto por sua vinculação com o mundo da operatividade. As disciplinas [OK] passam a ser contaminadas por uma série de outros ramos do saber, que pretendem embasar sua auto-crítica. A cultura, a

¹ GADAMER, Hans Georg, *Elogia de la teoria*. Barcelona: Península, 1993, p. 23, *apud* MIRANDA, Juliana Torres, “Teoria e prática no ensino da arquitetura: disjunções e congruências”. In: *Interpretar arquitetura*, n. 4

sociologia e a filosofia atuam no sentido de promover um distanciamento capaz de reconstruir o elo entre consciência e operação. No entanto, é forçoso reconhecer que voltar a se conferir importância à teoria comporta um risco e esse risco tem a ver com o desenvolvimento desequilibrado de um discurso abstrato frente a uma realidade que se mantém refratária. Esse retorno pode acarretar igualmente o desenvolvimento de uma impostação teórica descasada de uma forma concreta de operar, uma conceituação que não encontra rebatimento na forma. É com essa questão em mente que Tschumi faz a seguinte advertência:

Testemunhamos cada vez mais, dentro do campo da própria arquitetura, uma divisão. Essa divisão é entre o arquiteto de "idéias", que faz um bom croquis para publicação, e as quase anônimas firmas que fazem todo o trabalho de desenho e pagam os impostos e seguros. Tal situação me preocupa porque testemunhamos uma evolução histórica em que os arquitetos se tornam cada vez mais distantes das forças que governam a produção de edifícios hoje.²

Embora no Brasil estejamos longe da situação apontada por Tschumi, precebe-se cada vez mais uma cisão entre teoria e prática no campo da arquitetura e do urbanismo. É contra esse posicionamento, que afasta os arquitetos da produção da cidade

² TSCHUMI, Bernard, *One, two, three: jump*. Londres: Academy Editions, 1995, p. 25, *apud* MIRANDA, Juliana Torres, *op. cit.*

real, que este trabalho se volta, buscando reconstruir a dimensão do ofício e da crítica como unidade inseparável. Nossa reflexão está, por conseguinte, permanentemente inserida no campo da consciência do fazer, da tentativa de operacionalizar uma forma de gerar a cidade consciente, de um constante movimento entre prática e teoria, que encontra, no projeto, uma promessa de resposta. A cidade, considerada como o ambiente por excelência da humanidade na contemporaneidade, é entendida na sua dimensão metropolitana, como uma ideologia de colonização positiva das mentalidades e das práticas do homem. Trata-se de uma representação concreta da diversidade de alteridades presentes em nossa contemporaneidade, que, a princípio, representa a possibilidade real de se atingir um cosmopolitismo, capaz de significar uma nova convivência entre uma humanidade unificada na sua diversidade.

O Capítulo 1 é aberto com uma citação de Guimarães Rosa, retirada de *Grande sertão, veredas*, cuja mensagem é que toda ação principia por uma palavra pensada, mostrando que planejamento e projeto são, no fazer humano, vivências instaladas e efetivas. Neste capítulo, são lançadas as bases teóricas que nos auxiliarão a compreender o mundo contemporâneo e a perceber como os arquitetos podem atuar de maneira a cooptar a sociedade para suas

preocupações. A idéia de crítica operativa, que a arquitetura e a urbanística carregam, traz consigo a promessa de uma conciliação integradora entre o pensar e o agir humanos, que está definitivamente instalada em nossa forma de atuar, em nossas escolas de arquitetura e em nossa maneira de fazer a sociedade compreender a importância do habitat humano.

Assim, o capítulo trata, em seu início, de ideologia e hegemonia, dois temas de matriz marxista que pretendem dar conta do processo de transformação de idéias em ação. O termo ideologia sofreu um processo particular de desenvolvimento histórico, chegando ao mundo contemporâneo dotado de uma duplicidade conceitual. Por um lado, ideologia pode ser entendida como um conjunto de crenças e idéias que orientam comportamentos e ações; de outro, como uma espécie de falsa consciência ou véu de obscurantismo, que impede a compreensão efetiva da realidade.

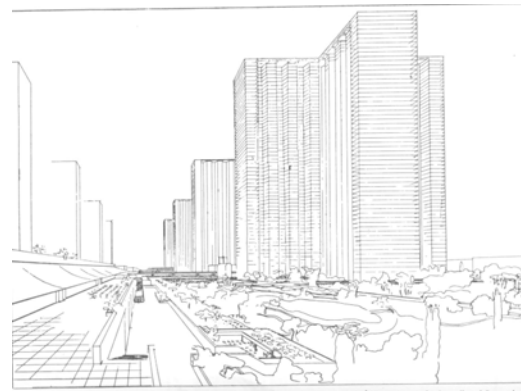
Optamos aqui, de forma clara e determinada, pela primeira caracterização, que possui um caráter mais neutro. Isso se deve à crença na retomada da possibilidade de diálogo, na qual está presente a pretensão de se restabelecer uma arena em que as idéias podem ser efetivamente debatidas, livre de preconceitos e pré-qualificações. A importância do termo ideologia remete-nos à

definição proposta pela chamada “primeira modernidade”, (expressão que se refere ao Iluminismo) do arquiteto-urbanista. Alguns teóricos da época, como Marc Antoine Laugier e Jean Nicholas Durand caracterizaram o arquiteto-urbanista como ideólogo do habitar.

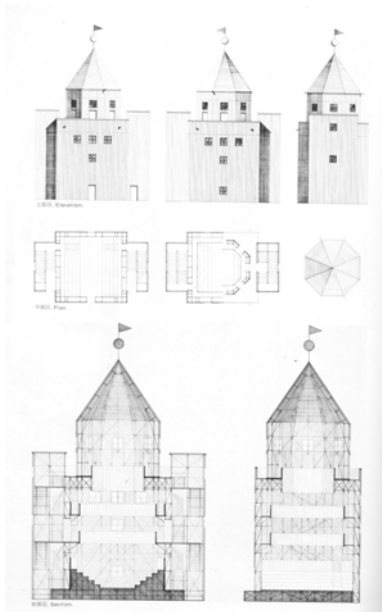
Nessa mesma perspectiva, recorremos ao conceito de hegemonia, que Gramsci, em seu sistema de pensamento, pretendia configurar claramente como uma alternativa de atuação para a ideologia marxista no interior das democracias representativas. A estratégia gramsciana partia do pressuposto de que idéias gestadas no seio de estamentos ou organizações particulares poderiam conquistar o metabolismo social³ [OK] em sua totalidade, vindo a tornar-se ideais gerais, como já acontecera nas revoluções burguesas, que inicialmente conquistaram os corações e as mentes a partir de uma cultura de atuação. A idéia de Gramsci de construção da hegemonia considera que uma determinada classe social só poderá chegar efetivamente ao poder se for capaz de transformar sua ideologia particular e restrita em aspiração geral. A hegemonia é, pois,

³ István Mészáros caracteriza o processo de gestação, absorção e manutenção da ideologia no corpo social contemporâneo como metabolismo social MÉSZÁROS, István – **Para Além do capital, para uma teoria da transição** - editora Boitempo 2002 pg94, traduzido por CASTANHEIRA, Paulo César do título original *Beyond Capital – Towards a Theory of transition* – Merlin Press Londres 1995]

caracterizada como a capacidade de determinadas ideologias conseguirem conquistar o metabolismo social, tornando-se aspirações coletivas, compartilhadas por uma variedade de comunidades. Do mesmo modo, algumas ideologias do habitar, gestadas no século XX, conquistaram a sociedade, como o modernismo corbusiano nas décadas de 40 e 50 e a revisão estruturalista de Lynch e Rossi na década de 60. A absorção, pela sociedade, dos discursos ideológicos da arquitetura e da urbanística demonstra a relevância dessa discussão para a própria disciplina.



A cidade corbusiana, uma aspiração generalizada



A revisão estruturalista, o Teatro flutuante de Rossi

Esse é o esquema geral no qual se baseou a compreensão inicial de como idéias gestadas no meio arquitetônico conquistaram o metabolismo social, tornando-se aspirações gerais que guiam a transformação do habitat humano. Havia, no entanto, um problema nesse esquema, determinado pela forma de proceder ou processar idéias do mundo contemporâneo, e que começou a emergir na década de 60. A partir desse momento, o mundo dos sistemas de pensamento tendeu a suprimir a relação entre vanguarda e militância, dando lugar a um mundo massificado, no qual os sistemas de pensamento dedicam-se permanentemente à

construção e à reconstrução de suas respectivas auto-justificações. De certa forma, no mundo contemporâneo, o esquema baseado na ideologia e na hegemonia mantinha-se operante. A única diferença era a sua volatilidade, muito mais intensa. Mais do que isso, porém, o esquema baseado na ideologia e na hegemonia possibilitava uma compreensão apurada da história mais distante, tornando-se, ao mesmo tempo, um instrumento complexo para a avaliação do nosso tempo mais aproximado. No emergente mundo pós-hegemônico⁴, devido à imensa ampliação dos meios de comunicação, não havia mais a possibilidade da construção da hegemonia por uma ideologia única, mas a convivência de ideologias variadas.

Nesse mundo, as diferentes hegemônias já não conseguem conquistar todo o metabolismo social, mas apenas uma parcela mínima. Não se pretende aqui, absolutamente, destruir essa hipótese, mas apenas destacar que ela também pressupõe a permanência de um raciocínio hegemônico, que, na realidade, escolheu a diversidade e a alteridade como os conceitos mais

⁴ O questionamento da forma de operar hegemônica inicia-se certamente com os pensadores que não vêem sentido nas ações humanas, entre os quais Friedrich Nietzsche, e segue com autores mais contemporâneos, como Michel Foucault, Jean Baudrillard, Félix Guattari e Boaventura de Souza Santos, críticos da racionalidade ocidental exclusivista, pretensa portadora de sentido e, na prática, produtora de regulação e opressão.

importantes para a humanidade contemporânea operar, situando-se, portanto, dentro da lógica de operação da hegemonia.

Nesse sentido, vale mencionar a teoria de Niklas Luhmann, de recente formulação. Luhmann, cujo primeiro livro data de 1972, define sociedade como comunicação e faz menção a sistemas de pensamento que possuem uma tendência à auto-organização e uma capacidade de se fechar em si mesmos. Segundo ele, esses sistemas demonstram um poder operacional sem par para que se possa compreender quais são as possibilidades de as idéias conquistarem o metabolismo social no mundo contemporâneo. Na verdade, esta teoria vem sendo considerada mais adequada à compreensão dos fenômenos das sociedades modernas, uma vez que a velocidade de suas mudanças subverte a questão da manutenção da ordem, até então a âncora da teoria sociológica clássica moderna. Trata-se, portanto, de entender aqui a escolha de determinados sistemas de pensamentos localizados na contemporaneidade e que ainda não podem ser considerados hegemônicos, mas que se inserem naquilo que Luhmann considera como “ruído”⁵. Capazes, em princípio, de conquistar a hegemonia,

⁵ Há, no processo de transformação de idéias em operatividade, a permanente criação da *disjunção funcional*, ou o *ruído*, ou ainda a criação e a subversão. Trata-se, na realidade, de um processo incessante de produção de novas estruturas,

esses sistemas ainda não são, contudo, utilizados socialmente numa escala que lhes assegure essa cristalização.

Uma outra questão presente neste capítulo é a proposição de cidade-civilização, idéia-força que, de certo modo, já se encontra instalada em muitas de nossas metrópoles contemporâneas e em diversos exemplos de cidades na história. A conceituação de civilização aqui utilizada é cara à sociologia e à filosofia alemãs⁶, a qual procurou também, desde a “primeira modernidade”, defini-la como uma tendência presente na humanidade, distinguindo-a do conceito de cultura. De forma muito sintética, a civilização seria uma emergência do cosmopolitismo observável na humanidade modernizada, que, acima das diferenças culturais, identificava um

capazes de definir as ações admitidas e excluídas – o sentido – que regulam as criações metabolizadas e absorvidas e as descartadas. A comunicação e o concomitante processamento de informações orientam-se em diferenças, que possibilitam a formação de temas, valores e outros objetos sociais em torno destes. Os sistemas sociais emergentes não partem de uma identidade, mas sim de uma diferença com relação ao funcionamento geral. Em todas as experiências da vida social encontra-se sempre uma diferença primária: a diferença entre o que efetivamente ocorre e aquilo que a partir daí é possível acontecer (cf. LUHMANN, Niklas. (1984), *Soziale Systeme – Grundriss einer allgemeinen Theorie* - Frankfurt] 1984, p. 187, *apud* STOCKINGER, Gottfried, “Sistemas Sociais – A teoria sociológica de Niklas Luhmann” In: *Pré-Textos*, www.facom.ufba.br

⁶ Ver a esse respeito, KANT, Emmanue – **A idéia de uma história de um ponto de vista cosmopolita** – editora Martins Fontes São Paulo(2004), traduzido por NAVES, Rodrigo *Idée zu einer allgemeinen Geshichte in weltbürgerlicher absicht*, e ELIAS, Norbert O processo Civilizador – 2 vol. Editira Jorge Zahar (1993) Traduzido por JUGMANN, Ruy de Über den Prozess der Zivilisation 1939.

homem que compartilhava aspirações comuns. Por conseguinte, por detrás do conceito de civilização está colocada a idéia da repressão de instintos animais humanos para a consecução de um objetivo comum, idéia próxima ao conceito e à materialidade objetiva da cidade. Diante da hipótese de resgate do conceito de civilização/cidade como um conceito operativo inerente à idéia de projeto e planejamento, retoma-se a proposta de Henri Lefèbvre (1999). O sociólogo francês entende o urbano como uma forma de conhecimento e de operação, ainda não totalmente realizada e profundamente vinculada à intermediação social. Com base nessa colocação, podemos antever algumas antecipações já instaladas e em funcionamento no seio do próprio conceito de cidade.

A recolocação da idéia de cidade-civilização é estratégica, visto que se afasta do âmbito analítico presente nos conceitos de ideologia e de hegemonia e na teoria de Luhmann e envereda pelo caminho propositivo, numa clara analogia com os procedimentos projetuais. Já temos alguns *flashes* e antecipações dessa idéia no cotidiano da diversidade de nossas grandes metrópoles, que convivem com imensas diferenças e produzem a reprodução da espécie, sua manutenção e, volta e meia, manifestações artísticas de peso. A vida metropolitana é testemunho de uma diversidade de credos, modos de vida e filosofias que demonstram, materialmente, a

viabilidade da proposição de uma humanidade interdependente e unificada. Por isso, civilização pode ser definida também como o acréscimo da interdependência entre as pessoas inseridas na vida social, processo que vem se intensificando desde a própria constituição da espécie humana. Todavia, nem por isso estamos lidando com uma determinação teleológica, a ser realizada inexoravelmente, mas que demanda eterna vigilância e constantes ajustes, pois há sempre o risco de retorno à barbárie. Essa proposição não pretende homogeneizar a humanidade, mas sim trabalhar suas diferenças e entender sua complementariedade, acreditando que a sua sobrevivência depende da consecução desse objetivo. Evidentemente, essa proposição não pode ser levada a cabo apenas no âmbito do meio ambiente construído e humanizado, que é a esfera de atuação específica dos arquitetos e urbanistas, mas pode ser iniciada neste espaço e alcançar, por contaminação, as demais esferas. De uma maneira geral, a sociedade sempre associa uma melhor qualidade de vida e a produção cultural à construção em geral, à ampliação do habitat construído. Portanto, o *slogan* da cidade-civilização representa um objetivo de longo prazo, que, ao ser colocado pelo campo da urbanística e da arquitetura, pretende a reconstrução da hegemonia, não apenas numa luta corporativa de ampliação de espaço, mas que também reinsira o problema do habitat humano na ordem das preocupações mundiais.

Buscar a produção da cidade da inclusão, consciente de sua forma de se relacionar com o meio ambiente e promotora da diferenciação entre seus habitantes é um objetivo demasiadamente ambicioso. A cidade-civilização deve ser vista como um objetivo de longo prazo, que arquitetos e urbanistas apresentam para a sociedade em geral e buscam concretizá-lo mediante os seus projetos. Por conta disso, este primeiro capítulo também abrange a questão da estratégia a ser montada para a sensibilização da sociedade. O primeiro passo a ser dado no sentido da construção da cidade-civilização, e que também se mantém no nível da proposição, refere-se ao habitar, à célula habitacional básica de nossas metrópoles – o apartamento, a casa. O direito à moradia, proclamado por vários órgãos institucionais nacionais e internacionais e ainda não universalizado no Brasil e em várias partes do mundo, é um tema caro aos arquitetos do século XX e às metrópoles contemporâneas. As vanguardas da Europa Central, quando gestaram o modernismo, tinham como principal objetivo a resolução da questão da habitação. A partir da declaração inicial de que a cidade industrial já começava a apresentar um profundo desequilíbrio entre qualidade e quantidade no habitat humano, elas organizaram um movimento em torno da questão da habitação que cooptou amplos setores sociais. Foi daí que nasceu a crença na ideologia do industrialismo, encarado, na ocasião, como

portador da missão de reequilibrar as dimensões quantitativa e qualitativa na cidade.

No entanto, no mundo contemporâneo, a recolocação da questão do habitar deve ser enfrentada do ponto de vista da diferenciação e da diversidade, além do da sua produção em massa. A idéia da alteridade e da diferenciação entre a infinidade de agentes presentes na sociedade está fortemente instalada na contemporaneidade, e o projeto da habitação terá que construir uma resposta clara e objetiva a essa demanda. Nesse sentido, entende-se que esta produção deverá dedicar mais importância ao habitar metropolitano, à produção da cidade consciente, do que à unidade habitacional isolada. O grande esforço deverá ser produzir a cidade tanto em quantidade quanto em qualidade, uma cidade capaz de absorver os amplos contingentes populacionais, diferenciando cada parte do território e produzindo mais diversidade. Fazem parte desse esforço a implantação de infra-estrutura, a construção da espacialidade da vizinhança e a produção de unidades habitacionais de modo que seja reinstalado um equilíbrio entre quantidade e qualidade no interior da cidade. É, pois, urgente a recolocação da questão da habitação. O tema, que permanece em aberto em várias partes do mundo, foi motivo de grande preocupação ao longo do século XX por parte dos sistemas de pensamento arquitetônico e urbanístico.

No entanto, o problema continua sem solução. A retomada desta temática como de interesse maior entre arquitetos e urbanistas constitui um forte vetor de sensibilização da sociedade em geral, possibilitando, num segundo momento, a busca da cidade-civilização.

Encerrado o primeiro capítulo com estas duas proposições – uma de mais longo prazo, a cidade-civilização, e outra, mais imediata, a questão da habitação –, passamos à revisão dos sistemas de pensamento que mobilizaram a arquitetura e a urbanística após a década de 60, que caracterizam os capítulos 2 e 3 desta reflexão. Na realidade, este é o nosso recorte temporal. Nossa preocupação inicial é tentar compreender como a contemporaneidade está instalada e como pode-se atingir a operacionalidade nela. Esse esforço segue por duas vertentes. A primeira diz respeito aos sistemas de pensamento dos agentes específicos das disciplinas do urbanismo e da arquitetura, que conformaram uma direção específica no campo do projeto para o pensar e o agir contemporâneos, ao passo que a segunda tem a ver com a gestão de projetos urbanos concretos que conseguiram conferir sentido a administrações públicas específicas. Percebe-se que as escolhas dos agentes formuladores de sistemas de pensamento adotaram um encaminhamento que pretendia encontrar um respaldo a partir da

intensidade da discussão, da capacidade que tiveram de mobilizar e colonizar o metabolismo social mais geral. Percebe-se, igualmente, que a escolha dos sistemas de pensamento segue um leito confortável, na medida que nos distanciamos no tempo e que nos instalamos na década de 60. No entanto, à medida que nos aproximamos do presente, as escolhas começam a assumir um maior grau de arbitrariedade e incerteza. Afinal, os agentes instalados e atuantes em nossa contemporaneidade não desfrutam do mesmo patamar de contaminação do metabolismo social, pois ainda não tiveram tempo para a estratificação e a consolidação, obtidas sempre pela manipulação continuada.

O Capítulo 2 é introduzido por mais uma citação de Guimarães Rosa, que lembra que os gerais correm em volta, numa alusão ao fato de que a tradição mais vigorosa do pensamento nacional sempre procurou estabelecer um diálogo de iguais com a conjuntura mundial. Neste capítulo, são examinados os sistemas de pensamento de âmbito internacional dos agentes Françoise Choay, Kevin Lynch, Christopher Alexander, a *Tendenza italiana*, Gordon Cullen, Peter Eisenman, Rem Koolhaas e Álvaro Siza.

Além de apresentar esses sistemas de pensamento, procura-se também entender o desenvolvimento histórico no âmbito das

gestões efetivas de cidades concretas. O declínio da ideologia do Estado de bem-estar social, o *welfare state*, articulado com a erosão da ilusão da dispersão do desenvolvimento capitalista pelo mundo afora, formam as duas peças estruturantes para a compreensão deste desenvolvimento e que acabaram repercutindo no âmbito mais restrito da arquitetura e da urbanística e contribuindo para o declínio da capacidade de previsão. Essa descrença determinou um forte vetor de imprevisibilidade no horizonte do habitat humano, representando um desajuste frente à consciência cada vez mais generalizada de controle das atividades humanas, vistas como causadoras de perigosos desequilíbrios ambientais. Ao final do capítulo, passamos em revista alguns exemplos emblemáticos de projetos urbanos que, nas suas gestões, representaram importantes intervenções. Esses projetos ganharam visibilidade, mostrando como os sistemas de pensamento materializaram-se efetivamente no território. Os projetos escolhidos foram os de Bolonha, Docklands (Londres), Barcelona, Berlim, Puerto Madero (Buenos Aires) e Los Angeles. Dentre estas cidades, Los Angeles desponta como uma experiência alheia aos processos de controle, tanto no que se refere ao plano como ao projeto. No entanto, sua inserção e sua importância devem-se à sua capacidade colonizadora dos mundos

da vida. Los Angeles não manteve conexão com nenhum sistema de pensamento contemporâneo da arquitetura ou da urbanística⁷. A metrópole californiana permanece crescendo e se desenvolvendo de forma irresponsável e, apesar disso tudo, continua conquistando com muita eficiência o metabolismo social geral.

A citação de Guimarães Rosa que encabeça o Capítulo 3 destaca o aspecto dinâmico instalado no humano e a sua inerente capacidade de nunca estar terminado. Neste capítulo, são investigados os sistemas de pensamento do âmbito nacional dos agentes Lucio Costa, Vilanova Artigas, Carlos Nelson dos Santos, Elvan Silva e Carlos Antônio Leite Brandão. A implantação de uma modernização apressada e ansiosa, extremamente elitizada, que constitui o eixo ideológico nacional, determina o surgimento de uma face na qual o desenvolvimento é espetacular e explosivo, e de outra, arcaica e atrasada. Essa modalidade de modernização acaba representando também a passagem de um país ameno e conciliado para um país em conflito aberto, no qual torna-se urgente gestar políticas

⁷ De certa forma, o movimento arquitetônico e urbanístico do *New Urbanism surge* nos EUA como reação à forma de implantação da megametrópole de Los Angeles e também de San Diego e dos subúrbios das cidades americanas de uma maneira geral, que possui uma ideologia anti-urbana. Um dos expoentes do *New Urbanism* é o livro *The rise of sprawl suburban and the decline of American dream*, de autoria de Andrés Duany, Elizabeth Plater-Ziberck e Jeff Speck, lançado pela editora nova-iorquina North Point Press, em 2003.

includentes que rompem com a lógica concentradora do modelo de desenvolvimento adotado.

O Brasil constitui, certamente, um caso à parte em termos de complexidade, dado que, muitas vezes, exhibe descontinuidades e inconsistências teórico-práticas típicas de uma realidade localizada na semiperiferia do mundo desenvolvido. Essa realidade é caracterizada por uma forte presença ideológica que oscila entre crítica e operatividade, racionalismo e empirismo, planejamento e projeto, reflexo da dramática transformação do espaço nacional, no curto período de 50 anos, de rural em urbano. Ao final, numa clara simetria com o segundo capítulo, são apresentados alguns projetos desenvolvidos nas duas maiores cidades brasileiras, Rio de Janeiro e São Paulo, a partir da redemocratização dos anos 80 do século XX. A intenção é verificar a capacidade destes projetos de contaminar a sociedade em geral. Percebe-se, então, que as proposições colocadas no primeiro capítulo de cidade-civilização e de retomada da questão da habitação podem vir a se constituir em importantes vetores propiciadores de um desenvolvimento includente, que concilie quantidade e qualidade nas nossas grandes metrópoles.

No quarto e último capítulo, mais uma citação de Guimarães Rosa – retirada do conto “O espelho”, constante do livro *Primeiras Estórias* – faz-se presente. Ela afirma que a nossa impressão de estabilidade e de inércia são uma ilusão, pois há sempre um milagre acontecendo. Nossa intenção neste capítulo é apresentar uma estratégia, uma agenda para o projeto que deverá ter como premissa básica o dinamismo. Para tal, procede-se inicialmente à revisão dos sistemas de pensamento apresentados nos segundo e terceiro capítulos, levando em consideração o que foi possível realizar nos projetos urbanos concretos e procurando localizar, nestes sistemas e nos projetos, uma direção capaz de responder aos graves problemas colocados para a humanidade na contemporaneidade. Emerge daí uma agenda de debates para o projeto, com a clara intenção de contaminar a sociedade em geral, a partir da estratégica proposição de cidade-civilização e do tema do habitar metropolitano. Parte-se dos próprios acontecimentos registrados no urbano de nossas cidades, entendidos como antecipações utópicas da cidade-civilização e da questão da habitação. Esses dois temas pretendem estabelecer uma colonização mútua, na qual projeto e sociedade procuram respostas simultâneas para seu auto-desenvolvimento. Nesse contexto, busca-se caracterizar as disciplinas da arquitetura e do urbanismo em sua dimensão operativa. Essa abordagem deve ser entendida como a tentativa de estabelecimento de uma ponte

entre racionalidade e empirismo, elementos que conferiram às atividades de planejamento e projeto uma processualidade sempre em busca de ajuste e adequação. Outro ponto central de discussão é a afirmação de que a trajetória profissional na contemporaneidade tendeu a separar a essência do espetáculo, dedicando a este último grande parte de suas energias e esquecendo-se da dimensão fundamental da arquitetura e da urbanística, i. e., o cotidiano, o habitar. Ademais, a prática profissional tendeu para uma separação extremamente estratificada entre análise e proposição, conceituação e morfologia, consideradas como entidades autônomas no *modus operandi* do planejamento/projeto. Essas tendências acabaram por isolar o debate disciplinar do corpo da sociedade, levando as disciplinas a perderem um mecanismo fundamental de retroalimentação. As idéias de projeto, enquanto crítica operativa da realidade e racionalidade comunicativa,⁸ combinam-se para oferecer uma estrutura possível de reconstrução. A pretensão é estabelecer uma processualidade interessada na promoção da cidade inclusiva, capaz de produzir habitação de forma diversificada e variada.



A piazza Navona no século XVIII, única possibilidade de fresco do calor de Roma

⁸ HABERMAS, Jürgen - **O discurso filosófico da modernidade** - Martins Fontes, São Paulo 2002, p. 89, tradução de REPA Luís Sérgio e NASCIMENTO, Rodnei do original *Der Philosophische Diskurs der Moderne* Surhkamp Verlag Frankfurt 1985.

1. A IDEOLOGIA, HEGEMONIA E O PROJETO

“toda ação principia mesmo é por uma palavra pensada”⁹

1.1. A questão da ideologia

O presente capítulo desenvolve-se em torno do tema da ideologia e da hegemonia, dois conceitos de matriz marxista que pretendem dar conta de como as idéias se transformam em ações concretas e de como o metabolismo social geral entende as várias disciplinas instaladas e seus sistemas de pensamento particulares, adotando ou descartando suas proposições. Esse esquema inicial, que explica a transformação de formulações teóricas em aspirações generalizadas ou em parâmetros de formas variadas de agir, sofre, no mundo contemporâneo, de uma forte erosão e questionamento. A emergência do mundo pós-hegemônico, é produzida tanto pela vitalidade e pela quantidade de informações disponíveis – o mundo da informação –, quanto pelo aparecimento de diversos discursos de auto-legitimação, que sempre foi uma característica do pensar moderno.

⁹ ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

Habermas destaca que a necessidade de auto-legitimação do pensar moderno¹⁰ determinou que o homem se tornasse refratário a seguir sistemas de idéias já instalados, buscando sempre reconstruir sua visão de mundo particular. Essa instabilidade – que se instala nos sistemas de pensamento das sociedades modernas e que se intensifica, de maneira massificada, a partir da década de 60 do século XX – encontra na teoria social de Luhmann uma margem de direção e de sentido¹¹. Essa mesma teoria destaca a necessidade de todos os sistemas de pensamento, tendendo para um fechamento, buscarem a auto-organização, que lhe confira coerência e sentido.

Por outro lado, o capítulo traz em seu bojo duas proposições concretas – a cidade-civilização e a habitação –, capazes, ambas, de reconfigurar um sentido para a construção do espaço humano, e

¹⁰ HABERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da modernidade* (tradução de Luís Sérgio Repa e Rodnei Nascimento). São Paulo: Martins Fontes, 2002.[VER CAPÍTULO 2] Para Habermas, “[o] sentido da revolução burguesa é duplo: emancipa a sociedade civil da política como também da aparência de um conteúdo universal; ao mesmo tempo instrumentaliza a comunidade constituída em independência ideal para o mundo das necessidades, do trabalho, dos interesses privados, do direito privado” (p. 88).

¹¹ Os sistemas sociais emergentes não partem de uma identidade, mas sim de uma diferença com relação ao funcionamento geral. Em todas as experiências da vida social se encontra uma diferença primária: a diferença entre o que atualmente ocorre e aquilo que a partir daí é possível acontecer. LUHMANN, Niklas. (1984), *Soziale Systeme – Grundriss einer allgemeinen Theorie* - Frankfurt, 1984, p. 187, apud STOCKINGER, Gottfried, *Sistemas sociais. A teoria sociológica de Niklas Luhmann* em www.facom.ufba.br

cujo objetivo é reconstruir a hegemonia das disciplinas. Parte-se do pressuposto de que os sistemas de pensamento gestados no seio das disciplinas não são mais capazes de seduzir a sociedade em geral, mantendo-se num isolamento estéril e paralisante. Essa condição é determinada por uma série de fatores complexos, dentre os quais podem ser destacadas a emergência do mundo pós-hegemônico e a instalação de uma perplexidade generalizada da própria disciplina, que, muitas vezes, não enfatizou a sua própria essência, ligada a aspectos do cotidiano.

Por conseguinte, as duas proposições inserem-se como estratégias para a reconquista do metabolismo social geral, partindo de dois tempos distintos: o da cidade-civilização, que remete a uma dimensão de mais longo prazo, posicionando-se como uma aspiração abstrata e idealista; e o da habitação, que pretende vincular, de forma definitiva, o fazer da arquitetura e do urbanismo ao cotidiano mais imediato, iniciando a construção da pretensão da primeira proposição, de duração mais longa.

O capítulo divide-se em duas grandes partes. Na primeira, são apresentados os conceitos de ideologia e hegemonia, que remetem à instabilidade do pensamento contemporâneo, e também os de cidade-civilização e de modernidade, que nos remete à questão da

habitação. Essa última apreciação aponta, aparentemente, para a erosão do pensamento centrado nas categorias da organização social pretendida. A idéia é enfatizar a projetualidade¹², uma tentativa de traçar e decidir seu próprio futuro e não ser subjulgado por um destino heterônomo.

Na segunda parte, retorna-se à concretude das cidades, pretendendo, inicialmente, entender seu desenvolvimento histórico, destacando, nessa construção, a centralidade da cidade ocidental medieval, que lhe conferiu as pretensões de autonomia e previsibilidade. A seguir, propõe-se que a cidade passe a ser encarada como um valor ideológico em si, no qual a alteridade e a diversidade estão fisicamente presentes, e nelas se percebem *flashes* de uma utopia possível. Após essa abordagem, enfrenta-se o problema das cidades na era da comunicação de massas. Nesse momento registra-se uma grande instabilidade nos sistemas de pensamento das disciplinas em geral e da arquitetura e da urbanística em particular que encontram na construção de Luhmann uma possibilidade de reconstrução da sistemática centrada nas idéias de ideologia e hegemonia. Ao final, retoma-se a proposição de

¹² A projetualidade é um conceito que envolve as complexas relações de custo e benefício, cultura e inovação, representando a capacidade de operar no sentido do impulso de uma mudança, mas também de exercer uma crítica ao desenvolvimento social instaurado (ver Capítulo 4).

cidade-civilização e da centralidade da questão da habitação, vistas enquanto duas estratégias capazes de enfrentar os graves problemas colocados pela vida contemporânea.

A. O desenvolvimento histórico do termo ideologia

Na classificação desenvolvida pelo CNPq no sistema de Currículo Lattes, a arquitetura e o urbanismo aparecem como sociologia aplicada, definição bastante precisa de uma prática que pretende abarcar uma atividade tão complexa como o habitar humano. A variação histórica mais utilizada e socialmente compartilhada da arquitetura e do urbanismo profissão era uma oscilação entre a técnica e a arte, que invariavelmente tendia ou a uma objetividade fria, conferida pelo funcionalismo, ou a uma subjetividade ideologizante. A imprecisão permanece presente, de certa forma, no conceito de sociologia aplicada, mas pelo menos essa terminologia tem o mérito de revelar a permeabilidade social e o caráter ideológico da profissão.

Desde o Iluminismo, o debate sobre as profissões, tanto sobre a arquitetura quanto sobre o urbanismo, pretende construir a figura do arquiteto como um ideólogo social, capaz de organizar de forma

persuasiva a cidade e o viver. Quando Laugier estabelece a redução do fenômeno urbano ao natural, impõe a impossibilidade de qualquer ordenamento *a priori* e a submissão das formas de composição urbana à estética do pitoresco. Para ele, quem desenha um parque sabe também desenhar uma cidade. Aí já não encontramos mais os apelos à ordem, mas sim a aceitação do caráter antipropectivo do espaço urbano. O retorno ao naturalismo pretende, ao mesmo tempo, o regresso à pureza original e a redução da cidade a um sistema, como se_ela fosse um meio ambiente onde a ordem não é clara

Vale ressaltar a busca de uma nova autoridade pelo racionalismo iluminista, centrada na questão da natureza que, na cidade, determina uma ação ético-pedagógica tanto no sujeito quanto no objeto. A cidade, enquanto obra humana, tende para uma redução sistêmica, como a paisagem, através de uma seletividade crítica. A cidade como floresta de Marc Antoine Laugier contrasta com a arquitetura artificial de Jean Nicholas Durand, e tenderá a ser considerada como um fenômeno absorvido ao natural, longe, portanto, da estrutura profundamente humana, que na verdade ela é. De certo modo, Marc Antoine Laugier e Jean Nicholas Durand representam, de forma exemplar, a variação entre sistema social

complexo, e portanto similar à natureza, e técnica precisa¹³, embora vinculada à linguagem e à objetividade de custos.



Laugier e o
mito da
cabana
primitiva

¹³ A comparação entre Durand e Laugier é clássica na crítica de projeto, mostrando como num mesmo período histórico as sistematizações ideológicas da arquitetura e do urbanismo podem variar

O Iluminismo procurará unificar natureza e razão, dividindo com a primeira a responsabilidade pela destruição que promove do Antigo Regime. É necessário, diante de um mundo ainda por construir, buscar alguma autoridade. Daí o bom selvagem de Rousseau e outras mistificações dos processos naturais, construções ideológicas que embasarão a criação do habitat humano, como ocorreu na reconstrução de Lisboa:

Não é por acaso que uma operação gigantesca e de vanguarda, como a reconstrução de Lisboa após o terremoto de 1755, sob a direção do Marques de Pombal, foi conduzida num clima completamente empírico, longe de qualquer abstração teórica.¹⁴

A ideologia é, portanto, um instrumento fundamental nas sociedades modernas que buscam alcançar a auto-legitimação de suas construções, conforme foi caracterizado por Habermas. Elas procuram, constantemente, suas justificativas não em sistemas de pensamento pré-estabelecidos, mas em construções que estão instaladas no senso comum geral.

¹⁴ Sobre o terremoto ver FRANÇA, José Augusto *Uma cidade das luzes: A Lisboa de Pombal* citado em TAFURI, Manfredo. *Projeto e utopia: arquitetura e desenvolvimento do capitalismo*. Lisboa: Presença, 1985, p. 16.

Em 1801, o iluminista Destutt de Tracy, retomando idéias de Condillac, publica *Elementos de ideologia*, cunhando o termo pela primeira vez na história e configurando-o como uma nova disciplina filosófica¹⁵. Para esse pensador, toda ação humana dependia do conhecimento, o qual, por sua vez, era organizado pelas idéias. Se os homens conseguissem compreender como essas idéias se formavam poderiam criar um mundo melhor. A realidade objetiva era apreendida pelas impressões sensoriais, que depois se desenvolviam em idéias. A ideologia auxiliaria a humanidade a reconstruir este processo formativo, passando a refletir melhor a própria realidade, evitando os deslizamentos do subjetivismo.

Na verdade, essa era uma pretensão típica de um pensamento que dava seus primeiros passos. Afinal, como livrar a idéia de seu subjetivismo constituinte? Como pretender designar um sistema de pensamento livre da ideologia, quando ele mesmo é uma formulação ideológica? É relevante assinalar aqui que a pretensão de Tracy era buscar um movimento consciente para as ações humanas, que são dependentes do conhecimento e que se organizam em nossa mente pela coordenação de idéias. Esse pensador francês fazia parte de um grupo de filósofos atuantes na Revolução Francesa e que

¹⁵ KONDER, Leandro. *A questão da ideologia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

pretendiam orientá-la no sentido do aprimoramento das suas instituições.

Em 1812, o imperador Napoleão Bonaparte, reagindo aos conselhos desses filósofos, atribuiu um conteúdo pejorativo ao termo ideologia. Segundo Napoleão, os ideólogos agarravam-se a uma “tenebrosa metafísica”, que os afastava do “conhecimento do coração humano”¹⁶. A grande maioria das pessoas passou a adotar o significado dado por Napoleão, e assim “ideologia” entrou para a linguagem corrente com uma caracterização negativa, apesar da formulação original de Destutt de Tracy ter sido positiva. É no sentido negativo que François Fourier se utilizará do termo, afirmando que o conjunto do conhecimento humano formulado até então possuía uma capacidade deformadora, que impedia os homens de perceber as verdadeiras paixões humanas. É nesse mesmo sentido que o termo será empregado por Marx e por vários pensadores marxistas, que entendem a ideologia como um véu encobridor da dimensão efetiva da realidade.

Se os arquitetos e urbanistas são ideólogos do habitar humano como o Iluminismo pretendeu classificar o nosso fazer, torna-se

¹⁶ KONDER, Leandro, op. cit.

necessário compreender o que é exatamente a ideologia. Qual o sentido desse termo que, invariavelmente, perpassa nosso cotidiano de forma, ao mesmo tempo, marcante e dissimulada? O conceito de ideologia encerra uma grande polissemia e uma variedade de sentidos que poucos termos na história da sociologia moderna carregam. Autores como Michael Löwy, Norberto Bobbio, Marilena Chauí, Vilfredo Pareto e Leandro Konder destacam essa imprecisão ou variação do termo nas ciências sociais. Essa variação está vinculada à construção específica do conhecimento social por um grande número de autores, que se utilizam de acepções particulares para suas estruturações.

No campo mais específico da atividade profissional do arquiteto, Tafuri dedicou-se ao termo, qualificando muitas vezes essa atuação como uma ordenação ideológica que aponta para um esforço de cooptação social das idéias, de modo que estas ganhem permeabilidade social ou aceitação geral. No mundo contemporâneo, torna-se fundamental – não só no campo da arquitetura e da urbanística, como também em outros campos – a cooptação de preocupações e idéias para seu próprio desenvolvimento, uma vez que estas pretendem atingir a transformação do espaço.

Nesse sentido, o conceito de ideologia assume um caráter central, pois atua como premissa construtora da imensa sucessão de fatos a que hoje temos acesso. Além disso, esse conceito encerra uma forte vertente operativa. Bobbio, em seu *Dicionário de Política*, distingue dois ramos da interpretação do termo, um significado fraco e um significado forte, reproduzindo, de certo modo, a cisão registrada na época de Napoleão. No primeiro, o termo ideologia surge como um sistema de crenças políticas, conjunto de idéias e valores, que orientam comportamentos individuais ou coletivos frente a vida social. Já no segundo, é apresentado como uma distorção da realidade, um estranhamento operacional do pensamento frente a realidade. A primeira acepção é neutra e a segunda é crítica. Para Konder, a utilização crítica do termo inicia-se com Marx, em *A Ideologia Alemã*, que estabeleceu uma incômoda vinculação entre o conhecimento todas as tendências e interesse.]

Efetivamente no sistema filosófico criado por Marx, nossas idéias e formulações teóricas não podem estar separadas dos interesses específicos do nosso cotidiano, de nossa condição de classe, mantendo entre si uma relação dialética. A vinculação prática da arquitetura e da urbanística com o cotidiano humano também determina uma especificidade, um valor simbólico inserido no dia a dia, que nos perpassa de forma despercebida. Essa situação

específica leva-nos a olhar as realizações nesse campo como materializações de sistemas de pensamento, que perfazem etapas e evoluções que a teoria da ideologia pode nos auxiliar a compreender.

Chauí, numa vinculação apressada e incondicional ao segundo sentido de Bobbio, caracteriza ideologia inicialmente como um pensamento com pretensões a explicar uma dada realidade, que pretende ser independente da realidade histórico-social que o produziu. Seria uma espécie de movimento involuntário ou inconsciente do pensamento, condicionado por relações sociais muito determinadas, como um pensamento de classe. O exemplo utilizado pela autora é o das quatro causas formuladas por Aristóteles para explicar a transformação das coisas. Elas são organizadas de forma hierárquica, desenvolvendo-se da menos importante para a mais importante. Toma-se um exemplo concreto – uma mesa. A primeira causa é chamada de material, que descreve a matéria constituinte da mesa, a madeira ou a pedra. A segunda causa é formal e trata do ajuste das peças, suas relações e encaixes que conformam aquela concretude mesa. A terceira causa, motriz ou eficiente, apresenta as operações realizadas pelo marceneiro para obter aquela materialidade. A quarta é a causa final e refere-se ao fim para o qual aquela mesa foi fabricada – mesa do templo, mesa

de refeições etc. À primeira vista, as quatro causas parecem representar um método objetivo de sistematizar uma dada realidade, apontando para uma objetividade desinteressada, que explica fenômenos naturais e humanos. No entanto, sabemos que a sociedade grega era marcada por uma profunda divisão, que incluía a presença de cidadãos livres ao lado de escravos:

Se tomarmos o cidadão ou o senhor e indagarmos a qual das causas ele corresponde, veremos que corresponde a causa final, isto é, o fim ou motivo pelo qual alguma coisa existe é o usuário dessa coisa, aquele que ordenou sua fabricação...¹⁷

Assim, se a causa final corresponde ao senhor ou ao cidadão grego, a causa motriz e eficiente corresponde ao escravo, uma vez que este é apenas instrumento. Indo-se além de uma certa construção grosseira e imediata¹⁸, percebe-se que este desenvolvimento do

¹⁷ CHAUÍ, Marilena de Souza. *O que é ideologia?* São Paulo: Brasiliense, 1980

¹⁸ Devo a meu primo, Rogério Carneiro Campelo a precaução contra alguns pensamentos apressados, típicos do nosso tempo contemporâneo, que ao pretender sintetizar mensagens, também as manipulam de forma apressada. Na verdade, citando um pensador conservador como Olavo de Carvalho, ele esgrime os seguintes argumentos: “Enfim, causa final = inteligência contemplativa = classe dominante. Em oposição simétrica, causa eficiente = inteligência prática = classe dominada. O analogismo fácil, o esquematismo barato, dá a essas explicações, mais que uma credibilidade automática, um tremendo *sex-appeal*: de repente, e sem qualquer esforço, o leitor se sente elevado a um posto de observação mais alto que o de Aristóteles...” (CARVALHO, Olavo de. *A lógica da mistificação*, in www.olavodecarvalho.org). Creio que a compreensão da questão da ideologia,

pensamento possui um determinado interesse que pretende manter as relações sociais, constituindo uma transposição involuntária e inconsciente dessas mesmas relações sociais.

A ideologia é, portanto, a representação das coisas, a representação que o pensamento faz da realidade, vale dizer, o real não existe, ele é construído pelo pensamento. Essa afirmação significaria que a realidade é constituída pelas idéias. A ideologia que consagra o empirismo considera que o real são os fatos ou coisas observáveis e perceptível. O conhecimento da realidade reduz-se à experiência sensorial, mas mesmo este conhecimento estará sempre condicionado por uma forma particular de ordenamento da experimentação. O idealismo considera que o real são as suas representações por meio de um ser que pensa; para o idealista, as idéias dão sentido ao real, tornando-o uma construção de nossas mentes. De acordo com essas visões, a ideologia é um véu que cobre a realidade, uma distorção da realidade, que obscurece nossa compreensão, pois ao estarmos inevitavelmente condicionados por nossas filiações sociais objetivas, não somos capazes de superá-las.

como colocada por Marx, não se reduz a uma única direção como apontada acima por Chauí.

A presença da ideologia denuncia, de certa forma, a impossibilidade do conhecimento, vinculando-o inexoravelmente a um interesse específico. A questão da ideologia é magistralmente introduzida por István Mészáros, quando pinça quatro citações memoráveis a respeito do problema. A primeira se refere a Marx e foi tirada da *Ideologia Alemã*. Refere-se a uma luta proposta “por valoroso companheiro” contra a lei da gravidade, argumentando que os homens só se afogavam “por estarem possuídos pela lei da gravidade”. As outras três citações remetem aos verbetes; “conservador”, “liberal” e “revolucionário”, constantes do dicionário do software editor de textos *Wordperfect*, que teoricamente deveria desfrutar de isenção ideológica, segundo a pergunta do próprio autor: afinal, “o que seria mais objetivo do que um dicionário?”¹⁹ No entanto, essas definições pecam por um dirigismo grosseiro, demonstrando que mesmo num instrumento isento como o dicionário pode haver comprometimento ideológico. Mascarado por trás de uma falsa objetividade, esconde-se um dirigismo ideológico torpe e desmesurado, que, quando reunidos, denunciam as intenções

¹⁹ MÉSZÁROS, Istvan. *O poder da ideologia* (tradução de Paulo César Castanheira). São Paulo: Boitempo, 2004. Saindo do contexto dessa citação, podemos perguntar porque alguns arquitetos contemporâneos – como Kolhas, Tschumi e outros – desenvolveram dicionários de conceitos para a atividade profissional.

grosseiras e ingênuas, como se pode notar pelos significados abaixo:

Conservador – comedido, discreto, de bom gosto, desprezencioso, inconspícuo, moderado, quieto, sóbrio, econômico, espartano, frugal, parcimonioso, previdente, prudente, regrado, arredo, equilibrado, reservado.

Liberal – aberto, avançado, despreconceituoso, indulgente, progressista, radical, tolerante; beneficente, generoso, magnânimo, mão-aberta, pródigo; abundante, amplo, suficiente, copioso, excessivo, exuberante, profuso, repleto, rico, transbordante.

Revolucionário – enfurecido, extremista, extremo, fanático, radical, ultra.²⁰

Podemos, por conseguinte, concluir que em nosso mundo contemporâneo, onde o capital assumiu uma posição de autocomplacência, de ideologia única, tudo está permeado pela ideologia. O poder da ideologia não pode ser subdimensionado, afetando tanto os que negam sua existência quanto os que reconhecem sua presença. Na verdade, como o inconsciente, a ideologia é uma presença e não pode mais ser definida como superstição, ilusão ou mascaramento da realidade. Como define Mészáros, ela é uma forma específica de consciência de classe.

²⁰ Wordperfect processador de textos do Wordstar

...a ideologia não é ilusão nem superstição religiosa de indivíduos mal-orientados, mas uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada. Como tal, não pode ser superada nas sociedades de classe.²¹

Mais adiante, o autor a define como uma forma de instrumentalização de qualquer pensamento, como uma “consciência prática inevitável das sociedades de classe”²², algo que possibilita a realização pragmática do pensamento. Percebe-se que existe, na sociedade, uma infinidade de articulações ideológicas em eterno conflito, que tentam controlar o metabolismo social. Cada ideologia procura formular sua visão totalizadora da realidade e apresentar suas estratégias como alternativas excludentes entre si. A consciência ou o conhecimento passa a ser possível pela identificação e confrontação dos vários agentes formuladores de uma enorme diversidade de ideologias, que lutam por conquistar a hegemonia. Ainda de acordo com Mészáros,

as ideologias conflitantes de qualquer período histórico constituem a consciência prática necessária em termos da qual as principais classes da sociedade se inter-relacionam e até se confrontam.²³

²¹ MÉSZÁROS, op. cit. p. 65

²² MÉSZÁROS, op. cit. p. 65

²³ Mészáros, op. cit., p. 65

Um dado fundamental que estrutura as ideologias conflitantes é_o interesse. Elas não podem se transformar num discurso abstrato, que se exima de nomear os agentes efetivos de cada uma. Pois, na condição de instrumentos reais, as ideologias atuam sobre a realidade direcionando as atitudes e os pensamentos de sujeitos concretos. A perspectiva de Mészáros abre claramente uma possibilidade para o conhecimento, uma vez que a consciência, não negando a presença ideológica, pode ser reconstruída a partir do choque entre as diversas ideologias. É importante identificar o agente de cada uma das ideologias, contextualizar sua funcionalidade e entender seus objetivos. Uma posição similar é defendida por Frederic Jameson:

Na verdade, não se deve caracterizar a ideologia apenas de um modo negativo, como o que comumente chamava-se “falsa consciência”;ela é também, sempre, positiva e necessariamente, a teoria de uma prática...²⁴

É importante retornar aqui a matriz deste pensamento, o marxismo. A simplificação ideológica não se restringe a uma construção cínica e maquiavélica. Os indivíduos efetivamente acreditam nos seus pensamentos e divulgam suas idéias, com a pretensão sincera de

serem universais. A complexidade desse pensamento é uma realidade, pois em certo sentido Marx afirma que não existe pensamento livre de distorção ideológica. Os homens que o produzem estão inevitavelmente ligados a um contexto de interesses que distorce sua própria maneira de pensar. Interesse e conhecimento estão, a partir de Marx, inevitavelmente ligados e interdependentes.

Existem dois conceitos fundamentais na teoria marxista, que estruturam a relação dos homens com os objetos: o de valor de uso, subjetivo e qualitativo, que é determinado pela necessidade operacional de uma determinada coisa e que se realiza quando o ser humano vive a experiência de servir-se de alguma coisa; e o de valor de troca, objetivo e quantitativo, que se realiza a partir da utilização do dinheiro como equivalente universal e que otimiza as trocas de mercadorias no comércio humano. Esses dois conceitos explicam, de forma sintética, a alienação e as distorções ideológicas do capitalismo. O capitalismo implanta uma necessidade crescente da expansão do valor de troca frente ao valor de uso, até atingir o ponto em que as mercadorias se fetichizam e assumem valores simbólicos, como na famosa frase do presidente da fábrica de tênis

²⁴ JAMESON, Frederic. *Modernidade singular, ensaio sobre a ontologia do presente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005

Nike: “Nós não produzimos tênis, mas emoção”²⁵. Quando se chega a esse ponto, a mercadoria deixa de ter qualquer relação com sua realidade produtiva, e o preço passa a ser determinado por valores totalmente simbólicos e abstratos. Daí, a conhecida afirmação de Marx no *Manifesto Comunista* de 1848, que descreve as ações humanas num mundo subordinado ao mercado: “Não sabem o que estão fazendo, mas fazem-no”²⁶.

Nas sociedades modernas, a ideologia é um instrumento fundamental para se alcançar a prática, podendo ser encarada como a operacionalização do pensamento. Se identificamos também que, nessas mesmas sociedades, se instala, de maneira definitiva, a supremacia do valor de troca perante o valor de uso como forma de avaliação dos objetos e dos artefatos, percebe-se a centralidade do tema da ideologia como padrão de julgamento dos agentes concretos e de suas proposições. O desenvolvimento histórico do termo ideologia determinou a presença de uma dualidade de sentidos que ainda opera em nossa contemporaneidade: de um lado, uma acepção neutra, que qualifica ideologia como um sistema de crenças que balizam a prática de variados agentes; de outro, um

²⁵ Citado por KLEIN, Naomi em *Sem Logo, a tirania das marcas em um planeta vendido*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

²⁶ MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *O Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2002

significado forte e pró-ativo, que entende o termo como um condicionamento social do pensamento. Nessa reflexão, em consonância com o esforço de democratização do pensamento de esquerda, como comprovam as recentes formulações de marxistas ilustres ²⁷, elege-se a vertente mais neutra. Afinal, não é mais possível a crença no cientificismo da história como patrimônio de apenas uma classe ou corrente de pensamento, mas a firme e determinada afirmação da pluralidade de ideologias.

B Ideologia, hegemonia e projeto

O choque de ideologias mostra que a visão do mundo contemporâneo não pode mais ser única. Ela é inevitavelmente polissêmica, divergente e muitas vezes excludente. Variadas ideologias confrontam-se, procurando atingir os corações e as mentes da sociedade, buscando ser entendidas como universais, apesar de seu conteúdo inevitável de interesse. Daí a centralidade contemporânea do conceito de hegemonia, que outro pensador marxista, Antonio Gramsci, produziu. Para Gramsci, a perspectiva de Marx era de um historicismo absoluto e por conta disso a classe operária deveria abandonar suas lutas corporativas imediatas e

²⁷ Gramsci. Metzários, Konder e Jameson qualificam o termo ideologia de uma maneira mais positiva e neutra exatamente para fomentar o debate entre ideologias

transformar-se em classe nacional²⁸. Como um bom pensador de filiação hegeliana, como o próprio Marx, Gramsci constrói seu pensamento a partir de oposições, que se estruturam de forma gradual e forçam o pensamento a buscar a síntese. Enfim, todo hegeliano está sempre inserido num conflito, definindo suas categorias mais caras a partir de extremos que se interrelacionam de forma positiva²⁹.

No caso da hegemonia gramsciana, encontram-se presentes a coerção inerente a qualquer prática da liderança ou comando, e o consenso, igualmente inevitável dentro da prática da mesma atividade. Portanto, a hegemonia gramsciana reconhece que um sistema de idéias de uma classe ou de um grupo de intelectuais exerce sobre a sociedade, concomitantemente, um poder consensual e um poder coercitivo. Consensual, porque o grupo político ou intelectual acata as determinações propostas, operando na prática segundo os preceitos adotados como hegemônicos. Mas essa modalidade de atuação determina também um poder coercitivo, uma vez que o grupo político e intelectual abre mão de outras formas de procedimento. No campo mais específico da arquitetura e

²⁸ COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

²⁹ Alguns hegelianos, como os integrantes da Escola de Frankfurt, também defendem a idéia de uma dialética negativa.

da urbanística, a doutrina courbusiana, que vai da síntese construtiva da planta e fachada livre, dos cinco pontos da arquitetura moderna³⁰ à Carta de Atenas, exerceu sobre os arquitetos, até a década de 1960, um poder ao mesmo tempo consensual e coercitivo, uma hegemonia. Não se pode esquecer que o rodoviarismo imperante no urbanismo, do segundo pós-guerra à crise do petróleo na década de 1970, que elegeu o carro como o principal meio de transporte, tinha suas bases na idéia de “a cada habitante um veículo automotor”, ou na crença nos recursos inesgotáveis do planeta.

Outro conceito gramsciano possui uma importante centralidade para sua teoria da hegemonia: a idéia de “senso comum”. Embora esse termo encerre uma promessa de bom senso, também está presente nele uma perspectiva drasticamente empírica, restrita à compreensão imediata e portanto superficial. Em sua origem, o termo ideologia derivava de uma valorização exagerada da percepção sensorial. Marx e Engels, os fundadores da filosofia da práxis, foram os primeiros a apontar uma possibilidade clara de superação da ideologia. No entanto, acabaram por lhe atribuir um sentido excessivamente negativo e pejorativo que será atenuado por

³⁰ CORBUSIER, Le. *Por uma arquitetura* (tradução de Ubirajara Rebouças). São Paulo: Perspectiva, 1977.

Gramsci. Para ele, a desqualificação ilimitada e generalizada do conceito impede, na verdade, sua superação. Todo pensamento é portador de distorções ideológicas. Uma diferenciação importante a ser feita nos processos de formação das ideologias é reconhecer a existência de *ideologias historicamente orgânicas* e *ideologias arbitrárias*. Para Gramsci, eram as últimas que mereciam o combate incessante do pensamento crítico, pois, por estarem indissolúvelmente ligadas à manutenção do *status quo*, deturpavam a compreensão da realidade. Já as primeiras faziam parte de um quadro de avanço da ciência e da objetividade, representando vitórias da representação frente a fatos da realidade que todos reconheciam como verdadeiros, independente de pontos de vistas particulares e de grupo. Eram elas que faziam a história se movimentar.

Segundo Gramsci, existe efetivamente um dado de positividade no conceito de ideologia, vinculado ao processo de transformação de uma idéia em operacionalidade. Para ele, a ideologia se torna ciência quando toma a forma de “hipótese científica de caráter educativo energético, e, é verificada pelo desenvolvimento real da história”³¹. Assim a revolução burguesa na França ou nos Estados

³¹ GRAMSCI, citado em KONDER, Leandro, op. cit., p. 105.

Unidos dependia da formação da ideologia para se materializar na história. A ideologia depende de um processo de absorção pelo senso comum, existindo sempre uma catalização e uma transformação de anseios pré-existentes. Assim, retornando ao campo específico da arquitetura e da urbanística, a crítica linchiana e rossiana dos anos 1960 à cidade, revestida da objetividade ingênua do modernismo, encontra no senso comum um terreno fértil, que, ao mesmo tempo é reconhecido como anseio geral, não deixando também de transformá-lo. Em outras palavras, o senso comum ao eleger estas revisões dos anos 60, também as manipula transformando-as. há enfim uma via de mão dupla. A idéia gramsciana de ideologia é, na verdade, bastante complexa, revelando um compromisso com a prática, mas sem se desvencilhar totalmente de uma vertente crítica: “O progresso é uma ideologia, o vir a ser é uma filosofia”³².

Essa frase, certamente, demonstra toda a complexidade da visão de Gramsci sobre a ideologia. Para avançar, a práxis necessita da ideologia, que logo será desmascarada pela filosofia. A própria filosofia da práxis não pode ser imune às vicissitudes da ideologia, exatamente por estar comprometida com a transformação e com a

³² GRAMSCI, citado em KONDER, Leandro, op cit., p. 105.

crescente mobilização dos indivíduos. Gramsci nos alerta para o fato de que o importante não é a ambição irrealista de se preservar contra a contaminação das contradições ideológicas, mas sim a firme vontade de combater e superar os elementos acrílicos da consciência. O impulso transformador é sempre “racionalidade e irracionalidade, arbítrio e necessidade”³³. Há em Gramsci a consciência de que a transformação revolucionária deve abarcar o campo cultural e simbólico, determinando uma mudança efetiva de procedimentos³⁴. Ele parece dar o sinal de alerta para os marxistas em relação à inerente vertente humana da criatividade, tal como ela se manifesta no dia a dia das atividades corriqueiras. Daí a importância que confere ao jornal e às diversas formas de dispersão das idéias no meio social.

Atento às formas de produção da cultura, Gramsci percebe que a ideologia conservadora estava se transformando e perdendo sua capacidade de exercer uma verdadeira hegemonia sobre a sociedade como um todo. Gramsci entendia que o aumento do ceticismo ao longo dos anos 30 do século XX era um sintoma da crise da cultura burguesa, que não era mais capaz de representar

sua cultura de forma generalista e universal. O intelectual – o intelectual orgânico – era responsável pela criação de uma cultura efetivamente transformadora, capaz de representar o ser humano em sua plenitude, sendo constituído pelo movimento da história e, ao mesmo tempo, construindo este movimento. A figura da liderança e sua relação com a base que lhe gerou são magistralmente explicadas pelo conceito de hegemonia. Há sempre uma relação político-pedagógica que, inevitavelmente, oscila entre os conceitos de coerção e de consenso. Identifica-se em Gramsci uma certa presença da imperfeição inevitável no pensar, no filosofar e no fazer científico. Seu pensamento reconhece uma polissemia de pensamentos, autoregulando-se entre a necessidade de avançar na prática e a real construção da realidade.

Essa teoria ajuda-nos a compreender, de forma emblemática, como as cidades vêm sendo construídas e como as premissas de seu desenho podem ser encontradas em formulações ideológicas, ou sistemas de pensamento, que se transformam em ideais do senso comum pela presença da hegemonia. Assim, a ideologia anti-urbana – que, de certo modo, perpassou toda a modernidade e subsiste na pós modernidade – gerou os modelos de desenvolvimento de cidade em torres e de dispersão interminável dependente do automóvel,

³³ GRAMSCI citado em KONDER, Leandro, op. cit., p, 107.

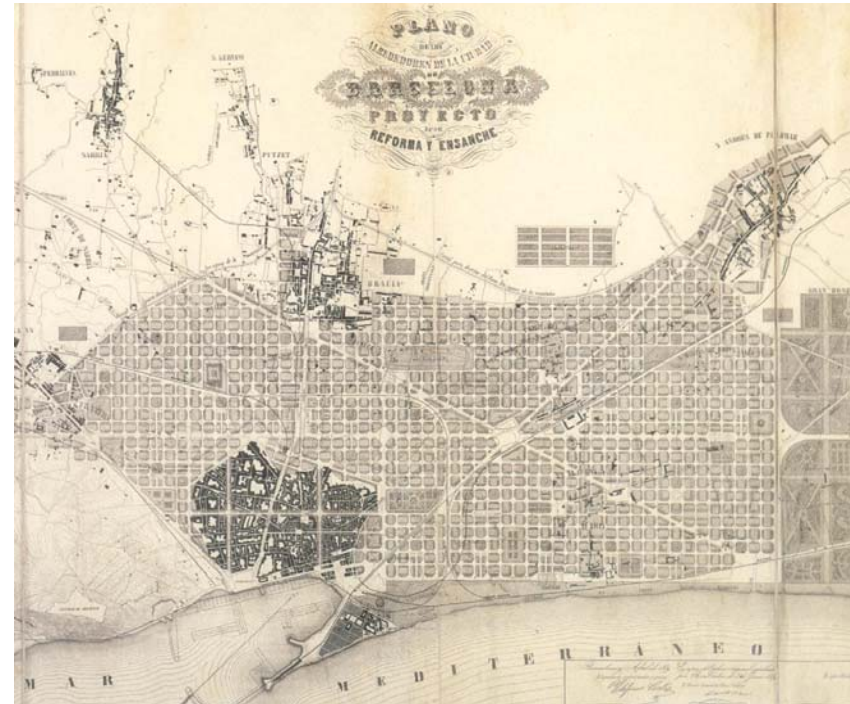
³⁴ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere, vol.4* (tradução de Carlos Nelson Coutinho). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

pois essas construções ideológicas continuam sendo identificadas com o “viver bem”.

Isso também explica porque as cidades neoclássicas, ou higienistas, ou ainda da *Belle Époque*, que trabalhavam diferenciando as avenidas do tecido comum como o espaço da monumentalidade urbana, tiveram uma recorrência impressionante na história das cidades³⁵. Esse modelo formal dominou o cenário das proposições de meados do século XIX até a década de 30 do século XX. Ele se auto-afirmou ideologicamente como um projeto civilizatório que encarnava a cultura ocidental, então atravessando seu segundo ciclo de ampliação, representado pelo capitalismo industrial. As cidades eram, então, grandes promessas de emprego fácil e farto, não necessariamente especializado, que redimiam a humanidade das intempéries naturais e dos condicionamentos da tradição. A cidade da *Belle Époque* encarnou essa crença num ambiente artificializado, pleno de manifestações culturais, promovendo a domesticação do humano. Todavia, em pouco tempo o desenvolvimento da cidade industrial mostrou que a quantidade tendia a superar em muito a

³⁵ MOREIRA, Pedro da Luz. *Belo Horizonte 100 anos da construção de uma tradição modern*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, FAU/UFRJ, 1999 (dissertação de mestrado).

proposição da qualidade e que haviam amplos contingentes populacionais marginalizados.



O plano de Cerda: uma malha indiferenciada contraposta às avenidas

Todas as ideologias do habitar humano na era industrial foram gestadas, de uma maneira ou de outra, como resposta ao horror desse tipo de desenvolvimento que a cidade teve, desenvolvimento que gerou aglomerações urbanas imensas, densas, sem higiene e sem infra-estrutura, locais onde o crime e a perversidade humana

eram potencializados. Durante todo esse período e até os nossos dias, é perceptível o ódio à grande cidade³⁶. Suas características de pontualidade, calculabilidade, exatidão, impessoalidade e anonimato são desprezadas por construírem uma artificialidade inhumana. A grande cidade, com sua vida agitada e intensa é constantemente associada a uma racionalidade instrumental e à penetração da comercialização geral, que passa a imperar em todas as esferas do cotidiano. Os ideólogos do habitar humano, arquitetos e urbanistas geraram então uma diversidade de ideologias que pretendia reconstruir o bucólico e o pitoresco do campo na cidade, o qual passa a encarnar ideologicamente o paradigma do bem viver. Os mestres da vanguarda moderna, Le Corbusier e Frank Lloyd Wright, propõem exatamente destruir a densidade conformando uma cidade dispersa, na qual a distinção em relação ao campo não seja mais percebida. Mais contemporaneamente, Koolhaas também propõe na sua proposta para o subúrbio de Paris, na localidade de Melun de Senart, a condenação da ocupação humana frente a natureza pura e intocada. Talvez a maior prova dessa ideologia anti-urbana esteja localizada no símbolo do urbanismo, síntese do apego e da mistificação da vida rural e das pequenas comunidades agrárias

³⁶ Pensadores como Nietzsche, Heidegger e Puschkin rebelaram-se contra os aspectos artificializantes presentes nas grandes metrópoles, que afastam o ser humano da essência da vida.

como expressões do bem viver. Num quadrado perfeito, dividido ao meio, a parte de baixo é ocupada por um campo verde, e a de cima por um campo azul; exatamente no meio emerge uma estrela amarela, o sol. Nenhuma menção, portanto, ao artificialismo da vida urbana, que afinal oferece mais elementos que o azul do céu e da grama verde.



O símbolo do urbanismo, sem qualquer menção ao espaço artificial

A presente reflexão não nega a presença das categorias condenatórias das grandes cidades (pontualidade, calculabilidade, exatidão, impessoalidade e anonimato), mas faz eco com outros

autores³⁷ que identificam nas metrópoles contemporâneas o nascimento de um novo valor, capaz de fazer frente ao individualismo generalizado: a consciência da interdependência do indivíduo. A grande metrópole possibilita o surgimento da consciência de um cosmopolitismo generalizado, que, a partir do anonimato, faz emergir uma prática de que todos são estrangeiros entre si.

A partir da constatação da inexistência de enraizamento humano na vida artificial da cidade, percebe-se a necessidade do desenvolvimento dos processos de intermediação entre as alterações do comportamento individual e as transformações da estrutura social. Uma prática dos processos que reprimiram nossa animalidade faz emergir uma consciência do outro. A idéia de uma teia de interrelações entre indivíduos diferenciados tem se tornado, juntamente com o conceito de rede³⁸, um lugar comum nas sociedades contemporâneas. Essas redes estão, na verdade, fisicamente configuradas em nossas grandes cidades e devem ser alardeadas como conquistas.

³⁷, Georg Simmel, Norbert Elias, Peter Hall, Richard Sennet, Henri Lefebvre, Mike Davis, todos celebram a emergência das metrópoles contemporâneas, sem abrir mão de uma posição crítica diante de seus efeitos.

³⁸ CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede* (tradução de Roneide Venâncio Majer). São Paulo: Paz e Terra, 1999.

A ideologia que conquista o senso comum e se transforma em ideal universal é uma ideologia hegemônica. No campo da arquitetura e da urbanística, no qual a dimensão da prática é a única possibilidade de realização das proposições e projetos, o discurso da ideologia e da hegemonia assume uma dimensão central. Apenas quando as idéias gestadas sobre o habitar humano atingem o metabolismo social, conquistando-o e doutrinando-o, elas transformam-se em aspirações gerais.

C A crise do pensamento hegemônico: diversidade de racionalidades

Diante desse amplo quadro, faz-se necessário recapitular os pontos levantados nesta reflexão para se compreender seu sentido e sua interligação. Primeiro, foi abordada a questão da ideologia, que pretende operacionalizar a ação humana, auxiliando na compreensão dos seus inevitáveis embates. No segundo ponto foi discutido a idéia de hegemonia, conceito inaugurado por Gramsci e que pretende sistematizar as variadas formas que as ideologias dispõem para conquistar o metabolismo social. Nesse sentido, foram fornecidos exemplos específicos do campo da arquitetura e do urbanismo (corbusieanismo, Lynch e Rossi), que propuseram formas de operar que conquistaram o metabolismo social.

Analisa-se agora a questão do sentido, que no mundo contemporâneo assumiu uma dimensão de quase impossibilidade de existência, havendo uma constante erosão dos objetivos mais imediatos. Essa situação é um tanto paradoxal, pois à medida que os impactos humanos vão se fazendo sentir de forma mais dramática sobre o planeta, a própria humanidade parece negligenciar a previsão de suas ações, ou melhor, o sentido ou ainda a própria hegemonia.

Na sociologia pós-moderna ou contemporânea tem surgido recorrentemente uma perplexidade de sentido, abrindo espaço para um discurso que nega a direção e a hegemonia e que prioriza a alteridade. A reflexão que elege a diferença como bem supremo entre os indivíduos e que aponta para a impossibilidade de um pensamento genérico absoluto nasce exatamente dessa constatação. Emerge na sociedade contemporânea um forte vetor da necessidade da construção do pensamento a partir de uma legitimação social, que passa a ser sua auto-justificação. Invariavelmente pensadores críticos procuram mostrar que o pensamento precisa ser contextualizado e referenciado a realidades específicas, não sendo mais possível o pensamento de largas generalizações, que sempre incorre em desvios totalizadores. Por outro lado, mas no mesmo sentido, surge uma reflexão que aponta

para o final da presença da hegemonia solitária no mundo contemporâneo, o qual se caracterizaria pela diversidade de hegemonias ou pela convivência entre elas, sem que nenhuma delas tenha a pretensão de domínio sobre o metabolismo social. Desenvolve-se uma consciência generalizada contra o consenso e contra o pensamento único, vistos como verdadeiros responsáveis pelas atrocidades que a humanidade teve de enfrentar ao longo do século XX.

Todas essas críticas se iniciam no pensamento de Jean-François Lyotard, que talvez tenha sido o primeiro a apontar o fim dos meta-discursos ou discursos com pretensões atemporais e universais na pós-modernidade, substituídos por uma variedade de lógicas, que se alicerçam por sua vez numa miríade de contextos, raciais, de gênero, culturais etc.³⁹ Para ele, a chegada do novo espírito de época estava ligado ao aparecimento no horizonte de uma sociedade pós-industrial – já teorizada por Daniel Bell e Alain Tourraine – que apontava o conhecimento como principal força econômica de produção. A ciência e sua reprodução/aceitação estavam profundamente impactadas por esse novo arranjo societário, pois a pretensão à superioridade das narrativas do

³⁹ LYOTARD, Jean-François. *O pós-moderno* (tradução de Ricardo Correia Barbosa). Rio de Janeiro: José Olympio, 1986,

conhecimento estava embasada em dois meta-discursos. O primeiro, derivado da Revolução Francesa, localizava o homem como um agente heróico de sua própria libertação, exatamente pela expansão interminável do seu conhecimento. O segundo, proveniente do idealismo alemão, construiu uma imagem do espírito, também humano, como uma progressiva revelação da verdade. Estes eram os discursos formadores da modernidade, que haviam sustentado sua expansão ininterrupta e interminável.

Sem discordar frontalmente desses argumentos, cabe contextualizar essa reflexão que tantos estragos fez, e continua fazendo, nos ansiosos adeptos do mundo regenerado do pós-moderno, hiper-moderno ou ainda moderno. Lyotard elaborou o estudo sob encomenda oficial do governo de Quebec para o Conselho das Universidades dessa província canadense. Ele reconheceu, no próprio livro, que seu conhecimento da matéria era mais que limitado:

Resta dizer que o expositor é um filósofo e não um expert. Este sabe o que sabe e o que não sabe, aquele não⁴⁰.

⁴⁰ LYOTARD, Jean-François, op. cit., p. 18.

Como assinala Perry Anderson, embora o livro estivesse circunscrito “essencialmente ao destino epistemológico das ciências naturais”⁴¹, lançou principalmente as ciências sociais num relativismo vulgar, que passava a ser a característica da atuação nestas áreas, marcando fortemente o fazer arquitetônico e urbano. O livro de Anderson é uma importante revisão do surgimento do termo pós-moderno, desvendando muito das estratégias do capital diante dos novos arranjos da sociedade. Na realidade, o livro foi elaborado como introdução a uma publicação de Frederic Jameson, que reunia, numa coletânea, alguns artigos sobre o mesmo tema,⁴² e que o autor localizava no ápice da compreensão do fenômeno da pós-modernidade, identificando a necessidade de uma revisão mais profunda dos seus escritos. Os dois autores se mostrarão sempre vigilantes diante do que qualificam como um relativismo absoluto ou vulgar dos pensadores contemporâneos.

Vale assinalar que Anderson, na sua área de atuação específica – a crítica literária –, irá desmistificar uma série de afirmações recorrentes nos dias de hoje, começando pela construção da idéia de modernismo, surgida na periferia do sistema cultural da época.

⁴¹ ANDERSON, Perry. *As origens da pós-modernidade* (tradução de Marcus Penchel). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

⁴² O livro mencionado é *The Cultural Turn: selected writhings on post modern*, de Frederic Jameson. Verso 1998

Com efeito, a primeira menção ao termo, como representação de uma sensibilidade estética, é feita por um poeta nicaraguense, Rubém Darío, em 1890, a respeito de um embate literário no Peru, num periódico guatemalteco. A menção referia-se a um movimento com inspiração em variadas escolas francesas, romântica, parnasiana e simbolista, para decretar uma declaração de independência com relação às letras espanholas. Portanto o modernismo nasceu na América Latina, como expressão da independência dessas letras ao antigo colonizador e filiação ao espírito francês.

Já o termo pós-modernismo nasceu na Espanha, na década de 1930, para denominar um refluxo conservador no interior da modernidade poética. Frederico de Onís, amigo de Unamuno e Ortega, cunhou o termo em contraposição ao ultramodernismo de Federico García Lorca, César Vallejo, Jorge Luíz Borges e Pablo Neruda, numa antologia poética publicada em 1934, exatamente quando a esquerda assumiu o poder na Espanha, abrindo caminho para a Guerra Civil. O termo não se restringiu ao mundo hispânico, chegando até ao mundo luso-brasileiro em 1947, quando Bezerra de Freitas escreveu *Forma e expressão no romance brasileiro. Do período colonial à época post-modernista*, que se referia à geração da Semana de Arte Moderna de 1922 e ao grupo ao redor de Mário

de Andrade como modernistas e a um grupo de reação indigenista, provavelmente o grupo neo-colonial de Mariano Procópio, como pós-modernista. Toda essa arqueologia em torno dos dois termos demonstra como contemporaneamente o sentido desses conceitos tem se metamorfoseado de forma intensa. O pós-moderno, que está em amplo desuso, já representou uma rebelião contra o sistema de pensamento ocidental, gestado pela cultura ibérica e latino-americana.

O termo só chegaria ao mundo anglo-saxônico vinte anos depois, e não como denominador de sensibilidade poética, mas como categoria ou espírito de época. Arnold Toynbee, no seu monumental *A Study of History* – cuja escrita inicia, na mesma época da formulação de Onís, em 1934 –, pretendia interpretar a idade recente no Ocidente como uma moldagem entre duas forças poderosas: o industrialismo e o nacionalismo. Para ele, as duas forças haviam entrado em conflito aberto a partir de meados do século XIX, e a Grande Guerra era o sintoma mais evidente disso. No oitavo volume, publicado em 1954, Toynbee chamou a época inaugurada com a guerra franco-prussiana (1870-1871) de idade pós-moderna, na qual via, como algo negativo, o declínio do poder de mando das burguesias nacionais, e apontava a ascensão de uma classe operária ocidental e de uma intelectualidade fora do Ocidente,

que dominava os segredos da modernidade e virava-se contra o mesmo Ocidente. Os exemplos eram o Japão da era Meiji, a Rússia bolchevique, a Turquia de Mustafá Kemal e a recém-nascida China maoísta. Portanto, na década de trinta do século XX o termo pós-moderno atinge o mundo hegemônico anglo-saxônico e é cunhado como reação ao eurocentrismo ou ao ocidentalismo.

Em certo sentido, a previsão de Toynbee não se concretizou, pois mesmos estes países apontados por ele como questionadores da classe média moderna, localizada nos países hegemônicos da Europa e no leste dos EUA, adotaram o credo baseado no desenvolvimento desenfreado das tecnologias. Enfim, ao final das duas grandes guerras, parecia a todos que a lógica ocidental de busca pelo desenvolvimento tecnológico, havia conquistados todos os rincões da terra. A visão de Toynbee fora abandonada e com ela a fixação do conceito de pós-moderno.

O termo voltou a voga com um poeta americano, Charles Olson, que no verão de 1951 ao voltar da península de Iucatã, no México, escreveu ao também poeta Robert Creeley, referindo-se a um mundo pós-moderno, posterior à era imperial dos Descobrimentos e anterior à Revolução Industrial. Mais tarde, ele fez referência a um mundo da primeira metade do século XX que virara pós-moderno ou

pós-Ocidente. Em 4 de novembro de 1952, quando Dwight Eisenhower foi eleito presidente, Olson publicou um manifesto em um catálogo da Twentieth Century Authors, que considerava partícipe de um constante presente, terminando por afirmar que este presente vivo em andamento era como pós-moderno, pós-humanista, pós-histórico. Antes em 1949, com a tomada de Pequim pelas tropas comunistas de Mao, esse mesmo poeta acabaria compondo poemas que continham um forte anti-ocidentalismo. Nesse movimento, é interessante notar a vinculação da força emergente da América, ainda reunida sob o rótulo de Novo Mundo e que representa uma resistência ao *modus operandi* ocidental:

Pois os povos primitivos da América vieram outrora da Ásia e suas civilizações – por mais sombrias – eram menos brutais que as dos europeus que os conquistaram, deixando a seus descendentes enigmas de uma vida ainda a ser recuperada.⁴³

O trabalho de Olson parecia refletir a poesia de Neruda, que, aliás, no mesmo momento teve seus versos “Alturas de Machu Pichu” traduzidos para o inglês. No entanto, o que cabe destacar é que, pela primeira vez, o termo pós-moderno está carregado de positividade, expressando uma transformação utópica, na qual se afirmava um anti-Ocidente, a partir de uma aliança entre a Ásia e a

⁴³ OLSON, citado em ANDERSON, Perry, op. cit., p. 16.

América. Olson acabou caindo nas malhas do macarthismo e sua escola, o Black Mountain College, fechou as portas em 1954.

No final dos anos 1950, o termo pós-moderno volta à cena, mas dessa vez com um componente tipicamente negativo. Em 1959, o sociólogo Charles Wright Mills e o crítico literário Irving Howe, ambos nova-iorquinos de esquerda, usaram o termo de forma negativa. O sociólogo mantinha um tom anti-ocidental:

Estamos no final da chamada idade moderna, assim como a antiguidade foi seguida por vários séculos de ascendência oriental, que os ocidentais chamam provincianamente de Idade das Trevas. Assim também a Idade Moderna está sendo seguida por um período pós-moderno.⁴⁴

O crítico literário usou o termo para descrever uma ficção contemporânea de uma sociedade com classes cada vez mais amorfas, devido à prosperidade do pós-guerra. Ele estabelecia uma clara articulação entre sociedade de massa e entorpecimento das reivindicações gerais da sociedade, seguindo à linha de Adorno e Hockheimer⁴⁵. Em 1960, Harry Levin, retomando Toynbee, utiliza-se

⁴⁴ C. Wright Mills, *The Sociological Imagination*, Nova York, 1959, p. 165-167, citado em ANDERSON, Perry, op. cit., p. 16.

⁴⁵ ADORNO, Theodor W. e HOCKHEIMER, Max – *Dialética do esclarecimento* (tradução de Guido Antonio de Almeida). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

do conceito de pós-moderno para denominar a perda de capacidade crítica e o aparecimento de um relaxado conluio entre burguesia e artista, com termos pejorativos que denunciavam um excesso de comercialismo e uma permissividade com estratégias de marketing. Esse parece ser o sentido mais contemporâneo do termo, ou pelo menos mais aproximado de nós, segundo o qual o pós-modernista assume uma postura mais conservadora e o moderno ou neo-moderno encarna, novamente, a revolta vanguardista.

Em meados da década de 1960, Leslie Fiedler num Congresso da Liberdade Cultural, patrocinado pela CIA, evento típico dos tempos da guerra fria, celebrou a chegada de uma nova geração de “excluídos da história”, que pelo seu desligamento, desinteresse e consumo de alucinógenos encontrava expressão numa literatura pós-moderna. Amitai Etzioni, que lecionava nas universidades de Columbia e Berkeley nos anos das rebeliões estudantis, no seu livro *The Active Society*, refere-se a um período pós-moderno a partir do final da Segunda Guerra Mundial, quando ocorre um declínio das grandes empresas e das elites estabelecidas, abrindo a possibilidade, pela primeira vez na história, de uma efetiva democratização que atenda às camadas populares. Havia uma clara inversão de sinais da negatividade a positividade de Mills a Etzioni. Tem lugar, pela primeira vez, a problematização do acesso das

massas não só à cultura, mas também à sua produção. Para Etzioni, a quantidade acabaria por determinar uma mudança de qualidade nos meios pensantes. A década de 60 do século XX é o momento em que essa generalização massificadora atinge grande parte do mundo.

No entanto, a capacidade metamorfoseante do conceito parecia ainda inesgotável. O recurso ao prefixo “pós” aumenta a indefinição do termo, parecendo marcar, na verdade, uma diferença apenas ocasional, sucessora, mas sem substância própria. Assim também o termo moderno, estético ou histórico, está inevitavelmente vinculado a um presente eterno, pois o conceito é associado ao contemporâneo, criando uma dificuldade para qualquer época posterior a ele. Cabe aqui a lembrança de que o termo moderno-histórico, usado para qualificar períodos de tempo, é empregado desde o século XIII. Afinal, todos queremos demonstrar sintonia com o nosso tempo.

Em 1972, deu-se o passo definitivo para consolidação do termo pós-moderno. Quando David Antin lançou a revista literária *Boundary 2*, cujo subtítulo era “Revista de Literatura e Cultura Pós-Moderna”, o legado de Olson claramente ressurgia. As intenções de rebeldia e negação do *establishment* da revista eram mais do que evidentes.

William Spanos, um dos seus fundadores, ficara horrorizado com o conluio entre os EUA e a junta militar grega durante sua estada como professor visitante na Universidade de Atenas. Portanto, o posicionamento anti-ocidental persistia. No entanto, esse posicionamento acabaria por se tornar menos definido, abandonando a visão de Olson e escorregando para um existencialismo, a princípio sartreano e depois heideggeriano.

No outono de 1971, um dos principais colaboradores da revista, Ihab Hassan – egípcio de nascimento, filho de um governador aristocrata no período entre guerras, famoso pela repressão a uma manifestação contrária à tutela britânica – lançou um livro chamado *Postmodernism. A Paracritical Bibliography*. Essa obra, na prática, ampliava o espectro da sensibilidade pós-moderna para além da literatura, estendendo-se às artes visuais, à música, à tecnologia e à sensibilidade em geral. Quatro figuras respondiam pela demarcação dessa nova sensibilidade: John Cage, Robert Rauschenberg, Buckminster Fuller e Marshall McLuhan. Cada um deles encarnava um potencial de ruptura com as verdades da ortodoxia modernista. A Black Mountain College estava presente, embora Olson estivesse ausente. Para Hassan, o novo estilo era definido por uma série de negações, “nem olímpico e distante como o modernismo, nem boêmio e rebelde como as vanguardas, o pós-modernismo sugere

um tipo diferente de acomodação entre a arte e a sociedade”⁴⁶. Ele defendia uma clara ambivalência política, buscando uma separação clara entre o mundo da arte e da política. Certa vez, acusou os marxistas de estarem sob “o jugo de ferro da ideologia, no seu disfarçado determinismo social, preconceito coletivista e desconfiança sobre o prazer estético”⁴⁷.

Depois que o museu parisiense Grand Palais promoveu, em 1985, uma grande exposição de *design* intitulada “Estilos 85”, os comentários de Hassan mudaram de tom. O próprio pós-moderno mudou, dando a guinada errada. Encurralado entre a truculência ideológica e a ineficácia desmistificadora, enredado no seu próprio kitsch, o pós-moderno tornou-se uma espécie de pilhéria eclética, refinada lascívia de nossos prazeres roubados e descrenças fúteis. Essa mesma acusação de populismo barato, que fez Hassan abandonar o discurso positivo passando para o lado de detrator, levou os arquitetos Robert Venturi e seus colaboradores Denise Scott Brown e Steven Izenour a assumirem o pós-moderno como bandeira. Os três publicaram dois manifestos sobre arquitetura, arte à qual Hassan menos havia dedicado espaço: *Complexity and Contradiction in Architecture* (1966) e *Learning from Las Vegas*

(1972). A crítica desancava a abstração erudita e ininteligível do modernismo de Mies e declarava-se alinhada ao comercialismo *pop* de Las Vegas. Mantinha-se dentro de um programa crítico, acusando a tradição moderna de abstrata e empostada, longe do vernáculo corriqueiro do homem comum. Tal crítica escondia, na verdade, um imenso apelo comercial, que ansiava por uma relação mais palatável com a sociedade, encarada apenas como mercado.

Cabe frisar, porém, que Venturi não usava o termo pós-moderno no sentido restrito do termo *pop*. Na verdade, o termo pós-moderno seria utilizado no campo da arquitetura por Robert Stern, arquiteto nova-iorquino e aluno de Venturi. Apenas em 1977, Charles Jencks fez a fortuna crítica do termo, popularizando-o de forma inequívoca no seu *Language of Post-Modern Architecture*, reeditado várias vezes e sempre inserindo novas correntes. Jencks defende abertamente uma arquitetura híbrida, que conciliasse a sintaxe moderna e a historicista, buscando um diálogo entre as sensibilidades popular e erudita. Em 1980, Jencks ajudou Paolo Portoghesi a montar a Bienal de Arquitetura de Veneza, que, naquele ano, ganhou o sugestivo nome de “Presença do Passado”. A essa altura, Jencks já era um entusiasta da causa da arquitetura pós-moderna, desenvolvendo em seus livros uma taxonomia do movimento, que abarcava uma diversidade impressionante,

⁴⁶ Hassan, Ihab em *Post Modern Turn*, citado em ANDERSON, Perry, op. cit., p. 27.

⁴⁷ Hassan, Ihab em *Post Modern Turn*, citado em ANDERSON, Perry, op. cit., p. 27.

estendendo-se do neo-racionalismo de Rossi ao populismo de Ventury. Nessa época, ocorreu um fenômeno interessante. Muitos arquitetos deixaram suas pranchetas de lado e entregaram-se a uma impressionante produção literária, configurando um amplo movimento editorial

A primeira obra a dedicar-se ao tema segundo um viés filosófico foi *A condição pós-moderna*, de Jean-François Lyotard, publicada em Paris em 1979. Três anos antes, o mesmo autor declarava numa conferência em Milwaukee, organizada por Hassan sobre as artes performáticas, que o pós-moderno não estava interessado em produzir “verdades no mercado da representação, mas criar perspectivas no retorno da vontade”⁴⁸. O horizonte de Lyotard era a produção do conhecimento e da ciência. Esse livro havia sido encomendado pelo governo da província de Quebec, onde o Partido Nacionalista de René Levesque acabara de assumir o poder, Levesque havia pedido a Lyotard que escrevesse um relatório sobre o estado do conhecimento.

Cabe aqui um retorno ao pensamento de Lyotard. A partir da ampla revisão efetuada por Anderson, percebe-se, nessa construção, uma

⁴⁸ LYOTARD, citado em ANDERSON, Perry, op. cit., p. 31.

naturalização do capital como a única forma de organização social possível. Conforme já foi dito, na primeira obra de Lyotard desaparece o sonho do consenso e instala-se uma série de micro-narrativas que competem entre si. A estabilidade não existe mais; tudo tende para o contrato temporário e as verdades são parciais e episódicas. *A condição pós-moderna* foi o primeiro livro a proclamar esta situação como um padrão geral de comportamento da humanidade, apesar de se restringir ao destino epistemológico das ciências naturais, como já assinalado. Lyotard demonstra um fascínio pelo pluralismo cognitivo, que a academia francesa identifica como novidade, mas que, na verdade, é velha para os anglo-saxões. O que é importante destacar é aquilo que Lyotard não menciona no seu estudo ampliado: as artes e a política.

Com *A Condição pós-moderna*, Lyotard anunciou o declínio das narrativas grandiosas, sempre iniciada pela do socialismo clássico. Nos textos subseqüentes, ele ampliaria o leque das narrativas extintas – a redenção cristã, o progresso iluminista, o espírito hegeliano, a unidade romântica, o racismo nazista, o equilíbrio keynesiano. Com a euforia do período Reagan e Thatcher, o triunfo global do mercado e a queda do império soviético, o mundo parecia sucumbir ao domínio das ideologias de direita. Lyotard permaneceu sem reconhecer que o capitalismo não era uma de suas

metanarrativas, pois apesar de parecer uma finalidade, na verdade ele destruía todas as finalidades:

O capitalismo é, mais precisamente, uma representação. Como sistema, sua fonte de calor não é a força de trabalho mas a própria energia, a física (o sistema não é isolado). Como representação, tira sua força da Idéia de infinitude. Pode aparecer na experiência humana como o desejo por dinheiro, o desejo de poder ou da novidade.⁴⁹

O que fica claro, a partir da narrativa de Lyotard, é que o capital havia se tornado o único metadiscurso possível para nossa contemporaneidade. A questão do triunfo do capitalismo como sistema operacional hegemônico é encarado por ele como um processo ontológico de seleção natural. Segundo ele, as democracias liberais mostraram-se mais eficientes, derrotando os competidores comunistas e islâmicos e moderando os perigos ecológicos. A força do capitalismo viria da sua capacidade de promover o desenvolvimento, tornando o mundo mais humano, pois segundo Lyotard, o desenvolvimento não era uma invenção humana, mas sim o inverso: a humanidade só era possível e real a partir do desenvolvimento. A teoria da pós- modernidade de Lyotard, que

⁴⁹ Jean-François Lyotard. "Appendice svelte à la question postmoderne" (1982). In *Tombeau de l'intellectuel*. Paris: Galilee, 1984, citado por ANDERSON, Perry, op. cit., p. 40.

decretava o fim das grandes narrativas, acabou por consagrar o desenvolvimento e o capitalismo como grande narrativa. Com a desintegração do bloco soviético, a hegemonia do capital passou a ser algo muito mais digerível, assumindo cada vez mais um discurso triunfalista, típico das narrativas legitimizantes que Lyotard tentava naturalizar.

Em 1980, ao receber o prêmio Adorno da municipalidade de Frankfurt, Jürgen Habermas proferiu uma palestra intitulada "A modernidade – um discurso incompleto", no qual o grande filósofo alemão encarava pela primeira vez o tema da pós- modernidade. Depois de anos de euforia na recepção desse estado de espírito, Habermas assumia um tom cáustico, detratando-o de forma abrasiva. Habermas parecia não ter conhecimento das reflexões de Lyotard, fazendo apenas menção a Bienal de Arquitetura de Veneza de 1980, montada por Jencks e Porthoghesi. O tom geral do seu discurso proclamava que as vanguardas haviam envelhecido e o espírito da modernidade estética – com seu presente eterno, sempre na busca de um futuro heróico, que se inicia com Baudelaire e atinge o clímax com o dadaísmo – havia definitivamente estancado. Apesar de reconhecer esse estado de espírito, o último representante vivo da Escola de Frankfurt, afirmava já desde o título, que a modernidade era um projeto que não havia sido superado.

Inacabado, deveria ser retomado. No entanto, ele reconhecia, assim como o teórico neoconservador Daniel Bell, que o mundo havia sido profanado, mas não pela lógica da cultura modernista, como acreditava Bell, e sim pela lógica comercial da modernização capitalista. Para ele, o retorno a uma crença coletiva de estruturação da sociedade só poderia ser obtido a partir de uma volta ao sagrado, ao mágico e ao símbolo.

Segundo Habermas, o projeto iluminista da modernidade possuía duas vertentes. De um lado, a construção de uma autonomia entre as esferas da ciência, da moralidade e da arte, não mais fundidas numa religião, mas governadas pelo livre arbítrio centrado na figura de um indivíduo autoconsciente, na plenitude de sua maioridade. Por outro lado, a autonomização dessas esferas no fluxo do cotidiano contribuiria para o enriquecimento da vida, humanizando-a. Este era, afinal, o projeto maior das vanguardas do início do século XX no campo das artes, que pretendiam reinseri-la nos mundos da vida, demolindo as instituições museográficas através de atos espetaculares de vontade estética. Seus gestos, porém, foram recorrentemente absorvidos pela comercialização e as três esferas – ciência, ética e arte –, agora independentes, não lograram construir a utopia.

Embora aponte para a necessidade de uma ação coordenada entre elas, Habermas reconhece que o clima geral que se havia instaurado no mundo ocidental com uma profusão de correntes críticas da modernidade, invariavelmente baseadas em Foucault e Bataille, remetia à vertente autoritária da ciência e da utopia, invariavelmente associada a uma pretensão de exclusividade. Essa junção acabou, muitas vezes, confundindo-se com a racionalização filosófica moderna de todas as esferas da vida. O argumento de Habermas soava como uma construção sinuosa, retirando de Max Weber a diferenciação dos mundos em especialidades estanques e acrescentando que o Iluminismo pretendia reunificá-los como recursos intercomunicantes nos mundos da vida (*lebenswelt*⁵⁰).

Essa última idéia de Habermas foi certamente retirada de sua teoria crítica, deixando claro que o projeto moderno reunia dois princípios opostos – especialização e popularização –, que constituíam o princípio legitimador da modernidade. A idéia de que o mundo da vida é integrado por normas intersubjetivas, prevalecendo a ação

⁵⁰ Essa expressão usada por Habermas representa a vida em sua cotidianidade, a forma da ação humana em sua concretude efetiva. O termo foi também introduzido por Husserl e pela fenomenologia e pretende designar o mundo da experiência humana, sendo o real em seu sentido pré-teórico ou pré-reflexivo, como se fosse possível exilar a teoria e a reflexão da experiência humana (cf. JAPIASSÚ, Hilton e MARCONDES, Danilo. *Dicionário básico de filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar 2006).

comunicativa à instrumental, provém do filósofo alemão. Em artigo sobre a pós-modernidade⁵¹, **Habermas** utiliza a condição de intersubjetividade como uma aspiração da modernidade. É bem verdade que ele identificou o profundo declínio que a esfera pública vinha sofrendo na contemporaneidade em ocasião anterior, mas não volta ao tema⁵². O aparente declínio do modernismo estético é ligado às tendências de supervalorização das esferas do poder. Em termos práticos, Habermas desvincula modernidade de modernismo, identificando o primeiro conceito com um projeto inconcluso da humanidade e o segundo com uma representação importante, mais descartável, quase um estilo do desejo de mudar o mundo que a modernidade carrega. No entanto, o clima adorniano de uma humanidade diante de um impasse sem saída, de certa forma se repete no artigo, apontando-se muito poucas alternativas, a não ser a tábua de salvação da incompletude do projeto moderno.

Nessa comunicação dirigida mais especificamente à arquitetura e ao urbanismo, Habermas explicitou sua interpretação sobre o clima geral reinante nessas disciplinas. Ele reconhece que, desde o

⁵¹ HABERMAS, Jürgen, "Arquitetura moderna e pós-moderna". In *Revista CEBRAP*, setembro de 1987, p. 115. A conferência foi proferida na abertura da exposição "A outra tradição – Arquitetura em Munique de 1800" e incluída em *Die Neue Unuebersichtlichkeit*, Frankfurt, 1985, p. 29.

⁵² HABERMAS, Jürgen, op. cit., p. 89.

neoclássico, o modernismo foi o único estilo unificador que conseguiu criar uma tradição clássica. Para ele, a proposta modernista pretendeu enfrentar três desafios:

- o desenho de novos edifícios, ou programas, tanto culturais (bibliotecas, escolas e teatros) quanto econômicos (estações ferroviárias, lojas de departamentos, armazéns e casas de operários);
- a utilização de novos materiais, como o aço, o vidro e o concreto;
- e dar uma resposta às especulações capitalistas que assaltavam o território da cidade

O filósofo alemão afirma que essa foi a resposta mais consistente ao historicismo que então imperava e mascarava a essência da utilização dos materiais ou a verdadeira expressão dos novos programas. No entanto, o modernismo não foi capaz de responder à altura o terceiro desafio, tendo sido absorvido pelos incorporadores e burocratas que logo passaram a encomendar edifícios funcionais para otimizar seus interesses, lucros e dominação. Para Habermas, o erro foi a confiança excessiva na planificação e não a ausência de preconceito contra o mercado. Essa planificação manteve-se presa a

uma racionalidade instrumental, abandonando a racionalidade comunicativa dos primeiros anos. Desse modo, ele mantém o cerne da sua proposição.

Habermas, no mesmo artigo, relativiza o conceito de cidade, que desde as estações ferroviárias e a explosão de tamanho provocada pela industrialização tornou-se obsoleta. Ele também menciona a perda de importância da arquitetura como representação do poder no mundo moderno, em virtude do aparecimento de uma concorrência de meios menos perenes, entre os quais a propaganda. Fica mais uma vez manifesta a angústia adorniana dos últimos pensamentos da Escola de Frankfurt, “que simultaneamente reafirma os ideais do Iluminismo e lhes nega qualquer chance de realização...”⁵³. No final, Habermas acaba declarando sua simpatia pelas correntes vernáculas do pós-modernismo que encorajam a participação popular, não deixando, contudo, de alertar para o descolamento da vida contemporânea efetiva, que denuncia uma nostalgia dos tempos da Belle Époque, como uma modernidade nostálgica de si mesma.

⁵³ ANDERSON, Perry, op. cit., p. 51.

É nesse momento que Jameson entra em cena. Sua esclarecedora narrativa da evolução ideológica do termo pós-moderno, identificando-o como um fenômeno em processo, determina uma guinada na compreensão do fenômeno da contemporaneidade. As conferências por ele proferidas no Museu Whitney de Nova York, no outono de 1982, construíram uma visão do movimento pós-moderno ou sua alternativa da nova modernidade, como sendo lógicas fundamentais para a expansão do sistema capitalista contemporâneo, na qual a volatilidade dos meios de acumulação do capital encerra uma dimensão planetária e quase momentânea. Essa situação determinava a mistura definitiva das dimensões culturais, sociais e econômicas,⁵⁴ demandando um crescente desenvolvimento do simbolismo e fazendo com que essas três instâncias passassem a funcionar de forma semi-autônoma. A espetacularização da vida emerge, então, e de maneira definitiva, como única referência e marco do declínio de toda e qualquer presença da objetividade e da necessidade. As manipulações estão presentes nos mercados especulativos das bolsas ou dos empreendimentos imobiliários, onde a relação entre valor do objeto ou do papel que o representa perde cada vez mais sua âncora na realidade.

⁵⁴ JAMESON, Frederic. *O tijolo e o balão; arquitetura, idealismo e especulação imobiliária* (tradução de Maria Elisa Cevalco). Petrópolis: Vozes, 2001, p. 177.

Depois de traçado esse amplo quadro, convém retornar ao nosso campo específico, a arquitetura e a urbanística, particularmente à área da teoria do projeto, i.e., ao campo da elaboração dos objetos arquitetônicos ou urbanísticos, ao campo da projetualidade. Feche-se, aqui, o ciclo dessa argumentação, apontando para prática do projeto contemporâneo, com suas referências, premissas e parâmetros tanto para a arquitetura quanto para o urbanismo. Perante a imensa volatilidade dos conceitos apresentados acima e a volatilidade dos empreendimentos, considera-se que nossas referências, premissas e parâmetros devem passar a ser pautados por um retorno à *ética da essência dessas matérias*. Na sua essência, tanto a arquitetura quanto o urbanismo tratam do habitat humano, um direito fundamental da humanidade, inserido de forma definitiva em sua cotidianidade. A busca de uma forte vinculação entre os mundos da vida e o projeto é uma aspiração dos arquitetos desde os tempos das vanguardas modernas. É forçoso reconhecer que a importância dada ao espetáculo e à grandiosidade, particularmente pelos veículos especializados, para temas que figuram como demonstrações externas da civilização – museus, bibliotecas, centros culturais etc. –, demonstra e justifica o encolhimento do debate arquitetônico na grande mídia. Essa tendência necessita ser reformulada urgentemente, pois se não for revogada pode vir a determinar a morte definitiva do debate da

arquitetura e da urbanística, neste início do século XXI, na grande mídia. As vanguardas do início do século XX se firmaram e impuseram sua penetração no tecido social em virtude, exatamente, da sua vinculação com o tema da cotidianidade, representada pela habitação⁵⁵. Pensar a habitação em nossas grandes metrópoles contemporâneas envolve diferentes enfrentamentos, desde um sistema de transporte público eficiente e rápido até a produção massiva de habitações, passando pela questão fundiária. A habitação permanece como uma aspiração geral da sociedade contemporânea, que a reconhece como direito humano fundamental, mas que ainda não encontrou formas de operacionalizar essa pretensão nos efetivos *mundos da vida*.

O direcionamento vanguardista do início do século XX não é mais possível hoje, pois as possibilidades de convergências de opiniões foram definitivamente erodidas nesse início do século XXI. Emerge de forma clara e cada vez mais contundente o discurso ideológico da alteridade e da diferença e o seu correlato necessário da afirmação das identidades torna-se cada vez mais fracionado numa infinidade delas, as quais, por sua vez, destróem as possibilidades de convergências. A própria habitação é apontada como fator de

⁵⁵ KOPP, Anatole. *Quando o moderno não era uma estilo e sim uma causa* (tradução Edi G. de Oliveira). São Paulo: Nobel/Edusp, 1990.

diferenciação entre os seres humanos, pois afinal desde Martin Heidegger⁵⁶ que o *habitar* está profundamente vinculado ao *ser*, o que nos leva a constatação de que habitamos de forma diferenciada. Mas mesmo em Heidegger, na sua interessante crítica ao industrialismo e à técnica, percebe-se a busca de que habitar é humanizar, ou, em outras palavras, que a construção do abrigo humano enfatiza, justamente, esta condição de humanidade.

Diante dessa ampla diversidade, Habermas propõe uma busca da racionalidade comunicativa, proposição que enfatiza os procedimentos de realização mais do que o alcance dos objetivos. Trata-se de uma prática que a teoria da arquitetura e da urbanística já vive desde a distante década de 60, com teóricos como o Team X, Kevin Lynch, Christopher Alexander, Turner e Carlos Nelson dos Santos, que promoveram a contaminação dos procedimentos de projeto pelo usuário, fundando práticas nas quais a racionalidade comunicativa já se fazia presente. Portanto, a reconstrução da importância ideológica da arquitetura e da urbanística no mundo contemporâneo se dará pela afirmação da essencialidade dessas práticas, mediante a forte vinculação ao fenômeno da habitação e a

⁵⁶ Refiro-me ao livro de Heidegger *Building, Dwelling, Thinking*. Nova York: Harper & Row, 1998.

inclusão mais efetiva de interlocutores distintos, que cada vez mais se engajarão na projetualidade dos *mundos da vida*.

Torna-se necessário, nesse ponto, um retorno ao horizonte concreto da nossa atuação, as cidades, mais precisamente àquilo que Rossi denomina de “arquitetura da cidade”, i. e., sua dimensão material mais presente. Esses objetos variados, que se transforma em função dos estágios de desenvolvimento da sociedade, possuem uma dimensão construída e concreta, que constitui a face prática e possível das sociedades humanas. Nosso objetivo são as cidades contemporâneas no limiar do século XXI. Com suas estruturas que resistem ao tempo, ou que são substituídas, elas podem trazer antevisões das possibilidades de interação entre sociedade e projeto. Construções complexas e variadas, as cidades contemporâneas anunciam em seus mundos da vida concretos uma antecipação das práticas projetuais aqui defendidas. Assim, a cidade não é apenas um espelho da sociedade existente, mas também a antecipação de existências possíveis e diferenciadas daquelas vivenciadas hoje, apontando possibilidades de transformações variadas e múltiplas. Portanto, a reflexão envereda por dois temas ideológicos centrais em nossa contemporaneidade, representados de forma emblemática nas nossas cidades: as ideologias da civilização e da modernidade.

D A ideologia da civilização

A idéia de cidade-civilização perpassa o senso comum de maneira clara e objetiva, quando, por exemplo, famílias de emigrados do campo chegam às nossas metrópoles. Nessa situação, percebe-se invariavelmente uma expectativa positiva, uma esperança de mudança na sua própria sorte. A cidade representa a possibilidade de mobilidade social, que o campo invariavelmente nega. Forte tendência da humanidade desde de tempos imemoriais, a civilização nem por isso se constitui num destino inexorável da humanidade; antes, deve ser constantemente construída e vigiada, pois a barbárie ronda-nos constantemente. É, pois, fundamental para a projetualidade o esclarecimento e a precisão do conceito de civilização e de suas inevitáveis representações na cidade.

A civilização, longe de qualquer idealismo, não é um estágio superior de existência que determinados povos desfrutam enquanto outros lutam para alcançá-lo. Ela consiste, isso sim, em uma necessidade instalada no ser humano, devido a algumas características próprias da espécie. Ela nasce de um traço inerente à espécie humana, que determina a sua absoluta dependência da sociabilidade, fundamental, por sua vez, para a garantia da sobrevivência. A

convivência interhumana sempre foi um traço marcante da espécie, portadora de dotes intelectuais apurados em contraposição a uma relativa fragilidade física. A interdependência, a divisão de tarefas e a discussão de estratégias sempre marcaram o fazer humano, que acabaram, após um longo processo, determinando uma hegemonia quase absoluta da espécie sobre a Terra. A civilização é, por conseguinte, o incremento das interdependências entre seres humanos, que nunca cessa de se ampliar. Trata-se de um movimento contínuo, que comporta retrocessos e avanços e que cada vez mais condiciona o fazer individual.

Nessa perspectiva, o processo civilizatório pode ser definido como um aumento da interdependência entre os indivíduos na vida societária, bem como um desenvolvimento de padrões de convivência que se instalam a partir da sua presença. Com o avanço do processo civilizatório, mais pessoas sintonizam suas condutas com as de outras, construindo uma teia interdependente que se organiza de forma cada vez mais rigorosa e precisa, transformando cada ação individual numa função social⁵⁷. Esse processo não é uma decisão racional que se instala, mas fruto de uma necessidade

⁵⁷ Os conceitos aqui desenvolvidos de processo civilizatório e de ampliação da civilização foram tirados de ELIAS, Norbert. *O processo civilizador* (tradução de Ruy Jungmann). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993, 2 v.

de sobrevivência presente no ser humano, determinando que algumas condições objetivas de sua existência sejam alcançadas de maneira mais eficiente quando agregados em grupos. A sociedade contemporânea é fruto de um longo e diversificado processo de desenvolvimento dessa interdependência. A etapa que vivenciamos não é melhor nem pior do que as fases anteriores, mas certamente é a que reúne o maior acúmulo de experiência humanas diferenciadas, o que aumenta em muito as responsabilidades da atual geração de humanos. Ao longo de sua história, a humanidade defrontou-se sempre com duas possibilidades: a ampliação do processo civilizatório ou o aumento da barbárie. A contemporaneidade vive esse mesmo confronto, mas de forma muito mais dramática, pois em nosso tempo a negação da interdependência e a imposição de vontades particulares podem determinar o extermínio da própria espécie.

O conceito de civilização recalca as diferenças particulares entre indivíduos e povos e enfatiza o que é comum a todos os seres humanos. Conforme assinalado por Norbert Elias, há uma diferença importante entre cultura e civilização:

o conceito de civilização inclui a função de dar expressão a uma tendência continuamente expansionista de grupos

colonizadores, [enquanto] o conceito de cultura reflete a consciência de si mesma de uma nação que teve de buscar e constituir incessante e novamente suas fronteiras, tanto no sentido político como espiritual e repetidas vezes perguntar a si mesma: Qual é realmente nossa identidade?⁵⁸

O conceito de civilização envolve, portanto, uma espécie de cosmopolitismo, antítese de uma identidade, uma universalidade que necessariamente inclui a presença de uma diversidade de culturas, aquilo que, já no século XVIII, Immanuel Kant definia como cidadão do mundo ou homem cosmopolita⁵⁹. Kant contrapunha o conceito de civilização – considerado a verdadeira virtude humana, uma força em desenvolvimento que iria realizar a humanização do homem – ao conceito diametralmente oposto de cultura, que remete a uma exibição enganadora de erudição, a um processo de contínua construção de identidades. Outro pensador, Sigmund Freud, abordou o tema de forma diferenciada, mas com o mesmo sentido. Para o pai da psicanálise existe uma forte e óbvia objeção à construção da igualdade, pretendida pelo socialismo ou pelo cosmopolitismo entre os homens, pois eles estão dotados de atributos físicos e capacidades mentais muito distintos, havendo

⁵⁸ ELIAS, Norbert, op. cit. v. 1, p. 25.

⁵⁹ KANT, Immanuel. *Idéias sobre uma história universal, do ponto de vista de um cidadão do mundo* (tradução de Rodrigo Naves). São Paulo: Martins Fontes, 2003.

injustiças contra as quais não há remédio. Freud afirmará que é sempre possível unir um número considerável de pessoas no amor, desde que seja para demonstrar a agressividade contra um determinado grupo, mencionando as rivalidades existentes entre portugueses e espanhóis, alemães do sul e do norte, ingleses e escoceses. Ele afirma, de forma pejorativa, ser este o narcisismo das pequenas diferenças⁶⁰. O discurso pessimista do fundador da psicanálise também deve ser encarado como um alerta contra as diferenciações culturais, que na verdade tem construído imensas guerras entre fundamentalismos variados. Contemporaneamente, “o narcisismo das pequenas diferenças” parece centrar-se nas cisões entre o mundo ocidental e o islamismo, que também está envolto por uma profunda diferença de oportunidades entre os dois.

Todavia, o conceito de civilização está igualmente imbuído de um espírito colonizador, conforme lembra Elias. No Ocidente, esse espírito gerou toda uma série de atrocidades, desde a sangrenta conquista ibérica da América, passando pelas diferentes formas de imperialismo e desembocando no genocídio judeu e cigano pelas

⁶⁰ FREUD, Sigmund. *Mal-estar na civilização* (tradução de José Octávio de Aguiar Abreu) Rio de Janeiro: Imago, 1997. O título no original alemão *Das Unbehagen in der Kultur* refere-se ao termo cultura, que é diferente do conceito kantiano de civilização (*Zivilrechte* em alemão).

forças nazistas, o que acabou colocando o projeto iluminista e moderno em profunda crise.

Na contemporaneidade, alguns pensadores⁶¹ vem denunciando essa modalidade de pensamento iluminista como produtor de terríveis formas de regulação e opressão. Incapaz de reconhecer a diversidade de alteridades presentes nas diferentes culturas, gera, inevitavelmente, genocídios como o Holocausto nazista e como o dos tutsis, mais contemporâneo, em Ruanda. O Ocidente patriarcal, cristão e branco, que produziu o iluminismo, é incapaz de reconhecer a diferença e, diante dela, assume invariavelmente a postura de extermínio, própria do colonizador. Impulsionada pelo argumento tosco “nós somos a civilização, eles são a barbárie”, a civilização é sempre homogeneizadora e expansionista. Com isso, caímos no inevitável relativismo de que a civilização e a barbárie não podem mais ser definidas *a priori*, que, na realidade, elas são uma questão de posicionamento ou de ponto de vista, pois cada um

⁶¹ A lista certamente deve ser iniciada com Michel Foucault e segue com autores mais próximos no tempo ao contemporâneo como Jean Baudrillard, Félix Guattari, SANTOS, Boaventura de Souza, críticos da racionalidade ocidental exclusivista que se considera a única guardiã da civilização.

chama de civilizado o que ele é, conhece e compreende e de bárbaro o estrangeiro e o desconhecido⁶².

Por conta disso tudo, precisamos buscar, em nossos tempos contemporâneos, uma definição de civilização que volte a incluir a humanidade em todas as suas diferenças, que promova a humanização coletiva do mundo, que abandone a arrogância, caso contrário o planeta corre o risco da auto-destruição. Acreditamos não haver qualquer tipo de contradição entre a diversidade e a universalidade dos conceitos de civilização e de humano. Não podemos mais crer, ingenuamente, que a promoção da humanização do mundo é o destino inevitável da humanidade. Ela é, antes, construção e vigília diária, pois a barbárie continuamente nos ameaça.

Portanto, definimos aqui civilização como interdependência entre diferentes seres humanos, como proteção e manutenção de patrimônios culturais diferenciados e como solidariedade entre culturas diferentes que precisam umas das outras para aprimorar sua existência efetiva e cotidiana. Essa condição encontra-se claramente instalada em nossas grandes metrópoles, onde já se

⁶² Ver a esse respeito WOLF, Francis. "Quem é bárbaro?". In: NOVAES, Adauto (org.). *Civilização e barbárie*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

pode perceber uma série de flashes de solidariedade entre diferenças acentuadas. Acreditamos, por conseguinte, na presença de um forte vetor que impulsiona a ampliação da interdependência entre indivíduos, fisicamente presente nas grandes metrópoles contemporâneas. No entanto, essa presença não garante por si só sua realização espontânea e inexorável, uma vez que existem forças poderosas que se opõem a esse direcionamento e que apostam sempre na elitização.

De uma maneira geral, a sociedade identifica a ampliação do processo civilizatório com o desenvolvimento da arquitetura e do urbanismo, com a ampliação generalizada do bem viver. A história da arquitetura e do urbanismo testemunha uma série de exemplos de civilização, de efetiva convivência entre diferenças culturais. Diversas cidades encarnaram esse espírito universalista da civilização. A Granada ou a Toledo do século IX, na Espanha, antes da dominação dos reis católicos, a Viena de meados do século XIX, a Berlim da República de Weimar, a Nova York do século XX, Los Angeles e São Paulo no século XXI, entre outras. Em contrapartida, a ruína e a deterioração de conjuntos urbanos e arquitetônicos estão inevitavelmente vinculadas à decadência e ao retrocesso do processo civilizatório.

Em nossa perspectiva contemporânea, grande parte da nossa ansiedade diante do horizonte que se instala a partir da ruína das torres gêmeas em Manhattan, no 11 de setembro, é que este fato remete-nos muito mais à destruição do que à construção. Será que diante do atentado do 11 de setembro, ou da destruição pelo regime talibã no Afeganistão das estátuas gigantescas de Buda, ou da invasão do Iraque pelos soldados americanos, só nos restariam duas posições relativistas: a barbárie destrutiva do fanatismo islâmico ou a barbárie do fundamentalismo americano, que se auto-proclama defensor da civilização ocidental? A repressão dos impulsos espontâneos, o domínio das emoções, o hábito de refletir sobre as causas passadas e as conseqüências futuras dos próprios atos são gestos civilizadores, não importa em que culturas estejam inseridos. A vida humana não pode mais, apesar da tentação ser grande, restringir-se à satisfação imediata de apetites particulares; deve, isso sim, enfatizar que onde há o humano deverá sempre ser cultivada a diferenciação social.

O projeto de colonização dos nossos instintos destrutivos particulares foi violentamente questionado por Sigmund Freud num pequeno livro, *O mal estar na civilização*⁶³, lançado em 1930. Apesar

⁶³ FREUD, Sigmund, op. cit.

do tom geral ser de acentuado pessimismo⁶⁴, essa obra de Freud está centrada na idéia da presença de um cativo da racionalidade, na existência de interferências afetivas e pessoais, que constroem obstáculos e relativizam a objetividade da consciência frente ao real. O inconsciente, uma força presente em todos os seres humanos, afeta nossa compreensão do real, distorcendo nossa consciência e impossibilitando a sintonia entre realidade e pensamento. O projeto moderno de Freud pretende trazer à luz a presença desse cativo, para libertar a humanidade da tendência a distorcer a realidade. É nesse contexto que ele confere centralidade ao conceito de prazer: “...o que decide o propósito da vida é simplesmente o programa do princípio do prazer”⁶⁵. Para ele, o prazer localizado no indivíduo muitas vezes encontra-se em desacordo com o macrocosmo e com o microcosmo (“...ainda que o seu programa de prazer se encontre em desacordo com o mundo inteiro...”)⁶⁶. A sensação de prazer é intensificada no indivíduo na medida em que contrasta com o sofrimento, o qual está presente em nossa consciência de três

⁶⁴ Em *Viena Fin de Siécle* (São Paulo: Companhia das Letras, 1998), Carl E. Shorske faz um impressionante relato das complexas interações entre as frustrações políticas de Freud e suas interpretações dos movimentos humanos, particularmente no capítulo “Política e parricídio em ‘A interpretação dos sonhos de Freud’”, no qual se detém na expansão do nacional-socialismo na Europa Central e nas posições políticas, raciais e culturais do fundador da psicanálise.

⁶⁵ FREUD, Sigmund, op. cit., p. 24.

⁶⁶ FREUD, Sigmund, op. cit., p. 24.

maneiras. A primeira é pelo fato de o nosso corpo estar condenado à decadência pelo passar do tempo, o que anunciaria a presença da morte. A segunda diz respeito à possibilidade de o mundo externo voltar-se contra nós, que seria a sociedade organizada pela política. E, por último, o mundo de nossas relações particulares, que para Freud é a mais penosa das três e que nós encaramos como “uma espécie de acréscimo gratuito”⁶⁷. A partir daí, Freud enumera as formas que os seres humanos encontraram para superar ou esquecer o sofrimento sempre presente, a saber: a intoxicação, a atratividade do proibido, o isolamento do eremita, a fruição da arte e, por fim, a técnica da arte de viver. Esta última merece destaque, pois é a que torna o indivíduo independente do destino e faz do amor o centro de tudo.

O que importa ressaltar aqui é a distinção entre as três direções do sofrimento humano e a identificação daquela que pode ser efetivamente combatida, a segunda fonte, a fonte social do sofrimento. Freud irá identificar nela um paradoxo materializado no desejo de abandono e retorno às condições primitivas de existência para o alcance da felicidade, contraposto ao fato “incontroverso que todas as coisas que buscamos a fim de nos protegemos contra as

⁶⁷ FREUD, Sigmund, op. cit., p. 25.

ameaças oriundas das fontes de sofrimento fazem parte dessa mesma civilização.”⁶⁸ De um lado, a idealização da generosidade da natureza por parte do autor, e de outro o controle sobre a natureza obtido pelo homem, ambos incapacitados de garantir a felicidade. Para Freud, a civilização pode ser definida como “a soma integral das realizações e regulamentos que distinguem nossas vidas de nossos antepassados animais”⁶⁹, o que significa, ao nosso ver, que sua concepção envolve uma expansão unidirecional da técnica, típica do modernismo do começo do século XX. Os avanços alcançados pela espécie humana – a linguagem, a conquista do fogo, a construção de habitações, a câmara fotográfica, o gramofone, o telefone – fizeram do homem um “Deus de prótese”⁷⁰. Freud também restringe a civilização a um anseio de ordem e limpeza. A caracterização da civilização volta a uma certa positividade quando ele a vincula às mais elevadas atividades mentais do homem, incluindo nesse rol, certamente, as atividades científicas e estéticas e, com uma certa reticência, as atividades religiosas e filosóficas. Por fim, Freud chega ao último dos aspectos característicos da civilização, os relacionamentos mútuos dos

⁶⁸ FREUD, Sigmund, op. cit., p. 38.

⁶⁹ FREUD, Sigmund, op. cit., p. 39.

⁷⁰ FREUD, Sigmund, op. cit., p. 44.

homens, destacando-os como não menos importantes. Desse modo, ele reconhece a construção coletiva da civilização:

A vida humana em comum só se torna possível quando se reúne uma maioria mais forte do que qualquer indivíduo isolado e que permanece unida contra todos os indivíduos isolados. O poder desta comunidade é então estabelecido como direito em oposição ao poder do indivíduo, condenado como força bruta.⁷¹

Nessa reflexão, a posição do fundador da psicanálise, que certamente beira um niilismo destrutivo, pode ser encarada como um alerta cético diante da condição humana empírica, propondo sua neutralização⁷². A história do aparecimento da consciência é focalizada em Freud como a violência do superego em relação ao ego, surgindo a sociedade com a morte do pai dos tempos pré-históricos, o complexo de Édipo. Essa mesma morte simbólica também pode ser vista, nas entrelinhas de seu discurso, como a instituição de um relacionamento mais equilibrado entre os homens, que passam a se constituir como uma comunidade de irmãos. Mas o que importa destacar realmente é que Freud correlaciona cada ampliação da comunidade a um acréscimo do sentimento de culpa:

⁷¹ FREUD, Sigmund, op. cit., p. 49.

⁷² ROUANET, Sérgio Paulo. *Mal-estar na modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 100.

Visto que a civilização obedece a um impulso erótico interno que leva os seres humanos a se unirem em grupo estreitamente ligado, ela só pode alcançar seu objetivo através de um crescente fortalecimento do complexo de culpa.⁷³

A clara intenção do discurso freudiano é alertar que o desenvolvimento civilizacional implica a perda da felicidade ingênua ou primitiva, pois representa a ampliação da culpa, ou o fortalecimento do superego, que, de certo modo, representa uma maioridade do pensamento. Essa culpa determina no homem civilizado uma série de neuroses, que se desenvolvem para compensar a repressão dos desejos não realizados. Entretanto, a fixação no conflito entre Eros e a pulsão da morte, fazendo paralelos entre o desenvolvimento do indivíduo e o da sociedade humana, acaba deixando escapar um certo otimismo, materializado na passagem que caracteriza a tarefa da civilização como "...unir indivíduos isolados numa comunidade ligada por vínculos libidinais."⁷⁴. Freud quase se propõe a colocar a sociedade no divã da psicanálise, condenando as exigências excessivas do superego coletivo como produtoras de neuroses sociais. Na verdade, no *Mal-estar da civilização* ele constrói uma desconfiança perturbadora e antecipadora sobre o desenvolvimento civilizacional, não pelo seu

⁷³ FREUD, Sigmund, op. cit., p. 95.

⁷⁴ FREUD, Sigmund, op. cit., p. 104.

valor em si, mas pela crença de que sua simples desenvoltura determinasse seu aperfeiçoamento:

Por uma ampla gama de razões, está muito longe de minha intenção exprimir uma opinião sobre o valor da civilização humana. Esforcei-me por resguardar-me contra o preconceito entusiástico que sustenta ser a nossa civilização a coisa mais preciosa que possuímos ou poderíamos adquirir, e que seu caminho necessariamente conduzirá a ápices de perfeição inimaginada.⁷⁵

A importância premonitória de Freud reside na sua desconfiança em relação à crença num desenvolvimento unidirecional do processo civilizatório. Ele relativiza as conquistas da sociedade, sugerindo ser mais relevante buscar uma relação mais equilibrada entre ego e superego, cultural ou individual, de forma a resguardar mais felicidade para os homens, na sua inexorável busca de ligação social. Passados quase 80 anos da década de trinta do século XX, o alerta de Freud assume aspectos premunitórios impressionantes, pois hoje parece muito mais claro que nenhuma força providencial, nem qualquer discurso teleológico podem garantir nossa felicidade. A compreensão das potencialidades e das dificuldades do nosso mundo contemporâneo torna-se fundamental para a reformulação do projeto contemporâneo de civilização ou de cidade, pois afinal, desde os anos 1930,

⁷⁵ FREUD, Sigmund, op. cit., p. 110.

O apocalipse tornou-se corriqueiro, de tão familiar que é como um contrafactual da vida cotidiana; e, como todos os parâmetros de risco, ele pode tornar-se real.⁷⁶

A presença da violência é um dado de realidade nas sociedades contemporâneas. De certo modo, a localização do monopólio da violência na figura do Estado foi o que viabilizou a própria civilização dos Estados nacionais. Na verdade, a civilização aqui perseguida nunca está totalmente conformada, ela não é um estágio estático capaz de ser atingido, mas sim um processo em constante construção. Norbert Elias, numa formulação notável, mostra-nos como os conceitos de cultura e de civilização tenderam, no século XX, por conta da instabilidade generalizada, a se cristalizar em contornos dogmáticos:

Estudar o desenvolvimento a longo prazo das palavras cultura e civilização leva a um certo número de descobertas inesperadas. Uma delas é que no século XVIII ambos os termos se referiam, em larga medida, a processos, enquanto que no século XX representam algo quase inteiramente estático.⁷⁷

⁷⁶ GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade* (tradução de Raul Fiker). São Paulo: Editora Unesp, 1991.

⁷⁷ ELIAS, Norberto. *Os alemães, a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX* (tradução de Álvaro Cabral). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.]

A civilização buscada aqui está sempre ameaçada e incompleta, está sempre passível de ser aprimorada pela sociedade, pois o exercício da autodisciplina por cada um de nós, agentes dessa contemporaneidade, nunca encontra a estabilidade. A pacificação social envolve sempre um desequilíbrio e a necessidade de sintonia entre o uso justo da modelagem social, e as aspirações subjetivas, que nunca se realiza por inteiro, sendo definitivamente processo. A modelagem civilizadora de indivíduos em territórios concretos e no mundo como um todo possui um forte reflexo no urbanismo e na arquitetura, materializações dessa modelagem de contribuição mútua.

E A ideologia da modernidade

Ao final da primeira parte do capítulo, tencionamos construir uma visão da idéia de modernidade nos tempos contemporâneos, mostrando como ela vem sendo usurpada por uma hegemonia que pretende a mudança constante e eterna, mas apenas na superfície, mantendo os seus fundamentos intocados. Essa compreensão foi possível a partir da contribuição de Giovanni Arrighi, que construiu a fixação cíclica do sistema capitalista.

Vale lembrar que no ponto anterior foi apresentada uma proposição, que possui profundos vetores impulsionadores na sociedade contemporânea – a cidade-civilização – e que nem por isso se constitui num destino inexorável da humanidade, mas deve ser constantemente construída e vigiada.

Além do alerta de Freud (do desequilíbrio entre ego e superego) contra o projeto civilizatório contemporâneo, a própria idéia de civilização está intrinsecamente associada à modernização, a um processo de ruptura com a tradição que se desenvolveu no Ocidente e que apresenta não uma expansão linear e homogênea, e sim uma processualidade desconexa e interrompida. A idéia de modernidade no mundo contemporâneo está em crise. Sua idealização mais revolucionária – a de que os homens podiam auto-construir seu futuro, libertando-se das contingências da vida – está se desfazendo num cotidiano que só nos reserva surpresas cada vez mais contrárias a estas pretensões. Toni Negri, num discurso-síntese dos nossos tempos, assim tratou das desilusões daqueles que ansiavam por mudanças advindas da aceleração da idéia de modernidade:

Nada do que eu concretamente esperava aconteceu, mas em compensação, tudo o que aconteceu foi diferente e singular, com respeito àquilo que abstratamente eu imaginava. Se se pode tirar um ensinamento dessa situação é que quase

sempre existe inovação (e por que não felicidade?) também no negativo, uma heteronomia de finalidade, uma desmesura absoluta dos acontecimentos. Talvez razão e afeto funcionem desse modo, como uma relação que se equilibra sem cessar.⁷⁸

Antes, porém, de oferecer as possibilidades de desenvolvimento, é preciso caracterizar, de forma mais sistêmica, o termo moderno, idéia que povoa o espírito humano desde muito antes dos conceitos contemporâneos de “modernidade radicalizada”, formulado por Anthony Giddens (1990), “modernidade inacabada”, de Habermas (1980), “modernidade singular”, de Jameson, ou ainda “modernidade de longa duração”, de Arrighi. A palavra moderno está vinculada a um presente contínuo. Afinal, ser moderno é estar em dia com as mudanças da contemporaneidade; significa igualmente algo relativo ou pertencente à época em que se vive⁷⁹ (vários períodos da história reivindicaram esta característica). A imprecisão da palavra está magistralmente representada no *Dicionário* de Antônio Houaiss, no qual dois significados quase opostos se sucedem;

7. que representa o gosto dominante da época (móvel m.)
(roupas m.) 8. cujos os valores opiniões comportamento etc

⁷⁸ NEGRI, Toni. *Exílio seguido de valor e afeto* (tradução de Renata Cordeiro). São Paulo: Iluminuras, 2001.

⁷⁹ HOUAISS, Antonio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

ainda não são aceitos pela maioria das pessoas numa sociedade (uma mulher m., com idéias avançadas).⁸⁰

Portanto, no dicionário a palavra moderno está ao mesmo tempo vinculada a uma generalização do gosto, quando se trata de móveis ou roupas, mas quando associada à mulher aparece como uma antevisão do futuro, pois contraria o senso comum ou as expectativas gerais, um vanguardismo. A palavra moderno já estava em uso no século V da era cristã, denominando os padres contemporâneos da época do Papa Gelásio I, sem qualquer juízo de valor sobre seus pensamentos. O termo foi recorrente no campo das sensibilidades, aparecendo sempre em contraposição ao antigo, como uma sintonia entre comportamento e novas formas de operar.⁸¹ A palavra latina *modernus* significa simplesmente agora ou o tempo presente, o que ratifica a idéia de um presente contínuo, ou de um presente que se nega a se transformar em passado.

Uma das inevitáveis dimensões da modernidade era sua idéia de modernização, via implemento de novas tecnologias produtivas que

⁸⁰ HOUAISS, op cit.,

⁸¹ Frederic Jameson, em *Modernidade singular. Ensaio sobre a ontologia do presente* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, tradução de Roberto Franco Valente), refere-se, na área da literatura, aos livros *Querelle des anciens et des modernes* de 1867 CURTIUS ou no fac simile *Parallèles des anciens et des modernes* 1688, Charles Perrault, destacando que essa foi sempre uma maneira dos diferentes espíritos de uma mesma época organizar suas dissensões.

instituíam uma sinergia de progresso que a tudo e a todos devorava. O progresso e o surgimento de novas relações de produção pareciam ser, no final do século XIX e início do século XX, uma dimensão em constante expansão. Mesmo o modelo alternativo, o soviético - do socialismo real - encontrava nas promessas stalinistas de emparelhamento com o Ocidente via indústria pesada uma forte justificativa transformadora. Os meios stalinistas de modernização logo demonstraram seu imediatismo, não só ambiental como também político, ajudando a construir na contemporaneidade a idéia de que o marxismo era uma doutrina autoritária e prometêica e que constituía a única alternativa à doutrina da democracia burguesa. No mundo industrial capitalista e pós-fordista, as destruições tanto políticas quanto ambientais também eram imensas e permaneciam como uma realidade.

O renascimento da idéia de moderno na contemporaneidade, pelo viés da ideologia conservadora, pretende exatamente retirar de seu conteúdo conceitos que durante anos estiveram vinculados a ele, entre os quais socialismo, industrialização (particularmente a fordista, pré-computadorizada, a indústria pesada), vanguardismo e violação da natureza. O moderno foi trocado no mundo contemporâneo pela idéia de modernidade, que envolve, invariavelmente, informação, conexão e reestruturação produtiva. A

idéia de modernidade, de repente, suplantou a de pós-modernidade, significando quase sempre uma adaptação inevitável ao mercado mundial e às suas novas formas de organização da produção. A modernidade passou a significar um certo conformismo em relação às restrições do mercado, e as questões ligadas à forma de organização societária que deve ser buscada, de como podemos construir e viver juntos tornaram-se absolutamente não modernas. É por isso que os adversários do livre mercado só podem mesmo ser taxados como contrários ao progresso e à modernidade da moda.

A modernidade, é forçoso reconhecer, esteve sempre aliada à ampliação e à generalização do sistema capitalista em escala mundial, pois essa forma de organização da produção da burguesia ocidental foi utilizada como sedução modernizadora para viabilizar suas amplas conquistas nas cidades-Estado italianas, desde o século XIV. No entanto, a partir de meados do século XIX e durante boa parte do século XX, a idéia de modernidade passou a pressupor um certo ajuste entre essa forma de organização da produção – restrita ao movimento cíclico; moeda, mercadoria moeda – exatamente em função da antevisão de graves desequilíbrios sociais e mais tarde ambientais advindos dela e que demonstravam a sua inviabilidade. A idéia de modernidade passou a estar aliada à autodeterminação, à ampliação da independência humana frente ao

natural e à ruptura com a tradição. Jameson discorda disso, afirmando de forma categórica, que, para ele, “o único significado semântico satisfatório para a modernidade se encontr[a] na sua associação com o capitalismo”⁸².

Giddens, Habermas e Rouanet definem moderno como independência com relação à tradição, como uma nova forma de operar, em contraposição às maneiras consolidadas pelo uso. Estes autores retomam Max Weber e ligam modernidade à racionalização. Com efeito, no sistema weberiano a cidade e a sua capacidade de desenvolver instituições assumem papel fundamental, pois é aí que surge uma *força econômica autônoma*, que aprimora sua capacidade de se auto-programar. Weber estabelece uma tipologia de cidades, contrapondo um modelo ocidental a um oriental. A distinção fundamental consiste exatamente na perda de antigas modalidades de pertencimento social no Ocidente, enquanto, no Oriente, persistia a lógica de clã e tribo. Assim, a cidade oriental representa a vontade soberana de um monarca e pode, segundo Weber, ser encontrada na Mesopotâmia, na Índia e na China:

Mas como o príncipe segue sendo o senhor absoluto, com seu aparato administrativo e seus funcionários, não surge

⁸² JAMESON, Frederic, op. cit., p. 22.

ajuntamento algum nem sequer em germe. Os assentados continuam sendo em princípio tribos diferentes, sem ligação recíproca. E onde não ocorria isto, os assentados seguiam pertencendo a suas anteriores associações locais e de clã.⁸³

Do outro lado, a cidade ocidental, já no medievo e particularmente no norte da Itália e na região ao norte dos Alpes, desenvolve características peculiares que a distinguem do modelo oriental. Como as cidades do oriente, as cidades dessa parte da Europa possuem muralhas, um mercado e são sede de variadas atividades produtivas. No entanto, diferem das cidades orientais pela presença de um direito diferenciado sobre o solo urbano e uma distinta posição jurídica do indivíduo. “*Die Stadtluft macht frei*”, literalmente o “ar da cidade nos faz livres”, era o lema encontrado nas portadas de algumas cidades do Ocidente no século XIII. Efetivamente, o servo, depois de certo tempo de permanência no solo da cidade, já não mais podia ser do seu senhor. Weber cita os casos de Gênova e Colônia como cidades onde os cidadãos se rebelaram contra a usurpação feudal, construindo uma nova forma de solidariedade societária:

⁸³ WEBER, Max. *Economia y Sociedad*. México: Fondo de Cultura Económica, 1964.

Os clãs perderam muito pronto toda importância como elementos constitutivos da cidade. Esta se converteu em uma confederação de cidadãos particulares...de modo que o pertencimento dos cidadãos a comunidades extra cidade perdia praticamente todo o significado... e esta foi uma grande inovação substancialmente revolucionária da cidade ocidental da Idade Média.⁸⁴

Weber identifica nesse processo desenvolvido inicialmente no Ocidente uma força transformadora que passa a instituir uma racionalização que se acelera, se difunde, e que, articulada à ampliação da interdependência social, se interpenetram, reforçando-se mutuamente e destruindo as bases da sociedade tradicional. As esferas econômica, política e cultural começam a aumentar sua racionalidade operativa nas cidades ocidentais. Para Weber, portanto, a modernização significa aumento de eficiência e eficácia. Na esfera econômica, desenvolve-se uma mentalidade empresarial baseada na previsão, a utilização de mão-de-obra remunerada e a absorção continuada de novas tecnologias que impulsionam a produção. Na esfera política, implantam-se um sistema tributário centralizado, um exército permanente, um controle da violência e da legislação; além disso, o poder não se localiza mais num príncipe ou na autoridade eclesial, mas sim num conselho de cidadãos. Na

⁸⁴ WEBER, Max, op. cit.

esfera da cultura, tem lugar uma dessacralização das realidades, que, pelo lado da ciência, promove a noção do conhecimento como algo cumulativo, seja ele empírico ou idealista, enquanto pelo lado da arte funda-se a idéia de autonomia da figura do artista, separando sua atuação da representação religiosa.

Outra memorável construção contemporânea sobre a origem dessa mesma modernidade pode ser encontrada em *O longo século XX*, de Giovanni Arrighi. Essa obra é uma tentativa de síntese entre a teoria dos ciclos de Fernand Braudel, a crítica a naturalização do modo de funcionamento do capitalismo de Marx e os processos de ampliação da racionalidade operativa de Weber. O ponto de partida é a afirmação de Braudel de que o capitalismo possui como características básicas a flexibilidade e o ecletismo. É bem verdade que, em alguns períodos, o capitalismo pareceu se especializar, como no século XIX, quando tudo indicava que essa forma de organização da produção havia encontrado seu desabrochamento final, sua verdadeira identidade – a indústria. No entanto, logo se percebeu que ele não estava restrito a uma única opção. Ele era

“eminente adaptável e, por conseguinte não especializado”⁸⁵. Essa tendência a buscar possibilidades infinitas, que marca o perfil e a lógica do capital, faz com que os agentes capitalistas passem a buscar ansiosamente a sua forma monetária, passando a preferir a forma líquida às mercadorias. Surgem, aqui, inevitáveis analogias com os procedimentos de identificação da modernidade, elencados acima. A ansiosa busca pela realização de uma quantidade cada vez maior de papel moeda, produz uma constante instabilidade do sistema.

Segundo Arrighi, a caracterização braudeliana sempre afirmou que a expansão financeira era o último estágio do desenvolvimento capitalista, um outono inevitável de quem estava cansado de produzir mercadorias. Este fenômeno aconteceu na Itália do século XV,

...quando a oligarquia genovesa passou das mercadorias para a atividade bancária, e na segunda metade do século XVI, quando os *nobili vecchi* genoveses, fornecedores oficiais de empréstimos ao rei da Espanha, retiraram-se gradualmente do comércio⁸⁶.

⁸⁵ Braudel 1982, p. 381 citado em ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX, dinheiro poder e as origens de nosso tempo*. (São Paulo: Unesp, 1996).

⁸⁶ ARRIGHI, Giovanni, op. cit., p. 5.

No século XVIII, os holandeses também se retiram do comércio para se transformarem nos banqueiros da Europa. Esse padrão será repetido pela Inglaterra, no final do século XIX e início do XX, quando a fantástica aventura da Revolução Industrial criou novamente um excesso de capital financeiro. Na década de 1970, esgotadas as possibilidades do fordismo-keynesianismo, o capital americano parece tomar novos rumos. Enfim, aquilo que representa uma constante mudança em sua forma desesperada de realização de papel moeda, revela-se, no livro de Arrighi, uma tradição imutável, desde os tempos heróicos de combate ao feudalismo. Trata-se, em outras palavras, da velha forma seqüencial do marxismo: D (dinheiro) gera a produção de M (mercadoria), que realiza D' (mais dinheiro).

Os quatro ciclos sistêmicos da acumulação de Arrighi demonstram a presença de uma repetição monótona, diante da qual, porém, alguns teóricos contemporâneos ficam perplexos e enxergam mudanças. Cronologicamente, o primeiro ciclo, aliado à superação do sistema feudal, é o genovês, iniciado no século XV e finalizado no século XVII. O segundo é o holandês, que se estendeu do fim do século XVI aos meados do século XVIII. O terceiro ciclo é o inglês, que começou na segunda metade do século XVIII e terminou no início do século XX. O último, e nosso contemporâneo, é o americano, que

teve início no final do século XIX, chegando até os nossos dias. Arrighi constrói um rebatimento geográfico da história dos sistemas hegemônicos do capitalismo, retrocedendo à lógica de funcionamento do capital no século XV. Há sempre uma sobreposição entre os ciclos e todos duram mais de um século, apesar de poder se notar uma aceleração ou uma duração progressivamente mais curta da sua permanência nas suas bases geográficas, conforme se aproxima dos nossos dias.

Esses ciclos sistêmicos de acumulação historicam as chamadas camadas superiores da hierarquia do mundo do comércio, que não são especializadas e sempre estiveram ligadas à realização da forma monetária. Junto a elas existe sempre uma camada que se mantém presa à produção de mercadorias e uma camada que ainda não está inserida no sistema capitalista. Observa-se, pois, uma convivência de sistemas de produção – arcaicos e modernos – que, na verdade, interagem. A definição desse extrato mais alto das finanças – as cidades-Estados, ligas ou Estados nacionais que representaram o centro do capital – é dada exatamente pela sua flexibilidade e independência para deslocar continuamente os seus investimentos das atividades econômicas menos lucrativas para aquelas que oferecem maiores possibilidades de lucro. Como definia o próprio Marx, “um agente é capitalista em virtude do fato de seu

dinheiro ser sistemática e persistentemente dotado da capacidade de multiplicar-se”⁸⁷

Para Arrighi, é a partir da constatação da recorrência desses ciclos que se pode perceber que a ideologia conservadora, hoje hegemônica, pretende conferir um caráter quase sócio- metabólico ao funcionamento do capital. A originalidade desse diagnóstico é mostrar-nos um entendimento estrutural do desenvolvimento do capitalismo que tem profundas conseqüências para a nossa conceituação de modernidade. Arrighi coloca em questão como, no mundo contemporâneo, é possível se obter lucros monstruosos de forma independente da produção de mercadorias. Por que a especulação imobiliária e a bolsa de valores se sobressaem nas sociedades avançadas como formas de atuação modernas? Se até o industrialismo o capital aparecia contextualizado – era o dinheiro do algodão, da cana de açúcar, da indústria têxtil ou da metalurgia, ou das estradas de ferro –, no nosso tempo, tornou-se livre de qualquer base geográfica ou produtiva. Quando a borboleta, mexendo dentro do casulo, se metamorfozeou-se de mercadoria em dinheiro, parece que em nossa contemporaneidade prefere continuar para sempre sob a forma monetária. A modernidade dos *yuppies*

⁸⁷ MARX, Karl citado em ARRIGHI, 1994, opus cit. p08

endinheirados não está mais interessada em pousar em paragens sempre diferenciadas, preferindo permanecer no solo das bolsas de valor, surfando na onda da revolução tecnológica.

A longa modernidade que Arrighi desenvolve, e cuja arrancada teria começado no distante século XIII nas cidades-estados italianas, revela, assim como Jameson, a profunda conexão existente entre modernidade e capitalismo. O grande mérito do autor italiano é exatamente identificar em nossa contemporaneidade aquilo que é mudança e o que é permanência, recontextualizando, de certo modo, a idéia de moderno. A partir dele ficam claras as estratégias do capital de desestabilização da produção, privatização, indefinição entre esferas públicas e privadas, incremento da comunicação, desregulamentação dos controles dos Estados nacionais, globalização, como formas de otimizar seus lucros. Ao mesmo tempo, Arrighi afirma ser possível a construção de um projeto alternativo de modernidade, que representa uma ampla ruptura com o nosso passado recente e o de mais de cinco séculos. Nesse projeto, o capital não poderia mais ter flutuação livre, não poderia ser mais um capital desvinculado da produção, meramente especulativo e volátil.

O pensamento convencional dos meios de comunicação de massas e da própria academia domesticada, as estruturas de controle ideológico e o pensamento que pretende a manutenção do *status quo* tencionam deslocar o questionamento profundamente moderno das várias possibilidades de organização da sociedade para um pensamento único, que pretende conferir uma roupagem modernizante às operações especulativas ou às reestruturações funcionais das grandes empresas. Percebe-se que a modernidade em nossa contemporaneidade não é única, mas também variada e múltipla, e a vigilância sobre seus aspectos imediatistas é fundamental para garantir a continuidade da sobrevivência da espécie. A economia de mercado representa a antítese do planejamento e do projeto, a submissão definitiva ao reino da contingência e da surpresa, que, no final das contas, constituem a volta a uma forma de vida cíclica, longe da autodeterminação e muito mais próxima da tradição do que se imagina.

O conceito de moderno – que, na história do Ocidente, estava vinculado à idéia de ampliação dos processos de racionalização, que destruíam as narrativas tradicionais, o modo de operar da tradição – parece ressurgir agora, ligado à contingência e a infinitas possibilidades. A idéia de modernidade sempre esteve vinculada ao aumento de eficiência ou de racionalidade operativa dos mundos da

vida, às esferas econômica, política e cultural. Estes processos, iniciados no Ocidente no século XIII, aceleraram-se, difundiram-se e interpenetraram-se, reforçando-se mutuamente e provocando inovações em cadeia. No mundo contemporâneo os agentes desta mudança não podem mais ficar restritos a uma minoria esclarecida e radicalizada. Podemos agora voltar a uma responsabilidade socialmente compartilhada, na qual o que importa não é a construção elaborada do conhecimento, mas sim sua necessidade de ser absolutamente rizomático. Conforme assegura Negri:

Hoje não há mais profeta capaz de falar no deserto e de contar que sabe de um povo por vir, por construir. Só há militantes, ou seja, pessoas capazes de viver até o limite a miséria do mundo, de identificar as novas formas de exploração e de sofrimento, e de organizar, a partir dessas formas, processos de libertação, precisamente porque têm participação ativa em tudo isso. A figura do profeta, seja ela a dos grandes profetas do tipo Marx ou Lênin, está ultrapassada por completo.⁸⁸

Portanto, a ideologia da modernidade que a projetualidade reivindica é a que constrói a efetiva autodeterminação das pessoas, não mais carente de líderes carismáticos, mas que se erige nas lutas do dia a dia, mais corriqueiras. Daí a centralidade da questão da habitação em nossa contemporaneidade.

⁸⁸ NEGRI, Toni, op. cit.. p. 23.

1.2. A idéia de cidade

A partir desse ponto, nossa reflexão desce ao solo efetivo das cidades, tal qual elas se construíram, procurando encontrar, nesse longo processo, os fatos que acabaram por engendrar uma ideologia da cidade e, de certa maneira, uma antecipação de formas comunitárias de existência. Segundo Luhmann, a própria ferramenta para o enfrentamento do mundo pós-hegemônico encontra-se na massificação vivida na cidade. Esse teórico social estabeleceu uma analogia entre sociedade e comunicação, o que permite explicar, de forma mais contundente, a grande volatilidade do nosso tempo contemporâneo. Em termos concretos, Luhmann aglutina os sistemas de pensamento em associações que tendem para a auto-organização e a auto-sustentabilidade, conferindo-lhes um sentido. A partir da auto-organização e da auto-sustentabilidade dos sistemas de pensamento encontra-se um sentido para o movimento do pensamento e, por conseguinte, um objetivo. A cidade aqui descrita não é mero objeto de estudo; ela é também hipótese para novas formas de convivência, como assinalou Henri Lefebvre, uma vez que o objeto cidade envolve também o projeto cidade. Hipótese e recorte objetivo estão aqui definitivamente imbricados.

A O que é a cidade na contemporaneidade

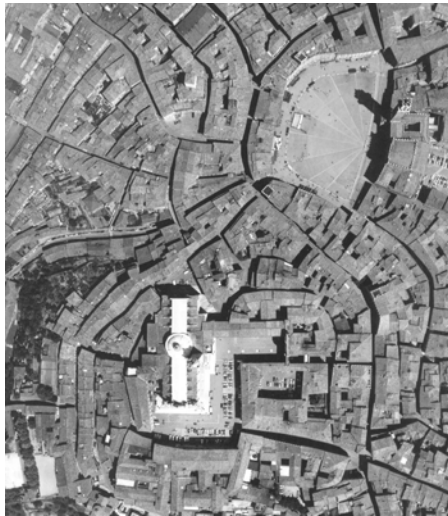
Nosso conceito de cidade, socialmente compartilhado, remete diretamente ao padrão desenvolvido no Ocidente durante a Idade Média, que conformou uma tradição de cidades particulares. Estas representam ou são figurações concretas, nas quais a massa construída se distingue do campo de forma clara e nas quais se desenvolve uma consciência comunitária específica. Esta consciência está baseada nos princípios de uma certa autonomia, isto é, há uma nítida distinção entre uma cidade e outra, bem como uma vontade de determinar sua própria existência dentro de alguma previsibilidade. A medida que essas duas instâncias são ampliadas – autonomia e previsibilidade –, intensifica-se a noção de sentido comum. Essa particularidade, observada no Ocidente durante a Idade Média, deve-se a uma série de fatores, encontrados apenas nesta especificidade geográfica e histórica. Alguns autores contrapõem o modelo oriental ao ocidental. Quanto à organização social, eles se diferenciam fundamentalmente pela presença, no primeiro, da consciência da comunidade, que pretende sua autogestão. Dentre esses autores, já mencionamos Marx, Weber e Arrighi, mas certamente a lista pode ser complementada por Fernand Braudel, Henri Pirenne, Henri Lefebvre e Jacques Le Goff.

A Idade Média européia conforma um tipo de organização social particular, consubstanciada nas suas cidades, base e origem do desenvolvimento posterior das idéias de Estado, capitalismo, mercado, modernidade e cidade. Vasculhar esse passado é entender a conceituação contemporânea de cidade, que certamente se modificou, mas contém ainda algumas características comuns a esse outro momento histórico.

Não há continuidade entre a Antiguidade e a Idade média, afirma Le Goff⁸⁹. A burguesia originada dos bárbaros ou da fusão entre populações romanas e bárbaras estabelecidas no antigo território do Império Romano fez surgir uma forma de poder cujas origens são germânicas. Essa forma, denominada direito de banalidade, é um direito geral que inclui direito de justiça e sobretudo direitos econômicos – a moagem dos grãos no moinho do senhor, o direito de vender a colheita no mercado do senhor etc. Daí deriva o termo fundamental na estrutura feudal – a “senhoriagem banal”, autoridade que domina uma determinada fração do território. Essa autoridade pode ser eclesiástica – o bispo, nas cidades episcopais –, ou leiga – por exemplo, um conde a partir da era carolíngia. Esse raciocínio apresenta uma equação muito clara. Nesse momento histórico e

⁸⁹ LE GOFF, Jacques *Por amor às cidades* (tradução de Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes). São Paulo: Unesp, 1997, p. 90.

nesse lugar geográfico, manifestaram-se forças descentralizadoras que ampliaram a precariedade da vida por um lado, mas propiciaram o desenvolvimento de uma consciência comunitária particular de outro. Esses dois impulsos acabaram gerando uma forma de organização social, cuja materialidade mais concreta são as cidades amuralhadas do medievo.



Siena, paradigma da cidade medieval ocidental, onde emerge a consciência de auto-determinação da comunidade

Nessa estrutura – a cidade medieval –, surge uma série de atores particulares que moldam uma ideologia de comunidade e de autogestão dos objetivos desta mesma comunidade, abrindo caminho para um complexo processo de auto-justificação das escolhas. Este processo desenvolveu-se durante cinco séculos, adequando e revolucionando procedimentos, numa longa duração.

O aparecimento, no século XIII, das ordens mendicantes dos dominicanos e dos franciscanos, fundadas respectivamente por São Domingos e São Francisco, é apontada por Le Goff como um marco importante na história das cidades. em virtude da capacidade dessas ordens de atrair fiéis a partir de uma ideologia que pregava o questionamento da opulência da Igreja Católica, renovando, assim, a sensibilidade religiosa. No século XIII, São Domingos e São Francisco instituem as ordens mendicantes que ocupam nas cidades de então, terrenos na periferia, fora das muralhas, onde a terra é mais barata. A ideologia dessas ordens é a veneração da pobreza, que acaba atraindo uma grande quantidade de fiéis tornando-os conhecidos, estimados e poderosos.

Essas ordens serão pólos de denúncias das imensas desigualdades presentes na sociedade e desenvolverão o senso de bem comum nas cidades. A partir da idéia de misericórdia e de caridade das ordens mendicantes no século XIII se desenvolverá uma série de serviços como os *hôtels-Dieu* ou asilos que basicamente tratam da pobreza. Na verdade os *hôtels-Dieu* são reduzidos contemporaneamente a idéia de hospitais, mas eles na verdade eram asilos, pois na Idade Média o limite entre pobreza e doença era muito tênue. Com o passar do tempo, eles passam a abrigar também os sem-trabalho, declinando sua origem baseada na

caridade e assumindo um caráter de instituição de aprisionamento e de exclusão. Além do espaço da artificialidade e da independência com relação aos humores da natureza, a cidade passa a ser um lugar onde a própria lógica dos infortúnios e da carência de recursos é abrigada, possibilitando sua superação. Na cidade, a artificialidade ganha uma nova dimensão, permitindo que os homens, em função da acolhida inicial, mudem seus próprios destinos.

Em 1260, o dominicano alemão Alberto, o Grande, escreveu um texto em que faz um aberto elogio à cidade. Baseado em Cícero, o pregador parte da idéia de que uma cidade não “é constituída apenas de pedra, mas de homens e cidadãos”⁹⁰. Em seguida, ele desenvolve a imagem de que as ruelas estreitas e escuras são o inferno, em contraposição às praças, que representam o paraíso. Segundo Le Goff, existe uma Idade Média antes e uma Idade Média depois das ordens mendicantes, pois elas iniciaram o processo de construção da autonomia das cidades. Nelas desenvolve-se a imagem daquilo que deve ser a comunidade ideal, calcada numa igualdade pelo menos aparente entre os cidadãos, conforme salienta Le Goff:

⁹⁰ LE GOFF, Jacques, op. cit., p. 90.

As cidades são, portanto, uma revolução, porque como já se disse sua aparência torna os homens livres e iguais, mesmo que a realidade com freqüência permaneça longe do ideal.”⁹¹

As ordens mendicantes são responsáveis pela chamada revolução comunal, termo da lavra dos historiadores e juristas do século XIX, que identificaram uma série de narrativas nas quais fica patente a intenção de emancipar a comunidade da cidade. No século XII, ocorre uma rebelião na cidade de Laon no norte da França, contra o bispo local. Os burgueses, revoltados contra as taxações arbitrárias do cônego, cortam-lhe o dedo que levava o anel de sua ordenação. Essa é apenas uma de uma série de revoltas mencionadas por Le Goff, que começam a construir, em pontos isolados da Europa, uma consciência da autonomia destas comunidades frente à tradição da Igreja e aos burgueses endinheirados. Ao referir-se a esses acontecimentos, o historiador francês detém-se na descrição da praça de Grève, em Paris, que concentra o mercado de mão-de-obra da cidade. O local reúne apenas os trabalhadores que não pertencem uma corporação organizada, que chegam lá pela manhã e se oferecem para variados serviços. Todas as principais cidades medievais, como Colônia e Florença, contam com locais desse tipo. Essas praças, que concentram pessoas precarizadas, serão

⁹¹ LE GOFF, Jacques, op. cit., p. 91.

freqüentemente focos de revoltas variadas, muitas vezes contra as formas de funcionamento da própria sociedade burguesa. Mas o que importa destacar aqui é a mistura de controle e precariedade, com relação ao poder, que as cidades do medievo europeu comportam.

Acompanhemos mais de perto o desenvolvimento dessas estruturas de modo a entender melhor a complexidade dos processos aí desenvolvidos. Em 1300, apenas 20% da população européia viviam em cidades. Paris, a maior cidade da Europa, contava com 200 mil habitantes, entre os quais uma aristocracia eclesiástica e leiga consumidora de produtos. Três espaços a compunham: o econômico, o político e o universitário. O primeiro ocupava a margem direita do rio Sena e se concentrava no entorno dos mercados construídos por Felipe Augusto, dependendo estreitamente das atividades portuárias fluviais. Aliás, a praça de Grève, acima mencionada, situava-se junto ao porto. Uma forte guilda, a corporação dos mercadores-barqueiros, controlava o trânsito de todas as mercadorias que chegam por via fluvial. A Ile de la Cité abrigava o poder político e ecelesiástico – o rei e o bispo – e no final do século XIII, o Parlamento. Na margem esquerda do Sena, ficava a Universidade, reunindo estudantes, professores e intelectuais. Essa subdivisão da cidade condicionará fortemente o

perfil da Paris contemporânea, revelando uma certa inércia da forma na cidade.

A capital francesa representa, emblematicamente, as diferentes funções da cidade – a troca, a informação, a vida cultural e o poder – que se desenvolveram de forma particular no Ocidente. No entanto, se a cidade possui uma vertente de mudança e de adaptação às novas condições sociais, ela comporta, em sua conformação física uma inércia do construído, que resiste à passagem do tempo. Nos tempos da modernidade do início do século XX, acreditou-se que essa inércia instalada havia sido superada pelas imensas possibilidades da técnica; contemporaneamente, porém, ela foi resgatada como um valor em si. Essa arquitetura da cidade – que, muitas vezes, resiste às transformações operadas na economia, na política e na sociedade – é uma concentração de esforços tão extraordinária que simplesmente não pode ser suprimida.

Nas cidades, o dinheiro é muito mais necessário do que no campo, uma vez que aí muitas coisas que o camponês precisa são obtidas pela simples troca de produtos. Nas cidades, as atividades humanas – como morar, vestir e se alimentar – exigem a presença da moeda. Daí o surgimento dos banqueiros, que nas cidades ocidentais terão nos judeus sua figura representativa. Em virtude da grande

quantidade de moedas, a função principal dos judeus é o câmbio e o empréstimo a juros. Desde o século XIII, eles estão proibidos de ter terras e foram sendo expulsos de todos os ofícios consolidados. Gradualmente, o ódio começa a aparecer. No início do século XIV, os judeus são expulsos da Inglaterra e no final do mesmo século da França. Nas cidades da Europa Central, da Itália e da Península Ibérica formam-se guetos de judeus.

Desenvolve-se, assim, aquilo que Arrighi considerou como fundamento do modo de produção capitalista: a filiação incondicional à forma monetária. Esse início da submissão à forma monetária estabelece a separação entre valor de uso e valor de troca, que na cidade é potencializado a partir dos humores do mercado. Com isso as cidades também tornam-se centros da vida social e política, onde são guardadas riquezas, mas também conhecimentos, técnicas e obras de arte. Lefebvre sintetiza essa situação:

A própria cidade é uma obra, e esta característica contrasta com a orientação irreversível na direção do dinheiro, na direção do comércio, na direção das trocas, na direção dos produtos”.

⁹²

⁹² LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade* (tradução de Rubens Eduardo Frias) . São Paulo: Centauro, 2001, p. 4.

Já na Antigüidade o camponês era considerado uma pessoa grosseira e rústica em oposição ao homem da cidade. Na Idade Média, o camponês foi o último a converter-se ao catolicismo, mantendo-se pagão durante muito tempo. O trabalho, hoje visto como um valor importante para a construção do indivíduo, era olhado com desprezo na Baixa Idade Média. Apenas a partir de São Bento, no século IX, que se passou a valorizar o trabalho como uma forma de penitência e de oração. Essa valorização parte da regra de São Bento que insiste na importância do trabalho manual e representa um importante acontecimento na história ocidental. As cidades tornam-se locais onde a ociosidade é depreciada, pois nelas é que são vistos os resultados do trabalho nas suas mais variadas formas – catedrais, estátuas, móveis, casas, torres, arcadas, praças etc. Nas cidades é irrefutável a presença de todos os tempos dessa concentração de esforços variados, que marcam seu território de uma maneira definitiva e sem retorno.

Outro relato importante sobre as cidades medievais da Europa e sua forma de estruturação social é o de Henri Pirenne em sua obra fundamental, *As cidades da Idade Média*. A unidade espacial destacada por ele é um acidente geográfico, o Mar Mediterrâneo, o *mare nostrum* que os romanos denominavam com tanto carinho e interesse. Para as populações bárbaras que invadiram o Império

Romano a conquista desse espaço era vital. Roma deixa de ser a capital do Império no século IV da era cristã, sendo substituída por Constantinopla. Em certo sentido, o que os invasores queriam era se instalar naquele centro de comércio e desfrutar de seu conforto e das conquistas da civilização ali alcançadas. Os invasores se dirigirão para esta franja da costa do mar Mediterrâneo; os vândalos se instalam no norte da África, os visigodos na Aquitânia e na Espanha, os borgúndios no vale do Ródano e os ostrogodos na Itália.

A Igreja do Ocidente estrutura-se em torno deste mesmo centro de comércio e de vida que é o Mediterrâneo, vindo as dioceses católicas a assumir as antigas divisões administrativas do Império Romano. Mesmo Roma, a Cidade Eterna, é entregue no século IV ao papado, depois que a capital do Império transfere-se primeiro para Ravena, no mar Adriático, e depois para Constantinopla. A partir daí a palavra *civitas* passa a ter o sentido especial de cidade episcopal de centro diocesano. Pirenne destaca a permanência de formas organizacionais típicas do Império Romano nas cidades da Itália, da Espanha e mesmo da Gália. A presença dos *decuriões*, espécie de magistrado que possui autoridade jurídica e administrativa sobre a comunidade, do *defensor civitatis*, e mesmo da figura responsável pela cobrança dos impostos de pedágio por

utilização das estradas também atesta uma certa continuidade. A própria base monetária dos romanos se estende no tempo, prosseguindo até o Império Merovíngio, com a figura de *Victória Augusti* estampada em suas moedas. Pirenne destaca também a permanência, no início da Idade Média, de mecanismos de controle societário típicos do Império Romano, mas ao mesmo tempo uma atomização do conceito de *civitas* como comunidade íntegra. Observa-se o fracionamento numa infinidade de comunidades, sendo a estrutura organizacional do Império Romano preservada agora no âmbito intra-muros.

Essa ordem será abalada durante o século VII da era cristã, com as invasões islâmicas, que depois de tomarem de assalto o Império Persa (*grosso modo* o atual Irã), chegam até o oceano Atlântico, retornando até as portas de Constantinopla. O Islã irá destruir a centralidade do Mediterrâneo, impulsionando seu centro de gravidade para o norte, possibilitando o aparecimento do Império Franco, marcando a transição, no século IX, do período carolíngio para o merovíngio. Pirenne lembra que

sem o Islã, sem dúvida, não seria possível o Império Franco, e Carlos Magno resulta inconcebível sem Maomé...O império de Carlos Magno é essencialmente continental, não se comunica

com o exterior, vive em uma situação de isolamento quase completa.⁹³

O Mediterrâneo transforma-se aos poucos num mar muçulmano e a conquista das suas principais cidades pelos árabes torna impossível a manutenção do comércio de longa distância. A narrativa de Pirenne está preocupada com a escala do espaço geográfico no sistema de cidades que o antigo Império Romano havia montado nas margens do Mediterrâneo, e que não fora destruído por ocasião das primeiras invasões bárbaras. A escala do comércio reduz-se drasticamente, impõe-se uma escala da economia baseada na troca e não mais na moeda, os burgos tendem a uma quase autonomia e auto-suficiência. Do século IX ao século XI a cultura urbana sofre um achatamento de seu horizonte de controle do território, ficando restrita a um microcosmo.

Essa mistura de precariedade e incerteza constrói, em contrapartida, uma forte noção de comunidade e uma acentuada pulverização do poder, que, assim, se torna mais próximo e acessível. As cidades dioceses e os burgos dominados por condes apresentam uma

⁹³ PIRENNE, Henri. *Las Ciudades de la Edad Media*. Madri: Alianza Editorial, 1972, p. 22.

relação quase simbiótica com seu entorno imediato. Pirenne descreve abaixo uma cidade-diocese:

Apesar de carecer de dados precisos, (...) é possível supor a natureza da sua população. Compunha-se do clero da igreja catedral e de outras igrejas agrupadas em torno a ela, dos monjes dos mosteiros... de mestres e estudantes das escolas eclesiais, de servidores e por último de artesãos livres ou não, que eram indispensáveis em função das necessidades do culto e da existência cotidiana do clero. Quase sempre encontramos um lugar, onde semanalmente na *cité* os camponeses dos arredores traziam sua produção, um mercado...As *cités*, ao mesmo tempo que residências episcopais, eram também fortalezas. Durante os últimos tempos do Império Romano foi necessário rodeá-las de muralhas para colocá-las ao abrigo dos bárbaros⁹⁴.

A partir do século XI, com a diminuição das investidas árabes e normandas, inicia-se um processo de restabelecimento das rotas comerciais, principalmente terrestres, que será responsável pela reconstrução, de forma diferenciada, da vida urbana na Europa. Determinadas regiões desenvolverão um sistema de cidades que acabam configurando um Estado nacional, mas a maioria ainda permanece organizada como cidades-estados por um longo período. O que importa destacar na narrativa sobre a cidade medieval é a particularidade desse processo, que acontece num

⁹⁴ PIRENNE, Henri, op. cit., p. 45 e 47.

longo período e conforma, ao mesmo tempo, uma forte consciência comunitária e uma relação simbiótica entre poder e população. Essas condições jamais se manifestarão no Oriente, permanecendo a cidade, nessa parte da Terra, dependente dos humores de um poder autárquico.

A estrutura característica, a consciência local aprimorada e o desenvolvimento particular na sua relação entre poder e indivíduo da cidade medieval acabaram por gerar uma forma de organização da produção própria ao modelo ocidental. O restabelecimento das atividades comerciais entre as cidades fez surgir um agente que, aos poucos, torna-se independente do poder imobiliário e do eclesiástico, pois, a partir da troca ou da produção de mercadorias, consegue reunir uma base monetária que lhe confere autonomia. Resultado e instrumento desse processo, a cidade potencializa seus lucros e possibilita sua total independência dessa base física, pois a abstração monetária acaba por mobilizar toda a sociedade. Segundo Pirenne, durante o período exclusivamente senhorial, que dura até o século X, não existia nenhum tipo de riqueza que não estivesse embasado na propriedade da terra.

Com o desenvolvimento do comércio, ressurgiu o capital mobiliário, organiza-se uma classe orgulhosa de sua comunidade urbana, e

cujas principais atividades são concentrar cada vez mais moedas. Graças a ela, o dinheiro, que estava guardado em mosteiros e casas senhoriais, volta à circulação, convertendo-se em parâmetro de valor e passando a balizar todas as trocas. Paulatinamente, a sociedade assume consciência de autonomia, pretendendo, ao mesmo tempo, realizar mais comércio, libertar-se das tradições religiosas, enfim fundar uma vida na qual o indivíduo seja o senhor de seu destino. É claro que essa liberdade e essa autonomia são prerrogativas apenas dos que conseguem acumular uma base monetária, mas, de qualquer modo, o discurso de ruptura com a tradição instala-se definitivamente, determinando a presença da idéia do moderno no cenário das cidades.

Desde o século XI, diversas partes da Europa começam a ser “contaminadas” por uma ideologia que coloca a capacidade humana como criadora de seu próprio destino: o humanismo. Na verdade, esse espírito já se manifestara episodicamente, na Europa, durante a Alta Idade Média, como na *renovatio* carolíngia, que ocorre nos séculos VII e VIII na Inglaterra e em Roma. Mais tarde, no século XII, os proto-humanistas na Inglaterra, norte da França, Alemanha e Países Baixos, todos elegeram o mundo da antiguidade como exemplo. Para eles, “imitar os antigos não é copiá-los, mas tornar-

nos dignos deles, construir nossa dignidade e humanidade em face da deles”⁹⁵.

O termo humanista circula de forma mais efetiva pela Itália a partir do século XIV, e referia-se àquele que estuda os clássicos, o que incluía o estudo do latim, da literatura clássica e da versificação segundo a ordem dos *dictadores*. Segundo Paul Kristeller, essa denominação era usada desde o século XI, e vai ganhando, com o tempo, um conteúdo mais laico, no qual diminui a importância da gramática e intensifica-se a da retórica⁹⁶. No século XV, o humanismo assume em Florença – devido a condições históricas específicas que impulsionaram o patriotismo dos seus habitantes e reduziram o poder oligárquico – conotações integralmente civis, fundindo-se o indivíduo com a *polis* e a *civitas*.⁹⁷

Esse sentimento já está presente em 1374 com Petrarca, que utiliza a filosofia e a gramática com finalidades laicas, para compreender o real e si próprio, restituindo ao homem uma natureza mais humana.

⁹⁵ BRANDÃO, Carlos Antonio Leite. *Quid Tum? O combate da arte em Leon Battista Alberti*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000, p. 36.

⁹⁶ KRISTELLER, Paul Oscar. *Concetti rinascimentali dell'uomo e altri saggi*. Florença: La Nuova Italia, 1978.

⁹⁷ “As ameaças dos Visconti de Milão sobre Florença” em 1380, foram “repelidas em 1402 e definitivamente afastadas por Cosimo de Médici com o tratado de não agressão de 1455”. Para uma descrição detalhada, ver BRANDÃO, Carlos Antônio Leite, op. cit., p. 32.

Na realidade, o humanismo permanece religioso, mas a sua religiosidade é libertada dos dogmas e assume uma vertente moral, na qual o herói clássico domina a aspiração individual. Para Petrarca, o conhecimento não é algo definitivo, estando sujeito à interpretação individual e, portanto, potencializador da mudança do mundo. Em outras palavras, na medida em que a construção do mundo é tarefa do indivíduo, da sua interpretação é também possível imaginar um mundo modificado.

Petrarca dá início a uma reinterpretação dos antigos filósofos, adequando muitas vezes os pensamentos destes à nova realidade. Propõe a reavaliação dos escritos gregos, considerando Platão mais conciliável com os dogmas cristãos e abalando a autoridade de Aristóteles. Esse retorno à Idade Antiga é importante para caracterizar a ideologia da cidade ocidental como um lugar da liberdade, do livre arbítrio humano, do desenvolvimento de um espírito comunitário particular e da intenção de construção de um poder legítimo.

Desde esses tempos até os nossos dias, a conformação das cidades, evidentemente, transformou-se de forma contínua, assumindo disposições diversas e atitudes filosóficas variadas. De todo modo, o impulso tomado no momento da superação do sistema feudal foi fundamental para a cidade ganhar a capacidade de

indução e de dedução a ela inerente. A partir de então, há uma ideologia que conforma a cidade renascentista, a cidade barroca, a cidade colonial, a cidade iluminista, a cidade *belle-époque*, a cidade industrial, a cidade modernista e a cidade da informação. O impulso de auto-determinação comunitária permanece ativo em cada um desses momentos, e de certa forma, em contínua ampliação.

A época contemporânea, a da cidade informacional, pretende ter o monopólio da dúvida, afirmando-se como uma era não hegemônica, na qual a dúvida e a incerteza fazem parte da operação. No entanto, cabe a pergunta: a presença de um corpo teórico estruturador fazia com que, em tempos passados, os agentes mais ativos operassem sem a presença da dúvida e da incerteza? Se há algo que se transformou quantitativamente – e de forma substancial – em nosso tempo foi o número de agentes atuantes e formuladores. Isso implicou numa mudança qualitativa, consubstanciada no advento da sociedade de massas. Essa mudança instituiu uma quantidade e, por acumulação, uma qualidade muito maior de narrativas explicadoras de nossa existência, que precisam efetivamente conviver entre si.

O projeto e o próprio conhecimento deixaram de ter um núcleo duro e coeso, permitindo uma diversidade de que convivem entre si, o

que acarreta, muitas vezes, uma perplexidade paralisante. De certa forma, a cidade ocidental já trazia em seu nascedouro, na distante Idade Média, a lógica da diversidade de construções e opiniões. A cidade institui para a racionalidade humana, uma limitação fundamental, que é a presença da diversidade de opiniões e atitudes. A partir dela, a razão passa a ser domesticada em direção a uma forma de pensamento, que cada vez mais depende do outro para se desenvolver. O projeto, inflexionado por esta lógica urbana e massificada da nossa contemporaneidade, deverá incluir as diferenças, num movimento de aprimoramento que não é só seu, mas também da sociedade.

B A cidade como ideologia

A cidade pode ser vista como a própria representação da civilização e pode ser descrita como a materialização física do incremento da interdependência entre os seres humanos. Afinal, nenhuma cidade é obra de apenas uma pessoa. Porém, como podemos elaborar uma representação da cidade capaz de espelhar a civilização? Que elementos devem estar necessariamente presentes nesta cidade para que ela possa ser efetivamente uma representação da civilização? Será que o exercício desta construção ainda é possível

nos tempos contemporâneos, não implicando ou descambando para a formulação de mais uma utopia autoritária?

O filósofo marxista Henri Lefebvre pode oferecer uma importante ferramenta para auxiliar -nos nessa construção. Lefebvre entrou para o Partido Comunista Francês (PCF) em 1928, junto com um grupo de simpatizantes do movimento surrealista que criticava abertamente a esterilidade e o paroquialismo da filosofia oficial francesa. O ingresso desses novos membros coincidiu com a ampliação do processo de stalinização do PCF, e os “surrealistas” sofreram severas restrições à manifestação do seu pensamento. Lefebvre teve uma outra sorte. Fiel ao PCF por um longo período, incrementou seu discurso filosófico, ao mesmo tempo em que a sua participação política diminuía.⁹⁸ A publicação de seu livro *Materialismo dialético* acontece num clima marcado pela indiferença da direção do partido, que enxergou nas suas propostas uma aproximação perigosa com Georg Lukács. Lefebvre permaneceu no PC francês até 1958, quando sua solidariedade à revolta húngara de 1956 contra a União Soviética levou-o a ser expulso das fileiras do partido.

⁹⁸ ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. São Paulo: Boitempo, 2004.



A portada do livro *Utopia* de Thomas Morus: a possibilidade da utopia nasce da vivência nas cidades

A idéia básica de Lefebvre é que o urbano instaura uma nova maneira de ser e de pensar na sociedade⁹⁹. O fato urbano é, sem sombra de dúvida, um fato que determina uma nova estratégia no fazer e no pensar humano, que passam a estar vinculados à política, pois dependem de uma formulação coletiva. Em outras palavras, a partir da cidade, o homem não pensa mais sozinho, mas sim vinculado ao coletivo e dele dependente. Essa mudança determina a presença, cada vez mais intensa, no desenvolvimento do conhecimento de uma atuação que aglutina agentes para a ação. Ao desenvolver de maneira intensa o conhecimento – através da formulação, da recepção, do questionamento e, ao final, da obtenção de novas formulações –, a cidade, pela simples proximidade de pensadores, tornar-se-á fisicamente o próprio conhecimento.

A industrialização, iniciada há mais de dois séculos atrás, representa o principal aspecto indutor no perfil induzido de nossas cidades. Vale frisar, porém, que na tradição ocidental elas antecederam a industrialização em muitos séculos. Como já foi visto, ao final da Idade Média, as cidades se reconstruíram a partir do comércio,

⁹⁹ Lefebvre desenvolve sua abordagem sobre o urbano sobretudo nas seguintes obras: *A cidade do capital* (Rio de Janeiro: DP&A, 1999); *O direito à cidade* (São Paulo: Centauro, 2001) e *A revolução urbana* (Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004; tradução de Sérgio Martins).

depois de um longo período de decadência da vida urbana provocado pelo desmonte do Império Romano. Mercadores de variadas partes escolheram antigas estruturas urbanas como ponto de exibição de suas mercadorias. Isso acarretou um estímulo às atividades agrícolas que tinham lugar no seu entorno imediato, possibilitando o abastecimento sistemático dos centros urbanos que renasciam. A intensificação das trocas determina o surgimento nesses centros de uma riqueza monetária. Surge também a produção artesanal, de cunho marcadamente urbano. Lefebvre assim descreve esse momento de transição:

A agricultura somente superou a coleta e se constituiu como tal sob o impulso (autoritário) de centros urbanos, geralmente ocupados por conquistadores hábeis, que se tornaram protetores, exploradores e opressores, isto é administradores, fundadores de um Estado ou de um esboço de Estado. A cidade política acompanha, ou segue de perto, o estabelecimento de uma vida social organizada, da agricultura e da aldeia.¹⁰⁰

Nesses centros urbanos, os ciclos naturais são transformados em nome de uma vida independente, adquirindo um ritmo mais humano. A noite é transformada pela luz, as estações climáticas, as chuvas e a insolação são moduladas e tratadas. As ordens mendicantes

¹⁰⁰ LEFEBVRE, Henri, *A revolução urbana*, p. 21.

estabelecem pontos no território de solidariedade, que começam a possibilitar a transformação da vida cotidiana desassistida em possibilidades de desenvolvimentos futuros. Descobre-se uma natureza humana de cooperação e competitividade, que gera descobertas e confortos cada vez maiores. A vida ganha em artificialismos e o homem parece conquistar uma nova dimensão.

Mas se a cidade é obra e local do artificialismo que tende à independência com relação a natureza, descobre-se também, pela intensificação do monetarismo, que esta mesma obra possui dois valores: o de uso e o de troca. As obras mais valiosas passam a ser acessíveis apenas aos donos da base monetária. No início, essa riqueza é reinvestida no mesmo território que a gerou. Porém, com a intensificação das trocas e a concentração da base monetária ampliada em poucas mãos, a riqueza ganha uma mobilidade fantástica, passando a procurar paragens que lhe possibilitem maiores retornos. No entanto, Lefebvre adverte que a cidade servirá de palco ao desenvolvimento do controle específico dessa mobilidade, possibilitando que ela seja controlada socialmente:

Quem povoava essa cidade política? Sacerdotes e guerreiros, príncipes, “nobres”, chefes militares. Mas também administradores, escribas. A cidade política não pode ser

concebida sem a escrita: documentos, ordens inventários, cobrança de taxas. Ela é inteiramente ordem e ordenação, poder.¹⁰¹.

Estamos diante de uma realidade complexa e paradoxal, de um instrumento de ampliação do poder, de exploração e de atração, de divisão do trabalho que impulsiona às conquistas humanas, e que também constitui o lugar por excelência da escrita. A presença da escrita desenvolverá um curioso antagonismo entre uma urbanidade ilustrada e um campo rústico, ingênuo e brutal. Nesse mesmo sentido, Lefebvre também destaca a presença da festa¹⁰², que tem como cenário a cidade desde a Idade Média. Inicialmente de cunho religioso, como as procissões da Semana Santa e de *Corpus Cristi*, as festas assumem gradualmente um caráter pagão e profano. O carnaval, que se contrapõe à Quaresma, é o exemplo mais acabado disso. Festa rústica e camponesa, com forte conotação pagã, ao invadir a cidade o Carnaval assume um caráter de contestação ideológica, combatendo a mentalidade penitencial e ascética da religião cristã. O riso passa a ser a marca do homem urbano, em contraste com o pranto e a contrição que marcam o homem do campo¹⁰³.

¹⁰¹ LEFEBVRE, Henri, *A revolução urbana*, p. 21.

¹⁰² Ver nota 84.

¹⁰³ LE GOFF, Jacques, op. cit., p. 91.

Fica claro que a idéia-chave de Lefebvre em *A revolução urbana* parte da importância decisiva que confere à organização do espaço para a manutenção e reprodução da sociedade contemporânea. O urbano, uma das formas possíveis de organização desse espaço, tornou-se o palco não só do controle e das representações da opressão, mas também da festa, da escrita, do incontrolado e da liberdade. A idéia é que o conceito de cidade envolve um objeto limitado que era a cidade anterior a industrialização, enquanto que o urbano é exatamente a designação de uma possibilidade de vir a ser da humanidade. Uma pretensão que se instala no horizonte humano exatamente pela forma como a cidade determina uma nova forma de pensar.

A hipótese de Lefebvre é a de que o conhecimento não é cópia ou reflexo, simulacro ou simulação da realidade, e que o pensamento científico pode tomar como objeto uma virtualidade que ainda não existe, mas que está antecipada no conteúdo/forma cidade. Um processo que se instala de forma incontrolada, a partir da escrita e da festa, determinando que o controle só possa ser exercido de forma pulverizada, que permite a ascensão de agentes inesperados. Esse processo ou procedimento urbano, no qual todos nós estamos inseridos, determina que o conhecimento não se prenda a uma

teoria prévia, a um objeto que já existe. Assim Lefebvre explicita seu ponto de vista:

Para nós, aqui, o objeto se inclui na hipótese, ao mesmo tempo em que a hipótese refere-se ao objeto. Se esse objeto se situa além do constatável (empírico), nem por isto ele é fictício. Enunciamos um objeto virtual, a sociedade urbana, ou seja um objeto possível, do qual teremos de mostrar o nascimento e o desenvolvimento relacionando-os a um processo e a uma práxis (uma ação prática).¹⁰⁴

O esquema de Lefebvre inclui um gráfico que parte da natureza intocada e chega no mundo urbanizado do futuro, uma linha – eixo, ao mesmo tempo, temporal e espacial – que parte de 0% a 100. Na verdade, a interpretação evolucionista de que o campo, a aldeia e a civilização rural secretaram a cidade é pura ideologia, pois pode-se também formular a hipótese de que a cidade deu condições para que o cultivo agrícola existisse, uma vez que este também dependia de uma proteção política, base de toda aglomeração urbana ou talvez da própria existência humana.

A cidade política, que só não floresce nas sociedades agrícolas nômades, não pode ser concebida sem a escrita, pois é esta que

¹⁰⁴LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*, p. 25.

fomenta a ordem e o poder. Nesse sentido, uma figura fundamental dessa cidade controladora e protetora são os escribas, agentes fundamentais da divulgação destes serviços. A cidade política implica igualmente na presença do artesanato, que produz os utensílios do dia a dia, mas também as armas que são a fonte do controle e do poder que nela se exercem. O comércio é ocupação de mercadores viajantes, nômades e estrangeiros à cidade. E, como lembra Lefebvre,

é apenas no ocidente europeu, no final da Idade Média, que a mercadoria, o mercado e os mercadores penetram triunfalmente na cidade.¹⁰⁵

Os mercadores itinerantes – certamente um pouco guerreiros, pois cruzam grandes extensões vazias de território e precisam se defender dos saqueadores – lutam contra os senhores feudais e nessa luta conquistam a praça do mercado, que se torna central na vida da cidade, suplantando e sucedendo a praça da reunião. Aparece então a linguagem da mercadoria, com sua lógica e sua ideologia próprias. Determinadas cidades possuem mercadorias específicas e são veneradas por esta presença. É nesse momento que se constrói uma hegemonia efetiva da cidade sobre o campo; os

¹⁰⁵ LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*, p. 16.

agricultores e produtores de grãos produzem para a cidade, mesmo sabendo que os mercadores os exploram. O campo passa a ser a circunvizinhança da cidade, seu horizonte, seu limite. As pessoas passam a desfrutar de um alegre conforto com uma reconfortante ilusão de que não pertencem mais a natureza, com suas tenebrosas tormentas e forças misteriosas. Surge a escrita por excelência da cidade, o plano; a urbanidade se radicaliza pretendendo dominar todos os elementos, naturais e perspécticos, contrapondo-se à rusticidade ingênua e brutal. No esquema lefebvriano, a descoberta dos planos da cidade, de um olhar aéreo e de cima, ao mesmo tempo ideal e real, determina na linha vetorial de 0 a 100% uma mediatriz. Os planos são, ao mesmo tempo, obras de arte e de ciência, situando-se “na dimensão vertical, a do conhecimento e da razão, para dominar e constituir uma totalidade: a cidade”.¹⁰⁶

Seguindo no modelo de Lefebvre, surge então a indústria, que não está vinculada à cidade, mas sim a fontes de energia, matérias-primas e reserva de mão-de-obra, que ainda não se encontram disponíveis nela. Da mesma forma que a cidade política resistiu ao assalto dos mercadores, a cidade comercial resistirá ao avanço da indústria, por meio do corporativismo de suas guildas. No entanto, a

¹⁰⁶ LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*, p. 25.

não-cidade ou a anti-cidade, também irá penetrar na cidade e fazê-la explodir, estendendo-a de forma interminável. A cidade perde seu caráter de totalidade orgânica, local que fomenta o enraizamento. Ocorre a implosão-explosão, a fragmentação da realidade urbana em uma infinidade de partes múltiplas e diversificadas. Lefebvre faz mais considerações a respeito:

O induzido torna-se dominante (indutor). A problemática urbana impõe-se à escala mundial. Pode-se definir a realidade urbana como uma superestrutura, na superfície da estrutura econômica, capitalista ou socialista? ...Não! A realidade urbana modifica as relações de produção, sem aliás, ser suficiente para transformá-las.¹⁰⁷

A transformação da cidade comercial em cidade industrial é considerada por Lefebvre uma fase crítica, vindo a constituir o foco do livro *A revolução urbana*. A sua abordagem do urbano pretende exatamente construir um horizonte ideal do qual já desfrutamos de alguns *flashes*, exatamente por vivermos urbanizados, um urbano ideológico. Um urbano que é uma promessa de um vir a ser mais humanizado e construtor de uma verdadeira independência, promotor de uma existência em que a humanidade se torna

¹⁰⁷ LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*, p. 26.

independente dos humores do clima, do seu passado e dos arranjos societários. Detendo-se no urbano, Lefebvre afirma:

O urbano (abreviação de sociedade urbana) define-se portanto não como realidade acabada, situada, em relação à realidade atual, de maneira recuada no tempo, mas, ao contrário, como horizonte, como virtualidade iluminadora. O urbano é o possível, definido por uma direção, no fim do percurso que vai em direção a ele. Para atingi-lo, isto é, para realizá-lo, é preciso em princípio contornar ou romper os obstáculos que atualmente o tornam impossível.¹⁰⁸

Segundo ele, os procedimentos da prospectiva e da projeção possuem bases fracas baseadas na demografia ou na economia política, sendo incapazes de representar a totalidade da vida. Pode-se, no entanto, efetuar-se uma confrontação, cujas referências serão a rua e o monumento, podendo se construir discursos contra e a favor. A rua, espaço por excelência da cidade, não implica apenas em circulação e passagem, constituindo-se, na realidade, no lugar do encontro sem o qual não existem outros encontros em lugares pré-determinados, como o café, o teatro. Nela existe um teatro espontâneo, no qual somos ao mesmo tempo espetáculo e espectador, nela existe a mistura, fundamental para a vida urbana. A rua engloba funções negligenciadas por Le Corbusier, como a

¹⁰⁸ LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*, p. 28.

informativa, a simbólica, a lúdica, a teatral. A rua também é certamente a desordem: todos os elementos urbanos, organizados em outros espaços, aqui se manifestam fora de seus lugares fixos. Na rua, devido à apropriação promovida pelos diferentes atores, percebe-se a possibilidade do valor de uso dominar o valor de troca. A rua é ainda o local de encontros fortuitos; a rua não permite o encontro de sujeitos, mas continua sendo um amontoado de pessoas. Nela a mercadoria se fez vitrine, tornando as pessoas espectadores e espetáculo umas para as outras.

A rua converteu-se, com o tempo, em rede organizada pelo e para o consumo; ela não é mais do que a transição entre um trabalho forçado, lazers programados e a habitação. No esquema apontado, há riscos incalculáveis das proposições mais bem intencionadas serem absorvidas pela des-humanização. Afinal, a rua da interação social intensa pode ser e vem sendo convertida na rua do consumo. Para fazer frente a essa situação e a outras que virão, deverá ser travada uma luta constante em prol da indução do valor de uso.

Lefebvre, na realidade, descreve um objeto virtual – a sociedade urbana –, uma possibilidade do qual já vivemos um nascimento e uma prática concreta. Assim como Marx, que para transformar seu pensamento em ação colocou no seu centro um agente, o operário

industrial, Lefebvre irá colocar as formas de relação estabelecidas entre os homens na dinâmica urbana como esse catalizador das mudanças. A proliferação do espaço urbano está em todas as partes. Não se trata apenas da ampliação do tecido ou do domínio edificado, mas do conjunto das manifestações urbanas sobre o campo, que só não está colonizando áreas estagnadas, arruinadas e devotadas à natureza. Mesmo áreas de preservação ambiental muitas vezes se urbanizam para manter sua conservação, isto é, para serem conservadas necessitam ganhar a forma urbana.

No seio da sociedade burocrática de consumo dirigido, o urbano é um acontecimento em gestação. Com os procedimentos propostos por Lefebvre, surge uma atitude que se coloca ao lado da indução e da dedução. Trata-se da transdução, forma de reflexão sobre um objeto que pertence ao vir a ser, ou, dito de outra maneira, uma forma de agir e de pensar que antecipa um vir a ser futuro da humanidade, ou ainda uma dimensão utópica da realidade. A urbanização, nessa modalidade de pensamento, representa um poderoso produtor de mudanças, uma redução ideológica capaz de fornecer material para uma ação verdadeiramente revolucionária.

Cabe, aqui, a analogia entre processo urbano e projeto, como conhecimento que se pretende construir pela interação, pelo seu próprio desenvolvimento, operando não só no nível da indução e da

dedução mas no nível da transdução. A sociedade urbana de Lefebvre ainda não existe, mas já apresenta seus *flashes* no comportamento humano adotado dentro da cidade. O projeto arquitetônico ou urbanístico é uma forma de conhecimento que pertence ao vir a ser, e portanto opera sempre nessa dimensão entre a dedução e a indução, ou seja, na transdução. Ao se iniciar, nenhum dos agentes engajados na sua elaboração sabe onde ele chegará. No entanto, suas escolhas operam no nível da dedução do programa e na indução de novos procedimentos. Este objeto, o projeto – que está além do constatável (empírico), mas que nem por isso deixa de ser realizável e palpável – precisa, a partir das proposições de Lefebvre, assumir sua dimensão de procedimento urbano. Necessita tornar-se um processo produtor de inclusão e de possibilidades de desenvolvimentos futuros, que permita a manifestação de variadas potencialidades humanas, uma transformação da vida urbana em sua cotidianidade, num discurso ideológico. Essa ideologia urbana impulsiona uma racionalidade intersubjetiva, que desde o seu nascedouro foi a forma de pensar urbana por excelência. Daí deriva a proposta da cidade-civilização, que se instala no horizonte mais distante de tempo, a partir do tema da habitação metropolitana.

C. A cidade na era da cultura de massas

A sociedade urbana que Lefebvre aponta como emergência em nossa contemporaneidade pode ser explicada pela imensa ampliação que os meios de informação tiveram desde a invenção da imprensa no distante século XV. Uma das características mais marcantes de nosso tempo é que a troca de experiências e de formas simbólicas não está mais restrita a contextos de interação face a face, mas é mediada por instituições e mecanismos de comunicação de massa. Desde a invenção da imprensa, jornais, panfletos e livros vêm sendo produzidos em quantidades crescentes, exigindo que os níveis de alfabetização também se elevem.

A partir da década de cinquenta do século XX, o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa sofreu um impulso extraordinário com a chegada de uma infinidade de modalidades de telecomunicações eletrônicas. Hoje, um adulto urbanizado gasta pelo menos de 20 a 30 horas por semana na frente de uma televisão. Se somarmos a este tempo as horas gastas ouvindo rádio, lendo jornais ou revistas, conectado à internet, consumindo, enfim, o que se chama de produtos da indústria de comunicação de massas, veremos a enorme força armazenada nestas manipulações, e

portanto seu impacto na produção, reprodução e circulação de ideologias. Com o imenso desenvolvimento das modalidades de comunicação, a arquitetura e a urbanística, até então formas de comunicação da cidade e de um lugar específico, tendem a uma independência – que, contudo, jamais será inteiramente realizada – com relação à sua base física e territorial.

Essas atividades de produção, reprodução e circulação de idéias constituem hoje um dos setores hegemônicos do capitalismo no mundo, concentrando vultosas somas de dinheiro e mobilizando grande número de pessoas. Quando essas novas formas de comunicação começaram a surgir, alguns pensadores destacaram, numa visão claramente pessimista, seu caráter de mecanismo de controle social e de alienação. A ideologia era entendida como cimento social e os meios de comunicação de massas como o mecanismo mais eficaz para espalhá-lo, impedindo, de modo definitivo, uma certa independência do pensar e do agir. O entorpecimento generalizado do indivíduo e da sociedade foi visto como uma construção maquiavélica dos meios de comunicação de massa¹⁰⁹, os quais alcançavam tal objetivo enfatizando seu caráter

¹⁰⁹ A teoria aqui mencionada faz menção à visão pessimista de Adorno e Hockheimer frente à cultura de massas, particularmente em *A dialética do*

de divertimento e alienação, frente a uma vertente crítica interessada na demolição do *status quo*. Invariavelmente, essas análises revelam uma crença no entorpecimento da capacidade crítica da humanidade, que abre mão da consciência e se entrega ao divertimento irresponsável. Apesar do imenso desenvolvimento da mídia especializada em arquitetura e urbanística nos últimos tempos, essas duas matérias permanecem ainda bastante dependentes da comunicação face a face praticada pelos críticos mais responsáveis. Contudo, mesmo no interior do campo específico da arquitetura e da urbanística percebe-se o desinteresse pelo aprofundamento no objeto por parte da mídia especializada, que invariavelmente suprime ou diminui os desenhos – plantas, cortes, fachadas – e amplia a imagem do objeto publicado. Essa espetacularização generalizada aponta para um claro movimento que pretende transformar a arquitetura e a urbanística num consumo imagético rápido e sem profundidade¹¹⁰.

De certo modo, a ampliação do entorpecimento e o declínio da capacidade crítica, nas mais diversas disciplinas, foram diversas vezes confirmadas e negadas pela realidade histórica subsequente.

esclarecimento, fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985 (ver sobretudo capítulo 2, Los Angeles).

¹¹⁰ Exposição inaugurada no Rio de Janeiro em 26 de junho de 2007 sobre a obra do arquiteto mexicano Ricardo Legorreta é testemunho dessa vertente, em que se destacam apenas imagens sem a presença de plantas ou cortes, que possibilitariam uma melhor compreensão das proposições.

Essa confirmação ou destruição foi sempre declarada como definitiva, tanto para aqueles interessados na celebração quanto para os interessados na condenação da sociedade da informação, que está instalada entre nós de forma definitiva. Nos limites deste estudo, pretendemos enfatizar apenas a nova realidade dos meios de comunicação de massas, sem assumir uma atitude celebratória nem condenatória. A celebração vê no avanço dos meios de comunicação de massas a única possibilidade de desenvolvimento de um poder localizado influente, disposto de forma rizomática e, portanto, não hierárquico. Já a atitude contestatória tende a enxergar nesses desenvolvimentos apenas uma terrível evolução das formas de manutenção das relações de poder, existentes desde tempos imemoráveis.

No entanto, devemos evitar também o relativismo do ambíguo posicionamento sem comprometimento, que é sempre incompatível com a operatividade do projeto. Contemporaneamente, a Escola de Frankfurt comporta um posicionamento que investe na realidade, não para gerar a positividade inevitável, mas como forma de compreensão das possibilidades de desenvolvimento tanto da alienação quanto da consciência, com a presença da indústria da informação. A Escola de Frankfurt é uma das mais importantes formações ideológicas contemporâneas. Dispersa pelo mundo por

força do nazismo e da Segunda Guerra Mundial, tem como espinha dorsal a interpretação do pensamento de Hegel sob uma perspectiva pessimista¹¹¹. Para esses pensadores, a posição de desconforto do homem moderno com relação à sua sociedade impulsionava-o a uma reflexão crítica que promulga uma destruição criativa.

Podemos fazer eco à afirmação da Escola de que a essência criadora do homem se assimila ao pensamento do negativo. No ato crítico de recusa do existente, o indivíduo ascende ao plano da universalidade, obtendo um pensamento generalizável. A idéia de Walter Benjamin de que todo documento de civilização é também um documento de barbárie destaca a necessidade de continuar vigiando, sem perder a dimensão crítica, mesmo que, inevitavelmente, ela venha a ser superada. Em suma, num mundo ideologizado, é fundamental identificar os agentes, compreender suas proposições e entender a capacidade daquele pensamento penetrar no metabolismo social, colonizando-o. Sendo uma

¹¹¹ Para um conhecimento mais detalhado da Escola de Frankfurt, ver, entre outras obras, MERQUIOR, José Guilherme. *Arte e sociedade em Marcuse, Adorno e Benjamin. Ensaio crítico sobre a escola neohegeliana de Frankfurt*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1969 e *O marxismo ocidental*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987; ROUANET, Sérgio Paulo. *A razão cativa*. São Paulo: Brasiliense, 1985; KONDER, Leandro. *Walter Benjamin O marxismo da melancolia*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

presença dissimulada, a ideologia deverá ser constantemente desvendada. Essa identificação deverá ser feita não para bloquear o debate, mas para torná-lo mais transparente e mais intenso.

No mundo contemporâneo defrontamo-nos com duas formas de operação: de um lado, o entorpecimento da diversão, e, de outro, o aprofundamento da informação e do conhecimento. Reconhecemos a presença delas, travando um combate incessante. Os meios de comunicação de massa podem tanto efetivamente ampliar o esclarecimento geral das pessoas como levá-las a um entorpecimento tal que as impede de agir de crítica e consistentemente. O controle é exercido, sim, mas não de forma totalitária, o que permite que as mensagens portadoras de um caráter efetivamente libertador possam sempre ser vinculadas. Ou melhor, o impacto da complexidade das informações nunca poderá ser totalmente controlado, pois toda mensagem possui um conteúdo ao mesmo tempo dedutivo e indutivo e, por isso, sua recepção assume formas absolutamente incontroláveis.

Todavia, apesar dos aparatos de comunicação da vida moderna, as pessoas seguem vivendo sua cotidianeidade, localizada na moradia, no trabalho, na sala de aula, e conectada à rede de conhecimento que cada indivíduo possui. Esses contextos também implicam

desigualdades e assimetrias de poder e recursos, e portanto constroem também ideologias e dão sentido a determinadas modalidades de exercício do poder. Estes mundos da vida, inseridos nas nossas diversas cotidianidades, são efetivamente os impulsionadores de uma filosofia da práxis, na qual a arquitetura e a urbanística estão inseridas. A práxis, em suas necessidades diárias, força a problematização da produção da cidade e do meio ambiente humano.

Na nossa matéria específica que lida com o habitar humano, a arquitetura e o urbanismo, não há como negar a força dos meios de comunicação de massa na construção de paradigmas e ideologias. O último século foi particularmente pródigo na gestação, reprodução e divulgação de alternativas do bem viver que pretenderam conquistar corações e mentes. Le Corbusier foi, certamente, o arquiteto que percebeu isso com mais sensibilidade em sua prática diária, dedicando-se a colonizar realidades diferenciadas e submetendo-as aos cinco pontos da arquitetura. O movimento moderno – com sua filiação inicial ao problema da habitação multifamiliar, massificada e produzida em série – conquistou muito do metabolismo social do início do século XX¹¹², exatamente em virtude

¹¹² KOPP, Anatole, op. cit.

de sua vinculação com esse tema candente e totalmente inserido no cotidiano das pessoas.

Nessa perspectiva, John Thompson defende a idéia de que todo o processo de secularização das instituições humanas, iniciada no Renascimento e potencializada na Revolução Americana e na Revolução Francesa, propicia o advento de uma “era das ideologias”. O declínio da tradição, da religião e da magia trouxe para os seres humanos a necessidade de construção de sentido para suas ações, o que de, certo modo, só pode ser dado pela ideologia. Afinal, a ideologia é sentido a serviço do poder, entendendo-se sentido, neste contexto, como o significado de direção e estrutura. Em circunstâncias particulares e nas mais diversas relações de nosso cotidiano, existem relações assimétricas de poder. Este sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação, que, de um modo ou de outro, também permitem a operacionalidade das ações humanas. Se o sentido é uma estrutura ou direção que foi socialmente construído e se seus objetivos são coletivamente legitimados, a ideologia, por sua vez, é uma forma de operacionalizar ações não necessariamente carregada de negatividade.

Ainda nos mantendo no campo específico da arquitetura e do urbanismo, nossa atividade pretende atuar sobre o habitar humano, direcionando-o e sistematizando-o, gerando textos, mas principalmente projetos e planos, cidades e ambiências, que são formas ou sistemas simbólicos. Mesmo não sendo ideológicos em si mesmos, podem, em contextos sociais e históricos específicos, ser utilizados de forma ideológica. É aquilo que Thompson caracteriza como “usos sociais das formas simbólicas”¹¹³.

Essa contextualização social das formas simbólicas pode assumir feições complexas, capazes de direcionar nosso entendimento e fazer com que determinadas formas simbólicas estejam marcadas pelo acento, pelo dialeto e pelo tom de uma determinada classe social, de uma região geográfica, ou de uma cultura específica. Como podemos valorizar as formas simbólicas? Como determinar o valor da arquitetura e do urbanismo para a construção efetiva do habitar humano? Como obter maior visibilidade para uma matéria tão essencial ao humano? Atualmente, numa pauta qualquer de intervenções humanas, a produção da cidade, do habitat humano, é sempre relegada a segundo plano, soterrada por outras questões, notadamente às relativas ao meio ambiente natural. Os impactos

¹¹³ THOMPSON, John B., op. cit., p. 18.

ambientais de um novo empreendimento econômico são sempre destacados pela mídia, havendo, em contrapartida, um completo desleixo com relação a questões da habitação, da produção da cidade. Imaginemos que uma importante corporação anuncie um grande empreendimento industrial num ponto específico do território. Imediatamente, as várias mídias, especializadas ou não, levantam e colocam em discussão uma série de questões relativas aos impactos ambientais. A produção da cidade de forma consciente, incluindo a preservação dos recursos naturais, é invariavelmente relegado a segundo plano. Isso ocorre porque o uso social das formas simbólicas da arquitetura e do urbanismo no mundo contemporâneo declinou substancialmente, emergindo, em seu lugar, o discurso da natureza e da preservação¹¹⁴.

Thompson, para valorizar as formas simbólicas, distingue duas maneiras de avaliação: uma, que chama de “valor simbólico”, e outra, que denomina “valor econômico”. Na primeira, a determinação é dada pelo modo pelo qual as formas simbólicas são apreciadas ou desprezadas pelas pessoas que as produzem e as recebem. Na segunda, o que está em jogo é o valor que determinada forma

¹¹⁴ KOOLHAAS, Rem, em *S, M, L, and XL* (Nova York: Monacelli, 1995) aponta como a construção é hoje essencialmente suspeita na urbanização de Melun de Senart, desvendando a presença desta ideologia anti-urbana.

simbólica assume a partir de suas trocas num mercado instituído, numa homogeneização que se estabelece a partir da moeda. A arquitetura e o urbanismo se encaixam nestas categorias de uma maneira muito particular. Assim, devido ao seu caráter de objeto fixo vinculado a um determinado contexto espacial, sua inserção no mercado é muitas vezes restritiva. A arquitetura e o urbanismo agregam valor econômico num âmbito restrito de uma cidade, de uma localidade ou de uma comunidade, o que restringe sua capacidade de atingir mercados amplos, se comparada a outras formas simbólicas, como o livro, a pintura, a escultura, o teatro e a música. Por outro lado, seu conteúdo de valor simbólico muitas vezes é potencializado pela recorrência de sua vinculação, pela sua permanência. Nesse sentido, as maneiras pelas quais as formas simbólicas são culturalmente transmitidas assumem um caráter central. Uma mensagem gravada em pedra, como são as construções da arquitetura e do urbanismo, possui alto grau de fixação, mas uma pequena capacidade de reprodução. O meio técnico de produção da arquitetura e do urbanismo ainda não se tornou móvel, o que lhes garante um alto grau de fixação, mas, em contrapartida, uma capacidade reduzida de reprodução. Isso nos faz compreender, pelo menos em parte, o declínio da importância da arquitetura e da urbanística como tema perante a grande mídia. A compreensão é parcial porque certamente a habitação é um item

que mobiliza uma grande massa de pessoas em sua cotidianidade no mundo contemporâneo. A habitação é um direito humano, que não vem se ampliando no mundo. Para comprovar tal afirmação, basta uma checagem rápida nos déficits habitacionais no mundo e no Brasil. A produção desta cidade, à qual corresponde o déficit habitacional, é uma cidade que pretende ser não alienada, mas sim inclusiva da imensa diversidade de seres humanos, e que garanta habitação, saneamento básico e serviços urbanos. Essa é a responsabilidade maior dos arquitetos e urbanistas. O retorno desse tema central, a habitação e a produção da cidade consciente, ao debate da grande mídia e da mídia especializada é a principal luta da categoria.

Existe ainda um terceiro aspecto referente à transmissão cultural das formas simbólicas, que é aquilo que Giddens identificou como o “distanciamento espaço cultural”¹¹⁵. Argumenta o autor que qualquer transmissão de uma forma simbólica implica necessariamente a separação do contexto original de sua produção, que, inserida em contextos espaciais e temporais diferenciados, garante uma acessibilidade ampliada às formas simbólicas. A divulgação e a reprodução das formas simbólicas são particularmente importante

¹¹⁵ GIDDENS, Anthony, op. cit.,

para a indústria do turismo e para a materialização de determinadas formas de viver, particulares a cidades específicas. Esse distanciamento espacial e temporal possibilita, muitas vezes, a idealização de determinados contextos como locais onde o bem viver é mais intenso. As vanguardas arquitetônicas do século XX foram particularmente sensíveis à questão do morar urbano, tendo trabalhado num sistema no qual no vértice estava a complexidade urbana e na base a unidade familiar ou célula residencial.

Reduzia-se, assim, suas escolhas a uma lógica na qual a ideologia do industrialismo era absoluta. As tentativas de desenho total da urbanística modernista fracassaram exatamente por suas pretensões totalizadoras, que simplificaram em demasia a complexidade do habitar. Nos anos 60 do século XX, o retorno à compreensão urbana por setores será encarado ou como uma operação realista, ou como uma renúncia tanto da compreensão da complexidade da cidade quanto do organismo como algo irreduzível a uma racionalidade única. A crítica tipológica da década de 60 pretenderá a montagem e a adição, para, ao final, reencontrar aquela mesma complexidade da produção da cidade de forma diferenciada. Essa crítica reafirmava que a construção era uma atividade cultural e, como tal, poderia ser manipulada pelos mais

diversos agentes, fazendo parte de um patrimônio humano muito diversificado.

Nas décadas subseqüentes, a apropriação exclusiva dessa metodologia por reduções mercadológicas tirou-lhe o caráter de construtor da diferenciação, transformando-a numa forma de produção da cidade que afirma a homogeneização geral aos valores de mercado. Portanto, aquilo que era um movimento de resistência à homogeneização generalizada promovida pelo industrialismo, em virtude das imposições comerciais, acabou também se homegenizando. Nesse início de século XXI, os arquitetos e urbanistas, por causa da indústria da comunicação e da apropriação de formas simbólicas, estão novamente diante de problemas que terão que levar em conta a proporção qualidade-quantidade.

A característica básica da comunicação de massa é a instituição de um corte rígido e definitivo entre produção e recepção, fazendo com que ocorra, exatamente pelo distanciamento, uma constante idealização. Determinados arranjos espaciais, produzidos em momentos únicos da história, transformaram-se em paradigmas do bem viver. Cidades glamourizadas pela indústria turística foram interpretadas como uma fábrica de arquitetura ou de formas do bem viver. Muitas vezes foram transplantadas para outras paragens e

moldaram novos paradigmas. Nas cidades de traçado orgânico da Idade Média, com sua interação holística com a topografia e a natureza, o acúmulo de história construiu um paradigma do bem viver, sintonizado com a questão do meio ambiente que emergiu em meados do século XX.

Essas cidades se constituíram num paradigma construído pela crítica, que via embutida em seu desenvolvimento aleatório uma denúncia da presença da racionalidade na ocupação territorial. No entanto, muito de sua presença recalca a natureza de seu processo, que demanda um longo tempo para sua maturação, incapaz de fazer frente ao grande afluxo de pessoas que as cidades recebem a partir da industrialização. Argan, num texto memorável, destacou, de forma emblemática, a luta de nosso tempo, que se restringe a um novo encontro de proporcionalidade entre qualidade e quantidade:

Em geral, o desenho da cidade ideal implica o pensamento de que, na cidade, realiza-se um valor de qualidade que permanece praticamente imutável com a mudança da quantidade, na medida em que, por postulado, qualidade e quantidade sejam entidades proporcionais. A relação entre quantidade e qualidade, proporcional no passado e antitética

hoje, está na base de toda a problemática urbanística ocidental.¹¹⁶

De qualquer maneira, o desenvolvimento dos meios de comunicação de massas instituiu uma assimetria entre produção e recepção de mensagens ideológicas, permitindo que as pessoas experimentassem acontecimentos que têm lugar em locais espacial e temporalmente distantes. Em outras palavras, essa assimetria no processo comunicativo determinou a separação definitiva do fluxo de informações do local físico, dando origem, por sua vez, a uma assimetria de visibilidades. Essa característica, definitivamente instalada no mundo contemporâneo, faz-nos perceber que a política é intrinsecamente inseparável da visibilidade e, portanto, do controle dos meios de comunicação de massas. A necessidade premente no mundo contemporâneo é a busca do *princípio do pluralismo regulado*, conceituação presente em John B. Thompson e que pretende instituir a auto-regulação do sistema de comunicação. Essa é, certamente, uma dificuldade dos nossos tempos, em que a autojustificação torna-se cada vez mais pulverizada em indivíduos isolados, devido ao impulso de libertação da tradição típico da modernidade.

¹¹⁶ ARGAN, Giulio Carlo. *História da cidade como história da arte* (tradução de Pier Luigi Cabra). São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 74.

Há, contudo, em nossa contemporaneidade, uma teoria da sociedade capaz de dar conta das complexas formas de produção e recepção das mensagens, conformando uma proposta para sua compreensão. Trata-se da teoria de Luhmann¹¹⁷. Baseada na idéia de sistemas não lineares, Luhmann rabalha a partir dos clássicos da sociologia moderna, notadamente Talcott Parsons¹¹⁸, da teoria dos sistemas complexos e não lineares, desenvolvida por várias disciplinas das ciências naturais, como a termodinâmica, a biologia molecular, a cibernética, e a informática, e das teorias mais próximas à sociologia, como a teoria da comunicação e da informação. De elaboração recente – o primeiro livro de Luhmann data de 1972 –, essa teoria vem demonstrando grande capacidade de explicar fenômenos variados, presentes nas complexas sociedades

¹¹⁷ Niklas Luhmann possui uma trajetória como pensador bastante heterodoxa, o que de certa forma explica a montagem pouco comportada de sua teoria da sociedade. Sua formação de jurista garantiu-lhe um cargo burocrático no serviço público alemão, o de assessor jurídico do Ministério da Educação da Baixa Saxônia. Nos anos 60, ganhou uma bolsa de estudos e foi estudar em Harvard, onde conheceu Jürgen Habermas, outro aluno alemão, que, como ele, acompanhava as aulas de Talcott Parsons. Retornando dos Estados Unidos, começou a lecionar na Escola Superior de Administração de Speyer e depois assumiu a cátedra de sociologia na recém-criada Universidade de Bielefeld, onde trabalhou durante 30 anos no seu "único" projeto de pesquisa: uma teoria da sociedade.

¹¹⁸ A teoria de Parsons tinha como objetivo tentar integrar todas as ciências humanas a partir de uma teoria da ação. Em seu livro de 1951, *The social system*, ele defende a idéia de que as sociedades humanas, assim como os organismos biológicos, pretendem sua manutenção e reprodução, e para tal tendem a manter a estabilidade interna. Já há em Parsons a idéia de sistemas sociais não lineares e complexos, pois a manutenção dessa estabilidade interna volta e meia se choca com os imperativos de manutenção e preservação.

modernas. Ela também vem sendo considerada mais adequada à compreensão dos fenômenos das sociedades contemporâneas, devido à velocidade de suas mudanças, que subvertem a questão da manutenção da ordem, que era a âncora da teoria sociológica clássica moderna. Portanto, a teoria de Luhmann pretende dar conta da grande instabilidade que todos os sistemas passam a viver no mundo contemporâneo, devido a um desequilíbrio entre institucionalização e autolegitimação, a partir da intensificação das comunicações.

Luhmann define sistema social como sistema de comunicação, que, por sua vez, possui uma tendência inerente a se auto-organizar, a chamada *autopoiesis*. Em seu grau zero, a *autopoiesis* advém do grego *auto* (próprio, independente), *poiesis* (criação). O termo foi cunhado na década de 70 pelos biólogos e filósofos chilenos Francisco Varela e Humberto Maturana para nomear a complementariedade fundamental entre estrutura e função. Essa complementariedade indica que os limites dos sistemas estão intrinsecamente conectados com suas formas de sustentação e reprodução, esclarecendo que só está dentro do sistema aquilo que lhe interessa funcionalmente. *Autopoiesis* ou auto-organização é uma qualidade interna do sistema, intocável de fora. As operações básicas dos sistemas sociais são comunicações e as operações

básicas dos sistemas psíquicos são pensamentos. Luhmann coloca esses dois sistemas numa interação inusitada, através do estabelecimento da distinção sistema (social)/ ambiente (psíquico) ou vice-versa, sistema (psíquico)/ ambiente (social)¹¹⁹. O que esses sistemas têm em comum é que ambos dependem de *sentido*, que aparece aqui como uma qualidade evolucionária. Isso não quer dizer, no entanto, pelo menos na visão luhmanniana, que haja algum substrato especial que possa ser denominado de *portador de sentido* por essência, algo que, já ao nascer, fosse permeado por qualidades como raciocínio, lógica, reflexão ou coisa parecida. As comunicações dos sistemas sociais se reproduzem através de comunicações, e os pensamentos se reproduzem através de pensamentos. Fora dos sistemas sociais, não há comunicação e fora dos sistemas psíquicos não há pensamento. Ambos os sistemas operam fechados, ou seja, as operações que produzem os novos elementos do sistema dependem das operações anteriores do mesmo sistema e são, ao mesmo tempo, as condições para futuras operações. Esse fechamento é a base da autonomia do sistema. Ou, em outras palavras, nenhum sistema pode atuar fora das suas fronteiras.

¹¹⁹ Luhmann afirma que “cada um destes dois tipos de sistema forma necessariamente o ambiente do outro” (cf. LUHMANN, Niklas, op. cit., p. 92) apud STOCKINGER, Gottfried, op.cit.

Essa teoria ajuda-nos a compreender como se processa os sistemas de pensamento dentro de determinadas matérias ou campos do conhecimento no mundo contemporâneo. Para Luhmann, o sistema social é semelhante a qualquer outro sistema vivo. Os sistemas sociais são comunicativos, produzem e processam informações, e essa é, na teoria de Luhmann, a novidade, distinguindo-se da mensagem. Assim, a diferença entre mensagem e novidade ou informação é que esta última representa uma ruptura no padrão contínuo de mensagens. A teoria de sistemas cria uma mudança radical, pelo fato de não mais falar-se de objetos, mas sim de diferenças, de distinções, de diferenciações. Estas não podem ser tratadas como coisas, como algo que já existe e que precisa apenas ser observado, percebido, ser analisado. Distinções são objetos virtuais, que devem ser feitos, realizados, senão não existem.

Quando nenhuma diferença for realizada, nada mais há para ser comunicado. O sistema não continuaria, terminaria, entraria em colapso. A estabilidade e a duração do sistema dependem, permanentemente, de novas diferenças e distinções a serem criadas. Tal criação dá-se através de processos de comunicação nos quais ocorrem cruzamentos, misturas e novas conexões de sentido. Isso não quer dizer, no entanto, que cada ato comunicativo cria um

sentido novo. A comunicação aparece normalmente como algo repetitivo, redundante e muitas vezes prolixo. Mas, nestes sequenciamentos repetitivos, os desvios se tornam inevitáveis, já que a comunicação ocorre num ambiente incerto, complexo, sujeito a flutuações das mais variadas. Essas diferenças e novas distinções, que certamente aparecem no sistema social, são efetivadas – são causadas¹²⁰ - por elementos presentes no ambiente do sistema, sobretudo por seres humanos que constantemente *irritam* a comunicação com as mais variadas contribuições criativas.

Formalmente, tais criações não são nada mais do que desvios do imaginário social tido como tradicional, costumeiro, habitual, enfim normal. Eles representam a energia primária do sistema, presente em forma de informação, a qual aparece aqui como um terceiro estado das coisas, ao lado da matéria e da energia. Essas informações – enquanto matéria e energia do sistema social - são

¹²⁰ Sinteticamente, a teoria de Luhmann pode ser caracterizada como o abandono das causas e dos fatores como indutores de processos, em nome de uma compreensão da interação de diversas partes, que são, ao mesmo tempo, indutores e induzidos. Nenhuma causa é considerada suficiente para criar determinado efeito. A adoção da teoria dos sistemas não complexos para a compreensão da sociedade faz com que esta ultrapasse alguns paradigmas estáticos colocados pela sociologia clássica. Importa ressaltar que essa ultrapassagem não invalida os pressupostos da teoria clássica moderna, os quais podem continuar acontecendo dentro dos sistemas complexos, mas que apenas fornecem explicações episódicas e parciais dos fenômenos.

processadas de forma auto-organizada. O sistema carece, portanto, de uma essência, de valores sociais eternos, de uma moral ou de costumes determinados. Ele se constitui e se modifica meramente pelas flutuações, ocorrendo no próprio processo comunicativo que se reproduz em torno de conteúdos construídos, muitas vezes casuisticamente.

Observa-se, nesse processo, a constante criação da *disjunção funcional*, ou o *ruído*, ou ainda a criação e a subversão. Trata-se de um processo incessante de produção de novas estruturas capazes de definir as ações admitidas e excluídas – o sentido – que regula as criações metabolizadas e absorvidas e as descartadas. A comunicação e o concomitante processamento de informações orientam-se com base em diferenças, que possibilitam a formação de temas, valores e outros objetos sociais em torno da apropriação social da comuniação. Os sistemas sociais emergentes não partem de uma identidade, mas sim de uma diferença com relação ao funcionamento geral, podendo-se aqui fazer uma clara analogia com a teoria da ideologia e da hegemonia. Em todas as experiências da vida social encontra-se uma diferença primária, i. e., a diferença entre o que atualmente ocorre e aquilo que a partir daí é possível acontecer. Essa diferença básica, que se reproduz forçosamente em todo tipo de vivência, atribui a cada experiência o valor de uma

informação, capaz de ser processada e comunicada. Isso possibilita a atribuição de valores inclusive a acontecimentos casuais e construir uma ordem a partir destes. Dessa forma, os sistemas reduzem a complexidade infinita do mundo através da seleção daquilo que é realmente relevante. Um sistema é chamado de complexo quando a quantidade de partes e subsistemas que o compõem ultrapassa um determinado limiar, a partir do qual não é mais possível colocar todos os elementos em relação uns com os outros. Sempre que o número de elementos a conectar-se ultrapassa este limiar,

surgem necessidades de seleção, e se produz uma seletividade de fato de tudo que é realizado. É realizada uma seleção da totalidade de possibilidades de relacionamentos atuais de cada vez.¹²¹

A teoria de Luhmann possibilita o entendimento do que aqui já se caracterizou como o mundo pós-hegemônico, um mundo onde a emergência de novos autores e pensadores, enfim a disjunção funcional, não permite a estabilidade da hegemonia. Na verdade, essa teoria não invalida a construção teórica anterior, baseada na ideologia e na hegemonia. Ela oferece-nos uma explicação geral para a presença da hegemonia efêmera. No mundo contemporâneo,

¹²¹ LUHMANN, Niklas, op. cit., p. 187, apud STOCKINGER, Gottfried, op. cit.

os mecanismos de institucionalização e de autojustificação estão definitivamente desequilibrados, havendo uma constante provocação do sistema pela emergência de novas teorias. A quantidade da indústria da informação acabou gerando uma eterna instabilidade para o sistema, que, em sua busca incessante de sentido, não consegue dar conta da infinidade de novos agentes. No entanto, a idéia de sentido deve permanecer para que o sistema possa ser compreendido como tal e mantenha sua funcionalidade, daí a idéia de cidade-civilização.

Essa proposição pretende dar sentido para o sistema de pensamento da arquitetura e da urbanística, oferecendo uma construção socialmente emblemática, que coopte outros agentes para sua objetivação. Particularmente na arquitetura e no urbanismo nas últimas décadas, percebemos a emergência de um fenômeno intrinsecamente ligado ao desenvolvimento dos meios de comunicação de massas e a assimetria entre produção e recepção: a figura do arquiteto partícipe do *star sistem*. Figuras de notoriedade reconhecida, que, com suas ideologias particulares ou construções de formas simbólicas específicas, são capazes de contaminar os meios de comunicação de massas, oferecendo sínteses que espetacularizam a cidade e o ato de habitar. Cabe destacar que a produção destes expoentes dedica-se cada vez menos à produção

de temas ligados ao cotidiano, estando invariavelmente comprometida com temas monumentais, como museus, bibliotecas, terminais de passageiros etc. Essa situação nova e inusitada, que em si não representa um grande perigo, demanda dos arquitetos e urbanistas um grande esforço para se restabelecer, na cidade, a proporcionalidade entre qualidade e quantidade mencionada por Argan. Portanto, no mundo ideologizado da indústria da comunicação, a arquitetura e urbanismo deverão reafirmar constantemente sua essencialidade, que se alcança a partir da vinculação enfática com a cotidianidade do habitar urbano e metropolitano. Essa atitude reconstruirá o espaço que a arquitetura e o urbanismo devem ocupar num mundo que, cada vez mais, necessita de instituir a previsibilidade na ocupação humana.

D A cidade-civilização/habitação

Em 1998, o historiador inglês Peter Hall lançou *Cities in Civilization*, uma síntese de grandes proporções, que retoma diferentes manifestações civilizatórias vinculadas ao território da cidade. O livro resenha as histórias de várias cidades, tomadas como expressões de manifestações culturais diferenciadas e como exemplos, em períodos distintos, repletas de sinergias criativas ou produtivas.

Enorme volume de 1169 páginas, distribuídas em quatro abordagens sobre a dimensão das sinergias ocorridas ao longo da história humana em determinadas cidades. Dividido em cinco grandes partes ou livros, *Cities in Civilization* percorre a história de diferenciadas cidades, com um fôlego que coordena uma manipulação impressionante de dados e estatísticas e ao mesmo tempo uma vital acuidade na percepção dos fenômenos, que determinaram a ampliação da humanização do homem, no e pelo território da cidade.

No livro 1, “A cidade como marco cultural”, Hall escolhe Atenas de 500 a 400 a. C., Florença de 1400 a 1500, Londres de 1570 a 1620, Viena de 1790 a 1910, Paris de 1870 a 1910 e Berlim de 1918 a 1933, mostrando as particularidades que fizeram destas cidades expressões de manifestações artísticas que marcaram a história humana. No livro 2, “A cidade como arredores da inovação”, o autor discorre sobre Manchester (1760-1830), Glasgow (1770-1890), Berlim (1840-1930), Detroit (1890-1915), San Francisco (Vale do Silício) (1950 -1990) e Tóquio (1890- 1990). As cidades estudadas são manifestações de sinergias produtivas, onde invenções tecnológicas ligadas ao modo de produção capitalista, ou sua operacionalização, impactaram fortemente nossa forma de vida. O autor inicia o livro 3, “O casamento da arte e da tecnologia”, sem focar uma cidade concreta, mas com a clara intenção de explicitar

o tema da invenção da cultura de massas. Em seguida, detém nas cidades de Los Angeles (1910-1945) e Memphis (1948-1956). No livro 4, “O estabelecimento de uma ordem urbana”, Hall percorre cidades paradigmáticas sob o ponto de vista da ordem e do poder: Roma (50 a.C. - 100 d. C.), Londres (1825- 1900), Paris (1850-1870), Nova York (1880-1940), Los Angeles (1900-1980), Estocolmo (1945-1980) e novamente Londres (1979-1993). A ordem colocada por Hall envolve claramente as questões formadoras do conceito do bem viver e da boa vida e dos paradigmas formados por essas estruturas urbanas como representações dessas potencialidades. Finalmente, no livro 5, Hall tenta construir uma cidade do amanhã que seja, a união da arte, tecnologia e organização. Daí o nome dessa última parte, “A Cidade da era de ouro”, que, segundo ele, ainda virá.

As escolhas, e as omissões, de Hall podem ser questionadas sobre vários aspectos, nesse ou naquele campo. A própria estrutura organizacional, separando arte e tecnologia e depois reunificando-as nas cidades paradigmáticas da indústria da informação de massas – Los Angeles (cinema) e Memphis (música) –, denota uma certa contextualização da realidade do autor. No campo da arte, a arbitrariedade é ainda mais clara: por que Londres e não alguma cidade da mesma época, da Liga Hanseática ou da Holanda, que

produziu a escola flamenga de cultura? Nova York e San Francisco não seriam dignas de inclusão neste campo no século XX? Chicago e Barcelona não seriam dignas de figurar junto da gestação do primeiro modernismo juntamente com Berlim? É clara a presença de interesses bastante vinculados a um determinado contexto europeu e ocidental, mas a vitalidade do livro de Hall reside na própria fragilidade de suas escolhas, que ele, de antemão, reconhece “arbitrárias e interessadas, ou limitadas pela disponibilidade de dados”¹²². Na verdade, Hall tem a humildade e a sabedoria de deixar a questão em aberto, mediante a simples pergunta, enunciada a seguir:

Como estas eras de ouro se instalam? Por que a chama da criatividade queima intensamente e particularmente nas cidades e não no campo?¹²³



A Chicago do movimento do city-beautiful, exemplo esquecido por Hall

Nos limites dessa pesquisa, estamos mais interessados em definir os parâmetros da cidade-civilização no contexto brasileiro. Portanto, o livro V, no qual Hall desenvolve as possibilidades de desenvolvimento de uma nova presença da civilização no território das diversas cidades hoje existentes, é o que mais contribui para a nossa reflexão. A pergunta fundamental, colocada pelo autor, é de que se haverão escolhas voltadas para o desenvolvimento do ambiente humano e se essas escolhas serão conscientes. Num exercício a partir da historiografia, e que privilegia a presença da

¹²² HALL, Peter. *Cities in Civilization*. Nova York: Random House, 1998.

¹²³ HALL, Peter, op. cit.

tecnologia como premissa para as respostas, ele afirma que todos os ingleses sabiam que o desenvolvimento da ferrovia em 1830 traria mudanças espaciais e geográficas, mas indaga se eles sabiam que mudanças seriam essas. Poucos sabiam, ou quase ninguém sabia. A produção da cidade contemporânea segue um processo no qual o imprevisto é a regra, no qual as escolhas são determinadas por pressões privadas que nada têm em comum com o interesse geral. Os fatos estão constantemente a exigir de arquitetos e urbanistas uma atitude remediadora, que pouco exige de sua capacidade de antever arranjos. O desenvolvimento de horizontes de possibilidades de futuros próximos, em que o interesse da espécie se sobreponha aos privados, parece ser o grande desafio para as disciplinas da arquitetura e da urbanística neste início de século XXI. Segundo Hall, nossa experiência recente aponta-nos uma série de sinais:

...nos anos 1910 os americanos viam que o modelo T da Ford mudaria a vida das fazendas de Iowa e Nebraska, mas ninguém via que, com ele, seria produzida uma nova forma urbana no sul da Califórnia.¹²⁴

Uma das maiores dificuldades da presente tese deve-se à sua inserção num horizonte contemporâneo. Assim, a ausência de

¹²⁴ HALL, Peter, op. cit., p. 943.

distanciamento temporal acarreta uma dificuldade de valoração dos pensamentos efetivamente relevantes. Isso a aproxima um pouco do processo de projeto, que, após toda objetivação – dimensionamento dos espaços, quantificação do orçamento disponível, definição das transformações a serem alcançadas, configuração existente etc... – mergulha no enfrentamento do papel em branco, equilibrando tudo isso com a inevitável investigação autobiográfica. Longe de qualquer afirmação desmesurada de personalismo, o trabalho de projeto e de desenho envolve a conciliação equilibrada de duas dimensões – objetividade e subjetividade. A formalização da cidade- civilização deverá equilibrar, como no ato de projeto, as condicionantes objetivas e as expressões autobiográficas.

O primeiro dos pressupostos de valoração dos pensamentos arquitetônicos e urbanísticos deve-se à sua capacidade de penetrar nos mundos da vida¹²⁵ e vir a ser aplicado de forma recorrente. A vitalidade de uma proposta teórica, para uma arte aplicada como a arquitetura e o urbanismo, reside exatamente na sua capacidade de penetrar nos mundos da vida, desfrutar de aceitação pelo senso comum, e, talvez o mais importante, representar um avanço de

¹²⁵ O conceito aqui expresso de mundos da vida foi tomado de Habermas e pretende representar um senso comum, uma aceitação coletiva inquestionável como foi a cidade neoclássica ou o modernismo corbuseano.

convivência entre diferenças variadas. Todos que militam com o projeto sabem das dificuldades de sua concretização, das possibilidades de seu engavetamento e esquecimento¹²⁶. Muitas pessoas podem entender tal posição como uma construção de vencedores, que, no seu pragmatismo, não se importa com os vencidos. Esse é um risco que esta reflexão realmente corre, mas que só com o passar do tempo poderá ser corretamente avaliado. Numa tese de cunho propositivo, de busca de uma cidade que espelhe a civilização, o risco da obsolescência é grande, devendo haver uma procura constante da exposição, de modo a aperfeiçoar seus princípios.

Assim, os arquitetos e urbanistas escolhidos que figuram explicita ou implicitamente nesta reflexão, serão exatamente aqueles recorrentemente citados pela mídia especializada na contemporaneidade. Aqueles que, de modo pejorativo, são classificados por Kenneth Frampton, em seu clássico *História crítica da arquitetura moderna*, como pertencentes ao *star system*, pela sua capacidade de atingir a mídia geral, e que constróem em torno de suas obras polêmicas capazes de atingir o senso comum. São,

¹²⁶ Mais do que sua realização efetiva, o que se menciona aqui são as imensas possibilidades obtidas a partir de sua divulgação. Pensemos num projeto como o de Le Corbusier para o Rio de Janeiro ou Argel e na sua capacidade de permanecer como referência ideológica.

portanto, arquitetos atuantes, que se comprometem com o projeto, que se dedicam à construção teórica para criar uma hegemonia formal em torno de seus pensamentos. Fazem parte daquilo que podemos chamar da crítica operativa¹²⁷ no campo arquitetônico e urbanístico, mantendo-se comprometidos com a prática projetual. Estão, enfim, comprometidos com a forma.

A partir dessa premissa, pode-se identificar um esforço para conciliar as atitudes opostas do empirismo e do racionalismo, que invariavelmente dominam a produção da arquitetura e do urbanismo, particularmente na sua vertente voltada para a síntese do projeto. Como alerta Bachelard, na sua proposição para um novo espírito científico, a diferenciação entre racionalismo e realismo ou empirismo não tem mais sentido, Permanecer no nível ingênuo e intuitivo do experimental é condenar a compreensão científica à estagnação, ao mesmo tempo que enfatizar a predominância do racionalismo de forma isolada é descambar para um idealismo igualmente estéril. Enfim “ser científico é não privilegiar nem o pensamento, nem a realidade mas reconhecer o elo inseparável dos dois”¹²⁸. Assim, uma das variáveis fundamentais para medir a

¹²⁷ Manfredo Tafuri, em *Teorias e história da arquitetura* (Lisboa: Presença 1981), definiu crítica operativa como a crítica comprometida com a mudança na operação, um pensamento teórico que se propõe a construir novas proposições.

¹²⁸ BACHELARD, Gaston. *A formação do espírito científico*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 33.

vitalidade da teoria do projeto é exatamente a possibilidade de sua aplicação recorrente, que, no fundo, envolve tanto um *a priori* racional quanto uma compreensão da experiência concreta.

É necessário repropor aqui a busca de um novo equilíbrio entre operatividade e crítica, entendendo operatividade como a capacidade de cooptação da sociedade para problemas específicos. A denúncia do planejamento ou do projeto operacional é recorrente em nossas bancas acadêmicas, pois o pensamento crítico muitas vezes recusa-se a apresentar propostas, por considerá-las inevitavelmente comprometidas com a manutenção e a reprodução do *status quo*. Essa atitude leva a uma condenação de qualquer urbanismo propositivo, deixando de dar resposta a uma série de práticas que dominam a produção da cidade. Além disso, há no Brasil uma forte tradição livresca e retórica, que sempre privilegiou o pensamento de construção rebuscada distante da nossa prática efetiva. Essa reflexão, além de distante de nossa realidade, tem inspiração exógena e faz-se, constantemente, da cultura um uso exibicionista¹²⁹, distante da operacionalidade:

¹²⁹ O divórcio entre pensamento crítico e propositivo é apontado na área do urbano e da cidade como particularmente dramático por Ermínia Maricato, Rem Koolhaas e Richard Rogers.

Ainda quando se punham a legislar ou a cuidar de organização e coisas práticas, nossos homens de idéias eram, em geral, puros homens de palavras e livros; não saíam de si mesmos, de seus sonhos e imaginações. Tudo assim conspirava para a fabricação de uma realidade artificiosa e livresca, onde nossa vida verdadeira morria asfixiada.¹³⁰

Tradicionalmente ligado ao profissional liberal, o nosso ensino universitário é forte testemunha desta realidade. As escolas de direito, medicina e engenharia correspondem aos primeiros cursos aqui instituídos de forma tardia, sempre destituídos de sentido pragmático. O curso que por sua própria natureza encarnava um maior pragmatismo, o de engenharia, foi sempre olhado com desconfiança pelas elites, sendo destinado aos seus rebentos menos ilustres. Desse modo, a função do ensino universitário no Brasil foi sempre de confirmar a condição de filhos da elite, pautando-se por uma atitude magistral, livresca e dogmática.

O segundo pressuposto importante é a compreensão da cidade e de sua auto-reprodução, ou do seu eterno vir a ser, como uma estrutura capaz de ser reduzida a um sistema passível de ser racionalizado. Este sistema operou, e continua operando, com base na premissa de que a construção do ambiente humano está subordinado a uma

¹³⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1971.

estrutura semelhante à da linguagem. As escolhas e opções feitas pelo senso comum, quando constrói seu próprio habitat, demonstram que a cidade possui a estrutura de uma língua. A escolha dos processos tecnológicos a serem utilizados, as formas a serem adotadas, as disposições das partes com relação ao todo seguem determinações culturais semelhantes às da utilização da linguagem pela humanidade. Esse argumento estruturalista confere à cidade um caráter polidirecional, que foge a qualquer dirigismo e que possui fortes semelhanças com a realidade. Essa compreensão da cidade como fábrica de arquitetura e de modos de habitar diferenciados está presente na chamada *Tendenza italiana*, que, de certa forma descambou para um historicismo estéril, devido, em grande parte, ao contexto em que foi utilizada mais recorrentemente.

Sobre esse mesmo sistema de construção da cidade, passível de ser racionalizado, também incide um esforço dialético entre o desleixo e a normatividade, o mesmo que Sergio Buarque de Hollanda, no clássico *Raízes do Brasil*, nomeou brilhantemente como sendo as atitudes frente ao ambiente construído do sementeiro e do ladrilhador¹³¹. Isto é, de um lado o apuro do planejamento e da

¹³¹ No contexto do livro, Hollanda estabelece a distinção entre a colonização portuguesa e a espanhola, lançando mão das duas figuras. Aqui, usamos as duas

inserção de seu módulo, típicos do trabalho do ladrilhador, e de outro, o desleixo de quem joga as sementes sobre o chão, caindo estas da maneira que o acaso determinou. De um lado, a firme determinação de controlar os elementos; do outro, o descaso e o desleixo pela implantação dos elementos que compõem a cidade. Mera sobrevivência, de um lado, e humanização do ambiente, do outro. Duas atitudes que demonstram, de um lado, o firme desejo de permanência e vontade de marcação do território, e do outro, uma ocupação humana descartável e provisória, pronta a se deslocar para qualquer parte da face da Terra. Ao reconhecer aqui as duas vertentes que efetivamente compõem a fenomenologia da construção da cidade e do próprio habitar, entende-se que os profissionais que militam na atividade projetual tendem a reconhecer a presença do desleixo do sementeiro como inadequada, combatendo-a sistematicamente. No entanto, ao reconhecer sua presença, devem também entender que essa vertente jamais será totalmente excluída da atividade humana da construção, do habitar, pois esta, em sua dinâmica, inclui a improvisação. O combate ao improvisado da ocupação humana será, pois, eterno e incessante, jamais chegando a termo.

maneiras apenas para caracterizar formas distintas de produção do ambiente construído.

O terceiro pressuposto teórico – do qual a produção da cidade, livre do discurso de iniciados ou erudito dos arquitetos, é quase um desdobramento – refere-se também a um diálogo entre a produção anônima e a produção nomeada da cidade, o que corresponderia à cultura popular e à erudita de nosso ambiente construído. Reconhecer essas duas esferas é operacionalizar e estruturar a nossa compreensão da cidade e buscar a inserção profissional neste contexto, ficando longe de qualquer demonstração de elitismo ou de paternalismo. A distinção constrói a possibilidade de recíproca contaminação, pois a cultura popular e a erudita do construir estão presentes na cidade e fazem parte de seu sistema de crescimento e manutenção. Sem dúvida, houve momentos na história que a arquitetura dos grandes mestres e a construção anônima de nossas cidades alimentavam-se mutuamente. Podemos localizar no modernismo este último momento, já fragilizado, mas ainda presente. Por que esse fenômeno do uso da linguagem, que constrói nosso ambiente construído, continua presente na contemporaneidade em duas vertentes que não mais se tocam?

Na verdade, a aceitação da linguagem arquitetônica por parte da sociedade deveria ser buscada tanto a partir do estudo desta mesma sociedade e de seus anseios, como também da classificação crítica das operações implantadas pela arquitetura e pelo urbanismo. O

momento atual é de grande insegurança e de abertura a um amplo experimentalismo pelos seguintes motivos:

- a restrição do problema ao âmbito restrito da arquitetura, como se esta disciplina estivesse capacitada a construir a imagem que a sociedade quer de si mesma;
- a dificuldade da própria sociedade em construir uma imagem de si mesma que não seja mutante e variável; e
- a dificuldade das gerações mais novas de abandonar o mito da vanguarda perene, atitude sempre destrutiva, pois não se empenha numa construção que se pretende contínua.

Encontramo-nos, hoje, emaranhados num intelectualismo paralisante e, concomitantemente, numa prática ligeira e esperta, atenta apenas para o ponto de vista do mercado. Com a restrição do campo da arquitetura à classe dos arquitetos, o discurso do projeto tende a limitar-se às conceituações dominadas somente por estes profissionais, isolando a sociedade da possibilidade de construção de seu próprio ambiente. De certa forma Bruno Zevi, quando enfoca a crítica como um trabalho de equipe, antecipa inteligentemente os temas aqui discutidos. Para ele,

trata-se de injetar na produção de massa as qualidades que os grandes arquitetos atingiram na produção de elite, garantindo assim que a linguagem poética transvase coerentemente para a linguagem corrente¹³²

E, mais do que isso, que a linguagem geral do construir anônimo seja apropriada pelo construtor nominado e erudito, fazendo do ato de construção um esforço de humanização do homem. Longe de qualquer elitismo, o que se pretende é a reconstrução do campo específico do projeto, aumentando sua transparência e autojustificação para a sociedade, de forma a atingir a proporcionalidade mencionada por Argan, entre qualidade e quantidade no território da cidade.

Por último, mas não menos importante, nossa reflexão encara a cidade como uma idéia utópica ainda não inteiramente materializada pelo homem, mas apenas antevista. Essa presença utópica é quase uma imposição, pois a cidade possui em seu seio esta antecipação desde a sua primeira aparição na história humana. A cidade consiste, na realidade, em um horizonte ideológico que força a humanidade a um trabalho coletivo, lembrando-a continuamente de

suas limitações enquanto indivíduo e das enormes possibilidades da sua aliança social.

Tal reflexão parte de Lefebvre, que, no conjunto de seus trabalhos sobre o urbano destaca que, a partir do conceito banal de cidade, o conhecimento é modificado, sendo obrigado a se articular com a política, mudando assim, definitivamente, sua sociabilidade. A cidade é entendida como um ponto de chegada da evolução humana. Sua densidade, o calor do seu agrupamento geram, a todo tempo, o espontaneísmo e o desejo, que fazem dela o escape de toda a repressão. Um lugar que concentra a vida social e política, onde a riqueza e o conhecimento, as técnicas e as artes concentram-se no território, tornando-os, de certo modo, acessíveis e palpáveis ao ser humano comum. A cidade como o lugar da festa diária, capaz de mostrar para o indivíduo o verdadeiro valor de uso da sua associação com outros indivíduos. Enfim, uma constante e ininterrupta revolução do cotidiano. De acordo com Lefebvre,

... a cidade e a realidade urbana dependem do valor de uso. O valor de troca e a generalização da mercadoria pela industrialização tendem a destruir, ao subordiná-las a si, a cidade e a realidade urbana, refúgios do valor de uso, embriões de uma virtual predominância e de uma revalorização

¹³² ZEVI, Bruno. *La storia come metodologia del fare architectonico*. Milão: Tamburini, 1951, p. 69.

do uso, do direito à cidade, isto é, à vida urbana, condição de um humanismo e de uma democracia renovados.¹³³

Esta abordagem assume a existência de uma polissemia de propostas e pensamentos, característica de nosso tempo e marca do pensar urbano. A busca pela cidade-civilização como um valor ideológico, como um marco utópico, não pode ser fruto apenas dos desenhistas da cidade – arquitetos e urbanistas –, mas sim de uma infinidade de especialidades e principalmente do nosso cotidiano como cidadãos. Essa civilização não pode ser caracterizada como ocidental ou oriental, católica ou islâmica. Ela assume, com efeito, uma caracterização apenas humana. Arquitetos e urbanistas podem dar uma inestimável contribuição para esse esforço, mas ela deve ser explicitada como uma proposta de especialistas. Nela, emerge a questão do projeto como uma forma de operar que, há séculos, determina o sentido dessas atuações. Uma proposta que marca a retomada do projeto como instrumento de conquista do cliente coletivo, sem soberba, buscando construir um programa que possibilite a todos exercer seu direito fundamental de habitar. Mas, qual seria, afinal, do ponto de vista do espaço construído, da concretude diária, uma cidade-civilização humana?

¹³³ LEFEBVRE, Henri, op. cit.

A cidade que buscamos já existe em pequenos *flashes* na própria cidade real que habitamos, como afirma Lefebvre em *O direito à cidade*. Sua presença embrionária informa-nos de imensas possibilidades, e deverá contar, do ponto de vista espacial com os seguintes pré-requisitos:

- uma cidade da participação efetiva, com capacidade de inclusão;
- a busca pela assimilação, o fim do gueto, rico ou pobre;
- a *glamourização* do transporte público;
- a presença da unidade habitacional; e
- a presença do meio ambiente.



“Com efeito, a obra é valor de uso e o produto é valor de troca. O uso principal da cidade, isto é das ruas e das praças, dos edifícios e dos monumentos, é a Festa (que consome improdutivamente, sem nenhuma outra vantagem além do prazer e do prestígio, enormes quantidades em objetos e em dinheiro).”[LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*], op. cit.

2. A IDÉIA DA CIDADE CONTEMPORÂNEA

“O Gerais corre em volta. Esses Gerais são sem tamanho... O sertão está em toda parte”¹³⁴

Depois de caracterizar a atuação profissional como a do ideólogo do habitar, de entender como as ideologias conquistam o metabolismo social a partir da categoria da hegemonia, e de reconhecer que, no mundo contemporâneo, os momentos hegemônicos tornaram-se cada vez mais efêmeros, nossa intenção, agora, é entender o conceito de cidade pretendido e, traçar uma estratégia para alcançar esse objetivo. Por conseguinte, acompanharemos neste capítulo o desenvolvimento das diferentes idéias gestadas a partir da década de 1960 até os dias hoje, destacando que elas, muitas vezes, rebelaram-se contra a hegemonia instalada. Vinculado à questão da auto-fundamentação¹³⁵, presente em toda modernidade, esse

¹³⁴ ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986, p. 8.

¹³⁵ Jürgen Habermas – em *O discurso filosófico da modernidade* (tradução de Luiz Sérgio Repa). São Paulo: Martins Fontes, 2000 – afirma que a experiência do tempo na modernidade é sempre desejo de se libertar da tradição, fazendo com que a subjetividade descentrada tenha de construir sua auto-fundamentação, buscando, portanto, um caminho ainda não trilhado, livre, pois, da tradição. Theodor Adorno – em *Teoria estética*. São Paulo: Martins Fontes, 1970 – refere-se ao turbilhão de insegurança no qual a arte é lançada pelo modernismo: “A energia antitradicionalista transforma-se em turbilhão devorador. Nesta medida o Moderno é um mito voltado contra si mesmo; a sua intemporalidade torna-se catástrofe do instante que rompe a continuidade temporal” (p. 35).

processo pode ser claramente percebido a partir dos anos 60, mas irá se acelerar sobremaneira no último quadrante do século XX.

Nesse momento, algumas formas do pensar moderno passam a apresentar uma forte tendência à massificação e à generalização. Essa massificação afeta diretamente a natureza da modernidade até então implantada, disseminando suas conquistas para amplos setores da sociedade. Com efeito, nos anos 60 o cotidiano humano passou a poder dispor das amplas possibilidades abertas pela modernidade no sentido da promoção da autonomia operativa da humanidade. A disseminação dos anseios de autonomia e a emergência da chamada sociedade da informação, mediante a generalização do rádio e da televisão, modificaram o cotidiano de grandes massas, viabilizando os anseios das vanguardas modernistas e disseminando suas maneiras de vida. Pelo lado estético, os anos 60 presenciaram o surgimento de novos atores, os quais acabaram provocando o fim de um reducionismo simplificador e elitista¹³⁶ que o modernismo inicial, centrado na relação

¹³⁶ Vários autores apontam o término do impulso vanguardista: Hockheimer e Adorno, com sua vinculação entre estratégias de vanguarda e mercado, Benjamin, com a perda da aura da obra de arte, Argan, com sua crítica anti-idealista do desenvolvimento artístico, e outros. O declínio da vanguarda pode também ser aliado à emergência, de maneira não convergente, de diferentes atores sociais e suas ideologias.

vanguarda/militância, carregava¹³⁷. Enfim, assistiu-se a uma pluralidade de pensamentos que destruiu, de forma definitiva, a impressão de unidirecionalidade dos movimentos estéticos e filosóficos.

Essa visão foi construída não apenas por pensadores isolados. Ocorreram, também, movimentos localizados em cidades específicas, que construíram ideologias distintas de como atuar sobre o habitat humano. Estas ideologias coletivas, gestadas no calor da atuação e levando em conta a necessidade de governar organismos concretos, constituíam, igualmente, críticas operativas da realidade, momentos de síntese que indicavam uma forma clara de atuar para o projeto contemporâneo. Concomitantemente, nessa trajetória que se estende dos anos 60 até nossa contemporaneidade de início do século XXI, houve o declínio do Estado de bem-estar social, entidade que, até os anos 70, parecia estar em contínua expansão pelo mundo. Essa inflexão na forma de estruturação do Estado determinou o aparecimento de novas estratégias e de diferenciadas formas de atuar no projeto. Não se trata aqui de repetir a fórmula mecânica do marxismo mais vulgar, que, numa relação de

¹³⁷ Alguns autores categorizam nosso tempo como uma hipermodernidade, particularmente TAFURI, Manfredo. *History of Italian Architecture, 1944-1985*. Nova York: Rizzoli, 1992.

causa e efeito, linear e direta, estabelecia uma distinção apenas entre super-estrutura e infra-estrutura¹³⁸. Devemos entender a prática do projeto como uma atividade inserida num contexto concreto, sendo ao mesmo tempo moldada e moldando-o, conforme seu desenvolvimento. Essa independência na modelagem pode, de certa forma, ser observada mais fortemente nos construtores de ideologias – as individualidades aqui escolhidas – que elaboraram formas de atuar que ainda estão conformando nossa contemporaneidade.

Por sua vez, nas cidades que determinaram uma forma de agir concreta e coletiva, condicionada pelas imposições da gestão, há sempre uma maior articulação entre organização social e processos de escolhas. Percebe-se um declínio da capacidade e da variedade de escolhas, que, no entanto, não cessa de existir.

Dessa maneira, o presente capítulo encontra-se cindido em duas grandes partes. A primeira apresenta as contribuições dos pensadores que desde os anos 60 continuam influenciando nossa cotidianidade e que ainda conformam a atuação projetual.

¹³⁸ LUKÁCS, Georg. "El arte como superestructura (El caracter superestructural de la arquitectura)". In PATETA, Luciano. *Historia de la Arquitectura, Antología Crítica*. Madri: Celeste, 1997.

Referimo-nos a Françoise Choay, Kevin Lynch, Christopher Alexander, aos integrantes da *Tendenza italiana*, Collin Rowe, Peter Eisenman, Rem Koolhaas e Álvaro Siza Vieira. A segunda percorre os casos emblemáticos de transformação de cidades que, por sua ampla divulgação, acabaram atingindo a forma de discursos ideológicos variados. Referimo-nos a Bolonha, Docklands (em Londres), Barcelona, Puerto Madero (em Buenos Aires) e Los Angeles, projetos urbanos que se transformaram em paradigmas de atuação e que também influenciam nossa forma de projetar.

Cabe tentar justificar as escolhas aqui feitas. Num mundo onde não existe mais um sentido, seja ele vanguardista ou não, acaba-se tendendo para uma panorâmica isenta e morna, na qual a intencionalidade, diante de um ecletismo relativista, é apagada. Certamente a recorrência das antologias constitui um traço marcante deste nosso tempo, um descompromisso típico da perda de sentido do mundo contemporâneo, uma atitude que não se ajusta muito com a prática do projeto, sempre condicionada pela pressão da escolha precisa. Delineia-se aqui, de certa forma, uma justificativa. Todos os autores e cidades listados possuem ou determinam atitudes de desenho, premissas teóricas ou pressupostos socialmente compartilhados para se atingir uma prática projetual crítica. Uma prática de projeto que pretende ser operada, tanto para atender

quanto para revolucionar o cotidiano do habitar humano, que efetivamente não nos satisfaz. Nesse sentido, a síntese dessa imensa pluralidade de intenções que justificam minhas escolhas, mas não as ausências¹³⁹, será organizada no quarto capítulo.

Cabe ainda fazer uma última advertência sobre a estrutura deste segundo capítulo, que se refere a uma deliberada atitude panorâmica, em contraposição a um aprofundamento particularizante, que certamente seria mais adequado numa tese de doutorado. Essa decisão, que é de absoluta responsabilidade do autor, deve-se a uma distorção profissional presente nos projetistas, que, no seu embate cotidiano, são condenados a atuar de forma panorâmica, sem nunca se alçar a condição de especialistas. A prática de projeto envolve invariavelmente um conhecimento superficial de tectonia, de infra-estrutura urbana, de sociologia do espaço, de proporções, enfim de uma infinidade de matérias que demandam um profissional generalista, capaz de conciliar essas variadas presenças. Assim, os temas percorridos neste capítulo, por si só, gerariam uma tese inteira, da mesma maneira que os pensadores e as cidades aqui citados, por si só, poderiam provocar

¹³⁹ Outros autores estavam presentes na estrutura inicial deste item, como Louis Kahn, Bernard Tschumi, Tadao Ando e Rafael Moneo. Da mesma forma, tinham sido incluídas outras cidades, entre as quais Houston, Valência e Lisboa.

uma reflexão de fôlego. A perigosa opção panorâmica deve-se ao fato de que, tanto no campo do projeto quanto no mundo contemporâneo, as reflexões e as intervenções que povoam as idéias na hora da ação possuem vertentes distintas, que precisam ser problematizadas para poderem assumir uma proporcionalidade próxima ao real.

2.1. Os teóricos da atuação

Percebe-se uma clara cisão nos agentes aqui escolhidos. Se, de um lado, os anos 60 e 70 ainda mantêm viva a idéia de sentido ou de hegemonia, embora já erodida, nos anos 80 e 90 essa idéia apresenta-se totalmente desgastada. Autores como Françoise Choay, Kevin Lynch, Aldo Rossi e mesmo Collin Rowe¹⁴⁰ elaboram seus discursos pretendendo unificar o discurso do projeto. Já Peter Eisenmann, Rem Koolhaas e Álvaro Siza declinam claramente dessa pretensão, assumindo um compromisso com a pluralidade de formas de contaminação do tecido social. Percebe-se, nesses autores,

¹⁴⁰ As obras fundadoras desses autores, em suas respectivas línguas originais, são as seguintes: CHOAY, Françoise. *L'urbanisme, utopies et réalités. Une Anthologie* (Paris, Editions du Seuil, 1965) Cambridge: The MIT Press, 1960); LYNCH, Kevin. *The Image of the City*, Cambridge, MA: MIT Press, 1960; ROSSI, Aldo. *L'architettura della città* (Padova: Marsilio, 1966); e ROWE, Collin e Fred Koetter. *Collage City*. (Cambridge: The MIT Press, 1978).

desde o início de suas trajetórias, uma aberta tendência para a fragmentação dos discursos.

A. Françoise Choay - progresso e cultura

A revisão da evolução ideológica do pensamento contemporâneo inicia-se pela antologia de Françoise Choay, *L'urbanisme*¹⁴¹. A autora assinalava que a emergência da cidade industrial havia criado as condições para elaboração e a materialização do urbanismo. “A sociedade industrial é urbana. A cidade é seu horizonte...”¹⁴²

Choay também caracterizou o urbanismo como ideologia e, nesse texto, já manifestava uma forte tendência à revisão do modernismo e do industrialismo que começava a emergir no mundo das idéias sobre a cidade. A autora promoveu um corte importante para a compreensão da sensibilidade moderna a partir da emergência da sociedade industrial, estabelecendo a cisão entre crença e celebração do vir a ser da cidade (modelo progressista) e crítica e

¹⁴¹ Vários autores contemporâneos, entre os quais Carlos García Vázquez (*Ciudad hojaldre, visiones urbanas del siglo XXI*, 2004) e Zaida Muxi (*La arquitectura de la Ciudad Global*, 2004), consideram Françoise Choay uma referência fundamental para a compreensão dos pensamentos projetuais sobre a cidade

¹⁴² CHOAY, Françoise. *O urbanismo, utopias e realidades. Uma antologia* (tradução de Dafne Nascimento Rodrigues). São Paulo: Perspectiva, 1979 (Coleção Estudos, 67), p. 1.

retorno a formas comunitárias passadas (modelo culturalista), que permanecem operativas em nossa contemporaneidade.

Podem ser observadas analogias entre essa construção, centrada nos modelos progressistas e culturalistas, e as polêmicas entre modernos e antigos que fundam o tempo moderno e que retrocedem praticamente ao século XIII na cultura ocidental. Os modernos distanciam-se dos clássicos a partir da assimilação do conceito aristotélico que vincula progresso à perfeição e que, no Renascimento e no século XVIII, foi responsável pelo grande impulso da ciência natural e moderna. A busca de uma beleza supratemporal, que representasse nosso presente de forma direta e clara, acabou determinando que sua própria entrada em cena selaria também sua destruição. O problema é particularmente dramático para as disciplinas de construção do espaço, arquitetônico ou urbanístico, uma vez que a questão do efêmero aí se instala de forma definitiva.

Walter Benjamin – em *Obras Escolhidas*, v. II, Rua de mão única (São Paulo: Brasiliense, 1987) – destaca como a presença do efêmero, do belo e do autêntico está presente em Charles Baudelaire enquanto uma marca dos tempos modernos, que passam a ser um especialista do prazer fugaz do momento. Para Choay, a

celebração dos novos tempos, proposta pelo modelo progressista, pretendia a cristalização deste efêmero numa forma de operar que colonizasse o mundo a ser construído, fixado num modelo. Daí a presença deste tempo presente que não admite concessão com relação aos tempos passados, pois o presente é intrinsecamente diferente deles.

A rebelião de Choay contra os modelos, tanto progressistas quanto culturalistas, leva-a a se aproximar do empirismo estruturalista de Lynch, Jane Jacobs e Patrick Geddes. A idéia de que a cidade era um livro e que era preciso lê-lo de forma despreconceituosa, sem as amarras do modelo, era típica do estruturalismo em voga, e a autora irá celebrá-lo como a saída para o urbanismo. Fica evidente em Choay sua desconfiança diante da unidirecionalidade do progresso e, por conta disso, ela acredita que é preciso apreender o fenômeno urbano a partir do estudo de suas variedades e especificidades. Como afirmou Solá Morales, “...a concepção linear da história como progresso ilimitado foi destruída pelo pensamento estruturalista”¹⁴³

Essa fragmentação do sentido acaba atingindo o pensar, e continua operando no mundo contemporâneo, tendo muito de uma crítica ao

¹⁴³SOLA MORALES, Ignasi. *Diferencias. Topografía de la arquitectura contemporánea*. Barcelona: Gustavo Gili, 1990, p. 85.

racionalismo unicista e simplificador, presente no modelo progressista. Françoise Choay coloca-se frontalmente contra a existência do modelo, como um apriori adotado pelos urbanistas para enfrentar o problema da cidade, alinhando-se a uma posição mais empiricista, na qual o próprio estudo do objeto específico construiria a metodologia de intervenção. Alinhando-se explicitamente a Marx, ela considerava que a ordem normativa, proposta preferencialmente pelos urbanistas, envolvia invariavelmente uma certa ingenuidade, uma vez que a cidade espelhava uma determinada forma de produção.

Em contraposição, a ordem determinista implicava a existência de uma lógica anterior à configuração da cidade, que era exatamente a do modo de produção da sociedade de classes. Surge aqui o problema das complexas relações entre base e super-estrutura do marxismo, pois a forma de organização econômica da sociedade tem primazia sobre a forma de organização da cidade. No entanto, essa primazia não acarreta uma relação de causa e efeito linear e vulgar, como alguns apressados tendem a fazer. Se Marx e Engels – que, no esquema de Choay, pertencem ao urbanismo sem modelo – denunciam exatamente a impossibilidade da existência da cidade ideal em função da sua profunda vinculação com o modo de produção capitalista_e apontam que o estágio atual da cidade é

consequência de uma ordem determinada, implantada por esse modo de produção, eles encontram-se, por conseguinte, segundo a autora, fora do urbanismo como prática operativa¹⁴⁴.

A classificação desenvolvida por Choay para sistematizar o pensamento advindo da problematização da cidade industrial, com suas imensas dimensões e crescimento rápido, inclui dois estágios históricos: o pré-urbanismo e o urbanismo. No primeiro, existe uma clara vertente política e utópica, que se materializa enquanto proposta em romances ou textos críticos e poucas realizações efetivas. No segundo, surge uma vertente mais instrumental e o horizonte é dominado por profissionais operativos – arquitetos e engenheiros – que propõem e promovem realizações variadas, ou projetos manifestos.

Portanto, o urbanismo difere do pré-urbanismo pelo aumento de seu discurso técnico e pragmático, renunciando a pretensões políticas. Ademais, dentro da mesma classificação desenvolvida por Choay, percebe-se a estratificação, no interior desses dois períodos do

¹⁴⁴ O raciocínio de Choay beira o que Lukács qualifica como “materialismo vulgar” sempre atrás de relações de causa e efeito lineares, não percebendo muitas vezes que os efeitos determinam a consolidação das super-estruturas. Para o marxismo, as cidades representavam a infra-estrutura que induzia o comportamento da superestrutura.

desenvolvimento, de quatro modelos que atravessam essas categorias temporais: o progressista, o culturalista, a crítica sem modelo e o naturalista. Esses quatro modelos podem ser reduzidas às duas vertentes mais enfatizadas pela autora, uma vez que estão efetivamente contidas na disciplina do urbanismo: o modelo progressista e o modelo culturalista. No campo da cidade, cristalizam-se duas tendências em relação às quais a autora dedica mais atenção, pois elas, de certa forma, operacionalizam todas as atitudes dentro da matéria. Em outras palavras, Choay estabelece um corte, dentro do campo específico da urbanística, entre a celebração das novas formas de vida e o retorno a um comunitarismo.

Tal abordagem pode ser explicada pelo exame mais atento do texto de Choay, pois, como já foi dito, Marx e Engels vão muito além da ciência do urbanismo. Por outro lado, ela simplifica o modelo naturalista. Dotado de grande complexidade ideológica, esse modelo, que se desenvolveu nos Estados Unidos e que certamente está inserido na operatividade do urbanismo, constitui um marco no urbanismo do Novo Mundo e particularmente no dos EUA. A redução dos embates ideológicos travados nos EUA a uma simples negação da grande cidade e, em contraposição, a uma celebração do espaço rural, embasada nas crenças dos pais da nação, George

Washington e Thomas Jefferson, parece desconhecer, ou negar importância, a complexidade do movimento *city beautiful* que teve lugar em Chicago. Se é verdade que Louis Sullivan e o próprio Frank Lloyd Wright polemizaram muito com os integrantes do movimento do *city beautiful*¹⁴⁵, sendo inclusive aliados de algumas expressivas intervenções na cidade por causa dessa divergência, o movimento não tem nada de anti-urbano e manteve clara influência nas escolas americanas, chegando a responder por parcela significativa da concepção urbana de Louis Kahn, arquiteto com atuação marcante no momento em que *O urbanismo* foi lançado.

Kahn inicia um ambíguo processo de construção de um elo tênue entre arquitetura contemporânea e suas fontes históricas, que, aliás, contava nos Estados Unidos com uma tradição importante, desenvolvida pelo movimento *city beautiful* de Chicago e pelo academicismo. Como a história da arquitetura européia iria atuar diante das imensidões americanas, que deviam ser colonizadas pelo capitalismo ocidental? A virtude de Kahn reside na sua capacidade de reduzir o processo de projeto, apesar de suas complexas estruturas, a um didatismo objetivo e verificável. Sua maneira de

¹⁴⁵ Para uma compreensão mais acurada do movimento americano, ver FRAMPTON, Kenneth. *GA Document Special Issue 2 Modern Architecture 1851-1919*. Tóquio: A.D.A. Edita, 1981, e CIUCCI, Giorgio. *La ciudad americana de la Guerra Civil al New Deal*. Barcelona: Gustavo Gilli, 1975.

agrupar o programa, não mais subordinado à objetividade ingênua do funcionalismo, mas a valores simbólicos que estruturam a distribuição dentro do tema, constitui uma verdadeira revolução¹⁴⁶.

Do ponto de vista cronológico, Kahn representa o retorno à manipulação do material histórico, típico do historicismo que precede as vanguardas arquitetônicas do século XX. No entanto, essa atitude coaduna-se à exigência de verificabilidade das sínteses arquitetônicas ou urbanas, que hoje é particularmente sentida por todos os temas. Com efeito, nos discursos de todas as disciplinas passou a operar, a partir da massificação instalada nos anos 60, mais do que uma tecnicidade, uma busca de justificação socialmente aceita. Kahn também conceitua a arquitetura e a cidade como instituições humanas por excelência, propondo um desenvolvimento contínuo para ambas. Tudo isso acaba por caracterizar a sistematização de Choay como uma simplificação rápida. De certa forma, essa maneira de compor era profundamente sedutora num país como os Estados Unidos, que ainda não havia desenvolvido tradições. Por isso, concordamos com Manfredo Tafuri quando ele afirma:

¹⁴⁶ Os conceitos de Kahn de “programa morto” e “programa vivo” representam para os militantes de projeto uma verdadeira revolução no processo de interpretação de um tema, seja ele urbano ou arquitetônico. Ver a esse respeito, SCULLY, Vincent. *Louis Kahn*. Nova York: Rizzoli, 1985, e KAHN, Louis. *Conversa com estudantes*. Barcelona: Gustavo Gilli, 1998.

O historicismo da escola kahniana é um apelo ao mito europeu da Razão; nessa medida, é um fenômeno de oposição à tradição pragmatista americana, em equilíbrio entre uma irracionalidade feroz e um cinismo culpado¹⁴⁷.

Indo-se além da redução simplificadora feita por Choay do embate ideológico nos EUA, o que cabe salientar aqui é que a negação da grande cidade, presente em *Broadacre City* de Wright¹⁴⁸, só é possível exatamente pelo advento da sociedade industrial e pelo incrível desenvolvimento dos meios de transporte, que a sociedade industrial produziu. Portanto, a proposição da cidade naturalista ou da anti-cidade aproxima-se muito do modelo progressista que tem por principal característica a celebração da nova sociedade industrial, podendo, na verdade, ser absorvido como uma subcategoria do modelo progressista que a torna possível.

Com efeito, o sistema ideológico arquitetônico do século XX sofreu o impacto da emergência dos EUA como grande potência industrial e

¹⁴⁷ TAFURI, Manfredo. *Teorias e história da arquitetura*. Lisboa: Presença, 1981, p. 94.

¹⁴⁸ Wright escreveu três livros sobre o urbanismo, nos quais invariavelmente propunha a dissolução da cidade no campo. O primeiro, de 1932, recebeu o título de *Disappearing City*. Dois anos depois, juntamente com os integrantes de Taliesin produziu-se uma série de desenhos sobre essa proposta de cidade, que foi denominada *Broadacre City* (cf. PFEIFER, Bruce Brooks. *Frank Lloyd Wright's Drawings*. New York: Harry N. Abrams, 1990).

financeira, o que forçou seus arquitetos e urbanistas a uma maior celebração da nova sociedade e a uma negação das operações passadistas, mais recorrentes na Europa¹⁴⁹. Em outras palavras, há nos EUA – e em todo o continente americano, inclusive no Brasil – uma inércia ideológica instalada, que empurra os arquitetos americanos para a celebração da nova sociedade, enquanto na Europa a presença das velhas estruturas determina uma celebração de antigos arranjos comunitários.

Françoise Choay aponta como saída para os impasses da ideologia urbanística uma atitude mais empiricista, que qualifica como antrópolis. Essa proposição assenta-se em três vertentes: um urbanismo da continuidade, uma contaminação pela sociologia e, por último, uma análise estrutural da realidade. A prática de Patrick Geddes é o horizonte norteador da primeira, o livro de Jane Jacobs¹⁵⁰ baliza a segunda e o livro de Kevin Lynch¹⁵¹ constitui a referência da última. Todas as três modalidades começam a

entender a cidade não mais como fenômeno único, mas como uma multiplicidade irreduzível.

Particularmente fortes nos países anglo-saxões a partir de Geddes e Lewis Mumford, essas correntes foram e podem ainda ser consideradas como um desdobramento do modelo culturalista, embora mais independente em relação à sua pretensão ordenadora e enveredando por uma crítica empírica dos modelos progressista e culturalista. De certa forma, a antrópolis desenvolveu-se fora do campo do urbanismo, entre sociólogos, historiadores, juristas, psicólogos, que começaram a denunciar o reducionismo presente nas soluções implantadas nos dois modelos e a alimentar uma revisão na compreensão da cidade. Havia claramente uma tentativa de recalcar uma forma operativa de atuação dos arquitetos e urbanistas, que, de certo modo, passam não mais a propor cidades, mas a interpretá-las. Há também uma crítica a uma estetização da ciência urbana:

...o erro dos urbanistas progressistas quando compõem seus projetos como quadros ou obras de arte. Os urbanistas culturalistas pressentiram este engano; mas permaneceram ainda dentro de uma estética. A consciência de uma irreduzível diferença de natureza entre percepção estética e percepção da

¹⁴⁹ Para um interessante debate sobre o tema, ver BENEVOLO, Leonardo. *A cidade na história da Europa*. Lisboa: Presença, 1995. Nessa obra, o autor pergunta se existe uma ideologia do espaço público na cidade europeia. Ver também a antologia de textos sobre a cidade americana de CIUCCI, Giorgio, op. cit.

¹⁵⁰ JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades* (tradução de Carlos S. Mendes Rosa). São Paulo: Martins Fontes, 2000.

¹⁵¹ LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade* (tradução de Jefferson Luiz Camargo). São Paulo: Martins Fontes, 1997.

cidade deveria ser uma das chaves do planejamento a surgir.¹⁵²

Na sua manipulação do conceito de modelo, Choay parece estar construindo uma crítica aos aprioris dos arquitetos e urbanistas, pretendendo substituí-los por uma investigação exaustiva e prévia desprovida de pré-conceitos. Mas seria possível eliminar o arbitrário na atividade de projeto, ou de planejamento, ou ainda na interpretação da cidade? A expressão autobiográfica é um componente fundamental da atividade de projeto e carrega sempre consigo uma vertente arbitrária e particular para as complexas decisões envolvidas. Na verdade, um objeto como a cidade – que, por sua natureza ou por seu estatuto de realidade, não pode ser reduzido a um utensílio, mas é isso e, simultaneamente, símbolo – precisa ser interpretado pela sensibilidade humana, longe da objetividade imediata. Esse arbitrário da sensibilidade particular de cada época ou de determinados seres humanos precisa possuir, ademais, uma certa dose de neutralidade, permitindo que a vida, em sua diversidade, preencha seus poros.

A criação de estruturas flexíveis e capacitadas de desempenhar diversificadas funções parece ser o grande desafio de nosso tempo.

¹⁵² CHOAY, Françoise, op. cit., p. 48.

A crítica de Choay insere-se num esforço que elegia o símbolo como valor maior a ser considerado na organização da cidade. Passadas quatro décadas de sua elaboração, a lógica da sociedade tardo-capitalista parece estar sobrecarregada de símbolos, indicando, para a arquitetura e a urbanística, a necessidade de retorno ou reconstrução da essência de sua objetividade sintética. Essa objetividade sintetizadora, para a arquitetura e para o urbanismo, é representada pela habitação, que permanece sendo o problema primordial de amplos contingentes populacionais em nosso mundo contemporâneo.

B. Kevin Lynch - leitura e intervenção

Autor de um livro basilar sobre a cidade¹⁵³, que antecede em alguns anos a reflexão de Choay em *O urbanismo*, Kevin Lynch é uma das mais importantes referências da contemporaneidade, tendo sua teoria uma aplicabilidade notável no cenário atual. Os estudos aplicados do urbanista americano cobrem uma imensa gama de problemas, enfocam diferentes cidades como Boston, Jersey City, Los Angeles, e dão conta de uma grande variedade de elementos da vida contemporânea, como as auto-estradas e as intermináveis

¹⁵³ Ver nota 7. Consultamos *A imagem da cidade*, lançada em 1997 pela Martins Fontes.

periferias urbanas. A cidade americana é seu horizonte operacional e os seus estudos podem ser enquadrados dentro de uma ideologia estruturalista e empiricista. Há um claro combate ideológico entre o empiricismo de Lynch – que tem profundas raízes no pragmatismo americano e na filosofia inglesa dos filósofos Locke, Berkley e Hume – e o racionalismo, como um contraste entre os apriori racionais e os posterioris empíricos. Da mesma forma que existe uma tensão entre indução e dedução, na qual a dedução é o esforço consequência da apreensão da experiência, uma construção feita *a posteriori* e a indução do processo envolve sempre uma compreensão *a priori* dos fenômenos. Mais tarde, em 1984, quando lançou *Good City Form*¹⁵⁴, ele parece relativizar seu primeiro impulso de filiação incondicional ao empiricismo, desestabilizando sua crítica ao racionalismo apriorístico¹⁵⁵.

Um conceito central, que permaneceu durante todo seu desenvolvimento teórico, é o de imaginabilidade, juntamente com a sua vertente operativa a legibilidade, ambos com profundas raízes

na linguagem, na semiótica e no estruturalismo. O conceito de imaginabilidade refere-se à capacidade do lugar ou da paisagem gerarem lembranças e reminiscências marcantes, na linha da psicologia ambiental. Lynch procede a uma escolha clara pela negação da forma de operar idealista, pura, indutora e contaminada por aprioris, celebrando, em contrapartida, uma maneira positivista, empírica, dedutora e contaminada pelo aposteriori. O conceito de legibilidade remete à facilidade com que um objeto é representado mentalmente, constitui a capacidade que as pessoas têm de reconhecer sua estrutura e identidade, conferindo um significado para ambos. Um ambiente dotado de identidade e estrutura pode servir para fornecer um sistema de referência, organizar atividades, crenças e conhecimento. Esse ambiente, na verdade, não apenas fornece segurança, como também reforça a experiência humana, com relação tanto à profundidade quanto à intensidade.

¹⁵⁴ LYNCH, Kevin - *A boa forma da cidade* (tradução de Jorge Manuel de Almeida e Pinto). Lisboa: Edições 70, 1999.

¹⁵⁵ De certa forma a simples confrontação dos seus dois títulos, um da década de 60 *A imagem da cidade* e outro da década de 70, *A boa forma da cidade*, já denunciam por si só estas atitudes. Neste último livro parece ressurgir uma vertente apriorística para o projeto urbano, uma vez que o autor reconhece a existência da *Boa Forma*.



A imaginabilidade é uma característica do lugar que é capaz de gerar lembranças

O labirinto e a surpresa podem acontecer na legibilidade, no entanto eles devem ocorrer de tal forma que não destruam a estrutura básica do objeto, pois o caos total não possibilita a conexão, tornando-se uma sensação desagradável. Estruturar e identificar são operações complementares que realizam a legibilidade de um ambiente,

permitted que os usuários construam em suas mentes uma representação do lugar. Apesar de sua vertente estruturalista que pretende na verdade fornecer e construir um instrumental propositivo e interpretativo da cidade e da paisagem, existe claramente a eleição de um modelo.

Em Lynch, o ambiente estruturado por excelência é a região italiana da Toscana, um meio físico concreto, com determinadas características e ocupado pelo ser humano de forma específica. A relação entre parte e todo é uma relação diversificada, construída por uma pluralidade de situações, que determinam uma paisagem sempre variada e dinâmica, apesar de estruturada. A cultura que gestou esta ocupação do território é vinculada a uma estratificação típica do medieval, no qual o alto das colinas possui ocupação humana – cidade, torre ou igreja –, enquanto nos vales e nas encostas espraiam-se culturas agrícolas – trigo, azeitona e uva. Essa estrutura foi construída a partir de uma longa estratificação do tempo e exatamente por isso não mais pode ser operada e repetida. Lynch apresenta a seguinte descrição de trecho da Toscana:

A paisagem ao sul de Florença, na estrada que leva a Poggibonsi, apresenta essas características quilômetro após quilômetro. Os vales, os cumes e as pequenas colinas são de grande variedade, mas acabam formando um sistema

comum...O solo, visível a uma longa distância, é limpo e apresenta uma grande variedade de culturas – trigo, azeitona, uvas – cada uma distinguível por suas cores e formas específicas...cada pequena colina é encimada por uma cidadezinha, igreja ou torre...os homens chegaram a um ajuste delicado e visível de suas ações. O todo é uma só paisagem e, no entanto, cada parte pode ser distinguida daquela com a qual confina.¹⁵⁶

Ele reconhece que essas operações de ocupação do território estão baseadas numa adaptabilidade processual, quase sensorial, que foi uma fase já superada, na qual a tecnologia comum a todo o corpo social, sem muita diversidade, instalou-se sobre uma geologia com uma longa sedimentação no tempo. A crise na ocupação humana do território da contemporaneidade é denunciada pelo crescimento sem fisionomia das periferias. As figuras que representam a contemporaneidade de Lynch são a auto-estrada, a periferia e as áreas metropolitanas. A articulação entre esses elementos demonstra que a legibilidade¹⁵⁷ ainda é possível, embora em outra velocidade:

O homem já ampliou sua capacidade de percepção em outras épocas, sempre que se viu diante de um novo desafio, e nada

¹⁵⁶ LYNCH, Kevin, *A imagem da cidade*, p. 105.

¹⁵⁷ Lynch aponta a legibilidade como valor maior de qualquer paisagem. Segundo ele, a legibilidade seria a capacidade da paisagem gerar representações/apropriações descritivas por variados usuários

nos autoriza a pensar que isso não possa voltar a acontecer. Além do mais existem seqüências de auto-estradas que apontam para a possibilidade dessa nova organização em grande escala.¹⁵⁸

A argumentação de Lynch fundamenta-se na crença de que a percepção-leitura é ainda possível, que a montagem da legibilidade encerra uma certa continuidade operada por elementos da hierarquia viária que são centrais nas cidades americanas. A paisagem passa a se assemelhar a um texto, que pode ser socialmente lido de forma compartilhada, em que a apropriação feita através de mapas mentais por agentes variados acaba, na verdade, desvendando sua estrutura. A legibilidade, tema central na reflexão de Lynch, envolvia uma dimensão que suplantava a vinculação histórica, permanecendo, de certa forma, assentado na proposição moderna, e, ao mesmo tempo, criticando-a.

As categorias lynchianas de leitura da paisagem permanecem operativas nos dias atuais, permanecendo como vigorosos instrumentos para quem está envolto pelo projeto. A singularidade, a simplicidade da forma, a continuidade, o predomínio, a clareza de junção, a diferenciação direcional, o alcance visual, a consciência do

¹⁵⁸ LYNCH, Kevin, *A imagem da cidade*, p. 104.

movimento, as séries temporais e os nomes e significados¹⁵⁹, bem como a vitalidade, o sentido, a adequação, o acesso, o controle e a eficiência e justiça seguem operativos na contemporaneidade, tanto em projetos de macro escala, quanto nos de micro¹⁶⁰. A importância das categorias de Lynch para a construção da auto-justificação das decisões de projeto é imensa, havendo em sua construção um impulso para permear o projeto de legitimação social.

Uma das críticas mais recorrentes ao estruturalismo dirige-se ao seu caráter não histórico, que reforçava uma inércia de forças estabelecidas, estruturadas e determinísticas frente à capacidade ou à habilidade das pessoas individuais históricas de atuar em determinadas situações ou de transformá-las. A dúvida que se instala, a partir da construção de Lynch, é se existe no esforço de leitura da estrutura uma vertente imobilista, que abria mão da mudança *em troca da* adaptação confortável. Outra vertente de questionamento, ainda mais contemporânea e denominada de pós-estruturalista, destaca e reforça o caráter ambíguo de toda linguagem, e não as suas propriedades cristalinas, como o estruturalismo da década de 60 se esforçava por fazer. De certa forma, a explosão do acesso à informação propiciada pela

¹⁵⁹ Ver LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*, p. 117- 121.

¹⁶⁰ LYNCH, Kevin, *A boa forma da cidade*, p. 119- 211.

informática representou uma mudança quantitativa de acesso a textos, possibilitando recortes aleatórios e arbitrários e transformando e confundindo a legibilidade cristalina.

A desconstrução de alguns desses pressupostos não elimina a habilidade e a aplicabilidade desses conceitos no campo do projeto, que ainda contaminam os dias de hoje e seguem operativos. A objetividade projetual segue precisando ser demonstrada não apenas pelos arquitetos, mas principalmente no terreno social, seja pela nova objetividade (modernista), pelo historicismo kahniiano, ou pela psicologia social de Lynch.

C. Cristhopher Alexander - projeto e conflito

Outro pensador que marca o pensamento arquitetônico e urbanístico da década de 60 é Christopher Alexander. Integrante do mesmo ambiente acadêmico de Lynch, a universidade americana, Alexander inaugura sua trajetória com uma reflexão que pretendia desvendar os complexos meandros da síntese formal dentro do projeto. Formado em arquitetura, mas também em matemática, procura neste primeiro trabalho buscar um sistema que objetivasse a síntese da forma, despindo-a de seus impulsos subjetivos. Sua intenção em *Notes on the Synthesis of Form* era exatamente objetivar o processo

de resolução formal contido no processo de projeto. A arbitrariedade e a subjetividade eram superadas pelo mapeamento preciso dos problemas a resolver.

O livro, lançado em 1966¹⁶¹, recebe a medalha de ouro em pesquisa do American Institut of Architects. Muito além da pretensão de retirar qualquer conteúdo autobiográfico do processo de projeto, o mérito deste primeiro livro de Alexander era explicitar que as premissas de projeto muitas vezes assumiam dimensões antagônicas:

Considere-se um exemplo simples de problema de desenho – a eleição dos materiais que se utilizarão na produção em série de qualquer objeto doméstico simples, como um aspirador. Os estudos sobre tempos e movimentos mostram que quanto menos diferentes sejam os tipos de materiais utilizados, mais eficaz será a linha de montagem. Por isso, impõe-se uma certa simplicidade na escolha dos materiais empregados. Essa necessidade de simplicidade opõe-se ao fato de que a forma funcionará melhor se escolhermos em separado o melhor material para cada uma das finalidades...¹⁶²

¹⁶¹ ALEXANDER, Christopher. *Notes on the Synthesis of Form*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1966. A obra foi traduzida para o espanhol em 1969 e lançada pela Ediciones Infinito, de Buenos Aires, com o título *Ensayo sobre la síntesis de la forma*. Todas as citações mencionadas aqui foram retiradas da edição em espanhol.

¹⁶² ALEXANDER, Christopher, op. cit., p. 9.

Ficava claro que o processo de projeto muitas vezes transitava entre polaridades que não eram convergentes, que envolviam conflitos e, portanto, gradientes de importância para cada uma das premissas de desenho. Indo muito além da complexidade de um aspirador, Alexander refere-se ao projeto de instalação de uma comunidade humana de um milhão de pessoas, antepondo sempre premissas que representam conflitos:

O sistema de transportes não deve estar organizado de forma tal que crie uma demanda que agrave sua congestão. De algum modo é necessário que as pessoas possam viver em um estado de estreita colaboração e, não obstante, poder desenvolver a maior diversidade de interesses...¹⁶³

Fica claro que o processo de projeto, como aliás todo o desenvolvimento social, não está baseado em consensos fáceis e mesmo possíveis, uma vez que o conflito, sempre latente, é que mantém a vitalidade da própria comunidade. Ao final do livro, num apêndice, Alexander apresenta um caso concreto de aplicabilidade do método, reunindo uma série de premissas de desenho, agrupadas por temas, às quais uma futura aldeia rural na Índia deveria apresentar respostas. Esses temas iam desde o problema de religião e casta, até a manipulação do gado e o fornecimento de

¹⁶³ ALEXANDER, Christopher, op. cit., p. 11.

água, passando por forças sociais, totalizando 132 premissas, aglutinadas de forma variada. Cada uma delas conectava-se com outra. Por exemplo, a premissa 1 vinculava-se às premissas 8,9,12, 13, 14 etc. O gradiente de importância de cada uma dessas premissas era dado pela capacidade maior ou menor de se vincular a outras. A matriz utilizava-se de um sistema de computador para qualificar cada uma dessas premissas e seu grau de importância, cientificando o processo de desenho¹⁶⁴.

O questionamento de Alexander em torno da problemática do projeto identificava uma crise manifesta no mundo ocidental, embora de maneira mais suave, desde o século XVIII, com Carlo Lodoli e Laugier, com seus respectivos esforços para tornar transparente os complexos processos aí envolvidos. No século XX haviam se radicalizado, de maneira definitiva, os processos que pretendiam construir a autojustificação ou a justificação socialmente reconhecida das decisões projetuais, a partir do questionamento salutar de toda tradição e de todo passado histórico. O desenvolvimento do classicismo abstrato do Iluminismo em uma fuga para o historicismo mecânico e simplificador deturpou a pretensão desses teóricos em transformar o processo de projeto, conferindo-lhe maior

¹⁶⁴ Ver a esse respeito, neste mesmo trabalho, 3.1.4 Elvan Silva - Classicismo e projeto.

transparência. Pode-se mesmo considerar que os esforços empreendidos por um grande número de arquitetos na modernidade, desde Brunelleschi, visavam exatamente transformar esse processo num procedimento orgânico dentro do corpo social.

A emergência do ser consciente, o próprio sujeito cognoscente moderno¹⁶⁵, ciente de suas ações e pronto a explicitá-las a seus pares, era uma pretensão humanística instalada desde o Renascimento. Essa pretensão de autonomia do sujeito foi profundamente questionada por uma crítica vigorosa da racionalidade presente em Friedrich Nietzsche e Arthur Schopenhauer, que colocou em cheque sua vinculação com a realidade. A construção ideológica de Alexander, pelo menos neste primeiro momento, busca gestar um positivismo matemático que construísse um valor objetivo a uma manipulação contaminada pela subjetividade. De certa forma, essa pretensão podia ser confundida com uma radicalização do funcionalismo modernista, dando-lhe um lastro científico e matemático, embasado na teoria dos sistemas e na linguagem binária dos computadores.

¹⁶⁵ Pretensão renascentista que enxergava o homem como força aglutinadora da transformação de sua própria realidade. Ver, a esse respeito, BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. *Quid Tum, o conflito da arte em Alberti*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

Em seus passos subseqüentes – *Oregon Experience, A pattern language: towns, buildings, construction*, obra da qual foi um dos autores, e *A timeless way of building*¹⁶⁶. Alexander abre mão dessa pretensão matemática e positivista, abraçando cada vez mais a história e a tradição do construir. Esses livros – que criticam o fazer moderno, optando por um empiricismo radical – alicerçam cada vez mais o processo de projeto na estratificação de uma cultura do construir. Com Alexander, permanecemos, de certo modo, dentro do problema colocado por Lynch – uma forma estruturada ou estruturadora do construir é sintonizada com o tempo presente, no qual o impulso da modernidade destruidor da tradição está instalado.

Os procedimentos de projeto na ideologia de Alexander consideram a empiria, cada vez mais, como única saída ao incremento da dimensão participativa do usuário. Essa participação ancorava-se solidamente no conceito de *patterns* (padrões), premissas de desenho socialmente compartilhadas e acordadas entre diferentes agentes e contextos e que se aproximam conceitualmente da idéia

¹⁶⁶ *Oregon Experience*. Nova York: Oxford University Press, 1975; *A pattern language: towns, buildings, construction*. Londres: Oxford University Press, 1977; e *A timeless way of building*. Nova York: Oxford University Press, 1979. A primeira e a terceira obras foram traduzidas para o espanhol: *Urbanismo y participación: el caso de la Universidad de Oregón*. Barcelona: Gustavo Gili, 1979; e *El modo intemporal de construir*. Barcelona: Gustavo Gili, 1981.

de organização do programa do primeiro livro de Alexander. Pode-se afirmar que, destarte, que tanto Alexander quanto Lynch, a partir de uma crença no empiricismo, instituem de maneira definitiva a destruição da autonomia projetual, afastando-se da pretensão de esta vir a ser um traço-síntese, encarnado num sujeito cognoscente isolado.

A partir desses autores, estabelece-se uma convicção de que a síntese não é mais capaz de pactuar os conflitos e de que a diversidade de agentes precisa ter voz na conformação do projeto. O conflito gera o projeto e permanece instalado após seu término e sua materialização, desaparecendo, pois, a pretensão de síntese. O campo projetual é contaminado por um discurso sociológico, que pretende dar conta e responder a uma diversidade cada vez mais ampliada na sociedade de agentes diferentes. O desenvolvimento de pesquisas de pós-ocupação dos projetos e a estratégia de medir reações às estruturas propostas por arquitetos tornam-se uma prática que mescla as operações de plano e projeto.

A linha de que Alexander parte até chegar ao *advocacy planning*¹⁶⁷ procura misturar os procedimentos de projeto e de plano, até então

¹⁶⁷ Numa definição dos planos ou projetos negociados ou de concertação, que me parece ser a tradução mais correta para o termo, pretende-se retirar o caráter de documento fechado assumindo maior processualidade. Os projetos de concertação

rigidamente separados. A inclusão do conflito como premissa conformadora do projeto determinou sua contaminação por mecanismos típicos da imprecisão do plano¹⁶⁸. Essas indefinições lançavam as operações de projeto num futuro que era dependente das formas de absorção das intenções do próprio projeto.

O mérito fundamental da construção ideológica de Alexander foi apontar que o conflito também era gerador de formas que pressupunham um grau de compromisso com o consenso, mas não a supressão do conflito. De certa forma, ele lançou a atividade de projeto numa incerteza definitiva, que afasta o ato de projeto da síntese estável e equilibrada. Essa proposição seguiu, inicialmente, uma vertente positivista e científica; depois, contudo, enveredou pelos caminhos da crítica cultural, aliando, de forma muito consistente, construção e cultura. Essa aliança, típica do estruturalismo, começa no mundo contemporâneo a ser criticada por seu caráter imobilista, que privilegia a atitude analítica, afastando-se

pretendiam traçar estratégias baseadas num consenso provisório entre diferentes agentes, preocupados em determinar, de forma precisa, onde se estava, onde se pretendia chegar e como se pretendia alcançar este objetivo. Tudo, enfim, indica a presença de uma processualidade interminável.

¹⁶⁸ Na palestra "Urbanismo e sociedade: construindo o futuro", que integrou o seminário "Cidade e Imaginação", promovido pelo PROURB em 1996, Nuno Portas afirma: "...o plano não é antes ou também um ponto de chegada...O plano não é inimigo da incerteza, o plano vive da incerteza...Esta é a grande diferença entre plano e projeto: é que o projeto, esse sim é inimigo da incerteza" (p.33).

da vertente propositiva que a atividade de projeto invariavelmente contém.

D. *Tendenza Italiana* - a retomada da razão

O movimento *Tendenza italiana* surgiu na década de 1960 em Milão, organizado tacitamente em torno de arquitetos operativos/atuantes, como Aldo Rossi, Carlo Aymonino e Vittorio Gregotti. Uma das modalidades mais influentes de atuação sobre a cidade do último quartel do século XX, a *Tendenza* estava inserida num movimento cultural mais amplo, articulado com o revisionismo do marxismo na Itália. Esse revisionismo estava, por sua vez, baseado no pensamento do político e teórico Antonio Gramsci, o qual buscava adequar a cultura operativa das esquerdas a formas democráticas de atuação.

A pretensão inicial dessa corrente era incorporar a arquitetura e o urbanismo a esse movimento cultural, redefinindo o campo de atuação de ambas e procurando delinear uma nova autonomia. Nessa reconstrução dos campos da arquitetura e do urbanismo, a história e a racionalidade foram adotadas como parâmetro

metodológico. Tanto Rossi – que, em *A arquitetura da cidade*¹⁶⁹, qualifica a cidade como fábrica de arquitetura –, quanto Aymonino, com seus estudos sobre a tipologia das habitações multifamiliares¹⁷⁰, ou ainda Gregotti, com sua concepção histórica que acentua as rupturas e recalca as processualidades contínuas¹⁷¹, todos eles passaram a encarar a história como parâmetro fundamental para o projeto urbano e arquitetônico. Estimulados pela crítica não idealista da história da arte – articulada por Giulio Argan, mas que retrocede a Benedetto Croce –, passaram a entender a arquitetura como construção coletiva e a cidade como materialização de uma arte que ia muito além da personalidade individual ou de um espírito de época.

A tradição crítica italiana na arquitetura contemporânea é de uma riqueza sem par, envolvendo, além de Argan, pensadores complexos como Bruno Zevi, Leonardo Benévolo e Manfredo Tafuri, entre outros. Já a tradição italiana cultural organizada em torno do neo-realismo – da qual Rossi, Aymonino e Gregotti são apenas uma das suas expressões – constituiu uma rica experiência, e para ela convergiram, de forma emblemática, movimento intelectual e

¹⁶⁹ ROSSI, Aldo. *A arquitetura da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

¹⁷⁰ AYMONINO, Carlo. *Lo studio dei fenomeni urbani*. Roma: Edizione Officina, 1997.

¹⁷¹ GREGOTTI, Vittorio. *Território da arquitetura*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

aspirações sociais e políticas. O neo-realismo italiano visava a obtenção de uma produção intelectual moderna e modernizante, a partir dos condicionantes existentes na própria sociedade, que no caso da Itália ainda comportava elementos arcaicos e atrasados.

Para o cinema, para falar apenas da expressão artística mais conhecida desse movimento, era preciso produzir filmes com as condições objetivas e reais, mas sem abrir mão de uma pretensão modernizante¹⁷². Daí a presença em *Ladrões de bicicleta* de atores não profissionais e seu orçamento limitado. Na arquitetura, a produção de objetos arquitetônicos recupera técnicas artesanais mais adequadas ao estágio de desenvolvimento da Itália.

Foi nesse clima cultural que Rossi escreveu *A arquitetura da cidade*, no qual descreve e analisa intervenções emblemáticas de diferentes arquitetos, que recuperam a rua como espaço de convivência, podendo-se mencionar as seguintes:

- o bairro San Giuliano, em Veneza, projeto de Luigi Piccinato e Alberto Samonà;

¹⁷² Para uma interessante interpretação da vinculação entre esse amplo movimento cultural e político da Itália e a arquitetura, ver CASCIATO, Maristela. *Neo realism in Italian Architecture*. Cambridge: The MIT Press, 2000.

- o bairro Tiburtino, em Roma, projeto de Mario Quaroni e Ludovico Ridolfi; e
- o bairro San Giovanni a Teduccio, em Nápoles, projeto de Aymonino.

Desses três, o projeto mais conhecido é o do bairro Tiburtino, cuja topografia acidentada permitiu a implantação de habitações numa solução em que as calçadas se transformam em escadas, seccionando este espaço da caixa de rolamento. As edificações são todas construídas em alvenaria argamassada e com telhado de barro, numa expressividade que lembra as vilas camponesas italianas. Em *Para uma arquitetura de tendência* – publicação que reúne uma série de ensaios que publicou nos grandes jornais italianos –, Rossi menciona os três empreendimentos como exemplares da forma de se enfrentar o problema da periferia nas cidades contemporâneas, dando-lhes um sentido geral ligado ao destino da cidade como cultura.

A Itália enfrentava nessa época um sério déficit habitacional. Essa questão articulou um grupo de arquitetos em torno do INA-Casa, um programa de construção de casas populares promovido pelo poder público. O conjunto Galaterese de Milão, datado de 1969, reuniu

duas implantações de Rossi e Aymonino, os dois expoentes mais criativos dessa geração,.



A idéia dos elementos primários de ROSSI (1966); o sistema de ruas e praças, a divisão fundiária da cidade e a arquitetura da cidade.

Quando ainda era estudante, Rossi ingressou no Partido Comunista Italiano (PCI), que reúne, dentro da história do marxismo ocidental, características bastante peculiares. Segundo Perry Anderson¹⁷³, o crescimento do marxismo na Itália não teve comparação com nenhum outro país ocidental e isso pode ser atestado pela maciça filiação tanto ao PCI quanto ao Partido Socialista Italiano (PSI), no pós-Segunda Guerra Mundial. A construção dessa ampla aceitação deveu-se à especificidade do PCI, que evitou a stalinização ocorrida nos demais partidos de esquerda na Europa a partir da década de

¹⁷³ ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental / Nas trilhas do materialismo histórico* (tradução de Isa Tavares). São Paulo: Boitempo, 2004.

40. Os comunistas italianos contavam com uma sólida construção teórica independente, que remetia a Antonio Labriola (1843-1904) no século XIX, passando por Rodolfo Mondolfo (1877-1976), chegando a Gramsci (1891-1937) o mais importante teórico do marxismo depois de Lênin, e na contemporaneidade a Lucio Colletti (1924-2001) e Norberto Bobbio (1909-2004). Segundo Anderson, essa atitude teve profundo impacto na história do marxismo ocidental:

Não teve paralelo em nenhum outro país da Europa a extraordinária escala e velocidade da difusão do marxismo na Itália...Junto com a recepção que teve o materialismo histórico na França depois da guerra, isto assegurou, pela primeira vez no século, o deslocamento do eixo principal da cultura marxista da zona germânica para a latina, a partir de 1945.¹⁷⁴

Todo esse desenvolvimento desembocou numa série de proposições da *Tendenza* para a cidade, entre as quais podemos mencionar a recuperação de técnicas de sistematização e investigação racionalista, trazidas dos pensadores iluministas, que haviam sido adotadas como um movimento de reforma da história da arquitetura e que eram um campo fértil; a tipologia, a representação dos limites das esferas pública e privada, o parcelamento do território, os elementos primários, as áreas de habitação e o monumento. A intenção da *Tendenza* era reconstruir o campo

¹⁷⁴ ANDERSON, Perry, op. cit, p. 60.

científico da arquitetura e do urbanismo, negando as tendências ideologizantes apontadas por Françoise Choay¹⁷⁵. A emergência do estruturalismo nos anos 1960 como forma de abordar o real, particularmente por parte da geografia e da antropologia francesas, gestou o método de abordagem adotado pela *Tendenza*¹⁷⁶.

A análise urbana estruturalista da *Tendenza* remetia à história e à forma, buscava seus elementos primários e entendia o processo de construção da cidade real como formador de identidades particularizantes que não se repetiam de uma cidade para outra¹⁷⁷, e nem mesmo de um bairro para outro.

O livro que materializou a forma não só de interpretar, como também de atuar sobre a cidade foi o já mencionado *A arquitetura da cidade*, publicado em 1966. Nesse momento, novas teorias começavam a empreender a revisão do movimento moderno e todas elas possuíam, invariavelmente, uma forte vertente empiricista, que condenava a arrogância racionalista do movimento moderno.

¹⁷⁵ Várias vezes Rossi menciona a arquitetura e o urbanismo como ciências objetivas, próximas da geografia e com uma vertente intervencionista. Ver, a esse respeito, sobretudo ROSSI, Aldo. *Autobiografia científica*. Barcelona: Gustavo Gili, 1984.

¹⁷⁶ Além de ROSSI, ver GRASSI, Giorgio. *La costruzione logica dell' architettura*. Padova: Marsilio, 1967.

¹⁷⁷ ROSSI, Aldo, op. cit. Ele constantemente refere-se à alma das cidades como o desenvolvimento de uma forma particular de habitar, a célula habitacional básica como elemento primário que estrutura a cidade

Embora se encaixando nessa posição revisionista, Rossi manteve a atitude racionalista, acusando o movimento moderno de uma racionalidade ingênua e incompleta e reafirmando a existência de alguns aprioris. Como a pretensão de Rossi era radicalizar a racionalidade da arquitetura e da urbanística como artes aplicadas, elas deveriam buscar sua justificativa no campo social e na produção cultural e, para tal, era necessário radicalizar, na verdade, as formas de operar da razão. Para ele, a não compreensão da estrutura da cidade pelo movimento moderno devia-se à sua incapacidade de utilização de uma racionalidade mais complexa e diversificada que incluísse a história e seus variados significados. A cidade é, para Rossi, uma estrutura complexa, mas que nem por isso, ou apesar disso, é perfeitamente reduzível a uma racionalidade que entenda as questões da memória e da transformação da forma em símbolo.

O que efetivamente Rossi pretende, quando afirma de forma recorrente, em *A arquitetura da cidade*, a concretude dos fatos urbanos e sua própria arquitetura, é dar uma resposta a Lynch, que encara a cidade como uma imagem que é construída apenas mentalmente. Rossi quer mostrar como os fatos urbanos concretos – os elementos primários, a divisão fundiária, o plano de ruas etc. – condicionam toda a evolução da cidade. São fatos objetivos que irão

determinar a estrutura posterior do espaço, tornando-o uma construção no tempo, uma construção que nunca é aleatória, mas objetiva porque reconstruída no presente.

As premissas de Lynch e de Rossi são radicalmente diferentes. Enquanto Lynch acredita numa certa convergência dos mapas mentais, apropriações variadas da descrição da cidade por seus habitantes ou pelos estrangeiros, Rossi busca construir um apriori de toda evolução urbana; sua premissa não é nunca a sucessão de fatos aleatórios que acabam construindo uma cidade, mas sim um projeto único, que só se realiza com o desenvolver da história, que para ele possui uma racionalidade objetiva. Existe uma mistura de adoração e rebelião contra a teoria de Lynch em Rossi, que pode ser constatada no primeiro parágrafo do seu livro mais conhecido:

A cidade, objeto deste livro, é nele entendida como uma arquitetura. Ao falar de arquitetura não pretendo referir-me apenas à imagem da cidade e ao conjunto de suas arquiteturas, mas antes à arquitetura como construção.¹⁷⁸

¹⁷⁸ ROSSI, Aldo, op. cit., p. 1 (grifo meu).

A importância do livro de Rossi para o pensamento arquitetônico da década de 80¹⁷⁹ e da contemporaneidade é exatamente a descoberta da relevância da dimensão arquitetônica na cidade. Naquele contexto cultural e urbanístico, a dimensão econômica era vista como a que possuía maior capacidade para explicar a cidade. Rossi lembra-nos simplesmente da inércia da arquitetura, dos esforços inerentes à sua construção, da sua capacidade de resistir ao tempo e assumir um valor de símbolo. Ressurge, aqui, o problema das complexas relações entre base e superestrutura, já apontadas por Choay, e que num marxista como Rossi devem ser encaradas dentro da moldura desta teoria, com um acento que indica essa dimensão inercial do fenômeno da cidade.

Com efeito, a permanência da forma da cidade, apesar da transformação da base econômica da sociedade, será a grande questão para o autor italiano. O que, muitas vezes, Rossi chama de arquitetura da cidade não são suas edificações, mas as construções com maior poder de inércia frente ao tempo – a divisão fundiária, suas ruas e praças, com suas formas particulares, os elementos

¹⁷⁹ O livro de Rossi alcançou um impacto tardio na década de 80. Na verdade, esse impacto foi causado pela publicação da obra em inglês, por iniciativa de Peter Eisenman e do Institute for Architecture and Urban Studies (ver, neste capítulo, subitem 2.1. 6 Peter Eisenman e a abstração).

primários. Em suma, aquilo que resulta de uma decisão de projeto ou de desenho – como o tamanho da quadra, a largura da rua, a divisão dos lotes – é que condiciona e amarra todo o desenvolvimento futuro da cidade, fazendo dela um testemunho de pedra.

A metáfora do conto infantil de João e Maria encaixa-se perfeitamente aqui, demonstrando a capacidade humana de marcar o território de forma particular. João consegue retornar para casa apenas quando marca seu caminho com as pedras. Quando utiliza miolo de pão, sua memória retorna à natureza, desaparecendo sua apropriação particular do território¹⁸⁰. Para Rossi, a construção da memória coletiva parte exatamente da cidade, de uma certa noção de pertencimento, do fato de que cada cidade possui um determinado arranjo que está profundamente vinculado à sua história. Ele reconhece um certo sistema ou estrutura nessa dinâmica de evolução urbana e, apesar de fazer referência a várias cidades, acredita na generalização de sua teoria.

Na realidade, a teoria de Rossi pode ser lida, em síntese, como uma tentativa de compreensão do fenômeno urbano a partir da história, a

¹⁸⁰ Devo a Cristóvão Duarte a analogia com o conto de João e Maria, não fixada em nenhum documento, mas no calor de algumas discussões sobre a cidade.

qual intercala, sobre a textura da cidade, momentos inevitáveis de desenvolvimento e de decadência, invariavelmente articulados a diferentes sensibilidades arquitetônicas. Como as cidades possuem esses momentos diferenciados, cada uma delas, na sua interação com o sítio natural, constrói uma enorme diversidade de personalidades. Fica evidente, nesse sistema, o papel da arquitetura como estruturador de uma personalidade particular para cada cidade, mas também fica evidente uma certa subordinação de sua expressividade às particularidades de sua história. Afinal, se as sensibilidades arquitetônicas se sucedem no tempo, elas também encontram pré-existências às quais devem se adaptar.

Assim, para sermos rossianos, podemos falar de uma Nova York *art déco*, que marca a personalidade da cidade num momento de apogeu, mas também podemos falar de uma contribuição particular de Nova York ao estilo *art déco*, que assumiu contornos específicos por uma série de antecedentes e de condicionamentos deste apogeu. Muitos teóricos viram na complexidade do raciocínio rossiano uma tentativa de redução da expressividade da arquitetura frente as formas do habitar, assim como uma subordinação da dimensão arquitetônica à urbanística. Uma questão fundamental dessa teoria era também a compreensão da cidade a partir das categorias monumento e áreas habitação. A importância da habitação para Rossi se refere ao problema quantitativo que emerge

na cidade industrial, gerando periferias intermináveis que são ao mesmo tempo problemas de localização e de história. A habitação servia de suporte geral da cidade, exatamente por representar uma maioria absoluta, em termos quantitativos, para o fato urbano.

O locus ou as partes da cidade que constituem ambiências singulares coerentes, desde a estrutura das ruas até as unidades habitacionais que cada cidade constrói ao longo do tempo, são elementos particulares em constante evolução e podem ser reduzidas ao esquematismo tipológico. Alguns autores¹⁸¹ viram na teoria de Rossi uma tentativa de recalcar a expressividade da arquitetura frente aos condicionantes da cidade, algo como subordinação da expressão autobiográfica particular às estruturas coletivas. Na verdade, essa leitura é dualista e não dialética, uma vez que para se entender a pretensão rossiana é necessário entender as relações entre arquitetura e urbanismo de uma forma não causal, mas sim como dois universos distintos que se complementam e se explicam. A interpretação mais brilhante com

¹⁸¹ Particularmente, Josep Maria Montaner e Ignasi de Solá Morales. O primeiro desenvolve a idéia de que na interpretação da cidade e do instrumento da tipologia está a vertente da invariável projetual de Rossi. Ver MONTANER, Josep Maria. *Despues de lo movimiento moderno, arquitectura de la segunda mitad del siglo XX*. Barcelona: Gustavo Gilli, 1999, p. 142. O último, em seu niilismo aterrador, vê a visão de Rossi como construtora de arquétipos também atemporais. Ver SOLÁ MORALES, Ignasi de. *Diferencias, topografía de la arquitectura contemporánea*. Barcelona: Gustavo Gilli, 2003, p. 108.

relação a essa questão foi dada por Salvador Tarragó na introdução da versão em espanhol do clássico de Rossi, *A arquitetura da cidade*. Para Tarragó, a partir desse livro era necessário iniciar a construção do que seria a cidade da arquitetura, uma vez que, segundo ele, a arquitetura possuía uma dimensão urbana que precisava ser explicitada, ou melhor reconstruída, ou talvez desconstruída.

Todavia, a proposta de Rossi não era uma unanimidade na *Tendenza*. Podia-se perceber, em seu interior, uma nítida diversidade de posições, o que revelava um revisionismo variado, que era unificado apenas pela adoção do processo histórico como método fundamental do projeto, mas com a manutenção dos mesmos compromissos modernistas de propor a fundação de uma nova prática. A *Tendenza* tinha consciência dessa diversidade de atuar, que parte sempre de uma consciência crítica pretensamente maior de que em outros tempos, devido, exatamente, às condições objetivas da existência ou da cotidianidade¹⁸².

¹⁸² Desde o Renascimento, supõe-se que o arquiteto é um ser consciente da imagem da sociedade, que ele desenha. Essa visão tem continuidade, desde então até a era modernista

Um dos textos mais importantes dessa fase da arquitetura italiana é *Território da arquitetura*, de Vittorio Gregotti, que propõe, de maneira inovadora, a utilização da história como instrumento de projeção. O livro – lançado em 1972, portanto, seis anos depois do *A arquitetura da cidade* – permanece vinculado à pesquisa tipológica, que fazia a fortuna crítica e operativa das diversas tendências italianas. Aqui, a fundamentação fenomenológica contrapõe-se claramente ao estruturalismo, sem, contudo, abandoná-lo, visto que mantém a idéia moderna de que conceber é trilhar novos caminhos, buscar não a continuidade do tempo, mas a verticalidade da ruptura. Embasado em argumentos que oscilam entre a fenomenologia¹⁸³ e o estruturalismo¹⁸⁴, Gregotti sintetiza o espírito de época da arquitetura do norte da Itália no pós-guerra:

Esta revisão parece confirmada pela atenção que a antropologia, a lingüística e a arte manifestam (através dos

¹⁸³ A fenomenologia é uma corrente filosófica fundada por Husserl e desenvolvida por Heidegger e Bachelard, que pretendia a redução a uma essencialidade das coisas para desvendamento de seu significado verdadeiro. A essência era o noema, que só se objetivava a partir da intenção da consciência que neste processo se transformava em noesis. Há, na fenomenologia, uma clara crítica ao positivismo, à sua rígida separação entre objeto e sujeito, ou matéria e consciência.

¹⁸⁴ O estruturalismo é uma corrente filosófica que parte da lingüística e está baseado inicialmente na argumentação de Ferdinand de Saussure (*Cours de linguistique générale*) de 1916, que pretende desvendar a estrutura em qualquer língua como um sistema de montagem, potencializador de um entendimento socialmente inteligível e ao mesmo tempo dotado de subversão.

estudos sobre os aspectos míticos dos vários modelos de cultura e particularmente dos povos primitivos) para com condições de quase suspensão do próprio tempo histórico. A investigação histórica parece mover-se no sentido da construção de modelos de interpretação da história concebida como uma série de configurações sucessivas, descontínuas e por nós colocadas conscientemente a diferentes níveis de valores.¹⁸⁵

Existia um desconforto básico e essencial que dava a tonalidade do programa geral. O projeto não poderia ser nunca um encontro confortável das condições do programa, mas sempre um enfrentamento conflituoso. A teoria geral de Gregotti encerra um paradoxo que fez com que seu texto perdesse muito do seu potencial de contaminação: seus projetos não apresentavam uma sintonia com seu sistema teórico. Esse descompasso entre conteúdo e forma provocou, de certa forma, a redução do impacto ideológico de seu texto, uma certa desconfiança de que a prática não cabia na luva da teoria. Entretanto, seus argumentos de que a arte e a arquitetura representariam, nos seus maiores momentos de síntese, não a continuidade histórica, mas a sua suspensão, num tempo vertical, permanecem válidos ainda hoje¹⁸⁶. Essa posição constitui um questionamento claro do posicionamento geral da *Tendenza*,

¹⁸⁵ GREGOTTI, Vitorio, op. cit., p. 136 (grifo meu).

¹⁸⁶ BACHELARD, Gaston. *A chama e a vela* (tradução de Glória de Carvalho Lins). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

que se propunha a reconstruir a continuidade orgânica da cidade européia¹⁸⁷. Há um outro paradoxo na tentativa de Gregotti de recompor o tempo como metodologia projetual. Acaba-se, assim, chegando à descontinuidade, pois o fazer artístico é necessariamente descontínuo:

Esta tarefa em que história e projeção se confundem poderia ser definida como a procura da essência da arquitetura. Procura que, todavia, nunca culmina com a descoberta em si do objeto, mas na constatação do seu ser em transformação numa direção. Num certo sentido, essa essência pode ser redescoberta concebendo a própria história como projeto...

Por conseguinte, não tanto a procura das causas e efeitos daquele fato histórico, mas a busca das estruturas de relação que envolvem todo o sistema em que tem lugar os acontecimentos... comporta a concepção de um espaço histórico já não perspectivo, em que o tempo não pode ser concebido como uma sucessão uniforme nem a colocação dos valores está solidamente ligada a qualquer fato imóvel, estando-o antes ao fato de ser um fenômeno não apenas definido por uma localização histórica particular, e ainda à recordação de ter sido, à eventualidade do seu próprio ser. Por outro lado, temos de reconhecer esse interesse decisivo pelo presente (a referência à arquitetura de hoje, com os seus problemas em aberto) que nos obriga a tornar utilizável (mas não com a falsificação) o nosso conhecimento da história.¹⁸⁸

¹⁸⁷ A publicação que congrega todos os expoentes da *Tendenza Italiana* chama-se *Casabella Continuittá*, nome que encerra uma clara referência a este pressuposto teórico.

¹⁸⁸ GREGOTTI, Vitorio, op. cit., p. 137.

A passagem acima revela claramente a presença da história no ato de projetar, como verificação do presente, mas também a insegurança por essa utilização, como depósito de memórias, e ainda, como instrumento de apoio autobiográfico. A concepção da própria história como projeto é notável, deste interminável processo de reconstrução da consciência frente aos condicionamentos mais limitantes do fazer arquitetônico e urbanístico. Na contemporaneidade, os arquitetos encontram-se diante do declínio do impulso revolucionário. Seriam eles incapazes de formular um ato de ruptura? Percebe-se igualmente em Gregotti uma concepção do tempo não mais com a estrutura linear e progressiva dos modernistas, mas tampouco um retorno ao tempo cíclico do renascimento, mas uma visão que procura incentivar a vigilância racional sobre o acúmulo do fazer humano de forma a intuir ou indicar alguma positividade¹⁸⁹. Uma positividade que não desfruta mais de uma sincronidade orgânica e confortável, mas que é eterna vigilância frente aos perigos do deslumbramento e da cooptação.

¹⁸⁹ Para uma discussão das várias concepções do tempo em diferentes épocas ver TERRA, Ricardo Ribeiro. “Algumas questões sobre a filosofia da história em Kant” In KANT, Imanuel. *Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita* (tradução de Rodrigo Naves e Ricardo Ribeiro Terra). São Paulo: Martins Fontes, 2003.

“...defrontamo-nos com o problema da história ainda que tenhamos de dizer logo a seguir que é necessário protegemo-nos da ilusão de que ela é suscetível de fornecer elementos indicativos que permitirão deduzir as formas da arquitetura, tomar algumas medidas de segurança antes de se ensaiarem os primeiros passos. O verdadeiro avanço é sempre descontinuidade, desarticulação, mas ele próprio se define como tal relativamente a alguma coisa, isto é, relativamente à sedimentação histórica do presente...a história apresenta-se, portanto como um curioso instrumento cujo conhecimento parece indispensável mas, uma vez alcançado, não diretamente utilizável; uma espécie de corredor através do qual é necessário passar, mas que nada nos ensina sobre a arte de caminhar.¹⁹⁰

No texto de Gregotti, a sedimentação histórica do presente surge como um ato de compreensão individual, distanciado da inércia estruturalista e próximo da visão sintética do projetista. Um corredor que nada nos ensina sobre a arte do caminhar, mas que parece ter sentido, direção e intenção, pois tem uma vertente condicionadora, caso contrário não seria um corredor. A história, além de ser colocada lado a lado com outros instrumentos da projeção como a tectonia e as técnicas de representação, é também negligenciável, pois o verdadeiro avanço é sempre descontinuidade, desarticulação e descobrimento.

¹⁹⁰ GREGOTTI, Vítório, op. cit., p. 137 (grifo meu).

Gregotti parece apontar para o que Louis Kahn vinha realizando nos Estados Unidos em projeto concreto, uma forma de conceber, ao mesmo tempo inusitada e também expectativa geral da sociedade mais avançada. Existe um verdadeiro complexo de culpa em relação à história desde a obra de Kahn particularmente nos Estados Unidos, como representantes do Novo Mundo, mas também nos demais países, que vêm a reboque. Com seu resgate de uma outra lógica, de clara inspiração histórica, dos processos construtivos, Kahn na sua permissão para com o tijolo, revelará que estes mesmos processos estão disponíveis para as mais diversas manipulações. Portanto não seguem uma unidirecionalidade como o modernismo acreditava ter encontrado na nova objetividade, que a partir de Kahn continua determinante mas não única. Rossi discorre sobre a forma de projetar de Kahn de maneira bastante arguta:

Note-se como a própria investigação do classicismo e da arquitetura do século XVIII, que num artista como Louis Kahn é perfeitamente formal e superficial, torna-se nas obras deste arquiteto um modelo de grande difusão. Na realidade, nas obras de Louis Kahn a romanidade é essencialmente exercida sobre certos elementos e aproximações meio estilísticos, meio funcionais, e o resultado não se apresenta como uma

meditação sobre as formas que persistem na arquitetura, nem se propõe de nenhum modo sistemático.¹⁹¹

Na verdade, a *Tendenza italiana* sempre transitou entre o revisionismo do modernismo e a sua aceitação como atitude histórica mais consistente, como única atitude histórica possível diante de um mundo desencantado, no qual a ruptura ou a adequação eram dinamizados de forma dialética. Tafuri, na posição mais confortável de crítico e sem o ônus do carisma da realização, do compromisso com o projeto, sempre se refugiou num pessimismo definitivo, qualificando sua época não como pós-moderna, mas como hipermoderna¹⁹². Nela todos os pressupostos modernos haviam assumido uma dimensão de radicalidade, tanto na sua disseminação pelo cotidiano das pessoas comuns – fim da vanguarda – como pela mistura definitiva entre intenção cultural e lógica econômica. A contribuição das diversas ideologias gestadas na Itália vai, portanto, muito além do simples resgate da história como instrumento de projeto à qual alguns neo-modernos pretenderam reduzi-la.

¹⁹¹ ROSSI, Aldo. “Introdução a arquitetura de Boullée”, In Para una arquitetura crítica, p. 10.

¹⁹² Por várias vezes Tafuri referiu-se ao pós-modernismo como hipermodernismo. Ver a esse respeito, “Il progetto storico di Manfredo Tafuri”. In *Casabella*, 619-620,

E. Colin Rowe e a perda do sentido da história

Arquiteto britânico nascido em 1920, Colin Rowe aproximou-se, por volta da década de 60, do movimento *townscape*, literalmente paisagem urbana, mas que na verdade possuía um significado ideológico de retorno ao pinturesco, a uma plástica do casual e a uma arquitetura anônima. O termo, usado para descrever a paisagem urbana corriqueira das cidades européias, a partir de 1949 passou a representar uma corrente de desenho, que, segundo o próprio Rowe, se aglutinava

...com um artigo de Thomas de Wolfe (pseudônimo de um conhecido crítico britânico do momento) *Townscape: Plea for an English architecture founded on the Rock of sir Uvedale Price*, publicado em *Architectural Review* em dezembro de 1949.¹⁹³

A esse artigo se seguiram outros, assinados por Gordon Cullen e que foram reunidos no livro-manual de *Townscape*, lançado em 1961 e que combatia abertamente as utopias modernas homogenizantes e autoritárias. A obra celebrava o traçado orgânico e pitoresco das cidades e aldeias medievais da Europa, numa crítica direta à racionalidade da grelha xadrez e da cidade modernista.

¹⁹³ ROWE, Collin e KOETTER, Fred. *Ciudad Collage*. Barcelona: Gustavo Gilli, 1981, p. 37.

Posteriormente, em 1981, Rowe lançou, juntamente com Fred Koetter, *Cidade Colagem*, obra que contrapõe a uma racionalidade grandiloqüente, um cotidiano real e casual, seguindo a linha inaugurada por Cullen em 1961, que negava totalmente a pretensão de sentido para a história humana e para a cidade. Rowe movia um combate sem tréguas à idéia de Hegel baseada na convicção da existência de uma razão inerente à história, que resultaria em estágios cada vez mais aprimorados da humanidade. Seguidor de Kant, Hegel retomava um tema caro ao pensamento teleológico vinculado à tradição judaico-cristã – a busca de um fim ao qual Deus nos conduziria –, fundamentando-o, contudo, de modo novo: a filosofia tomava o lugar da religião, a razão tomava o lugar de Deus e o otimismo histórico tomava o lugar do apocalipse. Para Rowe, os arquitetos encontravam-se, na contemporaneidade, diante do declínio do impulso revolucionário, e eram incapazes de formular um ato de ruptura, exatamente pela constatação de ausência de sentido para a história humana. Percebe-se, mais uma vez, uma concepção do tempo que rompia com a estrutura linear e progressiva dos modernistas, e que procurava incentivar uma vigilância constante – e

não mais racional, como na *Tendenza* – do acúmulo do fazer humano, de modo a intuir ou indicar alguma direção¹⁹⁴.

O sentido coerente e determinado da história humana é, sem sombra de dúvida, uma construção kantiana, que apontava para uma crença num evolucionismo ingênuo, que os acontecimentos contemporâneos estão recorrentemente negando¹⁹⁵. Kant inicia o ensaio *Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*, determinando o caráter natural das atitudes humanas. As ações humanas seriam, na realidade, um acontecimento natural como outro qualquer e, como tal, governadas por leis naturais universais. Para ele, a narrativa que se ocupava dessas atitudes humanas, que podia ser a liberdade da vontade ou as suas

¹⁹⁴ Para uma discussão das várias concepções do tempo em diferentes épocas, ver TERRA, Ricardo Ribeiro, op. cit.

¹⁹⁵ Alguns teóricos apontam a desconfiança com relação à técnica, que se desenvolve a partir da revelação do enorme potencial destrutivo que a ciência gerou. As bombas atômicas de Nagasaki e Hiroshima representam um marco. Outros apontam a enorme quantidade de controle burocrático concentrado nos Estados-nação modernos, que gestaram um desenvolvimento tecnológico sem precedentes não acompanhado da ampliação da emancipação do homem comum. Outros ainda apontam que a expansão capitalista, depois dos anos 1950 deixou de ser unidirecionada, abandonando uma certa centralidade, baseada no chão da indústria, passando a ser polidirecionada. Outros, enfim, consideram que os anos 1950 e 1960 representaram a massificação de todos os ideais modernistas do comportamento cotidiano, que passaram a ser acessíveis a todos, gerando uma emergência de visões não mais unidirecionada. Provavelmente, as mudanças que vivenciamos com relação à nossa concepção de desenvolvimento histórico são tributárias de todas essas transformações.

manifestações mais incisivas, era a história. E esta história possuía, em suas linhas gerais e a partir do jogo da liberdade da vontade humana, um curso regular:

... o que se mostra confuso e irregular nos sujeitos individuais poderá ser reconhecido, no conjunto da espécie, como um desenvolvimento continuamente progressivo, embora lento, das suas disposições iniciais.¹⁹⁶

Por essa razão, Kant é considerado o primeiro dos filósofos modernos históricos ou com uma concepção teleológica da história, o que significa a construção de uma concepção objetiva do desenvolvimento dos fatos. É verdade que muitos teóricos apontam que esta idéia de tempo estava profundamente alicerçada num desenvolvimento anterior característico do mundo ocidental. A idéia de tempo desenvolvida pelo cristianismo é bastante peculiar, pois ao conceber a redenção, abre a possibilidade de conceber o tempo como um processo de aprimoramento. E, de certa forma esta forma de conceber o tempo já está presente no judaísmo, uma vez que o Messias poderá vir a qualquer momento, mudando todo o sentido dos acontecimentos¹⁹⁷.

¹⁹⁶ KANT, Imanuel, op. cit, p. 3.

¹⁹⁷ Para uma interessante visão sobre a concepção da história, ver TERRA, Ricardo Ribeiro, op. cit.

O que importa salientar é que uma certa nostalgia do modernismo não nos deixa perceber que a emergência do discurso histórico, nos idos dos anos 60, caminhava em dois sentidos. Num, mais conservador, pretendia-se a restauração de tradições e enraizamentos definitivamente esgotados pela modernidade. Num outro, mais crítico e racional, reivindicava-se um esforço de reinterpretação da história, sugerindo que cada geração reconstrói a montagem de seu passado, não necessariamente dando-lhe um sentido. Ou melhor, dando-lhe efetivamente um sentido sem que este, contudo, seja unidimensional ou dirigido, ou ainda possível de ser desmontado *a posteriori*.

Na realidade, o progressismo de Hegel é sombrio e um tanto suntuoso, muito distante, de fato, do complexo de ciência e secularismo de Saint Simon...Sem embargo, ainda que outrora vívido, devemos reconhecer finalmente que é também uma luz que só permite uma visão restritiva e monocular, e portanto desde o prisma da ótica normal, devemos reconhecer e podemos falar da decadência e caída da utopia.¹⁹⁸

A visão de Rowe de denúncia do hegelianismo imperante nas formulações utópicas do movimento modernista baseava-se em Edmund Burke, pensador e político inglês do século XVIII, que

¹⁹⁸ ROWE, Collin e KOETTER, Fred, op. cit., p.32 e 35.

escreveu um livro sobre a Revolução Francesa em 1790¹⁹⁹. Para Burke, a sociedade humana desenvolve-se não tanto por intermédio de uma atividade racional, mas sobretudo por meio de sentimentos, hábitos, emoções, convenções e tradições, sem as quais ela desaparece. Segundo ele, em determinadas situações, o olhar racional é incapaz de vislumbrar, operando uma distorção da realidade, que se negava a ser enquadrada. Burke defendia a idéia da limitação da Razão em face da complexidade das coisas, propondo que, perante a fragilidade da razão humana, a humanidade deveria respeitar a obra dos seus antecessores, porque só assim seria possível trabalhar em prol do desenvolvimento social.

Para o pensador inglês, os instintos e sentimentos humanos podiam levar o homem a atuar corretamente, enquanto a razão o enganava ou abandonava. Do ponto de vista da sociedade, as tradições, tendo-se desenvolvido paulatinamente, sendo permanentemente testadas e amplamente divulgadas, representam um tipo de bom senso acessível a toda a gente, e que pode servir à sociedade melhor do que uma intelectualização elaborada, sendo que os sentimentos são o acompanhamento emocional necessário a uma

¹⁹⁹ Rowe e Koetter mencionam explicitamente Edmund Burke e seu livro *Reflections on the Revolution in France* (p. 26). A obra de Burke foi publicada pela Editora da UnB em 1982, com o título *Reflexões sobre a Revolução em França (1790)*.

opinião sólida e amadurecida. Com toda essa argumentação, Burke não negava que a continuidade histórica de uma determinada comunidade impusesse mudanças, mas essas mudanças, necessárias, não deviam ser processadas com base em experiências e invenções, mas sim de acordo com princípios inerentes à própria sociedade.

Percebe-se em Rowe uma clara desconfiança frente aos discursos libertadores, opção típica da cultura britânica pelos cenários cômicos e irônicos, em detrimento dos cenários trágicos e grandiloqüentes, como que enfatizando uma vertente humana contaminada e imperfeita. Percebe-se, também, sua desconfiança diante da tendência, manifesta na cultura ocidental desde o Renascimento, pela construção de cenários justos e eticamente corretos, que, na verdade, abafavam terríveis desejos de regulação:

Em poucas palavras, tratou-se de uma combinação que contribuiu para a substituição da fórmula do Cenário Cômico de Sérlio pela do Cenário Trágico, uma convenção que se insinuou em situações existentes, a fim de converter um mundo do acontecer casual e medievo em uma situação muito mais integrada, de comportamento sério e digno.²⁰⁰

²⁰⁰ ROWE, Collin e KOETTER, Fred, op. cit., p. 20.

Por trás desse retorno à cenografia pitoresca, que remetia a Camilo Sitte, havia uma proclamação do processo e uma vontade de explicitar a crueza do cotidiano real das cidades, que não poderiam mas ser reduzidas à ordenação sistêmica das utopias. Essa desconfiança de Rowe frente aos meta-discursos tinha fortes alicerces na contra-cultura dos anos 60 e permanece operando contemporaneamente. Hoje, é forçoso reconhecer que o processo de desenvolvimento da modernidade sofre e se beneficia de descontinuidades que lhe são inerentes. É absolutamente urgente reconhecer que, apesar do desenvolvimento de toda modernidade e de sua expansão pelo mundo, ela sempre apresentou descontinuidades. Pode-se mesmo afirmar que uma das suas características marcantes é a convivência entre antigüidade, arcaísmo e revolução²⁰¹.

A história humana sempre foi marcada por descontinuidades, seu desenvolvimento nunca foi homogêneo e linear, havendo sempre

²⁰¹ Neste aspecto, o Brasil parece ser um paradigma notável, onde sempre se combinou, tanto na esfera do Estado e da sociedade, quanto na da arquitetura e da economia, modernismo e permanência do arcaico. Nossa história é exemplar. Fizemos a independência, mas não terminamos com a escravidão, proclamamos a república mas não instituímos um Estado de direito burguês, criamos uma face industrial moderna, sem enfrentar os graves problemas do campo, como a reforma agrária. Enfim, vivemos uma interminável incompletude, sempre presos ao aparecimento de um ciclo econômico virtuoso capaz de nos libertar de nossa face arcaica. Para uma discussão mais aprimorada das descontinuidades da modernidade no Brasil, ver IANNI, Octávio. *A idéia de Brasil moderno*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

convivências entre estruturas diferenciadas de organização societária, como na passagem das sociedades tribais à emergência dos Estados agrários, ou destes à revolução urbana²⁰². O marxismo sempre chamou atenção para essa questão, diferenciando modelos e mostrando sua convivência intrincada e sua construção, de certa forma, interdependente. As mudanças que ocorreram na história humana desde o século XIII foram tão dramáticas e abrangentes que seu impacto foi, muitas vezes, enquadrado na moldura de um evolucionismo linear e vulgar. A história na sua confusa sucessão de esforços humanos, não necessariamente convergentes, foi, com frequência, contada a partir de um enredo ordenado e sistemático, que absolutamente não correspondia à realidade.

Essa condição pode ser comprovada pela inusitada emergência do paradigma bio-centrado, que não era antevista por nenhum agente inserido na década de 50. Ademais, acreditamos que o ecologismo ou o paradigma bio-centrado não podem ir contra a construção daquela individualidade renascentista, que tornou possível a sinergia societária que vivemos hoje em dia. O homem abandonando a *mimesis* da natureza ou da história, concentra-se em expressar seu

²⁰² Para uma visão evolucionista da sociedade, longe de qualquer linearidade e simplificação ver RIBEIRO, Darcy. *O processo civilizatório*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

universo interior, pretendendo uma arte funcional e não separada da ética, da ciência e da filosofia, conforme assinala Anthony Giddens:

A história não tem a forma totalizada que lhe é atribuída por suas concepções evolucionárias – e o evolucionismo, em uma ou outra versão, tem sido bem mais influente no pensamento social do que as filosofias teleológicas da história que Lyotard e outros tomam como seu alvo primordial de ataque.²⁰³

O que nos parece importante a ser destacado no discurso de Rowe é sua desconfiança frente às ortodoxias, que esquecem da existência efetiva da humanidade, engajada na luta pela sobrevivência ou pela sustentabilidade individual, muito longe, portanto, dos discursos heróicos. A cotidianidade, que envolve exatamente estas lutas pontuais da existência, precisa de um desenho que celebre a diversidade. Esta é a componente viva do discurso ideológico de Rowe, que permanece atuando e contaminando as diversas formas de se pensar a cidade e o projeto contemporâneos. A contemporaneidade experimenta um enfraquecimento do discurso de adiamento da felicidade, uma emergência ansiosa por sua realização nas condições objetivas de nossas sociedades. Daí o despontar do tema da habitação, tanto no campo da urbanística quanto na arquitetura, pois este cotidiano

²⁰³ GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade* (tradução de Raul Fiker). São Paulo: Editora Unesp, 1991, p. 15.

permanece insolúvel para amplos contingentes populacionais de nossas cidades. Rowe, ao centrar sua artilharia sobre as presunções utópicas do homem moderno, construiu uma importante vertente de retorno à cotidianidade mais prosaica, na qual, certamente a questão da habitação está instalada de forma definitiva.

F. Peter Eisenman e a abstração

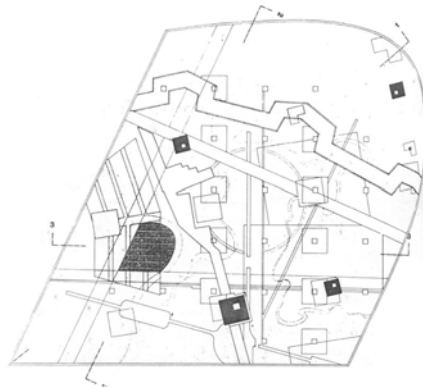
O norte-americano Peter Eisenman, nascido em Newark em 1932, é um dos mais importantes ideólogos no campo do urbanismo e da arquitetura, no último quarto do século XX. Sua obra e seu pensamento dominam a produção contemporânea, impondo-lhe uma dimensão artística. Seu maior esforço, talvez possa ser resumido na palavra abstração, que tanto para a arquitetura quanto para o urbanismo assume uma dimensão complexa, que pode ser caracterizada como a busca pela obtenção da autonomia da linguagem. Destituídos de seu caráter construtivo, funcional e mesmo simbólico, as obras e pensamentos de Eisenman parecem pairar muito além do tempo e do espaço. De certa forma, o programa de Eisenman coincide com o de Rossi e o da Tendência italiana, uma vez que também defende a reconstrução dos limites epistemológicos dos ofícios ligados à cidade e ao abrigo humano. Todavia, enquanto Rossi acredita na reconstrução de uma

objetividade a partir da razão que beira o cientificismo, Eisenman propõe a redução das profissões à sintaxe da linguagem. Com uma postura messiânica e aglutinadora, Eisenman mantém-se firme na crença de que a modernidade e seu espírito autêntico ainda não se esgotaram. Sua radicalização do moderno atingiu, muitas vezes, um grau tal de abstração, que seus projetos e construções teóricas parecem constantemente negar os fins a que se destinam, enfatizando e explicitando acima de tudo o processo.

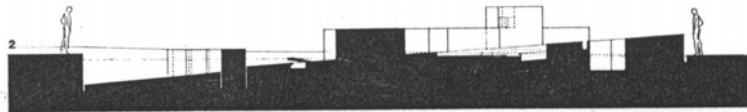
Em 1985 realizou-se no Beaubourg, comandada por Eisenman, uma exposição intitulada “Les Immatériaux” (“Os imateriais”), o que já denotava a sua forte tendência de tentar construir a autonomia total, como se a arquitetura pudesse prescindir da materialidade, ou da sua função. Além do título, que já indicava uma forte tendência niilista e destrutiva, Eisenman propunha, na exposição, a reversão da lógica da representação em arquitetura:

...assim que retorno à confecção de maquetes e de desenhos, tomados como objetos neles mesmos, ou considero o edifício real como maquete e portanto como uma simples extensão e não como resultado, efetuo uma tentativa de inversão do papel tradicional da arquitetura em relação ao seu próprio processo.²⁰⁴

²⁰⁴ Catálogo da Exposição “Les Imateriaux”, Centro Beaubourg, Paris, 1989.



Eisenman: ênfase na dimensão abstrata da arquitetura e do urbanismo



A trajetória de Eisenman teve início muito antes, na década de 1950, quando fez o mestrado em Cambridge na Inglaterra, ocasião em que se aproximou de Colin Rowe e de suas propostas que celebram a fragmentação do movimento *townscape*. Retornando a Nova York, em 1967 fundou uma das mais importantes instituições na divulgação do fazer arquitetônico e urbano, o Institute for Architectural and Urban Studies, cuja missão era incentivar o pensamento teórico frente a uma prática profissional_cada vez mais mecânica e automática. Em 1969, montou uma exposição no

Museum of Modern Art de Nova York, o famoso MoMA, intitulada “Five architects”, juntamente com Michael Graves, Richard Meier, John Hedjuck e Charles Gwathemy, todos radicados em Nova York.

A mostra celebrava – e retomava – temas de composição corbuseanos, ainda do período entre-guerras, a chamada arquitetura branca, e, de certo modo, determinava a ascensão definitiva da cidade como núcleo central de produção de inquietudes culturais. Pouco depois, em 1973, o Institute for Architectural and Urban Studies lançou uma revista, *Oppositions*, cuja equipe de colaboradores incluía pensadores bastante heterodoxos. A idéia-força de Eisenman de que o ofício da arquitetura e do urbanismo seria uma operação mental e que se estruturaria num desenvolvimento livre de idéias, explica de certa forma porque Eisenman recebeu com tanto interesse Aldo Rossi nos EUA,e divulgou com tanto ímpeto seu *Arquitetura da cidade*.

Nesse momento, a obsessão de Eisenman era construir a autonomia das disciplinas, que seria responsável pela produção, sem qualquer contaminação funcional ou construtiva, de uma arquitetura pura. Suas premissas teóricas – como a de outros estruturalistas, entre os

quais Lynch e Rossi – eram inspiradas na teoria da linguagem de Noam Chomsky²⁰⁵, baseada na gramática generativa.

Trata-se de uma teoria complexa, que se contrapunha fortemente à teoria comportamental ou behaviorista da obtenção da linguagem nos primeiros anos de vida. A abordagem de Chomsky é por demais profunda, abstrata e dependente do conhecimento nativo da língua e está calcada na idéia de correção e incorreção gramatical, que produz o desenvolvimento da língua, como uma relação entre construções gramaticais corretas e incorretas. Chomsky criou a idéia de modularidade, segundo a qual a mente comportava uma estrutura pré-preparada para absorver diferentes linguagens, como uma característica crítica da arquitetura cognitiva da mente. No contexto do estruturalismo, a gramática generativa de Chomsky é considerada como um instrumental que pretende conferir a essa corrente do pensamento a possibilidade da criação de linguagem, e não ser apenas um instrumental analítico.

Eisenman utiliza-se desse instrumental teórico, procurando rechaçar qualquer intento de semantizar a arquitetura. Seu projeto aponta na direção contrária à de Venturi, pois procura a sintaxe como uma

²⁰⁵ CHOMSKY, Noam. *The necessary illusion, through control in democratic societies*. Boston: South End Press, 1989.

interrelação de signos, fazendo abstração com relação aos objetos que ela representa e também com os intérpretes que dela se utilizam. Outra premissa do pensamento de Eisenman é a obsessão, presente em toda sua obra, de recuperar o espírito moderno, que envolvia muitas vezes uma radicalização da inovação. Assim, em sua revisão histórica, ele elege Terragni como modelo de uma arquitetura de neutralidade construtiva e semântica, uma radicalização do projeto corbuseano. Diz Eisenman:

Pode entender-se o processo de desenvolvimento das formas em Terragni como uma tentativa de suprimir o objeto ou a leitura da estrutura superficial a favor da presença visível da estrutura conceitual profunda.²⁰⁶

O espaço abstrato proposto por Eisenman parece restringir-se à geometria. Abandonando qualquer figuratividade, os elementos manipulados são reduzidos a sua essência: o ponto, a linha e o plano. As dez casas que Eisenman processa nos anos 70, simplesmente numerando-as, demonstram todo seu esforço em busca deste espaço cartesiano e puro. O resultado final não importa tanto, mas sim o processo, o registro das operações de desenho ditadas pela mente e pelo tempo de desenvolvimento do projeto. As

²⁰⁶ EISENMAN, Peter. "Dall'oggetto alla relazionalità: la casa del Fascio di Terragni". In *Casabella* 344. Milão, 1970, p. 38-41.

operações de adição e subtração, cheios e vazios, rotação e translação são explicitadas e parecem querer demonstrar que o processo não encontra fim. Aliás, o final é o que menos importa; o que conta é a invenção da sintáxis e aquilo que disparou o processo. Quando a casa de número VI – construída para Massimo Vignelli em 1975, na Cornualha, Inglaterra –, foi publicada em *House and Garden*, cheia de vida cotidiana, Eisenman demonstrou todo o seu descontentamento. Para ele, a casa se desnaturalizava quando recebia móveis e vasos de plantas: o objeto deveria poder resistir ao uso.

Ao final da experiência das dez casas (que na verdade foram 11) e chegando ao limiar dos anos 80, alguns dos companheiros que haviam montado a exposição dos cinco arquitetos em Nova York haviam adotado o discurso da pós-modernidade. Michael Graves havia acabado de construir o edifício de Portland, abandonando a abstração dos primeiros anos em nome de um classicismo palatável. Richard Méier mantinha-se repetindo a fórmula da arquitetura branca corbuseana, num jogo de elementos que insistia numa receita assimilável e fácil. Já Eisenman deixava de lado a sintaxe generativa de Chomsky e enveredava pelo pensamento de filósofos como Michel Foucault, Jacques Lacan, Gilles Deleuze e Jacques Derrida. Naquele momento, como afirma Rafael Moneo,

A fantasia de uma arquitetura autônoma desaparece para dar passo a uma arquitetura contaminada pelo mundo externo com o qual se queira ou não é preciso contar.²⁰⁷

Eisenman abandonou seu distanciamento e neutralidade abstrata para construir a resposta a um tempo que, segundo ele próprio, não contava mais com o futuro. Era claramente uma guinada teleológica, que pretendia dar conta do achatamento da perspectiva de futuro que emergia após o segundo pós-guerra, com a grande concentração de força destrutiva nas mãos do poder. Em 1984, Eisenman publicou *O fim do clássico, o fim do começo, o fim do fim*, certamente um texto que demonstra toda a sua ansiosa expectativa pelo espírito da modernidade. Sua intenção nesse texto era questionar três dos pilares sobre os quais a arquitetura ocidental estava assentada desde o Renascimento: a representação, a razão e a história. Recorrendo, em seus argumentos, a Jean Baudrillard em seu livro *Simulacro e simulações*, Eisenman vinculava representação a significado, razão à verdade e história à idéia de atemporalidade.

Ele também se apropria de Foucault, que distinguia dois momentos do desenvolvimento da cultura ocidental: o clássico e o moderno.

²⁰⁷ MONEO, Rafael. *Inquietud teorica y estrategia projectual*. Barcelona: Gustavo Gili, 2004.

Eisenman, após remeter a idéia de clássico à de racionalidade, considera que todo o tempo pretérito está articulado por essa idéia, desde o Renascimento, incluindo o modernismo e o pós-modernismo, que qualifica como um tempo no qual é possível haver coerência entre linguagem e representação. Para ele, a tendência geral da história da arquitetura está voltada para o aumento da sua capacidade de abstração:

Desse modo, em seu esforço de distanciar-se da tradição de representação anterior, a arquitetura moderna tentou se desvincular dos adornos exteriores do estilo clássico. O resultado desse processo de redução foi chamado de abstração.²⁰⁸

Ressurgia em Eisenman a vontade de diferenciar nossa contemporaneidade dos tempos passados, sem antes tentar também se diferenciar do funcionalismo modernista e da arquitetura como mensagem do pós-modernismo. Seu argumento para isso seguia os passos de Baudrillard, no que concerne à incapacidade contemporânea detectada pelo filósofo francês de distinguir realidade e representação:

²⁰⁸ EISENMAN, Peter. "El fin del clasico: el fin del comienzo, el fin del fin". In MONTANER, Josep María. *Textos de arquitectura de la modernidad*. Madri: Nerea, 1994, p. 466.

Um signo começa a ser uma réplica, ou em termos de Baudrillard, a simular quando a realidade que representa está morta. Quando desaparece a distinção entre representação e realidade...a representação perde sua fonte a priori de significação, e então é quando passa a ser tão-somente simulação.²⁰⁹

A questão da descontinuidade do tempo contemporâneo e da sua real dimensão de transformação é algo que acompanha o fazer arquitetônico e o pensamento filosófico desde tempos imemoriais. A argumentação de Eisenman permanece fiel ao hegelianismo, dentro de uma concepção dialética da história na qual se percebe a presença do *zeitgeist* (espírito do tempo). Eisenman irá então caracterizar o modernismo como um *zeitgeist* de pretensão atemporal, livre, portanto, de valores preconcebidos, mas se acreditando portador de uma verdade histórica. Segundo ele,

(...) não há verdade (uma verdade atemporal) ou um significado (um significado atemporal). No momento em que surge a possibilidade de que o atemporal se libere da ancoragem do temporal (a história), surge também a possibilidade de que o atemporal se libere do universal para produzir uma atemporalidade que não seja universal.²¹⁰

²⁰⁹ EISENMAN, Peter, op. cit., p. 467.

²¹⁰ EISENMAN, Peter, op. cit., p. 471.

O argumento permanece preso ao hegelianismo, tanto no reconhecimento da sucessão de *zeitgeist*, quanto na capacidade desta sucessão ter um valor demonstrativo para o desenvolvimento humano e também na sua capacidade de gestar um tempo além da história. O desprezo pela continuidade inevitável das ações humanas foi retirado de Nietzsche, que, em sua análise, considera que o conhecimento e a razão se haviam transformado numa fé cega, que pouco se diferenciava dos tempos pretéritos, em que se acreditava em ídolos mágicos, e por isso eles estruturavam essa continuidade. A vontade de potência e de plena realização do humano não poderia mais depender da vontade da verdade, que simplesmente não existe, ou existiu apenas episodicamente.

Para Eisenman, a arquitetura não clássica deveria partir não mais da simulação, mas da dissimulação, a única maneira de deixar intacta a diferença entre ilusão e realidade. Sua descrição da dissimulação aproxima-se muito do esforço de Deleuze para caracterizar a cópia, o ícone ou os simulacros pré-socráticos, como o próprio Eisenman reconhece²¹¹. Essa questão remete-nos à distinção entre aparência e essência, ou modelo e cópia, que são fundamentais para a

²¹¹ EISEMANN, Peter. "El fin del Clássico: El fin del comienzo, el fin del fin". In HEREU, Pere, MONTANER Josep Maria e OLIVERAS, Jordi. *Textos de Arquitectura de la modernidad*. Barcelona: Nerea, 1999, *apud* DELEUZE, Gilles. *Plato and the Simulacrum*. Cambridge: The MIT Press, 1983.

concepção do projeto, pois o arquiteto está continuamente interpretando uma realidade e propondo sua transformação. Para Eisenman, nessas operações procede-se a uma contínua dissimulação da compreensão do real.

O que Eisenman propõe, reiteradamente, é que nos desprendamos das noções clássicas de origem e fim, numa operação muito similar à importância dada ao processo nas dez casas, uma tentativa de construção de um grau zero de avaliação de nosso presente imediato. Toda essa vontade de demonstração do processo acaba por denunciar a presença do arbitrário no processo de projeto, no qual o analítico distingue-se do propositivo apenas efemeramente. A partir de Eisenman essas duas categorias do projeto estarão definitivamente embaralhadas, no qual o arbitrário da individualidade continua se referindo a uma qualidade de contar história. Na realidade, Eisenman pretende construir uma objetividade a partir da autobiografia de cada arquiteto, que passa a ter que demonstrar potência em contar esta história.

Eisenman permanece em busca de uma arquitetura e uma cidade atemporais, recolocando a racionalidade em um patamar que a distingue definitivamente da verdade, transformando-a apenas numa língua. Esta língua de Eisenman será destituída de sua inércia

estrutural, pretendendo se transformar numa possibilidade de síntese. O problema do *modus operandi* deste arquiteto é sua vinculação a uma certa pretensão de autonomia da arquitetura e da urbanística, nunca realizada inteiramente, mas constantemente proposta como sentido. Em relação a esse aspecto, a reflexão de Eisenman contém um efeito colateral, determinado pela sua proposição de estetização radical do ofício, pelo afastamento radical do uso e pela aproximação do contemplativo. Esse efeito colateral, diante da construção geral de Eisenman, deve-se a uma afirmação inevitável de um afastamento do cotidiano, enveredando por uma importância desmesurada do espetáculo.

A questão do uso e da contemplação sempre representou, nos campos da arquitetura e da urbanística, uma equação complexa, na qual as duas categorias devem ser encaradas como constituidoras das disciplinas. A chave para as relações entre uso e contemplação encontra-se numa vigília contínua e interminável que pretende que as duas dimensões se relacionem de forma dialética, nunca dualista. Assim, na nossa reflexão, mais precisamente na sua proposta de retomada da questão da habitação, não pretendemos negar o contemplativo, mas sim estabelecer uma ligação radical com o uso, num esforço de reconstrução da essencialidade das duas disciplinas, a arquitetura e a urbanística.

G. Rem Koolhaas e a superficialidade do *zapping*

O arquiteto holandês Rem Koolhaas, que representa, efetivamente, uma verdadeira transformação no pensar arquitetônico contemporâneo, vem demonstrando grande capacidade em se manter no centro do interesse da mídia especializada. Dotado de um excepcional poder de comunicação e de uma infinita vontade de polemizar, talvez moldados por seus anos dedicados ao cinema e à imprensa, Koolhaas vem transformando nossa compreensão sobre a arquitetura e o urbano e reformulando as formas de atuar de vários profissionais.

Seu pensamento se expressa por meio de obras construídas e de textos variados que constroem uma trajetória relevante para a reflexão sobre a cidade contemporânea. Essa trajetória se inicia com *Delirious New York*, cuja primeira edição data de 1978 e que marca a estréia de Koolhaas nos comentários da mídia arquitetônica internacional. Sua obra seguinte foi *Small, Medium, Large and Extra Large* (ou simplesmente *S, M, L, XL*) – catálogo das realizações do seu escritório de arquitetura (com mais três sócios), o Office for Metropolitan Architecture (OMA). A visão do urbano de Koolhaas pode ser encontrada nesses dois livros e em um terceiro,

Mutaciones, que é a compilação de seu curso sobre cidades, ministrado em Havard em 2000²¹².



A cidade sem horizonte utópico e os manifestos retroativos de Koolhaas

²¹² Há mais uma publicação de Rem Koolhaas nas prateleiras – *Content*. Berlim: Taschen, 2004. Nas palavras do autor, *Content* é um “produto do momento” e nele a cultura do *zapping* aparece com mais força.

Cabe destacar que o pensamento e a teoria aqui descritos fazem parte de um pensamento contemporâneo e vivo, que, portanto não pode ser engessado e dogmatizado. Todavia, na medida em que tende à operatividade, pretende transformar-se em ideologia. Com Koolhaas, aproximamo-nos de forma definitiva da contemporaneidade, um tempo no qual ainda não dispomos de distanciamento efetivo para uma melhor avaliação. Por esse motivo é que situamos o seu discurso e o de Siza Vieira na categoria do ruído de Luhmann. Isto é, eles fazem parte de um grupo de discursos que ainda não desfruta de tempo no sistema de pensamento da arquitetura e da urbanística, não tendo sido portanto manipulado e aplicado para obter a institucionalização.

A cultura, assim como a personalidade humana e a história, não é e nunca foi unidirecional. Do mesmo modo, a pretensão crítica de interpretação dos acontecimentos históricos como que dotados de uma orientação comum, simultânea e nova é algo que se distingue da realidade efetiva. O próprio Koolhaas lembra que “a função última da arquitetura será a criação de espaços simbólicos que acomodarão os persistentes desejos para a coletividade.”²¹³

²¹³ KOOLHAS, Rem. *S, M, L, XL. : Small, Medium, Large and Extra Large*. Nova York: Monacelli, 1995, p. 604.

O arquiteto holandês surge no cenário internacional criticando fortemente o contextualismo e a presença da história no fazer arquitetônico e no pensamento sobre a cidade, investindo corajosamente contra uma inércia cômoda instalada no pensar arquitetônico e urbanístico. Nascido em 1944, viveu na Indonésia de 1952 a 1956. Formado em jornalismo, foi correspondente do Haage Post em Amsterdam e escritor de roteiros cinematográficos. Depois desse início de vida profissional ligado à comunicação, gradua-se em arquitetura na AA School de Londres. Em 1975, cria – juntamente com Elia e Zoe Zengellis e Madelon Vriesentrop – o OMA, com sede em Amsterdam. Koolhaas inicia sua promissora carreira com a publicação de *Delirious New York* em 1978. A presença da história, uma certa verve niilista e um poder de comunicação bombástico e bem-estruturado marcam esse livro, no qual a confrontação com o pensamento arquitetônico hegemônico, o contextualismo, ainda não se manifestava de forma explícita. Estão presentes na obra um certo discurso histórico, uma presença da rua e da grelha como elementos estruturantes do urbanismo e uma crítica revisionista do modernismo, apesar de já ser perceptível uma certa nostalgia do mesmo modernismo e das estratégias vanguardistas.

Este livro, “um manifesto retroativo”²¹⁴, pretende explicar o “manhattanismo”²¹⁵, neologismo criado por Koolhaas para designar uma mistura de hiperconcentração, cosmopolitismo e artificialismo que sempre foi desmerecida pelos arquitetos. Essa “capital da perpétua crise”²¹⁶ é elevada à condição de paradigma da modernidade e descrita não tal qual é, mas em sua base teórica, “como uma conjectura”²¹⁷, esquecendo-se da Manhattan real, que é uma realização imperfeita dessa teoria. As estratégias pós-estruturalistas ficam claras aqui. A independência textual desprende-se da realidade. O texto critica a falta de interesse dos arquitetos por esta forma de ser de Nova York, mas ao mesmo tempo abandona a Manhattan real para se debruçar sobre a Manhattan ideológica, mais perfeita do que a Manhattan real. O livro já prenuncia o estilo de Koolhaas, misturando observações superficiais, típicas dos documentários enciclopédicos, com argutas interpretações, numa constante atitude de *zapping*. É claro ainda no livro uma massiva presença da história, que o autor irá abandonar na sua produção literária posterior.

²¹⁴ KOOLHAS, Rem. *Delirious New York. A retroactive manifesto for Manhattan*. Nova York: The Monacelli Press, 1994, p. 9.

²¹⁵ KOOLHAS, Rem, *Delirious New York*, p.10.

²¹⁶ KOOLHAS, Rem, *Delirious New York*, p.11.

²¹⁷ KOOLHAS, Rem, *Delirious New York*, p.11.

Há ainda no livro, no capítulo “A Dupla Vida da Utopia: O Arranha-Céu”, um típico raciocínio tipológico. Nele, Koolhaas historiciza a evolução da torre nova-iorquina, considerando seu desenvolvimento uma fusão de três protótipos, materializados em três edificações – o Flatiron, o Metropolitan Life e o Madison Square Garden. A primeira edificação a realizar essa síntese será Wooldworth no City Hall do arquiteto Cass Gilbert em 1913, com 60 andares, juntando uma base a uma agulha. O raciocínio de Koolhaas aqui permanece vinculado a uma gênese da forma, a uma evolução tipológica, típica do regionalismo crítico²¹⁸. No entanto, pode-se notar também o começo de uma manifestação de negação dos parâmetros de projeto, então homogêneos no cenário internacional, justificada por ele com uma argumentação niilista que buscava a retomada do discurso desgastado das vanguardas. “Toda geração ridiculariza a prévia só e apenas para ser anulada pela próxima”²¹⁹, afirma Koolhaas.

Retoma-se então, no cenário arquitetônico, ao vanguardismo, recalçando a crítica realizada por Adorno e Hockheimer²²⁰, ainda

²¹⁸ Para uma precisa qualificação do regionalismo crítico, ver FRAMPTON, Kenneth. *História crítica da arquitetura moderna*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

²¹⁹ KOOLHAS, Rem, *S,M,L,XL*, p. 259.

²²⁰ ADORNO, Theodor e HOKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

nos anos 50 do século XX, que identificaram nessa estratégia das vanguardas artísticas uma mera questão de conquista e colonização de mercados para suas obras. Nesse período, Koolhaas parece fascinado pelo antiintelectualismo americano, pintando uma imagem da América como algo vital e ingênuo, visões típicas de um eurocentrismo que se esforça por incluir o mundo fantástico do além-Atlântico. Considera o Novo Mundo como dotado de uma força vital, ao mesmo tempo complexa e portadora do pensamento utópico da novidade. Essa abordagem fica visível na evolução da sua tipologia da torre, destacando a contribuição de Raymond Wood, o autor do Rockefeller Center, e da sua formação na velha Europa. Wood estabelece uma comparação: se os anos em que passou na Europa foram “anos para pensar”, em Nova York “qualquer um desenvolve facilmente o hábito de trabalhar sem pensar”²²¹.

No capítulo do livro dedicado aos europeus, Koolhaas chama atenção para a primeira visita simultânea, em meados dos anos 30, de Le Corbusier e Salvador Dalí, a Nova York. De Dalí, ele menciona o “método paranóico crítico”, o qual, segundo o pintor espanhol, possibilitaria a sistematização da confusão e desacreditaria completamente o mundo da realidade. Para Koolhaas,

²²¹ Citação de Raymond Wood in KOOLHAAS, Rem, *Delirious New York*, p. 162.

Dali abominava o modernismo, Le Corbusier desacreditava o surrealismo. Mas a personalidade e o método de operação de Le Corbusier mostram muitos paralelos com o método paranóico crítico de Dali²²².

Fica clara a pretensão de ridicularizar o racionalismo ingênuo do arquiteto suíço, com uma estratégia que combina suas angústias autobiográficas com suas proposições utópicas. O mundo europeu, com suas pretensões estruturadas, contrapõe-se ao mundo americano, propondo dominá-lo com um racionalismo ingênuo e esquemático. A não realização de propostas baseada na figura da edificação por Le Corbusier recalcam nele um complexo, diante da Manhattan com torres subordinadas às geratrizes da divisão fundiária da cidade e ao sistema de ruas e avenidas do século XIX. Le Corbusier considerava Manhattan uma experiência imatura, ainda não moderna, caracterizada por uma construção pré- apocalíptica, como a da Arca de Noé.

Para Koolhaas, Le Corbusier localiza no arranha-céu americano e em Manhattan construções que devem ser combatidas e renegadas, contrapondo ao primeiro a torre cartesiana e ao segundo o parque. Os arranha-céus cruciformes, projetados por Le Corbusier para o Plano Voisin em Paris, são estruturas que, para Koolhaas, prescindem

²²² KOOLHAS, Rem, *Delirious of New York*, p. 246.

de base. O isolamento do arranha-céu no meio do parque e a presença das auto-pistas estratificadas com relação aos pedestres contextualizaram novamente as propostas corbusieanas, mas mataram a cultura da concentração no território. A feira de 1939 em Flush Meadow, ocorrida em Nova York ao lado de Manhattan, nas extensões ainda desocupadas do Queens, representa a vitória ideológica das propostas de desadensamento de Corbusier frente ao manhattanismo. Construída no interior da grande esfera, que marcava a atração central da Feira, *Democracity*, a metrópole da era da máquina, tinha todos os princípios da Cidade Radiosa de Le Corbusier. Fica claro que a revisão histórica empreendida por Koolhaas nesse momento sobre a evolução de Nova York aproxima-se muito da montagem aqui defendida, que aponta a presença de ideologias variadas e aponta sua pretensão de atingir a hegemonia. A conquista dessa hegemonia confere sentido às intervenções espaciais, procurando encontrar uma vertente que objetive os anseios da sociedade em geral, como uma imagem que representa seus anseios de se tornar moderna.

A ideologia de Koolhaas envolve um descrédito generalizado pelas operações de planejamento, uma aceitação tácita das operações capitalistas que desdenham das previsões estruturadas e que pretendem controlar o desenvolvimento. Uma compreensão aguda do fracasso do planejamento em geral frente as lógicas guiadas pelo

lucro dos empreendedores. Ao mesmo tempo, demonstra com vivacidade, pelo menos nesse primeiro momento, uma capacidade ímpar de chamar a atenção do problema arquitetônico sem tender para superficialidades. Demonstra também uma forte vertente propositiva, que desdenha da verve analítica, com um sentido de fazer e exercer a crítica a partir do desenho e do projeto. Nesse primeiro livro, as propostas de Koolhaas para Manhattan pretendem atingir o contextualismo confortável, a prepotência isolada dos arquitetos, bem como uma empostação analítica generalizada, presente nas análises estruturalistas.

Em 1995, Koolhaas lança uma compilação dos trabalhos desenvolvidos no seu escritório: *Small, Medium, Large and Extra Large*. Trata-se de uma clara peça de *marketing* empresarial, revestida de pretensões intelectuais e teóricas para a arquitetura. Nesse livro, a crítica ao contextualismo torna-se mais clara e frontal. Proclamando o abandono da história, do território como lugar específico e da urbanidade tradicional, Koolhaas identifica suas principais influências teóricas e referências projetuais em Zaha Hadid, Peter Eisemann, Philip Johnson, Charles Jencks, Jeff Kipnis, Andrew Macnair, Kayoko Ota e Terence Riley. Definindo a profissão de arquiteto como impossibilitada de desenvolver-se com coerência, sujeita a uma sucessão arbitrária de demandas, ele acaba por

concluir que a “arquitetura é, por definição, uma experiência caótica”²²³. Apesar dessa definição, a arquitetura continuava sendo uma profissão arrogante, uma mistura de onipotência com impotência, exatamente por estar sujeita a uma seqüência arbitrária de demandas.

Ao se referir ao estruturalismo, o autor remete à presença, na Holanda, de Aldo Van Eyck, e à sua pretensão de humanizar os temas arquitetônicos a partir de uma correta amenização da monumentalidade, do burocratismo, da alienação, da rigidez das instituições com base na redução ao módulo estrutural e à pequena parte, citando o emblemático orfanato de 1960 em Amsterdam, Koolhaas acaba, após essa respeitosa citação, imputando a característica de redução de todos os projetos a mesma cara. O edifício de escritórios de Herman Hertzberger, que pretendia exatamente essa estrutura isenta para ser apropriada pelos usuários, é apontado como exemplo desta homogeneização, a partir da utilização dos princípios do estruturalismo. Para Koolhaas, “Hoje orfanatos, dormitórios, casas, escritórios, prisões, lojas de departamentos e salas de concertos, todos parecem o mesmo”²²⁴

²²³ KOOLHAS, Rem, S, M, L, XL, p. 19.

²²⁴ KOOLHAS, Rem. S, M, L, XL, p. 287.

Ele também chama atenção para a diversidade do movimento moderno e lembra, com uma certa nostalgia, que a cidade abstrata imaginada por diferentes pensadores ainda deveria ocupar o imaginário da contemporaneidade.

Em 1991, Koolhaas desenvolve um de seus mais emblemáticos projetos, a Villa Dall’Ava. Erguida em Paris, no subúrbio de St Cloud, com uma bela vista da Torre Eiffel, Villa Dall’Ava era cercada por casas históricas e pitorescas do século XIX. Koolhaas contrapõe três materialidades até então inusitadas no fazer arquitetônico: uma robusta parede de concreto, chapas metálicas de telha ondulada como revestimento e um revestimento de pedra artificializado. Os elementos revestidos em chapa metálica ondulada projetam-se como vigas, que lembram as proporções da Vila Savoye de Corbusier, contrapostos a um feixe de pilares não ortogonais, que parecem querer manter a instabilidade do objeto. Um terraço com uma raia de piscina coroam a casa.

A implantação da casa, que se amolda aos ângulos escosos do terreno, pretende remeter-nos a um objeto capaz de ser encontrado em qualquer parte do mundo, como que fazendo questão de enfatizar seu cosmopolitismo ou sua capacidade genérica. As relações entre espaço interior e exterior são magistralmente

manipuladas, repetindo-se apenas a forma espetacular de apresentação das fotos, que agora agrega uma surrealista girafa caminhando nos seus jardins. Apesar disso, cabe destacar o impacto e a sinceridade das fotos tiradas nos tempos de obra, que revelam as robustas estruturas de concreto. Villa Dall’Ava é um dos mais impressionantes manifestos urbanos. Seu enquadramento da torre Eiffel, sua dinâmica dentro do terreno e suas citações inovadoras eram o mais claro sinal do esgotamento da continuidade comportada do projeto. Emergia uma clara rebelião pela forma *beaux arts* de compor, revelando uma incômoda tensão entre os elementos, que parece denunciar a impossibilidade de equilíbrio na contemporaneidade.

Numa seção de *S, M, L, XL*, Koolhaas faz um balanço do que aconteceu ao urbanismo no século XX. Para o arquiteto holandês, o urbanismo teria fracassado inteiramente e este fracasso determinou um grande vazio na nossa compreensão da modernidade. Uma lógica quantitativa de crescimento urbano, observada em todas as partes do mundo, superou a qualidade da abstração e da repetição proposta pelos urbanistas modernos. O paradoxo, para ele, reside exatamente no desaparecimento do urbanista como profissão, num

momento em que a urbanização espalhava-se por todas as partes do mundo, estabelecendo um “triumfo global da condição urbana”²²⁵.

O desenvolvimento de formas escapistas de pensamento – que pretenderam, tanto na arquitetura quanto no urbanismo, dar resposta a esta situação (a redescoberta da cidade clássica, por exemplo) – acaba aumentando a desconexão entre profissionais e realidade²²⁶. Para Koolhaas, o conceito de cidade mudou e a transição entre a posição de poder anterior de arquitetos e urbanistas para um estado de relativa humilhação é difícil de ser introjetada. As intervenções parciais, as conexões estratégicas e as posições de compromisso, abraçadas por muitos arquitetos, apesar de apontar para um novo começo, “nunca reestabelecerão o controle”²²⁷ perdido. O problema da relação entre quantidade e qualidade da cidade industrial era na verdade qualificado como impulsionador de uma revisão conceitual que desembocaria na produção de um urbanismo de melhor qualidade. Assim Koolhaas descava a questão da produção da cidade capitalista, que pretende também produzir lucros, e com isso restringe a qualidade a territórios restritos.

²²⁵ KOOLHAS, Rem, *S, M, L, XL*, p. 961.

²²⁶ Koolhaas faz eco à análise de Choay na sua cisão entre progressistas e culturalistas.

²²⁷ KOOLHAS, Rem, *S, M, L, XL*, p. 965.

Segundo ele, o próprio conceito de cidade deveria ser questionado, uma vez que as extensas implantações contemporâneas eram, na verdade, qualitativamente novos objetos. A estrutura das cidades, suas dimensões e suas conexões haviam se transformado, impulsionando para quem opera com o projeto um novo *modus operandi* de colonização do mundo, que, para Koolhaas, deverá ser a hiper-arquitetura, pois o fracasso do plano era claro. As formas escapistas de pensamento – a hiperarquitetura, as *junkie Box* etc. – foram eleitas como formas de atuação, que em sua ironia denunciavam a impotência das disciplinas frente a um mundo da contingência.

Para a geração de 68, que, segundo Koolhaas, finalmente atingiu o poder na nossa contemporaneidade, as cidades, paradoxalmente, não podem mais ser feitas, porque é necessário redescobri-la e reinventá-la. Para Koolhaas – e, pela primeira vez, ele inclui-se na classe dos arquitetos e urbanistas –, “somos simultaneamente dogmáticos e evasivos,... temos que seguir Derrida, não podemos ser completos, ou Baudrillard, não podemos ser reais, ou ainda Virilio, não podemos estar”²²⁸. Apesar disso tudo, ao afirmar que, com nossa incapacidade de criticar o poder, “condenamos a população inteira a impossibilidade de transcrever civilização no

²²⁸ KOOLHAS, Rem, *S, M, L, XL*, p. 967.

território – a tarefa do urbano²²⁹, ele ainda mantém, por trás de todo desencanto presente nesse texto, uma definição positiva do que seja o urbanismo. Talvez essa última afirmação pudesse constar do *Arquitetura da cidade* ou em qualquer pensamento de resistência frente ao status quo, revelando uma vertente de seu pensamento mais positivo com relação à capacidade humana de construir.

Para Koolhaas, é exatamente essa impossibilidade da nossa civilização de se deixar representar no território que determinou a nossa compreensão da modernidade e da modernização como um movimento fracassado. Essa situação condenou-nos a um mundo “sem urbanismo, só de arquitetura²³⁰”, no qual os arquitetos se refugiam na segurança parasitária de suas estéticas que acabam gerando um caos estético. A segurança de uma doutrina não é mais possível. “Se houver um novo urbanismo”, afirma Koolhaas, “ele não poderá ser baseado na dupla fantasia da ordem e da onipotência: ele deverá estar baseado na incerteza²³¹”. Ao invés da tentativa de se estabelecer limites meticulosos, é necessário seguir em direção a noções em expansão. Não se trata mais de dispor objetos permanentes no território, mas sim da potencialidade de irrigá-lo. A

²²⁹ KOOLHAS, Rem, S, M, L, XL, p. 967.

²³⁰ KOOLHAS, Rem, S, M, L, XL, p. 967.

²³¹ KOOLHAS, Rem, S, M, L, XL, p. 969.

crítica ao urbanismo contextualista, particularmente na sua vertente italiana, é bastante explícita e clara. À idéia de uma linguagem instituída, assimilável e estruturada, Koolhaas contrapõe uma desestabilização, um compromisso com o nosso tempo. Não se trata mais de defender a cidade enquanto conceito existente, mas de reconstruí-lo “com a manipulação da infra-estrutura fomentar uma interminável intensidade e diversificação...a reinvenção do espaço psicológico²³²”.

A proposta de atacar a estruturação baseada no conceito de cidade – tal qual este existiu durante séculos e do qual obtivemos exemplares notáveis e outros não tão notáveis – é clara em todas as proposições do arquiteto holandês. Para Koolhaas, teremos de correr riscos insanos. A insegurança deve ser encarada como nosso oxigênio: a “modernização é nossa droga mais poderosa²³³”. A presença da abstração, que tanto caracterizou a cidade modernista, é aqui recolocada. No entanto, seu usuário não é mais o homem ideal do modernismo, mas alguém cético e descompromissado com as utopias ou com a sua construção.

²³² KOOLHAS, Rem, S, M, L, XL, p. 969.

²³³ KOOLHAS, Rem S, M, L, XL, p. 971.

Ao contrário de Eisenman, Koolhaas parece não se adequar ao esforço de tornar explícito o processo de projeto, pretendendo manter o ofício da arquitetura e do urbanismo num distanciamento apolíneo, uma perigosa revalorização da vanguarda, que só mistifica nosso campo de atuação. Além disso, o fato de se refugiar na cidade genérica, nas *junkie Box* e nas hiperarquitecturas demonstra uma capitulação irônica, que fala do absurdo da vida cotidiana condenada a viver sem futuro, num eterno presente. A sua estratégia é um investimento na espetacularização da profissão. Koolhaas passou a investir cada vez mais num marketing caracterizado pela domesticação da capacidade crítica dos arquitetos, única alternativa possível para viabilizar sua atuação. Esse declínio da crítica ocorre principalmente diante da ampliação generalizada dos processos de fetichização comercial, típicos das sociedades tardo-capitalistas. A única fronteira crítica a ser preservada nessa capitulação geral é a presença de uma ironia fina, cínica e frívola.

H. Álvaro Siza e a reconstrução do ofício

Álvaro Siza Vieira nasceu em 1933, em Matosinhos, pequena cidade localizada no norte de Portugal. Graduou-se na Escola Superior de Belas-Artes do Porto, em 1958. Dotado de grande sensibilidade, ele irá de certa forma reconstruir o ofício de urbanista e de arquiteto na

contemporaneidade. Essa reconstrução está baseada no retorno da arquitetura e do conceito de cidade a uma certa essencialidade básica, que vai muito além de uma conceituação abstrata e complexa. Este é o principal mérito de Álvaro Siza Vieira: sua firme determinação a promover o retorno da arquitetura e da urbanística à sua essência. Com ele, adentramos definitivamente em nossa contemporaneidade, considerando que a sua compreensão dos fenômenos da arquitetura e da urbanística constitui a melhor estratégia para o enfrentamento do declínio da atenção dedicada a essas duas disciplinas.

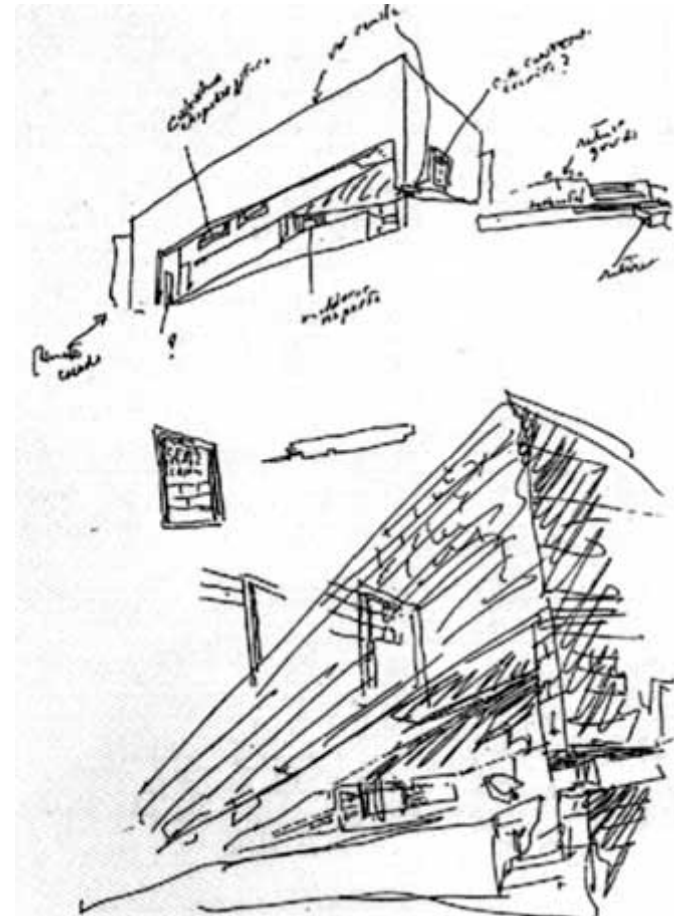
Sua estratégia baseia-se, conforme já foi dito, na reafirmação da essencialidade da arquitetura e do urbanismo, a partir de uma forte vinculação com as formas de operar do cotidiano, sem que isso acarrete qualquer prejuízo à qualidade da reflexão. Com Siza Vieira, inserimo-nos também numa proximidade temporal maior, na qual é difícil discernir os sentidos intuídos que a operatividade continuamente nos cobra.

Segundo muitos teóricos, a década de 50 está centrada na emergência de uma pluralidade de pensamentos que fragmenta definitivamente a estrutura ideológica do modernismo. O despontar da visão de Bruno Zevi, que constrói uma historiografia que concede

relevância ao espaço interno e à arquitetura orgânica de Frank Lloyd Wright e Alvar Aalto, contrapõe-se abertamente ao sistema proposto por Sigfried Giedion, centrado sobretudo na técnica construtiva e no encadeamento de várias correntes artísticas. No âmbito português, a Escola de Belas Artes do Porto, sob a direção de Carlos Ramos, reconecta o país aos movimentos internacionais, com a fundação, em 1951, de um núcleo dos CIAMs.

Na mesma década, em 1955 realiza-se o *Inquérito à Arquitectura Portuguesa*, um esforço de inventariamento sério e sistemático da cultura do construir do país que se opõe às apropriações estilizadas da arquitetura de cunho nacionalista, incentivado pelo salazarismo conservador. Esse estudo representa um complexo entrelaçamento das relações entre sociedade, espaço e natureza e possui um desenvolvimento bastante específico da cultura portuguesa ao longo de todo o século XX, remontando a Raul Lino antropólogo português do início do mesmo século, principal responsável pelo Movimento da Casa Portuguesa. “Esse movimento”, nas palavras de João Leal, “se envolveu em reciclagem erudita e estetizante de alguns componentes da cultura popular rural.”²³⁴

²³⁴ LEAL, João. *Etnografias portuguesas (1870-1970). Cultura popular e identidade nacional*. Lisboa: Dom Quixote, 2000, p. 15.



Croquis de Álvaro Siza Vieira para Centro Cultural em Santiago de Compostela

Esse posicionamento ideológico da cultura arquitetônica portuguesa foi profundamente questionado nos anos 30 por um movimento de “etnógrafos espontâneos”²³⁵, egressos do Instituto Superior de Agronomia, que promoveram um forte questionamento da idealização estetizante e culturalista do primeiro estudo, tendendo a uma condenação também centrada num reformismo social desenvolvimentista. Foi esse grupo que lançou o já mencionado *Inquérito à Arquitetura Rural*, documento que identifica, nas formas arcaicas de construção rural, apenas inadequação higienista. Nos anos 50, um grupo de arquitetos²³⁶ elabora o *Inquérito à Arquitetura Portuguesa*, obra portadora de uma visão marcadamente modernista, centrada na identificação de uma diversidade construtiva e operacional da arquitetura popular portuguesa. Certamente todo esse desenvolvimento ideológico conformou muito a forma de operar de Siza, notadamente em suas primeiras obras dos anos 60, nas quais faz-se presente um neo-regionalismo, que discute em profundidade as complexas articulações entre tradição e atualidade ou entre processos artesanais e inovação, sempre assentados sobre um sítio concreto. Segundo Nuno Portas, desde seus primeiros projetos,

²³⁵ O termo é cunhado por LEAL, João, op. cit..

²³⁶ Portanto também de etnógrafos espontâneos que realiza o novo Inquérito, ver LEAL, João 2000

Álvaro Siza se revela um autor difícil de classificar em termos de tendências do panorama mundial, apesar de nunca ter recusado sucessivas e evidentes referências a obras de autores que admirava e tão dispares como Le Corbusier, Alvar Aalto ou Scarpa, nos primeiros períodos, ou Loos e Taut, nos mais recentes. No entanto, mesmo quando esta influência é profundamente assumida – como no caso do mestre finlandês –, é sempre dominada pela interpretação de cada sítio e problema.²³⁷

Outro aspecto que molda a personalidade de Siza é o desenvolvimento particular das lutas ideológicas da arquitetura portuguesa, na qual se instala desde 1948, com a realização do Congresso de Arquitetura, uma profunda revisão que abraça o racionalismo europeu de Gropius e Le Corbusier e as formas de operar da nova arquitetura brasileira, personificada em Lucio Costa, Afonso Reidy e Oscar Niemeyer. A defesa intransigente do planejamento urbanístico, da prioridade da habitação social e da sua tradução em soluções de habitação coletiva opõe-se frontalmente à política salazarista de bairros sociais e casas individuais. A revista do movimento, *Arquitetura*, “atinge larga audiência” e vem a se constituir no “ponto de encontro dos defensores de uma ideologia que

²³⁷ PORTAS, Nuno. *Tendências da arquitetura portuguesa, Álvaro Siza*. Lisboa: Trama, 1987, p. 32.

não se esgota na arquitetura, mas se prolonga em ações cívicas e políticas”²³⁸.

Surge uma dicotomia entre as linhas das escolas de Lisboa e do Porto. Nesta última cidade, constitui-se o grupo Organização dos Arquitetos Modernos (ODAM), que, apesar de compartilhar com Lisboa as mesmas posições teóricas, centra o foco sobretudo na questão formal e estética. Ao final dos anos 50, essas mesmas articulações dos arquitetos portugueses desencadeiam uma forte denúncia dos graves problemas do país com habitação (o déficit habitacional então estimado atingia 500 mil unidades).

No começo dos anos 60, o regime salazarista empreendeu um esforço de desenvolvimento, pretendendo ampliar a estrutura turística do país, que, pelos preços baixos e pelo clima ameno, já atraía grande número de visitantes do norte da Europa. Foi nesse contexto que Siza realiza a casa de Chá de Leça da Palmeira, próximo de uma igreja antiga, com toda a carga singela da arquitetura portuguesa. Nessa obra ficam evidentes não apenas os ecos de Lloyd Wright e de Alvar Aalto, mas também a perfeita

²³⁸ DUARTE, Carlos dos Santos. *A arquitetura portuguesa dos anos trinta à atualidade*. Lisboa: Trama, 1987, p.15.

integração com o sítio, a manipulação dos planos horizontais que humanizam a terra e a clara adoção de uma estratégia periférica frente a igreja, monumento que a casa de chá apenas apóia. Para Siza, “começar um desenho com a obsessão da originalidade corresponde a uma atitude inculta e superficial.”²³⁹

É impressionante a precocidade dessa obra, iniciada em 1958 e concluída em 1963, pouco antes de Siza completar 30 anos. Impressionante também é o diálogo entre originalidade e citação, técnicas artesanais consolidadas de construção e inovação. As citações, nunca mecânicas e imediatas, articulam-se profundamente com o contexto e o tema. Impressionante também é o despojamento conceitual, que ao contrário de Koolhaas ou de Eisemann, ou mesmo de Rossi, permaneceu em silêncio, deixando de certa forma que a própria obra falasse por si. Os ecos de Aalto – um arquiteto tão particular, tão ligado à Finlândia e aos seus temas particulares, quase impossível de ser utilizado como mestre ordenador exatamente pela profunda articulação com o lugar do projeto – estão aqui combinados de forma profunda e consistente. Os planos oblíquos dos muros brancos anunciam a aproximação da chegada à obra, construindo uma relação complexa entre natureza e

²³⁹ SIZA, Alvaro Vieira citado em MONEO, Rafael. *Inquietud Teórica y Estrategia Proyectual, en la obra de ocho arquitectos*. Barcelona: Actar, 2004, p. 204.

intervenção humana, num equilíbrio dinâmico entre o mimetismo e a afirmação. “Cada um dos meus projetos”, explica Siza,

pretende apoderar-se, com o maior rigor, de uma imagem fugaz com todas as suas sombras; na medida em que se consegue prender esta qualidade que escapa a realidade, o desenho resultará mais ou menos claro e será tanto mais vulnerável quanto mais preciso for.²⁴⁰

As piscinas de Leça da Palmeira são de 1961 e de novo repete-se aqui uma complexa relação entre tema, sítio e cultura arquitetônica. Siza enfatiza a natureza, deixando a arquitetura no nível pré-fenomenológico. A gradação entre a auto-pista de acesso e as piscinas, passando pelos vestiários, é magistralmente construída. Arquitetura e natureza trocam de posição, como se a obra fosse uma escultura. O espaço interior e o exterior servem para direcionar vistas e enquadrar platôs, que retornam à natureza com os espelhos das piscinas. O paradigma homem natureza é magnificamente retrabalhado, mostrando que os limites entre sensibilidade e legibilidade não podem mais ser separados no mundo contemporâneo.

²⁴⁰ SIZA, Alvaro Vieira, citado em MONEO, Rafael, op. cit., p. 204.

Ele estabelece uma complexa relação entre o físico, o espaço e a sua vivência, destruindo o dualismo clássico entre mente e matéria, configurando uma forma de atuar literalmente desconcertante. Os passeios e caminhos enquadram vistas do interminável Atlântico, lembrando-nos a todo momento a generosidade das vistas e o arranjo geológico que precede o humano e certamente a ele sucederá. Os materiais – concreto nos planos verticais, pedra nos planos de pavimentação, e pinho de riga e calhas de cobre nas coberturas – marcam os limites do humano, confrontando a natureza de forma mimética e precisa. Siza revela aqui essa estranha capacidade de habitar, que parece querer preceder o humano:

Começo o projeto quando vou a ver o terreno (o programa e os condicionamentos são quase genéricos). Outras vezes começo a partir da idéia de um lugar, uma descrição uma fotografia, alguma coisa que me disseram. Tudo tem um começo. Um lugar vale por o que é e por aquilo que quer ser, coisas as vezes opostas mas nunca sem uma certa relação...Posso sempre ser um dos seus habitantes. A ordem é acercar-se dos opostos.²⁴¹

Em 25 de abril de 1974, o regime autoritário de Salazar é derrubado pela Revolução dos Cravos, abrindo-se então um intenso processo de rediscussão da sociedade portuguesa. No âmbito da arquitetura,

²⁴¹ SIZA, Alvaro Vieira, citado em MONEO, Rafael, op.cit., p.205

o déficit habitacional logo mobiliza os arquitetos. Siza Vieira também procura atender as demandas ligadas ao problema habitacional, assumindo claramente os riscos do tema, tanto no que se refere à limitação dos recursos, quanto às inevitáveis adaptações subseqüentes. Em empreendimentos como o do conjunto habitacional de Bouça ou a revitalização do bairro de São Victor, ambas no Porto, ou ainda em Quinta da Malagueira, em Évora, faz-se presente uma interessante discussão a respeito do caráter didático da arquitetura habitacional frente ao tecido geral da cidade.

Invariavelmente brancas, essas arquiteturas retomam para si uma capacidade didática de expansão sobre o território, mostrando-se inclusive abertas para transformações *a posteriori*. O caso de maior dimensão é o de Évora, onde a inevitável expansão familiar é imaginada em torno do pátio mediterrâneo. O raciocínio tipológico de Siza Vieira envolve sempre uma dimensão de uso dinâmico, que não se esgota na ocupação primeira do objeto, mas permanece, mesmo como fragmento do pós-ocupação e sempre pretendendo o uso intenso. Essa compreensão da dimensão social da arquitetura e do urbanismo parecem emergir em Siza Vieira na sua forma de atuar, longe e ao mesmo tempo perto da idealização platônica:

Dizem que projeto no café...O café é um lugar aqui em Oporto, que permite o anonimato e a concentração...Se trata de conquistar as bases para o trabalho.²⁴²

A inserção social do arquiteto parece estar sendo proposta de forma imediata e didática para ela mesma, inserida nos cafés da cidade do Porto, uma maneira de atingir ao mesmo tempo a concentração necessária e a ligação com as demandas sociais. O *marketing* profissional é feito de forma inteligente e dissimulada. A contaminação da arquitetura popular portuguesa nesses empreendimentos sociais nunca faz concessão ao populismo e muito menos à bagagem erudita do arquiteto. A articulação da unidade habitacional, da quadra, da rua propõe uma dimensão para a cidade que pode ser facilmente expandida.

Em Évora, um estranho aqueduto de tijolo aparente serpenteia pelo meio das casas brancas, cobrindo as ruas de pedestres. Trata-se de um objeto perturbador, que parece lembrar a essencialidade da presença do espaço público. Na verdade, esse espaço público sublinhado é o único suporte capaz de garantir o acesso democrático às redes de infra-estrutura, certamente uma obviedade, mas também, e exatamente por isso, única garantia de acesso

²⁴² SIZA, Alvaro Vieira citado em MONEO, Rafael, op. cit., p. 205.

igualitário. A conceituação de Siza Vieira é realizada sempre em pedra, não precisando de elaboradas construções textuais, *a priori* ou *a posteriori*, dando-nos a dimensão exata dos limites do exercício do ofício, com a simplicidade de um padeiro, articulada a uma conceituação filosófica aprofundada.

Em 1983-84, Siza Vieira realizou, juntamente com Fernando Távora, o plano de expansão urbana de Macau, então colônia portuguesa incrustada na China, no delta do rio Pérola, próximo a Hong Kong e a zona de flexibilização capitalista da China comunista²⁴³. Os elementos manipulados são de novo reduzidos a uma simplicidade com grande capacidade didática frente ao território. Tipologias de quadra, dimensões de rua, convivência de usos, zoneamento do território se somam, provocando decisões projetuais embasadas na sua capacidade de colonizar o território para o senso comum.

A expansão da cidade mediante aterros sucessivos é sublinhada pela separação de cada novo aterro por uma faixa de canal. A intenção é conferir identidade a cada tempo da cidade, preservando, ao mesmo tempo, o recorte do litoral e o caráter da arquitetura de beira-mar. Nas duas áreas aterradas, são propostas duas

²⁴³ Macau é uma área do planeta intensamente badalada por Koolhaas em suas publicações panfletárias.

formalizações diferenciadas: uma malha quadrada de 120x120 metros, abrigando indústrias, comércio e habitação, com altura máxima de 33 metros; e outra malha, com quadras retangulares, destinadas a atividades turísticas, nas quais os empreendimentos turísticos podem dispor da quadra inteira e de maior desenvolvimento de gabarito. Entre as duas áreas surge o porto, um cais linear ligando a ilha a Hong Kong. Novamente, a estratégia de ocupação do território traça uma didática simplificadora e neutra, possibilitando o desenvolvimento do futuro de uma maneira criativa e inesperada.

Entre 1985 e 1993, Siza Vieira executou um plano de desenvolvimento urbano e habitacional na cidade de Haia, mais precisamente para Schilderswijk e Doedijnstraat, bairros do século XIX, situados na periferia da cidade e próximos a uma importante linha de trem. A tipologia edilícia adotada é típica da primeira modernidade holandesa. Baseada em Gerrit Rietveld e Jacob Johannes Pieter Oud, ela apresenta uma clara definição pela rua-corredor e a eleição da unidade habitacional típica de Haia, “apartamentos pórticos”, habitações com acesso direto à rua, sem qualquer estrutura condominial de circulação. As unidades possuem quatro pavimentos e se posicionam na mesma geratriz da rua, conformando pátios internos. Nas esquinas, são implantados

espaços comerciais voltados para a rua e os acessos aos pátios internos, que se constituem em espaços de uso coletivo. O desenvolvimento dos diferentes tipos de plantas foi desenvolvido a partir de uma estreita colaboração com a associação de moradores, constituída por uma comunidade multi-étnica. Siza Vieira remete-se a Oud dos anos 30, mas suas citações mantêm-se na absoluta profundidade, parecendo mesmo apreender a essência dos esforços construtivos da década de 20 na Holanda.

Outro importante trabalho da sua lavra foi o prédio da Escola de Arquitetura do Porto, realizado entre os anos de 1986 e 1995. Com ele, Siza Vieira homenageava Carlos Ramoís, um antigo professor da Escola e de quem tinha sido aluno. A construção foi erguida num terreno de topografia acidentada, ao lado do Pavilhão Carlos Ramos, e limitada ao norte por uma auto-estrada e que dominava uma ampla vista para o vale do rio do Ouro. Siza Vieira irá locar a escola numa implantação em forma de V, com a entrada no seu vértice estruturando a partir disto uma série de eixos partidos como na acrópole grega. Alvar Aalto ressurgue em toda sua maestria, revestido pela argamassa branca portuguesa, junto com uma interpretação particular da tectonia do vale do rio do Ouro.

Apesar da clara referência ao mestre finlandês, Siza Vieira acaba não privilegiando nenhum dos pavilhões, que se aglutinam à circulação contrariando um pouco a metodologia aaltiana, que sempre identificava um elemento de maior expressividade, invariavelmente o ponto de aglutinação do programa, uma assembléia, um auditório ou uma biblioteca. No prédio da Escola de Arquitetura, os ateliês são os protagonistas da composição, são eles que carregam maior carga expressiva, nunca chegando, contudo, à graduação aaltiana.

O que parece emergir de toda a sistemática projetual de Siza Vieira é o seu esforço de conciliar racionalidade, empirismo, realismo, cultura arquitetônica e abstração, dentro de uma forma de atuar que se reinventa a cada projeto. A racionalidade é um dado fundamental de todo esforço de projeto. Defrontamo-nos com tantos interlocutores, com tantas interpretações e com uma sucessão tão interminável de decisões que ela está sempre presente. Paralelamente, o empirismo é também muito importante, pois sabemos que o processo comanda e que nossa dedicação ao tema, da colheita de informações à interlocução com os usuários, é fundamental. O realismo atua como um horizonte norteador de operacionalidade.

A obra, qualquer obra, possui atualmente dimensões e ingerências tão complexas que precisam estar sempre constantemente calibradas. Em outras palavras, na contemporaneidade, os interlocutores no processo de projeto são cada vez mais diversos, existindo hoje consultores até sobre a acessibilidade de cadeirantes. A cultura arquitetônica – não só da história como forma, mas também como tecnologia; não só como conceito, mas também como experiência concreta e funcional – deve também nortear o projeto. Por último, temos a abstração ou a invenção, o compromisso com o tempo presente, uma forma de não trair os esforços anteriores, uma maneira responsável de se inserir numa tradição de transformação.

O projeto é uma operação que volta e meia se coloca contra uma inércia instalada. Siza Vieira parece mostrar que o importante é o projeto que está por vir, não o que já foi feito. Essa capacidade do projeto de colonizar o mundo de uma forma diferente e deixar marcas no território e nas pessoas está expressa num texto escrito por ele em 1979:

A maior parte de minhas obras nunca foi publicada; algumas coisas que fiz foram realizadas apenas em parte, outras foram profundamente transformadas ou destruídas. Isso já era previsível. Uma proposta arquitetônica cujo objetivo é aprofundar-se... uma proposta que pretende ser mais que uma

materialização passiva, recusa-se a reduzir essa mesma realidade, analisando cada um dos seus aspectos, um a um; tal proposta não pode encontrar apoio numa imagem estática, não pode seguir uma evolução linear... Cada desenho deve captar, com o máximo rigor, um momento preciso da imagem palpitante, em todas as suas tonalidades, e quanto melhor se conseguir reconhecer essa qualidade palpitante da realidade, mais claro será seu desenho... Deve ser por isso que apenas obras marginais (uma residência tranqüila, uma casa de férias a quilômetros de distância) mantiveram-se do modo como foram originalmente projetadas. Contudo, alguma coisa permanece. Fragmentos são conservados aqui e ali, dentro de nós, talvez apadrinhados por alguém, deixando marcas no espaço e nas pessoas, dissolvendo-se em um processo de transformação total.²⁴⁴

O que parece emergir da prática e do discurso ideológico de Siza neste início de século XXI é uma reessencialização do fazer arquitetônico e urbanístico. Uma prática que luta para se manter explícita, clara e transparente, afastando qualquer reificação e idealização sobre ela. Apesar deste pressuposto, Siza não incorre em qualquer simplificação, mantendo uma visão articulada ao mesmo tempo na tradição e no vir a ser. É claro que a identificação deste discurso teórico-prático como mais adequado para o enfrentamento de nossa contemporaneidade corre claros riscos. É claro, também, que essa atitude de reessencialização do ofício só

²⁴⁴ VIEIRA, Álvaro Siza, citado em FRAMPTON, Kenneth, *História crítica da arquitetura moderna*, op. cit., p. 385.

conseguirá alcançar seus objetivos, na medida em que se mantiver num processo de reavaliação contínua. A idéia de que a arquitetura e a urbanística estão articuladas de forma definitiva com nosso cotidiano, e que esta articulação é que confere grande parte do combustível necessário para a reconstrução de sua relevância no seio da sociedade, encontra em Siza Vieira um soldado engajado e expressivo. No entanto, é forçoso reconhecer que essa atitude de resistência e de clarividência, no mundo contemporâneo, segue sendo acompanhada por um imenso poder de sedução e desvirtuamento – a espetacularização da mídia. As pressões de cooptação tornaram-se, na contemporaneidade, forças quase irresistíveis, diante das quais não há mais heróis, apenas militantes.



As piscinas de Leça da Palmeira, redução da arquitetura ao seu grau mais elementar

2.2. Exemplos emblemáticos de atuação

Após esse amplo panorama sobre os agentes formuladores de propostas, podemos voltar para o nosso campo mais específico – o projeto e as cidades. A partir da década de 60, algumas dessas propostas exibiram enorme capacidade demonstrativa frente aos processos acima descritos, atingindo ampla visibilidade, não só na mídia especializada, mas também na grande mídia. A sociedade contemporânea, pós moderna ou pós-industrial, é também urbana, essencialmente urbana²⁴⁵. O ofício de projeto possui ainda profundos vínculos com a cotidianeidade e uma das formas fundamentais de consolidação da ideologia continua sendo as experiências práticas que foram alvo de comentários da mídia, especializada ou não. Numa arte aplicada como o urbanismo e a arquitetura, torna-se necessário investigar essas experiências que assumiram valor emblemático, muitas delas associadas a cidades inteiras, como é o caso de Bolonha, Barcelona, Berlim e Los Angeles, e outras articuladas com pedaços de cidades, exemplificadas por Docklands, em Londres, e Puerto Madero, em Buenos Aires.

²⁴⁵ Em *O urbanismo - uma antologia*, op. cit., Françoise Choay afirma, logo no início, que a sociedade industrial é urbana (p. 1, nota 9).

No final do século XX e começo do século XXI, essas experiências exercem forte atração por sua maneira de ser e de se constituir, por se estruturarem como formas de habitar particular e por terem se transformado em emblema do enfrentamento das difíceis condições desse período, por parte da ideologia urbanística e arquitetônica. Evidentemente, elas não são absolutamente independentes do contexto específico que as gerou. Representaram esforços notáveis e criaram, em torno delas, uma expectativa positiva.

O horizonte da cidade contemporânea foi marcado por uma infinidade de caracterizações que começam a emergir a partir da crise do petróleo na década de 70. Foi nesse momento que se intensificaram os processos globalizantes nas grandes corporações, que nasceram, sem dúvida, com o capitalismo, mas que assumiram dimensões jamais imaginadas nas duas últimas décadas do século XX. O poder de controle dos Estados-nações, que até aquele momento estruturara o sistema capitalista, entrava então em declínio, colocando em destaque a gestão da cidade como unidade institucional articuladora da atividade econômica. Paralelamente, tinha lugar o declínio do Estado de bem-estar social, fazendo com que muitas dessas intervenções ganhassem um caráter perverso com relação às populações menos assistidas. Todas as intervenções urbanas foram construídas diante de uma perplexidade

nos discursos explicadores das ciências sociais, que se propunham a interpretar o mundo. E, de certa forma, surgiram ancoradas numa desconfiança pela pretensão homogeneizadora destes mesmos discursos explicadores, e usavam um discurso de afirmação das diferenças e da alteridade inerente a humanidade.

Não se trata de, a partir desses exemplos, identificar modelos de intervenção, capazes por seus alicerces pragmáticos de estruturar possibilidades de atuação. Na verdade, o que se pretende é exatamente combater a inércia criada por estas intervenções, afirmando que outras possibilidades são necessárias de ser construídas. Ao contrário da proposta de Françoise Choay, que identificava a presença de modelos norteadores dessas intervenções, hoje parece não ser mais possível o mapeamento de modelos de atuação, mas sim de visões ou lampejos que misturam pré-concepções e experiências. De certa forma, segue-se uma tendência relativista das ciências sociais em nossa contemporaneidade. Carlos García Vázquez também não aponta mais modelos no esquema que propõe para compreender o desenvolvimento de operações de gestão e de projetos na contemporaneidade, mas sim visões:

Os modelos e categorias que Choay construiu poderiam identificar-se atualmente como “meta-discursos”, termo que o

filósofo francês Jean-François Lyotard utilizou para denunciar as construções históricas lineares e coerentes que a modernidade elaborou para conseguir se legitimar social, política e culturalmente.²⁴⁶

Vázquez esquece-se que o discurso de Lyotard naturalizava o capitalismo como única forma possível de ordenação produtiva, transformando-o no único meta-discurso da pós-modernidade²⁴⁷. Vázquez aponta quatro cidades emblemáticas: a culturalista Berlim, a sociológica Los Angeles, a organicista Tóquio, e, por último, a tecnológica, Houston, todas elas localizadas no chamado Primeiro Mundo. Vázquez também elabora visões de cidade como subcategorias desses tipos e nelas encaixa variadas formas de lidar com a sensibilidade e o interesse visando a construção do habitat. Esses modelos ou subcategorias foram aqui ordenados em ideologia, fenômeno e operação, da seguinte maneira:

²⁴⁶ VÁZQUEZ, Carlos García. *Ciudad hojaldre, visiones urbanas del siglo XXI*. Barcelona: Gustavo Gilli, 2004, p. 2.

²⁴⁷ Ver a esse respeito a brilhante construção de Perry Anderson no capítulo 1 de *A cultura do dinheiro*. Petrópolis: Vozes, 2001.

| Visão | Cidade | Ideologia | Operação | Fenômeno |
|---------------------|-------------------------------------|----------------------|-------------------|----------------------|
| Cidade Culturalista | Cidade paradigma Berlim | Cidade da Disciplina | Cidade planejada | Cidade pós histórica |
| Cidade Sociológica | Cidade paradigma Los Angeles | Cidade Global | Cidade Dual | Cidade do espetáculo |
| Cidade Organicista | Cidade paradigma Tóquio | Cidade Natureza | Cidade dos Corpos | Cidade Vivida |
| Cidade Tecnológica | Cidade paradigma Houston | Cidade Cibernética | Cidade do chip | Cidade Sustentável |

Cada uma das visões de Vázquez desemboca em desdobramentos ideológicos, operativos e fenomenológicos ou comportamentais, que são exemplificados como tipos de cidade. Essas 12 cidades seriam como capas ou folhas, daí o título do livro “cidade folheada”, o que denota um certo relativismo. Porém, o que fica mais patente no seu método é a pulverização em uma série de exemplos que não conseguem prescindir da base geográfica. De algum modo, este é o

mesmo posicionamento de setores radicalizados da esquerda acadêmica brasileira, com pouco ou nenhum compromisso com a operacionalidade, que invariavelmente montam seus esquemas interpretativos que só criticam sem oferecer alternativas.

Nesta pesquisa a proposição é outra. Para nós, o urbano é uma antecipação das possibilidades humanas, uma procura pelo funcionamento utópico já instalado. A pergunta que se interpõe na nossa contemporaneidade é saber se é possível falar de modelos ideológicos rígidos, que guiam o processo do projeto e do plano, ou se se trata apenas de mera resposta das municipalidades e planejadores às pressões hegemônicas do marketing e da mercadoria? O discurso ideológico da diferença e da personalidade acabou contaminando também as cidades? O discurso da alteridade operacionaliza uma participação maior ou determina que as intervenções sejam guiadas por interesses especulativos?

Segundo Vázquez, hoje impera uma hegemonia quase absoluta do culturalismo na produção da cidade efetiva. Para Choay, o que caracterizava o culturalismo em contraposição ao modelo progressista era seu desdém pela emergente sociedade industrial e um apego e uma predileção por valores espirituais essenciais como a comunidade, o artesanato, a agricultura e a religião. Isso

desemboca numa mistificação da cidade antiga, particularmente no seu arquétipo medieval. Na atualidade, seu combate não se dá mais contra a sociedade industrial, nem contra o conceito de civilização ocidental, mas sim contra a globalização e a cultura de massas. Seu combate também não se dá mais contra a cidade do século XIX, que seus predecessores criticavam tanto. O seu objetivo é a manutenção ou o retorno a valores comunitários ou civilizatórios embutidos nas cidades do passado, inclusive na cidade do século XIX, e seu principal alvo de ataque é a cidade do zoneamento especializado, o rodoviarismo da cidade modernista e a torre com desenvolvimento em altura.

Existem nuances regionais na tendência culturalista, que estão profundamente imbricadas aos lugares onde operam. Na Itália, essa tendência encaminhou-se para o neo-racionalismo e para a reconstrução do campo de atuação da arquitetura; no mundo anglo-saxão, para um historicismo e a uma atitude pintoresca mais radical, e no mundo ibérico para um realismo programático, que muitas vezes tangenciava um empirismo operacional. São estes os três modelos de intervenção, em eterna construção, que despontam como formas de fazer cidade na vertente culturalista atualmente hegemônica.

No entanto, é forçoso reconhecer que esse modelo hegemônico de se fazer cidades nas vertentes italiana, anglo-saxã e ibérica, vem demonstrando uma grande incapacidade de promover uma cidade da inclusão, gerando e gestando processos especulativos, que produzem cada vez mais concentração de renda, “expulsões brancas” e “gentrificação”²⁴⁸. A cidade S.A. ou cidade-empresa tem se revelado um dos mais cruéis mecanismos de produção de concentração de renda, pois, por trás de uma capa de inovação, repete-se invariavelmente uma velha fórmula, mediante a qual o investimento é público, mas a aferição de lucro é sempre privada. Esse lucro privado é usufruído, de uma maneira cada vez mais intensa, de forma concentrada por grandes corporações internacionais, que se associam ou simplesmente atropelam os investidores locais pulverizados, ampliando ainda mais a concentração de renda. Finalmente, cabe fazer nessa apresentação, a exemplo do que foi feito na parte dos pensadores, um alerta sobre o investimento numa perigosa visão panorâmica sobre exemplos variados de cidades, que na verdade, isoladamente, poderiam, por si só, se constituir numa tese de fôlego. Mais uma vez, o que se pretende é uma visão panorâmica sobre exemplos

²⁴⁸ Termos que remetem ao processo de troca da população nas áreas atingidas pela renovação urbana.

emblemáticos, de modo a produzir a identificação de um sentido capaz de revisar os princípios da produção da cidade.

A. Bolonha

A cidade de Bolonha constitui um exemplo que é, até hoje, operacional para uma série de atuações, muito embora o seu enquadramento esteja limitado pela necessidade de uma massiva intervenção do poder público, algo bastante estranho ao *modus operandi* contemporâneo. Bolonha inaugurou uma metodologia que envolve a fragmentação da cidade, implicando numa visão que não atribui grande importância aos sistemas totalizantes no urbano. Apesar de sua estrutura ser relativamente pequena – 370 mil habitantes no município e 970 mil na província (dados de 2006)²⁴⁹, Bolonha deu início a uma forma de planejamento na qual a parte promove o eclipse do todo.

A histórica cidade italiana não se restringe a ser um modelo apenas para as cidades-museus, que, como Veneza ou Ouro Preto, desfrutam de contínuos de estruturas históricas preservadas e demandam sempre gestões particulares. Bolonha constitui um

²⁴⁹ Dados retirados de www.comune.bologna.it.

exemplo generalizável no horizonte contemporâneo, representando uma atitude de projeto que faz frente a um processo perverso instalado em todas as transformações, que invariavelmente desembocam em “expulsões brancas” ou “gentrificação”²⁵⁰.

Em 1964, foi firmada a Carta de Veneza, que estendia o conceito de patrimônio à noção de conjuntos construídos ou ambientais, além de desenvolver, a partir do argumento de que a simples conservação não garantia o valor de uso inerente ao habitat humano, a idéia de reutilização e transformação dos usos iniciais gestadores da obra. Em 1975, foi assinada a Carta de Amsterdam que sinalizava para a importância dessa conservação-reutilização ser guiada por pressupostos sociais, buscando manter as comunidades originárias nos territórios restaurados. No espaço de uma década, diante da crescente ampliação da “gentrificação” dos tecidos restaurados, os preservacionistas adequaram seu discurso ideológico.

²⁵⁰ O termo vem do inglês *gentrification*, aburguesamento, e já foi usado por Erminia Maricato em ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; e MARICATO, Erminia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000.



Bolonha, campo de experimentações da *tendenza* italiana

Um outro elemento presente no início da década de 70 e que também deve ser levado em conta foi a chamada primeira crise do petróleo, que, além de outros reflexos, reforçou a tendência à restauração-reutilização, impulsionando discursos conservacionistas diante de argumentos desenvolvimentistas. Foi nesse contexto que despontou a experiência de Bolonha, que será como um choque de realidade para a *Tendenza Italiana*.

Campo operativo da *Tendenza Italiana*, a experiência de Bolonha, serviu de palco de aplicação dos conceitos teóricos de projetistas como Rossi, Aymonino e Gregotti. Esses autores não apenas viram suas teorias serem aplicadas, como também, algumas vezes, envolveram-se nessa aplicação. A cidade italiana foi um caso emblemático nos anos 70 de ajuste de uma visão da cidade a uma realidade prática e complexa. Foi o arquiteto Pier Luigi Cervellati, responsável pela reestruturação de Bolonha na administração do Partido Comunista Italiano²⁵¹, que promoveu a possibilidade de desenvolvimento operativo para a *Tendenza*²⁵².

O centro histórico da cidade envolvia uma área de 450 ha. e uma população estimada em 89.000 pessoas. Em 1971 foi aprovado o Plano Regulador do Centro de Bolonha e, em 1973, o Plano Operativo para o Restabelecimento e Restauração da Edificação

²⁵¹ Depois da guerra, Bolonha teve uma sucessão ininterrupta de administrações comunistas, passando a ser tratada na mídia como Bologna Rossa.

²⁵² Professor na escola de Veneza, Cervellati mantém-se atuante, disponibilizando uma série de livros sobre assuntos variados: CERVELLATI, Pier Luigi e SCANNAVINI, Roberto. *Bologna: política e metodologia de la restauración de centros históricos*. Barcelona: Gustavo Gilli, 1976; CERVELLATI, Pier Luigi. "Il ruolo dei centri storici di pianura nel quadro regionale". - In: *Bologna Centro Storico*. Bolonha: Alfa, 1970; CERVELLATI, Pier Luigi. *Bologna, política y metodología de la restauracion de centros históricos* - Barcelona: Gustavo Gilli, 1976; CERVELLATI, Pier Luigi & MILANI, M. *Centri Storici*. Florença: Guaraldi, 1977; CERVELLATI, Pier Luigi. *La Città Pós Industriale*. Bolonha: Il Mulino, 1984; CERVELLATI, Pier Luigi. *La Città Bella. Il Recupero dell'Ambiente Urbano*. Bolonha: Il Mulino, 1991; CERVELLATI, Pier Luigi. *L'arte di curare la città*. Bolonha: Il Mulino, c2000.

Econômica e Popular na mesma área, cujo objetivo era sanear e consolidar o setor residencial no centro da cidade. A municipalidade assumia a responsabilidade por uma ampla conservação do centro histórico, encarando-o não só como bem cultural, mas também como estrutura sócio-econômica viva, afastando da área os interesses do mercado imobiliário. Os objetivos eram revitalizar o centro histórico da cidade do ponto de vista funcional, buscando uma adequação entre usos e morfologia arquitetônica. Foram individualizadas três categorias tipológicas precisas e uma genérica, às quais se associaram usos adequados:

- grandes monumentos – centros de pesquisa e cultura;
- palácios senhoriais – organismos institucionais e representativos;
- casas convencionais – habitação social; e
- tipos arquitetônicos particulares – habitação (genérica).

Havia uma clara supremacia da habitação na ocupação do território e um interesse declarado de evitar grandes complexos terciários do comércio. As funções universitárias e culturais faziam a descontinuidade do tecido e as representativas, turísticas e artesanais mesclavam-se com a habitação. Era forte o apelo à manutenção e ao desenvolvimento da identidade e da memória

coletiva do lugar. Fazendo eco à Carta de Amsterdam, a municipalidade assumia integralmente o empreendimento no intuito de manter no local a população pobre aí residente. A intervenção da prefeitura desenvolveu o conceito de “restauração integral”, que pretendia recuperar a cidade histórica originária, removendo as intervenções que a haviam contaminado.

Fala-se muito na reconstrução da unidade figurativa e morfológica do centro de Bolonha como projeto, o que já indica uma certa flexibilização com relação aos usos. Para requalificar e reinserir o centro histórico no cotidiano da cidade contemporânea, estabeleceu-se uma ponte entre forma arquitetônica e usos compatíveis, resultando nos itens marcados acima. Havia uma aceitação do fragmentário, do descontínuo e mesmo do caótico, pois este imenso organismo – o centro de Bolonha – guardava segredos.

Existia também um claro apelo à questão da identidade e da memória coletiva. Tal qual colocado no livro de Rossi, a arquitetura seria uma construção sensível da cidade e um processo de longa duração. A cidade foi dividida em dez unidades ambientais, nas quais buscou-se identificar padrões de solidariedade comunitária, numa tentativa de localizar, no território, “formas de vida e de

identidades homogêneas”²⁵³. A proposta continha uma clara passagem do zoneamento genérico para um figurativo, embasado em diretivas tipológicas. Com relação ao corpo legislativo subsequente, tinha igualmente lugar a passagem de um corpo legal limitador para um metodologicamente transparente ou socialmente manipulável. A qualidade era aliada aos elementos a serem revitalizados, havendo uma clara idealização de valores pré-industriais e medievais, que conferiam à intervenção um caráter anacrônico. Essa atitude acabou convertendo a transformação numa operação muito mais figurativa que estrutural²⁵⁴.

A implantação dos projetos desenvolveu-se ao longo da década de 1970 e converteu Bolonha em paradigma das intervenções para conservação de centros históricos no mundo todo. Giulio Carlo Argan, num ensaio magnífico, publicado em 1979, abordou a intervenção de Bolonha numa perspectiva histórica:

Resultados muito importantes, os mais importantes na Itália, foram obtidos em Bolonha, onde a prefeitura assumiu o encargo de uma regeneração integral do tecido urbano do centro através de procedimentos que, ao mesmo tempo, destinavam-se a restabelecer um grau de dignidade social e

submeter os edifícios a uma restauração propriamente dita. Devo porém observar: 1 que nas camadas populares bolonhesas subsiste um grau bastante elevado de coesão e apego à cidade e ao bairro; 2 que em Bolonha, as opções políticas da administração municipal facilitaram a adoção de uma política que procurou conter e reprimir a especulação na construção civil.²⁵⁵

Argan assinalava a especificidade de Bolonha, destacando que os laços afetivos entre a população e a cidade como um todo, ou com suas partes, eram particularidades que não podiam ser generalizadas para outras cidades, particularmente para Roma, onde a impessoalidade da grande cidade tinha rompido esses laços. Ele aponta assim para o problema central da mobilização, ou desmobilização, da população atingida, que irá invariavelmente fazer a fortuna ou o fracasso das intervenções urbanas. Identifica também, de forma arguta, a questão do desenvolvimento das grandes aglomerações urbanas como um desequilíbrio entre quantidade e qualidade, como já visto no primeiro capítulo. Para Argan, o problema da cidade contemporânea, desde o advento da era industrial, envolvia uma demanda quantitativa inusitada de alojamentos, que não poderia ser atendida de forma qualitativa, como as cidades tinham operado até então. A solução envolvia a

²⁵³ CERVELLATI, Pier Luigi e SCANNAVINI, Roberto, op.cit.

²⁵⁴ TAFURI, Manfredo, *History of Italian Architecture, 1944-1985*, op. cit.

²⁵⁵ ARGAN, Giulio Carlo. *História da arte como história da cidade* (tradução de Pier Luigi Cabra). São Paulo: Martins Fontes, 1992.

ampliação da produção de um habitat mais equilibrado, enquadrado pelos valores da cidadania e pelo respeito à natureza, enfim uma produção não alienada da cidade.

A experiência de Bolonha legitimava em muitos aspectos o discurso contido em *A arquitetura da cidade* de Rossi. Porém, logo se colocaram no horizonte novas intervenções, não relacionadas aos tecidos históricos compactos e morfologicamente coerentes, mas sim a trechos da cidade dominados por auto-pistas, antigas instalações industriais abandonadas ou centros de articulação dos transportes de massa. Carlo Aymonino já havia apontado para as descontinuidades presentes na cidade industrial, que, na verdade, refletiam processos de implantação viária de uma racionalidade determinada por aspectos econômicos capitalistas²⁵⁶. Na cidade tradicional, a arquitetura se havia consolidado por processos históricos de longa sedimentação, enquanto na cidade industrial a determinação havia sido condicionada por uma funcionalidade imediatista hegemônica.

A *Tendenza*, ao indicar essas descontinuidades entre diferentes formas de gerar cidade, também apontava uma saída operativa: “a

²⁵⁶ AYMONINO, Carlo. *Lo studio dei fenomeni urbani*. Roma: Edizioni Officina, 1977.

cidade por partes”. Diante das imensidões nas quais nossas cidades tinham se transformado, Rossi, Aymonino e Gregotti haviam salientado que a compreensão da totalidade só era possível a partir do enfrentamento de trechos ou partes histórica e morfologicamente coerentes. Daí a importância dada ao recorte desses pedaços, que deveriam estar embasados por discursos socialmente compartilhados e acessíveis, longe das abstrações urbanísticas só compartilhadas pelos iniciados. A estratégia, apesar de não ter exatamente esse objetivo, acabou embasando a crítica ao Plano Diretor totalizante, destacando no discurso de arquitetos e urbanistas a importância dos sistemas na cidade. Na verdade, este foi um efeito colateral da proposta, que nunca fora colocado explicitamente desse modo.

Todavia, o que se destaca de forma mais exemplar em Bolonha é seu cuidado com os processos de gentrificação, que contemporaneamente atingem qualquer intervenção na pós-ocupação. Havia uma preocupação recorrente, que permanece com Cervellatti até os dias de hoje, no que se refere ao crescimento interminável das cidades, uma busca por uma maior compacidade. Cervellatti menciona constantemente a necessidade de promover centralidades nas periferias intermináveis de nossas cidades,

procurando, apesar de suas particularidades, generalizar o caso de Bolonha.

A luta encarnada por Bolonha referia-se também a uma aproximação entre habitação e equipamentos culturais, que era a característica fundamental das cidades pré-industriais. Nesse sentido, Bolonha está plenamente encaixada na vertente culturalista, que retrocede a modelos anteriores para a construção de sua cidade idealizada. O caso específico de Bolonha, apesar das potencialidades de generalização contidas nos esforços de Cervelatti (1976), possuía claras limitações. A cidade era um organismo histórico, tipicamente europeu, e pelo menos grande parte do seu centro fora construído na época pré-industrial. O problema da negociação com o tecido social geral acabou gerando uma representação anacrônica, típica da consideração de que teorizações generalizantes não se adequavam ao problema ou deviam ser consideradas de forma periférica. A questão foi bem colocada por Bernardo Sechi:

...minha idéia é que a regra da representação e da mesa de negociação se interpõe ao plano é típica de sociedades que continuam a crer que seu arcabouço institucional e seus conflitos sociais imediatos são capazes de questionar o próprio sistema, isto é, típico de sociedades e economias nas quais o

campo e políticas regionais são centrais na regulação de importantes relações sociais.²⁵⁷

Fica claro que o exemplo de Bolonha encerrava uma séria restrição local, ofuscando problemas de ordem macro que atuavam nessa mesma esfera. Hoje, quando se caminha pelas ruas de Bolonha, percebe-se a pressão da indústria turística num país com a visibilidade da Itália, que acabou, de certa forma, potencializando aqueles ideais artesanais, pré-industriais e medievais da proposta. Nesse momento, parecia que a Tendenza servia apenas para as cidades européias mais históricas, sendo descartável na cidade genérica. Daí a importância legitimadora das intervenções em Kop van Zuid, na zona portuária de Rotterdam, onde Rossi implantou, em 1982, uma série de bandas edificadas que pretendiam coser o tecido esgarçado dos antigos armazéns. O mesmo pode se dizer do projeto da estação Cardona, em Milão, concebido por Vittorio Gregotti em 1984, no qual o arquiteto italiano optava por uma macro-estrutura arquitetônica que funcionava como um grande articulador urbano, abrigando funções diferenciadas como as de parque e de praça.

Essas intervenções inseriam-se em contextos descontínuos e esgarçados por atividades industriais. Além disso, colocavam-se

²⁵⁷ SECHI, Bernardo. *Il Piano* – revista urbanística nº 78, 1985, p. 71.

como cunhas entre duas práticas profissionais então em processo de consolidação no horizonte profissional da década de 80: o arquiteto do objeto arquitetônico, vinculado à gestação formal, e o arquiteto planejador, que elaborava os planos diretores (o primeiro tratava de arquitetura, o segundo pensava a cidade). O profissional planejador encaminhava-se para uma prática em que se observava um claro declínio das operações de desenho e a emergência de preocupações econômicas, sociológicas e ambientais. Já o arquiteto do edifício, não mais responsável pelas cargas do planejamento e das estratégias de mais longo prazo presentes nos planos diretores, enveredava por um discurso estetizante ou construtivo limitado, centrado na forma do edifício. Esse esgarçamento da atividade profissional permanece até hoje, determinando uma série de procedimentos parciais e localizados, que não dão conta da responsabilidade geral do arquiteto.

De uma forma ou de outra, a *Tendenza* pretendia reunificar a atuação profissional reconstruindo os limites de operação da profissão em torno da questão da construção, que, como intervenção, deveria trazer em seus alicerces todas as proposições de planejamento e de projeto. Essa rebelião da arquitetura contra o Plano Diretor estava alicerçada também nas manipulações que este havia sofrido e que, baseado numa linguagem hermética e

tecnocrática, o transformaram em um instrumento para iniciados. O Plano Diretor lançava mão, cada vez mais, de um discurso tecnicista e totalizador, enquanto a sociedade como um todo tendia para discursos acessíveis, que possibilitassem a ampliação de sua interferência e, ao mesmo tempo, para discursos que privilegiassem a localidade frente às totalizações. O risco, que hoje aparece diante dos profissionais de forma clara e transparente, é o da perda de importância dos sistemas da cidade, que determinará um perigoso decréscimo da relevância das visões totalizadoras da metrópole.

B. Docklands, Londres

Em 1981, o porto de Londres havia sido transferido para Tibury, localidade a jusante do rio Tâmisa. Ao longo dessa operação de transferência, que durou toda a década de 1970, foram suprimidos 25.000 empregos diretos e 65.000 indiretos²⁵⁸. Corporações públicas, como a British Rail e a British Gas também abandonaram a área, dando origem a um vazio próximo à City londrina, com 13 quilômetros de extensão, às margens do rio. Um diagnóstico recorrente apontava que a inércia industrial de Londres era imensa e que esta via construído um perfil de cidade carente de espaços de serviços e escritórios. A nova organização da economia mundial,

²⁵⁸ VAZQUEZ, Carlos García, op. cit. , p. 16.

baseada no declínio do *welfare state*, determinou um declínio da indústria como empregadora de mão-de-obra.

Essa nova fase da ordem social e econômica passou a ser caracterizada e polarizada na distribuição ocupacional e também na renda, passando a existir poucos empregos de salários altos e muito mais empregos de valores baixos, achatando as parcelas de consumo médio. Os salários mais baixos são invariavelmente ocupados por minorias étnicas e raciais de imigrantes, que não desfrutam de proteção contra o desemprego e estão concentrados nos setores de restaurantes caros, butiques, lojas de alimentos finos, empresas de comida e de serviços. O setor de serviços de alto padrão – financeiras, seguradoras e empresas ligadas à informação – passou a ser glamourizado, vindo a concentrar os maiores salários. A fragmentação espacial do trabalho buscava a produção de bens onde quer que o custo da mão-de-obra e a economia de fatores fossem compensadores, desde que não voltassem a formar grandes concentrações no território, para barrar a construção de solidariedades.



Docklands, Londres: especulação e segregação no tecido da cidade.

No final da década de 60, planejadores afirmavam que Londres apresentava uma carência crônica de área de escritórios – apenas 16.000 ha., frente a 30.000 ha. de Nova York e 40.000 ha. de Tóquio –, o que acarretava um risco na perda da hegemonia dentro das cidades globais. Encostada na torre de Londres, a imensa área de 13 quilômetros de extensão – que, no século XIX, correspondia ao maior porto do mundo – era marcada pela presença de escombros industriais. Essas zonas começaram a ser conformadas no final do século XVIII, com o objetivo de assegurar aos navios ingleses operações de descarga seguras. Mundos vastos, escondidos atrás

de altos muros, abrigando construções de tijolos, pisos de tábua e estruturas metálicas esbeltas, que haviam sido levantadas por ricos mercadores londrinos, ávidos de lucrar com o comércio ultramarinho, essas instalações bloqueavam a percepção do Tâmis para a cidade e, ao final do século XIX, já se encontravam obsoletas em função do tamanho dos navios. Durante a Segunda Guerra Mundial, essa parte de Londres foi duramente castigada pelos bombardeios alemães, e ao final da guerra o seu estágio de destruição equiparava-se ao de Berlim. O fato é que, segundo Diana Ghirardo,

O mundo das docas fora sempre afastado da vida da maioria dos londrinos, já que era habitado por pessoas ligadas ao transporte marítimo, de marinheiros a estivadores, e, embora seus homens do mar e seus portuários possam ter ajudado a fornecer as mercadorias necessárias, eles quase não se integravam à vida do resto da cidade..., nunca foi ligada ao centro de Londres por uma linha direta do metrô, e o acesso rodoviário era irregular.²⁵⁹

Em virtude do seu esvaziamento, diversas tentativas de ocupação foram feitas durante a década de 1970. O governo conservador do primeiro-ministro Edward Heath (1970-1974) contratou uma consultoria de engenharia que sugeriu que a área pasasse a ser ocupada por novas e luxuosas residências, marinas, atividades de

²⁵⁹ GHIRARDO, Dianne Yvone. *Arquitetura contemporânea, uma história concisa*. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 209.

lazer e serviços. Contudo, o projeto esbarrou em uma forte reação da classe trabalhadora e não foi adiante. O governo seguinte, chefiado pelo trabalhista Harold Wilson (1974-1976), aceitou as reivindicações das comunidades de trabalhadores do porto e criou a Comissão Mista das Docklands, organismo vinculado ao todo-poderoso Great London Council (GLC), a autoridade de planejamento da região metropolitana da capital inglesa. O plano elaborado em 1976 pelo GLC previa a reurbanização da área, conferindo clara predominância à habitação popular, destinando alguns trechos às indústrias e à armazenagem e uma área ínfima aos escritórios. O *The Times* declarou-se contra o projeto, apontando para a existência de uma contradição irreconciliável entre democracia e empreendimento:

A comissão Mista das Docklands fora muito timidamente influenciada pela crença de que faro e amplitude de visão não se coadunam inteiramente com democracia.²⁶⁰

O mesmo tom era usado por um observador acadêmico citado por Peter Hall, segundo o qual o projeto era um construtor de impasses:

O estilo que condiciona esse processo urbanístico é o da consulta e da persuasão... cumpre ao processo encontrar meios de ganhar a confiança de grupos potencialmente em

²⁶⁰ *Times*, edição de 20 de setembro de 1976, citado por HALL, Peter. *Cidades do amanhã*. São Paulo: Perspectiva, 1988, p. 417.

conflito... participação e consulta demasiado amplas tornam este estilo enfadonho. As decisões parecem nebulosas de tão generalizadas que são.²⁶¹

O próprio Hall pronunciou um discurso em 1977 no Royal Town Planning Institute, em que se declarava favorável à adoção da desregulamentação diante do quadro de retrocesso do crescimento que se instalava em várias cidades. Hall menciona Hong-Kong como um modelo de cidade vinculada ao antiplanejamento que era alternativa às convenções britânicas amarradas ao Estado de bem-estar social. Num tom irônico, típico da fleuma britânica, apontava como possível uma solução que, porém, ao mesmo tempo desaconselhava:

Uma área dessas de maneira alguma se coadunaria com as modernas convenções britânicas de bem-estar social. Mas poderia tornar-se plena de vigor, economicamente falando caso seguisse o modelo de Hong Kong... Não espero ver o governo britânico trabalhando nesta solução de imediato e faço questão de acentuar que não a estou recomendando como solução para os nossos males urbanos. Digo que é um modelo, e modelo extremo, de uma solução possível.²⁶²

É evidente, nesse momento, a ascensão de um novo discurso que ligava as formas de desenvolvimento urbano com consulta popular a

²⁶¹ HALL, Peter, op. cit., p. 417, citando LEDGERWOOD, 1985, p. 133.

²⁶² HALL, Peter, op. cit., p. 421.

um desinteresse dos empreendedores e uma forte pressão para se flexibilizar regulamentações edilícias para permitir que os empreendedores desenhassem a cidade. Hall chega mesmo a apontar o governo de Hong Kong como promotor do maior programa de habitação popular do mundo não comunista, correlacionando implicitamente que os recursos arrecadados de um lado podiam retornar de outro.

O governo conservador de Margareth Thatcher ascendeu ao poder em maio de 1979, sucedendo ao trabalhista James Callaghan (1976-1979). Portadora de um discurso que advogava a desregulamentação da economia, Thatcher criou, em 1981, uma corporação privada, a London Docklands Developments Corporation (LDDC), com o objetivo explícito de favorecer a iniciativa particular. No ano seguinte, o governo Thatcher definiu a Zona Empresarial, na qual era oferecida aos incorporadores atrativos sedutores, tais como nenhum imposto territorial sobre a incorporação durante dez anos, dedução de 100% do capital investido e isenção de qualquer controle de planejamento²⁶³. Estava claro o desmonte das estruturas de planejamento da velha Londres, materializado com a extinção, ainda em 1982, do Great London Council. Recusava-se abertamente

²⁶³ GHIRARDO, Dianne Yvone, op. cit., p. 212.

a se pensar a cidade no longo prazo e, ao mesmo tempo, priorizava-se a ampliação dos espaços de serviços, que acabariam por se concentrar em Canary Wharf. Esse local, com 21km² de área e situado numa curva pronunciada do Tâmsa, bem ao lado da City, foi denominado, em um passado distante, de Isle of Dogs, ganhando a denominação de West India Docks no século XVIII, quando comerciantes britânicos ali instalaram um espaço para a manipulação de mercadorias vindas do mundo todo.

A primeira obra a garantir a melhora da conexão da área com o resto da cidade foi a construção da ligação rodoviária, a Docklands Highway, que custou 200 milhões de libras aos cofres públicos. Em seguida, foi a vez da conexão ferroviária, também bancada pelo poder público, que ficava na beira do Tâmsa se mostrando inadequada para a conexão geral da área. Por último foi construída a linha do jubileu do metrô de Londres, cujas obras foram iniciadas somente em 1993, depois da quebra dos incorporadores de Canary Wharf, os canadenses Olímpia & York.

O aspecto geral de Canary Wharf é muito próximo ao das operações habitacionais promovidas anteriormente nas cidades americanas, como na região ao sul de Manhattan de Battery Park, junto ao World Financial Center, projeto de César Pelli. Aí, arcadas protetoras

abrigam um comércio chique e portarias refinadas, as edificações apresentam uma altura constante, observa-se a presença da rua-corredor. Enfim, há uma homogeneidade geral historicista, que se contrapõe a detalhes diferenciados. A arquitetura no estilo sub-Sullivan²⁶⁴ de Chicago é uma clara referência. Afinal, Skidmore, Owings & Merrill (SOM) realizaram o plano de massas e César Pelli foi contratado para a concepção da torre. Esta – a mais alta de toda Londres, com 50 andares ou 244 metros – foi criticada pelo Príncipe de Gales, por não guardar uma proporção adequada com a escala da cidade e com a Isle of Dogs.

Além de Pelli e SOM, grandes escritórios americanos se engajaram em projetos na área, como o Kohn Petersen & Fox (KPF) e o Pei Cobb Freed. Escritórios europeus do continente também foram chamados a participar do empreendimento, entre os quais Koetner and Kim, Aldo Rossi e Hanna/Ollin Landscapae. Essas escolhas geraram protestos entre os britânicos, que acabaram conseguindo fazer incluir o escritório de Norman Foster e o James Stirling and Wilford²⁶⁵. Na realidade, o papel de todos esses grandes arquitetos contemporâneos restringia-se a revestir uma massa pré-determinada

²⁶⁴ GHIRARDO, Dianne Yvone, op. cit., p. 225.

²⁶⁵ Stirling já havia morrido, mas seu escritório continuava atuando, recebendo a incumbência de três torres residenciais na margem do rio em Westferry Circus

por SOM, detalhando sua portaria e sua cobertura. A Olímpia & York inaugurou um tipo de empreendimento para o qual qualificou os escritórios participantes de “arquitetos conceituais”, retirando-lhes qualquer responsabilidade sobre os sistemas construtivos em geral.

Cabe também mencionar que uma das melhores realizações da área – o edifício do *Financial Times*, de Grinshaw & Partners, situado na estrada de East India Dock – também foi atingido pela nervosa volatilização de funções no espaço da cidade contemporânea. Grinshaw & Partners imaginaram uma engenhosa edificação, na qual o principal chamariz noturno seriam as poderosas impressoras da corporação de notícias do *Times*, colocadas por trás de uma elegante fachada de vidro sem molduras. A idéia era mostrar esse funcionamento para a cidade durante a noite para a produção do jornal. Em 1995, apenas sete anos após a inauguração da edificação, as impressoras foram removidas para outro local, tirando o dinamismo desta demonstração.

A máxima de Marx – “tudo que é sólido desmancha no ar” – materializava-se cada vez mais na cidade contemporânea. A ansiosa volatilização do capital financeiro, sempre em busca de novas paragens, chegava as edificações, determinava que arranjos funcionais pré determinados fossem constantemente desfeitos.

Embora Docklands deixasse patente a crise do Plano Diretor na Europa, o desfecho da operação londrina demonstrou igualmente que a cidade dos empreendedores também construía impasses e ineficiências generalizadas. O incorporador canadense Olímpia&York possuía investimentos globais vultuosos em cidades como Nova York e Toronto. O terreno de Canary Warf envolvia 28,5 ha., que se transformaram em 929.000 metros quadrados de escritórios, 250 restaurantes e outras instalações comerciais.

Em 1986, com a atenuação da exigência de que as empresas bancárias deveriam se manter na velha City londrina, houve um forte *boom* imobiliário na cidade, conhecido como *big bang*. Os terrenos e novos empreendimentos localizados na Zona Empresarial, com aluguéis mais baratos e possibilidades de instalações tecnologicamente mais desenvolvidas, sofreram um intenso processo de valorização, passando de 50 mil libras/acre em 1981 para 10 milhões de libras/acre em 1988²⁶⁶. No entanto, em 1990, devido à forte recessão econômica, a Olímpia & York começou a vender espaços por preços muito mais baixos, chegando em 1993 à bancarrota. Nesse ano, seu endividamento total alcançava a cifra de 20 bilhões de dólares.

²⁶⁶ Dados colhidos em GHIRARDO, Dianne Yvone, op. cit., p. 218.

Durante a segunda metade dos anos 90, Canary Warf apresentava um aspecto desolador – escritórios desocupados, estações de trem e estacionamentos completamente vazios. A ocupação da torre de Pelli era de apenas 1/3, apesar da London Transport, corporação controladora do transporte de massa da capital inglesa, ter sido obrigada a se mudar para lá. Era mais uma das crises sazonais do nervoso capitalismo contemporâneo, que hoje já se encontra novamente vivendo melhores dias, afinal a torre de Pelli já apresenta 4/5 de sua área totalmente ocupada. Apenas uma dimensão permanece inalterada, Londres continua sendo uma das capitais do primeiro mundo com maior número de sem teto. Em 1991 atingiam a espantosa cifra de 75 mil pessoas. E, assustadoramente entre os anos de 1985-86 em meio a plena expansão econômica do *big bang* estimativas informavam que 1,8 milhão de pessoas se mantinham abaixo da linha da pobreza, duas vezes mais que na década industrial de 60.

C. Barcelona

A influência da cidade catalã de Barcelona no desenho das cidades de uma maneira geral e, particularmente, nas brasileiras é bastante antiga, remontando ao final do século XIX. O urbanista Ildefonso de Cerda é uma importante referência para a geração higienista,

embora entre nós sempre seja destacada a influência francesa desta corrente do final do século XIX e início do século XX. A influência de Cerda pode ser comprovada, por exemplo, pelas dimensões aplicadas à cidade de Belo Horizonte pelo engenheiro Aarão Reis em 1894, no plano para a nova capital do estado de Minas Gerais²⁶⁷, que seguia rigorosamente o dimensionamento das quadras e ruas do Ensanche catalão.

Ademais, Barcelona foi, durante todo o século XX, um importante laboratório de experiências, tanto políticas como artísticas. Isso pode ser comprovado pela gestão anarquista da cidade durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939) ou pela expressiva presença do primeiro modernismo catalão do final do século XIX, organizado em torno de figuras como Antoni Gaudí e Domènech i Montaner. Barcelona também serviu de palco para o trabalho de importantes representantes da geração modernista, aglutinada em torno de Le Corbusier, tão bem exemplificada no Grupo de Arquitectos y Técnicos Españoles para el Progreso de la Arquitectura Contemporánea (GATEPAC), que, em 1930, concebeu, juntamente

²⁶⁷ Na minha dissertação de mestrado, *Belo Horizonte e a construção de nossa tradição moderna*, mostrei como o dimensionamento das caixas de ruas e avenidas aproxima-se do de Barcelona. Aarão Reis, o engenheiro que concebeu a planta de Belo Horizonte, visitou La Plata, na Argentina, que também possui as mesmas características.

com o mestre, o Plan Macia, que não foi implemmentado devido à eclosão da guerra civil. Enfim, Barcelona possui uma cultura arquitetônica e urbanística invejável, não só teórica mas também materializada espacialmente, sobretudo no período que se estende de meados do século XIX até os nossos dias.

Ao final da década de 80 do século XX, a cidade reconstruiu um vigoroso pensamento arquitetônico e urbanístico, sintonizado internacionalmente com a revisão do modernismo, mas também articulado, na Espanha, com a derrubada do franquismo e com a redemocratização do país, bem como com a chegada ao poder do Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE) no governo central e em Barcelona. Esse pensamento marcou profundamente algumas administrações municipais pelo mundo afora e, após as Olimpíadas de 1992, espalhou consultores catalães por toda a parte, vendendo uma forma de fazer cidade auto-denominada “modelo Barcelona”²⁶⁸.

²⁶⁸ O sistema de pensamento e de produção de arquitetura na Espanha possui um arranjo institucional invejável, garantindo aos arquitetos espanhóis uma remuneração proporcional às responsabilidades de se pensar uma obra. Esse arranjo, que produziu nos últimos anos um invejável corpo teórico, é capaz de veicular suas idéias na grande mídia. Apesar disso tudo, a construção da cidade genérica no país continua sendo uma produção medíocre. Para maiores informações e considerações a esse respeito, ver Capítulo 4.

O modelo Barcelona, a despeito da sua inegável capacidade de penetrar nas mais diversas culturas contemporâneas, não deixou de ser alvo de críticas do pensamento urbano brasileiro²⁶⁹. Segundo eles, o modelo Barcelona consiste num planejamento dissimulado de classe, que espetaculariza o conceito de planejamento desenvolvido, tendendo ou para uma competição estratégica da imagem da cidade, que pretende apenas atrair investimentos globais, ou ainda para uma construção forçada de consensos artificiais, nos quais existem grandes diversidades. Concordamos em parte com essas posições, e, ao fazê-lo, nossa intenção é apenas percorrer a construção do pensamento catalão, qualificando-o como um pensamento operativo. Isto é, trata-se de um pensamento construído não a partir de um distanciamento teórico, mas no calor da responsabilidade de administrar uma cidade de 1,6 milhão de habitantes, tamanho razoável para os padrões europeus. Este dado parece-me fundamental para compreender as suas propostas e ajuda a entender porque essa teoria disseminou-se tão amplamente pelo mundo.

²⁶⁹ Referimo-nos sobretudo ao livro *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*, já mencionado aqui, de autoria de Otilia Arantes, Carlos Vainer e Ermínia Maricato (a primeira e a terceira da USP e o segundo do IPPUR-UFRJ), lançado pela Vozes em 2000. A obra critica abertamente o modelo Barcelona.

Barcelona riqueza do patrimônio construído e do pensamento arquitetônico e urbanístico



O reconhecimento dessa experiência como um modelo de gestão urbana no meio dos arquitetos pode ser comprovado pela série de premiações que o modelo Barcelona recebeu. Em 1987, foi contemplado com o prêmio *American Harvard* de bom desenho. Dez anos depois, o Banco Mundial contratou os catalães Jordi Borja e

Manuel Castells para elaborar o documento preparatório da Conferência Mundial do Habitat II, realizada em Istambul, o que conferia ao modelo Barcelona o *status* de política oficial de uma agência de financiamento mundial. Em 1999, foi agraciado com a Medalha de Ouro pelo Royal Institute of British Architects (RIBA), que pela primeira vez concedeu essa premiação, dada tradicionalmente a arquitetos, a uma cidade.

O que Barcelona parece demonstrar de maneira exemplar, apesar de seus problemas, é que ela representa o escancaramento de um equilíbrio bastante difícil entre a economia local e a globalizada. Por outro lado, a cultura arquitetônica instalada na cidade parece indicar que foi tentado um difícil equilíbrio entre expressão pessoal urbana e arquitetônica e anseios gerais da cidade, assim sintetizado por Toni Negri: "...a construção do público só pode ser concebida como produção de subjetividade".²⁷⁰

Em 1980, a Espanha vivia um processo particularmente rico. Conseguira se libertar do franquismo, iniciava sua adesão à Comunidade Européia e elegia, tanto para governos locais, como para o governo central um partido de esquerda democrática, o

²⁷⁰ NEGRI, Toni. *Exílio seguido de valor e afeto*. São Paulo: Iluminuras, 2001, p. 34.

PSOE. Barcelona é a capital da Catalunha, uma das cinco nacionalidades que compõem a Espanha²⁷¹. Capital da região autônoma da Catalunha, e contando com uma população de 1,6 milhão de habitantes na área do *Ayuntamiento* e de três milhões em sua área metropolitana, Barcelona construiu uma personalidade particular ao longo da história da Espanha.

A cidade abrigou no século XX um vigoroso movimento operário e durante a guerra civil chegou a ter um governo anarquista, tendo sido uma das últimas nacionalidades a se render ao golpe do general Francisco Franco. Durante grande parte da ditadura franquista, as manifestações de afirmação dessa nacionalidade – como o uso do idioma catalão e a expressão de manifestações culturais²⁷² típicas do catalanismo – foram reprimidas, e Barcelona foi olhada durante todo o franquismo com profunda desconfiança pelo governo central. O próprio modernismo catalão sempre se utilizou de figuras que reforçavam sua identidade frente à Espanha²⁷³.

²⁷¹ As nacionalidades correspondem às regiões da Andaluzia, Catalunha, País Basco, Galícia e Castela. Ver VALENTÍ, J. Vilá. *Geografía de España*. Barcelona: Danae AS, 1972.

²⁷² HUGHES, Robert. *Barcelona* (tradução de Denise Bottman). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

²⁷³ Uma visita a qualquer um dos monumentos de Gaudí, o Palau Guel, por exemplo, mostra como ele manipulava símbolos caros à nacionalidade catalã.

Além dessa forte consciência de lugar e de identidade²⁷⁴, Barcelona encarnava - juntamente com Bilbao, principal cidade basca - a condição de pólo industrial da Espanha, contrapondo-se a Madri, que sempre desempenhou as funções de capital e corte burocrática, e às outras nacionalidades economicamente menos desenvolvidas, como Andaluzia e Galícia. Além disso, em Barcelona sempre houve um forte movimento de associações de bairro, que desempenharam um papel-chave durante a redemocratização do país, sobretudo entre os anos de 1976 e 1979. A Federación de Asociaciones de Vecinos de Barcelona (FAVB) participou intensamente do Plano Geral Metropolitano (PGM), elaborado em 1976, antes da chegada dos socialistas ao poder. O PGM consistia em “um plano de ordenamento de atividades e usos na cidade de Barcelona, o qual também determinava suas áreas de expansão...”²⁷⁵. Tratava-se, portanto, de um típico exemplar do que chamamos de Plano Diretor, com suas determinações definidas para direcionar o crescimento da cidade na longa duração.

²⁷⁴ Das cinco nacionalidades espanholas, três estruturaram-se em torno de um idioma particular: o catalão, na região de Barcelona; o euskera, no País Basco; e o galego, na Galícia. Na Andaluzia e em Castela fala-se o espanhol, embora na Andaluzia seja sempre destacada a presença da cultura árabe e cigana.

²⁷⁵ SANCHES, Fernanda. *A reinvenção das cidades para um mercado mundial*. Chapecó: Unochapecó, 2003.

Nessa mesma época, na cultura arquitetônica e urbana daquilo que vem sendo chamado de concerto das cidades européias – afinal, com a unificação européia o sistema urbano passa a operar dentro de uma certa complementariedade como uma orquestra –, as experiências de Paris com as grandes obras, de Berlim, ainda não unificada, mais voltada para a construção de habitações comandada pelo IBA (Institut für Baustellung) e de Londres com a requalificação das *Docklands*, descritas acima, mereciam grande espaço na mídia especializada, como exemplos de políticas públicas. Todas elas, na verdade, pretendiam expressar uma maneira européia de fazer cidades, na qual se reafirmava, de forma veemente, a polifuncionalidade, buscando associar habitação e contínuos de serviços.

Em Paris, vivia-se o esforço de reconstruir o cenário de hegemonia cultural do início do século XX, perdido com o pós-guerra para os EUA e para Nova York, com a política dos grandes empreendimentos de Mitterrand. Como afirmou Jack Lang, ministro da Cultura do governo socialista de Mitterrand “a cultura é nosso petróleo”. As intervenções parisienses partiram do Centro Cultural Georges Pompidou, o Beaubourg, ainda no governo de Giscard D’Estant, e ganharam terreno com as iniciativas tomadas pelo

presidente François Mitterrand, como a Gare d’Orsay, a reforma do museu do Louvre, a Cidade da Música etc., todas na área da cultura.

Em Berlim, com a cidade ainda dividida pelo muro, promovia-se uma grande intervenção, que visava enfrentar um velho problema – o domínio noturno da marginalidade de partes da cidade. A política berlinesa, ao contrário da parisiense de grandes empreendimentos, consistiu na implantação de um contínuo habitacional em trechos dominados por parques, para combater a subutilização destas áreas da cidade. A teoria pregava que a habitação promovia um uso da cidade longe da sazonalidade de horário dos equipamentos para o trabalho, intensificando o controle da esfera privada sobre a pública.

Em Londres, o governo de Margareth Thatcher, como já apresentado, desenvolvia, numa área de antigos armazéns do porto, os Docklands, uma intervenção espetacular, que ampliava a área de escritórios associada à habitação, voltada claramente para o público *yuppie* da *City* londrina. Havia também a experiência já mencionada de Bolonha na Itália, que, por seu caráter específico de sítio preservado, era sempre encarada como uma experiência restrita e não generalizável.

No cenário mais amplo, o mundo vivia, tanto no planos políticos e econômicos quanto no ideológico, a era Reagan-Thatcher. O sistema de produção fordista e keynesiano, que imperara desde o imediato pós-guerra, dava mostras de fraqueza, sendo substituído por formas que buscavam a desregulamentação total do capital. O mundo, diante do fracasso eminente do socialismo real, preparava-se para a presença unipolar de só uma potência, os Estados Unidos, que já pressionava o mundo em favor do desmonte do sistema de proteção social. A implementação de atividades ou operações às margens dos sistemas de tributação, pelo desenvolvimento de técnicas de comunicação, possibilitou que capitalistas endinheirados tivessem uma diversidade muito maior de aplicações desregulamentadas e até ilegais. O desenvolvimento das tecnologias de comunicação impulsionam os ganhos do capital financeiro no mundo, que passa a ser hegemônico e possuir uma volatilidade jamais observada. David Harvey lembra que

Sempre houve (...) um equilíbrio delicado entre os poderes financeiros e estatais no capitalismo, mas a desarticulação do fordismo-keynesianismo significou uma evidente guinada para

um aumento de poder do capital financeiro frente ao estado nacional²⁷⁶.

Diante desses acontecimentos, o mundo começa a enfrentar crises sucessivas. As novas tecnologias de informação e a revolução da informática produziram um impacto inusitado na produção, na organização das indústrias, comercialização dos produtos, mas principalmente na velocidade de investimentos em bolsas, que pulam de um canto para outro, sem qualquer vinculação com os reais investimentos realizados pelas grandes corporações. As transferências de capital tornaram-se quase que instantâneas, podendo empobrecer de um dia para o outro regiões inteiras, drenando o trabalho mais real acumulado por anos.

O fato é que em 1979, o primeiro governo do *Ayuntamiento* de Barcelona eleito democraticamente após o general Franco foi o de Narcís Serra, membro do PSOE. Com a eleição, em 1982, de Felipe Gonzalez, também filiado ao Partido Socialista, para o governo central Serra deixa a administração municipal para assumir um cargo administrativo em Madri, sendo substituído por Pasqual Maragal. Desde as primeiras administrações do PSOE, o

²⁷⁶ ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 3, citando HARVEY, David. *A condição pós moderna*. São Paulo: Loyola, 1998.

Ayuntamiento de Barcelona investe na promoção do patriotismo catalão, na implantação de pequenas intervenções, que se restringem ao espaço público e na conquista do evento internacional da Olimpíada. No início, a presença da forte Federación de Asociaciones de Vecinos de Barcelona desempenha papel fundamental na definição das prioridades e na escolha das intervenções:

A prioridade de atuar sobre os sistemas locais e a consideração de que o melhor estruturador destes sistemas era precisamente a atuação sobre o espaço público, ruas, praças e jardins. Por outro lado, esta ação urbanística, extensiva e progressiva, permitia abordar um dos principais objetivos do governo municipal: o reequilíbrio entre centros e periferias, a fim de levar a urbanidade à cidade desvertebrada e insubstantiva construída nos anos 60.²⁷⁷

Segundo Pasqual Maragal, a política do PSOE para Barcelona pretendia inicialmente equilibrar a cidade dividida. Ele destacava a importância da virada política que significava a chegada dos socialistas ao poder:

Precisávamos devolver o orgulho a uma cidade que parecia derrotada e que havia passado por muitos anos de especulação, falta de investimentos e negligência... dando

²⁷⁷ ACEBILLO, 1992 citado por SANCHES, Fernanda, op. cit., p. 225.

qualidade à periferia e fazendo com que bairros fossem definitivamente cidade.²⁷⁸

Em 1986, Barcelona foi selecionada para sediar os Jogos Olímpicos de 1992 (o fato do espanhol – e catalão - Juan Antonio Samaranch ser presidente do Comitê Olímpico Internacional presidente do COI, desempenhou papel fundamental nessa escolha). Com a conquista da condição de cidade olímpica, surge a necessidade de cumprir uma agenda de obras, que muitas vezes não se adequa ao ritmo da participação pulverizada. Desenvolve-se um falso antagonismo, talvez determinado pela escassez de recursos, entre intervenções pulverizadas, que atendem às demandas da FAVB, e as construções olímpicas.

Inicia-se um processo de distanciamento entre as FAVB e o governo do *Ayuntamiento*, atestado por uma série de ações judiciais, que grupos de vizinhos ou determinados bairros moveram contra os projetos oficiais. A balança parecia definitivamente pender para as grandes intervenções, que garantiam grande visibilidade internacional, ao mesmo tempo em que o governo começava a adotar a estratégia de imputar aos líderes comunitários o papel de ressentidos e de sabotadores de um futuro grandioso que as

²⁷⁸ MARAGALL, 1994 citado em SANCHES, Fernanda, op. cit., p. 226.]

Olimpíadas prometiam. Esses conflitos, que certamente ocorreram, não chegaram, porém, aos meios de comunicação, às telas da TV, e portanto, em nossa sociedade do espetáculo²⁷⁹, efetivamente não aconteceram.

As mudanças sofridas pela cidade para abrigar os Jogos Olímpicos alteraram profundamente sua face, transformando-a de uma cidade industrial decadente, com um patrimônio invejável do primeiro modernismo, num vigoroso pólo de turismo e de serviços. Arquitetos do *star system* internacional foram convocados para projetos pontuais.

De maneira geral, as intervenções em Barcelona atingiram mais intensamente quatro pontos da cidade: o morro de Monjuic, que recebeu as instalações para multidões como o estádio e o ginásio, e mais a torre de TV e a emblemática reconstrução do Pavilhão de Mies Van Der Rohe; o antigo Bairro Gótico, palco de uma série de intervenções pontuais de desenho urbano, que, de forma geral, pretendiam diminuir sua densidade populacional, abrindo áreas de lazer; o porto antigo ou Port Vell, na frente marítima do Bairro Gótico, que passou a abrigar restaurantes, comodidades turísticas e o novo

²⁷⁹ DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo* (tradução de Estela dos Santos Abreu). Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

aquário da cidade; e o bairro Nova Icária, instalado em Poble Neau, ao norte da Barceloneta, no qual teve lugar o maior contínuo de transformações, que consistiram essencialmente na remoção das antigas instalações portuárias e industriais, e na instalação da nova Vila Olímpica, um empreendimento imobiliário que, no primeiro momento, alojou os atletas e que, após o evento, transformou-se em bairro. Tanto o Port Vell quanto Nova Icária pretendiam estabelecer uma nova relação entre Barcelona e o mar, transformando a cidade num balneário de praia.

Além dessas intervenções, foi construído o anel de circulação da cidade, que, em Nova Icária, adotou a solução tipo *parkway* num nível rebaixado, de forma a não impedir o relacionamento do novo bairro com o mar. Novas linhas de metrô foram abertas e promoveu-se o enterramento das linhas de trens intermunicipais que chegam na cidade ao sul, na Gare de Francia, e ao norte, na Gare de Sans.

A conceituação desenvolvida pelos catalães, no seu nascimento e no calor da ação da administração municipal, envolvia um forte pragmatismo – adequando-se a uma arrecadação mais modesta do que as registradas nos exemplos alemão, francês e inglês –, uma tradição de participação dos movimentos de bairro da cidade e uma vontade de mostrar que uma administração de esquerda poderia

transformar a cidade tão espetacularmente quanto Berlim, Paris e Londres. Os Jogos Olímpicos de 1992 representou um marco que determinou o isolamento de um pensamento reformista para Barcelona, transformando-o numa operação de reinserção internacional da cidade, comandada pelo capital especulativo. A estreiteza de alguns movimentos comunitários talvez não permita a compreensão da complexidade das articulações internacionais envolvidas nas operações urbanas. De um modo geral, essa conceituação envolvia os seguintes aspectos:

- a limitação do espaço de intervenção urbana ao espaço da rua ou da praça, ao plano público efetivo, de testada a testada da esfera privada (i.e., visava limitar os gastos públicos, tornando as intervenções de requalificação mais acessíveis a uma cidade com uma economia mais frágil que Paris, Berlim ou Londres);
- a teoria da metástase positiva, ou do urbanismo de acumpuntura, pretendia atuar a partir do primeiro aspecto, da dimensão pública da cidade, e cooptar outros agentes desta mesma economia, como pequenos empresários e empreendedores, impulsionando uma sinergia entre agentes;

- a afirmação do patriotismo catalão pretendia construir consensos entre diferentes agentes, reconstruindo uma noção meio abstrata de comunidade, de uma cidade única e coesa (essa visão foi reafirmada nas consultorias catalãs prestadas na América Latina, enfatizando, de maneira algo abstrata, a idéia de competição entre cidades e regiões);
- a auto-denominação como urbanismo de resultados, que pretendia abertamente se distanciar do planejamento de longa duração e que está profundamente articulado aos outros três aspectos; e
- a idéia de competição entre nacionalidades dentro do sistema espanhol foi a maneira como a redemocratização enfrentou e até incentivou as diferenças, para evitar movimentos separatistas.

Após 1992, o *Ayuntamiento* de Barcelona procurou ansiosamente promover um outro evento de proporções internacionais, que garantisse à cidade uma visibilidade na mesma escala das Olimpíadas. Em 1996 foi decidido que a cidade abrigaria o Fórum Mundial de Culturas, um seminário de proporções gigantescas, a ser realizado em 2004, que promoveria a diversidade cultural do mundo atual. Numerosas intervenções urbanas foram então inauguradas ao

lado do bairro da Nova Icária, junto à foz do rio Bésos, requalificando um novo trecho de praia para a cidade. Uma arquitetura de acentuação mais abstrata, tendendo para os ensinamentos de Eisenman e Koolhaas, instalou-se na cidade, que, com a intervenção para os Jogos Olímpicos, havia sofrido a hegemonia culturalista. Ao final da Diagonal Mar, ergueu-se um megacentro de convenções, projeto da dupla holandesa Herzog e De Meuron, assumindo a centralidade do novo evento promovido pela municipalidade de Barcelona. A espetacularização do espaço urbano ganhava então uma dianteira explícita, destacada por Josep Bohigas:

Imaginemos um visitante que chega ao aeroporto de Barcelona em 2004 e que se dirige em um táxi ao Fórum. Em este trajeto de aproximadamente meia hora (aeroporto-Granvia-Diagonal) terá visto uma mostra de obras de reconhecidos arquitetos internacionais; Ricardo Bofill, Richard Rogers, Jean Nouvel, Toyo Ito, Alejandro Zaera, David Chipperfield, Zaha Hadid, MBM, Rafael Moneo, Dominique Perrault, Enric Miralles, Oscar Tuquets, MVRDV, Josep Lluís Mateo, Abalos & Herreros e Herzog e De Meuron. A imagem é idílica. Uma muralha de boa arquitetura que conduz a percepção da cidade atualizada. Mais bonita se cabe. Barcelona deve manter seu ego já que tanta beleza aparece e turva a vista de outras realidades simultâneas, que nem por ser menos visíveis são menos urgentes. Para isto deveríamos começar por relativizar os benefícios do turismo, por assumir o envelhecimento da população, por nos adaptar a crescente imigração, por resolver o problema da habitação, por ativar uma maior participação

cidadã...temas que tem um potencial de experimentação enorme e que deveriam afrontar-se com o mesmo mimo que os aeroportos, hotéis, museus, oficinas, teatros e centros de convenções. E isso, por desgracia, não acontece.²⁸⁰

Além da espetacularização da cidade, houve um claro abandono dos temas do cotidiano, o que denunciava um desequilíbrio abissal entre os benefícios recebidos pela comunidade e a sua globalização. Até mesmo ideólogos vinculados à gestão e à operacionalização do modelo Barcelona fizeram críticas ao processo, apontando que esse urbanismo tinha negado os interesses da cidadania e privilegiado o capital. Foi o caso de Jordi Borja, para quem “o urbanismo de promotores de negócios tende a suplantar o urbanismo cidadão e redistributivo que define o modelo barcelonês”²⁸¹

Havia uma clara diferenciação entre os planos de Joan Busquet de meados dos anos 80, o plano de Borja Carrera de meados dos anos 90 e o plano de Joan Antonio Acebillo do final daquela década. Enquanto o primeiro plano fazia uma interpretação e uma proposição clara e transparente da cidade, o segundo trabalhava com a idéia de

²⁸⁰ BOHIGAS, Josep. “Murallas de Cristal”, *La Vanguardia*, Barcelona, 01/02/2004.

²⁸¹ BORJA, Jordi. “Barcelona y su urbanismo. Exitos pasados, desafios presentes, oportunidades futuras”. In MUXÍ, Zaida (org.). *Urbanismo en el siglo XXI*. Barcelona: Edicions Universitat Politècnica de Catalunya, 2004, p. 177.

diversidade da cidade e com sua dinâmica próxima ao palimpsesto, e o terceiro privilegiava objetos e centralidades autônomas que não estavam articulados pela malha urbana, mas por um sistema de infra-estrutura um tanto abstrato. A área do novo Fórum 2004, que fica próxima a bairros isolados e marginalizados, como Mina e Catalana, foi tratada literalmente como uma ilha autônoma, onde os novos objetos e as pequenas tramas cotidianas não se entrelaçam. Alguns dos novos equipamentos assumem declaradamente o papel de barreira, defendendo a cidade do espetáculo da cidade marginal. Esse aspecto não passou despercebido a Ricardo Bofill:

A idéia de fazer uma grande promoção urbanística convém a cidade, mas existe um consenso entre arquitetos para não se criticar porque Barcelona é frágil e se faz como uma coisa grande como esta e se critica, por que realmente é criticável, se rompe este consenso e se vai a retirar as vontades de fazer outras coisas, por que custa muito. Isto acontece também em outras cidades. Em Paris, por exemplo, fazem um edifício de Mitterrand como a Biblioteca Nacional que é uma porcaria e não diz nada. As pessoas acreditam que é um edifício bom, ainda que não funcione. Isto ocorre com as cidades de grandes obras. Quando estão prontas, é preferível adorá-las.²⁸²

Outro aspecto do modelo Barcelona, presente desde o início, era o desdém pelo transporte público de massas, atestado pelas imensas

²⁸² BOFILL, Ricardo. "Murallas de Cristal". *La Vanguardia*, 01/02/2004.

áreas destinadas a estacionamento e pelo grande investimento rodoviário geral na cidade como um todo. De fato, houve desde as primeiras intervenções em Barcelona, uma acentuada destinação de recursos para a movimentação de veículos particulares, em detrimento do investimento em transporte público. Essa opção acabou determinando um declínio do sistema do transporte público, como bem assinalou Montaner:

De fato, a Barcelona contemporânea não soube apostar decididamente pelo transporte público, em especial o Metrô. Não o fez em 1992 apostando nas rondas rodoviárias e não está fazendo agora que segue pensando suas grandes infraestruturas, como a ampliação do aeroporto, os grandes centros comerciais ou o mesmo Fórum 2004, a partir de imensos estacionamentos de veículos privados.²⁸³

Barcelona, que emergira em meados dos anos 1980 como uma experiência nova e revigorante, já havia sido cooptada, no início do século XXI, por interesses especulativos, distantes do cotidiano de sua população. No seu nascedouro, o modelo incluía a participação do cidadão, o recurso freqüente ao mecanismo do concurso como garantia da qualidade urbanística e arquitetônica, o reequilíbrio territorial entre centro e periferia, a limitação didática da intervenção nos espaços públicos e do rodoviário. Vinte anos depois,

²⁸³ MONTANER, Josep Maria. "La evolución del modelo Barcelona (1979-2002)". In MUXI, Zaida (org.), op. cit., p. 212.

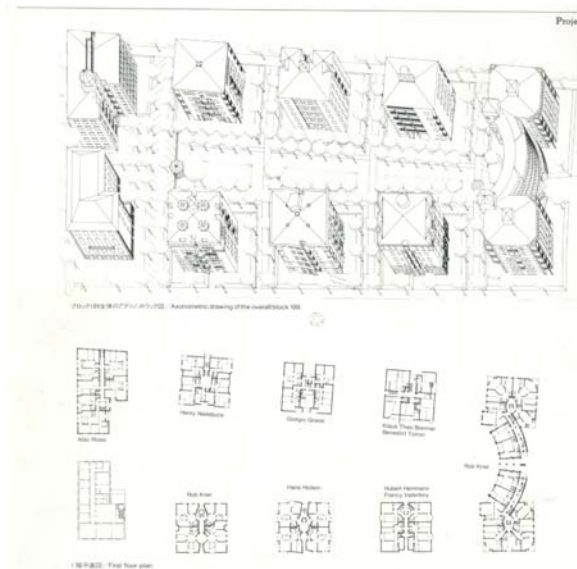
mostrava-se incapaz de dar respostas coerentes a alguns problemas de nossas cidades globais e caracterizava-se por decisões institucionais centralizadas, pela utilização recorrente a arquitetos do *star system* como garantia de qualidade arquitetônica, pela fragmentação e pela segregação territorial, pela presença de objetos arquitetônicos autônomos que otimizam os ganhos imobiliários e pelo acentuado rodoviarismo. Mais uma vez emerge o problema do cotidiano efetivo das populações atingidas por transformações urbanas variadas, dentro do qual a questão da habitação possui uma grande centralidade. A tentativa de equilíbrio entre interesses locais pulverizados e interesses globais especulativos só será possível na medida em que se reafirmar a centralidade do problema da habitação, que numa metrópole como Barcelona ou outra qualquer, deve se articular com a mobilidade geral de sua população.

D. Berlim

Berlim é uma cidade emblemática do século XX. Seu território foi palco, talvez como o de nenhuma outra cidade, de todas as vicissitudes que afligiram este dramático período da história humana. Quando, em 1989, Berlim auto-proclamou-se capital da Alemanha unificada, teve lugar uma impressionante concentração de

propostas, desenhos e soluções que dão testemunho de uma visão ideológica da cidade contemporânea.

Nesse momento, a cidade se reconstrói a partir de duas realidades instaladas em seu território: de um lado, a incrível fragmentação determinada por imensos cataclismas históricos (bombardeios, muro de separação), e, de outro, a ideologia do movimento moderno, que no lado ocidental optou por uma reconstrução a partir dos pressupostos da Carta de Atenas, e no lado oriental baseou-se em um urbanismo mais acadêmico, mas também de escala moderna. O traço mais marcante é uma franja, ainda perceptível, de 40 a 100 metros de largura por 2km de extensão, ao longo do antigo muro em toda sua parte ocidental. Autores como Carlos Vázquez e Zaida Muxi qualificam essas mudanças como típicas de uma visão culturalista contemporânea, de clara hegemonia da *Tendenza italiana*, em que uma certa continuidade foi privilegiada.



Neu Iba, novos empreendimentos habitacionais na região de Tiergarten, antes da queda do muro

Esse intenso processo de reconstrução foi desencadeado em 1979, quando a cidade ainda estava dividida, pela Internationale Bauausstellung (IBA), uma exposição internacional de arquitetura que pretendia remodelar Berlim Ocidental a partir da inserção de empreendimentos habitacionais que recuperassem áreas centrais da cidade como espaços de moradia. Na realidade, desde o início do século XX, observava-se em Berlim uma forte tendência para o uso da habitação multifamiliar e para o aproveitamento de sua capacidade regenerativa. Em 1931, por causa de um forte déficit

habitacional presente em toda a sociedade alemã, teve lugar a primeira feira de soluções habitacionais, da qual são testemunhas as emblemáticas Siedlungen modernistas de Walter Gropius, Hannes Meier e Ludwig Mies van der Rohe, conjuntos habitacionais patrocinados por grandes corporações alemãs.

Em 1957, realizou-se a Interbau, da qual participaram expoentes da arquitetura mundial como Gropius, Oscar Niemeyer e Le Corbusier. Novo e notável esforço na produção habitacional, essa exposição foi um marco no território da cidade. Nessas duas ocasiões, a ideologia hegemônica da cidade é o modernismo corbusiano, pautado pela Carta de Atenas, isto é, edifícios sob pilotis, soltos em parques e indiferentes ao traçado de ruas e avenidas, invariavelmente posicionadas na periferia²⁸⁴. Enfim, a cidade de Berlim possui um patrimônio invejável de soluções modernas para o tema da habitação multifamiliar, que talvez só seja igualado ao de Viena.

Em 1979 - numa iniciativa que partiu do SPD, o poderoso Partido Social Democrata alemão, mas que seria implementada pelos

²⁸⁴ Alguns autores, como Kenneth Frampton, em *História crítica da arquitetura moderna* e Anatole Kopp, compreendem o desenvolvimento do modernismo como um embate ideológico entre as proposições mais pragmáticas dos alemães, ligados a uma pesquisa em torno da habitação coletiva e as de Le Corbusier, com sua identificação do problema na cidade e não na habitação

conservadores da CDU, que tomaram o poder na cidade em 1982 firmou-se o *slogan* “*whonen in der Innerstadt*” - viver no centro da cidade. Era uma clara demonstração de sintonia com a Carta de Amsterdam, que propalava a reutilização de arquiteturas históricas sem destruir o tecido social instalado. Havia também um nítido anseio por superar os preceitos da modernidade, retomando aspectos da cidade européia tradicional: coesão espacial, uso intenso do solo urbano, reconstrução da rua-corredor e afirmação da cidade colagem ou em partes.

Duas vertentes estavam em cena: a *Altbau-IBA* (“velha construção”), que pretendia atuar sobre construções pré-existentes; e a *Neubau-IBA* (“nova construção”), que promovia as novas inserções em terrenos vazios, buscando preencher e retomar a espacialidade da rua-corredor. Comandada por Hardt-Walther Hämer, a velha construção concentrou-se no bairro de Kreuzberg, numa série de edificações do século XIX que não haviam sido demolidas pelos bombardeios da guerra. Era clara a influência do modelo bolonhês de atuação. O próprio Hämer comprometeu-se a consensuar as propostas com os habitantes, impedindo a relocação da população

residente, composta predominantemente por imigrantes turcos²⁸⁵. O *slogan* de propaganda da *Altbau Iba* era *behutsame Stadterneuerung* (“renovação com respeito”) e pretendia renovar a situação dos decadentes sobrados sem expulsar seus moradores. Kreuzberg e a região de Luisenstadt eram caracterizadas por uma sucessão de sobrados do século XIX, bastante estigmatizada exatamente pela presença do muro, o que determinou uma total falta de conexão da região com o resto da cidade desde a década de 60.

Ao contrário, nas áreas das novas construções ainda se sentia a forte presença da destruição dos bombardeios da Segunda Guerra Mundial. As intervenções concentraram-se em três trechos da cidade: ao sul de Tiergarten, em Tegel, o antigo porto fluvial, e em Prager Platz, uma praça de conformação redonda. As intervenções mobilizaram mais de 100 arquitetos,²⁸⁶ que atuaram principalmente no preenchimento das quadras seccionadas de Berlim. Foram erguidas edificações amarradas nos 22 metros de altura, entre seis e oito pavimentos, que era o determinado pelo contínuo de sobrados da cidade do século XIX, que assim ressurgia, como que para apagar as feridas da Berlim bombardeada e da Berlim modernista.

²⁸⁵ VÁZQUEZ, Carlos García (op. cit., p. 40) menciona a porcentagem de 50% de turcos.

²⁸⁶ Para um levantamento completo das intervenções da IBA em Berlim, consultar a revista *Architecture and Urbanisme*, maio 1987, edição especial.

Vale destacar que entre os 100 arquitetos mobilizados internacionalmente encontravam-se várias figuras do *star system*, cujos projetos estavam voltados para a restauração de imagens históricas da rua-orredor e da continuidade da cidade.

Vásquez, ao sublinhar o caráter artificial dessas recuperações, qualifica Berlim como uma “cidade pós-histórica”, uma vez que falseava a própria história, ao abafar seu passado de feridas e modernista. A IBA propunha a revitalização da cidade a partir da inserção da moradia no seu centro, pois esse uso garantiria uma sazonalidade não especializada em horários rígidos e uma utilização variada da rua. A variação de horários de uso da rua que a habitação geraria na cidade aumentaria o controle social dos espaços públicos, então dominados pela marginalidade e pelos negócios excusos. Para Josep Paul Kleihues, o arquiteto da municipalidade encarregado do projeto, criou o conceito de “reconstrução crítica”, gerado pela contemporaneidade. Segundo Carlos Vásquez,

Kleihues propôs o conceito de “reconstrução crítica”: recuperar o anterior tecido histórico, sua forma, suas tipologias e sua escala mas com arquiteturas contemporâneas.²⁸⁷

²⁸⁷VAZQUES, Carlos Garcia, op. cit., p. 40.

Percebia-se, também, em Berlim uma clara influência da vertente estruturalista da *Tendenza italiana*, que considerava a cidade, pelo menos em seu trecho ocidental, dominada por uma essência que o próprio Kleihues denominava racionalismo ilustrado, como se todo o território urbano houvesse sido colonizado pela arquitetura de Friedrich Schinckel. A concisão da arquitetura do Novecentos berlinense, de certa forma, ofuscou a incrível capital do entreguerras que havia sido o embrião de um dos mais poderosos movimentos do século XX, o modernismo.

Na condição de capital do centro da Europa, Berlim havia abrigado movimentos sociais importantes, como a fracassada revolução de Rosa Luxemburgo, em 1918 e 1919, a República de Weimar, com seus expoentes como Bertold Brecht, Gropius, Mies van der Rohe e Wassily Kandinsky, as figuras de industriais como Siemens e Krupp e cientistas como Robert Koch e Albert Einstein e, ainda Hitler e Speer. A partir de 1960, dividida por um muro, a cidade tornou-se a capital da guerra fria. Tudo isso foi esquecido em nome de um intenso processo de reconstrução que a transformaria na capital do século XIX. Diante dessa imensa variedade, elegeu-se a concisão clássica de Schinkel como única força ideológica construtiva e relevante, falseando o passado da cidade.

Em 1989, mais precisamente às 23:30 horas do dia 9 de novembro, a televisão da Alemanha Oriental anunciou a decisão do governo demissionário da República Democrática Alemã de franquear a passagem do muro. A 1:00 da manhã, centenas de pessoas desceram o Unter den Linden até a Porta de Brademburgo, confraternizando com os guardas que já se dedicavam a guardar cacos do antigo muro. Dois anos depois, o Parlamento alemão, o Bundestag, decidiu trasladar a capital da agora *Grossdeutschland*²⁸⁸ para Berlim, esperando transformar a sonolenta cidade dividida pelo chamado Muro da Vergonha em uma cidade global.

As previsões apontavam para grandes negócios, pois a nova capital seria a sede de uma das economias mais poderosas do mundo, com 80 milhões de habitantes e elemento de ligação entre as culturas da Europa Ocidental e do Leste europeu²⁸⁹, que agora se agregava à economia de mercado. As expectativas eram de transformar a cidade num dos nós mais importantes da economia do capitalismo tardio. Sua população passaria dos 4,3 milhões de habitantes para

²⁸⁸ A expressão “Grossdeutschland” – a Grande Alemanha – está profundamente vinculada à história da nação, um Estado de unificação tardia e que teve uma das fronteiras mais elásticas do continente europeu durante os séculos XIX e XX.

²⁸⁹ A caracterização da Alemanha como uma transição entre a Europa do leste e do oeste está inscrita em seu próprio nome. Afinal, Deutschland é a terra ou reino do oeste.

5,7 milhões em 20 anos, e seriam criados 600.000 novos empregos, a maioria de alta qualificação. Para poder dar suporte a esse desenvolvimento, a cidade teria de construir com 800.000 novos apartamentos, novas sedes do poder, centros financeiros e industriais, equipamentos culturais, infra-estrutura de transportes etc. Berlim possuía uma particular situação dentro das cidades européias, pois o centro ainda era densamente habitado, tanto no lado ocidental quanto no oriental. Carlos Vázquez fornece mais informações a respeito:

Devido às restrições territoriais que sofria, o setor ocidental teve que crescer dentro de seu núcleo urbano; no lado oriental, a administração socialista optou por construir macro- blocos de habitação nas numerosas quadras arrasadas pela guerra. Graças a isso, o centro de Berlim não sofreu os fenômenos de despovoação característicos do pós-guerra e também pôde conservar intacto um magnífico entorno natural e agrícola.²⁹⁰

Existiam também incontáveis vazios devido à presença do muro e às marcas dos bombardeios aliados e uma nítida subdivisão em dois centros: o do lado oriental, era dominado pela Karl Marx Alle, enquanto o do lado ocidental era marcado pela Kurfürstendamm e pela presença de generosas auto-pistas, fruto do rodoviarismo das décadas de 60 e 70. As intervenções feitas em Berlim já como

²⁹⁰ VÁZQUEZ, Carlos García, op. cit., p. 43.

capital da Alemanha unificada deram especial atenção ao transporte de massa, sendo movido um combate explícito contra o carro individual. No cruzamento dos ramais existentes de leste para oeste e norte e sul, foi instalada a grande estação central do sistema, inaugurada em maio de 2006, integrando o sistema de transportes locais com o de longa distância. A Zentralbahnhof, a estação ferroviária central, está localizada às margens do rio Spree e em frente ao bairro governamental.

A despeito de toda a pressão dos empreendedores, ficava evidenciada a permanência de um planejamento sistêmico e articulado, que alguns qualificaram como a cidade da disciplina²⁹¹. A ideologia da IBA era confirmada pelo destaque dado a Kleihues, arquiteto que, conforme já vimos, comandara as operações com a Berlim dividida, e que constantemente proclamava a defesa da identidade berlinense frente ao modernismo. A Berlim capital global que estava sendo engendrada pretendia se constituir numa alternativa à cidade dos empreendedores, reforçando as intervenções estatais, controlando as densidades, oferecendo um sistema de transporte público planejado e articulado e combatendo o fenômeno de ampliação dos setores de serviços em detrimento da

²⁹¹ VÁZQUEZ, Carlos García, op. cit., p. 44.

habitação. No entanto, o cenário dos anos 90 não era mais de uma cidade isolada, espremida em território socialista como havia sido a IBA de 1987. Vázquez refere-se ao surgimento de depressões de peso, ao mesmo tempo em que os interesses dos grandes investidores internacionais tornaram-se visíveis.

Na nova realidade berlinesa era necessário contar, em primeiro lugar com a *Treuhand Anstalt*, a empresa pública criada para privatizar as propriedades da antiga República Democrática Alemã e em segundo lugar, com os promotores internacionais.²⁹²

A Treuhand Anstalt (literalmente Instituto do Fiel Depositário) determinou a venda de extensas parcelas de terras na Alemanha Oriental, e com isso apenas as grandes corporações puderam ter acesso aos novos empreendimentos. Os investidores agora eram figuras internacionais pouco preocupadas com os destinos mais a longo prazo da Berlim do ano 2000. O que eles queriam, na verdade, era realizar seus lucros. Assim, os empreendimentos mais impessoais dos escritórios ganharam prioridade, obrigando os administradores municipais a fixar uma taxa de 20% para habitação de modo a manter a polifuncionalidade (mistura de funções de escritórios e habitação), como uma maneira de garantir a vida

²⁹² VÁZQUEZ, Carlos García, op. cit., p. 45.

urbana em horas variadas do dia. Paralelamente, o valor das habitações aumentou consideravelmente, o que indicava que os novos empreendimentos só eram acessíveis aos mais afortunados. Esse incremento era previsível, em virtude das condições bastantes diferentes do mercado imobiliário da Berlim 2000 frente a Berlim da IBA. Posteriormente, os empreendedores do setor imobiliário pressionaram pela ampliação do rígido gabarito de 22 para 30 metros, isto é, de seis para oito pavimentos. Além de tudo isso, havia uma expectativa por realizações rápidas e objetivas, o que entrava em choque com os projetos, cuja aprovação dependia de todo um processo de discussão, como o que fora promovido pela IBA. O que parece ter sido esquecido foi a capacidade da cidade, aparentemente adormecida, de criar uma cotidianidade nova. Ainda assim, a atratividade de Berlim era inegável, conforme assinala Carlos Vázquez:

Os numerosos artistas e intelectuais que, nas décadas de 1970 e 1980, decidiram se assentar aqui, fugindo da inerte harmonia das capitais europeias, demonstraram que também a identidade dispersa e instável da Berlim do pós-guerra irradiava magnetismo.²⁹³

²⁹³ VÁZQUEZ, Carlos García, op. cit., p. 47.

Apesar da reunificação e principalmente da reestruturação do transporte de massas, Berlim permaneceu vinculada à ideologia da cidade por partes. Foram estabelecidos três padrões de situações urbanas a serem enfrentadas: a Friedtichstadt e a Dorothenstadt, os grandes vazios determinados pelo muro e a periferia indiferenciada da cidade. Cada uma delas recebeu uma estratégia específica de enfrentamento. Na primeira área, teve lugar a “reconstrução crítica”, que, como já foi dito, pretendia restabelecer o contínuo da cidade do século XIX, com ruas-corredor e gabarito contínuo. Na segunda, pretendia-se fazer frente à conformação da cidade contemporânea, criando alternativas à banalidade dos centros comerciais e da concentração de serviços, sintetizando uma cidade densa, compacta e polifuncional, estruturada pela rua- corredor, na qual o espaço público dominava o espaço privado. Na última apareciam as zonas habitacionais da periferia, para as quais foi escolhido o padrão construtivo dos subúrbios berlineses do século XIX, que combinavam uma densidade média de habitação com praças, parques e interiores de quadra dedicados ao jardim.

Duas intervenções da Berlim capital da Alemanha unificada vêm sendo constantemente divulgadas e discutidas no âmbito da cultura arquitetônica e urbanística: a área do Reichstag, da Lehter Bahnhof ou Haupt Bahnhof (Estação Central), uma mega-estação central de

trens, e do Spreebogen, que reúne as instituições governamentais; e, ao sul do velho portão de Bradenburgo, a Postdammer Platz, que representa a cidade global, dos negócios e das grandes corporações.

O Reichstag, uma requalificação de uma antiga edificação, foi projetado por Norman Foster. A construção situa-se nas proximidades – e com ela está articulada – do Spreebogen, uma grande edificação, no arco do rio Spree, que concentra as organizações governamentais. Projetado por Axel Scultes e Charlotte Frank, o Spreebogen possui 100 metros de largura e 1 quilômetro de comprimento, e atravessa duas vezes o rio Spree. A essas duas edificações soma-se a Lehter Bahnhof ou Haupt Bahnhof, estação central, que coordena os transportes sobre trilhos da nova capital e de todo território alemão, inaugurada em 2006 para o Campeonato Mundial de Futebol. A simples descrição desses equipamentos já aponta o valor simbólico da centralidade e da capacidade aglutinadora investida nesse conjunto, que só foi integralmente materializado em 2006, com a finalização da estação central. Uma poderosa metáfora perpassa todos os projetos, a acessibilidade e a transparência do poder pretendida pela nova Alemanha, que desde a cúpula de Foster até a simples locação da estação central de trens demonstram objetivamente essas premissas. De certa forma, elas

parecem querer exorcizar uma terrível recorrência histórica da Alemanha moderna: o desenvolvimento de totalitarismos exacerbados, como conseqüência quase inevitável da sua união²⁹⁴.

A Postdamer Platz representa a vontade de Berlim de se articular com as cidades globais do mundo de negócios nos tempos do capitalismo tardio. Desde a década de 20, essa movimentada porção da cidade era o centro da vida mundana da capital da Alemanha. Ostentando um certo ar de artificialismo, liberalidade e mesmo uma certa decadência²⁹⁵ nos tempos da República de Weimar, a Postdamer Platz foi literalmente arrasada pelas bombas aliadas em 1945, e apagada do mapa com a construção do muro que lhe cortou ao meio. A pretensão nestes tempos contemporâneo foi transformá-la no centro financeiro da Berlim cidade global. Já em 1991, os organismos de planejamento da cidade reunificada decidiram concentrar o desenvolvimento do setor terciário nessa área e mais a Alexander Platz. Foi realizado um concurso do qual participaram grandes figuras internacionais, entre os quais Renzo Piano, Hans Kollhoff, Oswald Matias Ungers e Rafael Moneo. Foram

²⁹⁴ ELIAS, Norberto. *Os alemães, a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX* (tradução de Álvaro Cabral). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. O autor afirma que sempre que esteve unificada, a Alemanha revelou uma vontade expansionista recorrente na Europa, tanto em termos culturais quanto de territoriais.

²⁹⁵ Para a caracterização da Berlim da República de Weimar, ver DOUGIER, Henry. *Berlim, 1919-1933, a encarnação extrema da modernidade* (tradução de Lucy Magalhães). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993 (coleção Memória das Cidades).

apresentadas diversas propostas e todas restituíam uma certa continuidade típica da cidade europeia, negando a pontuação dos arranha-céus. O vencedor, Renzo Piano, propunha uma extensão do plano de água que extravasava do velho rio Spree para a área, definindo uma volumetria mais exuberante do ponto de vista formal²⁹⁶. No entanto, as corporações atraídas para a área acabaram mudando os parâmetros definidos pelo projeto inicial, deixando claro que, mesmo diante do novo Estado alemão, a correlação de forças entre capital privado e interesse público havia mudado. Carlos Vázquez destaca esse ponto:

Os terrenos que inicialmente pertenciam a Prefeitura foram vendidos a três multinacionais – Daimler-Benz, Sony e A+T – em alguns casos pela metade do preço estimado pela comissão de peritos do Estado federal de Berlim.²⁹⁷

Esses 68.000 metros quadrados, situados no coração da nova capital da Alemanha unificada e que foram vendidos por 133 milhões de marcos, passaram a concentra uma enorme quantidade de trabalhos dos virtuosos da arquitetura contemporânea. Foi lá que Renzo Piano, Arata Isozaki, Helmut Jahn, Vítório Gregotti e Rafael Moneo plantaram seus projetos.

²⁹⁶ Revista *Lótus* nº 80, março de 1994, Milão: Elemondi, 1994.

²⁹⁷ VAZQUES, Carlos Garcia, op. cit., p. 46.

Enfim, o que a nova capital da Grossdeutschland parece apontar é que as operações de planejamento mais sistêmico e generalista e o projeto urbano ou arquitetônico não possuem mais uma seqüência contínua e sucessiva. No mundo contemporâneo, mesmo um Estado forte como o da Alemanha reunificada, o poder público tinha de negociar com as grandes corporações privadas, as quais, muitas vezes, invertiam a seqüência institucionalizada entre plano e projeto. Nesse mesmo sentido, a presença de pelo menos 30% da área destinada à habitação, inicialmente exigida mesmo em Postdammer Platz, mostra como se modificou a correlação de forças na cidade contemporânea entre as grandes corporações internacionais e poder público. A emergência de uma lógica financeira, na qual os lucros de curtíssima duração são buscados febrilmente, confronta-se com os interesses cotidianos de amplos setores da população. Mesmo em Berlim, paradigma do capitalismo onde o Estado exercia forte poder de articulação dos interesses, percebe-se que a balança pende cada vez mais para a satisfação das grandes corporações internacionais e dos interesses especulativos, preocupados com a construção da cidade apenas no curtíssimo prazo.

E. Puerto Madero, Buenos Aires

Do outro lado do mundo, em sua porção mais pobre, a cidade de Buenos Aires destaca-se pelas suas intervenções espetaculares, que obedecem uma dinâmica muito mais próxima da realidade de Terceiro Mundo. A área de Puerto Madero e a antiga Costanera Norte – próximas ao centro institucional da capital da República da Argentina, a emblemática Plaza de Mayo – despontaram, ao final dos anos 80, como principal objeto para a recentralização da imensa região metropolitana de Buenos Aires.

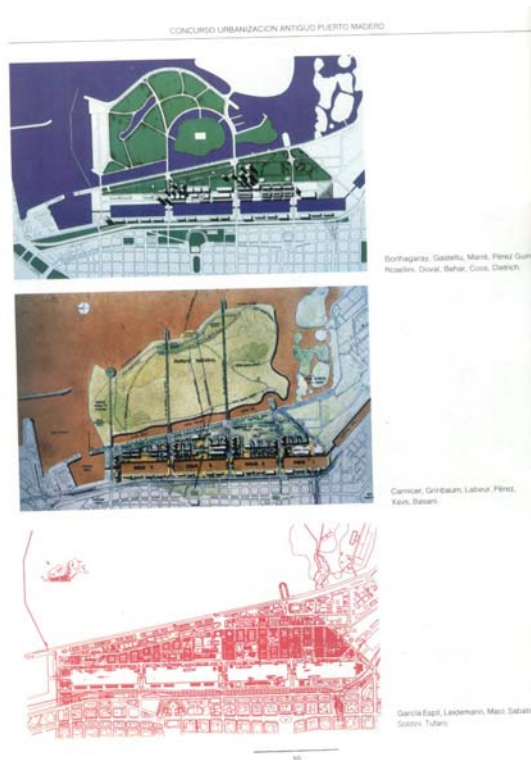
O primeiro movimento para requalificar a área foi dado pela institucionalização da Corporación Antiguo Puerto Madero, empresa de economia mista que iria administrar as estratégias de incorporação de Puerto Madero e adjacências. Essa porção da cidade havia, no final do século XIX e no início do século XX, abrigado um dos mais importantes portos do mundo, grande exportador de carne e trigo. No entanto, uma dinâmica ambiental de acelerado assoreamento e redução de calado inviabilizou seu uso por mais tempo. Puerto Madero está localizado numa região do estuário do rio da Prata, que, em virtude da dinâmica das marés e do fluxo fluvial, retira sedimentos da costa uruguaia e deposita-os nas proximidades dos fundos da Casa Rosada, exatamente a área a ser

requalificada²⁹⁸. Esse fato determinou que Puerto Madero tivesse uma curta vida operacional, tornando-se em pouco tempo um ancoradouro com custos de dragagem elevados. Prova disso é que se examinarmos as fotos das antigas cervejarias da costa, situadas além da sucessão dos diques, verificamos que no início do século XIX elas ainda eram margeadas pelo caudaloso rio do Prata. Hoje, apresentam uma larga faixa de terra à sua frente.

Puerto Madero foi contemplado com uma infinidade de planos desde 1925, entre os quais o do engenheiro Briano, datado de 1930, que estabelece os galpões e os diques, pelo projeto de Le Corbusier de 1938 com suas imensas torres, até chegar ao concurso de idéias para o desenvolvimento urbanístico de Puerto Madero, de 1991. No estudo desses planos percebe-se uma clara inflexão ideológica a partir de 1969, com o chamado Plano ORDAM, elaborado pelo arquiteto Juan Ballester Peña para a Oficina Regional Del Area Metropolitana. Pela primeira vez a proposta de permanência da atividade portuária na área saía de cena, sendo enfatizados os usos administrativos e terciários, juntamente com a dimensão recreativa. O paradigma ambiental começava a surgir naquele momento, fixando o conceito de que as contínuas dragagens da área eram

²⁹⁸ Revista *Arquis*. Buenos Aires: Universidade de Palermo, janeiro de 1994.

anti-econômicas e que a localização do porto mais adequada nunca deveria ter sido aquela. Até 1962 – ano de divulgação do chamado Plano MCBA, apresentado pela Municipalidad de la Ciudad de Buenos Aires –, as atividades portuárias ainda eram mantidas ali, apesar dos crescentes custos de dragagem que acarretavam. Já em 1969, o Plano ORDAM indicava a emergência de uma forma de atuar mais preocupada com os humores da natureza, algo inusitado no início da década.



Os três projetos que venceram o concurso para Puerto Madero

O concurso de idéias de 1991 para o novo Puerto Madero se iniciava com uma citação de Manuel de Solá Morales, que indicava uma inflexão no pensamento urbanístico e que tinha como título *La segunda historia del proyecto urbano*,²⁹⁹ mostrando a presença do modelo catalão nas intervenções portenhas. Para Solá Morales, cinco fatores definiam uma maneira alternativa de pensar a cidade no começo dos anos 90: efeitos territoriais muito além da área de atuação; superação da monofuncionalidade construtora de um caráter complexo e interdependente; pressa na materialização do planejamento, carga voluntarista; e ampliação do componente público carregado de simbolismo.

Em termos práticos, a ação de transformação de Puerto Madero teve início com a constituição de uma equipe que reunia técnicos do Conselho de Planificación Urbana de Buenos Aires e técnicos contratados pela Prefeitura de Barcelona, no âmbito de um convênio de cooperação entre as duas cidades³⁰⁰. Havia uma profícua tensão

²⁹⁹ A revista *Arquis*, em sua edição de janeiro de 1994 cita a revista *UR* na qual foi publicado o texto de Manuel de Solá Morales

³⁰⁰ A equipe da municipalidade de Buenos Aires era constituída por Alfredo Garay, Jorge Moscato, Emilio Rivoira, Pablo Huberman, Daniel Ziberberg, Silvia Fajre, Mishal Katz e Carlos Rodrigues e a de Barcelona por Jordi Borja, Joan Busquets, Joan Alemany e Jordi Domingo (cf. *Arquis*, jan. 1994).

nestes tempos entre inovação e preservação no interior dessa comissão, conforme lembra Roberto Converti:

Assim como em determinados momentos da história das cidades o crescimento apresenta-se estável em termos de desenvolvimento e possível de ser tipificado baseado em regras e normas, hoje e no rigor de novas demandas são os modos inovadores e excepcionais os que interessam como fundamento de um adequado urbanismo operativo.³⁰¹

O programa do concurso de Idéias, que mobilizou um número significativo de arquitetos argentinos, quantificou um potencial construtivo de 1.500.000m² de área construível e propunha um programa indicativo em torno de cinco pontos:

- a reconversão da área era fundamental para salvá-la e reconstruir a centralidade da região metropolitana;
- a preservação das estruturas era apontada como forma de recuperar a imagem da Argentina como pólo importante agro-exportador do final do século XIX, bem como as estruturas de lazer junto à frente marítima;
- o incentivo à implantação de estruturas ligadas ao terciário (comércio, cultura e serviços) e à habitação;

- a exploração do potencial de lazer do parque da frente marítima; e
- a relocação das atividades portuárias de forma que elas não prejudicassem as outras atividades propostas.

Havia uma certa abstração em todos os objetivos declarados do programa do concurso, uma sobrevalorização das capacidades simbólicas do projeto urbano e um descolamento das reais necessidades da cidade e de seus habitantes. Seria possível recentralizar num único ponto uma metrópole como Buenos Aires? A Argentina na passagem do século XIX para o XX era, sem dúvida, uma potência agro-exportadora, mas era esta a imagem pretendida na contemporaneidade? Este aspecto parece denotar um saudosismo histórico típico da década de 80. A intenção de fazer da cidade um centro de serviços conectado com as megacidades não se chocava frontalmente com a pretensão habitacional? Como reinserir atividades de porto num local condenado a estar continuamente assoreado? Enfim, os objetivos declarados em seu nascedouro pareciam demonstrar a ansiedade partilhada por todas as cidades latino-americanas assentadas no lado do Atlântico para se reinserir numa economia que parecia estar deslocando o seu centro para o Pacífico.

³⁰¹ CONVERTI, Roberto. In *Arquis*, jan. 1994.

O concurso selecionou três equipes³⁰², cujas propostas, na verdade, assemelhavam-se muito no que dizia respeito às massas, preconizando uma clara dispersão da malha xadrez portenha à medida em que se aproximava da frente fluvial. Percebia-se uma clara opção pela continuidade das construções com relação ao arruamento na proposta de Garcia Espil (terceira equipe), ao passo que a proposta de Borthagaray (primeira equipe) dispunha torres sobre um contínuo de parques. Todos os três projetos propunham o incremento do gabarito no ponto da Plaza de Mayo, com a instalação de torres de 40 andares, que marcariam, no macro-território, esta centralidade, residência do presidente da República.

Na etapa seguinte, os arquitetos vencedores deveriam conformar e produzir um projeto urbano definitivo, que consolidasse as etapas de reformulação do território. O projeto definitivo optou por um hibridismo sintetizador, partindo de um urbanismo de massas contínuas junto aos antigos armazéns, até alcançar as velhas cervejarias, onde despontariam torres de maior altura. A implantação do projeto foi iniciada pelo dique mais ao norte (Dique1), próximo aos fundos da Casa Rosada, dirigindo-se primeiro para o sul (diques

³⁰² A primeira equipe era constituída pelos arquitetos Borthagaray, Gastellu, Marré, Perez Guimil, Rosselini, Dovai Behar, Coos e Diedrich. A segunda era composta por Carnicer, Grinbaum, Labeur, Pérez, Xavs e Basani. E finalmente a terceira equipe era integrada por Garcia Espil, Leidermann, Maci, Sabatini, Soldini e Tufaro

2, 3, 4) e depois aproximando-se da frente fluvial. Numa atitude pragmática, os arquitetos reforçaram a presença do forte eixo de circulação de veículos que separa a malha tradicional de Buenos Aires da área de Puerto Madero, conforme previsto no próprio anteprojeto:

Os projetistas estimam, a partir da análise das alternativas, que a solução funcional ideal para a autopista e o ramal ferroviário seria uma solução em trincheira, capaz de assegurar uma maior permeabilidade de entradas e saídas e, ao mesmo tempo, não deteriorar o ambiente espacial. No entanto, as dificuldades surgidas após a análise ambiental particularizada e de sua factibilidade econômica levaram à solução de calçada em nível...³⁰³

A realidade de país localizado na semi-periferia do mundo capitalista logo revelou sua face na escassez de recursos e na improvisação, e na espera de um ciclo de desenvolvimento econômico que garantisse os recursos para a materialização do ideal. O grupo de projetistas reafirmou que a área deveria ter um caráter próprio e que, depois de anos de polêmica entre preservação e inovação, era desejável que ela se assumisse como *porteña*³⁰⁴, uma categoria

³⁰³ “Anteprojeto para Puerto Madero”, *Arquis*, jan. 1994.

³⁰⁴ Discorrendo sobre as primeiras intenções para a reocupação da área de Puerto Madero, Juan Carlos Poli afirma: “A área deve ter um caráter próprio, que se assume como absolutamente portenho, abrindo a possibilidade de propor o novo...Depois de anos de polêmica entre modernidade e preservação,

vaga numa metrópole de dez milhões de habitantes, que polariza a América do Sul. Fica claro no discurso a presença da ideologia do modelo Barcelona, no qual o patriotismo de cidade é importante para galvanizar o interesse pelas transformações, e também um maior compromisso com a contemporaneidade do desenho. Sintomaticamente as primeiras intervenções que marcaram o território de Puerto Madero foram as de empresas públicas recém-privatizadas, a Telecom e a Telefônica. Zaida Muxi, referindo-se às cidades globais, faz a seguinte consideração a respeito do espaço público e do papel das corporações privadas:

A cidade se pensa desde as corporações. A execução de uma cenografia urbana de espaços públicos é a proposta do urbanismo de empresas, que necessita o simbólico para ligar-se com a realidade local.³⁰⁵

Dentro das limitações orçamentárias, a intervenção em Puerto Madero também contou com algumas estrelas do *star system* arquitetônico: o escritório de arquitetura KPF (Kohn, Peterson e Fox), de Chicago, Santiago Calatrava, Rafael Viñoli e o argentino, mas agora com escritório em Nova York, César Pelli. Todos deveriam se associar a escritórios locais, fomentando um

intercâmbio que iria muito além das cátedras acadêmicas, e que na verdade se concentrava no tema da torre de escritórios (KPF e Pelli), no da ponte pênsil (Calatrava) e no do museu para a Coleção Fortabat (Viñoli), todos eles fortes promotores de ícones que pretendiam, no final das contas, despertar o interesse de investidores privados pelo mundo afora.

No entanto, os ícones mais eficientes da área continuaram sendo os antigos armazéns associados aos velhos guindastes de carregamentos dos navios. Os primeiros foram reconvertidos, passando a abrigar restaurantes, escritórios, universidades ou habitações, enquanto os segundos permaneceram sem uso, como velhos dinossauros. Grande parte do mérito da intervenção de Puerto Madero deve-se ao seu esforço continuado de planejamento e suas transformações rapidamente materializadas no território. Todavia, a polifuncionalidade perseguida ainda não se materializou, pois grande parte das instalações habitacionais permanecem inocupadas. Juan Manuel Borthagaray discorre sobre esse ponto:

Nós imaginamos que sobre o bordo da água se formaria uma comunidade de profissionais e artistas que compartilhariam

contextualismo ou transgressão, espera-se que a área conforme um novo contexto, fortemente caracterizado, harmônico e organizado” (*Arquis*, jan. 1994, p.12).

³⁰⁵ MUXI, Zaida (org.), op. cit. , p. 151.

espaços de trabalho com habitação, outorgando-lhe à recuperação um caráter muito diferente do obtido.³⁰⁶

Puerto Madero, transcorridos 16 anos do início das transformações, materializa uma cenografia falsa, onde os principais emblemas são a vontade da sociedade de se libertar de um Estado interventor e ineficiente. Um espaço público monofuncional, espaço exclusivo de uso pontual, onde a casualidade e a cotidianidade ainda não chegaram. A região permanece com a sazonalidade típica das áreas dominadas pelas grandes corporações uso intenso durante o dia e claro declínio logo nas primeiras horas da noite. A única região onde a vida portenha se manifesta em toda sua riqueza talvez seja na frente fluvial, onde, nos fins de semana, a Prefeitura permitiu o estacionamento de carros de ambulantes que comercializam sanduíches e churrasco.

A cidade global assemelha-se cada vez mais a um parque temático destinado apenas ao turismo, onde a cotidianidade não tem mais lugar. As áreas destinadas à habitação atingiram preços muito acima do poder aquisitivo mesmo dos estratos médios argentinos³⁰⁷. Ficava

³⁰⁶ Juan Manuel Borthagaray pertencia a uma das equipes selecionadas pelo Plano de Massas de Puerto Madero. Ver entrevista a MUXI, Zaida, op. cit., p. 154.

³⁰⁷ Em 1996, durante uma visita aos módulos habitacionais dos antigos armazéns de Puerto Madero, fui abordado por um ansioso corretor de imóveis, que me oferecia unidades variadas no empreendimento. A oferta logo baixou de

claro, mais uma vez, que os interesses globais se sobrepujam aos interesses locais da cotidianidade portenha, que seguia indiferente na sua luta de sobrevivência. A produção da cidade contemporânea não coincidia com os interesses dos habitantes locais, pois o compromisso com a realização do lucro cada vez mais rápido era o interesse declarado dos promotores imobiliários.

F. Los Angeles

A cidade de Los Angeles, ao contrário de todas as demais aqui apresentadas, não executou nenhum plano extraordinário, nem possui uma forma coesa de pensar o urbano, nem muito menos desenvolve qualquer esforço de planejamento notável para mudar sua face. Nada do que todas as outras cidades no mundo perseguem sensibiliza essa imensa metrópole, que, na verdade emerge como ícone paradigmático da nova economia, centrada nas tecnologias da informação e da comunicação. Localizada no rico estado norte-americano da Califórnia, cujo PIB é superior ao da Índia, Los Angeles conta com uma densidade habitacional das mais

intensidade, quando meu interlocutor percebeu que minha origem não era da parte mais aquinhoada do Brasil, o estado de São Paulo. Subitamente houve uma inversão, agora era eu que argüia o entediado corretor: “Há compradores paulistas para estas unidades? “Ora eles são os únicos na América Latina capazes de pagar esses preços”.

baixas entre as cidades globais (2.500 hab./km²), uma extensão territorial de 160km lineares no sentido norte-sul e leste-oeste (se contarmos a conurbação que se estende de Santa Bárbara, ao norte de Los Angeles, a San Diego, ao sul), praticamente equivalente à da Irlanda, e o maior crescimento populacional do mundo capitalista desenvolvido. Reunindo esses atributos, Los Angeles impõe sua ideologia do habitar de uma maneira disssimulada e, ao mesmo tempo, determinada ao resto do mundo. Como destacou Mike Davis, em sua entrevista com dois emigrantes salvadorenhos que trabalhavam na construção civil de LA e se escondiam da “migra”:

Um de meus *compañeros* de Llano disse que LA estava em toda parte. Eles a assistiam em San Salvador, em infinitas reprises dubladas de *I love Lucy* e de *Starsky and Hutch*, uma cidade onde todos eram jovens e ricos, dirigiam carros e se viam na televisão.³⁰⁸

Desde os anos 80, assinala o mesmo autor, Los Angeles é uma cidade de maioria latino-americana, onde o espanhol é uma língua tão falada que já determinou a fixação de um novo dialeto, o *spanenglish*, uma mistura que pode ser observada em alguns bairros, em cartazes publicitários bastante institucionalizados. A metrópole a que Davis faz referência é, na verdade, a já mencionada

³⁰⁸ Davis, Mike. *Cidade de quartzo. Escavando o futuro em Los Angeles* (tradução de Renato Aguiar). São Paulo: Página Aberta, 1993, p. 25.

conurbação de cidades e condados, que se estende de San Diego a Santa Bárbara. Um território cortado por auto-estradas, que no condado de Los Angeles chegam a contar com seis pistas de rolamento em cada direção, mas que, invariavelmente, encontram-se engarrafadas. Em quase todas estas auto-pistas existe uma faixa mais à esquerda, que só pode ser usada por veículos que transportem mais de dois passageiros e que, invariavelmente se encontra livre e desimpedida. Ela é a única faixa onde é possível se desenvolver os 120km/h permitidos nas estradas californianas.

O crescimento previsto desta megacidade global para a década de 2010-2020 é de mais seis ou sete milhões de pessoas, na sua maioria vindas da América Central, mas também do Oriente e do resto do mundo. A população WASP – *White, Anglo-Saxon Protestant* – será suplantada pelos chicanos no estado da Califórnia a partir de 2010, determinando uma penetração ainda maior do novo dialeto. A polarização social vem também se intensificando, determinando uma situação constante de insegurança. O crescimento do número de ricos e de pobres e o encolhimento das camadas médias são destacados por Mike Davis:

Uma recente pesquisa das tendências da renda familiar de Los Angeles nos anos oitenta sugere que a abundância, (rendas acima de Us\$ 50 mil), quase triplicou (de 9% para 26%),

enquanto a pobreza, (rendas de até Us\$ 15 mil) cresceu de um terço, de 30% para 40% e a camada média desmoronou pela metade (de 61% para 32%).³⁰⁹

Para fazer frente a esta situação explosiva, Los Angeles inaugurou a onda dos condomínios fechados, locais onde só se entra com identificação e com a análise do seu biotipo, que deve invariavelmente se aproximar do ideal WASP. Soja arrola uma série de empreendimentos no condado de Orange, onde o espaço público foi privatizado e tematizado para ser melhor comercializado. A segurança é o principal fetiche de venda destes condomínios. Westpark, por exemplo, aproxima-se de um *pueblo* mediterrâneo, Mission Viejo lembra a arquitetura das missões franciscanas, seguem-se Isla Negra, Vila de Capri, até o retorno ao fundamentalismo do Autenticamente América³¹⁰.

Essas urbanizações foram desenvolvidas pelo *new-urbanism* americano e são enclaves raciais dentro da continuidade da cidade, onde uma hiperrealidade pretende criar um mundo perfeito. As cidades-fortalezas parecem ser fruto do recrudescimento do fundamentalismo americano, em relação ao qual o velho

³⁰⁹ Davis, Mike, *Cidade de quartzo*, p. 20.

³¹⁰ SOJA, Edward W. *Postmetropolis. Critical Studies of cities and regions*. Oxford: Blackwell, 2001.

pensamento liberal demonstra uma grande perplexidade, de uma forte manipulação dos meios de comunicação de massa e da transformação definitiva da democracia de massas numa peça de marketing publicitário.

Mas nem tudo é entorpecimento e apatia nesta megametrópole, que agora vende a idéia de que se o século XX foi o século do Atlântico, com sua principal cidade materializada em Nova York, o século XXI será o século do Pacífico e sua capital será Los Angeles. Em 1992 uma explosão abrupta, cujo lema era *no justice, no peace*, ganhou as ruas da cidade destruindo qualquer coisa que tivesse à frente. Como consequência da absolvição dos policiais que espancaram Rodney King, um cidadão negro que fora detido por dirigir embriagado, uma multidão oscilando entre 50 mil a 200 mil pessoas lançou-se às ruas, saqueando e queimando uma dezena de núcleos comerciais, começando pelo centro até atingir as periferias mais sofisticadas.

Soja também menciona os micro-movimentos centrados em temas da cotidianidade que estão rearticulando uma capacidade crítica, democrática e construtora de uma nova cidadania. Esses movimentos articulam-se invariavelmente em torno da internet e de

problemas de gênero, cultura ou raça e elegem questões de consciência espacial para reformar seus cotidianos.

Por outro lado, este território gerou, do ponto de vista cultural, uma das manifestações mais profícuas do século XX – o cinema e todo o aparato que o acompanha, desde roteiristas a divas e beldades extravagantes. Sua história se desenvolveu reunindo, em campus universitários ou no entorno de grandes estúdios, figuras tão díspares como Walt Disney, Orson Welles, Berthold Brecht, Alfred Döblin, Adorno e Hockheimer, Frank O. Gehry e tantos outros. Foi nesse espaço, que tanto pode encarnar o paraíso quanto o inferno, que Adorno e Hockheimer escreveram, no exílio dos anos de Hitler, as desiludidas páginas da *Dialética do esclarecimento*, uma clara condenação à superficialidade da indústria cultural de massas e às pretensões iluministas da civilização ocidental. Para esses dois teóricos da Escola de Frankfurt, a espacialidade específica da cidade viciou as proposições clássicas da urbanidade européia. Tal disposição havia entorpecido as massas, na sua heróica predisposição para revolucionar o sistema, no esquema marxiano, e os intelectuais, que nestas paragens haviam sido cooptados pela indústria cultural. Apesar disso, anos mais tarde, já em Frankfurt, Adorno retificou sua aversão pela experiência americana: “Provavelmente não é exagero dizer que toda consciência

contemporânea que não se apropriou da experiência americana, mesmo que em oposição a ela, tem algo de reacionário”.³¹¹

Essa experiência americana – que, apesar de odiada, continua sendo implantada no resto do mundo como forma hegemônica do habitar contemporâneo – tem em Los Angeles um modelo, que combina dispersão territorial, baixas densidades, autopistas e desdém pelo transporte de massas. Los Angeles emerge como paradigma do bem viver ao final nos anos 30, com a disseminação do carro no horizonte das cidades. A partir dessa emergência, mas precisamente a partir do final da década de 50, essa forma de fazer cidade se disseminará pelo mundo como uma força irrevogável. Apesar do horror que suscitou em uma série de ideólogos, essa imagem de cidade continuou se implantando à revelia de qualquer pensamento. Atualmente, cidades européias como Madri apresentam um desenvolvimento disperso e esgarçado, combinando poderosas autopistas e bucólicas residências unifamiliares. Alfred Döblin, autor do romance *Berlim Alexanderplatz*, era particularmente refratário à vida “anti-urbana” que Los Angeles prometia nos anos 30. Quando lhe perguntaram o que achava da vida naqueles subúrbios intermináveis, ele afirmou, categórico, que

³¹¹ JAY, Marin. *The Dialectical Imagination A History of the Frankfurt School and the Institute of Social Research, 1923-1950*. San Francisco: Berkeley, 1985, p. 123.

...realmente fica-se muito tempo e freqüentemente ao ar livre por aqui, mas serei eu uma vaca?³¹²

Este mito anti-urbano possui outros ingredientes que efetivamente colonizaram o mundo do habitar em outras partes do mundo de forma indelével. São eles a mitologia do sol e da saúde³¹³, o carro como liberdade suprema, a mistificação da missão católica e uma imposição conservadora de contenção, a todo custo, de toda forma de conflito. A Califórnia meridional foi sistematicamente vendida – primeiro, no âmbito dos EUA, e depois para todo o mundo – como a terra da realização de todos os sonhos, uma terra pacificada. Davis mostra como essas idéias se desenvolveram e como, por trás de toda criação mitológica, sempre esboçou-se uma resistência intelectual particular, desde os socialistas até os *rappers* contemporâneos, passando por toda a literatura e a filmografia *noir*. Ao contrário de outras cidades americanas, que sempre tiveram suas imagens vinculadas a conflitos agudos ou a um industrialismo sujo, Los Angeles parece que já surgiu pós-industrial, livre dos

³¹² DAVIS, Mike, *Cidade de quartzo*, p. 44.

³¹³ Neste sentido, a construção do símbolo do urbanismo é sintomática da representação da penetração dessa ideologia no seio da sociedade.

conflitos operários que marcaram a vizinha do norte, localizada a 400 km, San Francisco³¹⁴.

Para combater a ideologia da cidade dispersa, surgiu, por volta dos anos 80, um movimento denominado *new-urbanism*, que pretendia transformar as cidades em cidades, ou seja, torná-las, novamente, artefatos densos, bem diferentes das baixas densidades dos suburbios americanos – “*Cities get it*”. Desde a fundação da nação, a ideologia de que a cidade era produtora de vícios e desvios no comportamento humano está fortemente instalada na cultura americana³¹⁵. O culto jeffersoniano das pequenas comunidades é algo sempre presente na cabeça do americano médio, que busca uma habitação para sua família. Esta ideologia anti-urbana também esteve presente no modernismo europeu, que considerava a grande cidade como fonte de perversões e distúrbios sociais³¹⁶. Thomas Jefferson, empenhado na construção da nova nação, irá explorar, com extrema lucidez, o valor pedagógico, institucional e simbólico da arquitetura e do urbanismo. Sua política é claramente anti-urbana e agrária; para ele, a cidade concentra, no fundo, todos os males que

³¹⁴ Segundo DAVIS, Mike, *Cidade de quartzo*, p.37, San Francisco era, nos anos 1930, a cidade com maior grau de sindicalização do mundo.

³¹⁵ Ver, a esse respeito, a seção sobre Françoise Choay neste capítulo.

³¹⁶ De certa forma, o modernismo europeu possui duas vertentes: a corbusiana, que pretende reconstruir idílios citadinos transformados em parque; e a de Hilberseimer, na qual a grande cidade modernista é uma versão mais densificada e compacta.

a sociedade americana deve combater. Enquanto Alexander Hamilton aposta na aceleração do capital financeiro e industrial americano, Jefferson situa-se no nível utópico, se mantendo-se contra a cidade, contra a economia industrial, tentando impedir que as lógicas impostas pela democracia traduzam-se em conseqüências econômicas. A cidade-fábrica de Monticello, projetada e construída por Jefferson em 1749 para si mesmo, é um monumento à utopia agrária. O pragmatismo americano se utiliza dos modelos paladianos, sacmozzianos e morrisianos, fundindo três épocas diferentes. Há uma certa sacralização do espaço, transformado em vila-templo.

O aspecto central do classicismo manipulado por Jefferson é a mutação do mito europeu em americano, transformado em valor racional, capaz de unificar os interesses da jovem nação. Esses valores são trazidos já sintetizados da Europa, mas despojados de tudo que possa isolá-los da vida civil, perdendo, portanto, sua aura. No campus da Universidade de Virgínia, em Charlottesville, Jefferson formulará a idéia de uma aldeia acadêmica, no qual a biblioteca com sua cúpula diferenciadora assume a posição de monumento organizador e estruturador do espaço. A imagem é a da América radical, ambiente agrário, mobilidade dos valores, ímpeto individualista e, apesar disso tudo, estabilidade institucional.

Alexis de Tocqueville³¹⁷ identificou como ninguém os perigos da ênfase na impetuosidade individual, sempre estimulada até os limites da anarquia e a dimensão pública e coletiva. A partir dessa ideologia as cidades americanas, principalmente depois do segundo pós-guerra, desenvolveram-se pela dispersão, ao longo de *strip malls*, estacionamentos, auto-pistas e casas espalhadas. Ao longo das década de 80 e 90, muitas comunidades transformaram-se em problemas devido à ausência de equilíbrio entre habitação e comodidades de serviços. A ideologia americana, que conquistou o espaço do bem viver mundial, envolve uma casa solta num jardim, dois carros por família e um ambiente restrito a contínuos de habitação. Este modelo é claramente insustentável, tanto do ponto de vista ambiental, quanto da capacidade do orçamento de muitos municípios do mundo.

Os princípios do *new urbanism* foram definidos numa carta elaborada entre 1993 e 1996, no decorrer de uma série de seminários que reuniram arquitetos, planejadores, cidadãos interessados, estudiosos, representantes oficiais e empreendedores. O movimento permanece em construção, realizando pelo menos anualmente um seminário em diferentes cidades americanas. O

³¹⁷ TOCQUEVILLE, Alexis de. *Democracy in America*. Nova York: Penguin Books, 2003.

primeiro encontro foi realizado na cidade de Alexandria em outubro de 1993, no estado da Virgínia, e reuniu 170 pessoas. Os temas deste primeiro encontro eram os seguintes: o lugar dos subúrbios modernos, o declínio dos centros urbanos tradicionais, o desenvolvimento de comunidades separadas por raça e padrões de renda e a dependência da família americana média do automóvel para prover suas necessidades básicas. Um grupo de seis arquitetos – Peter Calthorpe, Andrés Duany, Elizabeth Moule, Elizabeth Plater-Zyberk, Stefanos Polyzoides e Daniel Solomon – tomaram à frente deste movimento, assumindo as funções de um secretariado geral. O grupo passou a organizar os chamados Congressos para um Novo Urbanismo (CNU).

A novidade dentro da proposta do *new urbanism* é, em primeiro lugar, sua estrutura não hierárquica, em rede, o que se insere fortemente dentro da estrutura democrática americana. Em segundo lugar, sua proposta de atuação sobre o senso comum, sobre a forma de desenvolvimento da cidade americana, representa um abandono afirmativo da posição vanguardista, que sempre marcou as reflexões sobre a matéria. Em terceiro lugar, sua proposta ideológica de cidade, que confronta frontalmente esse mesmo senso comum americano, nega fortemente os subúrbios dispersos, a utilização do carro e o zoneamento unifuncional.

O *new urbanism* descreve seus princípios a partir de uma graduação de escalas, que modulam a ocupação humana no território. Em primeiro lugar, existe a região, caracterizada como contexto geral, que pretende ampliar a forma de atuação do urbanismo, transcendendo as linhas tradicionais de limite das diferentes jurisdições, para criar uma ocupação saudável do território. Comunidades e cidades, como as regiões, necessitam adotar uma estratégia de compreensão metropolitana para se desenvolver, também precisam da construção de limites claros e precisos, de forma a conformar um sentimento de pertencimento. A limitação da cidade de forma clara, assim como de seu entorno, subdividido em vazios produtivos ou selvagens é tão importante quanto a definição do centro histórico. Essas limitações definem uma graduação de densidades, que propicia a otimização das redes de infra-estrutura das regiões. Dentro dessas graduações, aplicam-se níveis adequados de densidade construtiva, tamanho de ruas e uma mistura de usos apropriada.

Em segundo lugar, existem as vizinhanças, que, na verdade, distinguem as formas de atuação do *new urbanism* de outras formas. A proposta propõe diversidade de usos e de classes, áreas pedestrianizadas e a busca de uma densidade que combata a dispersão tradicional da cidade americana. Para o movimento, é

fundamental a definição nítida do que é considerado uma vizinhança, tendo cada uma delas uma centralidade e uma borda. Neste centro deve existir um forte pólo de atração, que deve ser um espaço público, podendo ser uma praça, um parque ou um cruzamento importante. O tamanho ótimo de uma vizinhança é definido por um perímetro de ¼ de milha (450 metros), pois esta medida corresponde a uma caminhada confortável de cinco minutos para várias faixas etárias. Esse espaço caminhável deve garantir o atendimento das necessidades diárias da comunidade, incluindo aí residências de tipologias variadas (unifamiliar e multifamiliar), lojas, locais de trabalho, escolas e áreas de recreação. Esse mesmo espaço deve comportar um ponto nodal do transporte público, que permita o deslocamento rápido e confortável ao centro da cidade.

Em terceiro lugar, o caráter de cada um dos elementos que configuraram um conjunto de fatos urbanos – que são a quadra, a rua e a construção – define a espacialidade pretendida pelo *new urbanism*. As ruas devem ser lugares seguros, confortáveis, locais interessantes para as pessoas andarem e se encontrarem; as construções adjacentes devem ser abertas para os passeios, ao invés de amplas áreas de estacionamento. “Vitrines e portas vigiam a caminhada”, tornando estes espaços mais seguros e atraentes para todos. As ruas usam as construções para materializar um

consistente e compreensível limite para elas, acomodando todo tipo de estilos e funções. As localizações importantes são reservadas às construções de grande acesso, pretendendo-se, com isso, atingir um equilíbrio entre o uso das edificações e seus contextos. As ruas devem acomodar carros de forma disciplinada, mas também, e principalmente pedestres, bicicletas e mesas de bar.

Apesar de toda essa explicitação teórica, o *new urbanism* vem se materializando na própria Los Angeles de uma maneira perversa e articulada com as cidades vigiadas, os condomínios fechados ou guetos ricos. Michael Sorkin, em *Variations on a Theme Park : The New American City and the End of Public Space*³¹⁸, destaca como os problemas presentes nessa visão ideológica da cidade, seu caráter de classe, sua celebração da história e sua crítica ao urbanismo moderno como produtor de um espaço anti-urbano, acabaram sendo apropriados pelos especuladores, que passaram a produzir empreendimentos restritos aos brancos. Este mesmo autor – em recente seminário do próprio *new urbanism*, realizado na Universidade de Michigan – sintetizou uma dura crítica ao movimento, listando “dez advertências aos meus amigos do *new*

³¹⁸ SORKIN, Michael (org.). *Variations on a Theme Park: The New American City and the End of Public Space*. Nova York:Farrar, Straus and Giroux,1991.

*urbanism*³¹⁹, no qual aponta um significativo aumento dos empreendimentos fechados em *clusters*, gentrificação, conservadorismo estilístico, homogeneização racial e o fundamentalismo americano³²⁰. Mas talvez a crítica mais contundente a esse movimento foi promovida pelo próprio cinema, com o filme *O Show de Truman*, ambientado em Seaside, emblemática criação do *new urbanism* na Flórida, e que mostra um *reality show* baseado na vida de um típico americano médio.

Além dessa espacialidade, uma outra criação vigorosa foi gestada na Los Angeles da década de 50, os sistemas de parque temáticos, que também conquistaram o mundo. Walt Disney desenvolveu uma articulação particular entre engenharia e divertimento, criando uma mistura de entorpecimento, diversão e alienação: a imageria. A Disneylândia, um espaço cheio de simulacros, o velho parque de diversões, agora fixado em Anaheim e estruturado em torno da indelével *main street* de toda as pequenas cidades americanas. A

³¹⁹ Em LARA, Fernando, *Admirável urbanismo novo* – arquitextos www.viruvius.com.br, são mencionadas as dez advertências.

³²⁰ DUARTE, Cristóvão Fernandes. *Forma e movimento*. Rio de Janeiro: Viana & Mosley, 2007. “As novas cidadelas contemporâneas se articulam ao mesmo tempo em que se contrapõem à cidade do automóvel. O paradoxo está em que tanto a cidadela do consumo como a cidadela da moradia dependem, para o seu adequado funcionamento, da circulação motorizada, que, no entanto, deve ser mantida afastada e sob controle...Além do mais não haveria mesmo de ser da alçada das classes hegemônicas a tarefa de propor soluções aceitáveis para os problemas da cidade, eles próprios, resultantes da lógica da dominação” (p.117).

Dysneylândia é uma utopia degenerada, uma ideologia realizada sob a forma de mito³²¹. Ela é a comercialização de nossa vontade de fantasia, a realização das ilusões não num filme, mas na realidade. As fachadas fantásticas dos brinquedos e temas que se abrem para a *main street* são todas reais e invariavelmente vendem quinquilharias diversas, pagas em dólares reais. Desenvolve-se, nesse local, a passividade absoluta, sempre amparada por um exército de funcionários que dão orientações precisas. Umberto Eco faz uma análise acurada do significado simbólico da Disneylândia:

Marin notou que é condição essencial, para se ter acesso à Dysneylândia, largar o carro num imenso estacionamento e atingir os limites da cidade do sonho em trezinhos apropriados; e abandonar o carro para um californiano, é abandonar a própria natureza humana, para se entregar a um outro poder e renunciar à própria iniciativa. Alegoria da sociedade de consumo, lugar do iconismo absoluto, a Dysneylândia é o lugar da passividade total.³²²

Ela passou a ser o paradigma do consumismo pacificado, que se desenvolve nos *malls* de *shopping centers* pelo mundo afora, uma inteligente mistura de descompressão do *stress* diário, consumo, curiosidade e divertimento. Uma cidadela controlada, onde o espaço

³²¹ ECO, Umberto. *Viagem à irrealidade cotidiana. A cidade dos autômatos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

³²² ECO, Umberto, op. cit., p. 60.

público universalizado é esquecido em função da capacidade de crédito, uma experiência cada vez mais presente nos empreendimentos do mundo inteiro. Assim como no habitar, Los Angeles também determina o padrão da boa vida na manipulação do espaço público, que se transformou numa mistura de descompressão do *stress*, cercado de muito consumo e com uma invariável absorção de cultura domesticada. As estratégias comerciais destes anos de capitalismo tardio embaralharam, de forma definitiva, a cultura, o lazer e uma comercialização desenfreada.

Outro mito, explorado até a exaustão pela Los Angeles contemporânea, é o mito das missões, que se instalaram no território da Califórnia antes da chegada dos anglo-saxões. Espalhadas ao longo da Costa oeste, num espaçamento constante de aproximadamente 80 quilômetros, as missões foram lapidares para vender a idéia de uma terra sem conflitos. Se as missões parecem ser um ideal específico da Califórnia, restrito às especulações locais, o ideal de pacificação geral parece ter colonizado de forma definitiva o resto do mundo. Povoadas por índios californianos catequizados, as missões espanholas eram comunidades agrícolas, que produziam uma ampla gama de produtos. Essas implantações tinham seu núcleo propriamente urbano instalado em torno de um monastério

franciscano, que apresentava, invariavelmente, uma tipologia em pátio, ladeada por uma igreja com um ou dois campanários, que representavam os pontos mais marcantes da paisagem. Construídas com tijolos e revestidas por uma argamassa branca e cobertas com telhas de barro, essas implantações serviam de defesa das comunidades, uma espécie de fortaleza contra as constantes investidas de índios não assimilados. Apesar disso, os mitólogos da Califórnia meridional sempre abafaram a presença deste conflito, conforme assinala Kevin Starr:

A literatura das missões pintou a história das relações raciais como um ritual pastoral de obediência e paternalismo: índios graciosos, alegres como aldeões da ópera italiana, ajoelhavam-se obedientemente diante dos franciscanos para receber batismo de uma cultura superior, enquanto, ao fundo, dobravam os sinos do campanário guarnecido de andorinhas para anunciar o *Angelus*, e um coro de frades entoava o *Te Deum*.³²³

O estilo missão glamuriza hoje uma série de empreendimentos habitacionais em Los Angeles como uma hiperrealidade tão perfeita que deixa óbvio sua impossibilidade de criar uma alternativa. A manipulação da história da Califórnia meridional para produzir um efeito pacificado, quase destituído de esforços, é parte de uma

³²³ STARR, Kevin. *Inventing the Dream: Californian Through the Progressive Era* New York/Oxford: Oxford University Press, 1985, p. 85.

estratégia geral de entorpecimento. A cidade de Los Angeles tem representado em seu território, de maneira exemplar e didática, toda a irresponsável ausência de previsibilidade do capitalismo tardio. Aí estão presentes toda a concentração de renda ou a ausência de oportunidades e de mobilidade de uma imensa maioria. Alguns teóricos, notadamente Carlos Vázquez, articulam o pensamento elaborado na cidade como sociológico. Na verdade, com sua ideologia do habitar disperso, Los Angeles remete muito mais à vitória do contingente e do improvisado sobre o planejado. O planejamento do bem viver se estabeleceu neste território, tentando mostrar-se como fruto de uma geração espontânea e, apesar de toda resistência intelectual, continua se desenvolvendo pelo mundo afora como paradigma da boa vida. A classe dos arquitetos precisa construir uma alternativa ideológica, pois o modelo de dispersão interminável de Los Angeles representa um grave risco para a ecologia do planeta. Mike Davis, em *A ecologia do medo*, demonstrou isso fartamente³²⁴. Para os profissionais de projeto, a proposta do *new urbanism* é uma prova de que o modelo alternativo a essa cidade não poderá se restringir a meros arranjos formais, mas sim estar atrelada a uma firme vontade de atrair parcelas maiores da população.

³²⁴ DAVIS, Mike. *Ecologia do medo. Los Angeles e a fabricação de um desastre* (tradução de Aluizio Pestana Costa). Rio de Janeiro: Record, 2001.



O mito da casa de campo, uma busca anti-ecológica, lançada pelas extensões intermináveis de Los Angeles

3. A IDÉIA DA CIDADE CONTEMPORÂNEA NO BRASIL

...o mais importante e bonito, do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas – mas que elas vão sempre mudando. Afinam ou desafinam. Verdade maior.³²⁵

Percorridas as ideologias que dominaram o pensamento e a operatividade no mundo contemporâneo no âmbito internacional, traçaremos, neste capítulo, os desenvolvimentos levados a cabo na realidade específica que é o Brasil. De antemão, podemos afirmar que o Brasil constitui uma realidade complexa, que não segue uma lógica meramente seqüencial, tipo causa e efeito, daquilo que acontece no mundo. Todavia, nem por isso é capaz de se libertar da condição de colonizado³²⁶, com todas as potencialidades e limitações que isso encerra. Dentro dessa premissa, o Brasil nasceu como colônia, numa determinada parte do mundo e num determinado momento do processo geral de globalização capitalista,

³²⁵ ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986, p. 21.

³²⁶ Alfredo Bosi, em *A dialética da colonização* (São Paulo: Companhia das Letras, 1992), estabelece uma importante distinção entre condição e sistema, estando a primeira vinculada a um cotidiano, aos recursos efetivamente disponíveis para o exercício da vida, enquanto o segundo corresponde a uma totalidade estruturada e articulada objetivamente. A distinção é próxima das categorias da infra-estrutura e super-estrutura de Marx.

estando inserido, ademais, no longo processo de substituição do feudalismo pelo capitalismo, primeiro mercantilista, depois industrial. Essa condição acarretou uma série de especificidades na sua trajetória, as quais determinaram, paralelamente, uma complementariedade intrínseca e uma certa independência inusitada. Assim, de acordo com Alfredo Bosi,

Se o aumento na circulação de mercadorias se traduz em progresso, não resta dúvida de que a colonização do Novo Mundo atuou como um agente modernizador da rede comercial européia durante os séculos XVI, XVII e XVIII. Neste contexto, a economia colonial foi efeito e estímulo dos mercados metropolitanos na longa fase que medeia entre a agonia do feudalismo e o surto da Revolução Industrial.³²⁷

Portanto, a colonização mercantilista encerrava um impulso modernizante no espaço social europeu, provocando uma aceleração do processo de transição do feudalismo para o capitalismo mercantilista. Esse mesmo processo também reinventou antigos regimes de trabalho, começando pelo extermínio da população autóctone e prolongando-se na escravidão. A exploração colonial implantou, no curto prazo, estilos violentos de interação social, que desconheciam a diversidade de culturas, intimamente articulados com os mecanismos de controle e de exploração e

³²⁷ BOSI, Alfredo, op. cit., p. 20.

operacionalizadas por uma ansiedade de aceleração do tempo. Desde o começo, com o ciclo da cana-de-açúcar, até a soja, passando pelo gado e pela expansão rodoviarista, a expansão das fronteiras internas do Brasil baseou-se na barbarização ecológica e populacional. A constante flexibilização dos meios para se atingir mais rapidamente os fins, somada à ansiedade para a aceleração do tempo, gerou uma modalidade de habitar eternamente precária, em suma colonial.

Os sistemas de pensamento referentes à organização do espaço, neste final de século XX e início de século XXI seguem uma estruturação complexa no nosso país. Sua arrancada está embasada numa ideologia moderna da nação, gestada nos anos 60 com a mudança da capital para Brasília e calcada na crença de que o país havia se libertado de todo tipo de arcaísmo, de um passado retrógrado e cheio de contradições que emperravam os desenvolvimentos possíveis. Para tal fim, tudo é possível, até mesmo lançar mão dos meios mais excusos e violentos, desde que o desenvolvimento seja plantado, ou melhor arrancado do solo pátrio. Em outras palavras, a organização espacial no Brasil é efeito e estímulo de um mandonismo patriarcal e estamental imposto pelos poderosos aos subalternos, colocando-os num estágio de eterna minoridade. Observa-se, muitas vezes, em uma série de campos,

um voluntarismo que não mede as consequências, como um culto à ignorância. Francisco Iglesias, referindo-se ao fato de que o continente americano só foi reconhecido muito recentemente como produtor de história, mantendo-se no nível da história natural e da geografia, afirma:

Pelo domínio econômico que leva à subjugação, tudo faz da Europa centro vitorioso que lhe dá a certeza do poder. Domina política e economicamente. No plano ideológico o evolucionismo sanciona o poderio do homem branco, visto como superior.³²⁸

Essa condição está presente nas atitudes de diferentes ideólogos que construíram nosso espaço. Eles exibiam, ao mesmo tempo, uma vontade de se libertar dessa pesada carga e uma ânsia por formular gestos mágicos, que nos livrassem dessa mesma condição. Brasília, por exemplo, projeta uma imagem de país moderno, com uma série de construções inusitadas. No entanto, o processo para se obter esta imagem mantém-se arcaico, com os candangos sendo alojados nas cidades-satélites, sem ter acesso a um mínimo de urbanidade.

Feitas essas considerações iniciais, iniciamos nosso percurso com a figura de Lucio Costa, uma referência marcante na reflexão

³²⁸ IGLESIAS, Francisco. *História e ideologia*. São Paulo: Perspectiva, 1981, p.27.

urbanística e arquitetônica nacional, uma presença única durante as primeiras décadas do século XX. Segue com Vilanova Artigas, que funda a forma de atuação da arquitetura paulista, adentra na contemporaneidade com Carlos Nelson dos Santos, passa pela reflexão do núcleo do Rio Grande do Sul, representada por Elvan Silva, e termina no núcleo de Belo Horizonte, consubstanciado na figura de Carlos Antonio Leite Brandão.

As ausências, certamente, são muitas: Roberto Segre, Vicente Del Rio e Lillian Fessler Vaz, no Rio de Janeiro; Otilia Arantes, Ruth Verdezein, Hugo Segawa, Ermínia Maricato, Raquel Rolnick, Sérgio Ferro, Teixeira Coelho em São Paulo; Silvio de Vasconcelos e Luiz Mauro do Carmo Passos, em Minas Gerais; e Carlos Alberto Comas, Benamy Turkiev, Juan Luis Marcaró, no Rio Grande do Sul. Essas ausências só são justificadas pelas limitações do presente trabalho e pela tentativa, explicitada no Capítulo 2, de restringirmo-nos ao pensamento que trata da gênese do projeto mais do que da avaliação da excelência arquitetônica e urbanística. Além do mais, entendemos o esforço aqui empreendido como um passo inicial de uma pesquisa de muito maior fôlego, que seria construir um mapa geral das ideologias projetuais no Brasil contemporâneo.

Após apresentar esses ideólogos, procuramos entender o processo de gestão e construção da cidade brasileira neste final do século XX e início do século XXI, mapeando o que foi possível realizar no Rio de Janeiro e em São Paulo, as duas maiores cidades brasileiras. Reconhecemos, também aqui, algumas ausências importantes, como Curitiba, Belo Horizonte, Salvador, Porto Alegre, Recife e Belém, centros urbanos com visibilidade no cenário nacional, onde foram gestadas uma série de políticas voltadas para a produção da cidade consciente. O estudo das trajetórias dessas cidades é, sem dúvida, de grande relevância, mas, dadas as limitações do presente estudo, deverá ser adiada para uma pesquisa posterior.

3.1. Os teóricos

A. Lucio Costa - ética e ofício

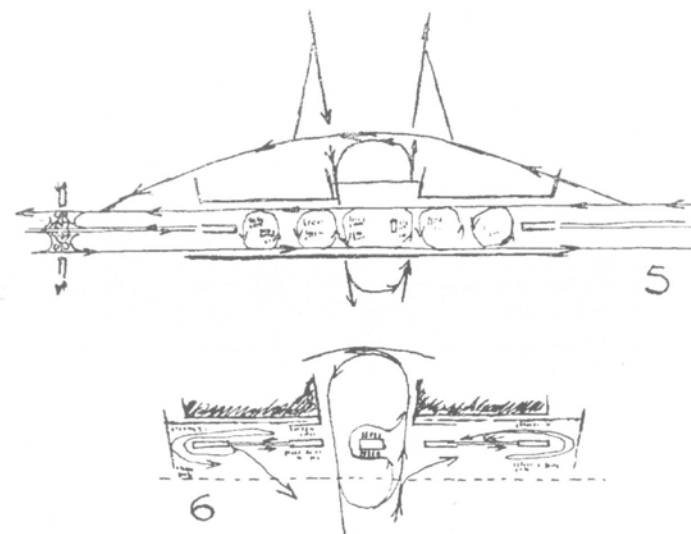
Nosso estudo, vale salientar desde já, concentra-se na década de 60, época na qual Lucio Costa começava a deixar de ser o único ideólogo da arquitetura brasileira, ganhando a companhia de outros formuladores. Pouco antes, ele havia vencido o concurso para a nova capital do país, Brasília, elemento básico da ideologia desenvolvimentista do presidente Juscelino Kubitschek. Brasília, na verdade, estava articulada a um projeto de país que previa uma

distribuição populacional mais equilibrada, não tão concentrada no litoral, o que, de certo modo, remontava ao bandeirismo paulista. O ideólogo do traçado da cidade, numa engenharia típica da índole mineira³²⁹, foi um arquiteto carioca, tido por muitos entendidos como fundador dos pressupostos da escola carioca de arquitetura moderna³³⁰. A manipulação política da arquitetura modernista brasileira, fundando uma nova etapa do nosso desenvolvimento, foi constantemente explorada e divulgada de forma eficiente para o resto do mundo. De acordo com alguns teóricos, notadamente Josep Montaner, o maior desenvolvimento do método da arquitetura e do urbanismo modernistas teve lugar no Leste europeu e na América Latina. A arquitetura e o urbanismo desempenharam importante papel ideológico no processo de modernização do continente latino-americano, incorporando uma interpretação exuberante, monumental, com pretensões estruturalista e integradora de todas as artes³³¹. Brasília terá este caráter.

³²⁹ Como prefeito de Belo Horizonte, Juscelino já havia aliado sua imagem à nova arquitetura de Oscar Niemeyer, no bairro da Pampulha.

³³⁰ WISNIK, Guilherme. *Lucio Costa entre o empenho e a reserva*. São Paulo: Cosac Naif, 2001. "Líder natural do grupo de arquitetos cariocas que seguiu a doutrina de Le Corbusier..."

³³¹ MONTANER, Josep Maria. *Después del Movimiento Moderno – Arquitectura de la Segunda Mitad del Siglo XX*. Barcelona: Gustavo Gilli, 1993.



Brasília: a representação moderna do país

Na verdade, Brasília já demonstrava uma certa rigidez no sonho de um país novo, mantendo muito pouco em aberto para as possibilidades de seu futuro, que parece chegou muito mais cedo que se esperava. A modernidade de Brasília, na verdade, estava restrita a uma elite de vanguarda, que elaborou um projeto extremamente rígido, que não deixava possibilidades para seu processo de implantação, logo desmascarado com as ocupações da sua periferia. Este, porém, não foi um traço presente apenas no desenho de Lucio Costa. Todos os demais projetos que participaram do concurso da nova capital também apresentavam uma ideologia que desnaturalizava o cotidiano da vida na cidade, na sua constante imperfeição³³². O pólo de atração que se materializou naquele ponto do território brasileiro denunciou toda a convivência que nossas elites sempre se utilizaram entre modernidade e arcaísmo, para exatamente incrementar seus benefícios. Com efeito, a face moderna da nova capital foi construída por uma mão de obra desqualificada, que potencializou muito os lucros das elites do país.

Brasília teve o mérito de explicitar a complementaridade entre desenvolvimento e desigualdade que se pretendia superar num país

³³² O único projeto que se mantinha preso a uma estrutura mais aberta de cidade, pela adoção da grelha xadrez, era o de Euripedes Santos. Ver PINHEIRO, Vera e SANTOS, Afonso Heliodoro. *Brasília: trilha aberta*. Brasília: Governo do Distrito Federal, 1986.

subdesenvolvido. A interpretação mais brilhante das contradições inerentes a Brasília foi dada por Guimarães Rosa, para quem modernidade é sempre acompanhada por brutalidade.³³³ Lucio Costa, já na introdução do seu projeto, anunciava os perigos da manipulação da monumentalidade que ele buscava, monumental não no sentido da ostentação, não e apenas como *urbs*, mas também como *civitas*. Brasília, na sua rígida separação das três escalas – a monumental, a da vizinhança e a de lazer –, acabou demonstrando concretamente a necessidade de constante vigília sobre o plano. Vários autores explicitaram a sensação de solidão³³⁴ que essa monumentalidade gera no observador da cidade, pois, até hoje, a vida, na sua cotidianidade, nunca emerge nas unidades de vizinhança das superquadras ou nos espaços institucionais.

O concurso da nova capital foi disputado por 26 projetos, os quais invariavelmente apresentavam arranjos de cidades inusitadas e abstratas, com pouca neutralidade, com uma estrutura aberta, incapaz de ser apropriada de forma diferenciada pelo futuro, até porque essas propostas mostravam que o futuro havia chegado e

³³³ ROSA, Guimarães. *Primeiras Estórias*. Rio de Janeiro: José Olimpio, 1967.

³³⁴ HOLSTON, James. *A cidade modernista, uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, e WISNIK, Guilherme, op.cit.

não que ele ainda estava por vir³³⁵. O júri – presidido por Israel Pinheiro e secretariado por Erasmo Martins Pedro – tinha como membros os brasileiros Oscar Niemeyer, Paulo Antunes Ribeiro, Hildebrando Horta Barbosa e os estrangeiros William Holford, André Sive e Stamo Papadaki. A decisão do júri foi quase unânime³³⁶ em torno do projeto de Lucio Costa. Poucas críticas foram feitas e muitas vantagens destacadas. As críticas referiam-se à distância do lago, a posição do aeroporto, à não utilização das penínsulas e à não estruturação da região do entorno da cidade³³⁷. Lucio Costa incorporou essas críticas em seu desenho definitivo, aproximando o plano do lago, mudando a posição do aeroporto, utilizando as áreas da península, continuando, contudo, sem estruturar o entorno da futura capital.

³³⁵ *Módulo*, nº 8, julho de 1957. O desejo de abstração está espelhado nas atas de reunião do júri da nova capital: “A capital federal, destinada a expressar a grandeza de uma vontade nacional, deverá ser diferente de qualquer cidade de 500 mil habitantes...” (p. 17).

³³⁶ *Módulo*, nº 8, julho de 1957. A voz dissonante foi a de Paulo Antunes Ribeiro, que votou em separado e sugeriu a seleção de 11 trabalhos: “Sugiro que os dez trabalhos separados no primeiro dia, acrescidos do número 11 na numeração a giz, fossem constituídos como a equipe vencedora do concurso, sem classificação, organizando desta forma uma grande comissão encarregada de desenvolver o plano de Brasília” (p. 19).

³³⁷ *Módulo*, nº 8, julho de 1957, o trabalho do escritório MMM Roberto dedicou grande espaço à estruturação do entorno da nova capital

Efetivamente, o plano de Lucio Costa para a nova capital federal era de uma clareza límpida, dando possibilidades de apreensão imediata para qualquer observador. No entanto, sua ideologia de supressão dos limites entre a esfera pública e a privada, seu rodoviarismo positivista³³⁸ e sua tentativa de suprimir o espaço da rua na sua dimensão sociológica³³⁹ conferiram à cidade um caráter abstrato, que acabou sendo apropriado de uma maneira perversa. Lucio Costa permanecia fiel ao corbusianismo que o caracterizava desde a década de 30, tendo sempre estabelecido uma distinção entre o modernismo de estilo e o modernismo corbusiano que propunha uma nova ética do construir. Ao final da década de 50 e início da de 60, essa visão do modernismo corbusiano como uma atitude ética-operacional mais sintonizada com os anseios da sociedade já estava sendo profundamente questionada no âmbito do próprio CIAM³⁴⁰ e pelo próprio mestre.

³³⁸ *Módulo*, nº 8, julho de 1957. No memorial de seu projeto, Lucio Costa afirma: “ (...) houve o propósito de aplicar os princípios francos da técnica rodoviária – inclusive a eliminação dos cruzamentos – à técnica urbanística, conferindo-se ao eixo arqueado, correspondendo às vias naturais de acesso, a função circulatória tronco, com pistas centrais de velocidade e pistas laterais para o tráfego local, e dispendo-se ao longo deste eixo o grosso dos setores residenciais” (p. 32).

³³⁹ Segundo HOLSTON, James, op. cit., “A palavra rua não aparece em nenhum momento do plano de Lucio Costa” (p. 142).

³⁴⁰ FRAMPTON, Kenneth. *As vicissitudes da Ideologia: os CIAM e o Team X, crítica e contracrítica, 1928-68* (tradução de Jefferson Luiz Camargo). São Paulo: Martins Fontes, 1997.

A manutenção da atitude ideológica de proclamação do rodoviarismo da cidade, como item a ser preservado e destacado em Brasília³⁴¹, contribuiu enormemente para o entorpecimento dos sistemas de transportes coletivos no Brasil. A visão urbana de Lucio Costa permaneceu, até o final da vida, presa ao transporte individual do carro, apesar das recorrentes críticas à morte da rua e à evidente impossibilidade de dimensionar as auto-pistas, que ficam sempre aquém da demanda que elas própria geram. As revisões dos princípios corbusianos, acima mencionadas, estavam sendo empreendidas segundo alguns autores³⁴² por alguns discípulos e pelo próprio Le Corbusier, através dos projetos de Chandigar (1950-53) e La Tourette (1956-59). Lucio Costa, numa sucinta entrevista concedida em 1990, caracterizou o mestre francês como o primeiro pós-moderno.³⁴³ Se, de certo modo, o seu apego aos princípios éticos da arquitetura de vanguarda da década de 30, abandonados pelo próprio mestre, revela por um lado uma certa

³⁴¹ Num texto escrito em 1987, Lucio Costa reafirma o rodoviarismo da cidade, defendendo a sua manutenção (cf. COSTA, Lucio, *Registro de uma vivência*, p. 331).

³⁴² Manfredo Tafuri, em *Projeto e utopia* (Lisboa: Presença, 1985) menciona o húngaro Lázlo Moholy-Nagi, enquanto Frampton, op. cit., inclui o dinamarquês Jorn Utzon entre os revisionistas. As décadas de 50 e 60 foram, com efeito, um momento de profundo revisionismo nas teorias arquitetônicas. Foi nesses anos, inclusive, que as idéias de Louis Kahn começaram a ser divulgadas.

³⁴³ COSTA, Lucio, *Registro de uma vivência*: "Acho que o pós moderno começou com Ronchamp e que essa designação não deve ser auto-atribuída, mas conferida pela crítica futura" (p. 424).

dessintonia, por outro aponta o esforço de adaptação feito anteriormente. Ninguém poderá negar a destreza de Lucio Costa em projetos como Monlevade (1934), Parque Guinle (1940) e no Park Hotel (1940) em adaptar os princípios corbusianos a uma forma de construir particular do Brasil, a uma tectonia toda nossa.

Wisnick desenvolve um interessante paralelo entre a atitude programática de Lucio Costa e o movimento do regionalismo crítico dos anos 60, enfatizando a complexidade das decisões projetuais no conjunto de sua obra:

Há um dado inegavelmente atual implicado na imposição de uma certa dificuldade à homogeneização e estandarização cultural, e de uma correlata elaboração criativa da condição de um passado que não se sedimentou. Essa forma velada de resistência encontra interessantes semelhanças com o movimento que, na arquitetura, veio a ser chamado de regionalismo crítico, formulado por Kenneth Frampton.³⁴⁴

Mas Brasília também construiu um paradigma do bem viver no Brasil, com as superquadras e os módulos habitacionais, que se contrapunham à escala monumental da cidade-capital e se

³⁴⁴ WISNIK, Guilherme, op. cit., p. 43.

mantinham numa escala do morar europeu³⁴⁵. A pretensão era que não houvesse qualquer parcelamento, pois o solo da cidade era inteiramente público e, por conseguinte, não deveria haver qualquer constrangimento à livre circulação³⁴⁶. As edificações são cercadas por renques de árvores, cujas copas, ao se tocarem, faziam o papel protetor frente ao trânsito de veículos individuais do eixo habitacional. A superquadra é definida por um quadrado de 280x280 metros, uma dimensão correspondente a quatro quadras convencionais, que se aglutinam em quatro superquadras, conformando um grande quadrado de 560x560 metros. Estas quatro quadras partilhavam um núcleo de comércio, “lojas de bairro”, cinema, escola secundária, igreja, clube e supermercado, pretendendo-se, com isso, conferir permeabilidade entre as unidades de vizinhança. Essas unidades deveriam abrigar, em sua área de 280x280 metros, de 2.500 a 3.000 pessoas distribuídas em 12 edificações de seis andares, socialmente diversificadas.

³⁴⁵ COSTA, Lucio, *Registro de uma vivência*, afirma: “...Creio que houve sabedoria nesta concepção: todos os prédios soltos do chão sobre pilotis, no gabarito médio das cidades européias tradicionais – antes do elevador – harmoniosas, humanas, tudo relacionado à vida cotidiana; as crianças brincando à vontade, ao alcance do chamado das mães...” (p. 308).

³⁴⁶ COSTA, Lucio, *Registro de uma vivência*: “O chão é público – os moradores pertencem à quadra, mas a quadra não lhes pertence – e é esta a grande diferença entre superquadra e condomínio” (p. 326).

No entanto, hoje em dia – mesmo na quadra 400, onde o esforço de mistura social foi empreendido de forma mais veemente –, o que predomina em todo o Plano Piloto é a presença de uma classe de maior poder aquisitivo. Para as classes menos assistidas, restaram as cidades-satélites, que, com o tempo, mas antes mesmo que o Plano Piloto estivesse todo ocupado, assumiram dimensões muito grandes. Brasília deixou claro, e de forma definitiva, o desleixo que as elites brasileiras sempre tiveram pelo problema habitacional do país, apesar dos alertas positivistas de Lucio Costa:

Dar morada ao homem – a todos os homens e suas famílias – é o desafio da era tecnológica... A chamada massificação é uma fatalidade histórica decorrente do fato de já ser tecnicamente possível dar à totalidade das pessoas condições condignas de morar. A moradia do homem comum há de ser o monumento símbolo do nosso tempo, assim como o túmulo, os mosteiros, os castelos e os palácios foram em outras épocas.³⁴⁷

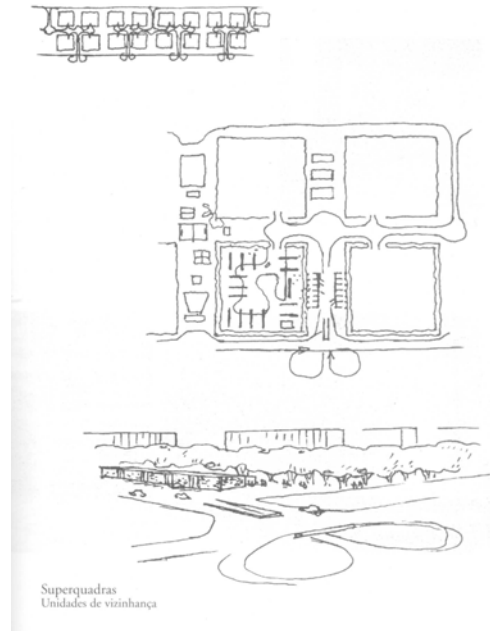
A despeito dessas deficiências, é inegável reconhecer que as superquadras de Brasília conquistaram o imaginário nacional como paradigma do bem-viver, mantendo-se como estruturas permeáveis, muito embora a violência tenha aumentado muito na cidade, nos últimos anos. Claramente aparentadas com a implantação proposta

³⁴⁷ COSTA, Lucio, *Registro de uma vivência*, p. 310.

para o Parque Guinle no Rio de Janeiro dos anos 40, as superquadras foram assimiladas de uma maneira positiva pela população de Brasília. Aliás, é interessante registrar que grande parte da população defende com veemência os arranjos espaciais da cidade, mesmo quando eles a obriga a realizar, diariamente, deslocamentos de carro muito maiores que nas cidades convencionais brasileiras. Em 1987, Lucio Costa apresentou ao secretário de Obras do Distrito Federal Carlos Magalhães, uma série de recomendações relativas à preservação do conteúdo dos pressupostos do Plano Piloto, entre as quais ainda figurava “...manter o caráter rodoviário inerente a pista central do eixo rodoviário-residencial...”³⁴⁸

Nascido em Toulon, na França, em 1902, filho de um engenheiro naval baiano com uma amazonense, Lucio Costa já demonstrava, no hibridismo de sua história pessoal, uma predestinação pela síntese. Aliás sua postura foi sempre eurocentrada, não mostrando interesse pelos ensinamentos da América do Norte, e mesmo não lhes dando crédito. Parecia, com isso, querer se afastar do pragmatismo americano e permanecer fiel a um lirismo clássico e positivista.

³⁴⁸ COSTA, Lucio, *Registro de uma vivência*, p. 331.



A estrutura da superquadra uma proposição habitacional, que conquista o metabolismo social

O consenso que ele determinou à sua volta deve-se, de certo modo, à sua posição isolada como pensador mais articulado do nosso cenário nos primeiros três quartos de século. Sua personalidade tímida e recatada nunca significou fraqueza em sua aposta na nova arquitetura e na consolidação do patrimônio histórico. Da década de 30 à década de 60, a ideologia modernista, na sua vertente

corbusiana³⁴⁹, conquistou o metabolismo social de forma exclusiva, sendo considerada na década de 60 como a cultura do construir institucional do país. Graças a operações inteligentes, demonstradas em seus primeiros projetos, ele adaptou esta forma sintética de construir a uma realidade periférica, adotando sempre uma estética articulada à ética. Com apenas 15 anos de idade, Lucio Costa já dava demonstrações de sua personalidade ímpar:

Sei que serão inúmeros e terríveis os obstáculos que terei de enfrentar, que terei muito que sofrer, mas para subjulgá-los bastará, tenho plena certeza, o sincero amor, a verdadeira adoração que sinto pela Arte – embora talvez não pareça – como missão. E essa missão sagrada tem que ser confiada aos privilégios da sorte que nasceram artistas.³⁵⁰

Tendo iniciado sua atividade profissional preso a uma metodologia ligada aos princípios do historicismo, ele abraça com convicção os princípios da nova arquitetura a partir da casa modernista de Warchavichk construída em São Paulo³⁵¹. Sócio numa firma do

³⁴⁹ O modernismo nunca foi uma unanimidade, havendo dissidências que iam muito além do organicismo e do racionalismo consolidados. Com o cada vez maior distanciamento temporal dessa forma de operar, começamos a perceber a diversidade de posições nela presente.

³⁵⁰ COSTA, Lucio, citado em PESSOA, José. *Lucio Costa: documentos de trabalho*. Rio de Janeiro: Iphan, 1999, p. 10.

³⁵¹ COSTA, Lucio, *Registro de uma vivência*: “Foi lá numa revista chamada *Para Todos*, que tomei conhecimento da existência de Gregori Warchavichk. A nota trazia uma fotografia da casa ‘modernista’ exposta em São Paulo” (p. 72).

próprio Warchavichk e de Carlos Leão³⁵², torna-se professor da Escola Nacional de Belas Artes e consolida-se como arquiteto de gabinete, formulador de bem fundamentados pareceres de preservação para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Apesar disso, seu espaço foi sempre o projeto. Na verdade, como assinalou José Pessoa, ele estará sempre interessado pelos assuntos arquitetônicos e urbanísticos da sua cidade – o Rio de Janeiro – e do país. Quando consultado ou provocado, respondia com desenhos e pareceres típicos da operatividade da profissão.

Cabe destacar que a arquitetura modernista carioca certamente foi prejudicada pelo afastamento precoce do ilustre professor das salas de aula. Esse afastamento privou o pensamento arquitetônico do Rio de Janeiro de um desenvolvimento mais articulado e orgânico, determinando uma certa descontinuidade do fazer arquitetônico, principalmente quando comparado com a escola paulista. Em contrapartida, também fica claro que a dimensão profissional na qual operava o homem ameno, tipicamente brasileiro, do qual Lucio era certamente um exemplo acabado, estava profundamente articulada com as elites, num país mais pacificado que o atual. A citação

³⁵² COSTA, Lucio, *Registro de uma vivência*, p. 72.

abaixo revela uma prática profissional muito mais conciliada. Afinal, onde, na contemporaneidade, ouve-se falar de operários que se alojam na casa de um parente do patrão?

...e finalmente uma casa para o sr. Alfredo Schwartz à rua Raul Pompéia, todas de empreitada, variando os preços por m² de 280 a 370 mil réis. Os primeiros operários trazidos especialmente de São Paulo, e chefiados pelo esplêndido mestre Carlos, ficaram de início hospedados no térreo da casa de meu sogro, o médico Dr Modesto Guimarães, na rua Gustavo Sampaio 58.³⁵³

A situação operativa do jovem arquiteto em início de carreira é bastante reveladora de como a arquitetura enquanto profissão começava a roubar encomendas dos engenheiros, e a mostrar uma face específica e moderna. A adoção dos princípios corbusianos, que representa uma segunda revisão crítica na caminhada profissional de Lucio Costa³⁵⁴, irá demonstrar uma notável maioria compositiva e formal. Lucio fez então adaptações inteligentes dos parâmetros corbusieanos ao estágio de desenvolvimento da construção no Brasil, demonstrando uma maturidade que transcende questões estilísticas. Essas qualidades já estão presentes nos citados projetos de Monlevade, Parque

³⁵³ COSTA, Lucio op. cit., p. 72.

³⁵⁴ A primeira pode ser considerada historicista ou eclético-acadêmica.

Guinle e Park Hotel, nos quais as idéias de independência estrutural, fachada livre e fluidez espacial, típicas do corbuseanismo, articulam-se a formas tectônicas inusitadas, que vão da taipa ao combogó.

Em *Razões da nova arquitetura* (1930), Lucio Costa identifica o academicismo e a falta de objetividade como os inimigos a serem enfrentados pela nova sensibilidade. A consciência de que a máquina e um mundo desencantado provocaram uma ruptura no fazer arquitetônico permite que ele tenha clareza dos papéis de cada agente nessa nova época. Le Corbusier, o visionário formulador de uma nova maneira de construir, guia a transformação, aproximando-se da revolução de Brunelleschi com a cúpula de Florença e determinando que os arquitetos de talento afastem-se dos “impulsos individualísticos”³⁵⁵. Era uma profissão de fé no corbusianismo, como produtor de uma maneira de operar o projeto muito além da estética e profundamente articulada a uma ética do construir.

Retornando ao nosso corte temporal, em 1969 Lucio Costa é chamado para realizar o Plano Piloto da Barra da Tijuca, área do Rio de Janeiro que se afigurava como espaço de expansão do modo de

³⁵⁵ COSTA, Lucio. *Por uma Arquitetura, razões da nova arquitetura*. Porto Alegre: Centro dos Estudantes Universitários de Arquitetura, 1962. Na verdade, o fato de Le Corbusier ter sido praticamente o único mestre de Lucio Costa é o único traço que denuncia uma certa ligeireza cômoda na sua construção ideológica.

vida elegante da cidade, materializada na Zona Sul desde a década de 50. Costa inicia sua exposição destacando o fato de que não se tratava apenas de uma expansão da área urbanizada, mas da definição de uma nova centralidade para a cidade-estado da Guanabara. Sua idéia é reconciliar os vetores de crescimento norte e sul e leste e oeste com a construção de um novo centro administrativo a ser construído na baixada de Jacarepaguá. Segundo ele, o porto de Sepetiba, já então uma realidade, acabaria por determinar uma nova centralidade no seu entorno, polarizando a cidade entre o centro antigo da baía de Guanabara e o novo centro na baía de Sepetiba.

A construção de Lucio Costa utiliza-se de uma lógica geográfica abstrata, descolada da mancha urbana real da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, restrita, portanto, à lógica formal e administrativa da cidade-estado da Guanabara. Assim, se fosse levada em consideração a imensa malha urbana metropolitana – que envolve as cidades de Nova Iguaçu, Belford Roxo, Duque de Caxias, São Gonçalo, Niterói, entre outras –, seria determinada uma outra centralidade que não aquela por ele imaginada. A continuidade física e concreta dessa mancha gigantesca denunciava a artificialidade da proposta, logo no seu início.

Anos antes, a rodovia federal BR-101 havia sido duplicada, num memorável esforço de engenharia, que articulava túneis e viadutos em dois andares à beira-mar. Essa obra não tinha nenhuma relação com o transporte de massas no Rio de Janeiro, uma vez que conectava a nova área de expansão ao trecho mais caro da orla. A estratégia tinha uma intenção especulativa evidente, exemplificada nos nomes dos primeiros lançamentos feitos na área logo depois do Plano de Lucio Costa, como Nova Ipanema ou Novo Leblon³⁵⁶, os bairros cariocas mais valorizados. A ligação rodoviária foi questionada pelo seu custo³⁵⁷ e por seu caráter artificial, pois a ligação natural da área seria com Madureira e a baixada da Avenida Brasil, no ponto entre o maciço da Tijuca e o da Pedra Branca. É evidente, porém, que essa ligação não criaria na área a mística especulativa determinada pela sua conexão com a Zona Sul³⁵⁸.

No âmbito mais geral da cidade, havia sido elaborado, e estava em pleno vigor, o Plano Doxiadis (1963), um plano de cunho técnico que

³⁵⁶ LEITÃO, Gerônimo. *A construção do Eldorado urbano - O Plano Piloto da Barra da Tijuca e Baixada de Jacarepaguá - 1970-1988*. Niterói: EDUFF, 1999.

³⁵⁷ As obras até hoje envolvem custos desproporcionais para a cidade, havendo a cada dois anos a necessidade de promoção da recuperação estrutural do viaduto do Joá, erguido em meio físico extremamente agressivo ao concreto armado, devido à forte presença de maresia.

³⁵⁸ A ligação com a baixada da Avenida Brasil é realizada de forma mais definitiva com o advento da Linha Amarela apenas na década de 90.

pretendia preparar a cidade até o ano 2000. Observava-se nele um claro declínio do discurso estético em prol da ampliação do discurso da eficiência,³⁵⁹ representada pela maior interligação rodoviária entre as partes da metrópole. O Plano Doxiadis enquadrava-se bem à orientação geral do regime militar instaurado no país em 1964, caracterizado, entre outros aspectos, pela centralização das decisões no nível federal e pelo autoritarismo tecnocrático. A opção de Lucio Costa, no Plano da Baixada de Jacarépaguá, mantém-se no nível do estético e não manifesta qualquer desacordo com o esforço rodoviarista representado pela ampliação da BR-101. Em seu plano, ele apenas constata a voracidade da ocupação que se processará, lançando mão de um tom celebratório das conquistas da engenharia e não denunciando a anti-economia do esforço técnico desmedido:

E agora a decisiva ação do DER, criando-lhe via livre de acesso graças a sistema conjugado de túneis e viadutos a meia encosta, expõe a região a uma ocupação imobiliária indiscriminada e predatória.³⁶⁰

Para se contrapor a essa “ocupação imobiliária indiscriminada e predatória”, Lucio Costa tenta preservar o solo primevo e agreste da

³⁵⁹ REZENDE, Vera. *Planejamento urbano e Ideologia: quatro planos para a cidade do Rio de Janeiro* – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

³⁶⁰ COSTA, Lucio, *Registro de uma vivência*, p. 344.

região, acreditando, um tanto ingenuamente, que a cidade artificial de todos os tempos pode conviver com o solo natural. Ao contrário do que propôs em Brasília, sugere para a Barra um habitar baseado na habitação unifamiliar e na pontuação da torre, pretendendo a preservação do solo natural das dunas. Na verdade, promove mais uma das suas adaptações do discurso do mestre Le Corbusier, que, no emblemático Plano Voisin, pretendia transformar o passado de Paris em ruínas arqueológicas:

O passado histórico, patrimônio universal deve ser respeitado. Direi mais deve ser salvo...O Plano Voisin ocupa com os edifícios apenas 5% da superfície do solo, salvaguarda os restos do passado e coloca-os num quadro harmonioso: no meio de verdes.³⁶¹

No Plano da Barra, Lucio Costa busca transformar esse passado de natureza de restinga em solo urbano. O parque, a grama verde banhada pelo sol, reinsere a cidade densa do passado, como uma ruína destelhada, como uma Stonehenge distante e mística. Na Barra, a natureza das dunas intermináveis pretende se reconciliar com a ocupação humana, como se, num passe de mágica, a cidade deixasse de ser continuidade e densidade para se tornar

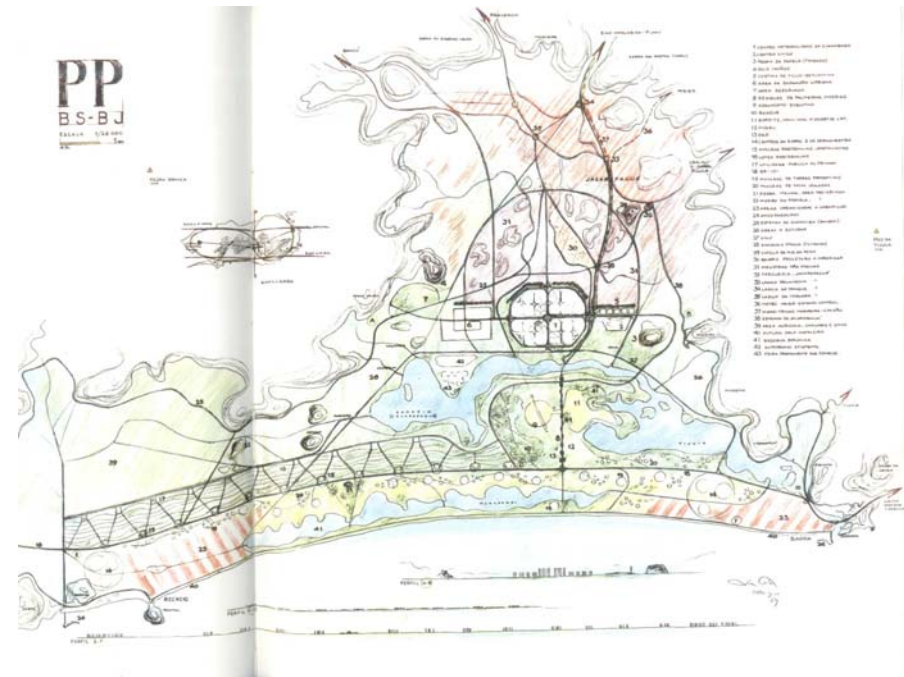
³⁶¹ CORBUSIER, Le. *O urbanismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

dispersão³⁶². O meio urbano artificial e construído é recorrentemente considerado como uma construção inadequada, que deveria se desculpar frente à colonização do mundo natural, mantido intocado em sua forma primitiva. A estratégia pensada por ele era usar o modelo da liberação do solo para deixá-lo incólume, abandonando, por conta disso, a escala da cidade européia, que tanto lhe atraía em Brasília. A preservação do meio ambiente como tema central inicia sua emergência na década de 70, e Lucio Costa, baseado na crença em uma tecnologia humanizada, imagina ser possível a convivência entre especulação imobiliária e conservação da natureza:

E de fato, o que atraía irresistivelmente ali e ainda agora, até certo ponto, atrai é o ar lavado e agreste; o tamanho – as praias e dunas parecem não ter fim; e aquela sensação inusitada de se estar num mundo intocado, primevo. Assim o primeiro impulso instintivo há de ser o de impedir que se faça lá o que seja, o que for...³⁶³

³⁶² “Esses conjuntos de torres, muito afastados, além de favorecer os moradores com o desafogo e a vista, teriam o dom de balizar e dar ritmo espacial a paisagem, compensando ainda, por outro lado, o uso rarefeito do chão mantido agreste” (cf. COSTA, Lucio, *Registro de uma vivência*, p. 349).

³⁶³ COSTA, Lucio, *Registro de uma vivência*, p. 348.



O plano da Barra da Tijuca não confere visibilidade às lagoas da baixada de Jacarepaguá

Apesar dessa clara preocupação ambiental, Lucio Costa fecha os olhos para as inúmeras lagoas que pontuam esta imensa baixada, deixando que o logradouro de cintura, de beira lagoa, previsto no seu plano, seja implantado pelos empreendimentos à medida que a ocupação se processar. Estranhamente, ele ignora a exuberância paisagística da cidade do Rio de Janeiro, que teve suas estruturas preservadas e conservadas a partir da promoção de sua visibilidade.

A Lagoa Rodrigo de Freitas e a Floresta da Tijuca, na estrada das Paineiras, são exemplos de laços de afetividade e proximidade entre um meio urbano e um meio natural³⁶⁴, algo inusitado numa metrópole, e que revelam a possibilidade do desenvolvimento de uma conservação socialmente controlada. Apesar da preocupação ecológica inicialmente demonstrada, Lucio Costa, em seu plano para a Barra da Tijuca, não promoveu, de fato, a integração espacial entre cidade e lagoas, voltando as costas para essas estruturas ecológicas. Essa escolha fica evidente no fato de a percepção desses acidentes geográficos não ser sublinhada pelo sistema viário instalado.

A ingenuidade estratégica do autor do plano torna-se ainda mais patente quando se constata que as cotas de drenagem mais baixas dessa imensa bacia são exatamente os complexos lacunares, fazendo com que todos os dejetos da ocupação se destinem inevitavelmente a eles. O logradouro de cintura é hoje uma urgência, cabendo uma imediata retificação deste descuido, anexando ao traçado vias de cintura, tipo ciclovia ou de pedestre, transformando

³⁶⁴ Em seminário promovido pelo Prourb em 2005, a professora Lucia Costa defendeu a preservação das lagoas da Barra da Tijuca a partir da ampliação de sua visibilidade. De certa forma, este erro estratégico de Lucio Costa vem sendo corrigido por Fernando Chacel, um renomado paisagista carioca da escola de Burle Marx. Ver CHACEL, Fernando. *Ecogênese*. São Paulo: Altiber, 2000.

as lagoas em atores ativos da paisagem da Barra da Tijuca. Vale destacar que o Rio de Janeiro apresenta uma particularidade positiva na sua interação com o meio ambiente, visto que pode recorrer àquela que é a melhor alternativa para a preservação: a intensificação do uso social, da aproximação antrópica. A aproximação entre conjuntos de conservação ambiental e atividades antrópicas, conforme atesta a história mais recente da cidade, é o único caminho para garantir uma preservação socialmente compartilhada, desconsiderada no Plano da Barra no que concerne às suas lagoas. Uma certa histeria ecológica, hegemônica nos dias de hoje e que nunca esteve presente no discurso de Lucio Costa, inviabilizou muitas vezes a conservação das ambiências naturais. Foi a partir, exatamente, da aproximação da população, propiciada pela ampliação da visibilidade, que algumas estruturas ecológicas tiveram sua preservação ampliada e vigiada³⁶⁵.

Por último, é preciso destacar no sistema ideológico de Lucio Costa uma interpretação particular da história do ambiente humano no Brasil, que o distingue, de forma definitiva, no interior do

³⁶⁵ Creio que o exemplo mais emblemático são as intervenções antrópicas no maciço da Tijuca, como os mirantes, a estátua do Cristo Redentor, a estrada das Paineiras.

modernismo, particularmente na vertente da Bauhaus³⁶⁶, na qual a operatividade é uma premissa fundamental. As interpretações de Lucio Costa do passado e da arquitetura mundial estão sempre vinculadas à sua atuação como projetista e homem da intervenção. Elas jamais se pautam pelo diletantismo da opinião sem interesse e, apesar do pragmatismo, estão sempre revestidas de uma grande sofisticação intelectual. Sua compreensão da técnica moderna como um vetor inexorável de emancipação leva-o a acreditar no advento de uma nova era, a modernidade, que supera a história. Sua visão do corbuseanismo é a de que esta atitude projetual constitui uma nova objetividade, capaz de reequilibrar as relações entre cultura e natureza, entre erudição e conhecimento popular, definindo uma nova ética do construir. Tudo isso a coloca para além da história. Enfim, ele considera a história como partícipe do processo do projeto, como uma reconstrução que deve ser empreendida na operação.

Em sua longa trajetória profissional, Lucio Costa cometeu alguns erros sérios, como o seu aval à destruição final da Avenida Rio

³⁶⁶ Esta escola em sua metodologia sempre propugnou uma certa desconfiança com relação a doutrina de história da arquitetura, como geradora de uma forma de construir falseada por citações empastadas.

Branco³⁶⁷ e a sua filiação incondicional ao rodoviarismo, mas também teve muitos acertos, como no caso da Igreja da Glória³⁶⁸ ou no do museu das Missões, no sul do país. Os erros cometidos podem ser imputados ao seu relativo isolamento, sem que ele tenha encontrado interlocutores com a mesma sofisticação. Em termos práticos, o isolamento de Lucio Costa foi diminuindo progressivamente ao longo de sua vida, acabando por encontrar interlocutores mais preparados. Se, por volta da década de 40, a interlocução de Mariano Procópio era apenas emocional e sem base, na década de 60 e 70, Lucio teve em Paulo Santos um debatedor mais preparado, cujos argumentos eram, sem nenhuma dúvida, mais bem estruturados.³⁶⁹ A bem da verdade, o horizonte

³⁶⁷ Referimo-nos precisamente à demolição do Palácio Monroe e do edifício do Jockey Club. Para uma visão mais detalhada dessa questão, ver PESSOA, José, op. cit., p. 252.

³⁶⁸ PESSOA, José, op. cit., p. 46.

³⁶⁹ As polêmicas surgidas por conta da construção histórica de Lucio Costa constituem um capítulo a parte, capaz de por si só gerar uma tese alentada. Ele possuía uma visão histórica do desenvolvimento de nossa arquitetura que esteve articulada a momentos específicos de sua vida. Quando da construção do prédio do MEC, Lucio considerava a arquitetura colonial como paradigma construído, articulado às necessidades climáticas e tecnológicas do momento, não levando em conta outras sensibilidades, como o ecletismo e o movimento de Mariano Procópio, que se intitulava neo-colonial. Na década de 60, quando o modernismo já era hegemônico no Brasil, ele fez uma revisão e incluiu essas sensibilidades que tanto desconsiderava. Por isso, nós o consideramos um arquiteto operativo, interessado em obter solicitações de projeto. As polêmicas se iniciaram

teórico da arquitetura e do urbanismo até a década de 60 é relativamente pobre ou pouco visível, não existindo muitas alternativas à hegemonia de Costa. Por outro lado, há nele uma vinculação constante a um procedimento operativo, ou seja, à realização efetiva da transformação, num típico raciocínio projetual. Lucio Costa, apesar de sua sofisticação teórica, manteve-se, até o final da vida como um “arquiteto de prancheta”.

Na construção histórica de Lucio Costa, encontramos três vetores de sistematização: um propriamente histórico, outro geográfico e um último tectônico. Em seus textos, essas dimensões aparecem sempre misturadas, interpenetrada, aliás como ocorrem na realidade. Do ponto de vista propriamente histórico, considera o modernismo corbusiano como o ápice do desenvolvimento de uma objetividade que concilia sociedade e construção. A luta é objetivamente construída. De um lado, ele identifica os companheiros: Warchavichk e seu modernismo estilizado e a

com Mariano Procópio, que não demonstrava a mesma habilidade de seu contendor, e chegaram até Paulo Santos, intelectualmente mais sofisticado. Para uma compreensão mais apurada de Paulo Santos, ver SANCHES, Maria Ligia Fortes. *Construções de Paulo Santos*. Rio de Janeiro: Departamento de História da PUC, 2005 (tese de doutorado).

arquitetura colonial mineira³⁷⁰. Do outro, os inimigos: os ex-companheiros historicistas e a arquitetura empostada baseada em citações históricas e distanciada da essência construtiva. A sua filiação ao modo moderno de construir ocorreu, segundo ele mesmo, pela observação da arquitetura colonial mineira, na sua objetividade tectônica e no seu distanciamento de uma exuberância de linguagem.

Homem engajado na obtenção de clientes e de demandas de projeto, Lucio Costa possui uma clara estratégia de convencimento social, uma arguta percepção das variadas formas de inserção profissional. Um texto síntese dessa época é *Razões da nova arquitetura*, já mencionado, escrito em 1930 e publicado em 1936 na *Revista de Engenharia da Prefeitura do Distrito Federal*, e o artigo, mais antigo, “O Aleijadinho e a arquitetura tradicional”, publicado em 1926 em *O Jornal*. Nesses dois textos, ele eleva a arquitetura gótica e a arquitetura colonial brasileira à condição de paradigma ético da construção, uma por sua ossatura e a outra por sua objetividade ou por seu paradoxo³⁷¹. Ambas – a arquitetura gótica e a colonial

³⁷⁰ Para Lucio Costa, tudo é essência nas cidades coloniais mineiras, desde Ouro Preto até Catas Altas, e nelas ele sempre destacará o desprendimento moderno desta arquitetura.

³⁷¹ COSTA, Lucio, *Sobre arquitetura*. No texto sobre o Aleijadinho, ele afirma, em determinado trecho: “...o Brasil apesar da extensão, diferenças

brasileira, e nesta, a mineira, mais afastada do litoral – desfrutam desta condição ética por conta de um distanciamento das citações empostadas e de uma vinculação à essência da vida na sua cotidianidade.

Num segundo momento, mais precisamente no ano de 1951 – quando a nova arquitetura já desfruta de uma confortável hegemonia no meio cultural brasileiro, sem a ameaça dos estilos neo-colonial e eclético –, Lucio Costa escreve *Muita construção, alguma arquitetura e um milagre*. Livre dessa concorrência, reconstrói sua visão histórica, desenvolvendo um texto mais inclusivo, no qual figuras como Grandjean de Montigny, Glaziou, Morales de los Rios, Virzi, antigos professores acadêmicos da ENBA são citados como conformadores de uma busca constante, numa atitude mais equilibrada. Ele percorre toda a evolução das formas do construir do Brasil, identificando os momentos das variadas hegemonias. Situa a hegemonia do ecletismo na abertura da Avenida Central e a do neocolonial na Exposição de 1922³⁷², posição bastante próxima da proposta nesta tese. Sua colocação relativa à máquina de morar

locais e outras complicações, tinha que ser mesmo uma coisa só. Mal ou bem foi modelado de uma só vez, pelo mesmo espírito, e uma só mão. Torto, errado, feio, como quiserem, mas uma mesma estrutura uma peça só. A sua velha arquitetura está dizendo” (p. 16).

³⁷² COSTA, Lucio, *Sobre arquitetura*: “Assim como a Avenida Central marcou o apogeu do ecletismo, também o pseudo-colonial teve a sua festa na exposição comemorativa do Centenário da Independência...” (p. 165).

brasileira é de uma clareza ímpar. Se até o final do século XIX, essa máquina era mantida pelo escravo, nos primeiros anos da República passou a ser assegurada pela servidão simulada:

Mesmo depois de abolida a escravidão, os vínculos de dependência e os hábitos cômodos da vida patriarcal de tão vil fundamento, perduraram e durante a primeira fase republicana, o custo baixo da mão de obra doméstica ainda permitiu à burguesia manter, mesmo sem escravos oficiais, o trem fácil da vida do período anterior...³⁷³

Nota-se neste segundo texto um declínio de uma atitude panfletária e a inclusão de uma variedade mais complexa de atores que efetivamente contribuíram para o modo particular de construir que o Brasil representa. No entanto, apesar da hegemonia conquistada pela nova arquitetura, nesse mesmo texto Lucio Costa denuncia a incapacidade do modernismo de melhor qualidade – nos mais variados momentos – conquistar efetivamente o metabolismo social e ter um valor didático para a construção geral do país. Ele condena a manipulação preguiçosa, comportada e confortável de elementos

³⁷³ COSTA, Lucio, *Sobre arquitetura*, p. 160. A escrita de Lucio Costa revela a presença constante de um estilo ameno, que de certa forma localiza a virulência de alguns de nossos problemas, sem enfatizá-los. No caso específico da utilização vil de serviços, parece que estamos sempre na eminência de extingui-los, no entanto eles ainda resistem

modernistas, reafirmando sua crença numa premissa ética da nova arquitetura.

Lucio Costa demonstra, ao longo da evolução do seu pensamento, uma complexa articulação ideológica, difícil de ser reduzida e sistematizada de forma mecânica. Sua compreensão do ato de projeto comporta uma rica dialética entre inovação e tradição, revelando a sua mentalidade vanguardista em todas suas nuances. Outro aspecto fundamental a destacar – que constitui, na verdade, sua única ortodoxia – é a sua crença no desenvolvimento científico e tecnológico, que o levou a acreditar sempre numa globalização positiva, na qual mestiçagem e diversidade seriam sempre desafios ao verdadeiro pensamento, que sempre demonstrou uma ânsia por aprender e fazer. Sua atitude pautou-se sempre por um hibridismo e por uma crença incondicional na capacidade de mestiçagem da cultura nacional, que apesar desta flexibilidade nunca deu sinais de fraquejar diante das adversidades da profissão e da sua inserção social. Num parecer contra o gradeamento dos edifícios do Parque Guinle, exibirá uma atitude muito próxima do desenvolvimento desta tese, de crença na permanência da civilização, no qual rechaça esta estratificação das edificações do contínuo da cidade sobre o argumento de que o Rio de Janeiro continuaria uma cidade

civilizada³⁷⁴. Sua galeria de erros e acertos ao longo da profissão atesta seu comprometimento com a operacionalidade da profissão, a qual sempre compreendeu como parte integrante de um esforço geral civilizador. Apesar de sua vertente amena, num depoimento de 1932 setenciou categórico num desabafo em que denuncia muito da hipocrisia nacional:

O que é preciso é quebrar este falso equilíbrio em que vivemos, esta consentida e chocante convivência normal da miséria absoluta com a desmedida fartura.³⁷⁵

B. Vilanova Artigas, a reclusão na arquitetura

Uma característica básica distingue a escola paulista de arquitetura da sua congênere carioca: a ligação continuada dos seus arquitetos ideologicamente mais expressivos com a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, a FAU-USP, tanto com

³⁷⁴ PESSOA, José. *Lucio Costa e o Rio de Janeiro*. São Paulo: Cosac Naif, 2004. A carta foi datilografada na 6ª Superintendência Regional do SPHAN: “Os prédios do Parque Guinle surgiram como um conjunto arquitetônico integrado num parque; pretender separá-los com grades é um absurdo que não pode ser tolerado. É urgente avisar aos responsáveis pela idéia infeliz que o Rio é uma cidade ‘civilizada’” (p. 63).

³⁷⁵ COSTA, Lucio citado em SEGRE, Roberto. *Ideologia e estética em Lucio Costa*. São Paulo: Cosac Naif, 2004.

o edifício que a abriga quanto com a didática adotada por ela³⁷⁶. Uma comprovação cabal disso, revestida com uma carga emocional toda particular, foi a exposição “Caderno dos Riscos Originais”. A mostra, aberta em 14 de setembro de 1979, foi uma celebração apoteótica do retorno dos professores João Batista Vilanova Artigas, Paulo Mendes da Rocha e Jon Maitrejean, cassados pela ditadura em abril de 1969 à cátedra da FAU-USP. A memorável exposição explicitava os nem sempre lineares processos de concepção do edifício da FAU-USP. Percorrer esses desenhos é, como assinalou Maria Luiza Correa, sofrer a angústia do que poderia não ter sido³⁷⁷. A exposição envolvia uma complexa desmistificação do processo de projeto, de uma maneira geral a partir do emblemático edifício da FAU-USP. Julio Katinsky e Maria Luiza Correa na publicação de 1998 nos respectivos textos de uma série de estudos de Oscar Niemeyer para o Congresso Nacional em Brasília, chamando a

³⁷⁶ Lucio Costa manteve sua ligação com a antiga Escola Nacional de Belas Artes, mas depois da década de 30, sua atuação se desvinculou da didática se concentrando no gabinete do SPHAN e nos memoráveis projetos que legou. O projeto do edifício da FAU-UFRJ é também um prédio memorável projeto de Jorge Moreira.

³⁷⁷ CORREA, Maria Luiza. “Homenzinhos que se olham em Cadernos dos Riscos Originais”. In: ARTIGAS, João Batista Vilanova. *Caderno dos riscos originais*. São Paulo: Editora FAU-USP, 1998. A edição dessa obra foi uma iniciativa do grêmio estudantil da FAU-USP em 1979, e coube a Roberto Portugal Albuquerque e José Armênio de Brito Cruz a responsabilidade da empreitada. Sua tiragem foi de apenas sete exemplares, três dos quais se encontram na biblioteca da Fauusp, no setor de obras raras. Esta talvez seja a materialização mais concreta do vínculo orgânico entre escola e prática de arquitetura.

atenção para a processualidade inerente ao ato de projetar. Nesses desenhos, dentre mais de 30 tentativas e esboços, nos quais invariavelmente as cúpulas dos prédios da Câmara dos Deputados e do Senado, ainda não aparecem sobre a placa, mas descansando sobre o gramado da Esplanada dos Ministérios³⁷⁸.

Esse discurso mais objetivante e carregado de uma ética do agir constitui, talvez, o traço mais marcante da arquitetura paulista. Traçando um paralelo com a obra de Mies van der Rohe, na sua manipulação da essencialidade, a arquitetura paulista acaba construindo um processo que retira sua mistificação de um esforço que, embora essencialmente desmistificador, está intrinsecamente interessado no seu desvendamento.

³⁷⁸ KATINSKY, Julio Roberto. “Olhar a arquitetura em Cadernos dos Riscos Originais”. In: ARTIGAS, João Batista Vilanova, op. cit.



O emblemático edifício da FAU - USP

O *Caderno dos riscos originais* contém uma série de anotações que, hoje, podem ser consideradas como premissas projetuais de uma escola de arquitetura, um verdadeiro roteiro didático, no qual Artigas baseou sua concepção. Essas anotações comportam uma divisão em nove itens: 1 vestibular; 2 projeto; 3 construção; 4 construção; 5 protótipo de plano para as técnicas; 6 ciências; 7 história (ciências do homem); 8 centro de pesquisas urbanísticas; e 9 oficina de

modelos e laboratórios especializados nas pesquisas dos arquitetos. Logo na primeira seção, a do vestibular, há uma anotação memorável:

Apelo a alguns professores! Não se deve tratar o 1º ano como “os meninos” que não sabem nada, “coitados” e para os quais é preciso dar um curso especial de introdução à complexidade inextricável da criação arquitetônica!... Afinal, projetar uma casa ou uma escola não deve ser um grande mistério. Eles estudavam em escolas e vivem em casas. Também habitam uma cidade – sobre a qual todo mundo dá palpite. Calouro também pode!³⁷⁹

A visão de Artigas da arquitetura e da urbanística envolve essa compreensão da vivência concreta, que constrói a possibilidade de projetar uma casa ou uma escola, enfim uma arte vivenciada. Artigas segue uma trajetória toda particular, que culmina na elaboração do edifício da FAU-USP, que representa a cristalização de uma doutrina: a arquitetura paulista. Nesse caminhar, marcam presença diferenciadas atitudes estéticas, que partem de Frank Lloyd Wright e passam por Marcel Breuer, retornando a Le Corbusier e ao brutalismo inglês da década de 50. Experimentações variadas que nunca deixaram de manifestar uma interpretação particular do fenômeno do edifício e da cidade. Em todos esses momentos há

³⁷⁹ ARTIGAS, João Batista Vilanova, op. cit., p. 34.

sempre um comprometimento ascético com a lógica tectônica de toda arquitetura, uma vontade de se expressar pelo contraste. Na sua obra não existe mais a composição equilibrada da tradição das belas artes, na qual Lucio Costa e Le Corbusier são exímios mestres, mas sim contraste, sempre contraste.

Se Lucio Costa demonstra uma constante preocupação com a inserção social da arquitetura a partir de categorias culturais e sociológicas, Artigas manifesta essa preocupação pelo viés da adequação tecnológica, ou tectônica, que revela muito do estágio de desenvolvimento da nação enquanto projeto. Existe em Artigas, assim como em Lucio Costa, uma profunda compreensão do estágio brasileiro de desenvolvimento social e tecnológico. O projeto é uma construção que leva em consideração essas possibilidades, incluindo a proposição de mudanças, mas também a adequação às tecnologias já implantadas. Essas adequações são igualmente consideradas projetos possíveis.

Formado em 1937 pela Escola Politécnica de São Paulo, três anos depois Artigas torna-se professor da mesma Politécnica. Como estudante, estagia no escritório de Oswaldo Bratke³⁸⁰, dono de uma

³⁸⁰ IRIGOYEN, Adriana, in *Wright e Artigas, duas viagens* (São Paulo: Atelier Editorial, 1998), assegura que foi nesse escritório que Artigas tomou contacto com a

próspera empresa de construção de casas. Em 1939, participa, em projeto conjunto com Warchavichk, do concurso para o Passo Municipal da cidade de São Paulo³⁸¹, obtendo o 2º lugar. Entre 1938 e 1946, foi sócio do engenheiro Duílio Marone na firma Artigas & Marone, voltada para a construção de casas. Muitas das suas primeiras obras vieram através da firma de Bratke³⁸². Ao final de 1946, a Artigas & Marone tinha projetado o impressionante total de 88 casas³⁸³. O número de residências projetadas indica, certamente, o vertiginoso crescimento da cidade de São Paulo nesse momento, bem como as generosas opções que oferecia a um arquiteto recém-formado. Contudo, é forçoso reconhecer também a escala reduzida de atuação do arquiteto diante desse desenvolvimento incomum, pois a capacidade dessas casas de colonizar um território que não cessa de crescer é quase nula. Nessas casas, Artigas experimenta uma grande variedade de formas de compor, que vão do pastiche

programação reacional da arquitetura. Para uma visão da obra de Bratke, ver SEGAWA, Hugo e DOURADO, Guilherme Mazza. *Oswaldo Arthur Bratke*. São Paulo: Proeditores, 1997.

³⁸¹ FICHER, Silvia. *Os arquitetos da Poli: ensino e profissão em São Paulo*. São Paulo: Edusp, 2005, menciona que Artigas realizou com Warchavichk os projetos do Parque do Recreio Brás e o concurso de remodelação da Praça da República e o Paço Municipal de São Paulo.

³⁸² IRIGOYEN, Adriana, op. cit., assinala que “A primeira obra de Artigas no bairro Jardim América chega por indicação de Bratke” (p. 128).

³⁸³ João Masao Kamita, em *Vilanova Artigas* (São Paulo: Cosac e Naif, 2003, p. 9), menciona o impressionante número de 200 projetos em sete anos, talvez envolvendo todas as demandas do escritório

variado de projetos tipo chalés a casas modernista, como a de Warchavichk³⁸⁴, passando por experiências próximas a Frank Loyd Wright. Apesar desse aparente ecletismo, suas casas demonstram uma certa concisão modular e uma estruturação em torno dos eixos de aproximação³⁸⁵. Artigas já revela então uma verve menos afeita a amenidades e conciliações, expondo sua insatisfação com a cultura do habitar brasileira, conforme informação de Duílio Marone:

Quando um cliente solicitava um projeto colonial, Artigas replicava: “Quer por na cozinha uma geladeira de último tipo, quer pôr na garagem um carro de último tipo, mas a casa quer do tipo antigo”³⁸⁶.

Certamente, nesses anos iniciais, Artigas não podia se dar ao luxo de recusar clientes por suas crenças arquitetônicas, mas sua denúncia permanece válida até hoje de um traço arraigado da

³⁸⁴ IRIGOYEN, Adriana, op. cit.: “A casa de Henrique Arouche de Toledo (1938) é rústica e neocolonial, a de Nicolau Scarpa (1940) segue uma linha chalé suíço e a de Giulio Pasquale (1939) esconde o telhado de barro com uma platibanda numa estética próxima de Warchavichk na casa da alameda Lorena. Com relação a Warchavichk é interessante destacar o depoimento do próprio Artigas: ‘O que me irritava, na arquitetura de Warchavichk e de outros, é que as coberturas das casas modernistas deles tinham um telhado e uma platibanda que escondiam a estrutura e que davam margem a eles fazerem casas com esse aspecto, mas que não tinham nada a ver com a moral construtiva’” (p. 128).

³⁸⁵ Esses elementos podem indicar um desenvolvimento moderno, mas ao mesmo tempo também aproximam Artigas da composição de Belas Artes proposta por Jean-Nicholas-Louis Durand.

³⁸⁶ Depoimento de Duílio Marone a pesquisador não identificado em IRIGOYEN, Adriana, op. cit., p. 134.

cultura do habitar no Brasil³⁸⁷. Porém, em meio a essa prática, merecem registro casas “wrightianas” como as de Otoni Arruda (1939), Alcides de Lara Campos (1940), Luiz Gonzaga Leme Monteiro (1941), José Carlos de Amaral de Oliveira (1941), Carlos Eduardo Cunha (1941) e a de Berta Gift Stiner (1940). Nessas residências, embora possuam elementos wrightianos, ele desenvolve uma maneira bastante particular de enfrentar o tema da casa unifamiliar, particularmente na casa de Berta Gift Stiner, na qual já é patente o movimento em direção a uma simplificação formal. As casas de Rio Branco Paranhos (1943) e Rivadávia de Mendonça (1947) são mais explícitas nas citações ao mestre americano³⁸⁸. No entanto, ao contrário de Lucio Costa na sua vinculação com Le Corbusier, Artigas sempre demonstrará algumas reticências com relação a determinados aspectos da teoria de Wright³⁸⁹, chegando mesmo a manter uma relação paradoxal de

³⁸⁷ Afinal, até a nossa contemporaneidade, essa parece ser uma demanda recorrente dos leigos que procuram arquitetos, jovens ou não, para realizar suas casas, denunciando o caráter anacrônico do construir no Brasil.

³⁸⁸ Yves Bruand, em *Arquitetura contemporânea no Brasil* (São Paulo: Perspectiva, 1981) foi o primeiro a fazer referência aos projetos wrightianos de Artigas na historiografia da arquitetura brasileira. No entanto, não concordamos com sua visão de que a apropriação de Wright por Artigas seja mecânica. Casas não destacadas por Bruand revelam claramente a independência do mestre paulista em relação ao norte-americano.

³⁸⁹ ARTIGAS, João Batista Vilanova. *Caminhos da arquitetura*. São Paulo: Cosac Naif, 2004. No clássico texto de 1952, ele afirma: “Dionísio urbanista abraçado a Pã, Frank Loyd Wright, Bertrand Russel e toda uma malta de safados, alardeia ideais

paixão e ódio com o arquiteto americano, manifesta em depoimentos contraditórios:

Nunca fiz coisas “wrightianas” no Brasil e, se tivesse feito, também não teria a menor importância.³⁹⁰

Com Wright entrei no mundo moderno: ver como é que precisava ser leal e honesto em relação à humanidade no seu conjunto...Em todo caso, Wright me deu uma visão do mundo; o respeito à natureza do material, procurar a cor tal como ela é na natureza...Mas no fundo me forneceu uma moral para a criatividade arquitetônica que me fez muito bem.³⁹¹



Residência
wrightiana de Artigas
em São Paulo

Na verdade, como sublinha Adriana Irigoyen, a vinculação de Artigas é com os EUA que chegam a São Paulo dos anos 30 e 40, com a força emergente do cinema que vinha de Hollywood, com a aveia Quaker e com os enlatados Swift, com os aviões da Panam, A introdução do *american way of life* também estava presente na cultura arquitetônica, e mais fortemente numa cidade que não tinha tido a pretensão do Rio de Janeiro de ser uma Paris dos trópicos. O território de São Paulo parecia muito mais fértil para a doutrinação ianque, como demonstram a publicação sobre a obra de Richard

democráticos e propõe a existência de um mundo decalcado da Idade Média. Os planos urbanísticos de Wright se resumem numa cidade monstro a que chama de Broadacre City, espalhada na área de um país. Nela os vizinhos se olham de telescópio e se visitam de autogiro, tão separados podem estar entre si...A isso chama enfaticamente descentralização da indústria, volta ao campo, luta contra a megalópole. Planos e mais planos, que em resumo oferecem à humanidade, de um lado, o primarismo medieval, do outro lado, o fascismo” (p. 40).

³⁹⁰ IRIGOYEN, Adriana, op. cit., p. 126.

³⁹¹ IRIGOYEN, Adriana, op. cit., p. 127.

Neutra na *Revista de Engenharia da Mackenzie* (1937)³⁹² ou, em termos concretos, o conjunto residencial de Jaçanã, de José Cláudio Gomes (1956-58)³⁹³. A posição relativamente periférica de São Paulo tornava um desenvolvimento mais autônomo quase imperioso.

Nestor Goulart Filho assinala as possibilidades que empreendimentos inovadores tinham na metrópole paulistana, o que já se delineava na década de 30³⁹⁴. Outro fato condicionador é que, ao contrário do Rio de Janeiro – cuja Escola de Arquitetura era visceralmente ligada à Escola de Belas Artes, sempre afeita a canonizações –, a Politécnica de São Paulo seguia uma orientação pouco afeita aos academicismos cristalizados. Sílvia Ficher, ao traçar o desenvolvimento ideológico dessa escola, mostra-a como

³⁹² IRIGOYEN, Adriana, op. cit., p. 116. Esta revista era ligada ao arquiteto Christiano Stockler das Neves, que sustentou a polêmica mais estruturada contra Lucio Costa, em contraposição à de José Mariano Filho, cujos argumentos eram invariavelmente raivosos. O fato de Stockler das Neves ter patrocinado uma publicação sobre Neutra mostra como os alinhamentos eram complexos na década de 30.

³⁹³ GOULART Filho, Nestor *Racionalismo e proto-modernismo na obra de Victor Dubugras* São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo, 1997,. O autor destaca que foram feitas classificações rápidas sobre a obra desse arquiteto (José Cláudio Gomes), a partir do prisma da historiografia modernista, que o classificava como anacrônico. “Essa arquitetura”, afirma Nestor Goulart Filho, “quase sempre tem sido avaliada a partir de critérios estabelecidos para a elaboração em épocas posteriores. Com raras exceções, esse tem sido um procedimento regular entre autores modernistas...” (p. 30).

³⁹⁴ GOULART Filho, Nestor, op. cit.

um curso mais pragmático, sem que isso signifique simplificação, e fortemente associada à engenharia³⁹⁵.

Em 1945 Artigas filia-se ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), aproveitando o breve período de legalidade do partido, que se estende até 1947. Nesse período, entre os anos de 1946 e 47 Artigas, graças a uma bolsa da Fundação Guggenheim, percorreu os EUA de carro, visitando diversas obras de arquitetura³⁹⁶. As expectativas de Artigas antes da viagem denotam a fascinação que os EUA representavam para o jovem arquiteto, inclusive para o movimento de arquitetura moderna já instalado no Rio de Janeiro:

Os Estados Unidos representam no momento uma grande fonte para estudos e investigação em arquitetura, não só pelo que alguns de seus arquitetos já fizeram, como também porque tem atualmente quase que o monopólio dos grandes arquitetos do mundo, F. L. Wright, Walter Gropius, R. Neutra, somente para começar uma grande lista. A influência que

³⁹⁵ FICHER, Sílvia, op. cit., refere-se à influência do engenheiro Luís Inácio de Anhaia Mello, renomado urbanista paulista, de quem Artigas foi aluno e professor assistente durante longo tempo e de quem receberia a carta de indicação para sua viagem aos EUA. Anhaia Mello escreveu o livro *Introdução à estética*, baseado na teoria de Benedetto Croce, no qual afirma: “A instrução do engenheiro é toda ela unilateral, dirigir-se à inteligência e nada ao sentimento. O resultado ou melhor o mau resultado é consequência da desigualdade no desenvolvimento das duas partes do espírito humano necessárias para o equilíbrio da vida” (p. 145).

³⁹⁶ IRIGOYEN, Adriana, op. cit., apresenta o itinerário percorrido por ele e uma série de fotos da viagem. Uma delas foi tirada em Washington, ao lado de um membro do Partido Comunista dos Estados Unidos, o que confirma sua filiação ao PCB.

estes mestres podem ter no desenvolvimento da arquitetura americana, nós brasileiros podemos julgar bem, lembrando como freqüentemente fazemos, o efeito no Rio de Janeiro da visita de Le Corbusier. Já em São Paulo, a minha cidade, as coisas tem se passado de maneira bem diferente. Condições locais especiais têm dificultado maiores raízes para a arquitetura moderna. O que nos tem faltado, pretendo trazer da América.³⁹⁷

Artigas percebe as dificuldades que a arquitetura moderna enfrenta em São Paulo, identifica o impulso que a visita de Le Corbusier representou para o Rio de Janeiro e deixa claro que pretende importar a “vitalidade americana”. O dimensionamento da especificidade da cidade de São Paulo é certamente o ponto a destacar nessa construção, num entendimento que já pretende a diferenciação com relação ao Rio de Janeiro. O que Artigas pretendia encontrar na América era seu pioneirismo e sua cultura arquitetônica fortemente instalada nas escolas³⁹⁸, o que a tornava capaz de constituir uma alternativa ao modernismo carioca. Nesse mesmo texto, ele faz menção à questão climática, distinguindo o sul

³⁹⁷ IRIGOYEN, Adriana, op. cit., p. . Este trecho faz parte do plano de estudos de Artigas de pedido de bolsa para a Fundação Guggenheim

³⁹⁸ FICHER, Silvia, op. cit., destaca o depoimento de Anhaia de Mello corroborando a licença de Artigas para a viagem; “...a imensa vantagem para nossa escola, nesta emergência da reorganização do curso de Arquitetura e Urbanismo, aproveitar a ida do arquiteto Artigas aos EUA, pois estão hoje ensinando nas escolas de arquitetura norte americanas os expoentes mundiais da arquitetura: Gropius, Saarinen, Mendelsohn, Behrendt, Frank Loyd Wright” (p. 297).

dos Estados Unidos como a porção do país com o clima mais próximo do do Brasil³⁹⁹, e, nesse contexto, refere-se às *solar houses* do arquiteto George Fred Kerk⁴⁰⁰. Adriana Irigoyen destaca a preocupação deste arquiteto com a economia de energia, obtida a partir de uma correta orientação da casa para a captação da luz solar. Esses aspectos estarão presentes na fase madura de Artigas e na arquitetura paulista, na sua exploração dos grandes recuos dos planos de vidro, frente às testas pronunciadas de concreto.

Outro importante aspecto da construção de Artigas é a manipulação de argumentos profundamente ligados à tectonia, que mobilizam seu interesse, não só no aspecto erudito mas nos impactos sobre a cultura do construir de cada país. Há uma constante preocupação a respeito dos processos tecnológicos socialmente compartilhados, que fomentam processos diferenciados, conforme atesta o texto abaixo:

³⁹⁹ IRIGOYEN, Adriana, op. cit., p.148, o texto menciona: “Para isso o sul dos EUA me parece a região ideal para pesquisa, dadas as condições de meio físico mais ou menos semelhantes.”. Apesar disto Artigas visita uma série de cidades no norte, perfazendo um circuito que se inicia em Boston e segue por Cambridge, Lincoln, Nova York, Washington, Black Mountain, Knoxville, Atlanta, Lakeland, New Orleans, Dallas, Fort Worth, Oklahoma, Albuquerque, Grand Canyon, Phoenix, Scottsdale, Los Angeles, São Francisco, Portland, Chicago, retornando a Boston.

⁴⁰⁰ Natural de Chicago, Kerk havia construído, em 1930, o *Miralago Ballroom*, um elegante prédio em estilo *art-déco*, e em 1933 a *Cristal House*, uma interessante experiência construtiva, com perfis espaciais metálicos e leves painéis de vedação (cf. site do Art Institute of Chicago - www.artic.edu/html).

O *carpenter* americano levou a arquitetura a resolver certos problemas de maneira diferente do pedreiro brasileiro. Até onde aquele auxiliou e sugeriu a industrialização enquanto este conservou o artesanato, e qual o caminho para, com a identidade de problemas, generalizar as soluções com os meios que dispomos. Como fundir um elemento típico da cultura nórdica com outro de ascendência mediterrânea? Para alguns (Lucio Costa) esse é o escopo principal da arquitetura moderna no que tem de internacional.⁴⁰¹

E, finalmente, como enfatizou Adriana Irigoyen, a viagem de Artigas encerrava uma clara preocupação didática. Naquela época, ele era primeiro assistente de Anhaia de Mello na Politécnica de São Paulo, vindo depois a lecionar a cadeira de Pequenas Composições de Projetos, ligada à didática do construir. Sua atividade como professor universitário é reforçada quando retorna ao Brasil.

A tectonia e a gestação de sistemas construtivos, que se adequem ao estágio tecnológico da sociedade, será uma característica marcante da escola paulista após a reforma do ensino da arquitetura ocorrida em 1949. Nesse momento, egressa da Politécnica, constitui-se a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP instalada na Vila Penteado, casa de estilo *art nouveau*, localizada na Avenida Paulista, e da qual Anhaia de Mello será o primeiro

⁴⁰¹ IRIGOYEN, Adriana, op. cit., p. 148.

diretor. Artigas chega a apresentar um projeto para a adaptação do prédio à sua nova finalidade. O curso da FAU-USP está baseado numa mescla das duas linhas, i. e., a da engenharia e a das belas artes, sem que ocorra uma interação maior entre ambas. Assim, os professores da Politécnica ministravam aulas de engenharia e os professores da Belas Artes ministravam aulas de plástica e composição⁴⁰².

Anos depois, em 1962, Vilanova Artigas, juntamente com Carlos Milan e Lourival Gomes Machado, será um dos ideólogos da reforma do ensino da FAU-USP. O currículo foi estruturado em três linhas-mestras: projetos, história e teoria, e tecnologia da construção⁴⁰³. Essa reforma contempla a problemática do desenho industrial, cujo papel estratégico era enorme, frente ao imenso parque industrial da cidade. Assim Artigas justifica essa preocupação:

Partimos de uma visão mais ampla da arquitetura, fora do próprio edifício. O urbanismo era fácil de compreender como parte da arquitetura, mas nós incluímos também a programação de comunicação visual e de desenho industrial.⁴⁰⁴

⁴⁰² www.usp.br/fau/fau/index.html

⁴⁰³ A pós-graduação é montada em 1972, primeiro com mestrado e logo depois com o doutorado, sendo, durante um longo período, a única escola de arquitetura do Brasil a dispor de um curso de doutorado.

⁴⁰⁴ ARTIGAS, João Batista Vilanova, *Caminhos da arquitetura*, p. 168.

Como professor, Artigas ministra, em 1957, as cadeiras de Composição de Arquitetura, Pequenas Composições¹, Desenho Arquitetônico e Plástica e, no ano seguinte, Composição de Arquitetura, Grandes Composições¹ e Plástica 3. Num texto de 1956, “Rumos para o ensino da arquitetura”, define a profissão pela capacidade científica de previsão da construção⁴⁰⁵ e identifica o problema da profissão fora das escolas, na própria sociedade, na sua regulamentação frouxa da premissa intelectual da previsão, que é o cerne da operação do projeto ou do plano. Artigas sempre identificou um certo desequilíbrio entre o desenvolvimento técnico e o cotidiano da realidade brasileira, pretendendo, de certo modo, buscar este ajuste no exercício de sua atividade acadêmica⁴⁰⁶. Sabia também que numa sociedade democrática era fundamental veicular a idéia de arquitetura, fazendo que o público em geral assimilasse suas propostas⁴⁰⁷. A virtual ausência de arquitetos dos canteiros de

⁴⁰⁵ Segundo ele, só era possível “... a existência do engenheiro e do arquiteto, independentes, pagos pelos seus projetos, pela supervisão, pela sua capacidade de previsão científica dos processos construtivos...” em casos excepcionais. (*Caminhos da arquitetura*, p. 66).

⁴⁰⁶ “No momento em que a UIA me dá esse prêmio, ela está valorizando as soluções técnicas que os brasileiros encontraram para seus problemas específicos de uma arquitetura do Terceiro Mundo. Mas há uma certa defasagem entre o nosso desenvolvimento técnico – internacionalmente reconhecido – e a situação real que vivemos” (*Caminhos da arquitetura* p. 169). O prêmio mencionado por Artigas é o Jean Tschumi, ligado ao ensino de arquitetura e conferido em 1972.

⁴⁰⁷ Perguntado sobre qual definição daria de arquitetura para o povo brasileiro, Artigas respondeu: “É muito difícil explicar. Não posso querer que uma coisa dessas

obras no Brasil demonstrava numericamente, segundo ele, a fraqueza da inserção social deste profissional:

Comparadas com o volume gigantesco de construções feitas em São Paulo nestes últimos vinte anos, as obras orientadas por arquitetos – dentro do padrão que definimos – são numericamente insignificantes.⁴⁰⁸

Hoje, passados 50 anos da elaboração deste texto, podemos complementar afirmando que a situação permanece a mesma: a profissão não convenceu a sociedade de sua relevância. A chamada arquitetura paulista acabou tendendo a se refugiar no edifício isolado, não construindo uma imagem clara sobre as intervenções urbanas. Essa limitação acabou reservando a estruturação mais macro do território a outras vertentes, mais acadêmicas⁴⁰⁹. Para Artigas, os engenheiros encontram-se nessa mesma situação, pois eles também são responsáveis pela capacidade científica de previsão dos processos construtivos. Artigas defende a intensificação desta capacidade no seio da sociedade, pois não acredita na separação entre técnica e arte, definitivamente

seja feita do dia para a noite, para um homem que mal teve a oportunidade de terminar o curso primário. Somente no futuro a Arquitetura vai ser compreendida pelo nosso povo e não pela minoria insignificante que a exerce hoje em dia” (*Caminhos da arquitetura*, p. 175).

⁴⁰⁸ ARTIGAS, João Batista Vilanova *Caminhos da arquitetura*, p. 66.

⁴⁰⁹ Ver neste capítulo o item sobre a cidade de São Paulo, cuja ordenação foi articulada pelo Plano de Avenidas de Prestes Maia.

imbricadas desde o Renascimento. Assim como para Lucio Costa, que colocava a técnica como promotora da verdade, para Artigas a técnica havia forçado a emergência do modernismo que não se confundia com qualquer um dos outros estilos. Ele considerava o *art déco* a cooptação da forma ética de construir representada pelo modernismo, uma falsificação da arquitetura moderna racionalista que, intrinsecamente, possuía uma ética do construir⁴¹⁰.

Uma questão que emerge dos textos de Artigas é o valor atribuído à profissão do arquiteto e sua inserção social, a “capacidade de previsão científica dos processos construtivos”⁴¹¹, que não pode ser valorada no sistema capitalista. Ele qualifica de imoral a aferição do lucro monetário, não só pelas construtoras, mas também pelos próprios arquitetos. Que legislação, no mundo capitalista, seria capaz de separar o lucro da prática projetual? Na visão de Artigas, essa experiência era possível nos países mais desenvolvidos⁴¹² – o

⁴¹⁰ Numa entrevista concedida em 1984, Artigas assinala: “O *art déco* no Brasil, e particularmente em São Paulo, foi assinalado como uma posição intermediária, capaz de substituir o moderno racionalista, por causa de seus aspectos isolados, por uma arquitetura plausível...para não serem caracterizadas como arquitetura de comunistas e judeus” (*Caminhos da arquitetura*, p. 176).

⁴¹¹ ARTIGAS, João Batista Vilanova, *Caminhos da arquitetura*, p. 66.

⁴¹² Esta permaneceu a tese do mestre até o fim da vida: “Na década de 50, essas definições foram bem mais fáceis. Tínhamos uma visão dualista: o socialismo era a felicidade, o capitalismo era odiado. Uma visão bastante maniqueísta. Hoje temos consciência de que os problemas são muito mais complexos e que a solução deles

Primeiro Mundo -, que apenas com a obtenção de um desenvolvimento semelhante esta desvinculação começaria a emergir. Todo o esforço ideológico de Artigas e de certa forma da escola paulista que lhe segue, é tentar adequar arquitetura ao desenvolvimento tecnológico, entendido como prática cotidiana:

Pois é. E esse encontro entre a tragédia brasileira concreta e nossa possibilidade de realizar é a sensação mais dramática que nós vivemos...O nordestino vem para São Paulo oferecer uma mão de obra barata que, no fundo, faz a riqueza desta cidade...É um problema do capitalismo universal e da etapa do desenvolvimento capitalista brasileiro. Mas não estou dizendo que o socialismo resolveria tudo...⁴¹³

Num texto de 1967, intitulado *O desenho*, Artigas começa por definir o desenho a partir de sua semântica, como desígnio, intenção, vontade, vinculando-a ao fazer histórico, que, de um lado, remete ao domínio da natureza e, do outro, a um dom de amor, que só pode movimentar a história a partir da compreensão do outro. Menciona também as pinturas primitivas como forma de expressão ligada ao paleolítico, que precede a linguagem oral, na qual já se percebe traços de um espírito científico. Desdenha também de qualquer suposta genialidade a quem executa o desenho, desmistificando a

está ligada à solução da problemática do terceiro mundo” (*Caminhos da arquitetura*, p. 171.)

⁴¹³ ARTIGAS, João Batista Vilanova *Caminhos da arquitetura*, p. 170.

atividade e estabelecendo uma rápida ponte com a capacidade criativa, instalada em toda a humanidade⁴¹⁴.

A partir daí, discorre longamente sobre a relação entre a arte e a técnica, assumindo uma atitude racionalista, que, de certa forma não leva em conta o romantismo ou medievalismo de John Ruskin e Lewis Mumford, negando qualquer dicotomia entre arte e indústria. Artigas quebra a linearidade desse texto no final, quando inclui entre os mistificadores Gropius e Le Corbusier, arautos do mesmo racionalismo:

Le Corbusier também divinizou a máquina: a grande cidade foi o seu símbolo da máquina. Aceitou-a também como um poder exterior ao homem. Diferenciou-se dos outros grandes arquitetos somente porque se colocou na posição de agente desse novo mito, representante autoritário da máquina. Da máquina de morar à unidade de habitação de Marselha, a idéia norteadora é sempre a mesma: a máquina toda-poderosa traçando os desígnios humanos...Assim é a carta de Atenas, em particular quando define com certa pobreza de espírito as funções da cidade.⁴¹⁵

⁴¹⁴ “Para desenhar é preciso ter talento, ter imaginação, ter vocação. Nada mais falso. Desenho é linguagem também e enquanto linguagem é acessível a todos...O desenho é também uma forma de conhecimento” (*Caminhos da arquitetura*, p. 114).

⁴¹⁵ ARTIGAS, João Batista Vilanova. *Caminhos da arquitetura*, p. 117.

Para Artigas, na sua racionalidade radical, a técnica não se restringe ao mero desenvolvimento em laboratórios especializados ou no meio de *experts*. O importante, no racionalismo do mestre paulista é a inserção, manipulação e penetração social da técnica, de toda e qualquer técnica, no cotidiano. A chave da radicalização dessa racionalidade, o que a torna possível na sua forma de pensar, está colocada pela história, pela arte e pelo lazer⁴¹⁶, também numa radical inserção na vida, nos mundos da vida, na cotidianidade. Na realidade, a sua grande preocupação é desmistificar a dicotomia entre técnica e sentimento; ao mesmo tempo, ele precisa embasar-se na história para ultrapassá-la, do mesmo modo que o lazer também precisa ultrapassar o trabalho, e também pela arte ou desenho, uma vez que “[n]ossa linguagem é essencialmente visual ,de comunicação visual”⁴¹⁷.

Mas o discurso ideológico de Vilanova Artigas não se restringe apenas a seus textos teóricos e a seu esforço didático. Há um importante manancial que emana de seus objetos construídos.

⁴¹⁶ ARTIGAS, João Batista Vilanova *Caminhos da arquitetura*, p. 117. Com relação a história, Artigas cita Pierre Francastel, mas querendo se referir, no fundo, a Le Corbusier. Segundo ele, Francastel “só aceita o passado sob uma campânula de vidro com sua etiqueta apropriada” (p. 117), o que equivale a colocar o processo histórico, sempre aberto a novas apropriações, fora de seu dinamismo. Com relação ao lazer, Artigas aponta o caráter católico repressor como oposto ao trabalho: “A arte e o lazer são refúgios contra o trabalho. Eis o mito do pecado original” (p. 117).

⁴¹⁷ ARTIGAS, João Batista Vilanova *Caminhos da arquitetura*, p. 117

Observa-se neles uma limitação pragmática que se refere ao campo no qual o mestre efetivamente atuou, pelas demandas que recebeu da sociedade, i. e., o campo do objeto arquitetônico, muito mais do que a intervenção urbanística, verificada em Lucio Costa. Há sempre, contudo, uma profunda compreensão da cidade e uma vontade de colonizá-la a partir destes objetos. Aqui reside a maior fragilidade de seu pensamento e da escola paulista, na qual o sistema muitas vezes parece restringido ao objeto, recalcando a cidade, cidade que precisa, como qualquer outra, de um traço estruturador, que possa ampliar o seu significado, que parece condenado a uma falta eterna de fixação⁴¹⁸. Sua atuação nas residências, já revelada no início deste item, mostra toda ansiedade de Artigas em obter uma forma construtiva que reflita a dimensão ética do construir. Na simples questão dos telhados, que nas casas de Warchavichk escondem a estrutura (ver nota 61) o mestre na juventude demonstra a preocupação em encontrar uma verdade tectônica.

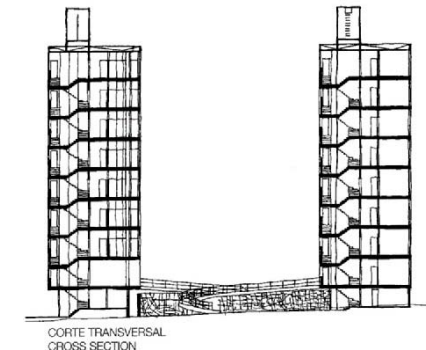
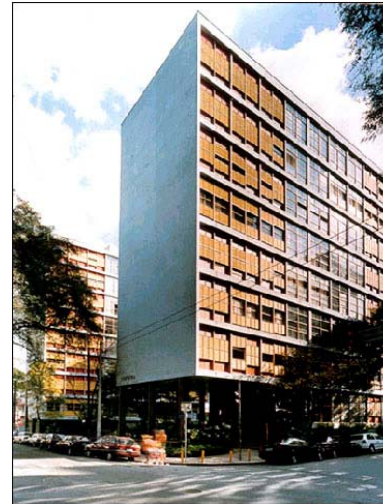
Em 1946, Artigas concebe Edifício Louveira, a ser erguido na raça da Vilaboim, em Higienópolis, São Paulo. Trata-se de um típico empreendimento voltado para a classe média alta, construído num

⁴¹⁸ Ver neste mesmo capítulo a seção sobre a cidade de São Paulo.

terreno urbano convencional, num bairro que desde o século XIX era ocupado por finas mansões. O Louveira é exemplar da convicção do arquiteto que trabalha no bojo de um processo especulativo de intensificação do uso do solo, mas que, ao mesmo tempo, pretende vincular propostas articuladas com a vanguarda modernista, que contrariavam esta mesma intensa exploração. No caso em tela, a proposição ideológica à qual Artigas está vinculado é o corbusianismo, que, com o desenvolvimento em pilotis, pretende a liberação do solo da cidade e, com isso, uma certa subversão da divisão fundiária do espaço urbano. A implantação se desenvolve em dois blocos, mas em apenas um o pilotis é franqueado, e é isso que marca o acesso de pedestres a todo o conjunto. No intervalo entre os dois blocos, na mediatriz dos edifícios, coincidentes com as portarias de acesso, Artigas abre um amplo jardim, expandindo o espaço público e da praça. Essa mesma mediatriz determina um espaço de uso comum para o abrigo dos carros estratificado deste jardim, um desnível em muro de arrimo. A generosidade do pilotis, que marca o acesso pela esquina, apresenta uma monumentalidade, conferida pela circulação em curva que une os dois blocos. Toda a disposição segue uma rigorosa racionalidade. O paralelismo dos blocos de apartamento, a disposição da modulação da fachada e suas fenestraçãoes e o posicionamento da entrada de veículos seguem uma racionalidade que se comunica com o urbano de forma

imediate e franca. Numa suprema ironia dos nossos tempos, recentemente o edifício Louveira foi motivo de uma matéria na *Casa e Jardim*⁴¹⁹, revista que explora a mistificação do morar de classe média alta, domesticando todo esforço de Artigas. De certa forma, sua resposta a essa situação já apareceu em sua última entrevista, quando perguntado sobre o futuro:

Sei como as coisas foram e são. Mas me sinto com dificuldade de imaginar como será o futuro...Não sei o que dizer. Acho que cada um de nós, hoje em dia, é uma espécie de vítima do processo histórico.⁴²⁰



Edifício Louveira em São Paulo, adaptação de Artigas do corbusianismo à divisão fundiária da cidade

Mas o que importa salientar é a força colonizadora dessa implantação – o Edifício Louveira, que servirá como arquétipo do desenvolvimento multifamiliar na São Paulo dos anos 50⁴²¹. É um momento da trajetória de Artigas bastante sintonizado com o modernismo corbusiano, mas que, a partir de sua manipulação clara e objetiva, consegue atingir um didatismo convincente e contaminante. As intervenções em Londrina, que também datam

⁴¹⁹ O texto na *Casa e Jardim* diz “Higienópolis tornou-se endereço de prédios de alto padrão, muitos deles assinados pelos mais importantes nomes da arquitetura brasileira, João Batista Vilanova Artigas incluído.” www.casajardim.com.br. Globo.com edição dezembro de 2004

⁴²⁰ ARTIGAS, João Batista Vilanova *Caminhos da arquitetura*, p. 172.

⁴²¹ KAMITA, João Masao, op. cit. “A tipologia e a implantação do edifício Louveira tornaram-se modelos para muitas outras construções em altura em São Paulo...” (p.15).

dessa época⁴²², demonstram o mesmo otimismo, a crença no valor didático do edifício, sua redução a gestos tão mecânicos e auto-explicados que pretendem colonizar o novo território. A partir do edifício da Rodoviária, no entanto, Artigas atinge uma liberdade formal que ainda não está presente no Louveira, quase uma obsessão pelas coberturas com “efeito asa”⁴²³. Essa solução será repetida na casa de Taques Bitencourt e *na de Czapki*, ambas de 1949, e inclusive na ampliação da “casinha”⁴²⁴, sua própria residência, situada em Higienópolis, e também realizada em 1949.

A Rodoviária de Londrina aproxima-se muito do efeito produzido por Reidy na escola do Pedregulho, onde existe a cobertura inclinada do efeito asa, articulada a abóbadas de berço. Típica cidade de expansão de fronteira, Londrina conta, nesse momento, com apenas 10 mil habitantes. Sua fundação e seu crescimento acelerado foram

⁴²² Os projetos de Londrina são o Edifício Autolon, o Cine Ouro Verde (1948), a Casa da Criança e a Rodoviária (1950)

⁴²³ As coberturas com “efeito asa” já haviam sido feitas pelo mestre Corbusier em 1930, na residência Erkazuriz, em 1942 por Oscar Niemeyer, no late Club da Pampulha e na casa de Juscelino Kubitscheck, no mesmo bairro. No Rio de Janeiro, Afonso Reidy também a utilizara na escola do Pedregulho em 1946, numa residência na Tijuca, em 1948, no Teatro Popular de Marechal Hermes, e numa residência em Jacarepaguá, em 1950. Ver, a esse respeito, ver KAMITA, João Masao, op. cit., p.19, e BOUNDUKI, Nabil. *Afonso Eduardo Reidy*. Lisboa: Blau, 2000.

⁴²⁴ Ver KAMITA, João Masao, op. cit., p.15.

uma conseqüência da expansão cafeeira paulista para as terras rouxas do Sul, conforme assinala o próprio Artigas:

uma fronteira mais agreste, mais vermelha de terra que o vermelho da Revolução, mas também com o vermelho da esperança que nascia para aqueles que abandonaram seus locais de origem e vieram para Londrina em busca de uma nova vida.⁴²⁵

Em 1953 Artigas irá realizar o estádio do Morumbi para o São Paulo Esporte Clube, uma imensa estrutura de concreto aparente. Nessa ocasião, a *Habitat*, revista de Lina Bo Bardi, dedica um número exclusivo ao arquiteto, intitulado “As casas de Vilanova Artigas”. O arquiteto desfruta então de uma razoável visibilidade, sendo venerado pela sociedade paulista. Nessa mesma época, em 1952, lança *Caminhos da arquitetura moderna*, no qual acusa toda a tradição da arquitetura moderna, de Ruskin a Aalto, de Mies a Corbusier, de estar a serviço dos ideais mais atrasados da burguesia. A própria emergência do urbanismo é vista como típica estratégia reformista para conservar o poder, chegando até à arquitetura acadêmica da URSS, que é defendida em nome de uma resolutibilidade objetiva dos problemas.

⁴²⁵ Citado em KAMITA, João Masao, op. cit., p. 16.

A arquitetura moderna brasileira é acusada de viabilizar a propaganda mais vil da comercialização das terras no país. A única possibilidade para a atuação profissional era entrevista pela compreensão da diferença entre o bom e o inútil, capaz de gerar uma espontaneidade nova, uma forma de manter intacta uma atitude crítica em face da realidade. Tratava-se, efetivamente, de uma tomada de posição radical frente as possibilidades que a arquitetura encarnava como perspectiva de mudança de uma dura realidade. Ao voltar para a FAU-USP em 1984, Artigas irá validar, na sua prova de didática, as posições deste texto, demonstrando seu compromisso com a crítica radical da sociedade.

Em 1961, ele concebe o edifício da FAU-USP, certamente sua obra mais emblemática e que irá determinar toda uma maneira particular de ser da escola paulista. O edifício revela muito deste posicionamento radical de Artigas, no qual se desenvolvem e se cristalizam atitudes que o arquiteto vinha repetindo em suas casas ou em ginásios escolares. Elas podem ser assim sintetizadas: a integridade dos limites do edifício; concisão expressiva, manifesta na utilização de poucos materiais e na simplificação das distribuições funcionais; didatismo na disposição das funções; redução do esforço construtivo a uma didática simples; expressividade exuberante do elemento sustentante (pilar), contraposto a um proposital peso do

elemento sustentado (viga); modulação indiferente que assume um valor de neutralidade absoluta. Essa última característica parece remeter às transformações do próprio programa gerador do objeto. Vale notar que a neutralidade de Artigas nunca atinge a monumentalidade como em Mies, mantendo-se na indiferença. O edifício é banhado por uma malha translúcida de clarabóias, que faz com que a caixa arquitetônica esteja subordinada aos humores da luz externa.

Em 1964, o professor Vilanova Artigas foi indiciado num Inquérito Policial-Militar, passando de 4 a 16 de setembro daquele ano na prisão. O edifício da FAUUSP será inaugurado apenas em 1969, ano em que Artigas, juntamente com Florestan Fernandes e outras importantes personalidades da USP, será cassado e terá seus direitos políticos suspensos. O afastamento da instituição que havia ajudado a fundar foi, certamente, um rude golpe para Artigas, mas não o suficiente para afastá-lo de um objetivo muito claro e translúcido – desmistificar sua profissão e buscar uma simplicidade que contaminasse seu povo, demonstrando o valor verdadeiro da arquitetura e da urbanística. Na sua trajetória, apesar das discontinuidades, como no caso de sua filiação a Frank Lloyd Wright, há um constante esforço por inserir, de forma ética, a arquitetura no tecido social.

Sua vinculação com a prática didática conferiu a seu discurso uma continuidade orgânica que a escola de São Paulo desfruta e a escola carioca perdeu. Sua obra tende a uma certa concisão, o que demonstra sua inserção de forma mais direta: “Admiro os poetas. O que eles dizem com duas palavras, a gente tem que exprimir com milhares de tijolos”.⁴²⁶

C. Carlos Nelson dos Santos, o jogo e o projeto

Depois de Artigas, a produção ideológica da arquitetura brasileira diversifica-se em função da massificação do ensino e das novas escolas que surgem. Há uma mudança de qualidade que é consequência de um aumento da quantidade de profissionais formados. Carlos Nelson dos Santos surge neste novo e diversificado sistema, que tende a uma ampliação das divergências. Ele é certamente o conformador de uma teoria sobre a cidade que aponta para sua democratização. Insere-se no debate da arquitetura brasileira de uma forma muito particular, abandonando uma atitude messiânica e distante e procurando deixar que o campo seja contaminado por outros agentes.

⁴²⁶ www.garquitetura.com.br /vilanova

Arquiteto formado pela ainda Universidade do Brasil em 1966, em 1971 é selecionado como cientista visitante do Instituto de Estudos Urbanos, do Massachusetts Institute of Technology (MIT), nos EUA. Mestre em antropologia social pelo Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1979 e doutor em arquitetura pela FAU-USP em 1984, Carlos Nelson trabalhava com habitação popular desde 1964, tendo sido assessor da Federação das Favelas do Estado da Guanabara (FAFEG) e responsável pela elaboração de planos de urbanização de favelas para a Companhia de Desenvolvimento de Comunidades (Codesco). Durante toda sua vida manteve estreita e intensa ligação com os movimentos sociais urbanos.

Sua trajetória profissional atesta uma profunda contaminação pela sociologia e pela antropologia, sem, no entanto, nunca se afastar do desenho. Em 1975 assume a chefia do Centro de Estudos e Pesquisas Urbanas do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM). Esteve sempre vinculado à academia, primeiro como professor do Instituto de Economia Industrial da Universidade Federal do Rio de Janeiro e depois como professor titular da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal Fluminense em Niterói, da qual veio a tornar-se um de seus ideólogos.

Apesar de possuir outras obras notáveis, como *Quando a rua vira casa*⁴²⁷, nós nos centraremos aqui em *A cidade como jogo de cartas*⁴²⁸, livro que pretende repensar a prática de projeto, e reinserir o fazer da cidade e da arquitetura numa nova dinâmica de sociedade. Apesar de ser um estudo teórico, de cunho estruturalista, sobre a elaboração, a realização e a gestão das cidades no Brasil, a obra parte de uma premissa claramente operativa, como se lê logo nas primeira página: “Este livro foi realizado com base no estudo das Seis Novas Cidades em Roraima (IBAM 1985)”⁴²⁹.

Na verdade, articulada com os objetivos do livro, havia uma estratégia, que ainda hoje não conseguiu penetrar no arcabouço institucional brasileiro, de usá-lo como material didático em escolas de primeiro grau⁴³⁰. A intenção era ampliar não apenas a compreensão da cidade por parte da sociedade, a partir de agentes em formação (os alunos da rede básica), como também o exercício da cidadania. Baseado em argumentos que buscavam recuperar

⁴²⁷ SANTOS, Carlos Nelson dos (org.). *Quando a rua vira casa*. Rio de Janeiro: Finep/IBAM, 1981.

⁴²⁸ SANTOS, Carlos Nelson dos. *A cidade como jogo de cartas*. Niterói: EDUFF/Projetos Editores, 1988.

⁴²⁹ SANTOS, Carlos Nelson dos, op. cit., (folha de rosto).

⁴³⁰ SANTOS, Carlos Nelson dos. op. cit.: “As sugestões para as novas cidades foram elaboradas visando a sua utilização pela rede escolar. Pretendem ser compreensíveis para estudantes de primeiro grau. São instrumentos para discutir cidade e cidadania na escola” (p. 18).

uma certa magia da ação humana, como as cartas do baralho de tarô, Carlos Nelson pretendia oferecer um instrumental capaz de desvendar os processos de projeto. A pretensão era clara: retirar o contingente do processo de projeto, assim como as cartas do tarô davam sentido ao processo aleatório da vida, em sua cotidianidade. Essa operação, porém, não admitia uma simplificação redutora, que fornecesse um método apenas prático, e se utilizava dos próprios símbolos socialmente construídos para se estruturar. De certa forma, ela retornava a arbitrariedade, num típico movimento dialético, na medida em que o jogo só seria possível se os interlocutores se estruturassem em torno de interesses. O ponto de partida era a ampliação da democracia no território nacional, a partir da explicitação clara dos objetivos de cada grupo social na elaboração de seu espaço, das cartas do tarô para o baralho comum, manuseado mais freqüentemente na sociedade brasileira:

As cartas representam as várias formas de oposição ou conjugação. Cada naipe é uma classe; copas o clero, espadas a nobreza, ouros a burguesia e paus os camponeses. É fácil deduzir que, até a burguesia pudesse se impor e fazer sua revolução, o naipe superior era espadas. O predomínio de ouros é recente. A troca de precedências dá um suporte óbvio ao argumento.⁴³¹

⁴³¹ SANTOS, Carlos Nelson dos, op. cit., p. 12.

Tratava-se de uma clara tentativa de reconstrução dos limites da esfera de atuação da profissão, ampliando a contaminação pela antropologia e sociologia, sem no entanto abdicar do desenho. O pressuposto teórico que embasava toda a mensagem era o de que a cidade cumpria ainda um papel de representação do progresso e dos anseios de ascensão social⁴³². Era um aprofundamento da crítica, uma sistematização de texto que abandona o ofício do projeto que sempre responde a uma demanda específica, para se dedicar a uma generalização maior, mas que reconhecia a quase distorção profissional presente nos arquitetos, que, ocupados em realizar, muitas vezes se esquecem de pensar.

Por outro lado e paradoxalmente, também apontava para um imobilismo crítico perigoso, que estava condenando o meio profissional à divisão em duas vertentes irreconciliáveis, uma teórica e uma operativa⁴³³. A atitude profissional propugnada pelo livro não se calcava num refúgio analítico confortável e distante, mas no compromisso aprofundado do projeto, do desenho que vai e volta

⁴³² SANTOS, Carlos Nelson dos, op. cit.: "...ao longo do século XX, o país tem demonstrado, por inúmeros exemplos, a associação emblemática da cidade com anseios por progresso e modernização que embebem toda a sociedade nacional" (p. 15).

⁴³³ SANTOS, Carlos Nelson dos, op. cit.: "Corremos o risco de ter gente filosofando inutilmente de um lado, enquanto do outro, tudo acontece de qualquer maneira" (p. 15).

dos fundamentos conceituais. Como exemplo da complexidade do novo processo proposto para a sistemática projetual, Carlos Nelson elege o mago do distanciamento apolíneo do movimento moderno, Mies Van der Rohe, investindo na simplicidade da linguagem⁴³⁴. Carlos Nelson recusa-se a abandonar a vertente propositiva da arquitetura e do urbanismo e a refugiar-se num raciocínio analítico descompromissado:

O erro, porém, não está em materializar o desejo de intervir no espaço através de estudos preliminares que viram anteprojetos e projetos, se corrigindo sucessivamente. Não é pela renúncia à responsabilidade de dar formas aos lugares, caindo nas neutralidades cômodas dos diagnósticos e dos planejamentos que só cuidam de generalidades, que iremos encontrar saídas.⁴³⁵

A pretensão era gestar um *modus operandi* capaz de fazer frente ao desejo mais ou menos generalizado de ampliação democrática da sociedade como um todo, uma crença inabalável no processo. Esse projeto comportava um sério risco, caso não ocorresse a ampliação educacional no Brasil, mas isso não adiava sua implementação imediata, uma vez que Carlos Nelson acreditava no próprio processo

⁴³⁴ SANTOS, Carlos Nelson dos, op. cit.: "É claro que tudo tem de ser muito simples. Ainda que aplicada em outro contexto, aqui é de grande validade a máxima de Mies van der Rohe: menos é mais".

⁴³⁵ SANTOS, Carlos Nelson dos, op. cit., p. 17.

como educador. Apostando numa atitude antidogmática, ele pretendia, já naquele tempo, desconstruir o discurso profissional, deixando-o ser contaminado pela política. Sua preocupação era libertar o discurso da arquitetura e do urbanismo das gerações precedentes do domínio do positivismo, politizando-o. Eram constantes as referências a Michel Foucault e à sua descrença em relação aos saberes como produtores de dominação. No entanto, nunca o de desresponsabilizar os arquitetos e urbanistas da manipulação espacial, mas abrir áreas de domínio a práticas democráticas. Ao longo de *A cidade como jogo de cartas*, Carlos Nelson procura atenuar a idealização da vida cotidiana das cidades, desmistificando o urbano como fantasia utópica. Segundo ele,

É possível, em lugar das habituais utopias onde uma perfeição congelada e neutra é perseguida através de um único e definitivo esforço, construir uma cidade no presente e como várias possibilidades de declinação em outros tempos?⁴³⁶

Sua busca era por uma estrutura aberta, capaz de oferecer inúmeras possibilidades de ser conjugada em diversas situações futuras, um declínio do horizonte utópico, ou sua potencialização pelo uso? A utopia deveria ignorar as práticas correntes fundando novas lógicas de uso e de interação, ou atuar a partir de práticas instaladas que

⁴³⁶ SANTOS, Carlos Nelson dos , op. cit., p. 16.

levariam à contradição do sistema? Havia uma concessão ao cotidiano, tal qual instalado no Brasil, uma consciência de que o esforço de urbanização tinha produzido alternativas que deveriam ser usadas. Devia-se promover a reapropriação da história da construção das cidades, de seus elementos mais básicos – a rua, o lote e a quadra –, vistos enquanto capacitadores da manutenção do jogo em funcionamento. A crítica ao urbanismo corbusiano era evidente, por ele ter negado valor a esses elementos que mantinham o jogo da sucessão de sensibilidades no território da cidade. A neutralidade da grelha xadrez, mesmo em suas adequações topográficas, era encarada como forma de garantir a eterna transformação da cidade. Tratava-se, com efeito, de uma forte guinada para um realismo sem perda total da crença na transformação social, um compromisso com a gestão da cidade mais do que com a sua transformação:

Se antes havia fantasias quanto ao nirvana urbano e ao encontro com o progresso, a dureza da vida já cuidou de dissipá-las. A cidade não oferece saídas escapistas; só resta enfrentá-las, pois não há mais outro lugar para ir.⁴³⁷

O que é fundamental em todas as operações propostas por Carlos Nelson para o projeto é a sua contaminação pela sociologia e

⁴³⁷ SANTOS, Carlos Nelson dos , op. cit., p. 17.

antropologia, sem que o arquiteto-urbanista deixe de reconstruir a especificidade de sua disciplina, que permanece intrinsecamente ligada ao desenho. A interdisciplinariedade pressupõe a reconstrução do campo da disciplina, uma identificação dos papéis e das preocupações de cada agente, de maneira a possibilitar seu manejo de forma clara e socialmente entendida. Sua proposta não pode ser entendida como uma diluição das atribuições ou uma flexibilização das exigências dimensionais e proporcionais do projeto, como muitas vezes foi assimilada pelos que identificavam no traço uma inevitável personalidade autoritária.

Ao permear a disciplina pela sociologia e pela antropologia, Carlos Nelson pretendia abrir os ouvidos dos arquitetos, mas não congelar ou flexibilizar a filiação intrínseca da disciplina ao desenho. A emergência de uma sociedade urbana complexa e diversa força os profissionais ao abandono de uma atitude messiânica, buscando deixar cada vez mais transparente os processos de sua disciplina, não para fugir a suas responsabilidades, mas para permitir que sejam manipuladas por diferentes agentes sociais. De certo modo, a proposição de desmistificar o processo de projeto, já presente em Artigas, reaparece em Carlos Nelson sob a forma de um sistema explicitado, e não apenas como vontade ou vertente inevitável. Sua forte reação a considerar as duas dimensões em que o projeto opera

como esferas separadas – a teoria e a prática, a crítica e a operação – é assim explicitada:

Aqui é apresentada uma tentativa de resolver tais questões, através de um roteiro básico, ao mesmo tempo conceitual e pragmático..⁴³⁸

Por último, cabe uma especial menção ao conceito da grelha xadrez, que espelha a filiação de Carlos Nelson, tanto ao desenho como à crítica. No livro, a grelha xadrez é celebrada como força estruturadora, capaz de fazer frente ao tempo da cidade, possibilitando os arranjos e tensões inerentes ao cotidiano da vida humana. Essa neutralidade de ocupação do território possui uma força didática capaz de contaminar a forma de expansão da cidade, dando-lhe uma consciência de que o tempo é uma dimensão fundamental dessa construção.

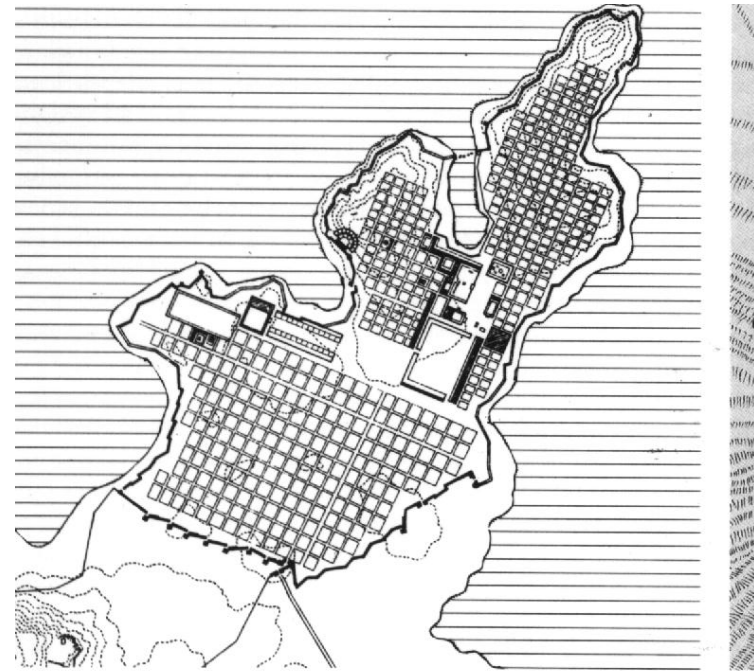
A partir do conceito da grelha, chega-se aos conceitos de centro, vizinhança, densidade, divisão fundiária, esfera pública e privada, hierarquia viária, interação entre cidade e natureza, etc... A grelha possui aquela força colonizadora do território, não só por sua tradição, mas por ser um procedimento racional socialmente

⁴³⁸ SANTOS, Carlos Nelson dos, op. cit., p. 16.

compartilhado. Ela pode ser proposta mesmo no enfrentamento de uma topografia mais acidentada, uma vez que não se perde o sentido cósmico da direção, transformando-se em rede. Enfim, a grelha pode ser caracterizada como um projeto que é conceito. Há uma constante inversão nessa categorização, o que possibilita sua intensa utilização e também a manutenção de sua estrutura e sua eterna transformação. Essa neutralidade permite apropriações diferenciadas do desenvolvimento da história da cidade, bem como uma complexa homogeneização do território. A grelha xadrez é um conceito-forma, que, dentro da processualidade da cidade, confere dinamismo e controle aos inevitáveis arranjos, articulações e desenvolvimentos entre diferenças. A estrutura da quadra, rua e lote, de invejável capacidade sintética, acaba gerando, com o tempo, uma grande variedade e diferenciação no território.

As consequências da teoria contida em *A cidade como um jogo de cartas* para a produção das metrópoles brasileiras eram claras e transparentes e enquadravam-se num esforço de busca de uma legibilidade de crescimento que fosse, ao mesmo tempo, socialmente compartilhada. Tratava-se de um claro investimento na processualidade do processo de projeto, que na verdade não cessa com a inauguração da obra. Essa necessidade permanece instalada na sociedade brasileira, que, neste início do século XXI, precisa

como nunca gerar projetos socialmente compartilhados, que reforcem a coesão social.



A grelha xadrez como desenho neutro, capaz de permitir o jogo do tempo na cidade

D. Elvan Silva, classicismo e projeto

Com Elvan Silva, adentramos a contemporaneidade, um território sempre complexo de ser avaliado em seu sentido e direção, tanto pela ausência de distanciamento, como pela participação e

engajamento em sua construção efetiva. Natural de Ipameri, em Goiás, Elvan Silva graduou-se em arquitetura em 1963, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), tendo ingressado na atividade docente em 1969. Mestre em arquitetura pela UFRGS em 1993, fez seu doutorado na Programa de Pós-Graduação em Sociologia da mesma universidade, defendendo sua tese em 1997. Foi diretor da Faculdade de Arquitetura da UFRGS de 1996 a 2000 e, num segundo mandato, de 2003 até o seu falecimento, ocorrido no dia 26 de abril de 2006. Deixou-nos como legado uma importante bibliografia sobre projeto⁴³⁹.

Dentre os ideólogos listados neste trabalho, Elvan Silva é o único que não apresenta uma produção projetual, restringindo-se ao campo teórico da especulação sobre a gestação da forma. Desde o início de seu desenvolvimento profissional, elegeu como preocupação fundamental explicitar os procedimentos que guiavam o projeto. Sua atenção está centrada muito mais no processo de geração da forma do que na análise das qualidades do objeto,

⁴³⁹ Publicou *Matéria, Idéia e forma: uma definição de arquitetura* (Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994), *A forma e a fórmula: cultura, ideologia e projeto na arquitetura da Renascença* (Porto Alegre: Sagra, 1991), *Arquitetura e semiologia* (Porto Alegre: Sulina, 1985), *Uma introdução ao projeto arquitetônico* (Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1984) e *Geometria funcional dos espaços da habitação* (Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1982), além de ensaios e reflexões.

certamente uma tarefa das mais árduas, visto que o projeto é um procedimento carregado de subjetividades, dotado de tantas variações quanto o número de arquitetos praticantes. Sua atuação também buscou estruturar um corpo jurídico-corporativo para os arquitetos, que potencializa sua inserção social. Dito de outra maneira, Elvan também estava interessado na criação de um sistema corporativo que ampliasse a inserção social do arquiteto, combatendo o sistema dos Conselhos Regionais e da Confederação nacional que hoje regulamenta a profissão.

Um dos mais importantes colaboradores do processo de constituição de um corpo crítico estruturado em Porto Alegre⁴⁴⁰, Elvan Silva revela, em toda sua obra, uma proximidade com o racionalismo positivista da teoria da resolução de problemas, da qual Christopher Alexander é um dos principais expoentes (ver capítulo 2). *Uma introdução ao projeto arquitetônico* é o primeiro livro que analisamos para tentar mapear o seu esquema ideológico. Esse estudo deixa patente uma primeira diferenciação fundamental na disciplina de arquitetura: de um lado, a coleção de edifícios produzidos pela humanidade, e de outro o processo que conduz à materialização

⁴⁴⁰ A listagem dos teóricos saídos das escolas do sul inicia-se com Edgar Graef e continua com Carlos Alberto Comas, Benamy Turkiev, Juan Luis Marcaró e Edson Mahfuz, entre outros.

dessa mesma coleção, o projeto. Silva assume, diante da tradicional subdivisão da disciplina entre teoria dos edifícios e teoria da composição, uma posição de defesa da estruturação do ensino em torno da teoria da composição, ou do estudo do processo criativo⁴⁴¹.

Esse livro evidencia a preocupação de Elvan Silva com a emergência do funcionalismo como uma característica básica dos tempos modernos, marcados pela passagem de uma relativa simplificação para uma maior complexidade funcional. Ademais, ele sempre registrou que a preocupação funcional nasce com a disciplina, lá no distante Vitruvio, na categoria da *utilitas*, e que esta também sempre demonstrou uma certa obsolescência, que tendeu a se enfatizar nos tempos modernos.⁴⁴² O estudo pretende libertar o processo de projeto da arbitrariedade estética e acadêmica. O autor assinala como marcos de inflexão nesses estudos a publicação de *Ensayo sobre la síntesis de la forma*, de Alexander, citado no capítulo 2, e o seminário realizado em 1967, em Portsmouth, Inglaterra, sobre metodologia do projeto arquitetônico. O livro de

⁴⁴¹ SILVA, Elvan. *Introdução ao projeto arquitetônico*: “Como o catálogo tipológico só é capaz de registrar dados de significação provisória, justifica-se sua remoção para um plano secundário, compensada pela ênfase concedida ao estudo do processo criativo” (p. 10).

⁴⁴² SILVA, Elvan, op. cit.: “Tome-se por exemplo, a tipologia dos prédios escolares; aquilo que era válido há poucos anos pode estar superado pelas novas concepções pedagógicas...” p. 10

Silva não é um tratado metodológico, mas sim uma tentativa de discussão e de definição precisa de termos que giram em torno da concepção arquitetônica e urbanística:

Como se esclarecerá mais adiante, o presente estudo não é um tratado metodológico. É antes de tudo, uma abordagem teórica, ou seja explicativa e codificadora, que visa tornar organizado e cognoscível seu campo específico de estudo.⁴⁴³

Uma introdução ao projeto arquitetônico investe maciçamente na precisão da definição de alguns conceitos compartilhados no mundo do projeto, procurando arrancar muitos deles de um “empiricismo mecânico”⁴⁴⁴. Existe um claro distanciamento de um dos temas mais recorrentes da década de 80 na arquitetura brasileira, que era a atribuição de um discurso despótico ao tema do projeto⁴⁴⁵. Nesse sentido, Elvan Silva distancia-se da teoria foulcaultiana, que

⁴⁴³ SILVA, Elvan, *Introdução ao projeto arquitetônico*, p. 13

⁴⁴⁴ Mais tarde este termo será forjado pelo próprio autor em contraposição à crítica preventiva, denotando o procedimento de projeto ligado ao empiricismo e não a uma sistematização mais totalizadora. Ver SILVA, Elvan. *Uma pauta para investigação teórica no domínio do projeto arquitetônico*. www.vitruvius.com.br

⁴⁴⁵ SILVA, Elvan *Introdução ao projeto arquitetônico*, p. 13 “Por não se enquadrarem dentro dos objetivos do presente estudo, deixam de ser examinados certos aspectos filosóficos conexos à temática da produção do edifício, mormente aquele que interpreta o projeto arquitetônico como uma espécie de discurso despótico, veículo de uma mensagem unidirecional...”

vinculava qualquer discurso técnico a uma teoria da dominação⁴⁴⁶. O discurso voltado para a participação do usuário, a contaminação do projeto pela sociologia, presente, de uma maneira ou de outra, em outros trabalhos de Silva, é aqui deixado de lado, em nome de uma maior precisão com a definição dos termos, quase um estudo do léxico profissional.

Nesse primeiro trabalho já aparece a sua preocupação com a inserção do *modus operandi* da construção do ambiente humano dentro da sociedade como um todo. Ele indica quatro tipos de estruturação desta relação, caracterizados como sociedade primitiva, sociedade intermediária, sociedade organizada e sociedade complexa. O processo de produção do artefato pelo homem em suas diversas atividades muda de categoria, indo da auto-produção na sociedade primitiva, até um maior grau de intermediação nas sociedades complexas. Se nas duas primeiras sociedades o projeto não é uma atividade instituída, nas duas últimas consolida-se como processo obrigatório para a obtenção da obra. O processo de ampliação da divisão social do trabalho acarreta para o projeto um aumento do seu grau de pormenorização,

⁴⁴⁶ O exemplo contaminado por esta lógica aqui assinalado é o livro de SANTOS, Carlos Nelson dos, op. cit. Um outro exemplo é FERRO, Sérgio. *O canteiro e o desenho*. São Paulo: Projetos Editores, 1979.

de sua representação, de sua capacidade de previsão e de suas exigências intrínsecas, aumentando sua complexidade de comunicação:

Em síntese: o projeto não é uma etapa inevitável no processo de produção do edifício; o projeto arquitetônico realmente se torna necessário quando há a possibilidade de surpresa e do inesperado na atividade edificatória, ou seja quando a construção não obedece mais a um modelo concreto previamente conhecido pelo usuário e ou construtor...⁴⁴⁷

Quando a sociedade abandona a forma-modelo que dominava sua operação de modificação do meio ambiente para a construção de seu abrigo, passando a se utilizar de uma variedade infinita de possibilidades de construir, surge a necessidade do projeto. A emergência do projeto está, portanto, profundamente vinculada ao aumento da complexidade da sociedade, de sua divisão social do trabalho, e da perda de uma forma-modelo paradigmática. Esse aumento de complexidade, por sua vez, está intimamente relacionado ao aumento do grau de artificialidade ou distanciamento do mundo natural. Depois desta caracterização inicial, o trabalho de Elvan Silva desenvolve um esforço para obter maior precisão para termos como teoria, metodologia, requisito, forma, programa, projeto, suas diversas etapas e sua conveniência, relevância e

⁴⁴⁷ SILVA, Elvan *Introdução ao projeto arquitetônico*, p. 26

irrelevância etc.... A intenção do autor é ampliar, sempre, a transparência dos passos e das condições exigidas pela prática do projeto, buscando transformar o desenvolvimento do projeto num processo capaz de ser avaliado e reavaliado pelo seu autor e pela sociedade em geral. Essa atitude para com a cultura do habitar no Brasil teve como conseqüência a desmistificação do ato do projeto, mostrado de maneira mais cristalina para a sociedade.

Outra preocupação de Silva em seu primeiro trabalho é deixar claro os caminhos lógico-intuitivos da montagem projetual. Isso, de certo modo, confirmava uma vertente iniciada pela arquitetura paulista, que também será enfatizada por Carlos Nelson dos Santos. A construção do espaço humano passa a ser vista como algo vinculado a estágios diferenciados de complexidade social. A gradação entre a auto-construção e a delegação ao arquiteto da promoção de seu habitar é entendida como uma evidência da progressiva instalação da divisão social do trabalho.

O próximo trabalho de Elvan Silva a ser aqui analisado é *A forma e a fórmula, cultura, ideologia e projeto na arquitetura do renascimento*. Trata-se de um trabalho de muito maior fôlego, no qual o surgimento do procedimento projetual, em sua acepção moderna, é localizado no Renascimento. Nele, também é questionada a capacidade

colonizadora dessa operação. De certa forma, Elvan dá prosseguimento à sua busca incansável por uma definição precisa dos termos e conceitos que configuram o projeto. Emerge aí um conceito-chave, denominado classicismo, que consiste, na realidade, numa gramática visual justificada pela história da arquitetura, um fenômeno da cultura ocidental e universal. Junto com esse conceito, surge a idéia de fórmula como procedimento norteador das decisões operativas que o projeto envolve, a qual se articula, por sua vez, com a proposição de um sistema cognitivo, socialmente transparente:

Ora, como bem definiu John Summerson, o classicismo é o latim da arquitetura. Penso que se existe uma arquitetura que mais corporifique o conceito de civilização, esta é a do Classicismo⁴⁴⁸.

⁴⁴⁸ SILVA, Elvan. *A forma e a fórmula, cultura, ideologia e projeto na arquitetura do Renascimento*, p. 12. Sua referência a John Summerson diz respeito à *A linguagem clássica da arquitetura*. São Paulo: Martins Fontes, 1982, no qual a principal construção era a permanência do classicismo como força expressiva da arquitetura.



Elvan Silva entende o Renascimento florentino como uma força ética do projeto, que embasa sua auto-justificação

Muitos arquitetos haviam aderido a essa revisão, que, retomando o conceito de classicismo, pretendia superar a crise da modernidade da década de 60. Sugeria-se que a atitude clássica transitava em várias épocas, sendo na verdade ahistórica e, por isso mesmo, fazendo-se presente no próprio modernismo. No entanto, era uma clara retomada da historiografia como método operativo para o projeto e uma revolta contra os procedimentos modernos da objetividade funcional⁴⁴⁹. Uma procura pela constância histórica, manifesta inicialmente no Renascimento e que se mantém a partir daí imutável. O modernismo deixa de ser considerado eticamente superior às realizações e doutrinas do passado, não possuindo autoridade frente à imensa recorrência da história da arquitetura clássica. Contudo, para que essa nova atitude fosse efetivamente levada a cabo, seria necessário retroceder às aspirações pretendidas pelo Renascimento, numa busca da estaca zero do projeto.

Na sua gênese, essa aspiração fazia menção a três construções ideológicas muito claras: o entendimento da disciplina como prática de artesãos livres, não mais um ofício, e sim uma arte liberal,

⁴⁴⁹ SILVA, Elvan. *A forma e a fórmula, cultura, ideologia e projeto na arquitetura do Renascimento*: “O primeiro deles era a idéia de que a história em gênero e espécie diz respeito a cultura geral e que, conseqüentemente, não representa uma contribuição direta para a formação profissional” (p. 14).

operada por um ser consciente, na plenitude de seu livre arbítrio; a concepção de seu resultado – o objeto construído – como a representação material de uma ordem estruturada na qual o homem é o seu centro, o humanismo. e a eleição da geometria como representação do controle humano supremo da natureza, como representação do cosmos organizado ao qual o homem aspira. Dessa aspiração à ordem, que já carrega a pretensão de auto-justificação em si, surge a construção da fórmula:

A fórmula de que falo é aquela ligada tanto ao processo de determinação da forma, enquanto significado, quanto ao processo de transmissão de uma regra, enquanto teoria ou doutrina.⁴⁵⁰

Dois doutrinadores reaparecem neste segundo estudo de SILVA(1991), o teórico argentino Corona Martinez e Cristhopher Alexander, o primeiro com seus conceitos de invenção e redesenho, e o segundo com sua lógica algorítmica do seu primeiro ensaio. Daí surgem as idéias de invenção e dedução dentro da leitura do objeto arquitetônico ou urbanístico, sendo a primeira eminentemente heurística⁴⁵¹, enquanto a segunda seria lógica ou algorítmica⁴⁵². Os

⁴⁵⁰ SILVA, Elvan, *A forma e a fórmula, cultura, ideologia e projeto na arquitetura do Renascimento*, p. 12.

⁴⁵¹ Segundo o *Dicionário Houaiss*, “arte de inventar, de fazer descoberta, ciência que tem por objeto a descoberta dos fatos.”

dois procedimentos estão presentes no processo da síntese formal e da interpretação, sendo a prática dominada por um hibridismo dos dois. Marca também presença um positivismo que visa a buscar uma clareza demonstrativa para as decisões subjetivas do projeto, tanto na referência à fórmula, quanto na concepção de ordem. A matemática é corretamente caracterizada como ciência que estuda a ordem e os relacionamentos, e não como disciplina das quantidades:

É verdade que, desde os tempos de Alberti e de Palladio até nossos dias, o conceito de fórmula entre os arquitetos passou por uma transformação; e isto ocorreu porque os projetistas vêm na matemática apenas um modo de tratar com magnitudes...Esquecem-se estes criadores de que a matemática não se ocupa só de quantidades, mas também de problemas de ordem e de relação.⁴⁵³

Elvan Silva não estuda a arquitetura e os procedimentos do Renascimento e do classicismo por diletantismo. Sua intenção é encontrar, naquele grau zero de fundação da disciplina, uma substância operativa para o presente. Essa busca é orientada por duas palavras-chaves: fórmula e intuição. Embora a intuição seja tida como algo no plano da subjetividade, no sistema de Silva

⁴⁵² Segundo o *Dicionário Houaiss*, “seqüência finita de regras, raciocínios e operações que, aplicada a um número finito de dados, permite solucionar classes semelhantes de problemas.”

⁴⁵³ SILVA, Elvan, *A forma e a fórmula, cultura, ideologia e projeto na arquitetura do Renascimento*, p. 26.

permanece atuando, porque é presença garantida na figura do projetista. Como no primeiro trabalho, a referência ao estágio de complexidade da sociedade no qual o projeto se insere continua presente, sendo categorizado pela auto-construção, de um lado, e pelo arquiteto pós-Brunelleschi, do outro. O que surge de novo é a subordinação aos conceitos de Alexander de arquitetura inconsciente de si (vernácula) e arquitetura produzida pela doutrina (erudita). A presença da fórmula é apontada na geometria e nos sistemas de relação de proporção propostos pelos arquitetos para enfrentar os mais variados temas.

A partir desses conceitos, Silva reconstrói a história da arquitetura numa perspectiva clássica, até chegar ao modernismo, no qual, apesar do aparente anti-classicismo, também identifica a presença desta metodologia. Ele localiza a crise do classicismo na contestação ao vitruvianismo imposta pelo Iluminismo, com a sua redescoberta da pesquisa estrutural presente no gótico. Para Silva, existiam cinco pontos de contacto entre o modernismo e o classicismo: a economia de recursos, o controle racional, a simplificação geométrica, o sentido supra-histórico e uma certa pretensão à autonomia da disciplina. O arquiteto que encarnava esse distanciamento olímpico do classicismo na era moderna era, no seu essencialismo, Mies van der Rohe. A subordinação de toda

complexidade programática à geometria mais elementar denotava exatamente este aspecto. Embasado em argumentos que retira de Johnson, que já havia vinculado fortemente a arquitetura de Mies à de um outro alemão, Karl Friedrich Schinkel, Silva estabelece brilhantes analogias:

No aspecto estrutural, especificamente a arquitetura de Mies se apóia exclusivamente na articulação vigas pilares, estes invariavelmente dispostos de acordo com um sistema modular onde o intercolúnio lembra o efeito visual do templo grego; as seções transvesais dos pilares, por sua vez são tratadas ostensivamente para produzir um determinado efeito estético, antes que estático.⁴⁵⁴

Ao final, ele apresenta aquilo que considera ser o sentido da tradição clássica na cultura arquitetônica, identificando essa direção no conteúdo comunicacional estabelecido e permeável aos leigos. Uma linguagem não alfabética, facilmente decodificável por diferentes agentes nas mais diversas partes do mundo, sem que ocorresse congelamento da busca de novos sentidos. Elvan Silva amplia a relação de arquitetos modernos filiados ao espírito clássico, incluindo aí Le Corbusier e Oscar Niemeyer, donos de uma linguagem menos abstrata e, portanto, com uma permeabilidade

⁴⁵⁴ SILVA, Elvan *A forma e a fórmula, cultura, ideologia e projeto na arquitetura do Renascimento*, p. 312.

comunicacional mais intensa. Para ele, o grande impulso anti-clássico da modernidade deve ser localizado no movimento futurista italiano⁴⁵⁵, opondo-se assim a Bruno Zevi, que o identificava em Gropius⁴⁵⁶. Fica claro, que a construção ideológica de Silva pretende ir além da problemática estilística do classicismo, atribuindo-lhe uma dimensão de retorno a essencialidade da arquitetura e da urbanística. A preocupação com a comunicação da arquitetura com os leigos é fator primordial neste sistema. Elvan recalca o isolamento hermético e abstrato de Mies e de Rossi, que também pretendiam o classicismo, para investir fortemente no poder de comunicação da metodologia clássica.

O mais notável neste fenômeno da significação, na arquitetura do classicismo é justamente sua disponibilidade para veicular sentidos novos, não apenas os da Antiguidade, ou daqueles do século XV, mas outros supervenientes nos séculos XVII, XVIII e XIX, pois a linguagem clássica é simultaneamente neutra e

⁴⁵⁵ SILVA, Elvan, *A forma e a fórmula, cultura, ideologia e projeto na arquitetura do Renascimento*: “Na verdade, o repúdio mais violento à tradição clássica foi formulado paradoxalmente, por artistas e intelectuais italianos, integrantes do movimento futurista, o qual a despeito de ter produzido quase nada de concreto, conseguiu influir doutrinariamente nas bases do modernismo ortodoxo” (p. 322). O paradoxo, para Silva, deve-se à imensa cultura clássica materializada fisicamente nas cidades italianas.

⁴⁵⁶ “Walter Gropius é, como todo mundo sabe, um dos mestres modernos mais cultivados; sem embargo é difícil imaginar uma concepção da história mais fechada e retrógrada do que a sua. Faz seus todos os equívocos da velha historiografia e lhe falta até a suspeita de uma possível renovação didática” (cf. ZEVI, Bruno. *Arquitectura in Nuce*. Madri: Aguilar, 1969).

adaptável, como o vocabulário e a gramática de uma poética versátil.⁴⁵⁷

A reinterpretação do classicismo como uma atitude ética e moral no âmbito do projeto devia-se, além dessa possibilidade de restabelecimento da comunicação com os leigos, a uma ausência de tensão, uma proposta afirmativa pela sobriedade e permanência. Em sua conclusão, Silva nega que os ingredientes do classicismo residiam essencialmente no código e no léxico, mas sim em sua atitude racional, em sua busca da ordem, na ausência de tensão e na permanência, atitudes capazes de promover, numa reapropriação do termo de Alberti,⁴⁵⁸ um *modus reconsiderandi* para a construção. A atitude clássica era tida como capaz de enfrentar a crise de legitimação em que o projeto se debatia; a história era a comprovação desta permanência. O projeto endossado por Silva era uma mensagem com um léxico, uma gramática e uma sintaxe

⁴⁵⁷ SILVA, *A forma e a fórmula, cultura, ideologia e projeto na arquitetura do Renascimento*, p. 318.

⁴⁵⁸ SILVA, Elvan. *A forma e a fórmula, cultura, ideologia e projeto na arquitetura do Renascimento*, p. 321. Ele manifesta aqui o deslumbramento com o tratado de Alberti, o *Re edificatoria*, presente em BRANDÃO, Carlos Antonio Leite – *Quid Tum*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000 e em BRANDÃO, Carlos Antonio Leite. *A formação moderna do homem vista através da arquitetura*. Belo Horizonte: Ap Cultural, 1991. A retomada clássica está assinalada, entre outras, em obras como as de SUMMERSON, John, op. cit.; LINAZASORO, José Ignacio. *El proyecto clásico em arquitectura*. Barcelona: Gustavo Gilli, 1981; LINAZASORO, José Ignacio. *Permanências y arquitectura urbana*. Barcelona: Gustavo Gilli, 1981; TZOMIS, Alexander. *El classicismo en Arquitectura*. Madri: Blume, 1984; e ROWE, Collin. “Neoclassicism and modern architecture 1 and 2”. In: *Oppositions*, 1973.

própria, ampliando sua capacidade de comunicação com os usuários a partir da adoção de um classicismo peculiar. Ao mesmo tempo, essa adoção garantia uma abertura e uma diversidade não institucionalizada e confortável, que negava a arbitrariedade nas decisões projetuais. A pergunta que se coloca é se essas atitudes faziam uma profissão de fé na composição arquitetônica e urbanística, que, com o movimento De Stijl, haviam sido definitivamente empurrada para uma metodologia da decomposição da forma de maneira definitiva. O mérito de Silva encontra-se na forte vinculação entre forma de atuar clássica e procedimentos racionais com vistas à construção. Para ele,

A idéia de uma separação fundamental entre a construção como arte e a construção como ofício era (para os teóricos do Renascimento) completamente inconcebível. Por exemplo, Alberti descreve a associação de linhas e ângulos como sendo a tarefa mais importante e difícil do arquiteto e é claro que se refere a um problema que é, ao mesmo tempo, de construção e de estética.⁴⁵⁹

Além da desmistificação do processo de projeto, presente no primeiro trabalho, em *A forma e a fórmula, cultura, ideologia e projeto na arquitetura do Renascimento* percebe-se a capacidade

⁴⁵⁹ SCRUTON, Roger. *Estética da arquitetura*. São Paulo: Martins Fontes, 1983, p. 31.

de comunicação entre construção e sociedade que encerra um valor ético em si. O classicismo, com sua recorrência ahistórica, continha a chave ética para a reconciliação entre construção e sociedade. No sistema de Silva, o tema habitacional não era distinguido dos demais, nem sequer destacado, mas a identificação entre classicismo e ética do construir continham a chave para a reinserção da profissão na produção da cidade genérica, composta, em sua maioria, pela habitação.

O outro estudo aqui analisado é *Matéria, idéia e forma, uma definição de arquitetura*, no qual Evan Silva debruça-se sobre a questão das definições e envereda por uma visão mais filosófica da arquitetura. Com o pós-modernismo, ocorrera uma aproximação entre arquitetura e filosofia. Autores como Habermas, Giddens, Guatarri e Jameson fizeram incursões na arquitetura para explicar fenômenos emergentes na sociedade contemporânea. Como arquiteto, Silva tentará entender as implicações filosóficas do projeto, mais uma vez sob a perspectiva das definições. O título, aliás, já denota um certo aristotelismo-pragmático, na sua vinculação material, contraposto a um platonismo mais contemplativo⁴⁶⁰. Segundo ele,

⁴⁶⁰ Segundo CHAUÍ, Marilena, em *Introdução à história da filosofia* (São Paulo: Brasiliense, 1994), "Aristóteles afirma contra Platão, que existe toda uma região da

(...) mesmo que relutemos em reconhecê-lo, a parcela mais ponderável do conhecimento da arquitetura é de cunho filosófico, na acepção plena do termo. Esta é justamente a premissa sobre a qual se alicerça o presente estudo.⁴⁶¹

Nessa obra, Silva vai contra a concepção espacial da arquitetura, que está presente em Giedion e que assume valores de luta ideológica em Zevi. A essência da arquitetura, na visão de Silva, está na matéria ou substância que é manipulada para conformar espaços. O material de construção, inexpressivo quando armazenado no depósito, ganha expressão quando reordenado pelo arquiteto na obra. Valendo-se de uma argumentação tirada de Enrico Tedeschi, discípulo de Zevi, Silva caracteriza o vazio espacial como um nada, uma definição que não serve para operacionalizar a arquitetura, por estar destituída de precisão⁴⁶². Ele não refuta as

vida humana que permanece contingente e particular (ética, política, técnica) e nem por isto seria sem sentido e irracional. Platão havia tentado fazer da ética e da política ciências teóricas, universais e necessárias. Para ele, a idéia do Bem como universal e necessária, a idéia da Justiça como universal e necessária e o comando da razão sobre o indivíduo e sobre a Cidade fariam da ética e da política ciências teóricas. Pelo contrário, diz Aristóteles, as ações humanas, mesmo quando feitas por uma vontade racional, permanecem contingentes, dependem de escolhas e de situações concretas e não é possível submetê-las à idéia de universal do Bem e da Justiça. Será pelo conhecimento de ações boas e justas que definiremos o Bem e a Justiça como valores ou padrões gerais de conduta, e não o contrário” (p. 254). Para Aristóteles, o conceito de Idéia de Platão tornava-o sem sentido e abstrato, sendo um instrumental sem operacionalidade.

⁴⁶¹ SILVA, Elvan. *Matéria, idéia e forma, uma definição de arquitetura*, p. 12.

⁴⁶² SILVA, Elvan. *Matéria, idéia e forma, uma definição de arquitetura*, p. 161. A citação apresentada de Tedeschi dizia o seguinte: “Também se escreveu acerca da

teses de Giedion, Zevi e Norberg Schultz, que colocavam o espaço vazio como protagonista maior da arquitetura, apenas retira-lhes o significado operativo. Assim, pensa que essa categoria um tanto metafísica da arquitetura moderna não consegue trazer substância nem à concepção *nem* à avaliação dos edifícios, conferindo-lhe um caráter de categoria sugestiva, mas sem precisão:

Não há dúvida de que esse raciocínio é sugestivo, mas envolve uma falácia. O vazio, o vácuo, o espaço contido a que se reporta Zevi já existia, no mesmo lugar, antes da edificação e dos elementos físicos que a constituem. A eventual significação deste espaço só começa a existir no momento em que se concretiza aquele conjunto de larguras, comprimentos e alturas dos elementos construtivos.⁴⁶³

Se a arquitetura fosse a organização do espaço ou sua produção, a música seria a produção do tempo, argumenta corretamente Silva. A dimensão do espaço, tão cara aos geógrafos, é uma dimensão efetivamente mais palpável, pois pode ser qualificada num país, numa cidade, num sistema econômico etc. Essa manipulação envolve muito mais o conceito de lugar como concretude

dificuldade que existe para representá-lo e esta dificuldade se evidencia na resenha de seu modos de apresentar-se, justamente por aquilo que Geoffrey Scott assinalou acertadamente: o espaço é um nada, algo que escapa à possibilidade física de medição e controle” (p. 161).

⁴⁶³ SILVA, Elvan, *Matéria, idéia e forma, uma definição de arquitetura*, p. 162.

identificável, como uma parte com valor, capaz de ser retirada do espaço geral e indiferenciado. Silva argumenta que a categoria do espaço é uma concepção histórica modernista, vinculada à destruição imposta às categorias de análise da teoria acadêmica. Retirando desse raciocínio os magos do movimento moderno – Wright e Le Corbusier –, ele faz a ligação entre o declínio do simbolismo e a emergência do conceito de espaço, baseando sua argumentação em Robert Venturi⁴⁶⁴. Silva parece não reconhecer na nova objetividade de Loos ou mesmo de Mies, na sua negação da ornamentação a todo custo, uma real presença do símbolo. A sua rejeição de Silva da categoria do espaço da modernidade e, mais particularmente, da concepção de Zevi, parece guardar muito do complexo da arquitetura nacional, que, nos anos 60, foi qualificada como desprovida de espaço por esse crítico italiano⁴⁶⁵. Enfim, se a categoria abstrata do espaço não possui operacionalidade como

⁴⁶⁴ SILVA, Elvan, *Matéria, idéia e forma, uma definição de arquitetura*: “...como explicar a importância concedida ao conceito de espaço na teorização contemporânea da arquitetura? Robert Venturi tem uma explicação bastante plausível: trata-se do esforço no sentido de encontrar um sucedâneo para aquelas categorias analíticas recorrentes na teorização acadêmica da arquitetura, que o modernismo ortodoxo pretendia proscrever” (p. 167).

⁴⁶⁵ A polêmica de Zevi contra a arquitetura de Brasília foi desferida na década de 60, mas só foi encontrar resposta na década de 70 em Edgar Graeff. Autor de *Arquitetura e utopia* (Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1976), Graeff também era professor no Rio Grande do Sul. Em sua argumentação, refutou Zevi, afirmando que uma arquitetura dos trópicos não elegia como principal preocupação o espaço interno, mas sim o externo.

afirma Silva corretamente, não se pode argumentar que esta era uma operação legitimadora apenas da arquitetura moderna. Em suas próprias palavras,

A hipotética produção do espaço, no entanto, pode ser refutada, pois a produção implica o emprego de insumos, e o espaço não os tem. Oxigênio, hidrogênio e outros elementos são componentes da atmosfera, mas não do espaço. Se a arquitetura tem insumos – e certamente os tem – eles se encontram no âmbito da matéria, visível e tangível.⁴⁶⁶

A arquitetura e a urbanística caracterizadas por Silva neste estudo assumem a dimensão concreta e objetiva da sua materialidade que está baseada nos materiais, arranjados segundo uma interpretação criativa, sensível e racional, enfim humanizada. Essa interpretação só pode ser obtida a partir de um conhecimento mais profundo da história, construída por argumentos que remetem a Heidegger⁴⁶⁷, e caracterizada como algo distinto da natureza. No caso da história da arquitetura deve-se não olhar apenas para os exemplos excepcionais, mas também para a construção generalizada. Novamente volta-se para o Renascimento, um tempo que escolheu

⁴⁶⁶ SILVA, Elvan, *Matéria, idéia e forma, uma definição de arquitetura*, p. 168

⁴⁶⁷ “A História é um conjunto de acontecimentos e influências que atravessa passado, presente e futuro, significando uma oposição à natureza que também se move no tempo, os entes passados do tempo, isto é, as transformações e destinos dos homens, dos grupos humanos e de sua cultura” (cf. HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo*. Petrópolis: Vozes, 1988, p. 184).

um modelo de passado – a Antigüidade clássica –, mas que, segundo Silva, não pretendia o seu retorno, e sim o enfrentamento concreto do presente. Esta atitude construtiva] deverá estar articulada com a razão, tornando possível sua demonstração para a sociedade. A partir da seleção daquelas experiências bem sucedidas, a sociedade testa e comprova a adequação das decisões, convencendo nossos contemporâneos das diversas possibilidades.

Silva retoma nesse terceiro texto a conceituação da profissão e da sua didática como uma variação entre um conhecimento estabelecido e um ofício operativo, questões que ele amplia caracterizando como doutrina e técnica. O âmbito das opiniões corresponde às teses ideais e conforma o sistema doutrinário de um arquiteto ou de uma corrente. Os fatos são dados concretos manipulados pelo arquiteto, enquadrados pela técnica e podem ser medidos, comprovados e aceitos a partir de uma argumentação objetiva. A opinião está no âmbito da proposição interessada, modos particulares de se aproximar do problema, envolvendo um elemento subjetivo, mas nem por isso incapaz de conquistar a adesão de outras subjetividades, na medida em que se transforma em aspiração coletiva. A partir da conceituação de disciplina e ofício, Silva caracteriza a arquitetura em torno de dois eixos: de um lado, o

conjunto das edificações erigidas pelo homem, e, de outro, o processo de elaboração destes objetos. A excelência arquitetônica e o processo projetual. A teoria, a história e a tectonia, de um lado, e o processo de síntese destas informações no projeto, de outro.

Em seguida, ele apresenta uma ampla gama de definições de arquitetura, que podem ser resumidas nas seguintes: arquitetura como além da construção, arquitetura como estética, arquitetura como monossêmico, arquitetura como excelência na edificação, arquitetura como processo de concepção, arquitetura como antropologia, arquitetura como cultura, arquitetura e cultura vernácula, e por fim a essência da arquitetura. É quando discorre sobre a essência da arquitetura que Silva desqualifica, de maneira mais clara, a teoria de Zevi do espaço como protagonista. Em todas essas definições, a arquitetura surge em sua dimensão antropológica como sistema cultural construtivo que pode ser erudita, consciente de si ou vernácula, inserida em procedimentos culturais arraigados.

Silva nega constantemente a subdivisão construída por alguns dos tratadistas iluministas, que distinguia a construção da arquitetura, voltando novamente ao Renascimento como procedimento ético:

De certa maneira, essas propostas têm embutida a noção de que há qualificação artística na arquitetura e que não há a mesma qualificação na construção. No entanto, nos termos da teorização renascentista, semelhante discriminação não era concebível, pois o conceito de arte era aplicado a todas as realizações executadas de acordo com certos princípios e com a preocupação de excelência, numa acepção ampla do termo.⁴⁶⁸

Fenômeno cultural básico, a arquitetura é vista como objeto muito além de sua materialidade ou estrutura, estando presente mesmo nas habitações mais humildes. Enfim a arquitetura é vista como um produto sociológico e antropológico, com profundas ligações com a estrutura social que a empreende. Silva estabelece uma interessante distinção entre as definições de arquitetura. Segundo ele, há aquelas de caráter retórico, corporativo ou celebratório, e as contidas pelo rigor científico. Inclui na primeira categoria depoimentos de arquitetos praticantes que fazem uma apologia da arquitetura, reduzindo seu potencial de precisão. É o caso de Claude-Nicolas Ledoux⁴⁶⁹, Étienne-Louis Boullée⁴⁷⁰ e Le Corbusier⁴⁷¹, que enaltecem

⁴⁶⁸ SILVA, Elvan, *Matéria, idéia e forma, uma definição de arquitetura*, p. 34.

⁴⁶⁹ “A arquitetura é para construção aquilo que a poesia é para a literatura: é o entusiasmo dramático da profissão, dela não se pode falar a não ser com exaltação...” (Ledoux, citado em SILVA, Elvan, *Matéria, idéia e forma, uma definição de arquitetura*, p. 33).

⁴⁷⁰ “Todos os monumentos que há sobre a terra e que são próprios aos estabelecimentos humanos forma criados por esta arte bem feita. Doma nossos

o vínculo afetivo do agente com sua prática. Embora reconheça valor nessas assertivas, Silva classifica-as com uma certa desconfiança pela falta de rigor científico, enquadrando-as num subcultura corporativa.

A unificação dos conceitos de arquitetura e construção tinha claros rebatimentos na atuação profissional, na urbanização das favelas, na promoção do ambiente humano e na forma de encarar o projeto. Diante dessas questões, Silva sempre remete à cultura humanista do Renascimento e ao tratado do *Re Edificatória* de Alberti como saída para a crise da cultura construtiva, num movimento de re-essencialização do ofício e da disciplina.

Embora sua teoria do projeto não confira relevância ao tema da habitação, sua vinculação material e sua desqualificação da definição de arquitetura como algo distinto da construção, revelam o caráter pragmático operativo de sua aproximação filosófica. A pretensão de Silva em *Matéria, idéia e forma, uma definição de arquitetura* não era aproximar a arquitetura-urbanística da filosofia,

sentidos por meio das impressões que lhe comunica” (Boullée, citado em SILVA, Elvan *Matéria, idéia e forma, uma definição de arquitetura*, p. 33).

⁴⁷¹ “A arquitetura é estabelecer relações comoventes com materiais brutos...A paixão faz das pedras inertes, um drama” (Le Corbusier, citado em SILVA, Elvan, *Matéria, idéia e forma, uma definição de arquitetura*, p. 34).

para enveredar por uma metafísica abstrata, mas sim promover o vínculo com a materialidade concreta das disciplinas. Portanto, a filosofia que emerge desse estudo é uma filosofia da prática, que crítica fortemente a metafísica.

Além desses estudos, Elvan Silva esteve constantemente presente na mídia especializada, discutindo a situação contemporânea da arquitetura no mundo e no Brasil. Um texto que se destaca em sua produção foi aquele apresentado no Seminário do Projetar, realizado em Natal, em 2003, denominado *Uma pauta para a investigação teórica no domínio do projeto arquitetônico*. Ressurge, nesse trabalho, sua filiação ao positivismo inicial da obra de Alexander, e ao mesmo tempo revela uma certa nostalgia de que essa metodologia não tenha conquistado o metabolismo social, conferindo mais cientificidade ao procedimento projetual. A computação conquistou efetivamente uma série de procedimentos na sociedade, inclusive no âmbito do ofício, mas os procedimentos projetuais permaneceram presos ao subjetivismo e à intuição:

De qualquer forma, no final da década de 1960 foram difundidos alguns estudos tendentes a instituir alternativas para a mistura híbrida da doutrina da *École des Beaux Arts* com o empirismo normativo, através de esforços no sentido da *metodização* do projeto arquitetônico e do emprego de mecanismos algorítmicos para a criação arquitetônica. Estes

estudos desfrutaram efêmera popularidade, foram examinados por um par de anos no início da década de 1970 e, a seguir, a despeito da pressão oriunda da esperança que os computadores eletrônicos possam auxiliar a projetar, foram esquecidos.⁴⁷²

No *Ensaio sobre a síntese da forma*, Alexander utiliza-se de um computador para mapear os requisitos programáticos mais relevantes, montando uma matriz matemática que indica as premissas mais importantes que o projeto deverá responder. Era um esforço de retirar a intuição e o procedimento mais empírico da gestação da forma, conforme já assinalado no capítulo 2. No entanto, neste mesmo texto, apesar da tentação inicial positivista, Silva se redime, usando da argumentação da trajetória do próprio mestre Alexander para relativizar sua nostalgia ou incompreensão pela falta da presença dos computadores nos procedimentos de obtenção da forma:

...não há um genuíno e infalível processo de dedução exata da forma arquitetônica. Exemplifica-o, de modo muito expressivo, as duas etapas mais significativas do pensamento de Christopher Alexander: num primeiro momento, a idéia de uma *síntese da forma* baseada em processos dedutivos e teoria dos grafos; no momento final, a consagração da validade dos

⁴⁷² SILVA, Elvan, *Uma pauta para a investigação teórica no domínio do projeto arquitetônico*.

elementos culturalmente sancionados, naquilo que se denominou *linguagem dos padrões*.⁴⁷³

Nesse texto, Elvan Silva deixa claro que o modernismo, que tanta ruptura determinou nos procedimentos construtivos, não conseguiu sintetizar um procedimento projetual coerente. Para ele, o modernismo se utiliza de uma forma híbrida que transita entre a metodologia das escolas *beaux-arts* e um funcionalismo ingênuo. O problema está na eleição do industrialismo como nova concepção de geração da forma, que apenas se realizou no nível das premissas e no resultado, não conseguindo transformar o processo. Os arquitetos modernos levavam em conta a utilização de elementos industriais e repetidos quando projetavam. Seus objetos demonstram claramente esse processo, mas sua produção efetiva – o canteiro de obra – permaneceu preso a procedimentos artesanais. Na verdade, o canteiro de obras sofre de um hibridismo de transição entre o artesanal e o industrial, num processo de duração muito mais longa. O industrialismo conseguiu contaminar o canteiro de obras apenas de forma perversa, acabando com o sistema de aprendizado artesanal, mas permanecendo atrelado ao uso intenso de mão-de-obra, principalmente no Brasi:

⁴⁷³ SILVA, Elvan, *Uma pauta para a investigação teórica no domínio do projeto arquitetônico*.

Citemos uma comprovação emblemática: Le Corbusier, paladino por excelência da repulsa à tradição acadêmica, também não propôs um novo e autêntico paradigma projetual. Se pudéssemos utilizar uma analogia, comparando a elaboração do projeto arquitetônico a uma operação fabril, diríamos que, das três entidades que o constituem – os insumos, as ferramentas com seu processo e o produto –, somente os insumos e o produto foram contemplados com a revisão que conduziu à substituição. No caso de Le Corbusier, havia a convicção de que, na arquitetura da vanguarda, os insumos seriam outros: não mais o palácio, mas a habitação do homem comum, seria o programa mais importante; e o produto também seria outro, pois seria submetido a novas especificações, como aquelas manifestas na doutrina dos cinco pontos, por exemplo. A idéia da produção em série da arquitetura, precioso fetiche da doutrina modernista, igualmente implicaria um novo “caderno de encargos” e uma substancial revisão do paradigma projetual; mas esta produção em série, na realidade, nunca atingiu um estágio realmente significativo.⁴⁷⁴

A questão colocada acima extrapola efetivamente o âmbito da disciplina, indicando que o desenvolvimento social não tem um caráter homogêneo e integrado, havendo muitas vezes desenvolvimentos desequilibrados⁴⁷⁵. Vale dizer, a vinculação

⁴⁷⁴ SILVA, Elvan, *Uma pauta para a investigação teórica no domínio do projeto arquitetônico*.

⁴⁷⁵ A questão é corretamente colocada por HABERMAS, Jürgen. “Arquitetura Moderna e Pós moderna”. In *Novos estudos CEBRAP*, setembro 1987, na qual menciona os três desafios colocados para a arquitetura moderna: “demanda qualitativamente nova de criação arquitetônica, novos materiais e novas técnicas de

ideológica entre industrialismo e arquitetura moderna é óbvia no que se refere ao produto acabado – a obra. No entanto o processo, o canteiro de obras, permaneceu preso a uma lógica artesanal, ocorrendo, portanto, um desenvolvimento desequilibrado,; industrializado no resultado e artesanal no processo. A crise metodológica da disciplina é apresentada de maneira correta, envolvendo o canteiro de obras, como instituição que não foi contaminada/colonizada pelos discursos da vanguarda arquitetônica. Silva recoloca mais uma vez, a partir da precisão terminológica, as incorreções tentadas pelos discursos tecnocratas que contaminaram a matéria nos anos 60, particularmente no Brasil. A transformação da matéria de projeto de composição de arquitetura para planejamento de arquitetura denunciava essa operação, e trazia em si a vontade ideológica da tecnocracia legitimadora:

... para muitos é irrelevante a questão da imprecisão terminológica, interessando mais o conteúdo que a designação. Exemplo disto é a indiferença em relação à infeliz denominação *planejamento arquitetônico*, instituída pelo Currículo Mínimo dos Cursos de Arquitetura e Urbanismo de 1969. No rigor terminológico, planejamento e projeto são

construção e finalmente sujeição da construção aos novos imperativos funcionais e sobretudo econômicos...Embora o movimento moderno reconheça o desafio das ciências qualitativamente novas e das novas possibilidades técnicas da criação, e em princípio lhes responda bem, o mesmo não se dá quando em face da dependência sistêmica dos imperativos da administração planejada e do mercado, onde a sua resposta é inerme" (p. 118 e 121.).

procedimentos diferentes: planejam-se ações, projetam-se *objetos*. Indiferentes à ambigüidade de nomenclatura e à confusão que poderia suscitar, os docentes dos cursos de arquitetura, responsabilmente, tratavam do projeto arquitetônico em si mesmo, como encarado e definido no âmbito da cultura do ofício.⁴⁷⁶

Por último, faz-se também presente nesse texto a problemática da didática da disciplina da arquitetura e da urbanística, cuja importância é fundamental. Destaca-se nela

a figura do agente que ministra o método/conhecimento. Este agente é questionado em sua prática atual, que determina uma cisão entre o "empirismo normativo"⁴⁷⁷ e a "crítica preventiva"⁴⁷⁸, os dois pilares que estruturam a formação profissional. O primeiro é representado por professores sem uma formação sistêmica, mas com uma intensa prática empírica de projeto, que, nas escolas de

⁴⁷⁶ SILVA, Elvan, *Uma pauta para a investigação teórica no domínio do projeto arquitetônico* (grifo do autor).

⁴⁷⁷ "Sem embargo, o empirismo normativo, mesmo quando destituído de sistematização, não é uma abordagem desprezível, pois, em se tratando da formação profissional, não faria o menor sentido negligenciar o que se passa no domínio do ofício. Se o meio acadêmico se colocar numa atitude soberba e não levar em consideração a realidade da profissão, estará se alienando, e não poderá ser levado a sério. Naturalmente, uma visão puramente acadêmica da arquitetura poderá conduzir a uma concepção platônica do projeto arquitetônico..." (cf. SILVA, Elvan *Uma pauta para a investigação teórica no domínio do projeto arquitetônico*).

⁴⁷⁸ "E há o gênero representado pela *crítica preventiva*, ou seja, pelo discurso sobre os conceitos de certo e errado subsidiado pela investigação histórica e pela especulação teórica." (cf. SILVA, Elvan *Uma pauta para a investigação teórica no domínio do projeto arquitetônico*).

arquitetura, estão invariavelmente nas aulas de ateliê. A segunda é representada por professores, cuja formação foi geralmente estruturada em cursos de pós-graduação, encarregados de ministrar matérias que irão estruturar as decisões dos mesmos ateliês, promovendo um conhecimento mais sistêmico e informativo. Reconhecendo a complementariedade entre os dois procedimentos, Silva propõe um hibridismo entre as duas formas de atuar, responsável pelo surgimento de uma terceira categoria que faz a síntese. Essa categoria, denominada projetualidade, seria, segundo ele, o objetivo maior a ser alcançado na formação do arquiteto:

Na realidade, mais do que estudar o fenômeno do projeto isoladamente, as instituições de ensino devem – e efetivamente o fazem, mesmo que de modo nem sempre ostensivo – aprofundar o estudo da *projetualidade*, aqui considerada como aquela categoria complexa que inclui tanto a convicção de que o mundo visível pode ser aperfeiçoado como a sistematização do conhecimento para identificar os elementos programáticos e modos apropriados de encaminhar as soluções requeridas. Tais componentes são a essência do corpo cognitivo da arquitetura. Na minha concepção, o conhecimento da arquitetura didaticamente transmissível se manifesta em duas teorias hegemônicas em relação às outras, e isto se torna mais nítido quando se observa a problemática da formação dos arquitetos. Estas teorias são: a *Teoria da*

*Produção Arquitetônica e a Teoria da Excelência Arquitetônica.*⁴⁷⁹

A agenda que Silva propõe para o projeto contemporâneo no Brasil, embora centrada na didática, também contém claras implicações para a prática, uma vez que transita entre a consciência da excelência arquitetônica e a produção do objeto, reunidas no conceito da projetualidade⁴⁸⁰. Esta última é uma categoria crítica, que busca a invenção, pois envolve a convicção de que o mundo, tal qual está construído, deve ser mudado. A projetualidade envolve essa capacidade complexa de reunir a crítica do funcionamento inercial da sociedade e os elementos disponíveis para promover sua transformação. Em outras palavras, a projetualidade é a junção da teoria da excelência da arquitetura e da urbanística com a teoria da produção do projeto, do empirismo normativo com a crítica preventiva. Essa definição situa-se muito próxima da crítica operativa feita por Tafuri, uma ação que pretende não se desfazer de sua vertente crítica, apenas por pretender agir, atuar e modificar.

⁴⁷⁹ SILVA, Elvan, *Uma pauta para a investigação teórica no domínio do projeto arquitetônico* (grifo do autor).

⁴⁸⁰ “[A]profundar o discurso da *projetualidade*, aqui considerada como aquela categoria complexa que inclui tanto a convicção de que o mundo visível pode ser aperfeiçoado como a sistematização do conhecimento para identificar os elementos programáticos e modos apropriados de encaminhar as soluções requeridas” (cf. SILVA, Elvan, *Uma pauta para a investigação teórica no domínio do projeto arquitetônico*, grifo do autor).

Elvan Silva coloca então em cena a questão central da massificação da produção arquitetônica e urbanística, presente nas vanguardas modernas e que não havia sido realizada ao nível do canteiro de obras. A produção da habitação do homem comum – que, na contemporaneidade, deixa de ser um elemento padronizável para assumir a dimensão da diversificação, construída pelo discurso hegemônico da alteridade – passa a ser encarada como o campo de batalha a ser levado em conta. Em outras palavras, a alteridade é hoje considerada como primordial no campo da habitação, pois os conjuntos habitacionais modernistas fracassaram por não estabelecer uma diferenciação entre seus habitantes, transmitindo uma forte impressão de massificação. A questão central, daí a menção ao campo de batalha do projeto, é como construir em quantidade, gerando ao mesmo tempo diferenciação entre as habitações e permitindo a interação entre projeto e sociedade.



O conjunto Karl Marx Hof em Viena, prioridade à resolução da questão da habitação

E. Carlos Antônio Leite Brandão, hermenêutica e projeto

O último dos ideólogos abordados por nós é Carlos Antônio Leite Brandão. Cacá Brandão, como é conhecido, desenvolve sua atividade profissional eminentemente no meio acadêmico. Graduado pela Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em 1981, concluiu o mestrado em 1987 na Escola de Filosofia da mesma Universidade, com a dissertação *A formação do homem moderno vista através da arquitetura*, mais tarde convertida em livro.

Paralelamente à atividade acadêmica, Cacá Brandão publicou, em 1979, o livro de poesias *Com vidro nos olhos*, e também se envolveu com a operação do projeto na década de 80. Participou de diversos concursos, sendo finalista do *IV Prêmio Brasilit de Arquitetura*, em 1987, ganhando uma menção honrosa no *Concurso Nacional BH Centro*, promovido pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e pelo IAB, em 1989. Ainda em 1989, obteve o terceiro lugar, junto com José Eduardo Ferolla, no Concurso Internacional Bibliotheca Alexandrina, patrocinado pelo governo do Egito, pela UNESCO e pela União Internacional de Arquitetos.

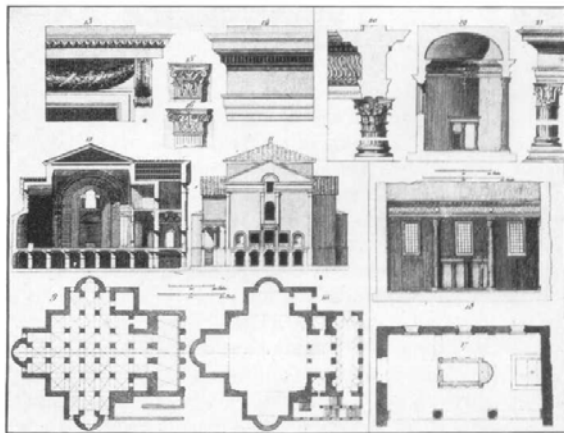
Em 1991 publicou *Lojas, arquitetura*, e no ano seguinte *Arquitetura vertical*, livros que compilavam as obras mais recentes de um grupo de arquitetos de Belo Horizonte que se reuniam em torno das revistas *Vão Livre* e *Pampulha*⁴⁸¹. Entre 1994 e 1995, realizou um doutorado-*sandwich* em Florença, no Dipartimento di Storia dell'Architettura e Restauro delle Strutture Architettoniche degli Studi di Firenze, dedicado à coleta de dados para o livro *Quid Tum? O combate da arte em Leon Batista Alberti*, lançado em 2000.

A partir da década de 90, dedicou-se mais ao ensino acadêmico, assumindo a direção da Escola de Arquitetura e participando da criação do Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

⁴⁸¹ As revistas *Pampulha* e *Vão Livre*, sua antecessora, representaram um esforço de um grupo de arquitetos estabelecidos na capital mineira para ampliar a visibilidade de suas obras (na época, as publicações brasileiras na área da arquitetura restringiam-se às revistas *Acrópole* e *Módulo*). Os profissionais participantes das duas revistas eram Eolo Maia, Josefina Vasconcelos, Silvio Podestá, Álvaro Hardy (Veveco), Cid Horta, Joel Campolina, José Eduardo Ferolla, Marcus Vinicius Meyer, Ronaldo Massoti, Paulo Laender, entre outros. Foram lançados 22 números da *Vão Livre* com periodicidade mensal até fevereiro de 1982, enquanto a *Pampulha* teve 12 números, sendo que o último circulou em dezembro de 1991. O conselho editorial da *Pampulha* se reunia nos escritórios dos arquitetos, em sistema de rodízio, e a partir do quarto número deixou de ser publicada pela editora Caminho Novo, passando a ser editada pelos próprios. A geração de arquitetos anterior a esta também possuía uma revista especializada, *Arquitetura e Engenharia*, que reunia os arquitetos Sylvio de Vasconcelos, Eduardo Mendes Guimarães, Raphael Hardy, Shakespeare Gomes, entre outros. Ver a esse respeito SANTA CECÍLIA, Bruno. *Eolo Maia, complexidade e contradição na arquitetura brasileira*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

(NPGAU)⁴⁸², instalado na Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFMG e que começou a ganhar visibilidade a partir dos anos 90. Além dessa atividade, mais ligada à arquitetura, Cacá Brandão envolveu-se continuamente com dramaturgia, particularmente com o Grupo Galpão⁴⁸³, traduzindo peças, fazendo assistência de direção e assessorando o grupo.

37. L. B. Alberti: Mântua, San Sebastiano; Florença, San Pancrazio, representação em gravuras de Seroux d'Agincourt, início do século XIX



--- Maria Lucia Mallard indica corretamente que este grupo de pesquisa retomou a tradição de Sylvio de Vasconcelos, importante arquiteto de Belo Horizonte que começava a estruturar um importante núcleo de estudos em arquitetura na capital mineira nos anos 60, quando foi cassado pela ditadura militar.

⁴⁸³ Em sua etapa inicial, o Grupo Galpão esteve provisoriamente alojado na Escola de Arquitetura da UFMG, o que demonstra como os diferentes setores da cultura de Belo Horizonte eram solidários entre si nos anos 80 e 90. Ver a esse respeito, BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. *Grupo Galpão: 15 anos de risco e rito*. Belo Horizonte: Banco Mercantil, 1999.

O primeiro livro a ser abordado aqui é *A formação do homem moderno vista através da arquitetura*, estudo que retoma à fundação do ofício arquitetônico ocidental no distante Renascimento florentino, junto as figuras emblemáticas de Alberti e Brunelleschi. Trata-se, aparentemente, de um movimento similar ao de Elvan Silva, em seu retorno ao classicismo crítico renascentista. Na verdade, porém, Cacá Brandão envolve-se aí numa construção particular. Sua pretensão é restaurar o caráter da arquitetura e do urbanismo como arte, entendida como força presente e sintética que cohabita com suas premissas funcionais ideológicas e construtivas, que no renascimento florentino desfrutaram desta unidade.

A questão da individualidade que emerge do Renascimento no século XIV na Itália nas figuras dos dois arquitetos é entendida como um movimento para reessencializar a arquitetura, retirando-lhe da crise. Para o humanismo florentino, essa crise relacionava-se à questão de como atuar diante dos contínuos construídos medievais, que tinham sido erguidos com base em procedimentos não nomeados e que, com a emergência do indivíduo cômico e autônomo, passaram a ser construídos por uma forma de atuação que envolvia procedimentos nomeados. A princípio, esse trabalho parecia proceder a uma revisão dos procedimentos modernistas, tão comum nos anos 80. No entanto, Cacá Brandão mantém-se numa

cuidadosa distância da pós-modernidade emergente, denunciando suas operações, numa atitude próxima à de Tafuri⁴⁸⁴, embora sem o mesmo pessimismo. Percebe-se, no seu texto, a forte presença de Heidegger, que, no seu movimento de reessencialização das coisas, volta-se constantemente para a etimologia das palavras. Cacá Brandão segue esse caminho, dissecando a palavra arquitetura e destacando a dualidade enriquecedora e esclarecedora do seu significado:

Assim precedendo ao termo *tektonicos* (carpinteiro, fabricante, ação de construir, construção) acrescentou-se o radical *arche* (origem, começo, princípio)...A *arche* é o centro da esfera social daquele Mundo, e deverá ser traduzida nos edifícios, apresentando os deuses, a história e o espírito ético do povo grego.⁴⁸⁵

O conceito de *arche*, princípio equilibrado do universo, ponto de equilíbrio entre o homem e o cosmos, signo-síntese da ordenação do mundo pelo homem é a chave que abre para nós a compreensão das várias sensibilidades, que irão construir a idéia do homem

⁴⁸⁴ BRANDÃO, Carlos Antônio Leite Brandão. *A formação do homem moderno vista através da arquitetura*. Belo Horizonte: Ap Cultural, 1991. "Para nós voltar a história não significa abrir um reservatório de valores e formas codificadas nem um outro instrumento de projeção qualquer. Significa, ao contrário, contestar o presente – tanto a 'tradição do novo' do moderno, como o 'novo tradicional' do pós moderno – procurando-se sempre reencontrar o sentido da arquitetura e os valores produzidos pelo ato de projetar e construir os edifícios" (p. 18).

⁴⁸⁵ BRANDÃO, Carlos Antônio Leite, op. cit., p. 22.

moderno. A *arche* é um conceito que está além da materialidade do edifício, mas que só pode ser desvendado pela sua própria materialidade, como se fosse um mundo que a transformação humana da natureza torna visível quando é desempenhada com preocupação estética, distinguindo-se, portanto, da simples construção. Encontra-se, nesse conceito, uma tríade explicativa: primeiro, uma volta à origem; segundo, uma unidade ordenadora; e por último, uma expressividade que dá visibilidade ao mundo específico a ele vinculado.

Há, em todas essas operações, um movimento similar ao de Elvan Silva de redescoberta de uma essência ordenadora clássica na arquitetura. No entanto, aqui, o pensamento centrado na emergência de uma individualidade autônoma a partir do Renascimento aponta para a construção de um descentramento. Este seria exatamente a impossibilidade de reconstrução daquela unidade, que, a partir de Leibniz e do barroco, instala-se no *modus operandi* do homem, instaurando uma certa desproporção da individualidade frente ao cosmos. Surge, então, uma constante vontade de sistematizar os mundos da vida, mais do que uma vontade de se filiar a um sistema totalizador. Exatamente por isso a arquitetura moderna – e, muito antes dela, a arquitetura neoclássica e mesmo a barroca – já não

desfruta daquela unidade ordenadora, que é a *arche*. Cacá Brandão assim aborda a questão:

Não seria o termo da ruptura sujeito-objeto da modernidade a perda da origem e do sentido na arquitetura? O crescente individualismo que o século XVIII manifestara não acabaria por desligar o edifício de um substrato fundante e significativo comum à toda sociedade?⁴⁸⁶

Portanto, o seu raciocínio neste primeiro livro parte de uma definição heideggeriana da arquitetura, na sua própria essência, na dualidade do radical *arche* e *tektonicos*. Isso já denota em si uma teoria e uma operação, para chegar à impossibilidade, na contemporaneidade, da manutenção da *arche*, que na verdade é determinada pela emergência da individualidade, que é disparada no renascimento. A destruição contínua dos sistemas estruturadores, propiciada pela emergência daquela individualidade, acaba determinando o fim da possibilidade da unidade entre o cosmos e o homem. Embora essa visão pareça apontar para um impasse insolúvel, carregada de pessimismo, muito próxima da de Tafuri, Cacá Brandão abre a possibilidade não para uma reconstrução disciplinar, mas para atingir o âmago da crise. Esta crise, que é determinada pela perda de sentido da disciplina, a partir de uma individualidade cada vez

mais autônoma, pode ser enfrentada pelo reaprendizado do sentido do habitar. Reaprender a habitar parece constituir o cerne da questão colocada, uma construção que não emerge com facilidade, pois está constantemente em busca de auto-legitimação, tal qual como colocado por Heidegger, para quem o fundamento do ser humano instala-se a partir de uma demanda sempre crescente de proteção existencial frente aos deuses, ao universo e a si mesmo, enquanto espécie.

A crise da disciplina supera em muito o campo específico da arquitetura e da urbanística, precisando da filosofia e da ciência para enfrentar estes mares revoltos. O homem, ou a humanidade, moldado pelo Renascimento, entrega-se ao exercício da reflexão, precipita-se num auto-descentramento cada vez mais intenso, destruindo a possibilidade da unidade entre ele e o cosmos. Por isso, a história da arquitetura está dividida em duas fases: a de mimesis, cópia da natureza, e aquela na qual emerge uma expressão subjetiva e autônoma. Ou, em outras palavras, uma história anterior ao Renascimento, e outra posterior a ele. Nesta última, Cacá Brandão revela-se próximo à revisão histórica do modernismo:

⁴⁸⁶ BRANDÃO, Carlos Antônio Leite, op. cit., p. 180.

Causa-nos preocupação, e talvez isto se deva muito à precariedade desenvolvida pelos próprios arquitetos dos séculos XIX e XX, uma progressiva “dessensibilização” ou dificuldade de entendimento da arquitetura enquanto manifestação artística.⁴⁸⁷

Essa tendência estranhava a proposição da nova objetividade das vanguardas do início do século XX, que haviam decretado a não artisticidade da arquitetura e da urbanística⁴⁸⁸. A questão que se coloca é se este posicionamento das vanguardas não representava, na verdade, muito mais um combate ao nível do tectônico do que ao nível da estética. A decretação da não artisticidade empreendida por Loos pretendia o desenvolvimento de um vínculo mais orgânico com a produção industrial, o que encaminhava os procedimentos de projeto para uma nova configuração, mais massificada e que envolvia uma artisticidade nova e inusitada. A questão parece mais bem colocada quando Cacá Brandão identifica a impossibilidade da *arche* no mundo contemporâneo, a partir da emergência do discurso científico de forma descolada da filosofia. Esse procedimento foi instaurado a partir da criação da ciência moderna, ocorrida após o Renascimento. Segundo Cacá Brandão, no Renascimento ainda não

⁴⁸⁷ BRANDÃO, Carlos Antônio Leite, op. cit., p. 20.

⁴⁸⁸ Adolf Loos, em *Ornamento y Delito* (Barcelona: Gustavo Gilli, 1980), defende a ideia de que a expressão verdadeira da arquitetura não estava mais vinculada à arte.

se havia realizado essa dramática separação entre filosofia e ciência, mantendo-se, portanto, a possibilidade da *arche*. Não há mais, a partir do século XVIII, uma instância histórica ou cósmica que legitime a produção da arquitetura e da urbanística. A autoridade da arquitetura tem que passar a ser extraída do próprio arquiteto, passando a constituir um sistema auto-referenciado, com auto-suficiência produtiva:

...acreditamos que as características acima mencionadas expressam como a arquitetura acompanhou o desenvolvimento do homem moderno nascido da crise de sua relação com o universo, da descoberta progressiva de si mesmo, das leis da natureza e da vontade de manipulá-la.⁴⁸⁹

Cacá Brandão opta claramente por uma revisão, que nos parece nada confortável, pois delinea-se como um desafio para a arquitetura contemporânea: de um lado, o reencontro com a sua essência etimológica, desde os gregos, da palavra *arqui-tetura* do outro, o desenvolvimento radical da ruptura proposta pela arquitetura moderna, que se inicia no Renascimento. De certa forma, o revisionismo pós-moderno, em sua vertente mais responsável,

⁴⁸⁹ BRANDÃO, Carlos Antônio Leite, op. cit. As condições mencionadas no texto são uma citação de Christian Norbergh-Schulz: “A debilitação e a paulatina supressão do dogmatismo do século XVIII também foram acompanhadas de um novo enfoque pluralista que buscava a compreensão plena de todos os fenômenos e uma caracterização adequada da situação individual” (p. 179).

parecia exatamente preocupado com a reconstrução do campo artístico da disciplina. Volta-se ao tema da auto-legitimação colocado por Habermas e outros filósofos contemporâneos, não só no nível da arquitetura e da urbanística, mas no campo das decisões humanas. O problema que também se interpõe é como construir essa legitimação num mundo de seres autônomos, não mais restrito ao âmbito de atuação das vanguardas e, portanto, massificado. O problema que parecia recalcado nesse primeiro estudo de Cacá Brandão era da emergência da sociedade industrial, que desequilibra, de maneira definitiva, a relação entre qualidade e quantidade, presente nas cidades até este momento. A verdade é que a explosão urbana operada a partir do industrialismo lançou o mundo em uma massificação generalizada, que assume dimensões inusitadas em nosso mundo contemporâneo, com o incremento das comunicações.

Num trabalho de muito maior fôlego, Cacá Brandão mantém, de certo modo, os questionamentos deste primeiro trabalho, retrocedendo no tempo e localizando a emergência do homem moderno no Renascimento florentino. Com um título estranho, *Quid Tum? O combate da arte em Leon Battista Alberti* emerge a delimitação de um homem renascentista não mais equilibrado no seu cosmos, mas possuído por uma diversidade de

questionamentos modernos antecipadores. A idéia principal do livro é resgatar, na bibliografia de Alberti, a presença de um conflito entre a ética e a estética dentro da arquitetura, uma preocupação que está presente na Bienal de Veneza de 2002, cujo mote é “menos estética e mais ética”. Essa presença envolve as categorias de conveniência e necessidade, de importância fundamental para a arquitetura, pois a justificativa moral e ética de todas as decisões projetuais deve ser perseguida de forma incansável. Na verdade, Cacá Brandão lança a idéia de que o homem renascentista representado por Alberti já se encontra numa encruzilhada, devido exatamente à consciência daquela individualidade:

Da contraposição entre o caráter programático, construtivo e racional do primeiro tratado moderno sobre a Arquitetura⁴⁹⁰ e a fábula pessimista, satírica, fragmentada, desencantada e absurda⁴⁹¹ – ambos escritos pelo genovês em meados do Quattrocento – emerge a suspeita de que, sustentando a beleza naturalista, racional, universal, equilibrada, conformada e geometricamente ordenada pretendida pelo classicismo renascentista, encontra-se um mundo pluralista, metafórmico, instável, tumultuado e um homem exilado e antinatural...⁴⁹²

⁴⁹⁰ Brandão faz menção ao *De Re aedificatoria*, tratado escrito por Leon Batista Alberti em 1452 e publicado em 1485.

⁴⁹¹ Brandão faz menção ao *Momus*, escrito por Leon Batista Alberti entre 1443 e 1450.

⁴⁹² BRANDÃO, Carlos Antônio. *Quid Tum? O combate da arte em Leon Battista Alberti*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000, p. 19.

É aquilo que o próprio Cacá Brandão apontava como o homem maneirista do século XVI, ou como a crise que a ciência moderna lança às práticas humanas, quando esta se constitui como discurso autônomo. Para ele, assim como para outros autores, o Renascimento é o berço da subjetividade tal como a conhecemos na contemporaneidade. É no mundo renascentista que a subjetividade na arte aparece, mantendo-se, porém, junto da ética, da ciência e da filosofia. Nesse mesmo momento o artista surge como um intelectual autônomo, instalado no campo da *ars liberalis*, e não mais na *ars mechanica*.

Cacá Bradão também pretende relacionar os escritos artísticos e os morais, nos quais observa um contraste marcante entre, de um lado um autor otimista e de outro um trágico. De um lado uma harmonia clássica, do outro sua concepção da ética, toda baseada numa natureza vista como absurda e frágil do homem. Enfim, ele pretende restaurar a integridade de um pensador, que, como bom renascentista, abarcou estudos diversos, mantendo-se coerente com sua busca de unificar o conhecimento que então parecia iniciar seu processo de diluição. O isolamento da história e da estética da arte era entendido como um impulso narcísico e alienante, que rompia os profundos laços políticos, éticos e morais existentes na arte. O Alberti de Cacá Brandão é um homem quase contemporâneo,

perplexo diante da diversidade de pensamentos e inserido num conflito dilacerador.



O homem renascentista é compreendido como um ser complexo, diante de uma enorme diversidade de pensamentos

Assim, no capítulo 1, “Humanismo, Renascimento e L. B. Alberti”, o autor enfoca as várias construções e interpretações feitas sobre a obra de Alberti, destacando a diversidade e as contradições em que ele era aprisionado. No capítulo 2, “A Arte da Filosofia de Alberti”, Cacá Brandão aborda diretamente os textos albertianos,

descortinando um Renascimento e um humanismo diverso do senso comum e afirmando que Alberti pretendia um papel da Arte frente à Filosofia, que seria ensiná-la a agir e alterar a realidade.

No capítulo 3, “A humana natura albertiana”, Brandão define os teatros nos quais se desenvolve a ação humana frente à natureza, ao tempo, ao absoluto e a si próprio:

toda a vida é um combate e só depois de encontrado o lugar desse homem dentro dele é que se pode encontrar o lugar da arte dentro deste universo bélico.⁴⁹³

Na segunda parte do livro, também subdividida em três capítulos, Cacá Brandão se dedica a examinar os três tratados: o de Statua, o de Pintura e o Reaedificatoria. O capítulo 4, “Mímesis e História”, enfoca a revolução do estatuto, a prática, a amplitude e a função da arte e do artista propostas por Alberti, sendo a arte entendida como uma ação aplicada à alma dos homens e ao destino do mundo. Tal revolução opera a partir da inovação dada ao conceito de imitação feito por Alberti, que desde a Antigüidade domina os debates sobre a estética. No capítulo 5, “O Discurso da *Concinnitas*”, o Belo deve estar articulado às necessidades funcionais do uso e às exigências

⁴⁹³ BRANDÃO, Carlos Antônio, *Tum? O Combate da Arte em Leon Battista Alberti*, p. 23.

técnicas e econômicas exigidas por uma comunidade, cuja expressão maior é corporificada na cidade e nos seus habitantes. Por conseguinte, nesse cenário a arquitetura é a arte que desempenha papel mais importante. O capítulo 6, “A Arte e seu Combate”, desenvolve-se em torno do tema da fundação e da função ética da arte, e não estética, e seu efeito no fruidor. A arte deve se aliar à ciência e à ética, pois o que está em jogo é a integridade de uma vida boa e confortável para a comunidade.

No capítulo 7, “A atualidade de Alberti”, o autor desenvolve a idéia de que Alberti continua sendo uma ferramenta importante para se enfrentar as complexidades da atualidade. Segundo ele, algumas das questões de nossa contemporaneidade já tinham sido contempladas por este genovês que viveu de 1404 a 1472:

Reconhecendo o contato entre ele e a reflexão de alguns autores contemporâneos, não apenas se confirma a atualidade de Alberti ou se entrevêem algumas possibilidades futuras e campos férteis para o desenvolvimento desta investigações. Mais: *demonstra-se a ancestralidade de questões cujas raízes se fincam não no nosso século ou no século passado, mas no berço da própria modernidade.*⁴⁹⁴

⁴⁹⁴ BRANDÃO, Carlos Antônio, *Tum? O combate da arte em Leon Battista Alberti*, p. 25 (grifo meu).

Diante de um escopo de trabalho tão amplo, é preciso um esforço de redução. Nessa perspectiva, as teses mais relevantes para a prática do projeto emergem na segunda parte da obra, muito embora no capítulo 2 Cacá Brandão trate da questão do olho alado como metáfora da consciência que guia a atividade operante, profundamente vinculada ao tema do projeto. Isso remete-nos ao ensaio de Giulio Carlo Argan, *Projeto e destino*⁴⁹⁵, no qual é enfatizada a dimensão subversiva da projetualidade, diante de um mundo que tende recorrentemente à inconsciência com relação à construção do seu espaço não só por parte dos que não dominam esta construção – os leigos insensíveis –, mas também e principalmente pelos arquitetos, que abandonam a virtude para encontrar a bajulação e a fama fácil.

Existe em todo esse segundo esforço de Cacá Brandão uma declarada ênfase na questão ética do operar, um questionamento que beira quase a imobilidade crítica. Ele considera, neste trabalho de ampla erudição, que a saída contemporânea, não apenas para a arquitetura, mas também para a própria filosofia está na atitude albertiana de integração da operação com a crítica?

⁴⁹⁵ ARGAN, Giulio Carlo. *Projeto e destino*. São Paulo: Ática, 2000.

Aos filósofos que reduzem sua vida ao confinamento destes cárceres, Alberti caracteriza-os como “ridículos e bufões”. Não só deixam o prazer de passear, amar e conversar, como acabam se tornando incapazes de acrescentar algo nas discussões públicas e decisões práticas dos governos...Provavelmente escrito na mesma época do *De Re Aedificatoria*, o *Momus*⁴⁹⁶ soa como prefácio do interesse albertiano em explorar as capacidades filosóficas da linguagem “imaginífica” da Arte, em substituição à linguagem demonstrativa de um discurso filosófico incapaz de compreender o universo e ser útil à humanidade”⁴⁹⁷

Esse projeto de transformar a arquitetura e a urbanística em discurso filosófico, ético e moral – ou, em outras palavras, a transformação espacial empreendida pelo homem no nosso planeta – possibilitaria à filosofia o abandono efetivo da metafísica e, no âmbito da arte, uma libertação da reificação das formas vazias. Sem dúvida um programa amplo e ambicioso, que procura respostas inseridas na operatividade contemporânea. No âmbito da arte, é

⁴⁹⁶ BRANDÃO, op. cit., enfatiza a diferença de atitude entre o Alberti do *Re Aedificatoria* e o do *Momus*. No primeiro, ele é um propositor incisivo e clássico, ao passo que no segundo é um homem irônico, que desdenha da erudição que não encontra sentido na operatividade humana.

⁴⁹⁷ BRANDÃO, Carlos Antônio, *Tum? O combate da arte em Leon Battista Alberti*, p. 89 e 93 (grifo meu). Há outros trechos que apontam nessa direção no livro, como o seguinte: “Mas Alberti recoloca, logo à frente, a possibilidade oferecida pela Arte quando Júpiter revisita o mundo, entra num teatro e se admira com sua arquitetura e sua decoração. Maravilhado, considera ter sido um idiota ‘por não ter-se dirigido aos arquitetos de uma obra tão extraordinária, em vez dos filósofos, para projetar o modelo do mundo futuro’” (p. 95).

também necessária uma vigília constante do olho alado de Alberti, uma busca de uma atuação profunda e estruturada, capaz de se libertar do maravilhamento das formas vazias⁴⁹⁸. Nota-se aqui, mais uma vez, a aproximação entre o programa de Tafuri e de Cacá Brandão, pela categoria da “crítica operativa da realidade”. O mundo real, que não consegue ser penetrado pelo conhecimento empostado da falsa erudição, demanda uma crítica consistente e profunda, plena de futuro, mas dando respostas ao presente e, por último, operando efetivamente, transformando o espaço.

Mas o que exatamente significa *Quid Tum?* Esta inscrição, que consta de uma moeda forjada provavelmente em 1430 por Matteo de Pasti, apresentava em sua parte frontal um busto de Alberti e em sua face posterior o olho alado – uma figura metafórica, constantemente utilizada pelo tratadista genovês – e sobre este a inscrição *Quid Tum?* Poderia ser traduzida como “E daí?”, ou “E então?” ou ainda “Em que isto implica?” Era a pergunta que argüia, de forma definitiva, o significado dos pensamentos e ações humanos, inserindo-os numa perspectiva ética, operante, adequada

⁴⁹⁸ BRANDÃO, Carlos Antônio. *Tum? O Combate da Arte em Leon Battista Alberti*: “Mas junto a ela, e permanentemente, uma ameaça: se também a linguagem da arte desancora-se de sua exigência humana e passa a legitimar-se somente pela pretensão à beleza e ao maravilhamento, ela se fecha, torna-se idios, fragiliza-se e tende a arruinar-se estrondosamente...” (p. 95).

e relevante para a história humana. Cacá Brandão enfatiza a diferenciação pretendida por Alberti entre arte aplicada ou *ars mechanica* e a arte liberal ou *ars liberalis*, que arrancava a arquitetura e a urbanística de sua condição de arte aplicada para uma situação de arte intelectual, cônica de suas potencialidades e problemas.

Na leitura histórica tradicional, o humanismo albertiano surge como momento de equilíbrio e de pregação dogmática estruturada, enquanto na visão de Cacá Brandão emerge um Alberti conflituoso, tomado pela dúvida e diante de uma pluralidade de pensamentos impressionantes, quase um ser no limiar do século XXI. Para exemplificar tal fato, Cacá Brandão utiliza-se do quadro de Rafael Sanzio, “A Escola de Atenas”, localizada no Palácio do Vaticano. Nela fica claro, bem de acordo com a filosofia do Renascimento, que a sabedoria e o conhecimento não são mais revelação divina, mas sim construção do pensamento, a partir de variados esforços de síntese, que se manifestaram na história humana. Cada uma destas construções humanas trouxe uma contribuição para o homem renascentista.

No quadro de Rafael, Platão carrega o Timeu, indicando o céu e marcando o caráter idealista de sua filosofia. Ele discute com

Aristóteles, que indica o solo, segurando sua Ética, marcando assim o caráter pragmático do seu pensamento. Sócrates, à esquerda de Platão, argumenta com as duas mãos. A eles se juntam uma série de pensadores clássicos de diferentes áreas do conhecimento. O homem renascentista está diante de uma série de alternativas, e sua consciência forma-se apenas a partir do embate e da ajuda de outros homens, de outros pensamentos. A idéia por trás de Alberti é, a partir deste embate de auto-conhecimento, construir um mundo mais habitável e as coisas mais humanas. No entanto, a construção do auto- conhecimento não é uma estabilidade cômoda e cheia de certezas, mas permanentemente em crise, incerteza e fragilidade, pois este homem é apenas pretensamente autárquico e livre, não conseguindo, na verdade, nunca realizar a construção que aspira:

Vitruvio dirige-se para um arquiteto artesão, enquanto Alberti, sem negar o comprometimento construtivo de seu tratado, dirige-se para o arquiteto intelectual capaz de perspectivar toda sua atividade numa moldura teórica...Ele delinea o método filológico do olho alado integrando o texto com os edifícios examinados e as necessidades humanas. Aplica-lhes o Quid Tum? não faz do conhecimento dos antigos um fim em si próprio, mas o coloca em função da vida e da *aedificatoria* humana⁴⁹⁹.

⁴⁹⁹ BRANDÃO, Carlos Antônio, *Quid Tum? O combate da arte em Leon Battista Alberti*, p.86-87.

Ao final desse ambicioso trabalho, Cacá Brandão pretende destacar a atualidade do pensamento de Alberti numa perspectiva filosófica, da história da arte e entre a Idéia e o Ideal, decretando uma luta da Arte contra a Estética. Na história da filosofia, ele parte da constatação de que o mundo albertiano já era um mundo da diversidade de atitudes ideológicas e filosóficas, sintetizadas em “A Escola de Atenas”. Este mundo pós-hegemônico já oferece uma grande variedade de visões, um mundo no qual o retorno ao passado está materializado nos filósofos personagens do quadro de Rafael, tendo como cenário a arquitetura contemporânea de Bramante. O instrumental do pensamento de Aristóteles, Platão ou Sócrates se enraíza na contemporaneidade do século XV. Todo pensamento só é validado se propicia a construção da boa vida.

Distanciando-se da escola escolástica – a forma por excelência do pensamento medieval, marcada pela heteronomia de provar a verdade das sagradas escrituras –, a filosofia albertiana busca os pensamentos vivos, aproximados ao cotidiano, buscando a autonomia da existência. Não se pretende a pompa do pensar, mas a pesquisa estruturada, uma filosofia da linguagem e do debate, persuasiva, inconclusa e eclética. No sistema de Cacá Brandão, a proposição de transformação das artes de mecânica em liberal, a emergência da individualidade cônica do sujeito e a adequação

entre erudição e prática, todas as proposições que emergem da filosofia do Renascimento e de Alberti misturam-se para criar uma crítica capaz de operar na contemporaneidade.

A crítica construída em torno das figuras de Libripeta, um erudito que apenas desfila seu conhecimento sem articulá-lo com a prática, e de Lepidus⁵⁰⁰, o verdadeiro erudito, que usa seu conhecimento para transformar o mundo, buscando a adequação da cisão emblemática entre teoria e projeto a uma cisão entre teoria e projeto no âmbito da arquitetura e entre teoria e práxis no âmbito da filosofia, ambas assentadas em solo contemporâneo:

As “artes liberais”, obrigadas à utilidade e ao exercício, transformam-se em indústria, conjugam-se com as artes mecânicas e aproximam-se do cotidiano e da experiência do mundo, aos quais pretendem interpretar.⁵⁰¹

Cacá Brandão envereda pelo campo da história da arte, partindo de Heinrich Wöflin⁵⁰², que, no século XIX, tinha como projeto retirar do barroco sua carga negativa. Contudo, na prática, o que ele acabou fazendo foi construir uma historiografia da arte, subordinada apenas

⁵⁰⁰ Libripeta e Lepidus são dois personagens do *Momus*, considerado por diversos estudiosos como uma sátira cáustica ao conhecimento e à sua aplicabilidade.

⁵⁰¹ BRANDÃO, Carlos. *Tum? O combate da arte em Leon Battista Alberti*, p. 270.

⁵⁰² WOFLIN, Heinrich. *Conceitos fundamentais da história da arte* (tradução de João Azenha Jr.). São Paulo: Martins Fontes, 1996.

à evolução das formas. A idéia da autonomia da evolução da arte, frente a outras matérias humanas, lança-a num sistema de auto-referência que isola sua inserção do fazer humano. O desenvolvimento da arte estava fechado em si mesmo, dependendo apenas de uma gênese da forma, fazendo com que os artistas se refugiassem na auto-referência narcísica, citando-se mutuamente. Para Cacá Brandão, tal releitura era motivada, e estava condicionada, pelo estágio de desenvolvimento da arte no final do século XIX, num momento em que o impressionismo se estabelecia. As limitações dessa interpretação eram as seguintes: uma oscilação constante da arte, um movimento pendular entre clássico e não clássico, uma explicação razoável da passagem do clássico para o não clássico, mas não o inverso. O grande senão desta visão é que ela isola a arte do restante da vida social, cultural e econômica.

Outras correntes, nas quais podem ser situados Werner Weibach⁵⁰³ e Arnold Hauser⁵⁰⁴, surgiram vinculando o barroco ao mundo da Igreja e da Contra-Reforma e ao mundo absolutista. Essas visões, apesar de religarem a arte a seu mundo, estabelecem, para Cacá Brandão, uma ligação mecânica e linear, passando a ser mero

⁵⁰³ WEISBACH, Werner. *El barroco – arte de la Contrarreforma*. Madri: Espasa Calpe, 1948.

⁵⁰⁴ HAUSER, Arnold. *História social da literatura e da arte* (trad. Walter Geenem). São Paulo: Mestre Jou, 1982. A primeira edição da obra, em inglês, é de 1951.

reflexo das condições objetivas e perdendo sua capacidade de mudar o mundo ou nossa leitura do mundo. Surge então uma terceira linha, que pretende explicar o barroco e o drama da expressão artística a partir de um acréscimo exagerado da subjetividade, proposta pelo Renascimento. Essa corrente está baseada em Martin Heidegger⁵⁰⁵, que identifica na origem tanto a revelação quanto a presentificação do mundo, ao mesmo tempo explicação e mudança do mundo presente:

Neste sentido a obra de arte humanista é anti-humana por excelência, o combate desesperado por aliviar o homem de sua miséria e de sua insanidade.⁵⁰⁶

Com o surgimento do surrealismo no início do século XX a explicação para o fenômeno do barroco recai sobre o termo maneirismo, que significa destreza, elegância e habilidade individual. A aceleração da subjetividade proposta pelo Renascimento é radicalizada no barroco. A arte humanista é basicamente anti-humana ou super-humana, ela está engajada em livrar a humanidade de suas misérias e limitações. Ela comporta um

⁵⁰⁵ HEIDEGGER, Martin. *A origem da obra de arte* (tradução de Maria José R. Campos). Belo Horizonte: Kriterion, 1982. Neste momento este parece ser o posicionamento de Cacá Brandão, que mais contemporaneamente se alinhará a Gadamer que se alinha por uma filosofia da vida ou da prática, com a mesma crítica da objetivação científica de Heidegger.

⁵⁰⁶ BRANDÃO, Carlos Antônio. *Tum? O Combate da Arte em Leon Battista Alberti*, p. 276.

componente utópico que a impede de ser associada ao naturalismo. O pensamento albertiano desenvolve-se criando exatamente esta subjetividade. O combate da arte é desencantado e dramático como nas tragédias de Shakespeare, tanto na linha teórica com o *De Readificatria*, como nas suas obras construídas – as duas igrejas em Mântua.

Para Cacá Brandão, esta nova subjetividade alicerça-se em Alberti a partir do deslocamento do conceito de mimesis, que opera a partir de dualidades entre micro e macrocosmos, sujeito e objeto, sensível e intelectual e arte e natura. A organização racional desta subjetividade do artista busca a objetivação de sua autobiografia, de seu inevitável combate. No sistema estético do autor, o humanismo albertiano está inserido como aquele gesto fundante, que já pressupõe outras sensibilidades como o maneirismo, o barroco, o neo-classicismo e até o modernismo:

Vista através de Alberti, a proposta clássica da arte do Renascimento já inclui em si o anticlássico. Ela surge do conflito, da tensão e da luta de um homem frágil contra um universo hostil.⁵⁰⁷

⁵⁰⁷ BRANDÃO, Carlos Antônio. *Tum? O combate da arte em Leon Battista Alberti*, p. 276.

Ainda na sua conclusão, na seção entre a idéia e o ideal, Cacá Brandão localiza a emergência do artista moderno a partir dos escritos de Alberti, que produzem um deslocamento da mimesis – a cópia –, fundando uma nova relação entre sujeito e objeto. Essa pretensão de subjetividade infinita, antinatural e autônoma nunca se realizará, mas passará a fazer parte da existência humana, fundando uma vontade de articulação racional não só dos objetos exteriores, mas também e principalmente desta mesma subjetividade. Essa subjetivação de toda objetividade nasce do distanciamento com relação ao artesão, que simplesmente imita, passando o novo artista a imitar e a compor, como um deus. A arte passa a ser, por conseguinte, o campo que preencherá todos os afazeres humanos, arrancando sua força tanto de sua mecanicidade, quanto de seu impulso intelectual. Essa super-subjetividade, porém, possui em seu cerne o perigo da autonomização da arte, que liberta da Ética e da Ciência, vira expressão e pesquisa do mundo interior sem contar com a objetivação:

Contudo, o paradigma do artista inspirado rompe com esta diretriz albertiana, combate a universalidade das regras e enfatiza o talento inato, a originalidade e a intuição do gênio

saturnino. E, ao fazer isto introduz a ruptura entre a Arte e a Ciência, entre o Belo, o Bem e a Verdade.⁵⁰⁸

Aqui se delineia de forma mais clara todo o projeto de Cacá Brandão. O afastamento da Arte da Ciência e da Ética, que o humanismo albertiano já intuía, mas que ainda combatia, parece hoje definitivamente vitorioso. Contra essa beleza desinteressada, centrada num campo específico e autônomo, de caráter abstrato, é que se levantam suas armas ideológicas. Daí a escolha de Alberti da arquitetura e da urbanística como arte eleita ou modelo, pois inseparável de sua destinação prática, de sua inserção nos mundos da vida. Com argumentos retirados de Alberti e de Kierkegaard, Cacá Brandão identifica neste homem da estética, ou na pretensão de que a beleza tem sua finalidade em si mesma. uma alienação do momento, uma falta de compreensão do processo humano sobre a Terra. Para ele o indivíduo estético, que faz da beleza o valor e o prazer supremos, está condenado a uma imediatividade e sempre que confrontado com totalizações cai no desespero e melancolia.

Essa atitude poderá questionar a estetização descontínua da vida, que alicerça a moderna sociedade de consumo, baseada numa separação inconciliável entre agir e contemplar. Este é o combate

⁵⁰⁸ BRANDÃO, Carlos Antônio, *Tum? O combate da arte em Leon Battista Alberti*, p. 279.

para Cacá Brandão mais urgente, uma reinserção da Arte nos mundos da vida, na cotidianidade, não apenas um incremento da preocupação estética, mas a Arte com sua vinculação eterna ao objeto, feita arte intelectual, mas ainda mecânica, que na sua presença parece ser capaz de reformar o *modus operandi* da humanidade neste limiar do século XXI. A sofisticação dessa construção é sem dúvida nenhuma bastante original, erguendo para a arquitetura e a urbanística um campo de resistência que não está colocado apenas por seus limites. Essas duas esferas de atuação, particularmente em suas vertentes projetuais, estão capacitadas, por sua particular fundação no distante século XIV florentino, a reconciliar prática e teoria no mundo contemporâneo.

Há no sistema de Brandão uma preocupação teórica que reinsere o pensamento brasileiro nos circuitos internacionais de forma incisiva. Sua estratégia na absorção de outros campos, notadamente a filosofia, pretende uma proposição reestruturadora, que reconcilie teoria e ação. Uma reconciliação que é entendida como possível exatamente a partir da forma de atuar do projeto, onde desde o distante século XIV florentino, se estabelece a pretensão de um ser que conhece e age. A questão que se coloca, tanto para o âmbito da operação quanto para o da crítica, é se é possível estabelecer uma analogia entre o mundo massificado que emerge a partir da

Revolução Industrial, com o desequilíbrio entre qualidade e quantidade instalado no território da cidade, e o mundo do século XIV, na Itália. Se por um lado, a verdadeira prática do projeto permanece como operação crítica extremamente vinculada à ação, tal como imaginada por Alberti, por outro, a necessidade de auto-legitimação fragmentou-se a tal ponto que parece não ser mais possível apontar convergências, neste ou em qualquer outro campo. Assim a crítica deixa de ser cumulativa, passando a ser reconstruída totalmente numa velocidade nunca esperada, tendendo a não haver mais ação, mas apenas crítica paralisante.

No entanto, para uma compreensão mais aguda do sistema ideológico de Cacá Brandão considero importante percorrer mais um texto, *Os modos do discurso da teoria da arquitetura*⁵⁰⁹, no qual ele lista os modos do discurso na teoria da arquitetura. Um texto que parece marcar uma pequena inflexão da busca da essência explicadora de Heidegger para a hermenêutica de Hans Georg Gadamer⁵¹⁰. Um texto que pretende mapear e reconstruir a inserção da teoria na produção da arquitetura e da urbanística brasileira, com a intenção de iniciar um saber que dê conta do arco de atuações

⁵⁰⁹ BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. *Os modos do discurso da teoria da arquitetura*, 2006. In www.arq.ufmg.br/ia/teoria.html.

⁵¹⁰ GADAMER, Hans Georg. *Verdade e método* (tradução Flávio Paulo Meurer). Petrópolis: Vozes, 2003, 2 v.

variadas, indo além das obras e realizações localizadas. Para tal é necessária a criação de um arco de instituições, que, segundo Cacá Brandão, deveria estar nas universidades. Essas instituições interessadas na criação de um espaço reflexivo sobre o tema da arquitetura e da urbanística deveriam criar uma rede que reunisse e confrontasse reflexões variadas. Apenas com essa institucionalização e com a existência prolongada deste mecanismo, poderia ser iniciado um processo para gerar uma teoria nacional mais autônoma, que não seguisse os passos da reflexão internacional. Há uma forte carência nesse campo, e por isso é preciso o esforço de muitos e num prazo dilatado. A crítica é aqui entendida como atividade autônoma, de certa forma desvinculada da prática:

Isso não quer dizer que a teoria da arquitetura será imediatamente capaz de gerar uma nova prática, pois não é este o objetivo da teoria; ela fracassou sempre que pretendeu isso.⁵¹¹

Mas afinal quais são os modos do discurso da teoria de arquitetura para Cacá Brandão na contemporaneidade? De antemão o autor reconhece a necessidade de transitar entre diferentes modos,

⁵¹¹ BRANDÃO, Carlos Antônio Leite, *Os modos do discurso da teoria da arquitetura*, op. cit.

reconhecendo que estes possuem possibilidades mútuas que não se excluem⁵¹². Esse delineamento dos modos do discurso da teoria representa um esboço inicial, que admite contribuições e aperfeiçoamentos. Ele se afasta de uma definição estilística, como teoria funcionalista, eclética, pós-moderna etc.; afasta-se também de uma ideologia operativa da sociedade em geral, como o positivismo, o marxismo ou uma teoria neo-liberal; e admite uma convivência ou uma montagem transversa de seus pressupostos.

Esses modos do discurso teórico na arquitetura nascem de uma interpretação particular de metodologias que falam da história da arte em geral, de autores como Bruno Zevi, Norberg Schulz, Argan e Erwin Panofski⁵¹³. Os modos efetivamente propostos por Cacá Brandão são o morfológico, o historicista e determinista, o psicológico, o prospectivo ou linear, o semiótico ou estruturalista e o

⁵¹² BRANDÃO, Carlos Antônio Leite, *Os modos do discurso da teoria da arquitetura*: “Cada modo teórico baseia-se em hipóteses e pressupostos específicos e visa compreender um determinado aspecto da produção arquitetônica e não há um que ocupe o lugar de um saber absoluto capaz de abranger a totalidade constitutiva de objeto tão rico: ‘teorias são redes diria Karl Popper; somente aqueles que as lançam pescarão alguma coisa’”. Há um reforço aparente da tendência relativista de todas as ciências sociais nesta operação.

⁵¹³ Há uma semelhança com as categorias de problematização da inserção do barroco, descritas por Lourival Gomes Machado (*Barroco mineiro*. São Paulo: Perspectiva, 1978), que mapeia a teoria da estética, baseando-se nos termos genético formal, empírico histórico ou empírico geográfico, genético social e visualista puro.

hermenêutico⁵¹⁴. O modo morfológico está vinculado à teoria da visibilidade pura, formulada no século passado por Konrad Fiedler e Alois Riegl e que se materializaram na história da arte de Wölflin⁵¹⁵.

Esse modo pesquisa a gênese da forma, sua evolução como uma pesquisa específica, no qual estão engajados artistas, que nas suas pesquisas particulares fazem menção a arranjos formais de outros artistas ou outras épocas. Cacá Brandão encaixa aí nesta categoria a cruzada de Zevi de compreensão da arquitetura como espaço, o percurso lento e progressivo de diminuição da matéria construída e emergência do vazio. Inserem-se aí também análises como a de Silvio Vasconcelos em *Arquitetura: dois estudos*, e Edson Mahfuz em *Ensaio sobre a razão compositiva*. A crítica a este modo refere-se exatamente à sua pretensa autonomia com relação a outras esferas humanas. Além disso, esta evolução formal explica muito bem a conversão da sensibilidade arquitetônica de não clássica para

⁵¹⁴ Apesar de uma elegante exposição dos modos, é clara a preferência de Cacá Brandão pelo modo hermenêutico, que pode ser comprovado tanto por sua pesquisa no CNPq, cujo título é *Hermenêutica e Arquitetura*, quanto por sua produção recente nos textos *Introdução a hermenêutica da Arte e da Arquitetura e Hermenêutica e Verdade* na obra de arquitetura. A hermenêutica é um ramo da filosofia que se debate com a compreensão humana e a interpretação de textos. A palavra deriva do deus grego Hermes, a quem os gregos atribuíam a origem da linguagem e da escrita, sendo considerado o patrono da comunicação. O verbo grego *hermeneuein* significa declarar, anunciar, interpretar, esclarecer, traduzir, significando também que alguma coisa é trazida a compreensão, tornando-se clara.

⁵¹⁵ WÖFLIN, Heinrich, op. cit.

clássica, mas nunca o inverso, como na passagem do gótico para o classicismo ou do barroco para o neo-clássico. Por outro lado, a crítica deve sempre tentar a superação da esfera da arte, buscando o sentido de algumas decisões em outras áreas. Esse modo mantém uma independência formal com relação à história.

O modo historicista ou determinista enquadra a arquitetura no contexto social e histórico, vendo-a e à urbanística como produtos do *modus operandi* das diferentes épocas. Assim, o barroco é visto como o reflexo visual da Contra-Reforma, o ecletismo como representação do encarceramento da história pela burguesia ascendente, o modernismo como representação visual da industrialização e o pós-modernismo como expressão da sociedade de consumo generalizada etc. Esse contextualismo volta e meia faz referência também à base geográfica de produção da arquitetura, como na articulação da expressão de Aalto com a Finlândia e o mundo escandinavo, ou de Oscar Niemeyer com a sensualidade latina e mediterrânea etc... Apesar de não ser mencionado por Cacá Brandão, Arnold Hauser é o grande paladino deste modo, muito mais vinculado à história da arte do que à arquitetura⁵¹⁶. Outros nomes são Kenneth Frampton e Roberto Segre, inseridos na

⁵¹⁶ MACHADO, Lourival Gomes, op. cit., inclui Arnold Hauser na categoria empírico-historicista

tradição marxista que entende o desenvolvimento da arte e da arquitetura em estreita vinculação com o desenvolvimento das condições sociais gerais. No Brasil a maioria de nossos críticos enquadra-se neste modo de operação da crítica, podendo ser citados, entre outros, Sérgio Ferro, Murilo Max, Ermínia Maricato e Raquel Rolnick. A principal crítica a este modo é sua tendência de aplicação acrítica e mecanicista ou linear, em que as relações que se pretendem dialéticas passam a ser causa e efeito imediato. Por isso, muitas vezes é comum o esquecimento do objeto de estudo, acabando por ser privilegiado o contexto, muito mais que o texto ou a obra efetiva.

O modo psicológico pode ser encarado como uma versão do modo historicista ou determinista, na qual o contexto é o mundo interior do artista. Nele, procura-se explicar o fenômeno da obra a partir da biografia, da psicologia e de um estado de alma. O modo psicológico possui grande penetração numa época em que a individualidade parece representar a característica mais importante do ser humano, e ainda mais fortemente de um artista. Ele deriva da interpretação romântica do século XIX, que muitas vezes foi reconhecida como momento de libertação do artista frente a seus mecenas. Ao reforçar as características particulares da vida do artista, essa abordagem intensifica a compreensão deste como um gênio inusitado e

particular fora de seu tempo. Os limites desse modo são colocados aproximam-se daqueles do modo historicista e determinista, no sentido de que, muitas vezes, a descrição da vida do autor assume proporções maiores do que sua própria obra. Para fugir a esses riscos, o modo psicológico centra sua análise na psicologia que emana da própria arte, numa mistura entre gênese da forma e psicologia. Por exemplo, as linhas horizontais transmitem calma e racionalidade, enquanto a verticalidade transmite ascensão e misticismo.

O modo prospectivo ou modelar integra o rol das manifestações programáticas. Nele é exaltada uma determinada forma de fazer; trata-se de um misto de teoria e de manifesto. Os livros *Ornamento e delíto*, de Loos, *Vers une Architecture* de Le Corbusier e *Complexidade e contradição* de Venturi possuem esta carga. Pretendem uma mudança do *modus operandi* profissional, a ser atingida por continuidade ou por ruptura com o *status quo* instalado e utilizam-se do referencial operativo para se posicionar. Muitas das críticas feitas por Giedion, Zevi, Lucio Costa e outros apresentavam essa vertente de interesse, defendendo concepções particulares do fazer arquitetônico. Um dos mais sérios riscos desta vertente é a transformação do discurso em mero alinhamento, não interessado na compreensão da obra, mas na polêmica.

O modo semiótico ou estruturalista parte da analogia entre obra de arquitetura ou de arte e sistema lingüístico, interpretando a obra como um texto, na qual o signo é o elemento básico que irá montar toda a estrutura. Essa corrente passou a entender a arquitetura e a urbanística enquanto símbolo, servindo como vertente crítica ao funcionalismo da arquitetura moderna, que manipulava códigos abstratos e pouco legíveis. Uma radicalização desta mesma corrente é bem representada por Eisenmann e Tschumi, que, partindo do construtivismo russo, investiram em morfemas complexos que não são socialmente decodificados, retornando-se à abstração. A crítica a esse modo centra-se na idéia de que obras de arte não são textos, não são sistemas lingüísticos e que, portanto, a essência da arquitetura não está na linguagem. Uma redução à linguagem significa muitas vezes uma arquiografia e não uma arquitetura em sua essência. Sobre este aspecto Cacá Brandão menciona a crítica de três níveis de Panofsky⁵¹⁷, que aborda a diferença entre iconografia e iconologia: a primeira se restringiria à descrição da obra, enquanto a segunda seguiria em direção à síntese proposta pela obra.

⁵¹⁷ PANOWSKY, Erwin. *O significado nas artes visuais*. São Paulo: Perspectiva, 1976, apud BRANDÃO, Carlos Antônio Leite, *Os modos do discurso da teoria da arquitetura*.

Por último o modo hermenêutico, que se concentra no sentido do signo, colocando-se no espaço que separa o significado do significante, tentando, a partir daí, gerar não o que já é conhecido, mas o que ainda está por conhecer. Cacá Brandão como já assinalado demonstra clara simpatia por este modo, elegendo-o como seu modo de atuação (ver nota 29). O modo está baseado na filosofia de Gadamer, que argumentava, em *Verdade e método*, que o tempo havia convertido o núcleo da razão em formações históricas, e que o ser consciente só poderia emergir a partir do questionamento da tradição civilizatória que o tinha gerado. Há em Gadamer uma vontade de mostrar como a razão deve ser recuperada na historicidade do sentido, um patrimônio que a humanidade construiu, e que só pode ser alcançada na medida em que nos inserimos como participantes e intérpretes da tradição histórica. No modo hermenêutico, há o reconhecimento de uma afetividade entre os mundos da obra e do intérprete. São manipuladores desse modo Panofsky, Tafuri, Rudolf Wittkower e Norberg-Schulz, no campo da crítica internacional de arquitetura, e Carlos Nelson dos Santos, Mario Kruger, João Stroeter e Teixeira Coelho Neto, no campo nacional⁵¹⁸. Apesar de o tom de celebração,

⁵¹⁸ BRANDÃO, Carlos Antônio Leite, *Os modos do discurso da teoria da arquitetura*. Os livros citados são os seguintes: *Quando a rua vira casa*, de Carlos Nelson dos Santos; *Teorias e analogias em arquitetura*, de Mario Kruger; *Arquiteturas e teorias*,

Cacá Brandão não deixa de apresentar os limites deste modo, que podem emergir do desequilíbrio entre intérprete e interpretado, tanto quando se descamba para a positividade absoluta do objeto, como quando se envereda pelo superdimensionamento da subjetividade.

Depois desta sucessão de modos, ainda são apresentados quatro modos formais de apresentação da crítica: o descritivo, o explicativo ou causal, o prescritivo e o interpretativo. Em cada um deles podem ser feitas aproximações com os modos mais ideológicos da crítica, havendo uma clara celebração do modo interpretativo. O estudo dos modos da teoria encerra uma clara compreensão do fenômeno da arquitetura e da urbanística como habitação, no sentido de ser uma maneira particular de estar no mundo, e não apenas como manifestação artística ou técnica. Esse estudo confere sentido para as disciplinas que reconectam sua teoria com as variadas formas da cotidianidade, explicitando uma trajetória de aproximação com a história e a filosofia. E mais uma proposição ambiciosa que pretende religar o cotidiano humano a uma consciência do agir, que encontra na construção do ambiente humano – o espaço arquitetônico e urbanístico – um didatismo fácil.

de João Stroeter; e *A construção do sentido na arquitetura*, de Teixeira Coelho Neto.

Chegado ao fim deste percurso, de certa forma curto e sintético, para se compreender a dimensão do pensamento de Cacá Brandão, alguns pontos devem ser destacados para uma posterior apreciação. Observa-se um claro distanciamento da teoria do projeto, enveredando-se pela teoria da análise da excelência da obra de arquitetura ou de urbanismo. O interesse passa a ser não mais a gestação do objeto arquitetônico – à qual outro teórico contemporâneo aqui apresentado, Silva, se dedica com mais intensidade –, mas a teoria que analisa o objeto construído. Apesar disso, a teoria de Cacá Brandão permanece com profundas conseqüências para o fazer do projeto, que luta para alcançar uma consciência do fazer, que só será possível a partir da sensibilização geral da sociedade para o problema de seu habitat.

A compreensão da arquitetura e da urbanística como prática inserida entre a aplicação (arte mecânica) e manifestação intelectual (arte liberal), que foi proposta por Alberti, trouxe um programa de reforma da atividade profissional extremamente ambicioso, calcado numa relação mais orgânica entre práxis e teoria. Esta relação, que não se restringe ao âmbito arquitetônico e que pretende formular uma crítica à própria prática filosófica, é efetivamente desregulada na contemporaneidade. Um mundo que abre possibilidade para a emergência de tantos atores que já não mais poderá depender de

vozes isoladas, como no século XIV, na Florença renascentista. A questão que se coloca para um *Quid Tum?* contemporâneo é saber se a emergência de variados atores no mundo de hoje não teria determinado uma grande diversidade de visões, que retiraram a objetividade da ação crítica.

3.2. Exemplos emblemáticos de atuação no Brasil

Ao contrário da maioria das expectativas, o incrível impulso de urbanização vivido pela sociedade brasileira a partir da década de 40 do século XX, não representou a superação de um Brasil arcaico, que muitos supunham estar vinculado à hegemonia da economia agro-exportadora. As cidades brasileiras, ilhas de cosmopolitismo cercadas por um mundo arcaico e atrasado, de certo modo responderam adequadamente à reestruturação geral da economia mundial, a partir da década de 80. O processo de urbanização brasileiro é único e particular, exigindo dos arquitetos e urbanistas respostas que devem partir do conhecimento de nossa realidade empírica, respaldado por algumas experiências internacionais, conquanto que estas sejam sempre ser relativizadas e adequadas.

Como outros países da América Latina, o Brasil apresentou intenso processo de urbanização nos últimos 60 anos. Se em 1940, 26,3%

da sua população era urbana, em 2000 esse percentual saltou para 81,2%. Os números absolutos talvez demonstrem melhor os imensos desafios e transformações do cenário demográfico do país. Enquanto em 1940 18,8 milhões de pessoas residiam em nossas cidades, em 2000 os centros urbanos brasileiros reúnem aproximadamente 138 milhões de habitantes. Apenas na última década do século XX as cidades do país receberam 22 milhões de pessoas, número superior à metade da população do Canadá e a mais de um terço da população da França.

Na passagem do século XIX para o XX a população urbana brasileira se restringia a 10% da população total. Nesses anos foram promovidas no país algumas reformas urbanas, baseadas em uma ideologia higienista embelezadora, que acentuava a estratificação social herdada do recente passado escravocrata. O centro da economia permanecia no campo, nas atividades agrário-exportadoras, apenas a partir de 1930 surge uma burguesia urbana mais expressiva. Florestan Fernandes⁵¹⁹ denominou a Revolução de 1930 como a revolução burguesa brasileira, sem no entanto ter-se verificado aqui a mesma ruptura de outros lugares, uma vez que

⁵¹⁹ FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975 apud MARICATO, Ermínia. *Brasil Cidades*. Petrópolis: Vozes, 2002.

foram mantidos os interesses hegemônicos já estabelecidos. Aliás, os momentos de ruptura na história brasileira como a Independência, a libertação dos escravos e a proclamação da República, acabaram por apresentar mais continuidades do que efetivas mudanças.

A transformação vivida com a florescente industrialização dos anos 30 irá construir a noção de nação, consolidar um embrionário mercado interno e conferir uma certa autonomia ao processo de industrialização brasileiro até o final da 2ª Guerra. A partir deste instante passa a haver uma presença sempre maior do capital internacional, que leva o centro das decisões para fora, ampliando a inserção subalterna do país na divisão internacional do trabalho. O Brasil passa a produzir uma série de bens duráveis e também, embora numa menor escala, bens de produção. Entra em cena o automóvel e uma variedade de eletrodomésticos, produzido pela grande indústria fordista, que inundarão as cidades brasileiras, mudando sua face, do solo urbano à intimidade da casa. Apesar disso, a pré-modernidade, representada pelas favelas e os bairros irregulares das periferias intermináveis, permanece incomodamente presente.

De 1940 a 1980 o PIB brasileiro aumentou a uma média de 7% ao ano, uma das taxas mais elevadas do período no mundo. Esse crescimento foi baseado na constituição de um enorme exército de reserva de mão-de-obra, mantido à margem do sistema e que empurrou para baixo os cálculos da reprodução de nossa força de trabalho. O desenvolvimento do país foi e é predominantemente predatório, inspirado talvez em desenvolvimentos anteriores como os dos ciclos do pau-brasil, da cana, do ouro e do café. Invariavelmente, esses ciclos de desenvolvimento deixaram atrás de si uma imensa terra arrasada.

O modelo de industrialização adotado foi baseado na obsolescência programada⁵²⁰, no desperdício, na substituição dos produtos, típica dos países centrais do capitalismo. Apesar disso, houve uma expressiva melhora em alguns índices, notadamente na mortalidade infantil e na expectativa de vida das populações que migram ou nascem nas cidades brasileiras. Na verdade, as cidades brasileiras representaram, ao longo de todo o século XX, para a então maioria camponesa, a promessa de superação do arcaísmo de suas cotidianidades particulares. A socialização das informações, o abastecimento de água potável, a presença de serviços de saúde

⁵²⁰ FURTADO, Celso. *Análise do modelo brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 1972, apud MARICATO Ermínia, op. cit.

como vacinas e exames periódicos, o aumento da escolaridade, entre outras condições objetivas, tornaram as cidades brasileiras efetivas promessas de transformação de um mundo arcaico e atrasado.

Na década de 50, Copacabana, um bairro da cidade do Rio de Janeiro representou, emblematicamente, uma mudança de costumes no campo habitacional. *Nesse bairro passou-se a viver predominantemente em habitações multifamiliares, fato considerado a expressão acabada da modernidade, ou, ainda melhor, de um avanço civilizacional.* Em 1964, com a implantação de uma ditadura militar no Brasil, foi instituído o Sistema Financeiro da Habitação (SFH), no qual o edifício de apartamentos tornou-se a principal linha de operação. No entanto, esta aparente massificação não democratizou o acesso à terra urbana. Assim como não fez a reforma agrária, o Brasil também não fez a reforma urbana, como fora proposto pelo Congresso do IAB de 1963. Na verdade, o SFH não só não combateu o uso especulativo da terra urbana, a exemplo do que ocorrera nos países de capitalismo central, como se aliou ao capital especulativo, materializando um mecanismo com um forte vetor de concentração de renda. Por outro lado, o SFH investiu em infra-estrutura urbana, ampliando substancialmente o universo de atendimento de água tratada, o que influenciou fortemente no mercado

da terra. Enquanto o crescimento econômico se manteve acelerado o modelo funcionou, registrando-se a criação de um novo segmento da classe média urbana, embora fosse mantido sempre um forte contingente demográfico à margem do processo.

Nas décadas de 80 e 90 a recessão se instalou, mas as taxas de crescimento populacional permaneciam altas, ainda que com forte declínio fazendo com que o crescimento do PIB na década de 80 fosse negativo. Essas duas décadas, conhecidas como décadas perdidas, viram surgir nas cidades um fenômeno até então inexistente – a violência urbana:

Nos anos 80 a sociedade brasileira conheceu também pela primeira vez um fenômeno que ficaria conhecido como violência urbana: o início de uma escalada de crescimento do número de homicídios sem precedentes na história do país.⁵²¹

Esta situação reforçou na prática as teses que alguns teóricos já haviam apontado, sobre a natureza violenta de nossa história e de nosso processo. A nova configuração urbana não seria, pois, fruto de uma simples recessão econômica. Suas raízes estavam fincadas num modelo que optou por não corrigir erros estruturais de nossa sociedade, e que talvez remonte à privatização da terra nos anos

⁵²¹ MARICATO, Ermínia, op. cit., p. 22.

1850 e à emergência do trabalho livre em 1888, ou ainda aos métodos não inclusivos de nosso desenvolvimento industrial.

A reprodução do trabalhador, no esquema do trabalho livre deveria se dar pelo mercado. No entanto, quantos empregados da moderna indústria fordista usam expedientes de subsistência para construir sua própria casa na metrópole paulista ou em outras cidades brasileiras? A habitação permanece um artigo de luxo, à qual a maioria da população não tem acesso, precisando recorrer invariavelmente à auto-produção. Existem no Brasil 13 cidades com mais de um milhão de habitantes. Cerca de 51 milhões de pessoas, ou 30% da população brasileira, moram nas nove maiores metrópoles do país. Nessas grandes cidades, o índice de informalidade, extremamente elevado, foi causado sobretudo por esta auto-produção da casa própria. Segundo dados recentes, a população moradora em favelas chega a 46% da população total de Recife, 31% da de Fortaleza, 30% da de Salvador, 22% da de São Paulo e 20% da do Rio de Janeiro.⁵²² Os dados referem-se apenas à população favelada, o que não esgota a questão da ilegalidade do solo urbano, que envolve também os loteamento irregulares.

⁵²² MARICATO, Ermínia, op. cit., p. 38.

No âmbito desta tese, enfocamos, ao final do presente capítulo, apenas duas destas cidades, ou melhor, duas regiões metropolitanas: o Rio de Janeiro, com 10,5 milhões de habitantes e São Paulo com 16,7 milhões. Pelos padrões da ONU⁵²³, Rio e São Paulo, as duas maiores cidades do país, situam-se na categoria de megacidades, e apresentam problemas que se repetem nas demais regiões metropolitanas brasileiras, em algumas delas de forma mais aguda. É sobre estas duas cidades que vamos procurar entender como vem sendo realizada a aplicação dos sistemas de pensamento, gestados no âmbito das disciplinas da arquitetura e da urbanística. Essa escolha restrita deve-se basicamente a uma questão de limites deste trabalho, uma vez que reconhecemos, em outras cidades, a presença de experiências importantes que mereciam ser relatadas⁵²⁴.

A. Rio de Janeiro

Por sua história e por sua situação geográfica específica, o Rio de Janeiro configura uma singularidade dentro do conjunto geral de

⁵²³ As megacidades são aglomerações acima de 10 milhões de habitantes

⁵²⁴ Esta pode vir a ser a seqüência deste trabalho, onde as experiências variadas em administrar problemas que muitas vezes se aproximam deve ser compartilhada e confrontada.

idades. Seu sítio é pontuado por maciços graníticos, com acentuada verticalidade e declividades, que dificultaram a ocupação, permitindo que fossem mantidos como grandes conjuntos de áreas verdes praticamente intocadas. Contrapostos a essas verticalidades, há grandes conjuntos horizontais, grandes massas de água, que acentuam um efeito de contraste, como as baías de Guanabara⁵²⁵ e de Sepetiba, as lagoas Rodrigo de Freitas, da Barra da Tijuca e de Piratininga. Toda esta forte estrutura da paisagem foi densamente ocupada pelo homem, fazendo dessa metrópole de 10,5 milhões de habitantes⁵²⁶ um dos lugares mais particulares no mundo⁵²⁷. Por outro lado, as particularidades de sua história fizeram dela a única cidade colonial, que por um curto período foi capital de um imenso império, abrigando uma corte de reis europeus. Tal fato brindou-a

⁵²⁵ Para uma descrição das potencialidades estratégicas e paisagísticas deste acontecimento geográfico particular, ver LESSA, Carlos. *O Rio de todos os brasís, uma reflexão em busca de auto-estima*. Rio de Janeiro: Record, 2005. Carlos Lessa afirma nessa obra: "A Guanabara é um forte natural, um cofre náutico. A baía, com 140 km de perímetro, possui uma barra de apenas 1.600 m entre as duas extremidades, os costões do Pão de Açúcar e de Santa Cruz. No meio está a Pedra da Laje. Entre esta e os costões da barra há, de um lado, um canal de 900m com profundidade de 50m. É o único e excelente acesso possível à baía" (p. 22).

⁵²⁶ A referência aqui é a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, uma das megacidades da ONU, que se espalha no entorno da baía de Guanabara, atingindo a baía de Sepetiba e a serra do Mar.

⁵²⁷ Para os que acham que esta exuberante situação se restringe apenas à faixa litorânea desta metrópole, sugerimos uma visita a Nova Iguaçu. Este município da Baixada Fluminense também desfruta da proximidade de um grande maciço montanhoso, o do Tingui, com as mesmas características dos maciços da Tijuca e da Pedra Branca.

com equipamentos públicos com um significado inusitado para uma cidade localizada na periferia dos países ditos avançados. A Biblioteca Nacional e o Jardim Botânico, para se restringir aos dois exemplos mais emblemáticos, são instituições que desfrutam de acervos invejáveis, mesmo quando comparados internacionalmente.



Um "Conquestor" da Panair sobrevoando a baía da Guanabara, no Rio de Janeiro, ao regressar de uma viagem à Turquia.

Essa particularíssima conformação urbana sempre representou o Brasil e foi sua principal porta de entrada, sendo ainda hoje

imediatamente associada, no exterior, com o país⁵²⁸. Nela também se materializou uma série de transformações propostas pelo pensamento urbanístico nacional, transformações que se iniciam em 1875⁵²⁹ e que se estendem até os dias atuais. Se, inicialmente, essas propostas pretendiam atenuar a crise sanitária provocada pelo adensamento da cidade no final do século XIX, no começo do século XXI pretende-se enfrentar a decadência geral que se instalou na cidade com a perda de sua condição de capital federal. Além disso, as intervenções contemporâneas estão sintonizadas com uma série de intervenções internacionais, particularmente com o modelo de Barcelona (ver capítulo 2). A intenção de inserir a cidade nos fluxos de capital estrangeiro implica uma ansiosa submissão a alguns ditames externos, que volta e meia são considerados como tábuas de salvação para a cidade. Na verdade, apesar de alguns programas de notável impacto no tecido urbano, o pensamento urbanístico na cidade vem sofrendo de uma angústia ansiosa que determina que a

⁵²⁸ O Plano Agache de 1927 materializa no território este emblema representado pela porta do Brasil. Ver RESENDE, Vera F. “Evolução da Produção Urbanística da Cidade do Rio de Janeiro, 1900-1950-1965”. In *Urbanismo no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1999. Em 2007, o Ministério do Turismo, comandado pela paulista Marta Suplicy, promoveu uma campanha para que o Cristo Redentor fosse escolhido como uma das sete maravilhas do mundo, o que atesta a permanência desta representação.

⁵²⁹ RESENDE, Vera F., op. cit., p. 63. “Coexistindo com o plano, a epidemia de febre amarela em 1876 intensifica a preocupação com as condições de salubridade da cidade. As habitações coletivas são colocadas como os principais focos de epidemias”.

reversão da sua decadência encontra na última atuação proposta derradeira oportunidade. Parece que permanece instalado no solo carioca uma inconsciência das suas reais potencialidades, um desdém por essa multidão de mais de dez milhões de habitantes. Adotamos aqui a definição de multidão de Toni Negri:

E hoje multidão é isso – uma multidão que subtrai ao poder toda transcendência possível e que não pode ser dominada senão de forma parasitária, portanto feroz⁵³⁰.

Neste trabalho, vamos nos restringir aos últimos anos, período em que se delineia uma forma de operar a gestão da cidade que, em linhas gerais, desdenha do planejamento e privilegia o projeto. A partir de meados da década de 90 ganha força, de forma arbitrária e parasitária, o *slogan* “aja localmente, pense globalmente”, o que na prática se traduz, cada vez mais, por um agir local e um pensar também local. A recusa a se refletir sobre alguns sistemas já instalados na cidade é um dado de realidade. Se tomarmos apenas um exemplo, como o sistema de trens na Região Metropolitana, percebe-se que o Rio de Janeiro mantém uma situação invejável com relação a outras metrópoles brasileiras e até mundiais. Segundo dados do Plano Diretor de Transporte Urbano (PDTU), a Região Metropolitana do Rio de Janeiro possui uma extensão de

⁵³⁰ NEGRI, Toni. *Exílio seguido de valor e afeto*. São Paulo: Iluminuras, 2001.

malha ferroviária cinco vezes maior do que a da Região Metropolitana de São Paulo. No entanto, enquanto o sistema do Rio transporta apenas 350mil passageiros/dia, o de São Paulo opera com um milhão de pessoas/dia⁵³¹. Uma parcela substancial da malha ferroviária carioca foi implantada por conta da situação político-administrativa do Rio de Janeiro de capital de um império colonial, depois capital do Império brasileiro, e depois capital federal da república, o que lhe trouxe benesses, que outras aglomerações no Brasil não tiveram. Efetivamente, se nos debruçarmos sobre a história das cidades brasileiras até Brasília, percebe-se um claro desequilíbrio entre os investimentos no Rio e nos demais grandes centros urbanos do país. O fato urbano concreto é que a capital carioca é a única cidade brasileira que possuía antes da década de 50 do século XX uma população considerável, o que a coloca como única cidade de dimensões razoáveis antes da hegemonia do carro particular, que se instala definitivamente no Brasil no segundo pós-guerra⁵³².

Em 1992, o economista César Maia foi eleito prefeito da cidade do Rio de Janeiro pelo Partido da Frente Liberal (PFL), partido que tinha

⁵³¹ Secretaria de Transportes do Estado do Rio de Janeiro. PDTU 2004.

⁵³² DUARTE, Cristóvão Fernandes. *Circulação e cidade: do movimento da forma à forma do movimento*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2002 (tese de doutorado).

sua origem predominante na base de sustentação política à ditadura militar, que abandonara o poder em 1984, apoiando a proposta da Nova República de Tancredo Neves. Todavia, a trajetória política de Maia, iniciada após a redemocratização, tinha como ponto de partida Leonel Brizola, figura emblemática da esquerda populista brasileira. Brizola foi governador do Rio de Janeiro pela primeira vez entre 1983 e 1987. Nesse mandato, César Maia, que se exilara no Chile logo nos primeiros anos da ditadura, foi seu secretário de Fazenda.

O novo prefeito assumia seu mandato prometendo se cercar de figuras tecnicamente gabaritadas para reverter a decadência que assolava o Rio de Janeiro, que perdera o papel de capital federal, para Brasília, em 1960, e o de capital financeira para São Paulo, no final da década de 70, com a transferência da Bolsa de negócios mais importante do país. Seu único consolo era a manutenção, às duras penas, da condição de capital cultural do Brasil⁵³³. O discurso do prefeito carioca era carregado de contradições ideológicas, posicionando-se entre a direita e a esquerda:

⁵³³ São Paulo ganha terreno também nessa área. As últimas administrações municipais patrocinaram iniciativas importantes, como a Pinacoteca do Estado, a Sala São Paulo e o Museu da Língua, arrancando a face provinciana da velha Piratininga.

Meu discurso é o da ordem. O eleitorado conservador encampou minha candidatura e entre eles sou imbatível. Vou mostrar que é possível ser transformador pela direita.⁵³⁴

O secretário de Urbanismo da cidade era o arquiteto Luís Paulo Conde, profissional com larga atuação à frente de seu escritório, a LPC Arquitetos Associados, e na política de classe, tendo presidido o Instituto de Arquitetos do Brasil do Rio de Janeiro (IAB/RJ) e dirigido a Escola de Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Conde também tinha emplacado na complicada engenharia do governo César Maia o secretário de Habitação, Sérgio Magalhães, antigo colaborador em seu escritório, nos projetos imobiliários de Alphabarra, e que já se engajara com gestões municipais em Niterói, outro município da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Os dois secretários comandarão os dois programas mais emblemáticos da ação de planejamento da administração César Maia, o Rio Cidade e o Favela Bairro, além do Plano Estratégico da Cidade. O Rio Cidade foi concebido como a estratégia de ação mais importante de gestão para a cidade. Todavia, com o desenvolvimento dos programas, o Favela Bairro ganhou a primazia, conquistando um espaço cada vez maior,

⁵³⁴ César Maia, *Jornal do Brasil*, 10/02/1995.

ganhando visibilidade internacional e inclusive financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Em 1993, O IPLANRIO, órgão de planejamento do município, solicitou ao IAB/RJ a elaboração de um concurso de metodologia para a urbanização de 17 corredores, que representavam centros de bairros cariocas que concentravam o comércio mais vigoroso das áreas escolhidas. O Rio Cidade visava requalificar eixos tradicionais do comércio de rua da cidade, que cada vez mais perdia terreno para o comércio de *shopping centers*, promovendo o redesenho de infra-estrutura localizada, como iluminação, esgoto e drenagem, e o acabamento e a visibilidade da cidade, como mobiliário, disciplinamento do tráfego, calçada e superfícies adequadas. As áreas escolhidas foram as seguintes: na Zona Sul, Leblon, Ipanema, Copacabana, Voluntários da Pátria, São Clemente, Laranjeiras, Catete e Centro; na Zona Norte, Tijuca, Vila Isabel, Méier, Bonsucesso, Penha, Ilha do Governador, Avenida Suburbana e Madureira; e na Zona Oeste, Taquara e Campo Grande. Desse conjunto não foram realizadas as obras em São Clemente, Laranjeiras e na Avenida Suburbana⁵³⁵. Esta característica era subvertida apenas na rua São Clemente, situada no bairro de

⁵³⁵ *Rio Cidade, o urbanismo de volta as ruas*. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.

Botafogo, rua muito mais de colégios do que propriamente de comércio.

Esperava-se que o Rio Cidade promovesse uma sinergia contagiante, levando comerciantes e empreendedores locais a estenderem as intervenções, de acordo com a teoria de acento catalão da metástase positiva⁵³⁶. No entanto, o impacto se restringiu a algumas parcerias, notadamente na promoção da manutenção de praças e novos espaços, mas nunca na ampliação das intervenções⁵³⁷. A pretensão de cooptar a Associação Comercial para os benefícios do projeto não se realizou, havendo uma clara sobreposição de uma lógica imediatista, que não enxergava além dos transtornos do período de obras.

Uma experiência anterior foi o Rio-Orla (1992-1993), que havia urbanizado os logradouros à beira-mar mais valorizados da cidade com um desenho unificado, obra empreendida por um único

⁵³⁶ Jordi Borja, em *Barcelona y su urbanismo. Éxitos pasados, desafíos presentes, oportunidades futuras* (Barcelona: UPC, 2004), afirma: “Um terceiro elemento estratégico é o impacto sobre o entorno de estas atuações, o efeito metástico, que se pretende conseguir tanto com campanhas como ‘*Barcelona posa t guapa*’ e pequenas operações de acumpuntura urbana até com grandes projetos” (p. 172).

⁵³⁷ Em Vila Isabel, o dono de um tradicional restaurante do bairro comprou um imóvel no largo do Maracanã, passando a se responsabilizar pela manutenção do logradouro. O imóvel fica próximo à Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), com um potencial inexplorado de consumidores.

escritório de projetos. O Rio Cidade, ao contrário, mobilizou diferentes escritórios de arquitetura do Rio, atraindo na sua segunda fase escritórios de outros municípios.

O programa enxergava a história anterior dos pensamentos urbanísticos sobre a cidade a partir de nove movimentos⁵³⁸. Os cinco primeiros movimentos faziam referência a processos relevantes da história da cidade, como a conquista aos franceses, a captura das águas do rio da Carioca, a expansão para Botafogo e São Cristóvão, a transformação na Paris tropical e a elaboração de planos como o Agache e o de Le Corbusier. Os últimos quatro movimentos também mencionavam cortes históricos da cidade, partindo das décadas de 50 e 60, marcadas pelo rodoviarismo e pela remoção de favelas, passando pela megalomania interventora que promove o Plano Lucio Costa da Barra e o do Metrô, chegando a um oitavo movimento, no qual despontam vozes variadas dos anos 70 e 80 que questionam o planejamento centralizado. Havia uma clara contaminação do discurso pelas atitudes ideológicas da *Tendenza italiana*, que propunha o enfrentamento da cidade por partes. Ao final, no nono movimento, anunciam-se práticas como o Rio-Orla, o

⁵³⁸ *Rio Cidade, o urbanismo de volta as ruas*, p. 16.

próprio Rio Cidade e o Favela Bairro, que redirecionam o impulso de pensamento sobre a cidade:

A eclosão do debate pós-moderno (em especial a crítica ao urbanismo modernista), uma certa descrença na eficácia dos grandes planos e o fornecimento dos movimentos de resistência cívica, a partir da restauração democrática plena, contribuem, já desde meados dos anos 70, para um lento e progressivo retorno da confiança no desenho enquanto instrumento de ação urbanística.⁵³⁹

No concurso do IAB foram inscritas 42 equipes e selecionadas 17. Cada equipe tinha de contar com um arquiteto coordenador, um engenheiro de tráfego, um paisagista e um *designer*. Invariavelmente todas as equipes em suas metodologias apresentadas basearam-se em preceitos de Jacobs, Lynch, Rossi, Alexander e Carlos Nelson dos Santos (ver capítulos 2 e 3) e numa maior intermediação com os usuários. As metodologias propunham, a partir de um diagnóstico dos problemas de cada área a ser apresentado para a sociedade organizada, um cardápio de objetivos ou princípios que deveriam ser concretizados pelo projeto. As metodologias de desenvolvimento de projeto respaldavam-se sobretudo em Alexander, Santos e no *advocacy planning*, enquanto que as metodologias voltadas para a apreensão e a sistematização

⁵³⁹ *Rio Cidade, o urbanismo de volta as ruas*, p. 21.

das informações e problemas sofriam uma forte influência de Rossi e Lynch.

A rua, enquanto espaço sociológico e não mais como objetividade circuladora, era celebrada a partir dos conceitos de Jane Jacobs, Roberto da Matta e Carlos Nelson dos Santos. Entendia-se a rua como fator de equilíbrio da vida social, um local onde a sociabilidade era celebrada. Havia uma clara crítica ao urbanismo modernista e à sua vertente rodoviarista. A idéia-força do governo municipal era investir numa forte diferenciação entre os bairros atingidos, promovendo uma personalidade para cada bairro a partir do desenho. Na realidade,

Com o tempo, essas artérias se transformaram em pólos de atração descentralizados, subcentros de uma metrópole polinuclearizada, que o Programa Rio Cidade optou por reforçar, em contraposição ao modelo dicotômico de cidade: centro x periferia.⁵⁴⁰

Algumas questões estruturais tratadas nas metodologias, como as relacionadas aos transportes, transcendiam claramente os limites das áreas, articulando problemas numa escala mais macro. No entanto, a despeito da sua relevância, as questões de infra-estrutura

⁵⁴⁰ *Rio Cidade, o urbanismo de volta as ruas*, p. 25.

de transportes foram constantemente relegadas a um segundo plano. Na fase de elaboração das metodologias, o grande confronto que se prenunciava era entre o comércio ambulante e o comércio formal, buscando-se, pelo desenho, alternativas de convivência. Apesar dessa expectativa, o embate não se resolveu no fórum do desenvolvimento dos projetos, acabando por ser enfrentado pela criação da Guarda Municipal, em 1996.



O Rio Cidade de Vila Isabel, implantação de referências históricas do bairro

Como já havia uma pré-definição de alguns bairros onde se deveria atuar, as metodologias buscaram identificar os problemas mais importantes nessas áreas. Uma das áreas a ser urbanizada – o eixo da Conde de Bonfim, da praça Saens Peña à rua Uruguai, na Tijuca – foi destinada ao corpo de profissionais do Instituto de Planejamento da Secretaria de Urbanismo, atendendo às reivindicações do funcionalismo público municipal contrários à tercerização de alguns serviços de projeto⁵⁴¹. De uma maneira geral, as intervenções consolidaram nos escritórios e no corpo fiscalizador da municipalidade um *know how* notável para o enfrentamento das tercerizações. A remuneração dos projetos atingiu valores acima da média praticada no país, e os trabalhos consolidaram uma forma de atuar sobre o espaço público até então inusitada nas cidades brasileiras. Alguns aspectos sistêmicos, mais afeitos ao âmbito do plano, que tinham claro rebatimento sobre os projetos, principalmente aqueles relacionados aos grandes corredores de ônibus, não foram abordados, retirando muito dos impactos positivos

⁵⁴¹ Interessante notar que o Rio de Janeiro dispunha de uma tradição de operacionalizar intervenções na cidade por instâncias institucionais, como o caso do aterro do Flamengo e do Plano Piloto da Barra (Reidy e Costa), sem perda de um forte traço de personalidade de desenho. Ou seja, ao contrário dos projetos desenhados por órgãos municipais ou estaduais que são, em sua maioria, não nomeados, no Rio de Janeiro tanto Aterro do Flamengo quanto o Plano da Barra eram vinculados a arquitetos específicos.

do programa. Isso era justificado pela preocupação em se evitar intervenções de grande monta:

A experiência histórica recomendava todo cuidado face à recorrente vocação dos Planos tornarem-se um fim em si mesmo, “virarem papel”, ultrapassados por imprevistas e súbitas transformações da realidade. Evitaram-se, assim, o idealismo e a abstração, a megalomania e as soluções totalizantes, a falta de sintonia com as forças vivas da sociedade e as proposições inviáveis, as rupturas traumáticas, as grandes “cirurgias” e os altos custos sociais do “passar a borracha” sobre o existente para a construção do novo.⁵⁴²

Logo que as intervenções foram implantadas, verificaram-se algumas inconsistências do programa, como, por exemplo, a excessiva pulverização de alguns itens, notadamente do mobiliário urbano, o que dificultava consideravelmente a manutenção pelo poder público. Por sua vez, alguns empresários de transporte recusaram-se a debater aspectos de seus serviços, que beneficiariam a comunidade. As intervenções realizadas em Copacabana, Leblon, Vila Isabel e Centro tornaram-se emblemáticas, sendo adotadas carinhosamente pelas comunidades. Havia uma tênue visão sistêmica, na medida que se pretendia atacar a decadência do comércio de rua frente ao comércio de *shoppings*, atuando preferencialmente sobre o espaço público da cidade.

⁵⁴² *Rio Cidade, o urbanismo de volta as ruas*, p. 25.

Entretanto, a escolha aleatória das áreas e a recusa em atuar sobre determinados aspectos denunciavam uma abordagem da cidade excessivamente fragmentada, a ausência de uma articulação macro.

Alguns aspectos, como o transporte público, que demandavam uma visão mais sistêmica e geral e que impactavam fortemente mesmo as áreas escolhidas, foram constantemente esquecidos⁵⁴³. Particularmente neste item específico, a cidade do Rio de Janeiro vem demonstrando uma total incapacidade de planejamento. Linhas de ônibus e transportes sobre trilhos, competem sem nunca atingir qualquer relação de complementariedade. Os interesses dos empresários de transportes não são, em grande parte, publicamente explicitados e negociados com outros agentes. Mantém-se uma prática autoritária, que se recusa a dialogar com outras lógicas no espaço urbano. Os poderes que estes empresários acumulam, nas cidades brasileiras em geral, são bastante conhecidos. Eles invariavelmente pressionam o poder público a tomar esta ou aquela

⁵⁴³ Durante a elaboração do Rio Cidade da Rua Voluntários da Pátria em Botafogo a questão da grande confluência de ônibus nesta rua foi levantada e noticiada na mídia, no entanto este problema não foi enfrentado pelo projeto de requalificação. Em Vila Isabel, houve um caso caricato, durante todo o processo havia acordo entre todos os agentes sobre a retirada do ponto final da linha de ônibus 438 da Praça Barão de Drumond. Ao final do processo surgiu uma ordem para retornar com este equipamento para este local, admitindo-se apenas o deslocamento da frente do convento. Tal fato denuncia muito da vertente autoritária presente em alguns agentes sobre o cotidiano e no espaço da cidade.

decisão, sem, contudo, ser identificados, vindo a constituir algo muito próximo a um poder paralelo. No Rio de Janeiro, esta prática é ainda mais potencializada, devido à incapacidade demonstrada pelas instâncias de planejamento do governo estadual, particularmente na Secretaria de Transportes.

Nesse mesmo ano, em 1994, a Secretaria Municipal de Habitação, comandada pelo arquiteto Sérgio Magalhães, encomendava ao mesmo IAB um concurso de metodologias, para urbanizar favelas. Foram selecionadas 16 equipes, contratadas para desenvolver projetos em 16 áreas faveladas. A preocupação central do Favela Bairro era levar a urbanidade nas favelas cariocas, consolidando os limites entre espaço público e privado, tão fluido nessas aglomerações, através da implantação de uma infra-estrutura localizada de iluminação, esgoto e drenagem, atuando sobre o acabamento da cidade. A política habitacional da cidade do Rio de Janeiro do período – que incluía, além do Favela Bairro, os programas Grandes Favelas, Bairrinho, Regularização de Loteamentos e Morar sem Risco, todos da Secretaria de Habitação – demonstrava vontade de enfrentar o problema da habitação informal.

Os programas desta mesma secretaria – que também não abordavam a questão da cidade informal, mas sim buscavam

oferecer novas moradias em novas áreas – eram Novas Alternativas, Morar no Centro e Morar Carioca⁵⁴⁴. No entanto, eles não dispunham do aporte de verba que os programas nas favelas e nos loteamentos irregulares tiveram. Essa dificuldade estava também vinculada a diretrizes macro-econômicas do governo federal, que adotou durante toda a década de 90 e nos cinco anos seguintes uma política de juros proibitiva para qualquer financiamento. Apenas na segunda metade da primeira década do século XXI, o financiamento da casa própria volta a ser pauta das políticas públicas, através do Ministério das Cidades.



- O Favela Bairro de Parque Royal na Ilha do Governador:
1. Centro profissionalizante;
 2. Edifício relocação;
 3. Praça central;
 4. Associação de Moradores;
 5. Praça de interligação do sistema viário;
 6. Ciclovia;
 7. Edifício Relocação;
 8. Creche;
 9. Campo de futebol

⁵⁴⁴ CONDE, Luiz Paulo e MAGALHÃES, Sérgio. *Favela Bairro: uma outra história da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Brasileira, 2004.

As metodologias de urbanização de favelas, apresentadas no concurso, possuíam de forma geral o mesmo conteúdo das metodologias propostas pelo Rio Cidade, isto é, baseavam-se nos mesmos ideólogos. A diferença era que nas favelas havia uma clara preocupação com a busca de alternativas tecnológicas, tanto no âmbito da infra-estrutura urbana quanto na habitação⁵⁴⁵. Ao contrário do Rio Cidade, não havia uma pré-definição das áreas onde os arquitetos iriam atuar, fazendo com que fossem recorrentes as tentativas de sistematizar o universo de situações a ser enfrentadas, num cardápio de situações tipológicas que incluíam as favelas de encosta, beira de rio, de baía, de beira de corredores de transportes etc. A compreensão da favela como local onde as esferas públicas e privadas ainda não haviam consolidados seus limites era também recorrente, estando sempre presente a proposta de se obter esta definição a partir de um consenso na comunidade. Havia uma clara celebração dos esforços já dispendidos pelas variadas comunidades, enfatizando-se a idéia de que era importante garantir acesso à cidade como um bem ideológico e não só à habitação. Encarava-se a favela como uma resposta peculiar e específica do

⁵⁴⁵ DUARTE, Cristiane Rose. *Compilação das metodologias de urbanização do Favela Bairro*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

desenvolvimento brasileiro, retirando-a do rol dos problemas para absorvê-la como solução⁵⁴⁶:

O respeito às pré-existências ambientais e culturais seria o marco fundador do Favela Bairro. Ele está associado ao entendimento de que as favelas não se constituem em problema por especificidades étnicas, religiosas e culturais; e que, tampouco se trata de fenômeno transitório, mas encaixado no peculiar processo de desenvolvimento brasileiro.⁵⁴⁷

A impossibilidade de a população brasileira atingir o horizonte de endividamento formal junto às instituições financeiras é fato bastante conhecido, embora, paradoxalmente, as favelas demonstrem uma capacidade de poupança ímpar⁵⁴⁸. Assim, nesses anos, a política habitacional da cidade do Rio de Janeiro começou a enfrentar um problema crônico: a urbanização de favelas e loteamentos irregulares. Dessa vez, porém, esse problema foi reconhecido como

⁵⁴⁶ Há um caso, inúmeras vezes repetido pela cultura arquitetônica no Brasil, que ocorreu durante a visita de um conceituado urbanista inglês ao Rio de Janeiro, ainda na década de 60. Levado a conhecer um conjunto habitacional modernista e uma implantação de favela, o urbanista afirmou, convicto; “Me levaram a ver um problema que na verdade é uma solução (favela), e uma solução que na verdade é um problema (conjunto habitacional)”.

⁵⁴⁷ CONDE, Luiz Paulo e MAGALHÃES, Sérgio, op. cit., p. 33.

⁵⁴⁸ Hernando de Soto, em *O mistério do capital, porque o capitalismo dá certo nos países desenvolvidos e fracassa no resto do mundo* (Rio de Janeiro: Record, 2001) aponta como problema a ausência da oferta de micro-crédito massificado.

tal por organismos de financiamento internacional, como o BID⁵⁴⁹ e a Comunidade Européia. Esse sucesso acabou provocando um interesse generalizado pela urbanização de favelas, ofuscando outros programas que pretendiam trabalhar próximo ao mercado formal de terras.

Na verdade, se as operações do Favela Bairro e do Bairro tinham sido acompanhadas de uma maior articulação com o governo do estado, promotor da segurança pública, poderiam ter tido um maior efeito demonstrativo, que não foi alcançado devido à ampliação do domínio do tráfico de drogas nessas áreas. Ao final da década de 90, muitas das urbanizações promovidas voltaram a ser estigmatizadas pelas vizinhanças. Com efeito, caso tivesse havido uma ação mais interligada entre o governo do estado, na área de segurança, e o município, a cidade do Rio de Janeiro teria revertido um estigma que tende a identificar as favelas apenas como um território dominado pelo tráfico de drogas. Atualmente, em muitas favelas cariocas o predomínio desses grupos impede a permanência de famílias mais pobres. De qualquer modo, foram urbanizadas nos governos César Maia e Conde 148 favelas médias, que possuem

⁵⁴⁹ Na verdade, a favela como solução para a política habitacional brasileira já é proposta desde o Congresso do IAB de 1963. Em 1998, o BID anunciou que o programa seria levado a outras cidades da América Latina (cf. CONDE, Luiz Paulo e MAGALHÃES, Sérgio, op. cit., p. 68).

entre 500 e 2.500 famílias, e três grandes favelas – Jacarezinho, Rio das Pedras e Fazenda Coqueiros – atendendo, no total, perto de 600 mil pessoas⁵⁵⁰.

A implantação das primeiras 17 áreas do programa implicou o desenvolvimento de uma rica experiência, que envolveu a busca de operatividade das propostas metodológicas pensadas no concurso. As assembleias de aprovação dos projetos se transformaram em ricas experiências, que mapeavam a diversidade social e cultural e de expectativas dentro da favela. As diversidades de interesses dos vários grupos sociais explicitaram, na prática, a heterogeneidade de composição social das favelas. Houve uma des-romantização positiva da favela como modelo de coletividade coesa e interessada numa construção consensual. Ao final das assembleias, percebia-se a variedade de interesses presentes. Ao invés de uma comunidade homogeneamente carente, manifestavam-se locatários e locadores, donos de lojas de serviços, empresários das lojas de construção, enfim uma cidade em toda sua diversidade.

Se no Rio Cidade houve a materialização da experiência da terceirização dos serviços, aqui o desenvolvimento dos projetos

⁵⁵⁰ CONDE, Luiz Paulo e MAGALHÃES, Sérgio. op. cit., p. 55.

envolvia também estratégias de aglomeração de interesses dentro da comunidade, o desenvolvimento de soluções de compromisso que contemplassem grupos aliados, inferiorizados ou antagônicos, a pactuação de estratégias e prioridades etc. A participação dos usuários teve uma intensidade muito maior do que no Rio Cidade, havendo assim como no outro programa uma remuneração do projeto acima da média nacional. Algumas das primeiras intervenções ganharam uma visibilidade que ia muito além da curiosidade sociológica, atingindo um público de arquitetos e urbanistas que passaram a discutir as variadas estéticas propostas. Em 2002, as intervenções ocuparam o Pavilhão Brasileiro na Bienal Internacional de Arquitetura de Veneza⁵⁵¹, depois de terem sido divulgadas em diversas publicações especializadas. As comunidades do Programa Favela Bairro mostradas foram Parque Royal e Complexo do Sapê, a cargo do escritório Archi 5; Ladeira dos Funcionários e Quinta do Cajú (Fábrica Arquitetura), Fernão Cardim e Vidigal (Jorge Mario Jauregui Arquitetos Associados), Chácara Del Castilho (Arquitraço), Serrinha (urbanista Manoel Ribeiro), Canal das Taxas (Humberto Kzure) e Fubá Campinho e Rio das Pedras (Paulo Casé arquitetos).

⁵⁵¹ *Favela up.rading* – 8ª Mostra Internazionale d'architettura Fundação Bienal de São Paulo 2002

A partir do segundo governo César Maia (2001-2004), que sucede ao governo de Luiz Paulo Conde, o programa começou a declinar. Os dois políticos tinham entrado em rota de colisão desde a campanha eleitoral de 2000, quando Conde tentou a reeleição, mas foi derrotado pelo próprio César Maia. A nova titular da Secretaria de Habitação, Solange Amaral, acusou as intervenções desenvolvidas antes dela de terem um forte viés de preocupação estética, que agradava aos arquitetos, mas que não atendia às comunidades. A secretária iniciou um processo de desmonte das intervenções sistematizadas pelo projeto dentro das comunidades, voltando-se, assim, à prática das intervenções pontuais e não sistêmicas, que faziam o paraíso da política clientelista nesses espaços antes do Favela Bairro. A prática do projeto voltou a ser desconsiderada, a remuneração dos profissionais foi empurrada para baixo e reiterou-se a acusação de uma certa pretensão estetizante, que não se adequaria ao patamar de carência das comunidades. Em algumas comunidades maiores, como o Complexo do Alemão, foi desenvolvida uma experiência, próxima da prática consolidada na Prefeitura de Belo Horizonte, que consistia, inicialmente, no desenvolvimento de um Plano Diretor, para depois as obras serem implantadas ao longo de um prazo mais dilatado. O programa continuou com o aval do BID, mas a intensidade de sua implantação foi reduzida, o que acarretou, no corpo da sociedade em geral, uma

desconfiança com relação à sua implantação e fortes questionamentos com relação à sua capacidade de integração. Na realidade, esse questionamento ia além, uma vez que se passou a indagar se o programa não teria ampliado a fronteira da informalidade, legitimando-a.

Tanto no Rio Cidade quanto no Favela Bairro havia profundas ligações com as teorias da acupuntura urbana e na supremacia do espaço público, elaboradas em Barcelona e requeentadas no Rio de Janeiro. Abandonava-se uma visão sistêmica e integral da cidade em função de uma atuação direta sobre suas partes, argumentando-se que o planejamento normativo havia falido, sendo necessária uma atuação sobre o desenho urbano. No entanto, o Favela Bairro possuía uma dimensão estrutural muito maior que o Rio Cidade. Isso pode ser explicado, em primeiro lugar, porque lidava com um problema crônico da cidade do Rio de Janeiro e da sociedade brasileira, e em segundo lugar, porque tentava implantar uma política de integração entre áreas informais e formais. Em outras palavras, a política do Favela Bairro encerrava uma maior adequabilidade à realidade nacional, tanto por sua realidade estrutural na sociedade brasileira quanto pelo estigma nas adjacências que essas implantações determinam:

Um dos argumentos metodológicos básicos do modelo Barcelona é entender a cidade como laboratório. Trata-se, portanto, de um modelo empírico, que não parte de ambiciosas planificações tecnológicas, baseando-se em intervenções fragmentárias, em pequenas e médias operações que estrategicamente vão recompondo a cidade a partir dos instrumentos do projeto arquitetônico.⁵⁵²

Inicialmente, a administração municipal e a classe dos arquitetos identificaram mais capacidade transformadora no programa Rio Cidade, que requalificava a cidade formal, do que no Favela Bairro, que enfrentava o problema dos bairros populares. Isso pode ser atestado pelo perfil dos inscritos nos dois concursos. O certame de metodologia do Rio Cidade foi disputado pelos arquitetos mais atuantes, com os escritórios mais consolidados na cidade. Participaram do Favela Bairro, apenas três escritórios mais consolidados⁵⁵³, juntamente com uma série de associações e sinergias novas. O Favela Bairro acabou contribuindo decisivamente para a fundação, institucionalização e consolidação de pelo menos dois novos escritórios de arquitetura na cidade, o Arquitraço e o

⁵⁵² MONTANER, Josep Maria. “La evolución del modelo Barcelona (1979-2002)”. In BORJA, [Jordi](#) e MUXÍ. *Urbanismo en el siglo XXI, una visión crítica: Bilbao, Madrid, Valencia, Barcelona*. Barcelona: UPC, 2004, p. 203-220.

⁵⁵³ Os três escritórios eram a Fábrica Arquitetura, Jorge Mario Jauregui Arquitetos Associados e Archi 5 Arquitetos Associados. Uma antiga determinação do estatuto dos concursos de projeto no IAB não permitia a inscrição de escritórios ou pessoas jurídicas, mas apenas de pessoas físicas. Por isso, nos dois programas, as inscrições oficiais eram de profissionais desses estabelecimentos.

Formato, ambos reunindo jovens arquitetos. Apenas no segundo momento⁵⁵⁴, quando o financiamento do BID já havia sido conseguido e as obras nas primeiras 17 áreas de favelas estavam quase no final, escritórios mais conhecidos se interessaram pelo programa.

Apesar de o sucesso do programa, é forçoso reconhecer que uma política habitacional para uma cidade do porte das nossas grandes metrópoles não pode se restringir urbanização de favelas. A produção de habitações financiadas formalmente, que no final dos anos 90 era impossível pela taxa de juros praticada, hoje começa a reaparecer no horizonte da população com poder aquisitivo até cinco salários mínimos.

Além dos dois programas, a cidade do Rio de Janeiro também desenvolveu um Plano Estratégico, com consultoria catalã. O primeiro secretário de Urbanismo e depois prefeito, Luiz Paulo Conde, nunca negou sua amizade com uma figura proeminente do pensamento arquitetônico catalão, Oriol Bohigas, chamando-o

⁵⁵⁴ CONDE, Luiz Paulo e MAGALHÃES, Sérgio, op. cit., p.70. O Favela Bairro, em sua primeira etapa, interveio em 16 áreas com número de domicílios entre 500 e 1700, com verbas exclusivas da Prefeitura Municipal. Após essa primeira fase é que houve o financiamento do BID, em 1998 a previsão era de que o governo municipal investiria 319 milhões de reais e o BID 688 milhões.

inclusive para o desenvolvimento do projeto da frente marítima, próximo à Praça XV, no casco antigo da cidade. O grupo que desenvolveu a consultoria para o Plano Estratégico incluía os também catalães Jordi Borja e Manuel de Forn. Esses dois ideólogos haviam tomado o conceito de posicionamentos da Escola de Harvard, nos EUA, que pela primeira vez e uma década antes dos espanhóis, haviam aplicado às cidades as mesmas estratégias das empresas, inserindo idéias como competitividade, eficiência, marketing, consenso, sinergia produtiva etc. Em Barcelona, a idéia de planejamento estratégico situava-se muito próxima à conceituação de Plano Diretor, sendo elaborada sem que houvesse uma conotação de antagonismo como ganhou no Rio de Janeiro. A metodologia do Plano Estratégico, segundo o próprio Borja, continha cinco elementos para o desenvolvimento urbano:

- uma estratégia social: “dar uma resposta positiva à importante demanda social dos movimentos públicos...os grandes projetos infra-estruturais incorporarão uma dimensão redistributiva e não simplesmente funcionalista”;
- a multifuncionalidade: “a vontade de resolver com uma ação vários problemas, de responder a uma diversidade de demandas”;

- o impacto sobre o entorno: “o efeito metastásico que se pretende conseguir tanto com campanhas publicitárias e pequenas operações de acupuntura urbana até com grandes projetos concebidos como alavanca para propiciar uma dinâmica transformadora...”;
- a qualidade do desenho: “a monumentalidade...que proporciona à área um *plus* de visibilidade ou de reconhecimento social em relação ao conjunto da cidade”; e
- o marketing urbano: “é o muito citado efeito de promoção da cidade, que encontrou no turismo uma potente base ‘industrial’”.⁵⁵⁵

Assim, em 22 de novembro de 1993, o IPLANRIO, representando a Prefeitura do Rio de Janeiro, firmou um acordo com a Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ) e a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN) para a promoção do Plano Estratégico da cidade, que foi homologado em 1995. Para tal, dois movimentos eram necessários: primeiro, reconhecer a profunda crise que a cidade enfrentava – perda de importância, esvaziamento econômico etc. –, não importando muito os motivos que geraram esta situação; e em segundo lugar, buscar a construção do consenso entre

⁵⁵⁵ BORJA, Jordi. *Barcelona y su urbanismo. Éxitos pasados, desafíos presentes, oportunidades futuras*. Barcelona: UPC, 2004, p. 172.

agentes urbanos tão diferenciados quanto a ACRJ, escolas de samba, associações de moradores, instituições acadêmicas, personalidades notáveis etc. Enfim, era o tão propalado patriotismo da cidade como verdadeiro campo articulador dos interesses do cidadão, investindo-se fortemente na competição entre localidades. Como o Plano Estratégico foi uma iniciativa do município do Rio de Janeiro, identifica-se neste momento um acentuado declínio da consciência da Região Metropolitana carioca, o que determina na prática uma forte fragmentação das ações. O Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro definiu um objetivo central e sete estratégias para que este objetivo fosse alcançado:

- O objetivo central era transformar a cidade numa “metrópole com crescente qualidade de vida, socialmente integrada (...), respeitosa da coisa pública e que confirme sua vocação para a cultura e a alegria de viver. Uma metrópole empreendedora e competitiva, com capacidade para ser um centro de pensamento, de geração de negócios para o país e sua conexão privilegiada com o exterior.”⁵⁵⁶

Na segunda parte do objetivo, era consenso, algo que não podia ser contestado por nenhuma corrente de pensamento, é que a ideologia

⁵⁵⁶ *Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro*. In:] www.rio.rj.gov.br/planoestrategico

da competitividade se revela, não mais entre classes, mas entre cidades. As sete estratégias para alcançar tal objetivo eram as seguintes:

- “Rio 2004, pólo regional, nacional e internacional”: desenvolver e divulgar a imagem da cidade para sua transformação num pólo de atratividade regional, nacional e internacional;
- “Rio Competitivo”: desenvolver suportes para implantação de novas atividades econômicas na cidade e para modernização dos processos produtivos;
- “Portas do Rio”: desenvolver o papel da cidade como articulador da grande região metropolitana do seu entorno;
- “Rio integrado”: desenvolver a integração da cidade, o equilíbrio territorial e novas centralidades;
- “Rio participativo”: incrementar a participação coletiva na construção da cidade;
- “Rio acolhedor”: melhorar a relação da cidade com seu entorno, promovendo e ampliando a convivência e a vizinhança; e

- “O carioca do século XXI”: oferecer aos cidadãos acesso à oportunidades de emprego e aos bens sociais e culturais⁵⁵⁷.

Essas estratégias eram desdobradas em objetivos, ações e projetos, que detalhavam seu alcance. Foi marcada para o ano de 2004 uma avaliação do desenvolvimento do Plano Estratégico. Em 1998, a cidade do Rio de Janeiro pleiteara o direito de sediar as Olimpíadas de 2004, seguindo o receituário catalão. No entanto, a ausência no Comitê Olímpico Internacional de um lobbista do porte de Juan Samaranch e a candidatura de Atenas, considerada por muitos como imbatível, apontassem para o fracasso. Com efeito, o Rio de Janeiro não foi escolhido como cidade olímpica, não podendo, portanto, dispor de um evento de impacto global para incrementar a venda de sua imagem. Como compensação em 2003, a cidade foi escolhida para sede dos Jogos Pan-Americanos de 2007, no segundo governo César Maia. As intervenções urbanas para a competição foram instaladas onde o capital imobiliário já atuava na cidade de forma predatória há anos, a Barra da Tijuca-Recreio. Essas intervenções não chegaram perto do brilho e da qualidade do desenho catalão. Além disso, não eram capazes de inverter uma lógica confortável de investimentos imobiliários, na Barra e no

⁵⁵⁷ *Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro.*

Recreio, que denunciava fortemente a incapacidade da municipalidade de reverter uma inércia do capital imobiliário da cidade.

Ao contrário, em Barcelona as intervenções da Vila Olímpica promoveram a requalificação das áreas do retroporto, tendo pelo menos revertido a inércia especulativa da cidade, que apontava para as colinas. Além disso, veículos de comunicação especializados ou não, sediados ou não na cidade, indicavam que o modelo Barcelona sofrera uma mudança qualitativa significativa justamente com a transformação da capital catalã em cidade olímpica. Tal fato havia imposto uma agenda de transformações à cidade, que modificara a qualidade e a intensidade da participação da população local, fazendo com que os ganhos da cidade fossem questionados nesse tipo de acontecimento internacional:

...a ausência de uma real discussão crítica além dos círculos exclusivos dos técnicos municipais e a demonstrada impermeabilidade ao debate por parte dos círculos oficiais dificultam que este método empírico, baseado teoricamente na análise e na discussão racional de acertos e erros, se realize de maneira completa...A cidade é algo que deve se realizar lentamente, discutindo e melhorando cada projeto, pactuando cada intervenção, deixando que a mesma dinâmica da cidade vá evoluindo... Será que está perdendo a capacidade de acordo para construir uma cidade, um tipo de

negociação em múltiplos níveis que foi fundamental no modelo Barcelona?⁵⁵⁸

Ficava cada vez mais claro o desequilíbrio entre interesses locais e globais. No estágio atual do desenvolvimento capitalista é grande a volatilidade dos empreendedores, que progressivamente demonstram uma ansiedade mais acelerada e desvinculada do tempo da real construção da cidade. Uma das grandes carências da operatividade do pensamento arquitetônico e urbanístico na Região Metropolitana do Rio de Janeiro tem sido a desarticulação das instâncias de planejamento do governo estadual com os municipais. Este fato, somado ao despreparo técnico das outras prefeituras que não a do município do Rio de Janeiro, determinou um declínio dos sistemas articuladores de infra-estrutura, como transportes, coleta de lixo, etc., que são fundamentais para a questão da habitação.

No ano de 2007 foram anunciados importantes projetos para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, que precisavam de recursos do governo federal e da iniciativa privada para se materializar no território. Entre eles, encontravam-se o Arco Metropolitano, o Pólo Petroquímico de Itaboraí, a Companhia

⁵⁵⁸ MONTANER, Josep Maria. *La evolución del modelo Barcelona (1979-2002)*. Barcelona: UPC, 2004, p. 216.

Siderúrgica das Américas e outros. A simples identificação de um secretário de Assuntos Metropolitanos, na gestão do governador Sérgio Cabral (2006-...), já demonstra uma preocupação maior com o desenvolvimento mais articulado desta imensa metrópole de 10,5 milhões de habitantes e a vontade de ter uma atuação mais incisiva sobre seu crescimento. A questão que se coloca é saber se este anunciado desenvolvimento econômico será capaz de gerar uma ocupação mais equilibrada do território e uma melhor distribuição de renda. Nesse cenário, a habitação e a produção consciente da cidade assumem uma dimensão central, no interior da qual a distribuição e o acesso aos sistemas de infra-estrutura que estimulam a mobilidade devem buscar a promoção do bem-viver em todos os recantos deste vasto território. Os arquitetos deverão se preparar para cooptar a sociedade para suas preocupações, procurando sensibilizar os variados agentes inicialmente para a questão da habitação e, posteriormente, para a proposição da cidade-civilização.

B. São Paulo

O crescimento da cidade de São Paulo está profundamente vinculada à economia cafeeira, cuja base produtiva situava-se no

mundo rural. A migração dos donos de fazenda para este pequeno arraial, ocorrida no final do século XIX, deveu-se às necessidades de comercialização e distribuição do produto. Naquele momento, a expansão da economia cafeeira não dependia mais da escravidão, como fora o caso do interior fluminense e do vale do Paraíba, que sempre utilizaram o porto do Rio de Janeiro para a exportação do café. Numa economia agrário-exportadora como a brasileira da época, grande parte do café se destinava ao mercado externo e o ponto de escoamento do produto era o porto de Santos, no litoral paulista. As elites cafeicultoras preferiram instalar-se na vila do planalto que contava então com cerca de 19.000 habitantes em 1870, contra os 10.120 habitantes de Santos⁵⁵⁹, que já desfrutava de um porto bem instalado⁵⁶⁰.

O impressionante desenvolvimento subsequente da cidade de São Paulo mostra como a industrialização do país articulou-se com a economia cafeeira. Sessenta anos depois, em 1930, a população de São Paulo já chegava à impressionante casa de um milhão de habitantes. A porcentagem de estrangeiros que contribuem para esta explosão populacional é também impressionante. Se em 1872 a

⁵⁵⁹ Dados se referem a 1871, quando foi feito um censo na cidade de Santos, (cf. www.vivasantos.com.br).

⁵⁶⁰ A modernização do porto de Santos, realizada em 1892, precedeu à do Rio de Janeiro em mais de uma década. O porto carioca só foi reestruturado em 1905.

cidade recebe 2.459 imigrantes, que representavam 7,8% da população total, em 1920, o número de estrangeiros chegava a 206.657, correspondendo a 35% da população total da cidade. Esse percentual caiu bastante nos 20 anos seguintes, mas ainda assim continuava significativo. Com efeito, em 1940 São Paulo contava com 297.214 imigrantes que correspondiam a 22,4% da sua população total⁵⁶¹.

A acumulação capitalista propiciada pela economia cafeeira permitiu o investimento na nascente indústria, que foi entendida, no primeiro momento, como construção real da independência brasileira. Essa indústria requereu a implantação de uma complexa divisão social do trabalho que ultrapassava em muito a simples produção do bem, envolvendo invariavelmente a sua distribuição e comercialização. De acordo com Francisco de Oliveira,

...a indústria começa a ser o motor da expansão capitalista no Brasil, ela tem que ser simultaneamente urbana e tem que ser fundamentalmente urbana porque não pode se apoiar em nenhuma pretérita divisão social do trabalho no interior das unidades agrícolas.⁵⁶²

⁵⁶¹ LEME, Maria Cristina da Silva “O impacto da globalização em São Paulo e a precarização das condições de vida” – revista *EURE* volume XXIX no 87 Santiago do Chile, 2003.

⁵⁶² OLIVEIRA, Francisco – “O Estado e o urbano” In *Espaço e Debate* no 6 São Paulo 1982, apud LEME, Maria Cristina da Silva, op. cit.

Os números do desenvolvimento de São Paulo são realmente impressionantes e revelam como foi possível, ao longo de poucos anos, uma bucólica vila colonial tornou-se uma das maiores cidades do mundo. Em 1950, esse número dobrou. Três anos depois, em 1953, São Paulo se tornaria a primeira cidade do Brasil com 2,7 milhões de pessoas, ultrapassando o Rio de Janeiro. Em 1960, esse número atingiria 3,7 milhões de pessoas. Essa transição acelerada conferiu a São Paulo um ambiente carregado de paradoxos. Nos anos 30, depoimento dado pelo famoso antropólogo francês Claude Levi-Strauss sintetiza esta convivência de extremos:

o encanto da cidade e o interesse que ela suscitava vinham primeiro de sua diversidade. Ruas provincianas onde o gado retardava a marcha dos bondes: bairros deteriorados que sucediam sem transição às mais ricas residências: perspectivas imprevistas sobre vastas paisagens urbanas: o relevo acidentado da cidade e as defasagens no tempo, que tornavam perceptíveis os estilos arquitetônicos, cumulavam seus efeitos para criar dia após dia espetáculos novos...Os paulistas se gabavam do ritmo da construção em sua cidade, à média de uma casa por hora. Tratava-se então de palacetes. A cidade desenvolve-se com tal rapidez que é impossível encontrar-lhe um mapa: cada semana exigiria uma nova edição.⁵⁶³

⁵⁶³ LEVI-STRAUSS, Claude www.aprenda450anos.com.br



São Paulo é um dos maiores enigmas do desenvolvimento urbano brasileiro, o processo que tomou conta desta parte do território brasileiro não tem precedentes na história da humanidade. Em 1886, neste ponto do território tinha 44 mil habitantes⁵⁶⁴, no ano de 2005, quase 120 anos após havia 10,9 milhões de habitantes e mais nove milhões nos outros 38 municípios que constituem sua região metropolitana⁵⁶⁵. Talvez a dimensão mais impressionante deste

⁵⁶⁴ BONDUKI, Nabil Georges. *Origens da habitação social no Brasil; o caso de São Paulo*. São Paulo: FAU/USP, 1994 (tese de doutorado).

⁵⁶⁵ Dados retirados de www.prefeitura.sp.gov.br

crescimento seja a expansão em área da mancha urbanizada. Em 1924, a área arruada era de 120km², apenas 24 anos depois, em 1948 já atingia a extensão de 370 km². Esta região metropolitana é atualmente a quinta mais populosa do mundo ficando atrás apenas de Tóquio, Cidade do México, Bombaim e Seul.

Ao contrário do Rio de Janeiro, cidade pontuada de ícones e com uma legibilidade notável, São Paulo espraia-se por um território de 1.500km² sem a presença de qualquer representação simbólica expressiva, tornando muitas vezes seu território invisível. Diante dessa imensidão, cuja principal característica é a “irrepresentabilidade simbólica”⁵⁶⁶, estamos constantemente nos utilizando de quatro escalas de apropriação territorial, sempre inconclusas: o passeio a pé, a intimidade doméstica, a velocidade do engarrafamento nas vias semaforizadas e a hipervelocidade das autopistas⁵⁶⁷. Em todos os âmbitos defrontamo-nos com o estranhamento e com a familiaridade, reconhecendo, ao mesmo tempo, fragmentos de nosso cotidiano e também estranhamentos variados. Um dos efeitos que São Paulo provoca em quem o visita, e mesmo na maioria de seus habitantes, é essa viscosidade do

⁵⁶⁶ CANEVACCI, Massimo. *A cidade polifônica, ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana*. São Paulo: Studio Nobel, 1993, p. 15.

⁵⁶⁷ Na verdade, a hipervelocidade dos canais de transporte público cresce tanto no subsolo quanto nos trens de superfície na capital paulista.

território, que intercala áreas de familiaridade, com trechos de total desconhecimento:

A primeira coisa que comprei – e que ainda conservo – foi o mapa da cidade. Mas em vez de me ajudar esse mapa teve inicialmente o poder de contribuir ainda mais para minha confusão: nunca eu teria imaginado que São Paulo pudesse ser tão enorme e ao mesmo tempo tão viscosa.⁵⁶⁸

Essa viscosidade está intimamente relacionada à história do seu desenvolvimento, extremamente rápido e sem consideração pelas inércias pré-existentes. Aqui o terreno será ocupado sem levar em consideração as diretrizes colocadas pelos tempos passados, movido sempre por uma vontade inusitada de refundá-lo a cada reforma, a cada transformação. Isso é particularmente verdadeiro, por exemplo, na história do vale do Anhangabaú. Até 1911 esse ponto do território paulistano havia sido uma espécie de cloaca da cidade, porque os fundos das casas implantadas nas ruas Formosa e Líbero Badaró, logradouros que tangenciavam o vale à meia encosta, davam exatamente para ela.⁵⁶⁹ A expansão da malha urbana direcionava-se então para o vale do Tamandatué, o afluente

⁵⁶⁸ CANEVACCI, Massimo, op.cit., p. 14.

⁵⁶⁹ JUNIOR, José Geraldo Simões. *Anhangabaú: história e urbanismo*. São Paulo: Senac, 2004: “Em 1911, por ocasião da inauguração do Teatro Municipal, o Vale do Anhangabaú ainda recebia os fundos dos pequenos sobrados existentes nas ruas Formosa e Líbero Badaró” (p. 87).

do Tietê que conectava a cidade a Santo André e recebia a estrada de ligação com o Rio de Janeiro.

A colina mais antiga da cidade era tangenciada pelos rios Tamandatué e Anhangabaú, que a partir da sua junção configuravam uma forma urbana triangular. Com a inauguração, em 1865, da Estação da Luz, instalada com o estabelecimento da ligação ferroviária entre São Paulo e Santos⁵⁷⁰, um pouco além da confluência dos dois rios, teve início a ocupação de uma nova colina da cidade, além do Anhangabaú, materializada nos bairros de Campos Elíseos e Higienópolis. Data de 1892 a construção do viaduto do Chá, ligando essas duas partes da cidade sobre um vale ainda constituído por fundos de quintais e um pequeno ribeirão, que recebia todas as águas servidas. A implantação do Teatro Municipal no lado da nova colina, a meia encosta para o vale do Anhangabaú em 1903, consolidou essa nova fronteira da expansão urbana. Em 1917 as obras de urbanização do vale foram concluídas; o vértice do vale foi ocupado pela Avenida Independência, e suas encostas por

⁵⁷⁰ JUNIOR, José Geraldo Simões, op. cit., p. 36. Esse ramal ferroviário foi importantíssimo para a ocupação do Oeste paulista pela economia cafeeira. A estrada de ferro São Paulo Railway Company Limited ligava Santos a Jundiá, viabilizando o escoamento do café por este porto.

uma vegetação típica das avenidas-parques⁵⁷¹.] Hoje, quem se aproxima desta parcela do território paulistano já não encontra mais árvores, e sim uma impressionante estratificação de níveis de circulação, que conectam a Marginal Tietê ao Ibirapuera e ao aeroporto de Congonhas pela avenida 23 de Maio, numa visão extremamente próxima da construída por Fritz Lang no filme *Metrópolis*, que também mostra a confluência de fluxos variados. Assim, no curto espaço de 100 anos, o vale do Anhangabaú passou de bucólico fundo de quintal à avenida-parque e, mais recentemente, tornou-se uma impressionante estratificação de fluxos.

A incrível mobilidade do vale do Anhangabaú é bem reveladora da forma como o território desta metrópole vem sendo removido, transformado e adaptado às novas configurações. Essa situação de aceleração histórica, na qual não se permite que as pedras passadas consigam resistir à avalanche da transformação, é a grande responsável pela sensação de fluidez ou viscosidade detectada pelo antropólogo romano⁵⁷². Se o Rio de Janeiro possui

⁵⁷¹ As *parkways* ou avenidas-parques eram uma solução típica das cidades modernistas, como no Aterro do Flamengo e em Nova York no West Side, ou ainda na 101 de Los Angeles, que possui uma conformação mais próxima do fundo de vale, quando passa junto da Fundação Getty.

⁵⁷² CANEVACCI, Massimo, op. cit. : “Habitado à minha cidade – Roma – que só pode ser conhecida quando a percorremos a pé, decidi usar a mesma ‘linguagem’ e

como característica única uma relação ímpar entre natureza e cidade, São Paulo representa uma forte tendência para a incompletude. Todo e qualquer esforço dispendido sobre o território paulistano pode ser literalmente apagado se as necessidades de ampliação dos fluxos assim solicitarem. Outra característica dessa ocupação particular é que seus esforços devem, cada vez mais, demonstrar a independência da atividade humana dos humores da natureza, incorrendo numa artificialidade exarcebada.

Esse fato fica ainda melhor demonstrado, quando examinamos mais de perto as decisões tomadas para construir, no final dos anos 80, o novíssimo mergulhão do Anhangabaú, um dos trechos da cidade historicamente atingidos por violentas enchentes, nos verões, desde 1950. Apesar disso, a crença na capacidade de artificialização do território é notável e sempre renovada. A última transformação – a construção do citado mergulhão, que viabilizou a passagem do tráfego rápido do Anhangabaú – acabou definindo uma cota de arruamento muito mais baixa que a do vale do Tietê, manancial que tradicionalmente drenava as fortes chuvas de verão do vale. Esse nivelamento desfavorável era corrigido por um sistema de bombas, que entrava em funcionamento a cada chuva, recalando as águas

comecei a caminhar; foi assim que, errando, tentei dominar o território paulistano” (p. 14).

para reservatórios nas colinas adjacentes, que depois as direcionavam para o Tietê. Toda essa engenharia artificial é colocada a prova nos verões e invariavelmente os resultados são sempre mais dramáticos e catastróficos.

Diante de território tão fluido, artificializado e irrepresentável, não podemos simplesmente buscar compreender os esforços empreendidos pelo pensamento arquitetônico e urbanístico nas administrações municipais para sua gestão na contemporaneidade, como fizemos com o Rio de Janeiro. Torna-se necessário um retrocesso histórico para tentar construir sua legibilidade. Tal procedimento pretende traçar, dentro dessa imensa fluidez territorial, aquilo que foi consolidado como imagem, mesmo que efêmera, desta imensa metrópole. Um destes esforços é, sem dúvida, o Plano de Avenidas de Prestes Maia, que viabilizou um sistema de circulação articulado, definindo algumas áreas de parques e traçando diretrizes gerais de zoneamento. Foi esse plano que conferiu pela primeira vez, àquela sucessão interminável de loteamentos, uma estrutura que até hoje coordena o tecido da cidade. Se no Rio de Janeiro o crescimento urbano utiliza-se do arrasamento de morros e da promoção de aterros no mar, bem como da perfuração de túneis em seus maciços montanhosos, em São Paulo, o Plano de Avenidas inaugura uma classificação

tipológica e direcional das ruas, fundos de vale, vias do planalto e meias encostas. Cada uma dessas tipologias será apropriada por um uso: as avenidas de fundo de vale passarão a ser vias expressas, as vias a meia encosta e de cumeeira serão vias de transição ou vias de tráfego local. Invariavelmente os rios de menor porte são canalizados e tampados, enfatizando a artificialidade que pontua a paisagem de maneira geral.

O Plano de Avenidas⁵⁷³ foi elaborado em 1930 e implantado ao longo de sete anos, de 1938 a 1945, período em que São Paulo se transformou num imenso canteiro de obras. É interessante notar que já em 1925, Prestes Maia e Ulhoa Cintra haviam elaborado um plano para a cidade, cujo nome – Plano de Conjunto – denunciava fortemente a idéia de perseguir a estruturação deste território. Nessa mesma época, foi elaborado por Saturnino de Brito o Plano de Retificação do rio Tietê, que representará também um forte vetor de estruturação da paisagem paulistana. O Plano de Avenidas reduz o traçado das ruas a uma dimensão esquemática baseada num organograma abstrato radiocêntrico, que tenta construir uma centralidade, o vale do Anhangabaú, de onde partem vias radiais e perimetrais. Há também a configuração de um sistema “Y”,

⁵⁷³ www.aprenda450anos.com.br

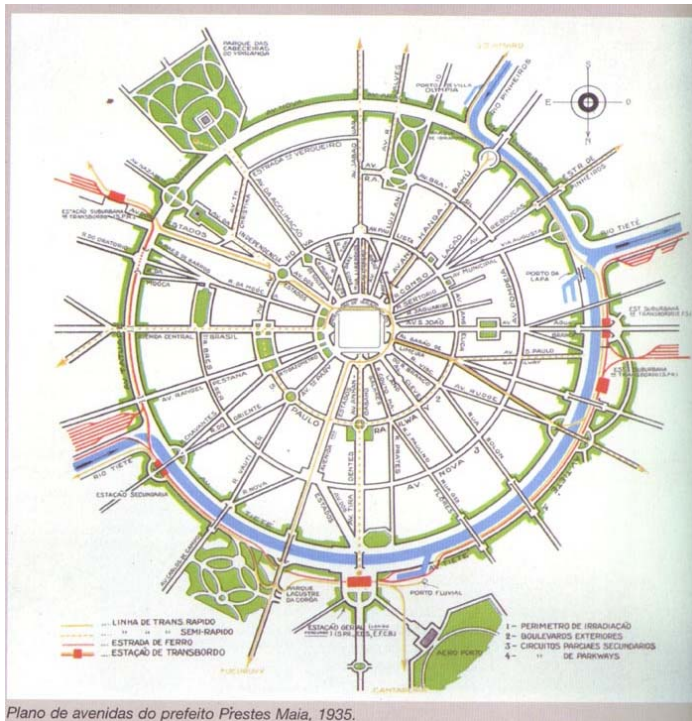
constituído pelo entroncamento da avenida Anhangabaú (atual Prestes Maia), avenida Itoioró (atual 23 de Maio) e avenida Nove de Julho. Neste vértice do “y”, o Plano de Avenidas pretendia materializar o centro nervoso e de controle da imensa metrópole que se anunciava, apenas por ser o ponto de maior concentração de fluxos, e sem qualquer representação simbólica mais aparente.

O Plano de Prestes Maia opta por tratar o vale do Anhangabaú como o recinto representativo dessa centralidade, um ponto no território que represente, ao mesmo tempo, uma forte referência local e metropolitana. Paradoxalmente, o intenso fluxo proposto pelo sistema “Y” estimula uma dispersão e uma consciência do âmbito esgarçado. Em outras palavras, quem só passa não fica, e acaba não desfrutando de centralidade nenhuma⁵⁷⁴.] desta metrópole. A ponte das Bandeiras, às margens do rio Tietê, também se articula ao sistema “Y”, garantindo uma consciência do movimento já extremamente baseado no carro particular e, conseqüentemente, num profundo desprezo pelo transporte público. Recentemente algumas estruturas vieram sublinhar esta construção do território que parece querer começar a ganhar inércia e fixar efetivamente

⁵⁷⁴No Rio de Janeiro, a centralidade está representada pela Cinelândia. Ali também há um intenso fluxo de pessoas, mas há construções memoráveis que marcam esta parte do território em nosso inconsciente, dando-lhe legibilidade.

uma centralidade. As intervenções da Pinacoteca de São Paulo, da Sala São Paulo e do Museu da Língua na Estação da Luz, estas duas últimas mantidas como ponto intermodal de transportes coletivos, reforçam essa capacidade catalisadora de pontos próximos deste trecho do território. No entanto, o estigma da Cracolândia⁵⁷⁵ e o abandono das elites deste centro representam fortes vetores que ainda concorrem para a não realização completa desta centralidade, que parece querer ser finalmente realizada. Com efeito, essas recentes intervenções articuladas a outras presenças, como o Teatro Municipal, parecem iniciar a realização de um centro efetivo para São Paulo, que seja memorizado e não fluido.

⁵⁷⁵A área denominada Cracolândia, localizada no centro de São Paulo, situa-se entre a estação da Luz e a estação da Sala São Paulo. Ela comporta algumas estruturas históricas abandonadas, incluindo prédios *art déco*, proto-modernos e outros, como a antiga rodoviária de São Paulo.



Plano de avenidas do prefeito Prestes Maia, 1935.

O Plano de Avenidas de Prestes Maia, a partir de um esquema radiocêntrico abstrato, busca conferir legibilidade à metrópole líquida

Em 1929, na mesma época do Plano de Avenidas de Prestes Maia, Le Corbusier realizou seu plano para a cidade do planalto, à semelhança do que havia feito para o Rio de Janeiro. Estes planos de Le Corbusier, mais do que propostas reais, revelavam a capacidade do método corbusiano de se apoderar de uma paisagem

e a partir de dois elementos, circular e habitar, arriscar um projeto colonizador. Esses dois temas emergentes – habitar e circular –, presentes nas recentes cidades industriais, demandavam uma resposta cristalina dos arquitetos. No entanto, é forçoso reconhecer, que ao contrário da imensa capacidade sintética demonstrada no plano carioca, Le Corbusier não foi capaz de compreender essa estrutura em eterna evolução, onde vacas e bondes ainda colidiam por um sistema de ruas disperso. O cruzamento em ângulo ortogonal de duas superestruturas, que ao mesmo tempo são habitação e circulação, revela uma compreensão ligeira e imediata do sítio no qual a cidade iniciara sua colonização.

Ao contrário, o Plano de Avenidas de Prestes Maia conferiu à cidade de São Paulo uma estrutura articulada, com pretensões a implantar, frente aos humores naturais, um certo padrão de ocupação. Para comprovar tal fato, basta acompanhar o papel que hoje desempenham nesta estrutura elementos como as marginais Tietê e Pinheiros e a avenida dos Estados, que segue o Tamandatué. Apesar de um forte traço acadêmico e haussmaniano, que lhe atribui um aspecto estilístico antiquado, o Plano de Avenidas de Prestes Maia continua atuando na colonização do território de São Paulo. Na sua concepção geral, ele demonstrou capacidade de colonizar o território e manter um padrão didático para a expansão da cidade.

Grande parte do crescimento fragmentário de São Paulo recebeu, a partir do Plano de Avenidas, um sentido de direção geral, que se apodera de uma estética antiquada no detalhe, mas correta na sistemática geral. A única crítica que emerge clara a este plano nos tempos atuais é a sua subordinação incondicional à lógica rodoviarista, que representava uma ideologia hegemônica tanto do lado do academicismo quanto do modernismo. Enfim, o que parece claro na São Paulo que emerge pós-Plano de Prestes Maia é a nova forma de ocupar o território, que se contrapunha frontalmente à sucessão indiferenciada de planos da Companhia City⁵⁷⁶ ou do espraiamento inicial das vilas operárias e da auto-construção contemporânea. O Plano de Avenidas revela grande capacidade para construir uma certa inércia edificadora, capaz de fixar alguma história neste território, até então impermeável a ela.

A partir dessa compreensão inicial, devemos percorrer as políticas contemporâneas propostas por administrações que se sucederam

⁵⁷⁶ www.atlasambiental.prefeitura.sp.gov.br "Em 1912, com a iniciativa privada se propondo a desenvolver novos subúrbios, tem início o projeto do loteamento do Jardim América, constituindo-se no primeiro empreendimento da América do Sul nos padrões das cidades-jardim inglesas. A influência da "City de San Paulo Improvements and Free Hold Land Co. Ltd" é notória nos projetos de loteamentos residenciais, que levaram à transformação da malha urbana, e no encaminhamento de sugestões para alterações dos dispositivos legais, especialmente os relativos às diretrizes de loteamentos residenciais" A companhia City, articulava expansão urbana com oferecimento de transportes de bonde.

no espaço institucional da cidade de São Paulo. Frente ao Rio de Janeiro, identifica-se de antemão uma presença muito mais efetiva dos organismos estatais, o que parece garantir um melhor funcionamento de sistemas de transportes e educação⁵⁷⁷. Em São Paulo, a ideologia anti-planejamento, que tanto se expandiu em terras cariocas, não encontrou terreno fértil. O atual Plano Diretor de São Paulo, que também é estratégico, permanece, ao contrário do carioca, acreditando num planejamento sistêmico e articulado. Há em São Paulo uma articulação mais orgânica entre os governos estaduais e municipais, exatamente pela manutenção da capacidade de planejamento do primeiro. Essa condição garantiu uma política de transportes públicos, que vem se estendendo continuamente no território, possibilitando, a cada ano, um número maior de usuários do serviço de trens⁵⁷⁸.

⁵⁷⁷ Implementou-se, sobre o território paulistano, uma política continuada de implantação de uma rede de escolas e de transportes públicos. Recentemente esses dois ramos de atividades deram contribuições significativas em termos da arquitetura contemporânea paulista, que podem ser observadas nas produções apresentadas nas duas últimas bienais de arquitetura. Catálogo da 5ª Bienal Internacional de São Paulo – Metrópole.

⁵⁷⁸ Segundo dados do PDTU carioca, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro possui já instalada uma extensão de malha ferroviária, que representa cinco vezes a instalada na Região Metropolitana de São Paulo, no entanto, esta mesma malha transporta apenas 350mil passageiros/dia, enquanto o sistema paulista transporta 1 milhão de pessoas/dia

Já a Prefeitura de São Paulo vem apresentando desde 1989 uma forte alternância de administrações, que desenvolvem programas diversificados de atuação sobre o território. Esses programas, muitas vezes, seguem orientações antagônicas, o que de certa forma acentua a mencionada fluidez do território. A fragmentação administrativa foi intensificada recentemente pela interrupção da gestão do prefeito José Serra, determinada pela sua candidatura vitoriosa na eleição ao governo do estado, em 2006. Há uma diferença entre a escola paulista e a carioca de arquitetura. Enquanto em São Paulo, parece haver uma crença incondicional no objeto arquitetônico isolado como promotor de urbanidade, no Rio de Janeiro, em contraposição, mantém-se uma tradição de desenho urbano para este mesmo fim. Ademais, a política habitacional da cidade de São Paulo apresenta um rico quadro de experiências, que tenta criar alternativas para um problema que sufoca as cidades brasileiras.

Em 1989 tomava posse como prefeita da cidade uma assistente social paraibana eleita pelo Partido dos Trabalhadores, Luiza Erundina, que iniciou o enfrentamento dos problemas das intermináveis periferias paulistanas. A prefeita inaugurou seu mandato afirmando que administraria a cidade ouvindo os Conselhos Populares, cuja estrutura seria similar aos conselhos de

saúde já montados na Zona Leste da capital⁵⁷⁹. O seu secretariado foi integrado por pessoas ligadas à esquerda democrática, como o educador Paulo Freire, titular da Secretaria de Educação, e a arquiteta Ermínia Maricato, à frente da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano. Procurou-se descentralizar as decisões de governo, principalmente na área de habitação e urbanismo, montando-se uma estrutura baseada em escritórios regionais, denominados de HABI, pelo arquiteto Nabil Bonduki. Professor da Universidade de São Carlos e ligado ao Sindicato dos Arquitetos do Estado de São Paulo, Bonduki ocupou o cargo de superintendente de Habitação Popular da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano. Ele foi encarregado de coordenar empreendimentos na periferia da cidade, visando construir uma alternativa à política nacional de habitação então vigente⁵⁸⁰. No trecho abaixo, ele faz um balanço das atividades da Secretaria nesse momento:

É neste quadro que se situa a produção da habitação social realizada pela Prefeitura de São Paulo no período de 1989/92. Sensível, pela sua própria origem, à questão social, a administração precisava responder à forte expectativa

⁵⁷⁹ www.sampa.art.br

⁵⁸⁰ BONDUKI, Nabil. *Arquitetura e Habitação Social em São Paulo 1989-1992* – São Paulo: EDUSP, 1993: “Em 1986, o BNH é extinto e os recursos de grande magnitude destinados à habitação (FGTS), já dilapidado por uma péssima administração, passam a ser geridos pela Caixa Econômica Federal, que reduz drasticamente os investimentos” (p. 9).

existente na sociedade e nos movimentos de moradia e, ainda, oferecer ao país uma nova concepção de política habitacional, capaz de se tornar um paradigma alternativo à produção de casas populares realizada a partir de 1964.⁵⁸¹

Lidando com um panorama adverso do ponto de vista da macroeconomia, pois nos anos do governo Erundina a forte inflação inviabilizava as tomadas de empréstimo, foi realizado um enfrentamento substantivo do problema. Foram realizados 200 empreendimentos entre projetos e obras, que atenderam a quase 55 mil famílias. Cerca de nove mil unidades foram finalizadas e entregues à população. A pulverização desses empreendimentos sobre o tecido da cidade é impressionante, tendo ocorrido três tipos de intervenção: urbanização de favelas, produção de conjunto habitacional e recuperação e reciclagem de cortiços.

As intervenções se pautavam por um grande respeito pela cultura do projeto, utilizando-se de instrumentos como o projeto geométrico e a pavimentação, até então inusitados no campo da produção da habitação social. A remuneração das equipes de projeto contratadas era substancialmente maior que a normalmente praticada no Brasil, embora inferior à registrada no Favela Bairro. Na realidade, essas experiências serviram como um laboratório para a implementação do

⁵⁸¹ BONDUKI, Nabil, op. cit., p. 9.

Favela Bairro nos anos subsequentes, agregando à coordenação dos projetos uma série de procedimentos e disciplinas. Uma das intenções do programa era reduzir o distanciamento entre a produção pública habitacional e as práticas da informalidade. Outra era resgatar para a habitação social a qualidade arquitetônica, que, segundo a própria administração, desde de Ledoux passara a ser objeto da arquitetura⁵⁸². Eram enaltecidos os procedimentos modernos, que colocaram o tema da habitação social no centro das preocupações, mencionando-se os *hofs*, os *siedlungen* e as *unités*⁵⁸³ das vanguardas do início do século XX. A arquitetura modernista brasileira também era celebrada, na menção a Lucio Costa, Reidy e Eduardo Kneese de Mello, que manipularam esse tema da habitação popular. Enfim, era clara a pretensão de criar um efeito demonstrativo frente à questão da habitação, colonizando o espaço de ampliação da cidade com uma nova diretriz:

⁵⁸² BONDUKI, Nabil, op. cit.: "Em fins do século XVIII com Ledoux a habitação operária passa a ser objeto da arquitetura" (p. 10).

⁵⁸³ Os *hofs* eram empreendimentos habitacionais típicos da Viena vermelha da primeira década do século XX; os *siedlung* eram empreendimentos da Alemanha da República de Weimar e as *unités* se referem aos empreendimentos franceses do segundo pós-guerra (cf. KOPP, Anatole. *Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa*. São Paulo: Nobel/ Edusp, 1990).

A história das cidades não é a história dos monumentos, nem a dos grandes acontecimentos, mas sim a da construção trivial e da vida cotidiana.⁵⁸⁴

O programa possuía como premissas o direito à terra, a diversidade de intervenções, o reconhecimento da cidade real, o direito ao centro, o direito à cidadania, o estímulo a auto-gestão e à cogestão, a melhoria da qualidade sem elevação de custos e o direito à arquitetura. Havia também uma manipulação experimental de aspectos tecnológicos, tanto do ponto de vista mais técnico, seguindo a tradição tectônica da arquitetura paulista, como também do ponto de vista social, quando se definia o regime de produção da habitação, podendo ser construído pela empreiteira ou pelo mutirão.

Algumas iniciativas, como o Conjunto Vila Mara/Rio das Pedras, ou o Conjunto Rincão, ou ainda o São Francisco VII, apresentam uma notável qualidade arquitetônica. Travou-se um interessante processo de discussão entre tipologia edilícia e morfologia urbana, que desenvolvia de forma concreta variadas formas de aproximação entre a esfera pública e a privada. Buscava-se uma cidade mais compacta, que utilizasse a infra-estrutura já disponível de forma

⁵⁸⁴ PANERAI, Philippe apud BONDUKI, Nabil, op. cit., p. 10.

mais intensa. Resgatava-se a figura da vila operária como tipologia que na Primeira República fora capaz abrigar as classes populares, sem lançar mão da auto-construção⁵⁸⁵. Na verdade, as vilas operárias paulistas foram empreendimentos feitos por pequenos empreendedores privados para atendimento das classes populares, e que tinham uma qualidade espacial notável, em alguns casos. Assim como no Rio de Janeiro anos depois, teve lugar uma crítica ao planejamento urbano sistêmico e centralizador, gerador do zoneamento funcionalista, sem, contudo, se abandonar a compreensão totalizadora da grande metrópole:

Desse modo, se a visão de Sitte da cidade privilegia a parte em relação ao todo, realizando intervenções sobre pedaços do tecido urbano, como fazem os contextualistas pós-modernos, é preciso não se perder a perspectiva holística em relação a uma metrópole como São Paulo.⁵⁸⁶

Apesar de todo esse esforço, o programa não obteve a necessária visibilidade, tanto por conta de sua adesão radical aos processos de planejamento participativo, quanto da sua maior ocorrência nas áreas de periferia. O processo participativo impunha uma agenda

⁵⁸⁵ BONDUKI, Nabil, op. cit.: “Propostas legislativas como a que visava a reabertura da possibilidades para a construção de vilas habitacionais pela iniciativa privada...” (p. 16).

⁵⁸⁶ BONDUKI, Nabil, op. cit., p. 16.

mais dilatada para o processo de projeto, assim como as áreas centrais, com maior poder de comunicação, eram de difícil desembaraço. A morosidade das intervenções no centro da cidade devia-se em grande parte aos impasses legais com relação à questão fundiária, explicitando os nossos patrimonialismo e formalismo legais. Outro elemento a considerar é que o programa foi montado e construído antes da aprovação do Estatuto das Cidades, o que dificultou em muito o desembaraço legal das áreas centrais. Efetivamente, o programa não trabalhava com sua auto-promoção, não possuindo sequer um nome emblemático que lhe fizesse *marketing*, como ocorreria no Rio de Janeiro com o Favela Bairro. A visibilidade do programa não conseguiu superar o mundo restrito da classe dos arquitetos, não logrando a adesão de agentes formadores de opinião.

A cidade de São Paulo continuou com seu crescimento predatório e explosivo e no pleito seguinte para a prefeitura foi eleito Paulo Maluf, um velho político de direita, que conseguiu estigmatizar Luiza Erundina como mulher e nordestina, incapaz, pela ideologia conservadora, de administrar tal complexidade. No entanto, a reviravolta promovida na área da habitação de baixo custo era um fato, deixando mobilizada e atenta uma massa de pessoas. As experimentações feitas pelo governo Erundina criaram demandas

por respostas neste segmento que não poderiam ser simplesmente abafadas. A estratégia dos dois governos conservadores que se seguiram – o de Maluf (1993-1996) e o de Celso Pitta (1997-2000) – foi brindar a população com uma forte estratégia de *marketing*, baseada na construção de um estigma em torno da auto-construção. Não se retornava à remoção de favelas, mas abandonava-se o processo de auto-construção como solução para o problema habitacional. O projeto recebeu o nome de Cingapura, numa alusão ao desenvolvimento apresentado naqueles anos por um dos chamados “tigres asiáticos”, a cidade-Estado de Singapura. O programa era anunciado por uma tabela que mostrava o crescimento exponencial da população favelada na cidade de São Paulo. Segundo essa tabela, em 1973 havia 1,1% de população favelada; em 1980 o percentual pulou para 4,4%, em 1987 para 8,8%, chegando em 1993 a 19,4%, o que representava um contingente de 1,9 milhão de pessoas⁵⁸⁷.

A pretensão inicial do Programa de Verticalização de Favelas (PROVER), o nome oficial do Cingapura, era atingir 92.000 famílias, remanejando 32.000 delas para unidades verticais, enquanto 60.000 seriam mantidas em suas casas originais, promovendo-se a

⁵⁸⁷ Os dados são referentes ao site www.prodiam.sp.gov.br

urbanização da área. Ao final de oito anos foram construídas 13.452 unidades, que certamente tiveram um efeito demonstrativo muito mais expressivo que os programas de Erundina. As implantações iniciais se concentraram nas comunidades lindeiras aos grandes eixos viários, promovendo a remoção progressiva de comunidades de casas para edifícios de apartamentos de quatro andares. Mantinham-se as famílias no mesmo local, otimizando-se apenas a utilização do solo com a verticalização, fazendo as novas edificações o papel duplo de servir como *outdoor* do programa e de nova habitação.

O programa, assim como o Favela Bairro, obteve em 1996 financiamento do BID, que também instituiu uma série de fases para seu monitoramento. Pesquisas ainda em andamento indicam uma boa recepção do programa, havendo nele uma demanda mais forte de agentes sociais, que promovam as inevitáveis adaptações culturais processadas na transição da casa unifamiliar auto-construída para o edifício multifamiliar⁵⁸⁸. Todavia, a qualidade dos espaços urbanos, bem como sua qualificação em quadras

⁵⁸⁸ A passagem da casa unifamiliar para a habitação multifamiliar gerou demandas por controles inusitados de assistentes sociais da prefeitura, determinando a abertura de serviços variados articulados às habitações, tais como manicure, cabelereiro, mecânico etc., todos eles voltados para a complementação da renda familiar.

esportivas, áreas de recreação etc. deixam muito a desejar. O que houve foi uma implantação mecânica, que não conseguiu construir uma espacialidade urbana viva. A qualidade arquitetônica dos objetos também deixa muito a desejar, sendo invariavelmente adotada a planta em “H”, que fazia fortuna nas implantações massivas do BNH⁵⁸⁹, revestidas e ornadas por pastiches duvidosos. O monitoramento das experiências do Cingapura vem sendo empreendido nos meios acadêmicos, conforme assinalado abaixo:

Na única pesquisa de monitoramento do programa realizada no conjunto, houve predominância de satisfação dos moradores com o item “saneamento básico, limpeza, higiene, saúde, ausência de insetos e ratos”, sendo substituída algumas vezes pelo item “ter endereço, moradia mais digna”. A satisfação dos moradores com a limpeza também foi detectada na pesquisa desenvolvida pelo Departamento de Engenharia de Construção Civil da USP em convênio com a FINEP.⁵⁹⁰

⁵⁸⁹ BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil*. São Paulo: Fapesp, 1998.

⁵⁹⁰ WERNA, Edmundo. *Pluralismo na habitação*. São Paulo: Annablume/FAPESP/USP, 2001.



A arquitetura do Programa Cingapura sem a mesma elaboração das implantações de Erundina

Esses estudos concentram-se no conjunto da favela Zaki Narchi, a primeira intervenção materializada do Cingapura, cujos seis primeiros edifícios, abrigando 120 famílias, foram entregues em 1994. Nesse assentamento, foram implantados 35 edifícios de cinco andares com quatro unidades habitacionais por andar, de sala e dois quartos, com 45 m² de área, a um custo de R\$ 23.529,00 por

unidade,⁵⁹¹ totalizando 700 unidades. A favela de Zaki Narchi, localizada no bairro do Carandiru, a apenas 1km do terminal rodoviário do Tietê, tinha, em 1994, 720 famílias alojadas em 684 domicílios. A favela desfrutava de boa acessibilidade, encontrando-se a somente 500m da estação do metrô do Carandiru. Em 1993 apenas 5,7% dos seus domicílios eram em alvenaria, e 93,71% em madeira. Essa precariedade contrasta com o tempo de existência do assentamento, que data de 1972, confirmando o baixo nível de consolidação das habitações faveladas em São Paulo.

Essa situação remete-nos novamente à viscosidade do mapa de São Paulo, mencionado por Canevacci e Levi-Strauss. A impossibilidade de fixação do território numa representação denuncia muito da relação construída entre a reprodução da força de trabalho, o habitar e o tempo de consolidação na cidade. Nesse contexto a arquitetura e a urbanística tendem a ser mero suporte das atividades econômicas, podendo ser descartadas a cada transformação. As mudanças de expectativas de alguns moradores do Cingapura devem ser entendidas na perspectiva de consolidação

⁵⁹¹ Valores correspondentes a dezembro de 1999 (cf. ABIKO, Alex e PEREIRA, Priscila Maria Santiago. *Conjuntos habitacionais em São Paulo: o projeto Cingapura* – www.pcc.usp.br).!

de esforços sobre o território que buscam combater a descartabilidade e trabalhar com as inércias construídas:

A pesquisa de monitoramento também solicitou aos moradores sugestões de melhoria no conjunto implantado. As sugestões mais citadas foram sobre “Melhorar a segurança no conjunto/bloco” e remetem, segundo o relatório, a sugestões que servem para todos os empreendimentos da Fase 1 do Projeto Cingapura, de cercamento do empreendimento, instalação de portão eletrônico no bloco, construção de posto policial nas proximidades e retirada de traficantes e usuários de drogas do empreendimento.⁵⁹²

Houve também, segundo a mesma pesquisa, uma forte demanda para a abertura de comércios variados, sobretudo de gêneros alimentícios. A Secretaria de Urbanismo estabelece o limite de 10% de área nos empreendimentos nas Áreas de Especial Interesse Social (AEISS)⁵⁹³ para destinação comercial. Este índice vem sendo ultrapassado pelo problema crônico da sustentabilidade das famílias de baixa renda, nas economias periféricas. Solicitou-se também a abertura de salão de cabelereiro, barbearia, eletrotécnica, conserto

⁵⁹² ABIKO, Alex & PEREIRA, Priscila Maria Santiago. *Conjuntos habitacionais em São Paulo: o projeto Cingapura* In www.pcc.usp.br

⁵⁹³ As Áreas de Especial Interesse Social (AEISS) transformaram-se num paradigma do mapeamento edilício das cidades brasileiras, onde as posturas oficiais são flexibilizadas, num reconhecimento da informalidade.

de roupas e oficina mecânica, atividades de serviço que tradicionalmente são oferecidas nesses locais.

Outro problema grave enfrentado por todos os programas e políticas habitacionais nas cidades brasileiras é a questão fundiária, que transcende a esfera de atuação dos Executivos municipais e esbarra na morosidade do Judiciário. A questão assumiu dimensão tão abstrata que muitas vezes supera a esfera de competência dos profissionais do espaço, tendendo para uma tecnicidade cartorial e jurídica. Grande parte dos assentamentos realizados no Favela Bairro, bem como no Cingapura, e também no programa de Erundina ainda hoje não possuem sua condição fundiária legalizada. Se o Estatuto da Cidade, aprovado em 1999, abre uma ampla possibilidade para se solucionar este problema, mantém o problema na esfera do Judiciário e do intrincado sistema de cartórios:

A situação fundiária do terreno onde está implantado o Conjunto Zaki Narchi é extremamente complexa e a regularização não tem prazo previsto para ocorrer. O terreno onde hoje está implantado o conjunto habitacional era propriedade particular e iria ser loteado, tendo sido aprovada a planta de arruamento. Em duas ocasiões distintas (1956 e 1974) parte do terreno foi desapropriada por utilidade pública. Em 09/65 foi criada a Avenida Zaki Narchi e em 06/85 foi aprovado o plano de fixação de alinhamentos de trecho da Rua Antônio dos Santos Neto, recebendo esta rua melhoramentos

viários. Ocorre que uma pequena faixa do terreno entre as duas desapropriações não foi sequer mencionada e não faz parte da rua construída, não estando definido, portanto, o domínio desta área. O processo, portanto, aguarda parecer do Departamento de Patrimônio (PATR, da Secretaria dos Negócios Jurídicos), para definição dos limites dos terrenos que são da PMSF. Caberá ao PATR verificar em Cartório em nome de quem está registrada esta área não citada. Somente após essa definição de domínio é que se poderá proceder aos trâmites legais para averbar o empreendimento.⁵⁹⁴

Na administração seguinte, após oito anos de gestão da direita, foi eleita a prefeita Marta Suplicy (2001-2004). A esquerda voltava ao poder, mas dessa vez contaminada pela vontade de continuar a enfrentar o problema das periferias e tentar ganhar maior visibilidade nas intervenções. Então casada com o senador do Partido dos Trabalhadores de São Paulo Eduardo Suplicy, de uma das famílias mais tradicionais da cidade, a psicóloga Marta Suplicy parecia desfrutar de um maior poder de sedução junto à mídia⁵⁹⁵ do que Luiza Erundina. O centro da cidade de São Paulo, com suas estruturas abandonadas, foi escolhido como ponto capaz de enfrentar o problema habitacional e ao mesmo tempo garantir

⁵⁹⁴ ABIKO, Alex ; PEREIRA, Priscila Maria Santiago. *Conjuntos habitacionais em São Paulo: o projeto Cingapura*. www.pcc.usp.br

⁵⁹⁵ Marta Suplicy participou durante os anos 80 de um programa na TV Globo de São Paulo, denominado TV mulher no quadro "Comportamento Sexual", no qual tirava dúvidas sobre sexo.

visibilidade para as novas propostas. Calcula-se que existam no centro 40 mil unidades fechadas e desocupadas⁵⁹⁶, que desfrutam de um entorno infra-estruturado e consolidado. O edifício San Vito, junto ao Parque São Pedro, uma imensa estrutura de unidades de quitinetes, é encarado como paradigma (ver capítulo 2, Koolhas). Este edifício de 11 andares e sem a operação dos elevadores foi invadido e transformou-se num cortiço vertical. A proposta da Prefeitura era reduzir sua ocupação em 30%, viabilizando os sistemas de segurança contra incêndio e tornando-o mais humanizado. No entanto, o processo de negociação com os moradores se alongou, fazendo com que a Prefeitura investisse suas energias na qualificação de espaços públicos. Foram revitalizados o parque São Pedro, o mercado municipal, ao mesmo tempo em que os funcionários da Prefeitura foram remanejados para o edifício do Banespa e para o edifício Martinelli, junto ao viaduto do Chá. Além dessas medidas, o antigo Palácio das Indústrias, que era a sede da prefeitura, foi transformado em museu da cidade, e as praças do Patriarca, da República, da Sé e Roosevelt foram requalificadas.

A essas recuperações somou-se uma série de ações do governo do estado, iniciadas com a requalificação do Complexo Julio Prestes,

⁵⁹⁶ FERRAZ, Henrique. *São Paulo, hoje* – www.cdcc.usp.sc.gov

que passou a abrigar a sala de concertos São Paulo, e com a transformação da Estação da Luz em Museu da Língua Portuguesa. Essas duas requalificações mantiveram os terminais de passageiros, convivendo os novos usos com o sistema de trens urbanos da capital.

A promoção da habitação no centro de São Paulo colidiu com uma barreira, o programa PAR da Caixa Econômica Federal, que condiciona o financiamento à faixa de quatro salários mínimos, o que determina um atendimento a uma faixa de renda que cada vez encolhe mais no país, a classe média baixa. Na prática, pois, houve muito pouca intervenção que atraísse a habitação para esta área da cidade⁵⁹⁷. As ações acabam restringindo-se aos espaços culturais e à requalificação de praças, que sempre pretendem excluir, em seus espaços renovados, camelôs, ambulantes e moradores de rua, que passam a ser considerados ocupantes indesejáveis. Conseguiu-se sensibilizar empreendedores privados interessados em investir na cultura, como parceiros do poder público, o que permitiu a construção de “ilhas sofisticadas” de entretenimento, cujo uso, contudo, não pode ser universalizado. É recorrente nas

⁵⁹⁷ Grande parte da política habitacional brasileira nos anos da ditadura privilegiou os investimentos em novos empreendimentos, não havendo financiamento para imóveis existentes.

apresentações da sala São Paulo o pedido de reforço policial, pois em frente se situa uma área problemática, a já mencionada Cracolândia, que não se insere em nenhum processo de melhorias conseqüentes do entorno.

Por outro lado, nas intermináveis e invisíveis periferias paulistanas, a administração Marta Suplicy começou a implantar os Centros Educacionais Unificados (CEUs), numa tentativa de se construir um horizonte de esperança para as populações aí localizadas. O programa se assemelha muito com ao dos CIEPs concebidos por Darcy Ribeiro e implantados por Brizola na década de 80 no estado do Rio de Janeiro. A idéia é desenvolver, no entorno da educação formal, uma vida social que supra as carências dessas áreas periféricas com relação a equipamentos esportivos, culturais e promotores da cidadania. A constatação de que as periferias de São Paulo são e ainda permanecerão deficientes de uma infra-estrutura urbana mínima e dos equipamentos que permeiam a vida verdadeira na cidade, levou a municipalidade a adotar a estratégia dos CEUs. Na verdade, já existia no âmbito do governo do estado de São Paulo um programa da Fundação de Desenvolvimento da Educação (FDE), que encarava as construções escolares sobre o mesmo prisma, sem no entanto monumentalizá-lo e sem a mesma extensão

programática⁵⁹⁸. O programa destas escolas, compreende os seguintes espaços:

- Centro de Educação Infantil (CEI) para 300 crianças;
- Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) com 900 vagas;
- Escola de Ensino Fundamental (EMEF) para 1.260 estudantes;
- piscinas (com pronto-socorro para os exames médicos);
- teatro/telecine com 450 lugares;
- biblioteca;
- campos e quadras esportivas;
- pista de skate; e
- uma grande área gramada, onde o convívio social é forte.

Mais uma vez a esquerda utiliza-se da educação para promover sua visibilidade, confundindo as tarefas do aprendizado com o espaço onde ela se realiza. Todas essas estratégias só serão legítimas quando a qualificação e os salários dos professores acompanharem a excelência da construção dos espaços. Diante deste quadro de

⁵⁹⁸ Alguns arquitetos paulistas obtiveram bons resultados a partir deste programa da FDE. Para maiores informações, sugerimos consultar o catálogo da última bienal de São Paulo.

imensa precariedade, de descartabilidade do território e de uma profunda cisão social, São Paulo permanece emblemática como ponto de atração no território. A cultura da construção permanece como um testemunho de que o enfrentamento do problema de habitar nas cidades brasileiras deve ser encarado com criatividade e inovação, mas fundamentalmente deve colonizar essas imensas periferias. Apenas a ampla combinação de um variado cardápio de proposições será capaz de impactar positivamente a população mais pobre, construindo um horizonte de alternativas efetivas e possibilitando o desenvolvimento da esperança frente a um quadro tão adverso. Françoise Laplantine, ao referir-se à ocidentalização presente na cidade de São Paulo, percebe, nela, uma nesga de esperança:

A variante paulistana da americanidade é essa capacidade de ser duplo, triplo, quádruplo, cristão e pagão, engenheiro de informática e filho de Xangô, pragmático e sonhador, disponível para o transe e para as vagabundagens mais loucas da imaginação e dominando perfeitamente a realidade. A metrópole brasileira consegue conciliar essas contradições sem dissociação esquizofrênica.⁵⁹⁹

⁵⁹⁹ LAPLANTINE, Françoise apud FERRAZ, Henrique. *São Paulo, hoje* www.cdcc.usp.sc.gov



A colonização do tecido da cidade a partir da arquitetura

4 - INQUIETUDES DO PROJETO CONTEMPORÂNEO

Tudo, aliás, é a ponta de um mistério. Inclusive os fatos. Ou a ausência deles. Duvida? Quando nada acontece, há um milagre que não estamos vendo.⁶⁰⁰

Diante do amplo quadro apresentado, constituído por grandes complexidades que devem ser articuladas e por uma significativa variedade de posicionamentos, pretendemos neste capítulo construir uma agenda de proposições que qualifique o projeto para a construção e o enfrentamento dos graves problemas que se colocam. Uma das principais dificuldades do campo projetual consiste exatamente na construção da ponte entre conceito e gesto, entre formulações teóricas e configurações espaciais. A relação entre o ambiente sócio-econômico, político e cultural, de um lado, e de outro, a urbanística e a arquitetura, confere à atividade profissional um traço ético e moral. A hipótese que propomos aqui é a cidade- civilização, uma utopia que se pretende atingir e da qual já se pode acompanhar alguns *flashes* instalados nas vivências das cidades. Trata-se de um objetivo, reiteramos, claramente utópico, que dê conta da imensa diversidade de culturas que se instalaram no mundo contemporâneo, cuja representação mais expressiva são

⁶⁰⁰ ROSA, João Guimarães. *Primeiras Estórias – O espelho*. Rio de Janeiro: José Olimpio, 1962, p. 71.

as nossas imensas metrópoles. Alberti, séculos atrás, já estava atento para isso:

...civilizar a alma dos cidadãos com o hábito das relações recíprocas, tornando-os mais propensos a contraírem amizades; como os nossos antepassados que, ao instituírem os espetáculos da cidade, tinham em mira a utilidade não menos que o divertimento e o prazer.⁶⁰¹

Esse objetivo, que se materializa no conceito de cidade-civilização, terá que ser dinâmico e maleável, capaz de fazer frente à instabilidade geral de nossa contemporaneidade. Um dos problemas mais presentes em nossa condição contemporânea é exatamente a volatilidade dos conceitos. Portanto, a teoria deverá apresentar uma processualidade geral, que demonstre capacidade de se adaptar aos novos desafios que lhe serão colocados. As noções, já debatidas, de ideologia, hegemonia, assimetria do sistema de comunicação, sistema e sentido serão agora manipuladas de forma a atingir a operacionalidade crítica. Uma questão destaca-se neste cenário: como o projeto pode construir uma resposta inequívoca para essa situação geral? A perda de sentido e de direção é um fato nas

⁶⁰¹ ALBERTI, Leon Batista. *De raedificatoria*, apud BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. “A natureza da cidade e a natureza humana”. In: BRANDÃO, Carlos Antônio Leite (org.) *As cidades da cidade*. 1 ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG; IEAT/UFMG, 2006, v. 1, p. 55-79.

sociedades contemporâneas, que não encontram mais paradigmas explicadores estáticos. Assim, como o projeto, uma atividade com pretensões precisas, pode conviver e se afirmar nesse horizonte de instabilidade?

A hipótese central aqui traçada é de que os arquitetos devem iniciar a cooptação da sociedade para sua atividade, através da eleição do problema da habitação como proposição fundamental, que promove a reessencialização da própria disciplina. A partir dessa reessencialização, obtida através da fixação do tema da habitação, pode-se traçar os parâmetros da cidade-civilização, uma idéia que não pretende a homogeneização das diversas culturas instaladas; ao contrário, a ênfase recai em sua diferenciação. A sociedade contemporânea abriga uma ideologia que declara a alteridade como princípio maior do comportamento geral. Essa idéia hegemônica merece uma resposta clara e objetiva do projeto, que fomente essa diversidade cultural, atuando de maneira diferenciada nas mais variadas configurações.

Num primeiro momento, pretende-se sintetizar ou intuir um sentido a partir dos vários posicionamentos apresentados nos capítulos 2 e 3. Esse esforço de síntese visa a balizar as possibilidades colocadas para o projeto de arquitetura e de urbanismo na sociedade

contemporânea, tanto pelos arquitetos que sintetizam sistemas de pensamentos quanto pelos projetos urbanos apresentados, tanto em cidades pelo mundo quanto nas duas maiores metrópoles brasileiras. Os arquitetos precisam reconstruir sua relação com a sociedade, entendendo-a e propondo-lhe novas formas de interação a partir do projeto. Essa tarefa, que perpassa a profissão é aqui capacitada e entendida como um potencial positivo, um forte vetor de esclarecimento, que possa direcionar a humanidade para as coisas mais importantes. O investimento num esclarecimento generalizado e pulverizado na sociedade elege os temas que mais angustiam o homem comum no mundo contemporâneo, sua sustentabilidade no cotidiano, que inclui o acesso à habitação.

O espaço físico e humano, que o projeto representa, não é capaz de promover, de forma isolada, a revolução do cotidiano. Porém, se pelo menos tivermos uma prioridade a ser seguida – a previsibilidade –, teremos dado um passo importante em direção à sustentabilidade da espécie e do planeta. Graves questões sociais e ambientais precisam de respostas claras e objetivas, os homens precisam passar a ser os produtores de suas representações, de suas idéias, que só poderão emergir a partir da existência concreta e objetiva, tal como se acham hoje condicionados pelas forças

produtivas. É exatamente aí que a atividade do projeto surge com toda força.

A boa arquitetura e urbanística precisa de bons clientes, sejam eles públicos ou privados, para se desenvolver. Eles só se constituirão enquanto tais a partir da doutrinação da sociedade, pelos arquitetos e urbanistas, para o problema de seu espaço e de sua vivência. O mundo que emerge a partir da década de 60, tanto no âmbito internacional quanto no Brasil, tende a uma massificação sem paralelo na história. A busca de maior proporcionalidade entre qualidade e quantidade no seio da produção da cidade é uma das tarefas mais importantes para os profissionais do espaço. Essa meta só poderá ser atingida a partir da proposição de uma interação positiva entre sociedade e projeto, voltados para um processo de auto-educação e desenvolvimento mútuo. A produção da cidade consciente dos riscos ambientais e sociais que ela causa só será possível a partir de experiências embrionariamente presentes em nossas cidades e de experimentações propositivas. A premissa básica é reconhecer que o nosso passado distante e recente produziu uma cidade não inclusiva, destituída da consciência do desenvolvimento para todos e não apenas para uma minoria. O nosso recorte é o estudo dos sistemas de pensamento capazes de fazer frente aos problemas da contemporaneidade e apontar formas

de operar que construam o horizonte de previsibilidade desejado. Que ideologias instaladas no corpo social precisam ser confrontadas criticamente para se obter a cidade-civilização? Que sistemas de pensamento formulados a partir dos anos 60 continuam operantes e apresentam uma importante resposta para as expectativas da sociedade? De um lado, existem ideologias instaladas que precisam ser confrontadas, criticadas e relativizadas. De outro existem ideologias emergentes, que também necessitam ser avaliadas. Os arquitetos encontrarão respostas firmes e determinadas, na medida em que se esforçarem para adequar-se às aspirações gerais da sociedade.

No presente capítulo, empreendemos o fecho dessa longa reflexão pretendendo inicialmente apontar o sentido que a reflexão internacional traz para o projeto, a partir dos atores escolhidos no 2º capítulo. Essa proposição só pode ser encontrada fora da própria disciplina, a partir dos graves problemas sociais e ambientais que assolam a terra e os humanos. Trata-se, aparentemente, de uma afirmação por demais generalista, incapaz de dar conta das angústias dos seres humanos reais e concretos, absorvidos em suas cotidianidades particulares. No entanto, essa abordagem genérica pretende exatamente atingir nossas cotidianidades, enfatizando na arquitetura e na urbanística seus componentes conformadores

dessas mesmas realidades, em síntese, o habitar. Por outro lado, a presença das cidades traz um dado empírico para este cardápio de teóricos, demonstrando como a arquitetura e a urbanística vêm efetivamente se realizando no mundo contemporâneo. Os projetos urbanos analisados são emblemas de possibilidades e mostram, de forma empírica, como os planejamentos se transformaram e assumiram dimensões concretas, nas quais o aspecto da cotidianidade foi relegado e esquecido em nome de uma espetacularização geral.

Depois dessa tentativa de síntese no nível internacional, empreendemos um esforço semelhante no nível nacional, encarando os formuladores de uma projetualidade no Brasil, buscando um sentido para essa prática. As descontinuidades da reflexão em nossa realidade são concretas e mostram que, apesar da qualidade da reflexão, a construção do sentido nos sistemas de pensamento é uma tarefa árdua. Novamente, o sentido não será encontrado apenas nas formulações teóricas dos escolhidos no Capítulo 3, mas também nos impasses colocados por nossas cidades neste início de século XXI. Esses impasses são corporificados numa espacialidade segregada, numa cidade elitista que não desfruta de boa mobilidade em todas as suas partes e que deve ser colonizada por uma premissa básica – o equilíbrio do território. O desequilíbrio de

oportunidades, que São Paulo e Rio de Janeiro demonstram empiricamente, mostra como o desenvolvimento nacional se processou e como os sistemas de pensamento foram incapazes de pensar e apontar as distorções do processo. Torna-se cada vez mais premente a necessidade de um plano/projeto que seja capaz de produzir a inclusão dos variados agentes presentes na sociedade brasileira, uma espacialidade que inclua e não segregue. Uma proposta que produza diversidade territorial, fomentando a criação de mais diversidade, que, no final das contas, é o grande potencial didático do urbano. Assim, pretendemos mapear as possibilidades da projetualidade e propor uma maior adequação entre seus discursos e os anseios gerais da sociedade.

Ao final, retomamos os temas da ideologia, hegemonia, cidade-civilização e habitação, apontando, a partir deles, uma agenda para a arquitetura e a urbanística que contamine o metabolismo social geral. Essa possibilidade de contaminação pressupõe uma disponibilidade para o aprendizado tanto por parte dos arquitetos quanto pela sociedade, a partir da premência do projeto, que está colocado contemporaneamente pelas graves ameaças sociais e ambientais que o planeta enfrenta. O conceito de civilização aqui manipulado não pretende homogeneizar as diferenças, mas sim ser um incentivador da presença da diversidade. Ao mesmo tempo,

pretendemos formular uma crítica operativa, que nos distancie da perplexidade paralisante presente em nossa contemporaneidade. Nossa intenção, em suma, é promover um esforço generalizante que impulse a atuação localizada em nosso cotidiano.

4.1. Uma revisão do pensamento das disciplinas

A. A contribuição do pensamento internacional

Levando em conta o quadro apresentado no nível geral, devemos agora mapear as forças ideológicas que ainda influenciam a prática de projeto, identificando as suas contribuições particulares. Como pensadores tão antagônicos, como Aldo Rossi e Rem Koolhaas, são capazes de nortear esta prática, sem que se incorra num relativismo paralisante? Ou como gestões tão diversas, como a de Bolonha e a de Docklands, são capazes de conformar a cidade desejada sem que se descambe para um empiricismo da contingência? Na verdade, um pressuposto totalizante governa a montagem deste gráfico de forças ideológicas. Referimo-nos à crença e à reafirmação da necessidade da atividade de antecipação do futuro. Seu declínio no mundo neoliberal contemporâneo deve-se a articulações complexas, que podem ser resumidas a uma certa exacerbação do

presente. É preciso reafirmar que o presente, sem o futuro, passa a ter apenas o passado como carga inercial, e que isso, no campo do espaço, acabou gerando uma falsa dicotomia entre plano e projeto⁶⁰². Recolocar as possibilidades de futuro é, pois, uma exigência, capaz de destruir os falsos antagonismos criados entre projeto e plano e de fazer com que os esforços humanos abandonem a produção alienada da cidade. Nessa operação, é necessário reforçar uma vigília constante sobre o autoritarismo da construção utópica, algo que a trajetória do século XX nos ensinou de forma clara e determinada. Por outro lado, reforça-se a dimensão essencial da arquitetura, como algo ligado à esfera da arte, mas nem por isso longe da cotidianidade de povos variados. A habitação é um direito da humanidade e o acesso a ela deve ser, portanto, garantido.

Nessa perspectiva, Françoise Choay cria uma cisão metodológica importante entre progressistas, celebradores das novas formas de operar, e culturalistas, celebradores de formas de articulação comunitária do passado, que continuam atuando na

⁶⁰² Existem, contemporaneamente, duas formas de criticar a necessidade de antecipação do futuro: a ideologia liberal, que desdenha do plano, acreditando numa capacidade mítica do mercado de ajustar qualquer coisa; e a ideologia de um presente constante, segundo a qual a volatilidade da sociedade não se adequa mais à previsibilidade contida no plano e no projeto. As duas correntes descuidam, irresponsavelmente, dos graves problemas ambientais que se anunciam.

contemporaneidade. Sua intenção era destruir esses modelos, propondo uma operação despida de preconceitos ou aprioris. As duas categorias são de suma importância para mapear as vertentes do projeto e do plano, quer estas tendam para um comunitarismo de resistência, quer para uma aceleração dos processos de informação. Essas duas esferas – a dos progressistas e a do culturalistas – possuem muito da dialética entre global e local. Hoje, a chave para reinserção positiva de ambas na dialética do projeto, pode ser considera-las como forças contrárias, mas também complementares.

No mundo contemporâneo, no qual a hegemonia do capital financeiro impõe uma lógica de volatilidade dos investimentos, é preciso uma constante vigília sobre as esferas locais e globais. É urgente a proteção dos investidores locais iniciantes contra os investidores internacionais ligados a grandes grupos. Deve-se também possibilitar o acesso de grupos econômicos locais às redes de negócios internacionais, garantindo sua sustentabilidade a longo prazo. A pulverização dos investimentos tornada possível pela nova economia da informação deve ser constantemente fomentada, combatendo a concentração e o domínio dos grandes grupos desenraizados. Ao destacar a celebração da história passada (culturalismo) e do futuro tecnológico e inusitado (progressista), Choay possibilitou o alcance da síntese possível. Essa síntese só é

possível no mundo contemporâneo se for monitorada e controlada. Isto é, apesar de sua problematização estar colocada de forma prática pela contemporaneidade, sua resolução requer vigília constante para que as esferas globais e locais se ajustem.

Outra questão fundamental colocada por Choay é a complexa relação entre base e superestrutura nos campos da habitação, da cidade e do projeto. O fato da arquitetura e da urbanística serem vinculados à definição da filosofia marxista da superestrutura⁶⁰³ não impede que elas gerem forças de transformação da base econômica. No campo específico da cidade e da habitação, há uma demonstração didática de como os recursos e as oportunidades se distribuem de forma diferenciada no espaço, que revela a base econômica instalada de forma clara e objetiva. Esse dado de concretude da arquitetura da cidade, ou da apropriação do espaço, determina que as abstrações da filosofia marxista sejam mais bem compreendidas neste campo. Embora uma transformação espacial jamais represente a mudança da base econômica da sociedade, sua

⁶⁰³ Segundo Marx, a base econômica gera novas estruturas que se sobrepõem a ela, constituindo a superestrutura. Esta, por sua vez, é representada pelas atividades da política, do direito, da religião, da arte, da educação e da cultura, cujos discursos são determinados pela base econômica, pela sobrevivência. Essa relação não deve ser vista de forma determinística e mecânica, mas como uma interação dinâmica.

dimensão concreta e objetiva talvez seja a mais palpável, aquela que nos permite compreender melhor a natureza desta mesma base⁶⁰⁴.

No mesmo sentido, Kevin Lynch irá colocar os arquitetos diante do problema do habitat humano, despidos de preconceitos e *aprioris*, munidos apenas de uma estrutura de linguagem. Uma estrutura metodológica baseada numa sedimentação de longo prazo como a linguagem, que apenas hoje, depois do pós-estruturalismo, revela toda sua carga de arbitrariedade. Essa montagem lynchiana permanece hoje operativa, pois tem capacidade de garantir a transparência das complexas decisões exigidas tanto no âmbito do plano quanto no do projeto para o corpo social. De certa forma, Lynch desvenda, num esforço de cooptação típico dos anos 60, no sentido geral da previsão, a administração do futuro possível. É impressionante como as categorias propostas por este autor encontram, no exercício de projeto, a compreensão socialmente disseminada de leigos, fazendo com que as decisões gozem de uma transparência legitimadora. Na verdade, sua estrutura metodológica, quando constrói categorias socialmente compartilhadas, faz do

⁶⁰⁴ Para uma interessante abordagem deste tema, ver HARVEY, David. *Espaços de esperança* (tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves). São Paulo: Loyola, 2004.

processo de projeto ou de planejamento um desenvolvimento liberto da racionalidade individual do projetista e preso a uma racionalidade socialmente construída. Trata-se daquilo que Jürgen Habermas denomina de razão comunicativa⁶⁰⁵, em contraposição à racionalidade instrumental ou operacional que muitas vezes condicionam o agir burocrático e mecânico.

Os conceitos de imaginabilidade e de legibilidade são fundamentais para a construção coletiva do projeto, possibilitando um diálogo constante e profícuo entre arquiteto e cliente, tanto na regulação dos procedimentos burocráticos quanto no dimensionamento das reais possibilidades do processo. Encontramos em Lynch a chave para a desconstrução da desproporção instalada em nossas sociedades entre qualidade e quantidade, chave essa que confere ao projeto uma dimensão de transparência capaz de construir sua legitimação social. Por outro lado, o acento estruturalista da proposta coloca para os arquitetos a questão da escolha entre procedimentos analíticos e propositivos, dentro do processo de projeto. Esses procedimentos envolvem determinações e predisposições que definem, muitas vezes, o caráter inovador ou mimético do projeto,

⁶⁰⁵ HABERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da modernidade* (tradução de Luiz Sérgio Repa e Rodnei Nascimento). São Paulo: Martins Fontes 2002, p. 89. “A teoria da ação comunicativa estabelece uma relação interna entre práxis e racionalidade” (p. 110).

que, a partir das categorias de Lynch, podem ser equilibradas e explicitadas de forma a atingir a possibilidade de legitimação social.

A questão colocada por Christopher Alexander refere-se ao conflito e à sua permanência como *modus operandi* da sociedade moderna, que está constantemente engajada na geração da forma. A aspiração à forma, presente tanto no projeto quanto no plano, na verdade não estanca o conflito, mas o mantém. Essa consciência da permanência do conflito traz um dado de finitude para a forma, que não cessa de ser buscada, trazendo também para o arquiteto a consciência de um processo interminável. Alexander estabelece uma importante distinção entre um conceito acadêmico ou erudito do espaço construído, seja arquitetônico ou urbanístico, e um conceito intuitivo ou popular, que na verdade interessa a todos. Isso remete ao distante anos 60 do século XX, à desconstrução do saber institucionalizado e petrificado, representando a possibilidade de emergência do questionamento de todo saber não socialmente compartilhado. Nesse sentido – o da perda da unidade da representação do saber – é que muitas vezes o pensamento contemporâneo é acusado de relativista e inobjetivo. O desafio para o projeto é permanecer operando com essa predisposição de inclusão de saberes variados.

A metodologia de Alexander de entrega ao processo, de entrega à construção coletiva, representa a possibilidade da construção de uma racionalidade intersubjetiva, construída coletivamente a partir do projeto. A crítica contemporânea a essa atitude típica do estruturalismo é que esta não estaria levando a projetualidade a uma inércia paralisante, um movimento confortavelmente analítico, no qual se percebe o declínio da proposição inusitada. O ato de projeto possui uma vertente intrinsecamente propositiva e intervencionista, que está além do analítico. Impõe-se aqui uma distinção importante de ser feita, no âmbito da atividade do projeto, que não pode ser reduzida a um procedimento analítico confortável, mas que se caracteriza pela intervenção. Referimo-nos àquilo que Ignasi Solà-Morales⁶⁰⁶ qualifica como um problema de interpretação, que no mundo contemporâneo carrega sempre uma carga inevitável de reinterpretação histórica.

⁶⁰⁶ SOLÀ-MORALES, Ignasi. *Intervenciones*. Barcelona: Gustavo Gilli, 2006.



A fixação dos padrões determina um declínio da vertente propositiva?

Por outro lado, a *Tendenza italiana* – encarnada por Rossi, Carlo Aymonino, Vittorio Gregotti, Giulio Argan e Manfredo Tafuri – traz para o projeto um dado racionalista, um certo apriori humano, que pretende colonizar o mundo a partir da história, da tipologia, da ruptura criativa, da condenação humana a uma certa razão redutora e estabelecadora do diálogo, ou do pessimismo marxista, diante do capitalismo tardio. A qualificação do projeto e do plano como crítica

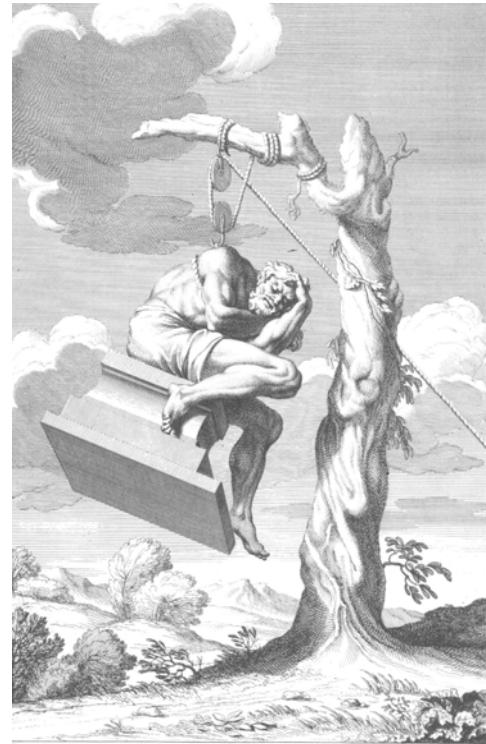
operativa da realidade⁶⁰⁷ delimita uma atuação que se desenvolve num conflito eterno entre crítica e operação. Dois campos quase irreconciliáveis, que devem, no plano e no projeto, assumir uma complementariedade, que pelo fato de estar explicitada nunca é confortável. Em suma, o mérito fundamental da *Tendenza* é explicitar um conflito que desde o Renascimento povoa as pranchetas dos arquitetos, i. e., uma crítica radical da sociedade e, ao mesmo tempo, uma vontade de operacionalizá-la.

Tem-se a consciência de que a verdadeira arquitetura ou urbanística é constituída pela construção efetiva do espaço e não só pelo desenho ou pelo projeto, condenando essas atividades à dialética entre a crítica e a operação. A razão e a história passam, nesse sistema, a estarem imbricadas de forma definitiva, assumindo uma disposição dialética e sempre em movimento. A razão passa a ser considerada não como algo pronto, como uma teleologia objetiva revelada seja pela natureza, seja pela história, ou ainda pela subjetividade particular. Na verdade, os desenvolvimentos históricos

⁶⁰⁷ “O que habitualmente se entende por crítica operativa é uma análise da arquitetura (ou das artes em geral) que tenha como objetivo não um levantamento abstrato, mas a ‘projeção’ de uma orientação poética precisa, antecipada nas suas estruturas e resultante de análises históricas programaticamente acabadas e deformadas” (cf. TAFURI, Manfredo. *Teorias e história da arquitetura* (tradução de Ana de Brito e Luís Leitão. Lisboa: Presença, 1979, p. 177). A pretensão de Tafuri é, a partir do projeto, conferir um sentido para a crítica.

passam a propiciar meros indícios cifrados à razão, que sobre as veredas de processos de formação inconclusos, interrompidos ou mal conduzidos, chega a conclusões parciais e inacabadas, colocando-se sempre em dúvida. A corajosa reafirmação da razão pela *Tendenza italiana*, numa época em que esta se encontra tão desacreditada, não pretende apenas despertar um aprendizado unilateral e unívoco, mas o desaprendizado que em constante auto-avaliação e combinado com o aprendizado, pode efetivamente intuir uma direção.

A *Tendenza italiana* aposta também numa forte revalorização do tema da habitação, considerado como um subproduto da cidade que lhe conforma fortemente a face. Rossi e Aymonino foram particularmente sensíveis a este tema e interpretaram a cidade como uma fábrica inesgotável de formas de habitar, que invariavelmente davam a elas seu próprio perfil particular. Os estudos tipológicos de Aymonino e de Rossi antecipavam, de forma esclarecedora, uma certa espetacularização da arquitetura e da urbanística observada durante os anos 80 e 90. Diante das imensidões intermináveis de nossas periferias é preciso retomar o estudo do tema da habitação, articulando-a com o direito à cidade, isto é, com a mobilidade, espacial, social e de aprendizado.



A reafirmação corajosa da razão pela *Tendenza italiana*, numa época em que esta se encontra tão desacreditada, não pretende apenas despertar um aprendizado unilateral e unívoco, mas o desaprendizado que em constante auto-avaliação e combinado com o aprendizado, pode efetivamente intuir uma direção.

A dimensão de Gordon Cullen refere-se a um movimento não heróico, a uma rebelião contra um *zeitgeist* único e uníssono, uma afirmação convicta da diversidade do cotidiano do nosso tempo. Aliás, talvez fosse melhor colocar, que a partir da emergência do cotidiano como horizonte onde se realiza a utopia ou a felicidade, implanta-se ou emerge a diversidade da contemporaneidade. A partir de Cullen, o projeto tem como principal agente ou objetivo uma humanidade presa a sua dimensão diária, capilar e não heróica. A

rebelião contra o hegelianismo ou o idealismo grandiloqüente que projeta para uma utopia que ainda não existe e nunca existirá refere-se não tanto ao rebaixamento do horizonte da esperança, mas muito mais à presença desta mesma esperança no dia a dia mais comum. O posicionamento de Cullen insere-se na tradição da crítica da razão de Nietzsche, na qual é veementemente denunciada a traição dos intelectuais e das vanguardas em nome de uma razão universal, humana e unidirecionada, que adia constantemente a felicidade da cotidianidade. A história é vivenciada como processo de crises constantes e ininterruptas, o presente assume uma dimensão existencial aguçada, em que há sempre o perigo de decisões não tomadas e de intervenções recalcadas ou omitidas. Cullen projeta para um presente que pretende o futuro, mas que nessa operação se transforma em sublime. Ele mantém a carga daquilo que Habermas denomina os mundos da vida⁶⁰⁸, que nada mais é do que nosso cotidiano. Daí a centralidade estratégica do tema da habitação nas nossas grandes cidades, que só poderá ser dimensionada na medida em que sistemas de infra-estrutura e transporte lhe estejam articulados.

⁶⁰⁸ “... o conceito de mundo da vida – que desde a dissertação de Marcuse sobre o conceito filosófico de trabalho, recebeu novas alianças com o conceito marxista de práxis” (cf. HABERMAS, Jürgen, op. cit., p.110).

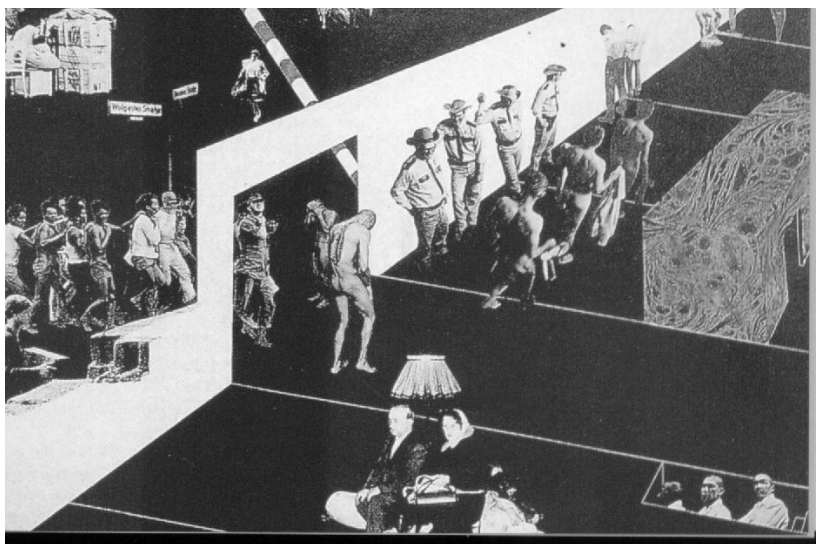
A dimensão trazida por Peter Eisenman para o ofício é a questão da abstração, uma força que está profundamente articulada à dimensão auto-biográfica, uma aspiração a que toda atividade humana não deve ser impedida em sua manifestação. As operações de plano ou projeto, se não estão envolvidas nessa carga de subjetividade, perdem muito de seu caráter fundador. De certa forma, isso é quase um lugar comum para os participantes de bancas ou concursos de projeto ou analistas de planos, onde invariavelmente percebe-se que o envolvimento pessoal é o que atinge os melhores resultados, porque constrói os melhores argumentos a seu favor. Há uma dimensão nas operações de escolha, que o projeto ou plano envolvem, que transcendem definitivamente a simples objetividade e que só podem estar alicerçadas na individualidade, ou na paixão de algumas escolhas. É a dimensão da arbitrariedade das escolhas que todo projeto envolve, sua carga autobiográfica, que não pode ser recalcada, que, a partir da interação com as condições objetivas, gera o projeto correto. A proposição de Eisenman, ao reafirmar a abstração como força norteadora do projeto, é reforçar sua dimensão estética e excepcional frente a um mundo banalizado e operativo. Esse reforço da dimensão contemplativa assume, muitas vezes, um caráter de rebelião contra a utilidade da arquitetura e da urbanística, como se houvesse uma contradição entre o sublime e o cotidiano. Nesse sentido, nesta reflexão reafirmamos a dimensão

operativa da arquitetura e da urbanística, assumindo que essa característica possibilita sua aproximação com uma filosofia da práxis⁶⁰⁹, uma dimensão na qual a distração e a contemplação se encontram unificadas.

As propostas de Koolhaas podem, de certa forma, ser resumidas à comunicação, à propaganda. Desde Le Corbusier, afinal, que o esforço de demonstração é imperioso em nossa atividade profissional. Se as operações de marketing tendem a uma certa simplificação da mensagem, este é um risco que devemos assumir, pois o isolamento é a morte de toda atividade humana. Por outro lado, a ideologia de Koolhaas é também um compromisso com o cosmopolitismo e com uma certa compreensão da dimensão desenraizada do homem contemporâneo. Uma leitura arguta dos espaços metropolitanos do início do século XXI revela a presença neles de solidariedades transversais à definição de cultura e de comunidade enraizada, enfim, de uma crença efetiva na civilização metropolitana, daí sua veneração panfletária à cidade genérica.

⁶⁰⁹ O conceito de filosofia da práxis aqui utilizado é o manipulado por Habermas: “Com a expressão filosofia da práxis refiro-me não apenas as distintas versões do marxismo ocidental, oriundas de Gramsci e de Luckacs (como a teoria crítica e a escola de Budapeste; o existencialismo de Sartre, Merleau Ponty e Castoriadis; a fenomenologia de E. Paci e dos filósofos da práxis iugoslavos), mas ainda as variantes democrático-radicalis do pragmatismo americano (G.H. Mead e Dewey) e da filosofia analítica (Ch. Taylor)” (cf. HABERMAS, Jürgen, op. cit., p. 89).

A partir de uma perspectiva crítica que encerra uma premência do agir, os contemporâneos passam a ter que prestar contas do momento atual, como um passado de um presente que já é futuro. A responsabilidade pelo encadeamento da situação humana continuada vê-se muitas vezes incapacitada de despir-se de sua naturalidade opressiva. Daí um certo declínio da capacidade crítica do projeto, que reconhece os limites da atuação nas *junkie box* ou nas hiper-arquiteturas de Koolhaas, adaptando-se às contingências contemporâneas. O discurso hipermoderno e anti-histórico de Koolhaas destaca o compromisso do projeto para com a humanidade cosmopolita das grandes metrópoles, enfatizando a perda de sentido geral, que só será reconstruída a partir da forte vinculação entre cotidiano e projeto. Nesse sentido, sua vinculação incondicional à instabilidade e ao dinamismo, como se fossem nossas drogas, demonstra o enorme combate conceitual que se materializa à nossa frente – a produção da cidade consciente.



Este declínio crítico da arquitetura de Koolhaas, aceitando estruturas comerciais, que pretendem demonstrar a inviabilidade da previsibilidade, só pode ser referenciado de

Por último, temos Álvaro Siza, um arquiteto que parece reduzir o ofício ao seu grau zero, a uma atitude tão simples e corriqueira quanto a de um padeiro, uma simplificação por demais complexa, que já não é mais possível separar conceitualização da formalização, ofício da crítica aprofundada. O vínculo de Siza ao tema, ao mesmo tempo empírico e racionalista, parece, neste limiar do século XXI, indicar esta força, que parece experimentar e refletir experiências. Uma certa reessencialização do fazer arquitetônico e urbanístico,

que o reduz a um direito inalienável, indicando que a humanização do homem só ocorrerá na medida que este promova seu habitat de forma consciente, sensível e disseminada pelas mais amplas massas. Operatividade e crítica reúnem-se nas disciplinas da arquitetura e da urbanística, ligando novamente sobrevivência e existência elevada, emancipação e reconciliação, sujeito cognoscente e sujeito agente. As discussões travadas por Siza nos seus projetos, que transitam entre os processos artesanais e a inovação, bem como as referências a Alvar Aalto e a suas apropriações particulares, representam, neste início de século, uma sensível reinserção do projeto nos mundos da vida. Siza transita, de forma elegante, como um modelo de atividade criativa que rompe com a rotina da vida cotidiana e, paralelamente, reduz sua obra ao grau zero do sublime, como se suas decisões fossem acessíveis a todos.

Do ponto de vista do solo efetivo das cidades, destaca-se a questão da processualidade, um valor que passa a governar as operações de plano e de projeto de forma definitiva. Ela está relacionada a uma outra questão, que desponta de forma clara e límpida neste limiar do século XXI – a da centralidade do interesse público, que deve ser perseguido de forma incansável. O interesse público está muito além das querelas entre plano diretor e plano estratégico, valendo lembrar

que a privatização do espaço segue uma lógica que determina a exacerbação do conflito social. Por isso, entender e rerepresentar o potencial didático do espaço público para a sociabilidade ampla e irrestrita é hoje central. Historicamente uma das maiores preocupações da sociedade brasileira, o desenvolvimento econômico, cuja forma de operar é caracterizada pela “riqueza oligárquica”⁶¹⁰ presente na lógica capitalista, privilegia apenas uma minoria. Seja essa minoria residente nos países do Primeiro Mundo, seja nos guetos encastelados do Terceiro Mundo, ela desfruta, isolada, das benesses deste desenvolvimento. A construção de espaços de esperança e da cidade consciente depende, nas estreitas margens que foram colocadas a urbanística e a arquitetura, de uma afirmação convicta da essencialidade dessas matérias. Essa essencialidade é alcançada pela vinculação com o habitar humano, um direito seu, ainda não realizado de forma plena em várias partes do mundo. É a partir deste ponto estratégico que poderemos reafirmar a essencialidade das matérias dedicadas à síntese do espaço.

Do ponto de vista dos projetos urbanos apresentados, não é possível descortinar tantas positivities quanto aquelas

⁶¹⁰ ARRIGHI, Giovanni. *A ilusão do desenvolvimento* (tradução de Sandra Vasconcelos). Editora Petrópolis: Vozes, 1998.

encontradas nos sistemas de pensamento. Afinal, Bolonha, com o imenso impacto do turismo, rendeu-se à gentrificação. Já Docklands sempre pretendeu ser apenas a sede de um novo distrito de serviços. Barcelona, por sua vez, está sempre em busca de mais um evento internacional marcante para vender sua imagem. Puerto Madero, apesar dos apelos iniciais pela multifuncionalidade, permanece um centro de negócios, enquanto Berlim, com a reunificação e apesar do impulso inicial da IBA, continua preocupada em ser uma capital de negócios, abandonando o impulso inicial que se centrava na questão da habitação, aliás presente em todas as outras. Afinal o poder das cidades está contido atualmente, segundo os ideólogos das requalificações e transformações urbanas, na produção não tradicional de conceitos e idéias que conquistam as tecnologias da informação e que estão concentrados nas finanças, seguros, publicidade e marketing.

Nesse sentido, Los Angeles, que, conforme já foi mostrado nessa antologia, não elaborou qualquer estratégia, tanto por ser a capital do cinema quanto por ser a capital da atual hegemonia americana e da futura hegemonia do oceano Pacífico, continua simplesmente crescendo, de forma indiferente. Ela, como nenhuma outra, denuncia a inoperância das discussões arquitetônicas e urbanísticas do nosso tempo. Todas, sem exceção, revelam um imenso descontrolo. Elas

constituem, na verdade, uma clara demonstração da presença da produção alienada da cidade em todos os quadrantes. Há, em todas elas, a comprovação da hegemonia do capital financeiro internacional no mundo contemporâneo, que determina uma supremacia da lógica global sobre a local.

Todas essas experiências urbanas, com exceção talvez de Bolonha e de certo modo de Berlim, deixaram-se levar pela sedução do espetáculo concorrencial, que significou, invariavelmente, a atração de mais turistas e a ampliação de sua visibilidade, mas que trouxe poucos benefícios para seus habitantes. As exceções iniciais de Bolonha e Berlim devem ser imputadas mais às manifestações iniciais de premissas que foram, com o tempo, esquecidas e soterradas por interesses contingenciais. Todas, de certa forma, mostram como o ofício da arquitetura e da urbanística afastou-se do problema habitacional no seu cotidiano, demonstrando que os interesses globais colonizaram os objetivos locais. Todas mostram a necessidade de se operar na perspectiva de um novo equilíbrio entre atração de recursos e promoção diária e cotidiana do habitar. Aqui está certamente a chave dos problemas contemporâneos. Afinal, longe de toda espetacularização, as pessoas seguem precisando simplesmente habitar. Numa atitude corajosa e polêmica, típica dos grandes artistas, Koolhaas, chamado a intervir no Edifício San

Vito⁶¹¹, em São Paulo, no evento do Arte Cidade, fez uma proposição desconcertante e simples. Chamado a intervir nesta estrutura moderna de vários andares do centro de São Paulo, que havia se deteriorado, transformando-se numa favela vertical dominada por estruturas do tráfego de drogas e do poder paralelo. Koolhaas – reconhecendo a emergência do problema habitacional contemporâneo em São Paulo (ou em Londres), no seu dia a dia mais corriqueiro – propôs a simples recolocação em funcionamento dos elevadores do prédio. Estranhamente essa intervenção não fez parte da espetacularização geral em torno de sua obra, isto é, não consta de seu intenso movimento editorial.

As vanguardas do início do século, particularmente da Europa Central, demonstravam uma forte preocupação com o tema da habitação. Não foi por acaso que durante a primeira fase dos CIAMs⁶¹², hegemônica pelos alemães, o tema da habitação mínima dominava as polêmicas. E mesmo na segunda fase, com a hegemonia corbusiana mais focada na questão da cidade, o tema da

⁶¹¹ O edifício San Vito em São Paulo é uma estrutura vertical modernista que foi ocupada por invasores, favelizando-se. Localizada na avenida dos Estados, em frente ao mercado municipal da cidade, é uma denúncia em pedra da ausência de um política habitacional no Brasil.

⁶¹² Aqui se utiliza da sistematização de FRAMPTON, Kenneth. *História crítica da arquitetura moderna*. São Paulo: Martins Fontes, 1997, capítulo 3: As vicissitudes da ideologia: os Ciams e o Team X, crítica e contracrítica, 1928-1968”.

habitação permaneceu como a mais importante batalha da arquitetura moderna. A hegemonia da questão da habitação, que propunha a construção de modernos apartamentos de edifícios, conquistou o metabolismo social em diversas partes do mundo. Essa discussão estava na ordem do dia nas novas metrópoles industriais e era fator de ansiedade de uma ampla massa de trabalhadores. Era, é forçoso reconhecer, e continua sendo. No entanto, é também forçoso reconhecer não ser mais possível um retorno às simplificações industriais e vanguardistas do início do século XX. Nossa celebração da alteridade e da diferença entre diferentes individualidades parece definitivamente instalada no mundo contemporâneo, nas mais diversas localidades. É urgente voltar a debater a questão da habitação nos seus mais variados prismas e perspectivas. O abandono do tema habitacional – desde a casa unifamiliar até a multifamiliar, tanto pelas escolas de arquitetura quanto pelos grandes expoentes contemporâneos –denuncia um imenso erro estratégico da classe.

A cidade genérica das periferias intermináveis permanece sendo produzida à nossa revelia e das nossas discussões, atingindo tão-somente o âmbito de especialistas empostados e descompromissados com o plano e o projeto. Hoje, mesmo em cidades como Barcelona – dona de uma cultura arquitetônica

invejável, berço de uma urbanística vigorosa e do memorável modernismo catalão – o espetáculo em suas periferias sem fim é o mesmo. A paisagem construída é dominada por uma arquitetura medíocre, em contínua e irresponsável expansão. Os projetos urbanos emblemáticos listados neste estudo ressaltam a urgência da questão da habitação, da previsibilidade do futuro.



Esta luta ideológica, que propunha a habitação coletiva em modernos apartamentos de edifícios foi vitoriosa, conquistou o metabolismo social em diversas partes do mundo no tempo de arranque da indústria.

B A contribuição do pensamento nacional

A especificidade brasileira no desenvolvimento do pensamento arquitetônico é um fato já destacado aqui. A partir da década de 60, instaura-se uma crise generalizada que persiste até os dias de hoje. O Brasil permanece um país moderno, que parece negar a condição

pós-moderna que, na verdade, já está instalada na sociedade em geral como *modus operandi*. Essa crise, que é posterior à construção de Brasília, vem gerando um importante questionamento à arquitetura e à urbanística contemporânea brasileira. A recorrência dessas perguntas pode ser atestada nos textos mais recentes de teóricos brasileiros, veiculados nos portais eletrônicos de arquitetura e que se referem à qualidade arquitetônica atual, à sua mediocridade frente à prática anterior à Brasília⁶¹³. Mahfuz apresenta uma série de justificativas para essa situação, como o declínio do

⁶¹³ Trata-se de dois textos de Edson da Cunha Mahfuz: *O sentido da arquitetura moderna brasileira* – arqtextos www.vitruvius.com.br 07 de janeiro de 2002, e *A arquitetura consumida na fogueira das vaidades* www.vitruvius.com.br/arqtextos/arq012/arq012_00.asp - 31k. No primeiro, o autor afirma: “Mesmo um estudo superficial daquela produção serve para evidenciar a perda de qualidade e direção da prática posterior à década de 1960, situação na qual ainda estamos imersos. A partir da inauguração de Brasília percebe-se a decadência gradual dos valores que possibilitaram uma arquitetura de tal qualidade que foi aclamada no exterior, ombreando-se com o que de melhor foi realizado em todo o mundo naquela época. Se o que precede é verdadeiro, duas perguntas se impõem: em que residia a qualidade da arquitetura moderna brasileira, e porque seus valores foram abandonados de forma tão decidida e repentina?” No segundo texto, Mahfuz especula: “Talvez não se trate de uma percepção generalizada, mas a arquitetura brasileira atravessa uma fase de decadência acentuada que já se estende por quase quatro décadas, coincidindo o seu início com a inauguração de Brasília. É comum arquitetos estrangeiros nos visitarem e se interessarem apenas por obras de antes daquele período, salvo uma ou outra exceção que escapa ao padrão dominante de baixa qualidade. O que teria acontecido com a arquitetura que despertou o interesse do mundo nas décadas de 40 e 50, e nos colocou no mapa da arquitetura internacional como um local de produção cultural, mais do que de reprodução? Teriam nossos arquitetos perdido sua capacidade criativa? Teria sido o fenômeno que se inicia com o Ministério da Educação e Saúde um mero acaso?”

patronato estatal, não só em quantidade mas também em qualidade, o isolamento quase exclusivo materializado na figura de Lucio Costa como único teórico, a influência americana na arquitetura e os complexos desenvolvimentos de contaminação comercial generalizada, os quais são genericamente denominados de processos de globalização.

Mahfuz identifica como principal motivo a ausência de uma compreensão aprofundada do que tenha sido a arquitetura moderna brasileira por parte da geração que a sucedeu⁶¹⁴. Certamente, alguns desses alinhamentos são corretos e identificam com precisão nossos problemas, mas não deixa de haver aqui uma simplificação do problema. Em *A arquitetura consumida na fogueira das vaidades*, ele volta ao tema e identifica corretamente que a boa arquitetura é fruto não só de bons arquitetos, mas também de bons clientes. De antemão, é preciso enfatizar que essa afirmação, inegavelmente correta, não poderia ser jamais isolada e identificada como principal problema, isentando a classe de sua parcela de

⁶¹⁴ MAHFUZ, Edson da Cunha. *O sentido da arquitetura moderna brasileira*: “Mas eu arriscaria dizer que o principal fator que determinou o abandono da arquitetura moderna no Brasil, e que inclusive permitiu a penetração tão fácil de valores culturais prejudiciais, foi o desconhecimento do que significava essa arquitetura e quais eram seus verdadeiros valores, por parte das gerações que sucederam aquela, tão bem sucedida, que inicia a sua projeção a partir do edifício do Ministério da Educação e da Saúde.”

culpa. Nesse mesmo texto, Mahfuz identifica a arquitetura espanhola como a dotada da melhor qualidade nos últimos vinte anos, articulando essa qualidade à presença da demanda pública:

Além do caso brasileiro no período que vai de 1936 a 1960, os melhores exemplos de produção coletiva de arquitetura moderna na segunda metade do século, a dos países escandinavos, da França e da Espanha – onde se encontra a melhor arquitetura produzida nos últimos vinte anos – consistem, na sua maioria, em obras realizadas para o setor público. O que explica essa relação entre alta qualidade e obra pública? Em parte à ausência de pressão do mercado: não havendo intenção de lucro, a busca da qualidade real é favorecida. Por outro lado, constata-se a presença de lideranças esclarecidas que entendem o papel cultural da arquitetura e a importância das instituições no que se refere ao estímulo e fomento das artes visuais, entre as quais se insere a arquitetura.⁶¹⁵

Apesar de concordarmos com todas as afirmações e avaliações de Mahfuz, o problema da cultura arquitetônica e urbanística contemporânea estão em outra esfera, e muito mais complexa. É preciso reconhecer que mesmo a produção espanhola contemporânea de maior qualidade não consegue, no nível da cidade genérica, contaminar o sistema de construção geral. A arquitetura espanhola – que se encontra estruturada num sistema

⁶¹⁵ MAHFUZ, Edson da Cunha, *A arquitetura consumida na fogueira das vaidades* arquitextos www.vitruvius.com.br.

corporativo muito mais inteligente que o nosso e que consegue vincular seus debates na grande mídia – não contamina as periferias infundáveis de suas grandes cidades ou os balneários da costa mediterrânea. Basta uma simples passagem de olhos nas periferias de Madri, Barcelona, Bilbao e Valência ou uma viagem pelo litoral mediterrâneo de Barcelona a Málaga.

Esse “critério geral de formação dos objetos arquitetônicos na sociedade” continua, desde o advento da cidade industrial, num desequilíbrio entre qualidade e quantidade que é frustrante para os profissionais do espaço. Desde o advento da sociedade industrial, observa-se nas cidades um desequilíbrio entre qualidade e quantidade, tanto ao nível da arquitetura quanto na urbanística, como assinalou Argan. A cidade ainda representa um valor de qualidade, que a diferencia de outras espacialidades transformadas pelo homem. Essa qualidade foi definitivamente solapada a partir da cidade industrial, assumindo uma desproporção inusitada, determinando que os critérios de formação dos objetos arquitetônicos não tivessem mais, na cidade, um forte referencial de qualidade⁶¹⁶.

⁶¹⁶ ARGAN, Giulio Carlo. *A história da arte como história da cidade: a cidade ideal e a cidade real* (tradução de Pier Luigi Cabra). São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 74.

O critério de formação dos objetos arquitetônicos é uma idéia presente em Lucio Costa e no funcionalismo, na sua vertente mais profunda e menos ingênua. O modernismo pode ser entendido como a última, ainda que frágil, tentativa bem sucedida de conciliação entre qualidade e quantidade na nossa história contemporânea. Essa precária conciliação se realizou mais no nível da arquitetura do que no da urbanística, pois o esforço de legitimação do projeto a partir do funcionalismo conquistou maior permeabilidade social no nível do abrigo, enquanto no urbano a especialização funcional era na verdade uma simplificação grosseira da cidade. Com efeito, a sociedade via naquele impulso uma esperança de transformação, de redenção da história da humanidade. Mas a questão que se coloca era a possibilidade dessa ideologia continuar operando sem o seu positivismo, com a instalação definitiva da desconfiança com relação à técnica e, por conseguinte, ao unidirecionamento da história. O que seria capaz de manter a forma vinculada aos mais nobres encargos públicos, com conteúdo social e longe da estilização e comercialização, num mundo onde cada vez mais a própria idéia, para atingir o metabolismo social, precisava também fazer concessões econômicas?

A idéia de que o projeto moderno extrai sua legitimidade da sua metodologia de procedimento era convincente num mundo onde a

industrialização se expandia, o emprego se ampliava e os benefícios do trabalho tendiam a ser distribuídos de uma maneira mais equitativa. A saída parece estar na construção formal, não mais num funcionalismo circunstancial, já que baseado nas partes e não no todo. Aqui, cabe mais uma vez a pergunta kahniiana: o que o edifício quer ser? Ou então, o que a cidade quer ser? Isso sugere que o edifício já possui uma essência que determina a ordem, uma ordem que precede o desenho. Num novo sentido, o projeto moderno reaparece como atividade totalizadora, capaz de formular uma síntese para três vertentes distintas: o programa, o lugar e a construção. Por isso, a questão da habitação é hoje fundamental para as disciplinas, tanto porque nossas cidades são constituídas por 80% de moradia, o que traz uma dimensão de quantidade para o problema, quanto pela permeabilidade social que o tema possui, o que traz uma dimensão qualitativa.

Mais uma vez, deve-se recorrer a Lucio Costa na sua capacidade de dissimular a necessidade do projeto/plano na sociedade, fazendo com que este pareça um exorcismo apenas de uma possibilidade. Segundo ele, um ato tão essencial quanto cotidiano:

Não pretendia competir e, na verdade, não concorro, apenas me desvencilho de uma solução possível, que não foi procurada, mas surgiu, por assim dizer, já pronta...Nasceu do gesto primário de quem assinala um lugar ou dele toma posse:

dois eixos cruzando-se em ângulo reto, ou seja, o próprio sinal da cruz.⁶¹⁷



As superquadras de Brasília mantêm-se no imaginário nacional como padrão do bem viver

Esta me parece ser a essência da lição de Lucio Costa, uma compreensão aguda da sociedade na qual exerce sua atividade de projeto, entendendo nas potencialidades e carências desta mesma estrutura a possibilidade de realização do pensamento. Sua eleição da metodologia de projeto corbusiana, como atitude ética, mais do que mera escolha formal, revela esta complexa articulação entre

⁶¹⁷ COSTA, Lucio. *Registro de uma vivência*. São Paulo: Empresa das Artes, 1995, p.283-284.

sociedade e projeto na sua obra. Se hoje essa unidade de pensamento, que já não existia no modernismo, está totalmente destruída, isso não significa que devemos abrir mão da busca do compromisso ético do projeto com a sociedade. Talvez ela esteja centrada no decréscimo de messianismo, que no Brasil contemporâneo, pode ser notado em todas as atividades, na emergência de uma forma de pensar e de agir não mais centrada no sujeito, mas na síntese coletiva.

Pode-se dizer que desde o século XVIII o discurso da modernidade girou em torno de um único tema, o enfraquecimento das forças de coesão social, de uma mitologia que mantinha a sociedade coesa de forma autoritária⁶¹⁸. Esse decréscimo da mitologia é intuído por Lucio Costa de uma maneira que intensifica sua responsabilidade, deixando diante de um exorcismo de uma solução que o persegue e de um gesto primário que assinala um lugar que precisa ser incorporado, uma mitologia da modernidade. No momento específico da fundação da nova capital, Brasília em nada indicava um retorno a uma celebração inconsciente de uma mitologia reconstruída, mas o investimento sincero do projeto na auto-maioridade. Se há uma escorregadela, ela se deve ao messianismo do isolamento de Lucio

⁶¹⁸ HABERMAS, Jürgen, op. cit..

Costa e da minoridade da crítica arquitetônica e urbanística no país durante grande parte do seu desenvolvimento profissional. No tema da habitação, Lucio Costa representa o formulador de uma forma de habitar particular, que são as super-quadras de Brasília. Elas representam no imaginário brasileiro uma forma de habitar moderna, que efetivamente colonizou o metabolismo social, uma experiência espacial inusitada que colonizou o imaginário social.

Paralelamente, surgia em São Paulo a figura emblemática de Vilanova Artigas, recheada de descontinuidades e conflitos, muito mais afeita a um país que emergia como moderno, mas que ainda não havia alcançado, de fato, essa condição. Isso ocorria numa cidade que, por si só, representa a própria ausência de uma possibilidade de alinhamento coeso e sintético, onde a representação da sociedade não admite concessões a uma mitologia feliz, mas se prende a uma realidade dura e complexa.⁶¹⁹ Por isto, mesmo fazendo questão de se manter à distância de um alinhamento lírico e poético como o de Lucio Costa, Artigas, em sua obra, manifesta uma crença absoluta no poder didático do objeto isolado, do edifício, e nunca na urbanística. A arquitetura paulista demonstra, desde de Artigas, essa capitulação diante do

⁶¹⁹ Como diria o poeta Caetano Veloso, “Quem vem de um sonho feliz de cidade./Aprende depressa a chamar-te de realidade.”

crescimento explosivo da cidade, que ao mesmo tempo desperta invariavelmente uma mitologia que desdenha de si mesmo. Um processo contínuo de desconstrução do mito, a partir do próprio mito do projeto – a angústia daquilo que poderia ter sido – esperança na mitologia da razão, que só é possível de ser desvendada no nível da criação artística, mas, por isso mesmo, descasada de uma vida pública em formação. O desvendamento que Artigas pratica está desde muito cedo emblematicamente representado em suas obras e no seu pensar, numa filiação incondicional a uma tectônica que desdenha da maneira de equilibrar partes das belas artes, mostrando-se incondicionalmente presa e liberta.

O realismo soviético foi transformado em objetividade expressiva da estrutura, que celebra o isolamento do caos de crescimento rápido. Ele mesmo volta e meia quer celebrar um certo desequilíbrio entre suas partes. Certamente nos tempos contemporâneos, o impulso desta expressão deve abandonar a casca da edificação e passar a celebrar a imensa diversidade que este ponto no território atrai e atrai. A cidade de São Paulo é um fenômeno inusitado na história da humanidade que ainda está para ser compreendido, e que talvez apenas na contemporaneidade possa ser entendido e celebrado de forma madura. O seu crescimento explosivo ao tempo do desenvolvimento profissional de Artigas impedia a previsibilidade,

fazendo com que o mestre se refugiasse na arquitetura. Mas se esta era um refúgio quase inevitável no tempo de maturação do seu sistema de pensamento, uma rebelião da ordem da arquitetura frente à desordem do urbano, seu posicionamento, que sempre procurou articular ética, previsibilidade e construção, demonstra toda uma força, exatamente através de sua manutenção como escola do fazer.

O sistema de pensamento de Artigas, ao investir na desmistificação do processo de projeto como processo não idealizado, mas inserido no cotidiano e buscando legitimação social constante, permaneceu como forma de atuação didática e sintética. A manutenção desse processo de interação social, entre projeto e sociedade, como uma escola viva, precisa agora enfrentar o problema da cidade para efetivamente compreender e empreender o seu compromisso ético. A arquitetura paulista contemporânea encerra um impulso vanguardista que se utiliza da arquitetura, separada do urbano, como uma rebelião que pretende colonizar a cidade a partir de sua atitude.

Carlos Nelson dos Santos, como já mencionado, foi o primeiro formulador da arquitetura brasileira livre de um certo messianismo, inserido num sistema profissional no qual a quantidade determinou

uma mudança de qualidade. Essa conceituação de declínio de uma certa distância olímpica do profissional de arquitetura ou urbanística encerra uma estreita proximidade com a formulação teórica de Walter Benjamin, que relacionava o advento da era industrial à reprodutibilidade técnica da obra de arte, um declínio de sua aura de seu afastamento do nosso cotidiano. Benjamin identifica uma certa positividade na transformação da arte de reflexão aprofundada em mero divertimento, ou em distração desinteressada, utilizando-se da arquitetura como primeira das artes a produzir este fenômeno.

Santos investe exatamente na aproximação entre arquitetura e cotidiano como potencializadora, não de um discurso banalizado, mas de uma oportunidade para a própria arte se disseminar. Sua compreensão da cidade como estrutura aberta e incluidora de novas sensibilidades está emblematicamente representada pela eleição da grelha-xadrez como padrão de desenho. Um desenho que investe na neutralidade, para que o processo artístico que a cidade representa possa se desenvolver na inevitável sucessão do tempo. Importante salientar sua proposta de disseminação da cultura arquitetônica e urbanística presente em *A cidade como um jogo de cartas*. Na sua gênese, esse livro pretendia ser um artefato didático para as escolas de segundo grau, difundindo a idéia de que o ato de construir é inerente ao humano, sendo, portanto, uma produção

cultural. Santos encampa a idéia de que a arquitetura e o urbanismo são produtos culturais, não só no nível das grandes obras, mas em sua cotidianidade, no seu fazer diário. A cidade e seus elementos são promotores de cidadania, ensinam e fecundam a humanização do homem. Apesar da clara contaminação da profissão pela sociologia e pela antropologia, ele nunca abdicou de desenhar, enfatizando sempre que o intervir era a forma de análise do arquiteto, nunca se refugiando nos diagnósticos neutros e distantes.

Com Elvan Silva, adentramos a contemporaneidade brasileira e, seguindo nossa conceituação inicial baseada na teoria da comunicação de Luhmann, inserimos o seu discurso na categoria do ruído. Isto é, ainda não possuímos instrumental empírico suficiente para julgar sua adequação ao *modus operandi* da sociedade brasileira. Falta-nos distanciamento, que só será possível com o passar do tempo. A dificuldade da história contemporânea, apesar da precisão da informação, é que ela nos parece, do ponto de vista da interpretação, difícil de ser decodificada pela presença da quantidade. Essa problemática refere-se ao problema da consciência interna ou externa ao objeto histórico estudado. De acordo com Argan,

...a distinção entre uma história externa, que verifica a consistência dos fatos históricos e reúne e controla os testemunhos, e uma história interna, que encontra os motivos e os significados dos fatos na consciência de quem de uma maneira ou de outra, os viveu.⁶²⁰

A inserção de Elvan Silva nesta pesquisa deve-se aos seus estudos centrados nos complexos processos de geração da forma, dentro do fenômeno do projeto de arquitetura, e também à sua compreensão da interação entre esse fenômeno e a sociedade. Silva e o núcleo gaúcho – que, por sua condição regional se aproxima do núcleo argentino, o qual, por sua vez, possui profundos vínculos com Corona Martinez – vêm se dedicando a teoria do projeto de forma bastante sistematizada. A consciência de Silva da articulação entre complexidade da divisão social do trabalho e emergência da prática de projeto é, em essência, uma obviedade, mas que, de qualquer modo, deve ser enfatizada e explicitada pelos arquitetos, para uma melhor compreensão de seu estágio de inserção na sociedade. O habitar, como a saúde, é uma necessidade humana básica, localizável ao nível do ontológico do ser. Todavia, é forçoso reconhecer que enquanto os cuidados com a saúde ganharam, em nossa sociedade, crescente complexidade, que desembocou na eleição de um profissional identificado para este fim – o médico –, no

⁶²⁰ ARGAN, Giulio Carlo, op. cit., p.14.

nível da habitação o sistema profissional atinge apenas mecenas endinheirados. Grande parte da produção da habitação continua ainda no nível artesanal.

Ademais, a base do sistema de Silva é caracterizada pela explicitação, no âmbito da teoria da arquitetura e da urbanística, de dois campos: um dedicado à excelência da edificação, dos esforços construídos efetivamente realizados (teoria do edifício), e outro, à teoria da gestação do projeto (teoria do projeto). As escolas de arquitetura, desde a época das academias de belas artes, estão estruturadas a partir dessa distinção entre um conhecimento empírico (aulas de projeto) e um conhecimento abstrato (aulas de teoria). Essa verdadeira cisão tem profundas implicações na maneira como o arquiteto ou o urbanista busca demandas na sociedade, e determina, de uma maneira geral, a tipologia do profissional que se engaja nessas demandas. Essa mesma cisão é em grande parte responsável pelo ambiente das escolas de arquitetura, onde encontramos, invariavelmente, os profissionais do sistema do empiricismo mecânico (profissional de projeto), de um lado, e do outro, os do sistema da crítica preventiva (profissionais teóricos). Emerge, dessas duas formas de comunicação – empiricismo mecânico e crítica preventiva – o conceito de projetualidade, que representa a atitude consciente e ética do arquiteto.

Por último, cabe sublinhar a busca de Silva por uma forma modelo, ou melhor, por uma metodologia projetual, que institua e desenvolva o compromisso ético entre arquiteto e sociedade, buscando a mútua auto-construção. A idéia do classicismo desenvolvida por Silva, que se aproxima muito da estratégia de Lucio Costa na adoção do corbusianismo, pretende exatamente atingir esse compromisso. Este grau zero do projeto, que pode ser entendido como um retorno ao humanismo renascentista ou como um esforço de re-essencialização da cultura arquitetônica contemporânea, opera dialeticamente entre a busca de uma fórmula fixa e a intuição do agente. Com esse movimento, ele pretende atingir novamente o nível da comunicação, resolvendo o problema colocado por Argan de desequilíbrio entre qualidade e quantidade nas cidades e na cultura contemporânea do construir. Silva distingue ainda uma arquitetura erudita, que se pretende consciente de si, e outra, vernácula, que lança mão de procedimentos arraigados nos mundos da vida. Desponta aqui, uma vez mais, a possibilidade de uma dialética esclarecedora, na qual a consciência de si pode ocorrer tanto na arquitetura vernacular quanto na erudita, do mesmo modo que a produção alienada. A questão fundamental colocada por Silva é, em resumo, a inserção nos mundos da vida da atividade de projeto, com vistas a uma

produção não alienada da cidade, e isso não apenas no nível da obra terminada, mas também no processo de sua elaboração⁶²¹.

O último dos sistemas de pensamento a ser analisado é o de Cacá Brandão, que também se inclui naquela categoria do ruído e da contemporaneidade. Vale frisar que essa proximidade dificulta a nossa avaliação. Portanto, ainda não é possível estimar corretamente aquilo que efetivamente irá interagir com seu meio ambiente, conquistando o metabolismo social. Essa imprecisão é maior do que a observada no caso de Elvan Silva, pois Brandão continua produzindo teoria, vinculada à hermenêutica histórica de Gadamer, como ele próprio se auto-define nos artigos mais recentes. Aparentemente pode-se fazer uma analogia entre as estratégias de Silva e Brandão, uma vez que ambos retornam à fundação da profissão, no distante Renascimento. No entanto, já em seu primeiro livro, Brandão reconhece a descontinuidade entre a atitude clássica e o mundo industrial. Tanto que a *arché*, princípio originário presente na redução heideggeriana do sentido da palavra arquitetura (ver Capítulo 3), já não alcança o neoclassicismo, devido à emergência da subjetividade. Não é possível, por conseguinte, o restabelecimento de uma fórmula estabilizada do fazer, o que, na

⁶²¹ Fundamental neste aspecto é o trabalho de FERRO, Sérgio. *Arquitetura e trabalho livre*. São Paulo: Cosac Naif, 2006.

verdade, se impõe pela própria criação do Renascimento: o ser que busca a consciência para agir.

A emergência da individualidade acaba por erodir a unidade entre a humanidade e o cosmos, presente na conceituação do Renascimento, quando individualiza, no homem, a responsabilidade da obra de arquitetura. Por isso, em Brandão, a reaproximação com o classicismo do Renascimento desfaz qualquer pretensão de se estancar o conflito contemporâneo. Na verdade, ela é o seu início, seu grau zero. Isso fica muito mais evidente em seu segundo livro, no qual Brandão percorre, com grande erudição, as obras de Alberti, enquadrando-o numa moldura quase contemporânea, inserido numa racionalidade que questiona interminavelmente suas próprias decisões. O Renascimento albertiano é convertido num mundo pós-hegemônico, análogo ao presente, no qual a diversidade de interpretações inevitavelmente assume um conflito, uma dúvida incessante e incômoda. Embora a emergência de um mundo que constantemente se auto-problematiza seja, sem dúvida, uma criação do Renascimento, há uma dimensão que Brandão destaca em seu sistema. Ela diz respeito à intensidade desse questionamento, que só após os anos 60 do século XX, com o advento da sociedade de massas se dissemina num corpo social considerável,

desestabilizando definitivamente os sistemas de pensamento, junto aos mundos da vida.

Por esse motivo, o sistema de Brandão parece-nos sobrecarregado da reconstrução da metafísica de Heidegger, visto que se percebe nela uma dessublimação dada pelo aumento da quantidade, causada pelo mundo industrial, que representa, ao final, uma necessidade de mudança de qualidade. Há uma dimensão ligada à filosofia da práxis⁶²², ou aos mundos da vida⁶²³, ou ainda a uma filosofia da vida⁶²⁴, que parece estar esquecida no sistema de Brandão⁶²⁵. Afinal, em termos espaciais, ou apenas dimensionais, qual o impacto didático da cúpula de Brunelleschi na Florença do Quatrocentos, ou da basilicata de Paladio na Vicenza renascentista ou ainda de ambas as obras nas cidades-estados italianas? Comparem-se essas obras ou esses impactos com obras modernas ou mais contemporâneas, que se inserem em imensas áreas

⁶²² Ver nota 10.

⁶²³ Os mundos da vida (*lebenswelt*) de Habermas estão entrelaçados no processo social efetivo, porque os atos de entendimento recíproco assumem a dimensão da coordenação de toda ação humana. HABERMAS, Jürgen, op. cit..

⁶²⁴ Gadamer refere-se a Wilhelm Dilthey como formulador da filosofia da vida (*lebensphilosophie*). GADAMER, Hans Georg. *O problema da consciência histórica* (tradução de Paulo César Duque Estrada). Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2003.

⁶²⁵ Na verdade, ao destacar a distinção feita por Alberti no livro *Momus* entre Libripeta e Lepidus, Brandão aproxima-se da filosofia da prática.

metropolitanas, que constantemente estão gerando pensamentos que se auto-problematizam. Ainda mais num mundo intercomunicado por uma mídia diária, ávida de novidades, pronta a produzir instabilidades, pois são estas que efetivamente se transformam em informação. Portanto neste nosso mundo emerge aquela constante vontade, já apontada, de sistematizar os mundos da vida, que, num longo processo, submete e vem substituindo uma outra vontade, a de se filiar a um sistema totalizador. No nosso mundo contemporâneo, ela assume uma dimensão muito maior, pois é impulsionada por uma quantidade que determina uma mudança de qualidade. Observa-se também uma constante emergência de sistemas de pensamento, que simplesmente não se realizam, pois não conquistam o metabolismo social, mas geram ruídos e a sensação de relativização total que as sociedades contemporâneas vivem.

Essas diferenças e novas distinções que certamente aparecem nos sistemas sociais contemporâneos de forma muito mais intensa do que no Renascimento são efetivadas por elementos no ambiente do próprio sistema, essencialmente por pensadores, que constantemente *irritam* a comunicação com as mais variadas contribuições criativas. Formalmente, tais criações não são nada mais do que desvios do imaginário social tido como tradicional,

costumeiro, habitual, enfim normal. Eles representam a energia primária do sistema, presente, sem dúvida, desde o Renascimento, mas de forma muito mais intensa na contemporaneidade, e em forma de informação, a qual pode ou não conquistar outros sistemas, ganhando sentido operacional. Essa é a dimensão escondida na teoria de Brandão, que apesar de nunca afirmar, pode ser interpretada como a busca de uma permanência do ato de projeto, como uma operação imutável desde o Renascimento até os nossos dias.

Há ainda um aspecto que estrutura o sistema de pensamento de Brandão que nos parece um dos impasses fundamentais da contemporaneidade e que de certa forma justifica este retorno ao Renascimento, dando-lhe uma forma mais operativa do que a equação desenvolvida por Silva. Trata-se da construção da ciência moderna como forma de operar independente da ética e da moral, como um discurso auto-justificável e autônomo, ou melhor, autárquico. O retorno ao homem renascentista justifica-se por essa operação, que reconstrói um mundo íntegro e que pode ser encontrada nas preocupações de Gadamer quando qualifica a ciência moderna:

a ciência se converte na grande empresa da penetração nos âmbitos desconhecidos, para a qual não urge um apoio humano nem divino.⁶²⁶

Daí nasce a perplexidade, diante de um Alberti relacionado aos escritos artísticos e de outro que remete às formulações morais. Brandão assinala um marcado contraste entre um autor otimista, de um lado, e de outro um trágico pessimista. De um lado, uma harmonia clássica, do outro, sua concepção da ética, inteiramente baseada na natureza do homem, vista como absurda e frágil. Enfim, Brandão pretende restaurar a integridade de um pensador, que como bom renascentista abarcou estudos diversos, mantendo-se coerente com sua busca de unificar o conhecimento, que paradoxalmente, parecia iniciar seu processo de diluição. Portanto o combate em Brandão também pretende atingir o isolamento da história e da estética da arte, entendidos como um impulso narcísico e alienante, que rompia os profundos laços políticos, éticos e morais nelas existentes. Surge daí uma pretensão, quase paralisante, que acarreta conseqüências não apenas para a arquitetura, mas também para a própria filosofia e que está no cerne da arquitetura e da urbanística: a integração entre operação e crítica. As capacidades

⁶²⁶ GADAMER, Hans Georg. *Elogio de la teoría*. Barcelona: Península, 1993, p.30, apud MIRANDA, Juliana Torres. *Teoria e prática da arquitetura: disjunções e congruências*.

filosóficas da linguagem “imaginífica”⁶²⁷ da arte parecem hoje mais convincentes do que a linguagem demonstrativa da filosofia. Mais uma vez Benjamin desponta como uma consciência luminar. Sua distinção entre distração e concentração na fruição da arte dimensiona efetivamente as possibilidades e perigos da nossa ação contemporânea, pois não há boa intenção que não possa ser desviada, assim como não há perversão que não possa ser utilizada para a transformação positiva.

Por fim, importa destacar no sistema de Brandão sua filiação à hermenêutica histórica de Gadamer, uma proposição que busca reunir, numa totalidade indiferenciada, objeto e sujeito. Essa totalidade indiferenciada produz-se e reproduz-se a partir da eterna destruição e reconstrução de nossas convicções mais arraigadas, num esforço simultâneo de diferenciação e de identidade. Segundo esse sistema, toda compreensão começa com o fato de que algo nos interpela, colocando entre parênteses nossos preconceitos e nossos juízos em geral. É uma teoria que se arrisca, e que, certamente, nessa auto-construção mútua, possui profundas analogias com a relação entre arquiteto e projeto. Pois, nos

⁶²⁷ Parece-nos que a utilização do termo “imaginífico” em substituição à imagem procura combater o consumo de imagens contemporâneo, que tende ao entorpecimento e a alienação. Ver BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. *Quid Tum? O Combate da Arte em Leon Battista Alberti*, 89 e 93.

processos mais aprofundados de projeto, o tema sempre exige de nós um esforço de compreensão que desemboca, ao final, em nossa diferenciação dele:

Para nos limitarmos a um exemplo, pensemos na incerteza que caracteriza nossas posições estéticas com respeito à arte contemporânea: trata-se, manifestamente, de preconceitos não controláveis que dissimulam o verdadeiro conteúdo, autêntico ou não, de tais obras. A situação atual deverá apagar-se para que possamos saber se se trata de uma obra-prima ou não e descobrir o verdadeiro sentido que capacite a arte contemporânea a ingressar na continuidade de uma tradição. Isso, evidentemente, não se dá num simples instante, mas se desenvolve em um processo indefinido. A distância temporal que produz a filtragem não é de uma grandeza definível, mas evolui em um movimento contínuo de universalização. A universalidade purificada pelo tempo é um segundo aspecto produtivo da temporalidade. Sua obra é realçar uma nova espécie de preconceitos. Trata-se de preconceitos que não são nem parciais nem particulares, mas que constituem, ao contrário, as legítimas idéias diretrizes da compreensão verdadeira.⁶²⁸

Por fim, é fundamental destacar a sofisticação da elaboração teórica de Brandão, mesmo quando confrontado internacionalmente, e seu posicionamento atual, engajado numa processualidade em construção. A crise do nosso tempo é a crise de legitimação da ciência, que não se enxerga mais como única, mas que necessita da

⁶²⁸ GADAMER Hans Georg, op. cit., p.68.

legitimação política para efetivamente se operacionalizar. Os processos de auto-aprendizado e de desconstrução dos eventuais aprioris, que estruturam o pensamento de qualquer agente encontram na prática do projeto contemporâneo uma forte vertente. A questão central deve ser como obter legitimação da multidão, sem perda de qualidade, i.e., mais uma vez, como reequilibrar quantidade e qualidade.

Debrucemo-nos agora sobre as lições das duas maiores cidades brasileiras, São Paulo e Rio de Janeiro, que podem ser vistas como o meio ambiente dos sistemas de pensamento engendrados por esses agentes. De uma maneira geral, elas demonstram, nos seus desenvolvimentos, grande indiferença aos sistemas de pensamento dos agentes aqui apresentados. Com exceção de Lucio Costa, que com as proposições de Brasília e com as intervenções em partes representativas da cidade do Rio de Janeiro no seu plano para a Barra da Tijuca, contaminou a cultura do construir brasileira, as cidades continuam se desenvolvendo de forma indiferente aos debates travados pelos arquitetos. A última manifestação dentro dos sistemas de pensamento, que contaminou o meio ambiente de forma determinada foi a expressão modernista, nos anos anteriores à Brasília. Por outro lado, o incrível processo de urbanização dessas duas regiões metropolitanas foi algo inusitado na história humana,

tanto por sua velocidade quanto por sua quantidade. A necessidade de se instalar de forma rápida era a tônica que determinava a ocupação do território. Os índices de crescimento, principalmente de São Paulo, demonstram cabalmente que a premência de instalação superou qualquer tentativa de manejo territorial mais equilibrado. Na década de 90, os núcleos dessas duas regiões metropolitanas começaram a apresentar índices menores de crescimento, enquanto seus municípios-satélites passaram a exibir crescimentos explosivos. O desenvolvimento destas imensas áreas metropolitanas precisam de organismos reguladores, que devem ter sua visibilidade ampliada nos governos estaduais respectivos. É preciso instituir nessas duas regiões metropolitanas – a de São Paulo com 16,7 milhões de habitantes e a do Rio de Janeiro com 10,5 milhões de habitantes – políticas coordenadas de transporte de massa, habitação, saneamento, manejo ambiental etc. nessas áreas. De certa forma, essas duas imensas metrópoles apresentam um cardápio de direcionamento complementar, que deve se contaminar mutuamente.

A estrutura do Rio de Janeiro – com seu exuberante sítio, constituído pelo entorno da baía de Guanabara e pela presença de maciços montanhosos – é condicionada por estes acontecimentos geográficos. Essa situação física – articulada com seu passado de

capital colonial exportadora do ouro das Minas Gerais, depois sede do império colonial português, e ao fim capital federal do Brasil por entre 1889 e 1960 – acabou por construir um exemplar muito particular entre as cidades do mundo. Essa configuração do meio ambiente natural e humano confere uma dimensão macro à sua implantação, que precisa ser reforçada. Por outro lado, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro desfruta de equipamentos já instalados de transportes sobre trilhos bastante disseminados no seu território. Essa capacidade instalada é consequência da sua situação geográfica muito particular, de sua mencionada história, que inclui o fato de ser a única grande cidade brasileira que já apresentava uma certa dimensão e importância antes da hegemonia rodoviária dos anos pós-Segunda Guerra, sentida por todas as cidades do mundo. Hoje, essa rede de trilhos apresenta uma subutilização vergonhosa, transportando muito menos passageiros do que a sua capacidade.

O município mais importante da região metropolitana, o Rio de Janeiro, desenvolveu nos últimos anos uma série de projetos que na verdade reforçaram um caráter pontual. As transformações trazidas tanto pelo Rio Cidade quanto pelo Favela Bairro possuem um âmbito de impacto restrito e muito pontual, o que acabou por reforçar uma certa autonomia de suas partes frente à estrutura geral da metrópole. O Rio de Janeiro viveu, no período mais recente, uma

erosão do planejamento de seus sistemas de infra-estrutura mais gerais, contraposto à emergência de um planejamento pontual. Esta situação é fruto não só de um sistema de pensamento que conquistou a hegemonia na gestão da cidade, mas também de uma realidade conjuntural caracterizada pelo desmantelamento dos mecanismos de planejamento no nível estadual. A reversão dessa situação, ou seu reequilíbrio, é de fundamental importância para os sistemas de pensamento arquitetônico e urbanístico. Não há concorrência nesse âmbito, mas complementariedade. Na verdade, as instâncias de projeto e de plano que pareciam estanques tempos atrás desenvolveram, contemporaneamente, um hibridismo enriquecedor, que justifica e sublinha o perfil generalista do profissional arquiteto e urbanista formado no Brasil.

Se o Rio de Janeiro é uma cidade pontuada de ícones e com uma legibilidade memorável, São Paulo é, em grande parte de seu território, uma mancha invisível. Sua estruturação, que começou a ser construída pelo Plano de Avenidas de Prestes Maia de 1930, ainda não conseguiu colonizar a totalidade de seu território, mantendo-se grande parte dele ainda invisível. Este fato deve-se a uma disposição geográfica mais corriqueira do que a do Rio de Janeiro, que não impunha, à mancha humana, condicionamentos determinantes. O que se destaca, sobretudo, é a velocidade

inusitada da ocupação humana. Por outro lado, o sistema de pensamento engendrado na disciplina – a escola paulista de arquitetura – possui uma continuidade orgânica exemplar, causada, certamente, pela sua estruturação no interior da Faculdade de Arquitetura da USP. Isso permitiu, além desse desenvolvimento orgânico, uma efetiva auto-construção como um sistema que tende a uma certa coerência e fechamento. No entanto, esse mesmo sistema de pensamento foi incapaz de produzir uma resposta capaz de fazer frente ao crescimento explosivo da metrópole, fazendo com que ele, de certa forma, se exilasse na dimensão arquitetônica. Em outras palavras, o desenvolvimento da arquitetura paulista, frente a um desenvolvimento exponencial de seu meio ambiente, tendeu a se centrar muito mais no objeto arquitetônico.

A resposta mais estruturada a esse crescimento explosivo foi dada por um sistema de pensamento – o mencionado Plano de Avenidas de Prestes Maia -, que não compartilhava dos mesmos princípios da arquitetura paulista, vinculando-se ainda ao pensamento acadêmico. Porém, em sua visão macro da cidade, ele é totalmente moderno, sua materialização conferiu à cidade uma proposta de colonização do território concreta, que deve ser ajustada contemporaneamente. Esse ajuste deve se pautar principalmente pela adequação a

modernos sistemas de transporte de massa, que reduzam a pressão do automóvel individual sobre esta grande metrópole.

Há um dado impressionante sobre São Paulo - 70% dos paulistanos declaram que gostariam de mudar de cidade⁶²⁹. Isso aponta para o fato, de que os inconvenientes – poluição, violência, precariedade dos transportes etc. – superam os benefícios da metrópole que estão além do emprego, tais como vida cultural e intercâmbio de experiências. Na verdade, é forçoso reconhecer que estes atrativos beneficiam apenas as classes mais abastadas ou mais intelectualizadas. Na verdade, São Paulo e as cidades brasileiras de uma maneira geral colocam para os sistemas de pensamento da arquitetura e do urbanismo um desafio muito claro: como promover, ao mesmo tempo, inclusão social e desenvolvimento?

As cidades brasileiras encontram nas metrópoles de São Paulo e do Rio de Janeiro experiências que pretendem oferecer um horizonte de habitabilidade para uma população urbana que já atinge os 80% da nação. Os sistemas de pensamento, engendrados nos campos da arquitetura e da urbanística devem ter como principal horizonte a obtenção desta habitabilidade. A partir de junho de 2000 a habitação

⁶²⁹ BONDUKI, Nabil. *Habitar São Paulo, reflexões sobre a gestão urbana*. São Paulo: Estação Liberdade, 2000, p. 151.

passou a ser um direito fundamental do cidadão brasileiro, uma vez que uma emenda ao artigo 6º da Constituição Federal determinou que a moradia passasse a se constituir um direito social. Segundo dados do PNAD de 1995, cerca de 5,6 milhões de famílias brasileiras – um município do tamanho do Rio de Janeiro – necessitam de uma nova moradia. Todo arquiteto, na contemporaneidade, deve lutar pela adoção de uma política habitacional que supra esse déficit e, ao mesmo tempo, amplie a discussão sobre a qualidade do habitar em nossas cidades. Alguns pontos devem ser enfatizados para que forcem uma operacionalidade mais consensual:

- garantir uma maior compacidade à cidade brasileira, combatendo sua extensão horizontal interminável para que passem a interagir com o meio natural de forma mais amena;
- implementar a produção de habitação nas áreas centrais de forma a garantir maior acessibilidade à urbanidade da população em geral;
- garantir um sistema de transporte coletivo eficiente e barato, capaz de reduzir a dependência dos sistema de emissão de CO2;

- promover o desenvolvimento, rompendo a inércia do sistema que opera no sentido da concentração da renda e não de sua distribuição;

Para fazer frente a essa demanda, que consta do item que se segue, deve-se elaborar uma proposta de agenda para o projeto, que retire sua energia das experiências já vividas nas cidades contemporâneas e procure reafirmar suas vertentes operativas e críticas.

4.2. Uma proposta de agenda para o projeto

O mundo contemporâneo vem se construindo de uma maneira alienada e inconsciente. É incontestável o domínio da força do mercado, que se articula numa rede na qual os núcleos principais geram áreas de privilégio fragmentadas e excludentes, cada vez mais ricas, contraposta a uma vasta territorialidade, cada vez mais pobre e miserável. A constatação de que o projeto de arquitetura e de urbanismo vem se realizando em nossos dias de forma articulada com essa realidade política, social, econômica e tecnológica deve ser explicitada por esta reflexão. Pode-se traçar um paralelo entre as preocupações dos arquitetos e os fatos conformadores da cidade nos seus diversos momentos e locais da história. Se na Europa

Central do início do século XX emergem os *hofs* de Viena ou os *Siedlung* da Alemanha, no mundo contemporâneo os paradigmas construtivos são os parques temáticos, os *shopping centers* e os condomínios fechados. A simples descrição destes dois momentos coloca-nos diante de uma pergunta incômoda: em qual destas duas demandas colocadas pelos mundos da vida, os arquitetos desenvolveram maior passividade diante dos problemas colocados? Torna-se necessário uma atitude propositiva, que se dedique à formulação para que a vida transcorra de forma adequada.

A. A questão da ideologia

Conforme visto anteriormente no Capítulo 1, no desenvolvimento histórico do termo ideologia, foram apontados dois sentidos para o conceito. De um lado, há um sentido forte, que encara ideologia como um véu que impede a real compreensão do mundo, fazendo com que agentes diferenciados atuem de forma inexoravelmente comprometida com seus interesses de inserção social. E, de outro lado, há um sentido fraco, pelo qual ideologia é encarada como um sistema de crenças, convicções e valores que orientam os comportamentos individuais ou coletivos de agentes concretos. Foi também identificado, no seio da própria teoria marxista, um desenvolvimento que tende, desde de Antonio Gramsci até Istvan

Metzaros e Fredric Jameson⁶³⁰, a uma compreensão mais positiva do termo, i.e., para o sentido mais fraco e neutro. Entende-se esse posicionamento como uma tentativa de se adequar ao *modus operandi* da democracia, onde a diferença e a alteridade fomentam um debate que pretende aperfeiçoar a prática. Gramsci particularmente, sublinha a vinculação da ideologia com a prática, articulando o progresso à ideologia, e o vir a ser à filosofia⁶³¹, apontando que a operação é dependente da transformação das idéias em ideologia. Há igualmente em Gramsci um forte investimento na desmistificação do pensar idealista, pretendendo apontar como posicionamentos no campo cultural e simbólico atingiam de forma determinante o corpo social geral.

No campo mais específico de nossas disciplinas, Tafuri destaca, em *Teorias e História da Arquitetura* (São Paulo: Martins Fontes, 1981), a profunda vinculação entre teoria crítica e operatividade, chegando a mencionar a projeção. Essa projeção deveria ser o esteio de uma orientação poética precisa, antecipada nas suas estruturas com

⁶³⁰ A referência a Gramsci baseia-se em GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere vol 4, Cultura, ação católica, americanismo e fordismo* (tradução de Carlos Nelson Coutinho). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, a Metzaros em METZAROS, Istvan e a Jameson em JAMESON, Fredric. *Modernidade singular — ensaios sobre a antologia do presente* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

⁶³¹ Ver nota 19, Capítulo 1.

uma visão clara do desenvolvimento histórico. Portanto, há uma clara tentativa de determinar um posicionamento geral e holístico de forma mais sistêmica, enfatizando que esta postura amplia a compreensão social da prática. Esse mesmo autor define as disciplinas do urbanismo e da arquitetura, como ordenações ideológicas sobre o habitar e a cidade, procurando com isso afirmar o caráter inevitável de cooptação da sociedade a partir das suas ações e pensamentos. Henri Lefebvre, na sua trilogia sobre a cidade⁶³², aponta na mesma direção, definindo o urbano como um valor ideológico em si, como uma possibilidade ainda não totalmente realizada, mas da qual já percebemos uma série de flashes. A hipótese central de Lefebvre – desenvolvida em *A revolução urbana*, mas já embrionariamente estabelecida nos dois estudos anteriores, *A cidade do capital* e *O direito à cidade* – é que, estabelecendo uma analogia muito forte com a forma de atuar do projeto e do plano, o conhecimento não é cópia nem reflexo da realidade, mas que pode tomar para si uma virtualidade ainda não instalada ou existente.

Essa teoria impactou profundamente a teoria do projeto e do plano, que passaram, com ela, a entender a cidade não mais como objeto

⁶³² *A cidade do capital* (1999), *O direito à cidade* (2001) e *A revolução urbana* (2004).

induzido pelo processo econômico indutor, mas como modificador das formas de atuar do indutor sem capacidade para mudar seu poder de indução unidirecionada⁶³³. Há aqui uma complexa interação entre os conceitos de superestrutura e de infra-estrutura do marxismo, uma desconstrução de uma vinculação de dependência simplesmente unidirecionada. Não se pretende aqui afirmar que o espaço revoluciona a operação, mas que ele simplesmente a condiciona, e mais, que ele é muitas vezes o dado mais concreto para explicitação de sua forma de funcionamento⁶³⁴. Pois, como assinalou o próprio Lefebvre, o capitalismo talvez só tenha sobrevivido ao século XX exatamente por ter lançado mão da produção de espaço. Portanto, é exatamente sobre esta produção do espaço, suas potencialidades e limitações, que a teoria do projeto deve buscar parâmetros de operação, não para gestar a teoria perfeita, mas para atingir uma mútua contaminação com a sociedade. A proposta de Lefebvre é que, na cidade, não há mais sentido separar o objeto e a hipótese, a cidade e o seu projeto. O objeto inclui a hipótese, ao mesmo tempo em que esta se refere ao objeto, isto é, no entendimento do que a cidade encerra uma compreensão que está além do constatável, que faz parte de uma

⁶³³ Ver nota 95 capítulo 1 p. 56

⁶³⁴ Neste sentido é importante mencionar o livro de HARVEY, David, op. cit.

ficção utópica ainda não totalmente instalada, da qual só desfrutamos algumas antecipações.

A partir da sociologia construída por Norbert Elias, em *O processo civilizador* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993) a idéia de civilização também desponta como algo diferenciado de cultura, uma consciência cosmopolita que está acima das diferenças humanas. Essa consciência reconhece, em seu desenvolvimento, que as diferenças são na verdade educativas, e para que exista uma humanidade dedicada a este auto-aprendizado é também fundamental investir na convivência das diferenças, na tolerância cultural. Hipótese e objeto estão, pois, profundamente imbricados, sendo a civilização e a cidade uma a representação da outra. As grandes metrópoles contemporâneas são exemplos dessa convivência com a diferença, elas constituem formas de vida que apresentam, em sua prática cotidiana, a didática da diferença. Ao longo da história humana, particularmente na história das cidades, pode ser elencada uma série de exemplos que dizem respeito à interdependência entre diferentes posicionamentos humanos. Na contemporaneidade, percebe-se também esse incremento da interdependência entre diferenças, localizado principalmente em nossas grandes metrópoles. As metrópoles contemporâneas são o exemplo físico mais concreto da possibilidade de convivência entre diferentes. Árabes, judeus, americanos, chineses, vietnamitas etc.

estão presentes em cidades como Los Angeles e São Paulo desenvolvendo seu cotidiano e interligados numa rede de interdependência em operação. Lançar luz sobre essas formas de convivência, que, em seus cotidianos específicos, determinam uma interdependência notável e já se encontram em funcionamento, é fundamental para a reversão de uma sensação de impasse paralisante.

B. A questão da hegemonia

Os pensamentos hegemônicos instalados na contemporaneidade devem ser encarados como dados de realidade pelo projeto. A articulação e a explicitação das hegemonias instaladas devem seguir uma trajetória que enfatize o interesse público, que passa a comandar a formulação do espaço público. Ambos devem ter como premissa a inclusão de lógicas variadas e diversificadas, evitando a homogeneização. A pretensão clara é promover a interdependência entre diferenças para a obtenção de um didatismo enriquecedor geral. Abordamos aqui a hegemonia do mercado, da alteridade e do moderno para exatamente adequar a prática do projeto a essas presenças. Certamente existem outras hegemonias em nossa contemporaneidade, como a do espetáculo, a da segurança, a do declínio da previsibilidade, as quais devem ser enfrentadas pelo

projeto e que de certa forma estão presentes nessas três possibilidades de abordagem: o mercado, a alteridade e o moderno. A intenção é oferecer uma proposta de atuação que balize a prática de projeto frente a essas três realidades instaladas.

B.1 A hegemonia do mercado

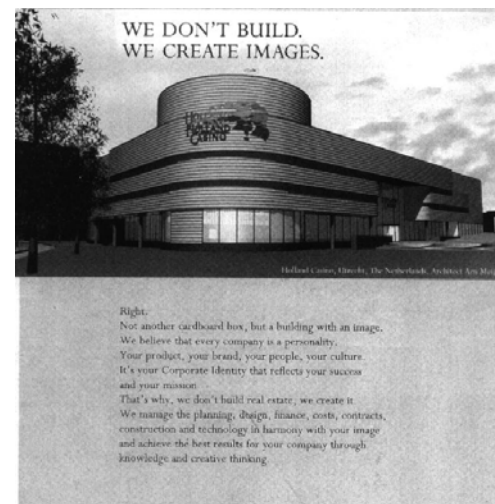
A questão colocada pela hegemonia no mundo contemporâneo, no qual a unidirecionalidade do agir desfaz-se a partir do questionamento dos procedimentos da ciência e de um positivismo geral, a emergência do mundo pós-hegemônico, deve ser relativizada em alguns aspectos. Primeiro e fundamentalmente, não se pode naturalizar o sistema de funcionamento do capitalismo no mundo, elegendo-o como única forma produtora de procedimentos democráticos e de desenvolvimento de alteridades diferenciadas. Já foi colocada aqui a celebração presente no discurso de Jean-François Lyotard em *O pós-moderno* (Rio de Janeiro: José Olympio, 1986), que elegeu o capitalismo como energia básica do sistema, como representação do desejo, supostamente presente em todo ser humano, por dinheiro, poder e novidade. Na sua proposição de declínio de todos os metadiscursos da modernidade, Lyotard destaca o capital, naturalizando-o como forma de atuar humana.

Deve-se também localizar, paradoxalmente, uma certa celebração do capitalismo no próprio Marx, que é o seu maior crítico⁶³⁵. Essa celebração tem lugar exatamente pela capacidade de metamorfose do capitalismo, o qual utiliza-se do mecanismo de produzir crises para se revigorar. A esse respeito, é fundamental as análises de Giovanni Arrighi, em *O longo século XX*, (Rio de Janeiro: Contraponto/Unesp, 1996), e de David Harvey, no já citado *Espaços da esperança*, que ressaltam a continuidade e a repetição dos padrões dos aparatos de funcionamento desse sistema em nossa contemporaneidade, em contraposição a outros teóricos que identificam novidades. Arrighi assinala a emergência do capitalismo como forma geral de funcionamento da sociedade, a partir dos banqueiros genoveses e das cidades-estado italianas do século XIV, quando se afirma a independência da forma monetária frente às mercadorias. Já Harvey enfatiza a base geográfica como forma do capitalismo atuar e administrar sua constante expansão num mundo que definitivamente não é plano.

O capitalismo contemporâneo trouxe para a cidade e para o projeto uma forma de operar pautada em três vertentes, que se utilizam

⁶³⁵ BERMANN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar a aventura da modernidade* (tradução de Carlos Felipe Moisés). São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

claramente de procedimentos hegemônicos. A primeira delas é o domínio absoluto dessa entidade mítica denominada *mercado*, interessado em gerar nós ou pontos qualificados e exclusivos, fragmentando o território de forma definitiva. A segunda é o descompromisso com as variadas formas de organização política e social geral, derivado de uma compreensão de que este mesmo *mercado* suprimirá as diferenças sociais. E, por último, uma mudança produtiva, em que o principal agente empregador passa a ser os serviços terciários, investindo-se fortemente na espetacularização geral do espaço. Aqui, fica claro que a equação proposta por Marx relativa à interação existente entre valor de uso e valor de troca continua sendo a ferramenta fundamental para o desvendamento destes procedimentos. Tem-se a sensação, desde a proclamação do presidente da Nike (ver Capítulo 1) ao anúncio de uma firma de projetos que afirma “Nós não construímos, nós criamos imagem”, de que o fetiche superou de forma definitiva o uso.



O anúncio de uma firma de projetos; “Nós não construímos, nós criamos imagens.” Mostra bem a fetichização geral dos procedimentos da vida.

Para Marx, a relação dos homens com os objetos pauta-se pelo valor de uso, determinado pela necessidade operacional intrínseca ao mesmo objeto, e pelo valor de troca, estabelecido a partir de uma relação de valoração entre objetos. Com o estabelecimento de um equivalente universal, a moeda ou dinheiro, instaura-se a possibilidade de supremacia do valor de troca frente ao valor de uso, pois o objeto passa a conter significados muito diferentes de seu uso, como poder e status. Nas sociedades contemporâneas a fetichização é geral, os objetos assumem valores fictícios, pois agregam valores simbólicos variados, que impedem a compreensão do mundo real. É dessa constatação que deriva nossa proposição da centralidade da questão da habitação em nosso mundo, pretende-se

amplificar uma necessidade fundamental do ser humano, aglutinando agentes nos mais variados quadrantes do mundo. A habitação continua tendo um valor de uso de inesgotável importância para o homem comum, não importando os assaltos que são efetuados para transformá-la em valor de troca.

Reconhecemos, de forma enfática, a impossibilidade de uma autonomia das disciplinas frente ao metabolismo social geral, e, paralelamente, o desenvolvimento de um complexo entrelaçamento entre a arquitetura/urbanística e a sociedade. Tem-se consciência de que o desenvolvimento do espaço é extremamente dependente do desenvolvimento das forças produtivas. Uma questão que se destaca é a do desenvolvimento desigual do espaço, presente em um grande número de cidades em todo o mundo, mas que no Brasil assume dimensões descaradas e obscenas, precisando de uma resposta clara e firme da parte dos arquitetos. Na sociedade capitalista, o desenvolvimento urbano deve ser rigidamente monitorado pelo Estado e pela sociedade de forma a evitar o seu controle pelo capital privado. As operações urbanas, o surgimento de novos bairros, as requalificações, as renovações nas áreas centrais, o desenvolvimento de redes de infra-estrutura e as urbanizações de favela e periferias precisam desse controle. Pois numa sociedade baseada no lucro, a cidade, e também o

arquitetônico, é onde o poder público, com o dinheiro de toda a sociedade investe em requalificação das áreas urbanas. Todavia apenas os proprietários de terra aferem lucros exorbitantes a partir desta mesma requalificação, a qual constitui, na prática, um mecanismo extremamente eficiente para a geração de concentração de renda, seja em Londres ou Berlim, seja em São Paulo ou no Rio de Janeiro.

Se as atividades do plano e do projeto são mecanismos que pretendem dar conta de uma certa modulação do futuro, é fundamental investir na explicitação deles. Os investimentos públicos – i. e., numerário recolhido de todos os cidadãos através da cobrança de impostos –, quando aplicados em áreas da cidade em que já existem proprietários instalados, poderão, caso não existam mecanismos compensatórios, proporcionar-lhes grandes lucros. Percebe-se, assim, que tanto a urbanística quanto a arquitetura podem impulsionar a concentração de renda, uma vez que os investimentos públicos – leia-se a socialização de gastos – gera uma formidável apropriação de lucros. Numa sociedade de hegemonia do capital volátil como a nossa, esse mecanismo é sempre utilizado pelos investidores internacionais em detrimento das economias locais. Os projetos urbanos descritos no Capítulo 2 demonstram largamente a presença desse mecanismo. Se a proposição de

socialização dos meios de produção não consta mais da pauta das reivindicações, é necessário substituí-la por mecanismos eficientes de monitoramento social do lucro.

Por outro lado, a entidade mercado, quando fiscalizada publicamente e direcionada por uma forte premissa de estabelecimento do interesse público, pode viabilizar a mobilidade social. O mercado pode, pois, ser conquistado por uma positividade, desde que os agentes, que inevitavelmente visam o lucro, sejam monitorados e controlados em nome do bem público. O monitoramento do projeto no longo prazo deve ser atribuição de uma série de especialidades, e da sociedade em geral, capazes de corrigir distorções, que devem alimentar o projeto de forma a modular e retificar suas intervenções.

Desenvolveu-se nos últimos anos, particularmente nas cidades brasileiras, o fetiche da segurança, elevada à condição de a mais preciosa das mercadorias. Na verdade, porém, o que acontece é a entrega da cidade como um todo ao descontrole e à total insegurança. É necessário enfatizar que o controle só pode ser implementado a partir da ocupação social do espaço público da cidade. Não há poder de polícia capaz de promover a segurança nas nossas grandes metrópoles. Apenas a reocupação intensiva e

contínua do espaço público possibilita o seu efetivo controle. Isso significa a implantação de um sistema de controle socialmente disseminado e aceito, que só será possível com a ampliação das interações sociais. Kevin Lynch assim desenvolve essa idéia:

Uma dimensão final do controle é a certeza, o grau em que as pessoas compreendem o sistema de controle, conseguem prever o seu âmbito e se sentem seguras com ele. Não é o mesmo que dizer que o controle deve ser inalterável, uma vez que a mudança das situações ou dos valores pode exigir uma transformação.⁶³⁶

Na fronteira idílica mais valorizada da cidade, nos empreendimentos localizados nos limites da expansão urbana, multiplicam-se os condomínios fechados, cercados e vigiados, do tipo Alphaville (São Paulo) ou Península (Rio de Janeiro, na Barra da Tijuca). Impulsionados agora pela ideologia do *new urbanism*⁶³⁷, esses empreendimentos passaram a fomentar não mais um retorno idílico à natureza, mas uma urbanidade controlada e vigiada. Esta apoia-se, recorrentemente, numa democracia elitizada, na qual a pobreza, a diferença e a festividade inusitada da cidade real são mantidas

⁶³⁶ LYNCH, Kevin. *A boa forma urbana* (tradução de Jorge Manoel Costa Almeida Pinho). Lisboa: Edições 70, 1999.

⁶³⁷ O *new urbanism* jamais explicitou sua filiação aos interesses de uma classe exclusiva e privilegiada, tendo inclusive afirmado sua construção por uma cidade, pluriclassista. Sua práxis, contudo, envolve uma maioria expressiva de empreendimentos exclusivos para as classes de maior poder aquisitivo.

afastadas como perigosos imprevistos. A alteridade, que nossa etapa do desenvolvimento celebra, não pode compartilhar de montagem exclusivista, uma vez que sua pretensão básica é a inclusão de amplas massas. A elitização dos procedimentos inerentes à construção da cidade é um constante risco, que só pode ser eficazmente combatido a partir da reafirmação da ampliação da sustentabilidade do planeta, tanto no que se refere à segurança quanto também na interação com o meio ambiente. Nas condições do mundo contemporâneo, a afirmação de uma razão comunicativa restrita a círculos restritos, não possibilita a expansão da civilização.

Além do problema da fetichização da segurança, é preciso também enfrentar o processo de mercantilização da habitação, que tem a ver, na contemporaneidade, com o declínio do valor de uso e a emergência de uma simbologia vazia. É óbvio também que, como tudo na sociedade contemporânea, a habitação não poderia ficar imune a um processo de mercantilização generalizado. Aqui, o que se demanda é, novamente, a produção de uma cidade não alienada, consciente de sua sustentabilidade e da sua proposição contínua de expansão da convivência diferenciada, em outras palavras, de expansão da civilização. No caso específico brasileiro, o abandono de parcelas substanciais de nossos centros urbanos mais antigos, em nome de um morar disperso e mais “natural” pelas elites, abre

uma possibilidade de atuação ímpar. As idéias de cosmopolitismo e de comunitarismo que os centros das cidades brasileiras representam deveriam estar sendo explorados de maneira mais inteligente. O abandono desses territórios da cidade pelas classes mais abastadas em função de uma habitação dispersa e de um suposto retorno à natureza determinou a possibilidade de exploração pelo poder público dessas mesmas áreas para atender nosso imenso déficit habitacional⁶³⁸. Essas áreas apresentam um elevado grau de implantação de infra-estrutura, que, se convenientemente aproveitada, pode representar o início de uma maior compacidade para a cidade brasileira.

A mercantilização da habitação nas cidades brasileiras encerra uma outra questão muito séria. Referimo-nos às favelas. Criadas à margem dos sistemas de produção da habitação, elas se transformaram na única solução possível num país de desenvolvimento não inclusivo. As favelas brasileiras são a representação maior de como o acelerado desenvolvimento vivido pelo país não foi socializado. Hoje em dia, elas não são mais territórios homogêneos, ocupados por apenas uma classe, mas sim

⁶³⁸ Segundo estimativas recentes do Ministério das Cidades, o déficit habitacional brasileiro encontra-se na casa dos seis milhões de habitações, o que corresponde a uma cidade do tamanho do Rio de Janeiro.

locais onde ocorrem, muitas vezes, mecanismos de acumulação primitiva. As favelas são dotadas de uma vitalidade econômica bastante peculiar, valendo a pena destacar que os processos econômicos instalados na cidade formal também operam em seu interior. A partir da década de 1980, elas passaram a ser encaradas como solução, e não mais como problema, para a habitação no país. Trata-se de uma longa trajetória que remonta ao início dos anos 1960, passa por Carlos Nelson dos Santos e chega aos anos 1990, com o Favela Bairro.

As favelas, porém, não podem ser encaradas como a única solução nesse campo, desresponsabilizando arquitetos e urbanistas de gerar uma política habitacional diversificada. A política habitacional de qualquer grande metrópole brasileira precisa conter um cardápio variado, dentro do qual a urbanização de favelas é apenas uma das opções. A diversificação da política habitacional, articulada com uma política de transportes públicos de massa, deverá gerar uma resposta clara e inequívoca à imensa diversidade brasileira.

B.2 Hegemonia da alteridade

Um segundo aspecto da questão da hegemonia diz respeito ao mundo da alteridade, da diferença, enfim da afirmação da

impossibilidade de tipificação do humano. Ele é, na verdade, o próprio fundamento da emergência do mundo pós-hegemônico. Se considerarmos o termo ideologia em seu aspecto neutro – isto é, como um sistema de crenças e princípios que orientam a prática cotidiana de sujeitos ou grupo de sujeitos –, devemos também considerar a alteridade como uma ideologia definitivamente instalada em nosso mundo. No entanto, ao contrário da hegemonia do mercado, a alteridade carrega aspectos profundamente positivos, ligados à possibilidade de construção de uma efetiva autonomia, frente à tradição, à sociedade e à religião. Daí, a centralidade do discurso de Sigmund Freud, em *O mal-estar na civilização* (Rio de Janeiro: Imago, 1997), na sua percepção da presença do inconsciente, na sua denúncia da impossibilidade de existência da civilização, instituído pelo combate eterno entre ego e superego.

A relevância dos aspectos de ordem pessoal, cultural, religioso, de gênero etc. fragmentou a humanidade numa infinidade de lógicas e pensamentos, que se, de um lado, apontam para a efetiva construção da autonomia, por outro, lançam uma certa paralisia da operação. Há uma forte perplexidade ligada à ação, o desenvolvimento hiperatrofiado de um relativismo absoluto, uma impossibilidade de desenvolvimento de qualquer generalização e tipificação. Aqui não há apenas o desenvolvimento de uma nostalgia

do mundo moderno empreendedor e fáustico, mas a constatação de que graves problemas ambientais e sociais demandam operações urgentes e, portanto, ações controladas por projetos e ou planos.

Afinal, a possibilidade de encontro com o outro, com a diferença, com formas diferenciadas de pensar colocada pelo nosso tempo contemporâneo de forma incisiva, não pode descambar para o relativismo. Nessa situação, torna-se possível o efetivo desenvolvimento de uma concordância geral quanto aos traços inevitavelmente autoritários de um esclarecimento restrito à subjetividade. Será exatamente essa vertente que combaterá o relativismo, tanto no nível do conhecimento quanto no da ação, em virtude de sua filiação incondicional ao instante pleno de significados. O acontecer essencial ou racional constrói a própria atualidade contemporânea, que se manifesta na faticidade do dia a dia e na contingência inesperada. É fundamental insistir na materialidade da sobrevivência da vida do indivíduo ou de grupos em comum. O trabalho e a inevitável cooperação de indivíduos socializados que dele emerge conformam o processo de auto-constituição histórica da espécie. De certo modo, essa forma de pensar e de agir significa querer agarrar-se às ondas no meio do

naufrágio⁶³⁹. Ela é a única hipótese capaz de reconstruir uma interação social propositiva e positiva diante dos graves sintomas de ameaça à espécie, denunciados pelo clima e pelo planeta no mundo contemporâneo. Ela é também a única hipótese capaz de fazer frente aos processos de objetivação apressada, que geraram os desequilíbrios no planeta.

O conhecimento e a ação centrada no sujeito sempre tomam consciência de si ao preço da objetivação da natureza exterior e da interior, pois estes têm sempre que se referir a objetos, seja no interior seja no exterior. Dessa atitude se origina uma tendência para o auto-enaltecimento e para a ilusão, enfim, para a absolutização do respectivo grau de reflexão e emancipação, frente aos objetos e aos semelhantes, gerando os totalitarismos que o século XX parece ter esgotado. Portanto, aqui, mesmo celebrando a presença da alteridade, consideramos importante relativizá-la em função de um interesse comum pela ação.

A crítica do projeto, que, em sua essência, está voltada para a práxis, pretende mobilizar o potencial de razão historicamente

⁶³⁹ A citação é de Karl Löwith, referindo-se à entrega dos jovens hegelianos à história: "Querer orientar-se pela história em seu seio seria como querer agarrar-se às ondas em meio ao naufrágio." Apud HABERMAS, Jürgen, op.cit., p. 78.

acumulado contra uma racionalização unilateral, centrada no sujeito do mundo burguês. A pretensão é ampliar o envolvimento do maior número de pessoas na gestação de modos de vida diferenciados, fazendo do projeto um fórum de discussão. Para isso, ela deve estar pautada numa série de mecanismos socialmente consagrados de atestação e num mundo da vida que constantemente se auto-regula. Há, hoje, na esfera de discussão do projeto, uma série de ritos de passagem, regulados por organizações estatais, que lhe conferem legitimidade frente instâncias de controle. Essas instâncias de controle são, de um modo geral, a municipalidade, com os processos de aprovação, os órgãos de regulação do patrimônio (federal, estadual ou municipal), órgãos de controle de segurança (corpos de bombeiro) e órgãos de avaliação do impacto ecológico ou de vizinhança das intervenções⁶⁴⁰.

Na verdade, uma rede cada vez mais densa de normas jurídicas, de burocracias estatais e paraestatais, recobre o cotidiano do desenvolvimento de projeto no mundo e no Brasil. É importante destacar que este instrumental deve ter como horizonte de funcionamento a racionalidade socialmente compartilhada, evitando

⁶⁴⁰ No Estatuto da Cidade foi criada a figura do impacto de vizinhança, que pretende legislar sobre os efeitos das implantações de grandes complexos sobre uma determinada vizinhança.

a profissionalização e a cientificização de seu discurso, que transformam muitas vezes o meio num fim em si. A jurisdição e a burocratização inerentes ao controle social do projeto não devem representar efeitos paralisantes. Os instrumentos desse controle devem, sempre que possível, ser despidos de sua tecnicidade para que possam ser socialmente aceitos e enfatizados. Habermas assim se refere a esse tema:

As deformações de um mundo da vida regulamentado, desmembrado, controlado e assistido são certamente mais sutis do que as formas manifestas de exploração e depauperação materiais; mas os conflitos sociais inpingidos à psique e ao corpo e interiorizados não são por isso menos destrutivos.⁶⁴¹

É necessária a reafirmação, constante e repetida, de que o objetivo principal de toda jurisdição de controle sobre o projeto era a liberação de formas de vida igualitariamente estruturadas, que abriam espaço para a ação e para a auto-realização coletiva e para a espontaneidade. Em nosso tempo contemporâneo, o Estado não pode mais ser considerado como a instância central do controle, que deve passar a ser exercida pela sociedade civil organizada. Portanto, a partir da práxis diária do projeto torna-se clara uma diferenciação fundamental em nosso mundo contemporâneo: a linha

⁶⁴¹ HABERMAS, Jürgen, op. cit., p. 502.

divisória entre mecanismos de controle e de entendimentos recíprocos. À medida em que os primeiros possuem uma justificação socialmente compartilhada, eles se transformam em entendimentos recíprocos, ganhando inclusive fiscais no seio da sociedade e não só nas esferas burocráticas.

Toda essa construção está profundamente vinculada ao nosso desenvolvimento histórico recente, ao movimento geral da desilusão histórica com o Estado social coagulado burocraticamente, que gerou, durante o século XX, uma série de totalitarismos, bem como desconfiças da parte do cidadão. Emerge aqui também a relação particular que a projetualidade estabelece com a história, que está sempre articulando abstração e vivência cotidiana. As decisões envolvidas no processo de reutilização e de reaproximação com o passado histórico, que envolvem objetivamente as operações de o que preservar e o que modificar⁶⁴². Trata-se das perguntas essenciais, que variam entre a recuperação da paisagem histórica e natural que construiu ao longo do tempo o valor imagético do lugar, e a necessidade de uma nova ocupação que concilie este requisito com novas utilizações do espaço, voltadas para a ampliação de seu

⁶⁴² SOLÀ-MORALES, Ignasi, op. cit.

uso público⁶⁴³. Aqui, acredita-se, na construção de uma nova noção de preservação do patrimônio, calcada não apenas na memória, mas especialmente em sua vivência a partir do projeto, que busca incessantemente a construção da cidade consciente.

Outro aspecto importante que a alteridade nos coloca é o da vinculação entre cotidiano e arquitetura-urbanística, a qual, por sua vez, coloca-nos o problema da sociedade do espetáculo no qual estamos inseridos. De certa forma, os mundos da vida em épocas passadas eram vividos diretamente, enquanto no mundo contemporâneo transformaram-se em representação. Desenvolve-se, então, uma lógica tautológica, na qual “aquilo que aparece é bom, e o que é bom aparece”⁶⁴⁴. O sistema de pensamento da arquitetura-urbanística do mundo contemporâneo, representado pela mídia especializada, conferiu um valor ideológico maior aos temas espetaculares, em detrimento dos temas do cotidiano. A recorrente dedicação de espaço a temas espetaculares, como museus, centros de convenções e outros, acabou contaminando as escolas de

⁶⁴³ MUNIZ, Alder Catunda Timbó. *O parque público municipal de Ouro Preto, estratégias de ação para projetos paisagístico / urbanístico em áreas históricas*. Ouro Preto: IX ISUF, 2007.

⁶⁴⁴ DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo* (tradução de Estela dos Santos Abreu). Rio de Janeiro: Contraponto, 1997, p.17.

arquitetura, desviando a atenção de um tema central no Brasil e no mundo, a habitação.

Certamente um dos itens fundamentais na reprodução dos mundos da vida é a questão da habitação, eleita pelas primeiras vanguardas do século XX, presentes nos CIAMs, como tema central da arquitetura-urbanística. Apesar desse impulso inicial e de todos os esforços dispendidos neste campo, no mundo e no Brasil, ainda permanecemos com esta ferida aberta. Essa questão envolve, certamente, mecanismos que transcendem em muito a esfera da arquitetura-urbanística, enveredando por problemas de acessibilidade ao crédito e ao registro da terra urbana, ou a hegemonia especulativa que o capital assumiu em nosso tempo, entre outros. De qualquer modo, a contribuição do campo específico é fundamental, principalmente quando se percebe uma série de sinais trocados nos empreendimentos mais corriqueiros⁶⁴⁵, identificando-se, inclusive uma hegemonia da assessoria de marketing frente à arquitetura-urbanística.

⁶⁴⁵ Recente lançamento imobiliário no bairro da Lapa no Rio de Janeiro, área adjacente ao casco histórico mais antigo da cidade, promete uma mudança na forma de vida, intensificando as idéias de um habitar denso e artificial, enfim urbano. No entanto o condomínio apresenta os mesmos fetiches dos empreendimentos lançados na Barra da Tijuca ou no Recreio (academia, cinema, salão de jogos etc.), áreas de recente expansão da mancha urbana, com baixa urbanidade e sem esses serviços nas imediações.

Num relato mais prosaico ou corriqueiro, pode-se imaginar que o poder constituído, quando inicia um processo qualquer de transformação espacial, tem a pretensão de controlar seus arranjos, mas nem por isso, consegue efetivamente controlar todas suas possibilidades. É recorrente que o espaço que o projeto representa seja, muitas vezes, apontado como produtor de uma série de práticas viciadas e improvisadas, apenas do ponto de vista de uma racionalidade instrumental nos mais variados quadrantes e que, num espaço ideal, essas práticas cessariam. Como Louis I. Kahn afirma em *Idea e Imagen* (Madri: Xarait, 1981), a arquitetura é a instituição humana por excelência⁶⁴⁶, e como tal, deve estruturar novas formas de relacionamento e de interação. É comum que o espaço carregue a possibilidade de rearranjo de cidades, instituições ou corporações, que repensam suas estruturas organizacionais e funcionais a partir dele. É igualmente comum que famílias mudem suas formas de se interrelacionar a partir da construção da nova casa ou da simples decoração de seu apartamento, de banheiros e de quartos. Ou ainda a emergência de lideranças a partir do processo de discussão de um projeto, desestabilizando outras já constituídas. Nessas situações, o arquiteto é muitas vezes o organizador e animador institucional, o psicólogo da família ou mesmo a eminência parda por detrás das

⁶⁴⁶ KAHN, Louis I. *The realm of architecture*. Nova York: Rizzoli, 1991.

lideranças que emergem e declinam. Os arquitetos não devem se eximir dessas responsabilidades para as quais não foram formados, entendendo esse estágio como o início da interação dialética entre crítica e operatividade, materializada no projeto.

É também nesse momento que o projeto reconhece a existência de um forte vínculo entre arquitetura e poder constituído. A materialização da obra, que é a verdadeira arquitetura, depende sempre do aporte de verbas vultuosas, que invariavelmente estão nas mãos do poder constituído. Essa vinculação entre arquitetura e poder, no nível mais corriqueiro do conhecimento imediato ou da certeza sensível⁶⁴⁷, deve ser explicitada e introjetada pelo processo. A partir dessa vinculação, o projeto pode, paradoxalmente, ampliar sua problematização e se envolver com o poder emergente, desvinculando-se do poder constituído, correndo riscos e ampliando sua dimensão crítica, dependendo da consciência-sensibilidade do arquiteto. O projeto, enquanto esforço intelectual de demonstração da possibilidade de mudança, pode e deve correr riscos em todos os seus estágios. É claro que esse posicionamento só é possível no limite da sobrevivência do agente concreto do projeto, que nunca

⁶⁴⁷ O conhecimento imediato ou a certeza sensível são o primeiro estágio de desenvolvimento do conhecimento na teoria de Hegel e representam o senso comum

deve ser encarado como um messiânico e demiúrgico, situado além da sociedade.

É a partir da hegemonia da alteridade que se problematiza a interação entre induzido e indutor[no seio do projeto, que passam a se relacionar de maneira muito além das articulações de causa e efeito, demandando que projetista e usuário se relacionem de forma transparente. As complexas formas de busca de autojustificação para determinadas escolhas referem-se à questão autobiográfica, não só do sujeito, mas também de uma geração, ou ainda de um tempo ou de uma unidade espacial (uma cidade, um país etc.). Nesse movimento, há certamente o risco de se enveredar por uma expressividade exarcebada, descasada das premissas sociais, ou das aspirações comuns da geração ou do tempo específico e mesmo das reais necessidades do espaço já construído. É fundamental, pois, que esse movimento busque a explicitação do sentido da existência concreta; nesse momento, uma certa consciência das autolimitações é uma verdadeira necessidade.

Essa existência não pode ser considerada como um fenômeno de um fundamento, mas deve passar a ser o fundamento de todos os fenômenos. A existência restrita a um corpo concreto e material é a determinação do real, produzindo a essência. Portanto, só existe um

objeto concreto e real, a existência, e por isso, só pode existir uma ciência, a história. Por isso, também, o universal não é capaz de criar o singular; na verdade as duas entidades devem interagir, forçando seus condicionamentos particulares de forma a fazer história. Os choques entre o singular e o universal determinam a direção da história, que nunca se esgota nesta determinação, porque a existência mesma significa encontros e desencontros de vários entes, contendo, assim, uma dimensão incontrolável. A contingência precede a necessidade, mas esta, conforme lembra Maurício Puls, última pretende controlar a contingência:

Primeiro existiu a existência e só depois veio a essência: com isso a necessidade passou a regular a contingência e a essência imprimiu um sentido à existência...a contingência nunca deixa de existir, mas adquire uma estrutura que lhe confere alguma regularidade.⁶⁴⁸

É nesse sentido que o esforço do ente que projeta é sua capacidade de se autodeterminar, convertendo-se em um sujeito que realiza de forma consciente. Essa representação da existência, particular ou de uma geração, ou ainda de um tempo presente, ou de uma unidade espacial, apenas encontra sentido quando intermediada pelos temas objetivos e, portanto, quando é socialmente fiscalizada. Por essa

⁶⁴⁸ PULS, Maurício. *Arquitetura e filosofia*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 420.

razão, podem ser estabelecidas profundas analogias entre a arquitetura e a urbanística e a direção teatral e o cinema, pois se trata de esforços coletivos que visam à concretização de uma obra. Da mesma forma que no teatro e no cinema, a interlocução do projeto concreto perpassa uma série de agentes e atores, tais como clientes, projetistas complementares, consultores, empreendedores, fiscais. Apenas quando está vinculada a esse esforço de auto-expressão, a obra resiste à perda de sua essência original. Daí surge a necessidade do auto-conhecimento, da auto-análise, daquilo que Aldo Rossi tentou realizar em *Autobiografia científica* (Barcelona: Gustavo Gilli, 1984), na qual explicita a sua biografia espacial e desvenda a arbitrariedade das suas escolhas. Rossi revela uma constante preocupação não apenas em desvendar a identificação entre coisa e fantasia, como se esta fosse o objetivo de toda técnica, mas também em reconduzir toda fantasia à sua base ou ao seu fundamento – a materialidade, a vida, o corpo:

Talvez tenha me interessado pela arquitetura graças a algumas lendas místicas, como a Grande Muralha da China ou as tumbas de Micenas. Sabia que se tratava de coisas já passadas e que, talvez, não haviam nunca existido. Mas estas construções, realizadas com corpos humanos, me impressionavam: era o corpo do homem que voltava a ver, feito em cera, nos Sacri Monti, ou nos sótãos de Palermo, ou, também nas igrejas do Brasil. Creio que a identificação da

coisa com a fantasia é o fim de toda técnica. Mas o é também a recondução da fantasia a sua base, a seu fundamento, a terra e a carne.⁶⁴⁹

Rossi descreve uma existência concreta, localizada numa espacialidade específica, dotada de uma experiência particular, objetivando desnudar os complexos meandros de suas opções de projeto. Sua intenção de desvendar as arbitrariedades inerentes ao processo de projeto é uma forma de deixar claro para a sociedade a humanidade presente por trás daquelas concepções, uma forma de desmistificar as complexas decisões envolvidas no esforço do projeto, ampliando sua permeabilidade no seio da sociedade, afastando-se definitivamente de um messianismo vanguardista, potencializando-o no seio de suas limitações. Esse esforço de Rossi o aproxima de outros autores, que nos anos 60 combateram a exclusividade econômica como geratriz do espaço humano⁶⁵⁰. No entanto, ao mesmo tempo, ele manteve-se num distanciamento crítico desses autores, ao reafirmar a dimensão material e objetiva da arquitetura da cidade, sem enveredar pela nostalgia das cosmologias e mitologias dos tempos da tradição. O fato de Rossi se colocar além da dimensão econômica e funcionalista da cidade e do

⁶⁴⁹ ROSSI, Aldo, *Autobiografia científica*, p. 49.

⁶⁵⁰ A listagem é imensa começando por Aldo Van Eyck, Rickwert, Jane Jacobs, Kevin Lynch e Gordon Cullen e outros que combatiam a redução econômico funcionalista da origem e da presença da cidade.

espaço humano não significa que ele tenha abraçado uma mitologia que fazia sentido antes da emergência da filosofia moderna. Na verdade, a busca de Rossi pretende que o agente do projeto ao explicitar sua vivência particular encontre eco junto as experiências geracionais ou locacionais. O que emerge do discurso de Rossi é, a partir da desritualização do mundo moderno, sua tentativa de encontrar sentido na existência particular, que, pela explicitação pode construir identificações variadas em comunidades mais amplas.

Neste mesmo sentido, a metodologia proposta por Gaston Bachelard, em *A filosofia* (Lisboa: Dom Quixote, 1978), revaloriza a imaginação, até então considerada como uma fonte de erro, como fonte de rigor científico. Essa revalorização da imaginação feliz, conciliada com a vertigem poética e totalmente afastada do drama, encontra na habitação sua materialidade positiva, produtora do pensamento inesperado e da criação. É com base nela que Bachelard estabelece a importante distinção entre imaginação formal e imaginação material. A primeira está presa à natureza e, portanto, apenas reproduz o real, enquanto a segunda, com sua independência artificial, emancipada da natureza, possui potencial para propor infinitas transformações. A filiação de Bachelard é sempre a uma materialidade concreta, que impulsiona a vertigem da

descoberta do verso revelador. Seus livros estão repletos de menções ao espaço feliz, a uma topofilia onírica que afasta os espaços traumáticos da psicologia e encara as memórias como reverberações positivas⁶⁵¹. A bibliografia deste autor neste campo inicia-se com *A terra e os devaneios da vontade*, de 1947, em que explora a dialética entre duro e mole e a psicologia da gravidade. No ano seguinte, publica *A terra e os devaneios do repouso*, na qual faz menção à casa natal e à casa onírica. Posteriormente, em 1957, publica o maravilhoso *A poética do espaço*, onde desenvolve o conceito de topofilia, uma negação da separação entre espaço e humanidade, objeto e sujeito. Alguns psicanalistas acusarão essa topofilia onírica de alienação, descarregada de sofrimento e portanto irreal. Bachelard, no entanto não ignora a presença dos espaços infelizes e traumáticos. O que ele propõe à humanidade e aos arquitetos é a concentração nos espaços felizes, uma imaginação seletiva dos espaços vividos. A proposição é a ordenação das memórias felizes para que se atinja a não diferenciação entre projeto e projetista:

⁶⁵¹ “No presente livro, nosso campo de exame tem a vantagem de ser bem delimitado. Isso porque pretendemos examinar imagens bem simples, as imagens do espaço feliz. Nessa perspectiva, nossas investigações mereciam o nome de topofilia” (cf. BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço* (tradução de Joaquim José Moura Ramos). São Paulo: Abril Cultural, 1978, p.191).

Em suma na mais interminável das dialéticas, o ser abrigado sensibiliza os limites de seu abrigo. Vive a casa em sua realidade e em sua virtualidade, através do pensamento e dos sonhos.⁶⁵²

Há, pois, na alteridade aspectos profundamente positivos, que, no entanto, não devem paralisar a ação. Um dos mecanismos mais presentes no pensamento crítico é a paralisia diante de condições adversas ou a simples ampliação interminável da escala dos problemas. Durante anos, o pensamento crítico recusou-se a apresentar propostas, por considerá-las inevitavelmente comprometidas com a manutenção e a reprodução do *status quo*. Essa atitude leva a uma condenação de qualquer urbanismo propositivo, deixando de dar resposta a uma série de práticas, que dominam a produção da cidade brasileira. É importante apresentar, para um debate mais geral de forma a aperfeiçoá-la, uma teoria da operação que certamente deverá estar pautada pelos mecanismos de uma racionalidade não mais centrada num indivíduo isolado, mas numa diversidade de agentes.

⁶⁵² BACHELARD, Gaston, *A filosofia*, p.191.

B.3 A hegemonia do moderno

A hegemonia do termo moderno é talvez a mais complexa de ser abordada, tanto por apresentar uma característica análoga à alteridade, que envolve alguma positividade, como também pela grande variação que o termo apresenta. Essa hegemonia envolve outras correlatas, recentemente conectadas ao termo, como desenvolvimento e progresso, pós-moderno ou ainda hipermodernidade, que demonstram a incrível volatilidade de conceitos do mundo contemporâneo. Na década de 60, moderno significava, progresso, planejamento, vanguarda e violação da tradição. Na década de 80, moderno passa a ser pós-moderno, revelando uma certa aceleração dinâmica do termo. Afinal, o que poderia ser posterior ao presente? Nesse momento, a idéia de luta contra a tradição se dissipa e emerge a questão do passado, do artesanal como parâmetro de qualidade. Na contemporaneidade, a denominação de moderno passa a indicar uma profunda sintonia com uma entidade abstrata, o *mercado*. No Capítulo 1, foi apresentada a luta ideológica travada no interior do termo moderno. Nesta reflexão, procurou-se caracterizar o moderno como a pretensão de autonomia do indivíduo consciente, que, pela ampliação da racionalidade, se torna independente da tradição, produzindo seu próprio destino.

O moderno seria, pois, o aumento da eficiência operativa das esferas econômica, política e cultural, que passam, a partir daí, a incluir maior contingente de pessoas em sua operação. Aquilo que Habermas denomina pela busca de uma autojustificação da ação, desenvolvida a partir do individualismo, ou seja a construção particular de seu sistema de pensamento, abandonando os sistemas pré-estabelecidos. É essa conotação do termo moderno que adotamos nessa reflexão, embora reconheçamos que paira sobre ela um perigoso dilema, apontado por Jameson e também por Arrighi, nas obras já citadas, que vincularam o moderno ao desenvolvimento capitalista e, portanto, profundamente eurocentrado. Arrighi demonstra que a transição entre sistema feudal e capitalista foi realizada numa longa sedimentação de cinco séculos, e que a ideologia do moderno esteve profundamente vinculada à expansão do capital pelo mundo.

Habermas também destacou o desequilíbrio presente no mundo moderno entre racionalidade instrumental e crítica, frisando que a hegemonia da primeira forma de atuar gerou toda a crítica à razão contida na filosofia moderna, desde Nietzsche até Foucault. Esse mesmo superdimensionamento da operatividade e esse declínio da capacidade crítica, que a compreensão do projeto pela sociedade

determina, decorrem de uma dimensão estética do projeto restrita ao nível meramente simbólico ou operacional. A pretensão, no nível do moderno apenas operacional, é a de que o projeto é capaz de estabelecer uma simbologia nova, marcando o território com expressividade apenas comercial. O sistema determinou que todas as atividades e todos os produtos utilizem-se da forma de operar da publicidade, fazendo do projeto um simbolismo comercial exacerbado. Invariavelmente essa operação ligeira tende a um envelhecimento rápido e a descartabilidade da obra, como Adorno e Hockheimer apontam:

...os edifícios monumentais das maiores firmas, publicidade petrificada sob a luz dos holofotes, estão livres de reclames publicitários e exibem no melhor dos casos em suas ameias, brilhando lapidarmente e dispensadas do auto elogio, as iniciais da firma.⁶⁵³

A verdadeira arte é deslumbramento, é experiência inusitada, o que não se coaduna com essa forma de perversão, que, na verdade, bloqueia a arte. A busca incessante e a reafirmação da atividade artística como pretensão do projeto são atribuições dos arquitetos, que, no Brasil, mantiveram uma formação generalista

⁶⁵³ ADORNO, Theodor. W. e HOCKHEIMER, Max. *A dialética do esclarecimento; fragmentos filosóficos* (tradução de Guido Antônio Almeida). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, p. 152.

impulsionadora desse combate. Buscar o enquadramento do projeto de arquitetura ou de urbanismo dentro do fenômeno da arte, isto é, como atividade excepcional, que transcende o mero construir cotidiano, pretende trazer a atividade para a consciência do fazer socialmente relevante. A proposição construída a partir da interpretação do Renascimento e da figura de Alberti, como Cacá Brandão e Elvan Silva reafirmam, funda a tradição arquitetônica e urbanística no Ocidente como uma forma de fazer que concilia o ofício como arte mecânica ou aplicada com o gesto cômico, crítico (arte liberal), que se aproxima da filosofia. Portanto, a afirmação da arquitetura e do urbanismo como operação artística excepcional não pretende afastá-la do cotidiano. Com efeito, os dois campos da arte e do cotidiano se fortalecem por sua ambígua posição entre a contemplação e o hábito. A fruição da arquitetura, que o projeto representa, é sempre no primeiro momento utilitária e tátil e só secundariamente contemplativa e visual⁶⁵⁴. A premissa básica que se destaca nessa concepção é a caracterização, a partir da modernidade do Renascimento, do processo de projeto comportando a objetividade e a subjetividade, no qual nenhuma das duas esferas se sobressai. A idéia do projeto como uma operação

⁶⁵⁴ BENJAMIN, Walter, em *A obra de arte no tempo de sua reprodutibilidade técnica* (tradução de Sérgio Paulo Rouanet). São Paulo: Brasiliense, 1987, discute as artes que propiciam maior distanciamento aurático e as que produzem maior divertimento como uma categoria positiva.

objetiva de resolução de problemas concretos, mas também de expressão autobiográfica particular, encontra no conceito de “programa interpretado”⁶⁵⁵ sua partida operativa. Há uma dualidade entre um pensamento pragmático e outro criativo, uma diferenciação importante entre análise e síntese, que caracterizam a forma de pensar do arquiteto. Na verdade, expressão e mimese estão mescladas no processo, uma vez que toda expressão é uma mimese do sujeito, assim como toda mimese é uma expressão do objeto. Edson Mahfuz assim sintetiza essa idéia:

Se o projeto é concebido como um processo puramente tecnológico ou científico, então o resultado estará fadado a um formalismo pragmático. Se, por outro lado, o projeto é exclusivamente a expressão de uma experiência pessoal, facilmente se pode cair em aberrações formais desenfreadas.⁶⁵⁶

A arquitetura e o urbanismo fundam uma relação complexa e difícil entre sujeito e objeto no mundo das artes, no qual a relação não se resume a um observador que percebe e a um objeto percebido. Em ambas, o sujeito observa, mas também manipula, pois neles desenvolve sua vida – ele dorme, consome, produz, alimenta-se etc.

⁶⁵⁵ Há uma clara analogia entre os conceitos de programa e de programa interpretado e os de programa morto e programa vivo, apresentados por KAHN, Louis, op. cit.

⁶⁵⁶ MAHFUZ, Edson da Cunha. *Ensaio sobre a razão compositiva*. Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Viçosa, 1995, p. 23.

A edificação e a construção do ambiente humano são únicas entre as artes porque também comportam a satisfação das necessidades práticas dos indivíduos. De um lado, está o hábito e a utilização, com sua percepção tátil e desatenta; de outro, está a contemplação, com sua percepção visual e atenta⁶⁵⁷. A arquitetura e o urbanismo, por realizarem a inclusão de um objeto comum na classe das obras de arte, carregam em si a utopia de dissolução da arte no cotidiano.

O termo pós-moderno, conforme demonstrado no capítulo 1, também possui uma enorme variação de sentido, significando desde uma resistência americana ao Ocidente, até uma recuperação da história. A revisão histórica do termo – baseada em Perry Anderson, em *As origens da pós-modernidade* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999), demonstra que, no mundo contemporâneo, este tendeu para uma naturalização e para uma celebração do sistema de operação capitalista. Essa tendência trouxe à tona uma problematização que até a década de 60 estava vinculada fortemente ao termo moderno e que dizia respeito às possibilidades de organização institucional da sociedade e da produção. Um dos debates mais fundamentais do século XX, aquele concernente às variadas formas de organização do Estado e da produção, acabou no mundo contemporâneo sendo

⁶⁵⁷ ARANTES, Otilia. *O lugar da arquitetura depois dos modernos*. São Paulo: Edusp, 1993.

relegado, de forma totalmente irresponsável, a um segundo plano. O socialismo, que no mundo contemporâneo deixou de ser moderno, passando a ser compreendido como ultrapassado e desconectado, já fez parte dessa mesma modernidade.

Acreditamos que a saída para esses impasses está colocada pela própria forma da cidade, que permanece vinculada à modernidade e que envolve a complexa relação entre objeto e hipótese, realidade e projeto. Essa compreensão encerra um impulso que pretende misturar os conceitos acadêmicos iniciados na arquitetura e na urbanística e que se estendem outros conceitos, mundanos, corriqueiros e manipulados pelo senso comum. Essa atitude representa a desconstrução de um saber petrificado e institucionalizado, abrindo espaço para a emergência de um questionamento de todo o saber. Esse questionamento também pretende conferir operatividade ao saber, impulsionando uma forma de atuação que seja inclusiva. Esse sistema de pensamento movimenta-se a partir da perda de uma unicidade, ou de um núcleo duro e coeso do saber, que, ao mesmo tempo, deve-se prevenir contra o relativismo, procurando numa vigília constante, traçar um sentido para que a operação se desenvolva.

Esse sentido só pode ser encontrado no momento histórico concreto em que vivemos e na razão, estando essas duas premissas definitivamente imbricadas. A razão, nesse contexto, não deve ser considerada como algo pronto ou como uma teleologia objetiva, que se revela pela natureza ou pela própria história ou muito menos pela subjetividade isolada.

Na verdade, os desenvolvimentos históricos propiciam os indícios cifrados à razão, sobre as veredas dos processos de formação inconclusos, interrompidos ou mal conduzidos, que volta e meia ultrapassam a capacidade da consciência do indivíduo ou de grupos. A busca de uma auto-certificação incessante, característica do pensar moderno, é operacionalizada a partir das configurações e estruturas que essa forma de pensar/agir assume. Há sempre a presença da dúvida com relação aos perigos do engano e do auto-engano e essa dúvida desperta uma capacidade de aprendizado e de desaprendizado que se entrelaçam de forma definitiva. A idéia da diferença e da alteridade é fundamental nesse sistema, possuindo um potencial inesgotável de didatismo.

A partir desse aprendizado e desaprendizado, emerge a proposta primeira da questão da habitação e num segundo momento da cidade-civilização, uma reconciliação de todas as diferenças numa

coexistência, que se inicia pela programação do espaço. Não um espaço abstrato e isolado na estética, mas o espaço essencial da humanidade, a habitação. Um espaço habitável para o homem contemporâneo, que vive nas enormes metrópoles, que por seu dado inevitável de quantidade, traz uma dimensão de qualidade. Esse dado é a convivência com a diferença e com a diversidade de posicionamentos filosóficos, religiosos, comportamentais etc. que só está presente nessas imensas estruturas. Essa proposta também emerge da interpretação produzida pela fusão entre razão e momento histórico presente, não como um programa já construído e imposto, mas auto-construído por todas as diferenças, que se propõe a discutir o espaço em que vivemos. Nessa proposta são afastados todos os aprioris. É o processo que deve guiar esta nova construção e nesse processo nenhuma voz ou agente deve ser menosprezada, mas todas devem submeter a autojustificação de suas escolhas perante o outro.

Por último, para finalizar o tema da hegemonia do moderno, vale destacar uma dimensão muito particular ao Brasil, uma compreensão desse estágio como a superação de um arcaísmo paralisante que dominava nosso desenvolvimento histórico. Uma afirmação ansiosa da modernidade como abrigo confortável para um país que pretendia se desenvolver a partir do impulso de uma

vanguarda que não compreendia o conjunto da nação. Uma compreensão apressada da modernidade, que não pretendia a inclusão, emblematicamente demonstrada em nossas grandes cidades, onde trechos muito pequenos do território desfrutam de uma urbanidade civilizada, contrapostos a uma imensa massa onde há carência das infra-estruturas mais básicas. Daí a centralidade, para o Brasil, da crítica promovida por Arrighi e Jameson, nas obras já mencionadas, que vincula fortemente o moderno ao desenvolvimento capitalista, destacando que essa conquista não significa a supressão do arcaico, mas muitas vezes sua manutenção a partir de interesses operacionais específicos. A especificidade do desenvolvimento brasileiro é a comprovação mais veemente dos mecanismos de acumulação primitiva e migração dos investimentos dos países centrais para países mais domesticados do ponto de vista das conquistas do mundo do trabalho. A inércia apresentada pelo sistema das grandes potências revela o mecanismo da riqueza oligárquica apontado por Arrighi em *A ilusão do desenvolvimento* como forma básica de operação do sistema capitalista. Essa forma de atuar passa a operar, sobretudo a partir do segundo pós-guerra, no sentido de não mais incluir nações inteiras, mas apenas elites endinheiradas.

A hegemonia moderna, presente no Brasil com esse conteúdo específico, acabou gerando uma ilusão contemporânea bastante particular. Essa atitude, fortemente instalada nos circuitos culturais e presente na crítica arquitetônica nacional mais do que na de outros países, pode ser denominada como uma nostalgia do modernismo. Alguns críticos⁶⁵⁸ detectam no decréscimo da utilização do termo pós-moderno a emergência, radical e incondicional, da celebração do movimento moderno, que representaria a verdadeira força ética do construir no Brasil.

Essa filiação radical abandona a salutar revisão modernista, que buscava estabelecer uma adequação maior a uma sociedade que, embora possuísse traços de continuidade com a moderna, também apresentava mudanças efetivas. O mundo moderno era um mundo de celebração da ciência e da padronização, enquanto o mundo contemporâneo considera a ciência um discurso fragmentado e enaltece a alteridade e a diferença. Um mundo onde não existe mais

⁶⁵⁸ Para Maria Alice Junqueira Bastos, “O termo ‘arquitetura pós-moderna’ no Brasil revestiu-se de significados negativos tanto em termos éticos quanto estéticos” (cf. BASTOS, Maria Alice Junqueira. *Arquitetura brasileira e pós moderno*. São Paulo: Perspectiva, 2005). De acordo com Bruno Padovano, “Chamou-me a atenção, desde o início do seminário a tendência dos debatedores identificarem o pós-modernismo como fato cultural alienígena, tratando-o como fenômeno contraditório, algo na linha de uma doença virótica de sociedades avançadas (leia-se capitalismo pós-industrial norte americano)” (cf. PADOVANO, Bruno. “A arquitetura brasileira em busca de novos caminhos”. In *Revista AU* nº 4, 1986, p. 79-83.

a noção de vanguarda, que relativiza a noção de liderança e que presencia o acesso de massas cada vez maiores aos padrões pretendidos pela vanguarda modernista. Diante desse mundo, onde tudo foi questionado pela racionalidade, onde se questiona a visão segmentada da ciência, desenvolve-se, no Brasil, a crença de que a concepção do projeto modernista encerrava um compromisso ético inabalável, um compromisso de auto-legitimação frente a sociedade. Esse modo de concepção atemporal fazia clara referência a uma construção formal, desvencilhando-se do funcionalismo ingênuo e linear. Observa-se uma revalorização da ideologia de Lucio Costa, que enxergava no corbusianismo um argumento tão transparente que não poderia ser questionado e que, por isso, estaria livre de uma estilização⁶⁵⁹.

De certo modo, a própria forma de operar da arquitetura moderna e sua afirmação como procedimento verdadeiro e revolucionário traziam em seu bojo a destruição da crença no seu próprio sistema, e de todas as crenças em nome de uma autolegitimação. Afinal, como destaca Tafuri, a revisão do movimento moderno se iniciou por seus próprios expoentes, que começaram a fazer experimentações histórico-artesanais a partir do esgotamento do positivismo da

⁶⁵⁹ Ver no capítulo 3, o item sobre Lucio Costa, que caracterizava o modernismo de Warchavichk como um moderno sem estilo.

técnica e da percepção da multidireção da história humana. A crença, por exemplo, de que o industrialismo era a moradia definitiva do capital e de que a sua movimentação no sentido de garantir a todos, sem exceção, um amplo acesso a mercadorias e serviços variados, determinava um otimismo generalizado, como se a industrialização fosse garantir a democracia. Hoje, porém, sabemos que vários setores permaneceram refratários ao industrialismo, particularmente o da construção e que esta era uma estratégia premeditada. Na verdade, o industrialismo logo adequou-se ao poder de reivindicação dos industriais, implantando o declínio da ocupação da mão-de-obra e revelando claramente sua estratégia de classe. Ademais, confirmando o que Arrighi afirma em *O longo século XX*, a indústria revelou-se era uma moradia apenas temporária para o dinheiro. Afinal, um agente é capitalista em virtude de sua moeda ter capacidade de se multiplicar.

Edson Mahfuz destaca corretamente, em *O sentido da arquitetura moderna brasileira*, a necessidade de se construir uma compreensão mais apurada do legado modernista, particularmente na fase anterior a Brasília, no qual a arquitetura brasileira demonstrou grande dinamismo. Ele destaca, sobretudo, a capacidade demonstrada principalmente por Lucio Costa de adaptar um corpo teórico como o

corbusianismo a uma sociedade com expectativa de mudanças. O país revelava então uma grande ansiedade em se desvencilhar de sua face arcaica e atrasada, rural e escravagista, para se constituir num espaço moderno e sintonizado, urbano e capitalista. Era uma estrutura mais conciliada, que se desenvolveu de forma inusitada e bastante promissora. No entanto, a crise dos anos 70 demonstrou que esse espetacular processo de crescimento permaneceu preso a uma mentalidade violenta, ansiosa por aparentar uma imagem moderna, sem sua correspondente estrutura. Portanto, há aspectos positivos na compreensão do esforço empreendido por Lucio Costa, principalmente na sua manipulação da história. Percebe-se neste sistema, uma manipulação dessa bagagem inesgotável de possibilidades que a história representa, mas nunca sua citação literal, na verdade um filtro abstrato modernista impõe uma utilização mais tipológica que mimética, dando-lhe substância e profundidade. Para Edson Mahfuz,

A esses critérios de construção formal, a arquitetura moderna brasileira acrescentou valores da arquitetura tradicional abstraídos, o que lhe permitiu ser parte da produção cultural contemporânea, sem ter que abrir mão de suas raízes históricas. A presença de valores históricos na arquitetura moderna brasileira se baseava na utilização da substância dos precedentes históricos, ao invés da sua aparência, em um

aproveitamento muito mais tipológico do que mimético da sua tradição.⁶⁶⁰

Devemos, porém, reconhecer que esse aspecto positivo também traz consigo uma certa ligeireza da visão histórica, na sua dessintonia com a contemporaneidade e na incompreensão de sua evolução. As atitudes de Lucio Costa eram comprometidas, estavam articuladas com as imposições de momentos históricos específicos, numa clara atitude hegemônica. Um bom exemplo disso é a ausência de crítica frente à construção histórica modernista, particularmente presente no primeiro Lucio Costa, que celebra a sensibilidade colonial, principalmente a mineira, e desqualifica a produção eclética. Essa última é desqualificada porque empostada e dotada de uma erudição falsa e mecânica, na qual as citações eram fruto de uma erudição descolada da operatividade real da construção. Ora, se esse procedimento pode ser verdadeiro na generalização, falseia muito na análise de algumas arquiteturas da época, revisadas pelo próprio Lucio Costa nas suas inclusões mais para o final da vida. Na verdade, suas atitudes ideológicas nunca foram desvinculadas de momentos históricos específicos. Como Elvan Silva assinala⁶⁶¹, há um momento dogmático no qual a

⁶⁶⁰ MAHFUZ, Edson da Cunha, op. cit.

⁶⁶¹ SILVA, Elvan. *O inconcluso debate sobre a brasilidade arquitetônica* arquitextos www.vitruvius.com.br Parece-nos correta a contraposição feita a Mahfuz do texto a

arquitetura moderna brasileira envolveu-se em algumas simplificações grosseiras, que denunciavam seu combate legítimo por espaço e clientes, mas que não ajudaram em nada nossa construção contemporânea mais madura.

O distanciamento histórico contemporâneo permite-nos, hoje, uma atitude mais seletiva que inviabiliza e desaconselha a celebração incondicional do modernismo brasileiro, como se fosse possível sua restauração. Por sua vez, a crítica brasileira permanece excessivamente presa a um raciocínio operativo, abandonando uma atitude crítica em nome de uma celebração que não faz justiça ao nível da moderna arquitetura brasileira e ao pensamento de Lucio Costa. Um traço efetivamente presente nos arquitetos brasileiros é a sua dificuldade de reconhecer, entre as suas atribuições, uma operação intelectual, crítica e precursora, no sentido atribuído por

seguir: “Ora, se a qualidade arquitetônica, como produto e testemunho da cultura, derivar daquele conteúdo temático abstrato que identificamos como sentido, é forçoso constatar que o debate sobre o assunto está inconcluso. O sentido da arquitetura não é o resultado da aplicação de um algoritmo. A fórmula ‘se atende ao programa, é esteticamente válido’ (*utilitas+firmitas=venustas*) é insuficiente para a produção de uma arquitetura que não se contente em ser um modesto simulacro de máquina. A dimensão afetiva da arquitetura, nos planos individual e social, implica no reconhecimento de uma identidade que, por ser identidade, tem traços diferenciadores sugeridos pelo lugar, pela personalidade, pela história e pela cultura”.

Silva aos conceitos de disciplina e ofício⁶⁶². Na verdade, a divulgação dos procedimentos da arquitetura modernista brasileira, particularmente na sua vertente carioca, ficou sempre presa a um empirismo normativo⁶⁶³, isto é, a uma forma de operar na qual os procedimentos de projeto são explicitados conforme o processo se desenvolve e nunca a priori como na crítica preventiva. Percebe-se, portanto, na vertente carioca, um esgotamento das proposições exatamente por falta de um vínculo com um pensamento mais estruturado, que de certa forma foi desenvolvido pela arquitetura paulista. Esse desenvolvimento, concentrado na Faculdade de Arquitetura da USP, conferiu maior organicidade às operações de crítica e de operação, tornando a arquitetura paulista capaz de enfrentar com maior consistência a crise da sociedade detonada a partir dos anos 60.

⁶⁶² SILVA, Elvan. *Natal em outubro: uma pauta para a investigação teórica no domínio do projeto arquitetônico* arqtextos www.vitruvius.com.br. A distinção entre ofício e disciplina é a seguinte: “A mera especulação intelectual, na arquitetura, considera-a uma *disciplina*, enquanto que, no seu significado essencial, arquitetura é um *ofício*, isto é, uma ação (práxis) que visa modificar o mundo visível para contemplar aspirações e expectativas de indivíduos e grupos. As duas teorias antes referidas tratam desta dimensão, ainda que o façam num âmbito que freqüentemente avança sobre o campo especulativo. Mas isto não desfigura seu escopo, que é o de estudar a produção de uma arquitetura de qualidade.”

⁶⁶³ Uso aqui os conceitos explicitados por Elvan Silva no Capítulo 3.

No entanto, se esta última afirmação é facilmente corroborada pela qualidade da arquitetura paulista dos últimos anos, tal fato não encontra rebatimento no nível do urbano, onde se percebe algumas intervenções pontuais memoráveis, mas nunca o enfrentamento sistêmico do problema da cidade. Diante do crescimento explosivo do território em São Paulo, os arquitetos refugiaram-se no edifício, voltando-se, invariavelmente, para si mesmos. Nesse sentido, o desenvolvimento, no Rio de Janeiro, de centros de pesquisas mais estruturados e concentrados sobre a problemática da cidade pode representar o início da reversão do *empirismo normativo* no sentido da *crítica preventiva*, para se obter a *projetualidade*. Nesse mesmo sentido, a cidade do Rio de Janeiro viveu experiências no nível da operacionalidade (Rio Cidade e Favela Bairro) mais estruturantes do que São Paulo, dando-lhe uma clara hegemonia neste campo.

C. A questão da habitação

A questão colocada pela habitação desde a implantação da sociedade industrial moderna foi emblematicamente diagnosticada por Giulio Argan. Para ele, o nosso conceito de cidade abriga em seu cerne uma relação de proporção, de equilíbrio, entre qualidade e quantidade, rompida pelo advento da sociedade industrial. A cidade até então era a representação desse equilíbrio, encarnando, a partir

da proporção entre qualidade e quantidade, poder, cultura, saber e do bem viver. As vanguardas da Europa Central, quando colocaram nos primeiros Ciams a centralidade da questão da habitação, demonstraram empiricamente a relevância deste tema. O próprio Le Corbusier, que no esquema de Kenneth Frampton, em *História crítica da arquitetura moderna* (São Paulo: Martins Fontes, 1997), sucede a essas vanguardas no controle dos Ciams, sempre ameaçou os industriais com o lema “arquitetura ou revolução”⁶⁶⁴. Apesar de todos esses esforços, a questão da habitação continua aberta, significando que ela envolve problemas que vão muito além do positivismo dos arquitetos. A despeito de estar inserida num contexto que certamente envolve muitos outros elementos que não apenas a arquitetura e a urbanística, entre os quais o sistema financeiro, a posse da terra urbana, os transportes de massa, a infraestrutura de uma maneira geral, a habitação continua sendo, no mundo contemporâneo, um direito do cidadão ainda não realizado. Acreditamos que os arquitetos e urbanistas podem retomar, em torno da questão da habitação, aquilo que John B. Thompson, em

⁶⁶⁴ “O instinto primordial de todo ser vivo é de se assegurar um abrigo. As diversas classes ativas da sociedade não têm mais um abrigo conveniente, nem o operário nem o intelectual. É uma questão de construção que está na chave do equilíbrio rompido hoje: arquitetura ou revolução” (cf. CORBUSIER, Le. *Por uma arquitetura* (tradução de Ubirajara Rebouças). São Paulo: Perspectiva, 1977, p. 191).

Ideologia e cultura moderna (Petrópolis: Vozes, 1995) denominou como usos sociais das formas simbólicas.

Diante da questão da habitação, nossa reflexão abandona os procedimentos analíticos convencionais para adentrar pela dimensão propositiva. Não se trata mais, como assinalou Lefebvre em *A revolução urbana*, de uma separação cômoda entre hipótese e objeto, mas da convergência entre eles, usando dos procedimentos da dedução e da indução, atingindo-se a transdução. O mundo contemporâneo coloca um problema fundamental para a razão analítica, que diz respeito à sua incomensurável complexidade. De acordo com essa forma de operar, para se conhecer é preciso separar, classificar e relacionar. Num mundo superdosado de informação essas operações tornam-se por demais complexas ou excessivamente restritivas. A realidade parece que nos escapa, e ao lado de análises bastante apuradas de fenômenos muito restritivos, deparamo-nos com generalizações abstratas, descoladas da vivência. Torna-se, pois, urgente, uma mentalidade propositiva, que, lançando mão da razão analítica, provoque a realidade, pretendendo superá-la. É exatamente a constatação de que a realidade escapa ao sujeito ou ao grupo de sujeitos operantes, impossibilitando-os de vincular uma mensagem singular e objetiva da sua práxis para a

sociedade, que dá origem à proposição de concentração do campo da arquitetura e da urbanística em torno da questão da habitação.

Aqui opera uma categoria cara a Peter Eisemann, em “El fin del clasico: el fin del comienzo, el fin del fin” (1994) – a questão da abstração particular e pessoal, e de certa forma intransferível, que marca todo bom projeto com um certo grau de arbitrariedade, inevitável na operação. Um certo comprometimento com a forma – ao final, uma escolha –, que acaba por transparecer toda a arbitrariedade dessa mesma escolha pessoal. Uma consciência de que, apesar de toda objetivação e autolegitimação cobrada ao projeto, esse ato permanece em essência uma escolha, que deve encantar e seduzir a sociedade. Desenvolve-se, aqui, uma complexa interação entre conteúdo e forma, que já não pertence ao nível da literalidade. Como o projeto é, ao final, conforme já foi dito, uma escolha, emerge sempre, entre muitas questões, a da justificativa da escolha ou da adequação entre energia e comunicação. Dentro dessa problemática, no caso da habitação, há sempre um envolvimento com particularidades muito específicas, pois desde a emergência da alteridade não habitamos mais de forma padronizável, e sim altamente diferenciada. Daí derivam as propostas de que se deve promover o direito à cidade e não só a célula habitacional.

Essa proposição constitui, contudo, um movimento de síntese, que busca a construção de uma continuidade orgânica entre conceito e forma, afastando uma certa empostação pedante não tão ligada aos mundos da vida ou a uma filosofia da prática. Nesse sentido, podemos identificar, ao longo da história da arquitetura, duas formas de conceber diferenciadas, que foram plasmadas pelas escolas como sistemas de pensamento fechados e como respostas concretas frente a arranjos variados da sociedade. De um lado, há uma forma clássica, surgida no Renascimento, mas sistematizada pelas Escolas de Belas Artes apenas no século XVIII, que buscava a justificação num equilíbrio cósmico entre o homem e o mundo. De outro, uma forma moderna ou contemporânea, funcionalista, na qual a demonstração das decisões pode ser explicitada mediante uma nova objetividade massiva e industrial. Ambas possuem a chave da síntese projetual do habitar metropolitano, de uma busca de concentração entre conteúdo e forma, e permanecem operativas no mundo contemporâneo. A maneira moderna continua a mesma até os dias de hoje, sofrendo, porém, uma inflexão de quantidade nos anos 60, quando abandonou a reclusão vanguardista para se disseminar no seio da cultura popular.

Com efeito, os anos 60 espalharam na cultura geral as formas de atuar das vanguardas, destruindo seu heroísmo, que a partir de então não usufruiu mais de qualquer mistificação de resistência, passando a ser absorvido, ao mesmo tempo, no cotidiano generalizado e nas operações de *marketing* cultural, numa velocidade cada vez maior. É importante mencionar aqui as estratégias de Rem Koolhaas em 1(999), que, nas suas referências ao homem desenraizado e cosmopolita das intermináveis periferias das cidades genéricas, atentam exatamente para a emergência do anti-herói contemporâneo. De certa forma, essas estratégias estão muito próximas ao sistema de pensamento de Gordon Cullen, em *Paisagem urbana* (São Paulo: Martins Fontes, 1983), que já destacava a fragmentação da cidade colagem, a emergência de um cotidiano não heróico e de um *zeitgeist* plural e diversificado. Todas essas operações dos sistemas de pensamento emergem, a partir dos anos 60, da questão apontada por Argan relativa à desproporção, na cidade, entre qualidade e quantidade, definitivamente instaurada a partir da era industrial, mas que no tempo pós-década de 60, não sofre mais o efeito da unidirecionalidade das vanguardas. Elas também se aproximam do problema da autojustificação da modernidade, que ao investir fortemente na racionalidade, destrói os sistemas de pensamento muito mais rápido do que os edifica.

Daí decorre a crise do positivismo, da padronização e do funcionalismo, último sistema de pensamento aglutinador do projeto. É nesse contexto que surge a figura de Kahn como novo ordenador das operações de síntese formal, sobretudo após o seu memorável ensaio *Form and design* (1961). Kahn aborda nesse texto a passagem, necessária e constante, na boa arquitetura entre conceito/conteúdo e forma⁶⁶⁵, misturando brilhantemente os processos de delimitação das duas categorias. Nesse procedimento, podemos identificar a chave para a compreensão da forma de operar do arquiteto a partir da crise do funcionalismo, relacionando essa vinculação formal a um compromisso material e objetivo, uma concepção não platônica, mas aristotélica da forma. Trata-se, enfim, de uma concepção não idealizada da forma, não como algo que surge apenas *a posteriori* da conceituação, mas que, pela sua própria maneira de sintetizar o problema, fornece todas as chaves para seu desvendamento. O problema é, de certo modo, elucidado pela diferença existente entre análise e descrição, de um lado, e

⁶⁶⁵ Há, na língua inglesa, uma distinção entre *form* e *shape*, palavras que podem ser traduzidas para o português como, respectivamente forma e configuração. No contexto, Kahn entende a *form* como uma expressão ideal de um conceito, como algo ainda imaterial, mas já vinculado à sua materialidade concreta: tijolo, estrutura, concreto etc. Na concepção kahniana, a materialidade pertence ao reino da idealização da forma.

síntese e proposição, de outro⁶⁶⁶, que diferencia a arquitetura da geografia. Na região do projeto, a análise do arquiteto é propositiva, apontando para a mudança da espacialidade. Surge também um vigoroso compromisso com a forma, que em sua operatividade dentro do processo de projeto acaba construindo uma certa racionalidade compositiva, ou uma repetição recorrente que acaba consolidando-a como solução socialmente reconhecida⁶⁶⁷. Mais uma vez, recorreremos a Mahfuz para detalhar esse ponto:

Este entendimento do todo conceitual – Forma – como algo que não tem dimensão nem forma, não tem presença, é impessoal e existe somente na imaginação, é afim ao conceito aristotélico de forma. Para Aristóteles, Forma é uma idéia central que está presente tanto na criação quanto na apreciação da arte. Essa lei, governadora, abstrata e universal, é que proporciona o essencial, aquilo que é fundamental e invariante, oposto ao que é eventual, o que pode ser diferente.⁶⁶⁸

Os estudos tipológicos da *Tendenza italiana*, que vinculavam fortemente a habitação à cidade, considerando esta última como um catálogo de soluções formais, pretendiam ampliar o conhecimento

⁶⁶⁶ Na verdade, toda a conceituação kahniana está profundamente vinculada à conceituação de Tafuri da arquitetura como crítica operativa da realidade, uma crítica que se faz não mais pela análise, mas pela proposição (ver Capítulo 2).

⁶⁶⁷ Sobre os estudos da *Tendenza* relativos à capacidade de cidades diferenciadas gerarem formas específicas de habitar, ver Capítulo 2, item 2.1.4.

⁶⁶⁸ MAHFUZ, Edson da Cunha, *Ensaio sobre a razão compositiva*, p. 24.

social da matéria, elevando o nível geral da busca da habitação vista como ferramenta da cidadania. A elucidadora diferenciação kahniana entre *form* e *shape* também ganha um claro potencial operacionalizante, no qual a primeira categoria – habitação – tem a função de síntese e a segunda – cidade – possui uma dimensão descritiva. O conceito de ordem de Kahn passa igualmente a ser entendido como um processo capaz de separar a essencialidade do acidental e do contingente. Por isso, permanece a busca da forma modernista enquanto procura por uma identidade do tempo, um *zeitgeist* dotado de tanta intensidade que traz em si a capacidade de superá-lo, como força didática e colonizadora do mundo. A síntese possui um valor conceitual e opera no enfrentamento do problema no nível macro e abstrato, ao passo que a descrição encerra a articulação e o detalhamento da síntese, tornando-a materialmente palpável e executável.

Nesse processo entre síntese e descrição, no qual é elaborado o produto, há uma contaminação mútua e perene nos dois sentidos, fazendo muitas vezes que não só a síntese mude a descrição, mas que também ocorra o contrário. Essa diferenciação aproxima-se bastante daquela estabelecida por Alfonso Martinez em *Ensayo sobre el proyecto* (Buenos Aires: CP67, 1990) entre “definição” e “representação”, que encarnam as categorias evolutivas do processo de projeto. À medida que a representação vai ganhando precisão,

define-se o objeto, mas como iniciá-la sem defini-lo? Esse é o problema da folha de papel em branco, ou do impulso inicial da formulação. Apesar de todo o amadurecimento da pesquisa no campo do conceito, no nível da forma ela ainda se mostra imatura, visto que o processo não se inicia pelo interior da própria forma. Daí a presença do programa de necessidades como uma dimensão de outra esfera, independente da forma, que só se realiza a partir da impressão pessoal do problema concreto. Uma vez mais é inevitável a menção à figura sintética de Kahn, que fazia uma distinção entre programa morto, uma simples listagem de espaços, e o programa vivo, no qual a ordenação arbitrária do tema surge como intuição de um caminho que deve ser aberto e conquistado, isto é, que nunca é dado. Enfim essa complexa relação entre conteúdo e forma que a habitação pressupõe, e que nas sociedades contemporâneas sofre de grande volatilidade, precisa encontrar propostas que ampliem a capacidade de variação da forma⁶⁶⁹.

⁶⁶⁹ Referimo-nos às proposições de desenvolvimento estruturalistas que sugeriam construir neutralidades que pudessem ser apropriadas depois, de maneira diferenciada, do team X. Devem também ser contempladas as propostas de arquitetura líquida de SOLÁ MORALES, Ignasi. *Diferencias, topografias de la arquitectura contemporânea*. Barcelona: Gustavo Gilli, 2003. Sobre este assunto, ver ARAÚJO, Rosane. *Urbanismo em estado fluido*. Rio de Janeiro: Vianna e Mosley, 2007.

Enfocando ainda a complexa relação entre conteúdo e forma, acionada pelo problema da habitação no âmbito das disciplinas, devemos mencionar a distinção entre ofício e disciplina construída por Elvan Silva. Este autor distingue na atividade do projeto uma vertente prática – exercitada nas escolas de arquitetura, nas aulas de ateliês, que envolve exercícios empíricos de enfrentamento de temas variados – e uma vertente teórica e abstrata, que busca um conhecimento mais aprofundado da história e da teoria do projeto, subsidiando uma especulação generalista e humanista do conhecimento. A cisão maior da disciplina aqui apontada dá-se entre teoria do projeto e teoria da qualidade dos objetos arquitetônicos ou urbanísticos. Em ambos os campos, percebe-se um declínio da importância conceitual do que é o ato de habitar, que poderia conter implicações absolutamente revolucionárias para as condições contemporâneas de existência. As disciplinas teóricas de arquitetura nas escolas brasileiras tradicionalmente dedicaram muito pouca importância à gênese da habitação. As disciplinas empíricas, por sua vez, ainda negam importância ao tema da habitação. Contudo, mesmo sem dispor de dados precisos, percebemos uma erosão deste posicionamento. Na verdade, tanto as disciplinas teóricas quanto as empíricas se consolidariam numa terceira categoria, a projetualidade, que, ainda de acordo com Silva, representa a reunião dos dois instrumentais. A projetualidade é uma categoria complexa,

que parte da convicção de que o mundo material ou visível pode ser aprimorado e que é dever dos arquitetos identificar os elementos programáticos e o *modus operandi* apropriado para encaminhar este melhoramento:

Poderíamos conceituar projetualidade como o resultado da posse da bagagem cognitiva e da atitude, tão ampla e diversificada quanto possível, que tornam possível a criação arquitetônica. A projetualidade é o *potencial*, o projeto é a *ação específica*.⁶⁷⁰

É na busca pela projetualidade que deve ser entendida a proposta de revalorização da habitação no seio do campo das idéias da arquitetura e da urbanística, entendida como uma estratégia para reconquistar o metabolismo social mais geral. Na verdade, a expectativa é que essa proposição de revalorização da habitação produzirá uma série de riscos e gargalos, que só poderão ser enfrentados na medida em que se iniciar a promoção da cidade consciente ou cidade-civilização. Esse processo não representa uma teleologia fechada e acabada, mas antes uma proposição a ser construída e que deve ser iniciada imediatamente. À medida que se iniciar o movimento, novas questões serão implantadas, demandando regulação e autolegitimação contínuas que só serão

⁶⁷⁰ SILVA, Elvan, *Natal em outubro: uma pauta para a investigação teórica no domínio do projeto arquitetônico*.

atingidas pelo reconhecimento da diferença e do encontro com o outro. Esse movimento investiga as complexas relações entre sociedade e espaço, partindo da premissa da possibilidade de seu controle pelos processos de plano/projeto. Ele celebra a fragmentação e a processualidade, as quais, a partir da instituição da dimensão da quantidade em nossas sociedades contemporâneas, tornaram-se os grandes dificultadores para o encontro do sentido geral. Paradoxalmente – frente aos grandes riscos que a espécie sofre em sua sobrevivência, provocados pelos desequilíbrios ambientais e sociais, e que deveriam gerar operações consensuais e unidirecionadas –, o encontro desse sentido geral torna-se cada vez mais premente. Observa-se uma clara mistura entre parte e todo e, paralelamente, uma inversão da importância tradicionalmente conferida ao todo, que deveria subordinar a parte, na forma de operar do projeto/plano. Nesse sentido, a reflexão aqui apresentada demonstra uma tendência, presente nos anos 90, de reivindicar maior importância à parte, afirmando e celebrando a fragmentação como objetivo maior do projeto⁶⁷¹. Essa superação só poderá ser efetivada com a procura de uma nova forma/conteúdo,

⁶⁷¹ A caracterização dos anos 90 como celebradora da fragmentação está presente no texto de Rafael Moneo “Paradgimas fin de siglo, los noventa entre la fragmentación y la compacidad”, publicado em *Arquitetura Viva*, Madri, n. 66, maio/junho 1999, p. 17-24, que retrocede esta tradição a Piranesi no Campo di Maggio de Roma.

que, envolvendo uma ética do construir, tem na habitação sua principal vertente, pois trata-se de um problema fortemente instalado em nossa sociedade.

Por conseguinte, no mundo contemporâneo, a questão da habitação continua profundamente vinculada à produção da cidade consciente. Essa estratégia pretende mobilizar contingentes importantes de população, reinserindo a urbanística e a arquitetura como disciplinas centrais na operação do mundo. A questão da habitação também recoloca em cena um reequilíbrio entre forma e conteúdo, uma das premissas mais importantes do projeto.

D. A questão da cidade-civilização

No parágrafo acima, fica clara uma certa autocrítica, revelada pela adoção de uma linha de atuação que relega a um segundo plano a discussão da questão dos sistemas da cidade. Essa linha, embora privilegie claramente o cotidiano mais imediato representado pela questão da habitação, precisa traçar estratégias para uma sustentabilidade mais sistêmica. Ainda que o mundo contemporâneo demonstre um forte preconceito contra qualquer construção sistematizadora, diante dos graves problemas sistêmicos ambientais que o planeta apresenta, torna-se fundamental explicitar o que seria

uma cidade-civilização. Cidades imensas, como São Paulo e Rio de Janeiro ou outra qualquer metrópole, não podem continuar existindo sem investimento em seus sistemas de operação, capaz de fazer delas lugares onde é possível a mobilidade, em todos os sentidos do termo. Por isso é que, nesta última parte dessa longa jornada, o texto se dedica a explicitar também a proposição da cidade-civilização. Assim como na questão da habitação, distanciamos-nos da razão descritiva e adentramos o campo da proposição. Adotando o mesmo procedimento proposto por Lefebvre em *O direito à cidade*, no qual hipótese e objeto estão misturados. As cidades, nas mais diferentes partes do mundo, já apresentam em seu seio *flashes* dessa proposição – a civilização –, consubstanciados na convivência de diversas alteridades, em seus sistemas de transportes, em suas formas de participação e manifestação, ou ainda em sua relação com o meio ambiente. São propostos os seguintes princípios para a construção da cidade-civilização:

- uma cidade da participação efetiva, que promova a inclusão;
- uma cidade voltada para o problema habitacional;
- uma cidade da glamurização do transporte público; e
- uma cidade do meio ambiente.

Diante dessa definição, embasada por esses princípios, deve-se tentar assimilar tanto o sentido preciso do termo – cidade-civilização - quanto a capacidade que cada época propõe para sua utilização. Num mundo desmistificado, afastado das vanguardas, no qual os pensamentos passam a penetrar no tecido social na medida em que demonstram transparência, é preciso se posicionar de forma clara pela elucidação coletiva de qualquer termo. Isto é, em cada projeto que se inicia, é fundamental buscar a compreensão socialmente estabelecida, jamais se mantendo preso a ela, mas sim procurando uma interação que atinja, pelo jogo contínuo, uma nova acepção do termo. Durante o jogo, as relações do jogador com o mundo prático não desaparecem, apenas são suspensas, pois jogar é representar algo para alguém, a própria interpretação particular de um termo. Por isso, a democracia é um ideal a ser constantemente perseguido pelo projeto, pois ela também é um jogo, uma interação específica despida de aprioris, que deve se jogar, não para se atingir a ordem, mas simplesmente ser jogado. De certa forma, essa predisposição está colocada pela estrutura da reflexão aqui desenvolvida desde o primeiro estágio, pois quando se inicia o processo é quase impossível imaginar onde ele vai chegar. A cidade-civilização deve se estruturar a partir da mesma proposição de Carlos Nelson dos Santos, um processo que traz os agentes à tona e inclui suas

interpretações particulares da cidade-civilização, ao mesmo tempo que sujeita essa visão particular aos interesses comuns.

A particularidade do desenvolvimento histórico brasileiro determinou a convivência explosiva, no espaço do país, entre modernidade e arcaísmo, e, ao mesmo tempo, a ausência absoluta de qualquer mecanismo que possibilitasse alguma mobilidade social. Nesse sentido, foi colocado no Capítulo 3 que nossa grande questão contemporânea era produzir um impulso modernizante que fosse construtor de uma cidadania inclusiva. A simples transformação, pouco estruturada, de país rural em urbano determinou que nossas cidades tenham ilhas muito reduzidas de cosmopolitismo, contrapostas a um imenso território desassistido de qualquer infraestrutura. Os desafios neste campo são imensos e não se restringem apenas ao âmbito do espaço, de sua produção e de sua gestão, que são as atribuições dos arquitetos. Envolvem igualmente questões jurídicas, econômicas, educacionais que precisam ser enfrentadas por outros campos. O horizonte das cidades brasileiras é carregado por uma desproporção descomunal entre qualidade e quantidade, para restringirmo-nos à fórmula proposta por Argan em *História da arte como história da cidade*. Essa pesada engrenagem, contudo, não deve constituir um impedimento para a o

enfrentamento dos graves problemas. É necessário iniciar a proposição de uma teoria da operação.

Essa teoria da operação deve partir do arcabouço institucional já construído, utilizado de forma crítica e operativa. A Constituição de 1988 contém um princípio geral de regulação desse processo, quando, a despeito de garantir o direito de propriedade em todo o território nacional, determina que este direito deve atender a sua função social⁶⁷². Aliás, o texto constitucional afirma, em seu artigo 182, que a cidade deve ser o agente que realiza o pleno desenvolvimento das funções sociais, o que reconhece que o cenário urbano é o palco efetivo para a intermediação e para a mobilidade sociais⁶⁷³. Os princípios básicos da Constituição são detalhados no Estatuto da Cidade, aprovado 13 anos após sua promulgação, em 2001, o que demonstra a luta ferrenha travada nesse campo. Os arquitetos e urbanistas brasileiros, tendo como ponto de partida este marco regulatório, um instrumental mais afeito ao plano que ao projeto, depositaram uma forte esperança na

⁶⁷² Constituição Federal artigo 5º, incisos XXII e XXIII. OLIVEIRA, Isabel Cristina Eiras de. *Estatuto da cidade para compreender...*. Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, 2001.

⁶⁷³ O artigo 182 da Constituição Federal afirma literalmente o seguinte: “A política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes”.

modificação da realidade das suas cidades. O Estatuto da Cidade contém instrumentos que pretendem regular a tendência da aplicação do capitalismo sobre o território da cidade, tais como a contribuição de melhoria, limitações administrativas, as zonas de especial interesse social, que podem ser definidas em áreas já ocupadas ou em áreas a ser ocupadas⁶⁷⁴ e a desapropriação. Fica claro, por todos esses instrumentos, que a grande expectativa para a reversão de alguns aspectos da desigualdade das cidades brasileiras encontra-se no âmbito institucional, mais precisamente no Plano Diretor, o que nos obriga a contemplar as complexas relações entre as esferas do plano e do projeto.

No âmbito deste estudo, já discorreremos sobre como, a partir dos anos 70, a crença na capacidade do Plano Diretor de efetivar as mudanças no solo da cidade começou a ser desmontada. Entendemos, com Nuno Portas, em *Urbanismo e sociedade: construindo futuro* (Rio de Janeiro: UFRJ, 1996), que a dimensão das duas atuações profissionais – a do arquiteto e a do urbanista – estão definitivamente misturadas e integradas no mundo contemporâneo. A emergência do termo “estratégico” aponta para essa situação, indicando que o plano não é mais um instrumento

⁶⁷⁴ A proposta de Zeiss planejadas, pretende fazer frente a demanda da população brasileira que não acessa o financiamento formal

que determina ações concretas a serem empreendidas, indicando antes agentes capazes de enfrentar uma série de problemas, procurando sensibilizar e gerar sinergias. A principal crítica aos planos diretores é a sua recusa em levar em consideração a noção de tempo da cidade e a de recursos e meios disponíveis para se obter a cidade pretendida. Além disso, as reais possibilidades das técnicas de previsão e de controle do organismo urbano como um todo começam a ser questionadas, conforme assinala Portas:

A cidade explodiu, a cidade é assumidamente feita de bocados, partes, a cidade responde a segmentos da demanda muito diferenciados e o mundo da arquitetura não é mais o mundo do consenso.⁶⁷⁵

No entanto, diante do mundo pós-hegemônico, não podemos descambar para um relativismo paralisador. Se a presença da estratégia aponta para a elaboração de planos mais consensuados e processuais, em que as definições aparecem como referências para a negociação, devemos ter claro o que pretendemos quando propomos a mistura entre as práticas de projeto e plano. Se o mundo do imediato pós-guerra era um mundo de onde se partia do geral para o particular, no nosso mundo contemporâneo as duas esferas estão definitivamente imbricadas. Portanto, o plano passa a contar – e a apontar para – com o projeto, ao mesmo tempo em que

⁶⁷⁵ PORTAS, Nuno, op. cit.

este último usa de procedimentos típicos do plano. Tidentificamos exatamente esta tendência quando assistimos, contemporaneamente, a operações de planejamento nas diversas cidades brasileiras que, por razões estratégicas ou demonstrativas, designam projetos específicos como sendo do seu interesse. Por outro lado, quando observamos projetos que pretendem um gradualismo de sua implantação ao longo do tempo, diluindo suas ações para testar sua recepção, também percebemos a contaminação do plano no projeto⁶⁷⁶. Para uma maior precisão na atuação, convém definir claramente os conceitos de plano, projeto, programa e estratégia, para depois entender as contaminações que essas esferas de atuação, que a princípio não são negativas, sofrem no mundo contemporâneo. O plano ou planejamento é uma ação que faz previsão para o futuro, mas convive com a incerteza e com a indefinição. Já o projeto, embora também constitua uma ação, pretende antecipar-se ao futuro, tornando-o previsível, e não admitindo a incerteza e a dúvida. O programa, que no linguajar do ofício é invariavelmente muito mais ligado ao projeto que ao plano, é um corpo de definições antecipadoras. A estratégia parece muito mais vinculada ao plano do que ao projeto e é um modo de atingir os

⁶⁷⁶ Mencionamos aqui uma experiência profissional particular, a urbanização do eixo do rio Paraibuna, na cidade de Juiz de Fora, com 20 km de extensão. Por sua dimensão, bem como pelo seu custo, foi sugerida à prefeitura local uma estratégia de implantação de mais longo prazo, típica dos mecanismos de planejamento.

fins almejados, apontando as etapas e os agentes. Portas lembra que

algumas cidades fizeram experiências interessantes ao começar por um projeto local ou setorial, do qual pelas suas virtualidades de âncora, ou efeito demonstrativo multiplicador vêm depois a desencadear-se ações de planejamento com uma lógica mais complexa e global.⁶⁷⁷

Complementando o arquiteto português, podemos afirmar que é necessário contaminar também o projeto com procedimentos típicos do plano, explicitando, por exemplo, uma sucessão de implantações na qual se mede e se ajusta a apropriação da população às estruturas propostas. Ou então, quando a partir do projeto, materializam-se e reúnem-se agentes diversos, que só podem se organizar efetivamente quando são montadas as assembléias legitimadoras. Ou ainda, quando o projeto exhibe um cardápio de possibilidades que podem ser montadas de formas variadas, dando respostas a um horizonte futuro incerto ou a uma articulação social emergente. Portanto, podemos afirmar que o projeto passa a ter uma função de esclarecer seu próprio programa, avaliando constantemente a pertinência e a coerência deste com relação à real expectativa da sociedade.

⁶⁷⁷ PORTAS, Nuno, op. cit.

Essa tendência à mútua contaminação entre as atividades do plano e as do projeto corrobora a estrutura de montagem genérica que a profissão desenvolveu no Brasil, conferindo diplomas de arquiteto e urbanista. Essa ordenação institucional também é fruto de uma ideologia que conquistou a hegemonia no meio profissional e que determina que o profissional formado nas escolas superiores do Brasil tenha uma formação genérica que dê conta dos campos da arquitetura e do urbanismo e que seja capaz, portanto, de elaborar projetos e planos, independentemente de suas escalas. A ideologia instalada no Brasil considera que arquitetura e urbanismo não devem ser divididos, pois, juntos, aprimoram a excelência da atuação. Assim, um urbanista que tenha conhecimento das complexas articulações por trás do objeto arquitetônico, da mesma forma que um arquiteto que possua uma profunda compreensão do fenômeno da cidade, tem mais condições de se aproximar da excelência da disciplina. Essa ideologia, vale frisar, manteve-se generalista frente a uma especialização geral dos vários campos do conhecimento.

Segundo o Estatuto da Cidade, um dos instrumentos capazes de garantir um equilíbrio entre interesses privados e públicos são as operações urbanas consorciadas. Essa modalidade vem

despertando grande interesse tanto no âmbito das gestões das cidades brasileiras, bem como em uma série de agentes privados que pretendem o lucro. As operações urbanas consorciadas são transformações do solo da cidade pretendidas pelo poder público municipal que visam coordenar os interesses de proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar nesta área, melhorias sociais e a valorização ambiental. O instrumento, quando usado de forma transparente, pode vir a representar uma importante forma de desenvolvimento das cidades brasileiras, uma vez que, ao definir interesses, agentes e impactos, torna o jogo urbano mais claro e objetivo.

Além do arcabouço institucional já montado, que se baseia na ideologia do Plano Diretor, a proposta de cidade-civilização comporta a questão dos transportes coletivos de massa. O transporte público de massa não produz bens materiais tangíveis, nem educação de qualidade, nem saúde, nem cultura, nem informação, nem diversão. No entanto, ele possibilita o desenvolvimento de cada um desses itens de forma disseminada na sociedade. Dados do Plano Diretor de Transportes Urbanos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (PDTU-RJ), coletados entre outubro de 2002 e dezembro de 2003, revelam um baixo índice de mobilidade da população dentro deste território: 46,6% de uma

população total de aproximadamente 11,3 milhões de pessoas estão imóveis dentro deste território. Esse dado é particularmente alarmante quando comparado com os indicadores dos países centrais, que apontam para níveis entre 5 e 12%, o que revela que grande parte desse imenso contingente populacional não desfruta das benesses que a vida numa megacidade pode oferecer. O PDTU-RJ mostra também que quando se distribui essa imobilidade pelos diferentes graus de escolaridade e pelas faixas de renda percebe-se que 80% da imobilidade concentra-se entre os analfabetos e 55% nas faixas de renda entre 0 e 2 salários mínimos⁶⁷⁸. Esses dados deixam claro que o desenvolvimento no Brasil não promove a inclusão massificada nem a generalização das oportunidades. Outro dado impressionante relativo à população que se locomove neste território é que 30% utilizam meios não motorizados (bicicleta e a pé). Uma outra constatação, à qual se chega quando se caminha à noite pelas ruas do centro da cidade nos dias de semana, refere-se à presença de uma imensa população que simplesmente dorme ao relento, ou debaixo das generosas galerias propostas pelo Plano Agache. Contudo, essa mesma caminhada, se feita nos fins de semana, não mostra o mesmo contingente populacional. Especialistas em transportes apontam que essa massa trabalhadora

⁶⁷⁸ Segundo o PDTU-RJ, os índices dos países desenvolvidos de imobilidade tendem a se concentrar nas faixas etárias mais novas e mais velhas.

não tem acesso ao movimento pendular diário, mas apenas semanal. Tudo isso revela, em toda a sua crueza, a inacessibilidade das tarifas praticadas pelo transporte público na cidade do Rio de Janeiro, que certamente se repete em outras regiões metropolitanas nacionais.

Nas cidades brasileiras há uma supremacia absoluta dos transportes motorizados, ônibus e carros particulares, que, além de ampliarem sobremaneira as emissões de CO₂, representam uma demanda de obras viárias nunca atendida. Segundo dados do PDTU-RJ, 26% dos transportes motorizados consistem em veículos individuais e 74% de veículos coletivos. Se somarmos a esses dados a desarticulação e até a competição entre modos de locomoção no Rio de Janeiro, chega-se a uma situação insustentável, causada pelo completo desleixo dos órgãos públicos em relação a esse item fundamental. É absolutamente urgente propor a *glamurização* do transporte público, o que, aliás, já pode ser percebido numa série de cidades⁶⁷⁹. A era da hegemonia do carro e dos transportes baseados em combustível fóssil parece estar se encerrando. É importante, como assinalou Cristóvão Duarte em *Forma e movimento* (Rio de

⁶⁷⁹ Medellin e Bogotá, na Colômbia, apresentam as experiências recentes mais difundidas pela criatividade na busca de soluções para os problemas dos seus sistemas de transportes de massa. Contudo, Curitiba e Madri também podem ser mencionadas.

Janeiro: Vianna e Mosley, 2007), voltar a articular os pedaços destroçados da cidade, que foi retalhada pelas autopistas.

A vantagem aparente do carro, logo no início de sua conquista das cidades, é que não demandava obras de infra-estrutura específica, reforçando seu caráter de improvisado contingencial e individualista. A inserção de Los Angeles na antologia dos projetos urbanos emblemáticos (ver Capítulo 3) assume exatamente essa vertente de provocação, pois ela segue colonizando as diversas formas de viver pelo mundo afora. Muito dessa fetichização do bem viver, potencializada pelo cinema e pela televisão, tem a ver com as diferentes formas de sedução desse tipo de locomoção nas mais diversas operações do cotidiano. Afinal, todos em Los Angeles parecem ser jovens, ricos, já apareceram na TV e dirigem um carro. A supremacia do carro individual é absoluta, não só do ponto de vista de seu valor de uso, mas principalmente com relação ao fetiche que ele representa – poder, ascensão social, liberdade de locomoção etc. Mesmo na Europa, berço da cidade medieval, pré-industrial, e com um invejável patrimônio de cidades anterior à hegemonia da circulação de veículos particulares, ocorreu a violenta implantação de imensas autopistas que ampliam a homogeneização e a fragmentação da cidade contemporânea. Basta uma visita as

periferias de Madri ou Paris ou mesmo Veneza para se perceber o esgarçamento do território promovido pelo carro individual.

Por conta disso, é absolutamente central propor sistemas de transportes de massa que representem um incremento civilizacional. Como destaca a metodologia de Lefebvre, já podemos desfrutar de uma série de *flashes* dessa situação em cidades como Nova York, Londres, Paris e mesmo Curitiba, que possuem sistemas de transportes articulados. Nesses lugares, a população local se orgulha de seus sistemas de transporte. Há, neles, uma concentração diária de diferenças variadas que se agrupam desinteressadamente, demonstrando fisicamente a capacidade didática da cidade. A história particular das cidades abriga momentos em que, certamente, o sistema de transportes de massa também agregava outros valores. As recuperações recentemente propostas em Santos e em Belém, onde circuitos de bonde estão sendo reimplantados, pretendem demonstrar as possibilidades de transportes variados, mais próximos da velocidade do corpo humano. Um outro exemplo é o bairro de Santa Teresa, no Rio de Janeiro, que manteve seu sistema de circulação por bonde e onde se desenvolveu uma interação positiva entre população e meio de transporte.

Na história oral carioca, percebe-se uma série de movimentos que pretendeu estabelecer uma diferenciação no interior do sistema de transportes de massas. São exemplos disso, as experiências, na década de 50, dos bondes da ópera, que eram exclusivos para o público do Teatro Municipal, ou, em anos mais recentes, quando a companhia do metrô carioca incentivou a ida aos desfiles das escolas de samba em suas composições. É fundamental estimular esse discurso diferenciador, reaproximando os meios de transporte da opinião pública. Nesse sentido, conforme já foi apontado no Capítulo 3, o Rio de Janeiro pode ser encarado como um emblema. Seu sistema de trens urbanos possui uma dimensão invejável, mesmo quando comparado com cidades do mundo mais desenvolvido. Certamente isso se deve ao fato de o Rio ser a única cidade do Brasil de grande porte antes da implantação da hegemonia do automóvel no mundo, após a 2ª Guerra. Apesar de sua capacidade ser hoje subutilizada, o sistema de trens urbanos da cidade conecta a imensa região metropolitana ao emblemático edifício da Central do Brasil, um dos ícones mais conhecidos do Rio.

É fundamental, na cidade contemporânea, reconstruir esse pensamento sistêmico relativo à mobilidade das massas para que se alcance a ampla mobilidade no território, que poderá possibilitar uma ascensão social mais diversificada. O vetor de massificação do

mundo pós-anos 60 deve ser incentivado e potencializado. O sistema de transportes deverá procurar atingir os mundos da vida em sua cotidianidade, fornecendo uma mobilidade total à população e procurando, ao mesmo tempo, afastar as romantizações comerciais que se observam nos mais variados quadrantes. Em outras palavras, na contemporaneidade, sempre que se amplia a qualidade de um serviço pretende-se uma valorização de suas tarifas. A idéia é buscar a massificação produtora de redução de tarifas. Esse tipo de operação está constantemente presente e deve sofrer uma vigília constante, pois como alerta Arrighi, em *A ilusão do desenvolvimento*, a lógica da riqueza oligárquica está sempre articulando formas de gerar, pela renda, um movimento de exclusão, nunca de inclusão⁶⁸⁰. Mesmo no transporte coletivo percebe-se, a partir da diferenciação, um movimento voltado para a sua elitização, que inclui a construção de cidadelas protegidas por toda parte. É importante reafirmar que a segregação sócio-espacial é produto e vetor da produção de mais desigualdade.

⁶⁸⁰ Referimo-nos à intervenção da Costanera Norte de Buenos Aires, um ramal turístico que atinge a localidade de Tigre, cujos preços são acessíveis apenas aos turistas e os portenhos com maior poder aquisitivo. A lógica da gentrificação também pode, portanto, estar articulada aos transportes públicos de massa.

A discussão da questão da cidade-civilização deve também dar respostas para os graves problemas ambientais do planeta no seio da própria prática da cidade. A questão ecológica ou ambiental está tão permeada na sociedade que deveria ser tratada no âmbito da hegemonia. No entanto, na nossa reflexão, ela faz parte da construção da cidade-civilização, pois acreditamos que é dentro da dinâmica urbana que se pode atingir os melhores resultados neste campo. Partimos, novamente, da dinâmica proposta por Lefebvre em *O direito à cidade*, de não separação entre objeto e hipótese de poder de indução e induzido. A cidade, no mundo contemporâneo, deixou de ser o lugar da artificialidade das condições de vida para tornar-se o local onde se sensibiliza o poder para o desenvolvimento de uma aproximação mais harmônica entre humanidade e meio ambiente. Várias lutas ecológicas encontram um poder de divulgação fantástico nas cidades, basta ver as manifestações de Seattle ou as reuniões do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre. Uma atitude filosófica que pressupõe a construção de uma consciência mais articulada aos ciclos da vida. Já foi apontado aqui, mas é sempre importante repetir que é fundamental insistir na materialidade da sobrevivência da vida do indivíduo ou de grupos em comum. O trabalho e a inevitável cooperação de indivíduos socializados que dele emerge conformam o processo de autoconstituição histórica da espécie. Essa é a única hipótese capaz

de reconstruir uma interação social propositiva e positiva diante dos graves sintomas de ameaça à espécie, revelados pelo clima do planeta. A emergência da consciência ecológica significa a domesticação da racionalidade humana, arrancando-a de sua pretensão messiânica e recolocando-a numa lógica presa aos ciclos da vida. Com ela surgem termos como biopolítica, biopoder, bio sociedade⁶⁸¹, que indicam uma compreensão mais holística das atividades humanas. A racionalidade abandona a unidirecionalidade, submetendo-se ao embate de lógicas variadas, compreendidas dentro de uma interação biológica. A própria teoria de Niklas Luhmann, destacada no Capítulo 1, retira muito de sua vitalidade de construções feitas a partir da compreensão dos sistemas ecológicos.

No mundo contemporâneo, a consciência de que preservar significa, muitas vezes, ampliar e promover a aproximação antrópica passa, cada vez mais, a fazer parte do senso comum. Nesse sentido, a cidade do Rio de Janeiro desfruta de uma didática inigualável, pois foi construída num sítio muito particular. A aproximação entre cidade e conjuntos ecológicos importantes dotados de uma grande biodiversidade, como os maciços da Tijuca, da Pedra Branca, no município do Rio de Janeiro, do Tingui, em Nova Iguaçu, da serra do

⁶⁸¹ NEGRI, Antônio e HARDT, Michael. *Multidão* (tradução de Clovis Marques). Rio de Janeiro: Record, 2005,

Mar, em Duque de Caxias, é testemunha das imensas possibilidades didáticas dessa aproximação antrópica. Documentário produzido pela *National Geography* considera a biodiversidade presente nesta megacidade, discriminado inclusive o porte das espécies, como algo absolutamente inusitado, e levanta a possibilidade de contaminações importantes para outras cidades. Sintomaticamente, o ciclo mostrado no documentário abrange os procedimentos da vida natural no espaço de um ano, entre dois carnavais. O próprio conceito de corredores ecológicos⁶⁸², que hoje norteia uma série de movimentos de preservação ambiental, está materialmente assinalado no mapa da cidade. Para tal, basta que se observe com mais atenção a continuidade e a extensão espacial dos maciços da Tijuca, da Pedra Branca e do Tingui, ou o imenso conjunto de manguezais que contornam as baías de Sepetiba e da Guanabara.

Ainda no Rio de Janeiro, foi destacada no Capítulo 3, juntamente com a avaliação do pensamento de Lucio Costa, a imensa

⁶⁸² O conceito de corredor ecológico é uma estratégia de conservação amplamente discutida nos meios ambientais brasileiros, e pretende construir uma convivência mais harmônica entre atividades humanas e preservação de biomas importantes. A idéia parte do pressuposto de que para muitas espécies é importante construir a continuidade espacial de biomas, garantindo que as variadas espécies possam manter uma mobilidade reprodutora. A intenção é que fazendas contíguas reservem áreas preservadas, possibilitando que as espécies naturais mantenham esta mobilidade reprodutora Atualmente no Brasil há o desenvolvimento do corredor cerrado-Pantanal e o cerrado-Amazônia. Ver www.ibama.gov.br/ corredor ecológico

visibilidade desfrutada pela Lagoa Rodrigo de Freitas na Zona Sul, em contraposição à total intransparência das lagoas da Barra da Tijuca e da Baixada de Jacarepaguá, promovida pelo plano deste consagrado arquiteto. Acredita-se que a invisibilidade das lagoas da Barra foi em grande parte responsável pelo seu estado de conservação. Efetivamente essas unidades ecológicas da Barra da Tijuca e da Baixada de Jacarepaguá não se inserem no cotidiano geral da cidade, tornando a sua preservação muito mais difícil. Em contraposição, a lagoa Rodrigo de Freitas constitui um patrimônio socialmente vigiado e preservado por uma ampla parcela da população, o que impede o seu desaparecimento como conjunto ecológico importante. Especialistas na área ambiental, entre os quais aqueles organizados no Núcleo Interdisciplinar de Meio Ambiente (NIMA), da PUC-Rio, destacam a riqueza da biodiversidade presente nesses conjuntos lacunares, classificando-os como unidades de conservação de fronteira. Isto é, são conjuntos ecológicos situados entre duas biodiversidades, o mar e a rede fluvial que desemboca nestas lagoas, configurando um meio ambiente dinâmico, onde ora prevalece a salinidade marinha ora as características dos mananciais. Encontra-se em curso na Região Metropolitana do Rio de Janeiro uma série de intervenções que pretendem construir uma aproximação positiva entre cidade e meio ambiente, dentre os quais o trabalho de Fernando Chacel nas

bordas das lagoas da Barra, mostrado no livro *Ecogênese*, ou a intervenção promovida pela Prefeitura de Niterói de reurbanização da Praia de Piratininga, realizada pelo escritório Archi 5 arquitetos associados Ltda. Essas iniciativas características demonstram a imensa capacidade instalada na cidade na busca de uma atitude mais integradora entre homem e meio ambiente.

Terminada esta descrição dos processos já em curso de estabelecimento da cidade-civilização, podemos levantar as seguintes questões, a partir dos questionamentos apresentados ao longo de todo esse trabalho:

- a estetização pronunciada do debate sobre a arquitetura e conseqüentemente sobre a cidade estaria deixando arquitetos e urbanistas descontextualizados da matéria, envoltos numa idealização desvinculada da efetiva produção do nosso ambiente construído?
- a historiografia arquitetônica e urbanística teria dado extrema importância a um personalismo exagerado, escondendo a construção coletiva dos paradigmas construtivos de nossas cidades?
- a financeirização exagerada deste nosso último estágio do capitalismo isolou os formuladores da cidade em grandes

corporações, onde o valor cultural fica sempre fragilizado diante de exigências econômicas?

- a lógica da construção de nosso ambiente sobre a face da Terra está inexoravelmente condenada a ser descartável e móvel, e portanto descompromissada com o tempo da cidade passada?
- a dinâmica de nossa sociedade contemporânea não permite mais a sistematização da construção do ambiente humano numa estrutura semelhante a da linguagem, estando nossas cidades condenadas ao caos?
- essas estruturas, na sua diversidade e no seu potencial criativo, nunca tenderiam à estabilidade das etapas, pois alimentam-se do caos?
- as cidades teriam perdido sua função dentro do desenvolvimento humano e tenderiam ao desaparecimento?

Enfim essas questões, extremamente complexas, certamente não encontrarão respostas fáceis. Acreditamos, porém, que apenas o debate em torno delas pode ajudar-nos a empreender uma prática profissional mais consciente e coerente, capaz de ampliar o processo civilizatório de forma geral.

BIBLIOGRAFIA:

ABIKO, Alex ; PEREIRA, Priscila Maria Santiago - **Conjuntos habitacionais em São Paulo: o projeto Cingapura** – www.pcc.usp.br

ADORNO, Theodor W. e HOCKHEIMER, Max – **Dialética do Esclarecimento** - editora Jorge Zahar 1985, tradução de ALMEIDA, Guido Antonio do original *Dialektik der Aufklärung* Fischer Verlag Frankfurt 1969

ALEXANDER - **Ensaio sobre a síntese das formas** – EDITORA Gustavo Gilli 1969

ALEXANDER - **Um modo intemporal de construir** – EDITORA Gustavo Gilli 1970

ALEXANDER - **Uma linguagem de patterns** – EDITORA Gustavo Gilli 1973

ALEXANDER - **Urbanismo e participação** – EDITORA Gustavo Gilli 1974

ANDERSON, Perry – **Considerações sobre o marxismo ocidental** – Boitempo Editorial São Paulo 2004

ANDERSON, Perry – **As origens da pós modernidade** – Jorge zahar Editores Rio de Janeiro 1999, traduzido por PENCHEL, Marcus do original The origins of postmodernity verso Londres 1998

ANDERSON, Perry – **A cultura do Dinheiro** – editora Vozes Petrópolis 2001

ARANTES, Otília – **O lugar da arquitetura depois dos modernos** – editora Edusp 1993 São Paulo

ARAÚJO, Rosane – **Urbanismo em estado fluído** – editora Vianna e Mosley Rio de Janeiro 2007

ARGAN, Giulio Carlo – **História da Arte como História da Cidade** – editora Martins Fontes 1992, São Paulo, traduzido por CABRA, Pier Luigi do original - *Storia dell'Arte come Storia della Città* - Editori Riuniti Roma 1984

ARGAN, Giulio Carlo – **Cidade Ideal e cidade real em História da cidade como história da arte** – editora Martins Fontes 1992 São Paulo, traduzido por CABRA, Pier Luigi do original *Storia dell'arte come storia della città* editora Riuniti 1984 Roma

ARRIGHI, Giovanni – **O longo século XX, dinheiro poder e as origens de nosso tempo** – editora Unesp 1996, traduzido do original – *The long twentieth century* – Meard Street Londres 1994

ARRIGHI, Giovanni – **A Ilusão do desenvolvimento** – Editora Vozes 1998 Petrópolis, traduzido do original *Workers of World at century's end* 1997 por VASCONCELOS, Sandra

ARTIGAS, João Batista Vilanova - **Cadernos dos Riscos Originais** –editora Fauusp 1998 São Paulo

ARTIGAS, João Batista Vilanova – **Caminhos da Arquitetura** – Cosac e Naif 2004 São Paulo

AYMONINO, Carlo – **Lo studio dei fenômeno urbani** – Edizione Officina Roma 1997

AZEVEDO, André – **A vida que ferve nas ladeiras do pelourinho** – editora UFBA 2003 Salvador

BACHELARD, Gaston – **A Formação do Espírito Científico** – editora contraponto 1996 Rio de Janeiro

BACHELARD, Gaston – **A chama e a Vela** – editora Bertrand Brasil Rio de Janeiro 2002, tradução LINS, Glória de carvalho do original *La flame d'une chandelle*

BACHELARD, Gaston – **A poética do espaço** – editora Abril cultural 1978 São Paulo pg191 tradução de RAMOS, Joaquim José Moura do original *La poétique de l'espace* Presses universitaires de France 1957

BASTOS, Maria Alice Junqueira - **Arquitetura brasileira e pós moderno** – editora perspectiva 2005 São Paulo

BENEVOLO, Leonardo – **A cidade na história da Europa** – editorial Presença 1995 Lisboa

BENJAMIM, Walter – **A obra de arte no tempo de sua reprodutibilidade técnica** – editora brasiliense 1987 São Paulo, tradução ROUANET, Sérgio Paulo do título *Auswahl in Drei Baenden* Suhrkamp Verlag Frankfurt 1966

BOHIGAS, Josep – Jornal La Vanguardia 01/02/2004 Muralhas de Cristal Barcelona 2004

BORJA, Jordi – **Barcelona y su urbanismo, éxitos pasados, desafíos presentes, oportunidades futuras** – organizado por MUXÍ, Zaida em Urbanismo em el siglo XXI ediciones UPC 2004

BOFILL, Ricardo – Jornal La Vanguardia 01/02/2004 Muralhas de Cristal Barcelona 2004

BOSI, Alfredo – **A Dialética da Colonização** – editora Companhia das Letras, São Paulo 1992

BOUNDUKI, Nabil – **Afonso Eduardo Reidy** – editorial Blau Lisboa 2000

BONDUKI, Nabil Georges – **Origens da habitação social no Brasil; o caso de são Paulo** – Tese de doutorado FAU-USP 1994

BONDUKI, Nabil – **Habitar São Paulo, reflexões sobre a gestão urbana** – editora estação Liberdade São Paulo 2000

BRANDÃO, Carlos Antonio Leite Brandão – **A formação do homem moderno vista através da arquitetura** – editora Ap Cultural 1991 Belo Horizonte

BRANDÃO, Carlos Antonio Leite – **Quid Tum? O combate da arte em Leon Battista Alberti** Editora da UFMG Belo Horizonte 2000

BRANDÃO, Carlos Antonio Leite – **Grupo Galpão: 15 anos de risco e rito** – editora Banco Mercantil 1999 Belo Horizonte

BRANDÃO, Carlos Antonio Leite em www.arq.ufmg.br/ia/teoria.html 2006 – **Os modos do discurso da teoria da arquitetura**

BRUAND, Yves – **Arquitetura Contemporânea no Brasil** – editora perspectiva São Paulo 1981

CANEVACCI, Massimo – **A cidade polifônica, ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana** – editora Studio Nobel 1993 São Paulo

CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTO, Enzo – **Dependência e desenvolvimento na América Latina** – editora civilização brasileira Rio de Janeiro 2004 8ª edição

Casabella 619-620, **Il progetto storico di Manfredo Tafuri**.

CASCIATO, Maristela – **Neo realism in Italian Architecture** - MIT Press Cambridge 2000

CASTELLS, Manoel – **A sociedade em rede** – editora Paz e Terra São Paulo 1999, traduzido por MAJER, Roneide Venâncio do original *The rise of network society* Stanford Press 1996

CECÍLIA, Bruno Santa – **Eolo Maia, complexidade e contradição na arquitetura brasileira** – editora da UFMG Belo Horizonte 2006.

CERVELLATI, Pier Luigi e SCANNAVINI, Roberto – **Bolonia: política e metodologia de la restauración de centros históricos** – editora Gustavo Gilli Barcelona 1976;

CERVELLATI, Pier Luigi. - **Il ruolo dei centri storici de pianura nel quadro regionale**. - In: Bologna Centro Storico, Alfa, 1970;

CERVELLATI, – **Bolonia, política y metodologia de la restauracion de centros históricos** - Editora G. Gilli 1976;

CERVELLATI, P. L. & MILANI, M. - **Centri Storici**. - Firenze, Guaraldi, 1977;

CERVELLATI, Pier Luigi - **La Città Pós Industrialle**, Bologna, Mulino, 1984;

CERVELLATI, Pier Luigi - **La Città Bella. Il Recupero dell'Ambiente Urbano**, Bologna, Mulino, 1991;

CERVELLATI, Pier Luigi - **L'arte di curare la città** - Bologna : Il Mulino, c2000. - 118 p. ; 21 cm

CHACEL, Fernando – **Ecogênese** – Atliber editora São Paulo 2000

CHAUÍ, Marilena de Souza – **O que é ideologia** – editora brasiliense São Paulo 1980

CHOAY (1975), Françoise – **O Urbanismo, utopias e realidades, uma antologia** – editora Perspectiva 1979 São Paulo, tradução de NASCIMENTO, Dafne do título original *L'urbanisme: utopies et réalités une antologie* editoria Seuil 1965

CHOMSKY, Noam – **The necessary illusion, thought control in democratic societies** – editora South End Press, Boston 1989

CIUCCI, Giorgio – **La Ciudad americana dela guerra civil al New Deal** – editora Gustavo Gilli 1975 Barcelona, tradução de MONTSERRAT, Alòs do origina *La città americana* editora Laterza Roma 1972

CONDE, Luiz Paulo e MAGALHÃES, Sérgio - **Favela Bairro: uma outra história da cidade do Rio de Janeiro** – editora Nova Brasileira Rio de Janeiro 2004

CORBUSIER – **O Urbanismo** – Editora Martins Fontes São Paulo 2000

CORBUSIER – **Por uma arquitetura** – editora Perspectiva São Paulo 1977

CORREA, Maria Luiza – **Homenzinhos que se olham em Cadernos dos Riscos Originais** – ARTIGAS, João Batista Vilanova editora Fauusp 1998 São Paulo

COSTA, Lucio – **Registro de uma vivência** – editora Empresa das Artes São Paulo 1995

COSTA, Lucio – **Por uma Arquitetura, razões da nova arquitetura** – centro dos estudantes universitários de arquitetura Porto Alegre 1962

COUTINHO, Carlos Nelson - **Gramsci um estudo sobre seu pensamento político** – editora Campus Rio de Janeiro 1989

DUANY, Andrés, PLATER-ZIBERCK, Elizabeth e SPECK, Jeff – **The rise of sprawl suburban and the decline of american dream** – North Point Press New York 2003

DAVIS, Mike – **Cidade de Quartzo escavando o futuro em Los Angeles** – 1993 São Paulo Editora Página Aberta traduzido por AGUIAR, Renato de *City of Quatz* 1990

DAVIS, Mike – **Ecologia do Medo, Los Angeles e a fabricação de um desastre** – editora Record Rio de Janeiro 2001, traduzido por COSTA, Aluizio Pestana de *Ecology of Fear, Los Angeles and the imagination of disaster* editora LASchool 1998 Los Angeles

DELEUZE, Gilles – **Platô and Simulacro** – MIT Press Cambridge 1983

DEBORD, Guy – **A sociedade do espetáculo** - editora contraponto, tradução de ABREU, Estela dos Santos do original *La société du spectacle* Gallimard Paris 1992

DOUGIER, Henry – **Berlim, 1919-1933, a encarnação extrema da modernidade** – editora Jorge Zahar Rio de Janeiro 1993, coleção Memória das Cidades, traduzido por MAGALHÃES, Lucy – Berlim 1919-1933: gigantisme, crise sociale et avant-garde: l'incarnation extreme de la modernité

DUARTE, Carlos dos Santos – **A arquitetura Portuguesa dos anos trinta à atualidade** - editora Trama Lisboa 1987

DUARTE, Cristiane Rose – **Compilação das metodologias de urbanização do Favela Bairro** – editora da UFRJ 1997

DUARTE, Cristóvão Fernandes - **Circulação e Cidade: do Movimento da Forma à Forma Do Movimento** – tese de doutorado defendida no IPPUR – UFRJ em 2002

DUARTE, Cristóvão Fernandes – **Forma e Movimento** – editora Viana & Mosley 2007 Rio de Janeiro.

ECO, Humberto – **Viagem a irrealidade cotidiana, A Cidade dos autômatos** – editora Nova Fronteira Rio de Janeiro 1984

EISENMAN, Peter – **Dall'oggetto allá relazionalittá: la casa del Fascio di Terragni** – Casabella 344 Milão 1970

EISENMAN, Peter – **El fin de lo clisico: el fin del comienzo, el fin del fin** – publicado em MONTANER, Josep Maria – **Textos de arquitectura de la modernidad** – editora Nerea Madrid 1994

ELIAS, Norbert – **O processo Civilizador volume 1 e 2** – Jorge Zahar editora Rio de Janeiro 1993, traduzido por JUGMANN, Raul do original *Über den prozess der Zivilisation* 1939 Haus zum Falken Basileia

ELIAS, Norberto – **Os Alemães, a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX** – editora Jorge Zahar Rio de Janeiro 1997 tradução CABRAL, Álvaro do original - *Studien über die Deutschen (Machtkämpfe und Habitusentwicklung im 19 und 20 Jahrhundert)* - Suhrkamp Verlag Frankfurt 1992

Favela upgrading – 8ª Mostra Internazionale d'architettura Fundação Bienal de São Paulo 2002

FERNANDES, Florestan – **Capitalismo Dependente e classes sociais na América Latina** – editora Zahar, Rio de Janeiro 1975

FERRAZ, Henrique – **São Paulo, hoje** – www.cdcc.usp.sc.gov

FICHER, Silvia – **Os arquitetos da Poli: Ensino e Profissão em São Paulo** - Edusp 2005 São Paulo

FRAMPTON, Kenneth – **História Crítica da arquitetura moderna** – editora Martins Fontes 1997 São Paulo

FREUD, Sigmund – **Mal Estar na Civilização** – Editora Imago Rio de Janeiro 1997 tradução de José Octávio de Aguiar Abreu – *Das Ubenhagen in der Kultur*

GADAMER, Hans Georg - **Elogia de la teoria** – ediciones Península 1993 Barcelona, apud MIRANDA, Juliana Torres – **Teoria e prática no ensino da arquitetura: disjunções e congruências** –

GADAMER Hans Georg – **O problema da consciência histórica** – editora fundação Getúlio Vargas 2003 Rio de Janeiro, tradução ESTRADA, Paulo César Duque do original *Le problème de la conscience historique* edition de Seuil 1996

GHIRARDO, Dianne Yvone – **Arquitetura Contemporânea, uma história concisa** – editora Martins Fontes São Paulo 2002.

GIDDENS, Anthony – **As Conseqüências da Modernidade** – editora Unesp 1991 São Paulo, tradução de FIKER, Raul do original *The Consequences of Modernity* 1990 Basil Blackwell

GOULART, Nestor Filho – **Racionalismo e Proto-modernismo na obra de Victor Dubugras** – Fundação Bienal de São Paulo São Paulo 1997

GRAMSCI, Antonio – **Cadernos do Cárcere vol 4, cultura, ação católica, americanismo e fordismo** – editora civilização brasileira 2001 Rio de Janeiro, tradução de COUTINHO, Carlos Nelson do original *Quaderni Del carcere*

GRASSI, Giorgio – **La Costruzione logica della architettura** – Marsilio Editori Pádua 1967

GREGOTTI, Vítório – **Território da Arquitetura** – Editora perspectiva São Paulo

HABERMAS, Jürgen – **O discurso filosófico da modernidade** - editora Martins Fontes São Paulo 2002 pg89, tradução de REPA, Luiz Sérgio e NASCIMENTO, Rodnei do original *Der Philosophische diskurs der moderne* Surkhamp Verlag 1985 Frankfurt.

HALL, Peter – **Cities in Civilization** – Random House Nova York 1998

HALL, Peter – **Cidades do Amanhã** – editora Perspectiva São Paulo 1988

HARVEY, David – **Espaços de Esperança** - Edições Loyola 2004 São Paulo, traduzido por SOBRAL, Adail Ubirajara e GONÇALVES, Maria Stela do título original - *Spaces of Hope* - Edimburg University Press Edimburg 2000

HARVEY, David – **A condição pós moderna** – Edições Loyola 1998 p145,168)

HEIDEGGER, Martin – **Building, Dwelling, Thinking** – editora Harper&Row Nova York 1998

HEIDEGGER, Martin – **Ser e Tempo** – editora vozes Petrópolis 1988

HEIDEGGER, Martin – **A origem da obra de arte** – editora Kriterion 1982 Belo Horizonte tradução de Maria José R. Campos

HOLANDA, Sérgio Buarque de – **Raízes do Brasil** – Editora José Olimpo Rio de Janeiro 1971

HOLLANDA, Sérgio Buarque – **Visão do Paraíso** – Editora José Olimpo Rio de Janeiro 1958

HOLSTON, James – **A cidade Modernista, uma crítica de Brasília e sua utopia** – Companhia das Letras 1993

HOUAISS, Antonio – **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa** – Editora Objetiva 2001 Rio de Janeiro

HUGHES, Robert – **Barcelona** – editora Cia das Letras 1995 São Paulo, tradução de BOTTMAN, Denise do original Barcelona 1992 Mit Press 1992 Nova York

IANNI, Octávio – **A Idéia de Brasil Moderno** – Editora Brasiliense São Paulo 2004

- IGLESIAS, Francisco – **História e Ideologia** – editora Perspectiva 1981 São Paulo
- IRIGOYEN, Adriana – **Wright e Artigas duas viagens** – editora Atelier editorial 1998 São Paulo
- JAMESON, Frederic – **Modernidade Singular, ensaio sobre a ontologia do presente** – Editora civilização brasileira 2005 Rio de Janeiro
- JAMESON, Frederic – **Modernidade Singular, Ensaio sobre a ontologia do presente** – Editora civilização brasileira 2005 Rio de Janeiro, tradução VALENTE, Roberto Franco do original *A singular modernity – Essay on the Ontology of the present*
- JAMESON, Frederic – **The Cultural Turn: selected writhings on post modern** – editora verso 1998
- JAMESON, Frederic – **O Tijolo e o balão; arquitetura idealismo e especulação imobiliária** – editora Vozes Petrópolis 2001 pg177, traduzido por CEVASCO, Maria Elisa do original *The Brick and the baloon: architecture, idealism and Land speculation* publicado em New Left Review 228 Março/Abril 1998
- JAPIASSÚ, Hilton e MARCONDES, Danilo – **Dicionário Básico de Filosofia** – editora Jorge Zahar Rio de Janeiro 2006
- JAY, Marin – **The Dialectical Imagination** – editora Berkeley San Francisco 1985
- JUNIOR, José Geraldo Simões – **Anhangabaú: história e urbanismo** – editora Senac São Paulo 2004
- KAHN, Loui – **Conversa com Estudantes** – editora G. Gilli 1998 Barcelona
- KAHN, Loui I. – **The realm of architecture** – editora Rizzoli Nova York 1991
- KAMITA, João Masao – **Vilanova Artigas** – Cosac e Naif 2003 São Paulo
- KANT, Imanuel – **Idéias sobre uma história universal, do ponto de vista de um cidadão do mundo** – editora Martins Fontes São Paulo 2004, tradução NAVES, Rodrigo e TERRA, Rodrigo R. do original *Idee zu einer algememeinen Geschichte in weltburgerlicher absicht* Verlag 1804 Frankfurt
- KATINSKY, Julio Roberto – **Olhar a arquitetura em Cadernos dos Riscos Originais** – ARTIGAS, João Batista Vilanova editora Fauusp 1998 São Paulo
- KONDER, Leandro – **A Questão da Ideologia** – São Paulo 2002 Editora Companhia das Letras
- KONDER, Leandro – **Walter Benjamin O marxismo da melancolia** – editora Campus Rio de Janeiro 1988
- KOOLHAS, Rem - **S, M, L, XL** - The Monacelli Press 1999 Nova York
- KOOLHAAS, Rem – **CONTENT** – editora Taschen 2004 Berlim
- KOOLHAS, Rem - **Delirious of New York** - The Monacelli Press 1994 Nova York
- KOPP, Anatole – **Quando o moderno não era uma estilo e sim uma causa** – editora Nobel Edusp São Paulo 1990, tradução de OLIVEIRA, Edi G. do original *When modern isn't style, but a cause*
- KRISTELLER, Paul Oscar – **Concetti rinascimentali dell'uomo e altri saggi** tradução de SIMONETTA ALVESTRONI Firenze La Nuova Itália 1978
- LARA, Fernando – **Admirável urbanismo novo** – arqtextos www.viruvius.com.br
- LEAL, João – **Etnografias Portuguesas (1870-1970). Cultura Popular e Identidade Nacional** – editora Dom Quixote Lisboa 2000
- LEAL, Victor Nunes – **Coronelismo, Enxada e Voto** – editora Revista Forense 1948
- LEFEBVRE, Henri – **A cidade do capital** - editora DP&A 1999 Rio de Janeiro
- LEFEBVRE, Henry – **O direito à cidade** – editora Centauro 2001 São Paulo pg 04, traduzido por FRIAS, Rubens Eduardo do original *Le droit à la ville* editora Gaullimand 1992
- LEFEBVRE, Henry - **A revolução urbana** – editora UFMG 1999 Belo Horizonte, tradução de MARTINS, Sérgio do original *La revolution Urbaine* 1970 editora Gallimard Paris

LE GOFF, Jacques – **Por Amor às Cidades** – Editora Unesp São Paulo 1988 traduzido por MORAES, Reginaldo Carmello Corrêa de do original *Pour l'amour des Villes* editions textuel 1997

LEITÃO, Gerônimo - **A construção do eldorado urbano - O plano piloto da Barra da Tijuca e Baixada de Jacarepaguá - 1970-1988**

LEME, Maria Cristina da Silva – **O impacto da globalização em São Paulo e a precarização das condições de vida** – revista EURE volume XXIX no 87 Santiago Chile 2003

LESSA, Carlos – **O rio de todos os brasis, uma reflexão em busca de auto estima** – editora Record Rio de Janeiro 2005

LOOS, Adolf - **Ornamento y Delito** – editora Gustavo Gilli 1980

LYNCH, Kevin – **A Imagem da Cidade** – editora livraria Martins Fontes 1997 São Paulo, traduzido do original em inglês *The Image of the City* MIT Press Cambridge edição original 1960

LYNCH, Kevin – **A boa forma da cidade** – edições 70, Lisboa 1999, traduzido do original por ALMEIDA E PINTO, Jorge Manuel, *Good city form* MIT 1981 Massachusetts

LUKÁCS, Georg – **A arte como superestrutura (O caráter superestrutural da arquitetura)** – em PATETA, Luciano – **Antologia Crítica** – editora Celeste 1997 Madrid

LUHMANN, Niklas -1984 – **Sistemas Sociais – fundamentos de uma teoria geral** – em www.facom.ufba.br

LYOTARD, Jean François – **O pós moderno** – editora José Olympio 1986 Rio de Janeiro traduzido por BARBOSA, Ricardo Correia, título no original em francês *La Condition Postmoderne* editora de Minuit 1979

MACHADO, Lourival Gomes – **Barroco Mineiro** – editora Perspectiva São Paulo 1978

MAHFUZ, Edson da Cunha – **O sentido da arquitetura moderna brasileira** – arqtextos www.vitruvius.com.br 07 de janeiro de 2002

MAHFUZ, Edson da Cunha – **A arquitetura consumida na fogueira das vaidades** – arqtextos www.vitruvius.com.br

MAHFUZ, Edson da Cunha – **Ensaio sobre a razão compositiva** – editora da UFViçosa 1995 Belo Horizonte

MARICATO Ermínia – **Brasil Cidades** – Editora Vozes Petrópolis 2002

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich – **O Manifesto Comunista** – Editora Boitempo São Paulo 2002

MERQUIOR, José Guilherme - **Arte e Sociedade em Marcuse, Adorno e Benjamim Ensaio Crítico sobre a escola neohegeliana de Frankfurt** - Rio de Janeiro 1969 Editora Tempo Brasileiro

MERQUIOR, José Guilherme – **O Marxismo Ocidental** – editora nova fronteira Rio de janeiro 1987

MÉSZÁROS, Istvan – **O poder da ideologia** – São Paulo Boitempo editorial 2004, tradução por CASTANHEIRA, Paulo César do original *The Power of Ideology* Harvester Wheatsheaf 1989

MONEO, Rafael – **Inquietud teorica y estrategia projetual** – Gustavo Gilli Barcelona 2004

MONEO, Rafael – **Paradqimas fin de siglo, los noventa, entre la fragmentación y la compacidad** – Arquitetura Viva maio/junho 1999

MONTANER, Josep Maria – **Despues de lo movimiento moderno, arquitectura de la segunda mitad del siglo XX** – editora G. Gilli 1999 Barcelona.

MONTANER, Josep Maria – **La evolucion del modelo Barcelona (1979-2002)** – em Urbanismo en el siglo XXI organização MUXI, Zaida ediciones UPC 2004 Barcelona

MOREIRA, Pedro da Luz - **Belo Horizonte 100 anos da Construção de uma Tradição Moderna** - Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em Urbanismo, FAU/UFRJ, 1999

MOTA, Carlos Guilherme – **Ideologia da Cultura Brasileira** – editora Ática São Paulo 1994

MUNIZ, Alder Catunda Timbó - **O parque público municipal de ouro preto, estratégias de ação para projetos paisagístico / urbanístico em áreas históricas** – IX ISUF Ouro Preto 2007

MUXI, Zaida – **La arquitectura de la Ciudad Global** – editora Gustavo Gilli Barcelona 2004

NEGRI, Toni – **Exílio seguido de valor e afeto** – Editora Iluminuras 2001 São Paulo

NEGRI, Antonio e HARDT, Michael – **Multidão** – editora Record Rio de Janeiro 2005, tradução MARQUES, Clovis do original inglês Multitude Penguin Press Nova York 2004

OLIVEIRA, Francisco de – **Crítica a Razão Dualista** – editora Boitempo 1981

OLIVEIRA, Francisco – **O estado e o urbano** – revista Espaço e Debate no 6 São Paulo 1982

OLIVEIRA, Isabel Cristina Eiras de – **Estatuto da cidade para compreender...** – IBAM/DUMA 2001 Rio de Janeiro

PADOVANO, Bruno – **A arquitetura brasileira em busca de novos caminhos** – Revista AU

PATETA, Luciano – **Antologia Crítica** – editora Celeste 1997 Madrid

PESSOA, José – **Lucio Costa: documentos de trabalho** – editora Iphan 1999 Rio de Janeiro

PIRENNE, Henri – **Las Ciudades de la edad media** – Alianza editorial Madrid 1972, traduzido do original *Lés Villes du Moyen Age* Presses Universitaires de France Paris 1971

PLANO ESTRATÉGICO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

PORTAS, Nuno – **Urbanismo e Sociedade: construindo o futuro** – palestra do seminário Cidade e Imaginação do PROURB 1996 Rio de Janeiro

PORTAS, Nuno – **Tendências da Arquitetura Portuguesa, Álvaro Siza**, - editora Trama Lisboa 1987

PULS, Maurício – **Arquitetura e Filosofia** – Annablume editora São Paulo 2006 pg420

REZENDE, Vera – **Planejamento Urbano e Ideologia: quatro planos para a cidade do Rio de Janeiro** – editora Civilização Brasileira 1982 Rio de Janeiro

RESENDE, Vera F. – **Evolução da Produção Urbanística da Cidade do Rio de Janeiro, 1900-1950-1965** – em Urbanismo no Brasil editora Nobel São Paulo 1999

RIBEIRO, Darcy – **O processo civilizatório** – editora Companhia das Letras São Paulo

Rio Cidade, o urbanismo de volta as ruas – editora Mauad Rio de Janeiro 1996

Revista Arquis – Universidade de Palermo Buenos Aires Janeiro de 1994

Revista Módulo no 08 de julho de 1957

ROSA, João Guimarães – **Grande sertão: veredas** – editora Nova Fronteira 1986 Rio de Janeiro

ROSA, Guimarães – **Primeiras Estórias** – editora José Olimpio 1967 Rio de Janeiro

ROSSI, Aldo – **A Arquitetura da Cidade** – Editora Martins Fontes São Paulo 1995

ROSSI, Aldo – **autobiografia científica** – editorial Gustavo Gilli Barcelona 1984 pg49, traduzido para o espanhol por LAHUERTA, Juan José do original *A scientific autobiography* MIT Press 1981

ROSSI, Aldo Introdução a arquitetura de Boullée em Para uma arquitetura de tendência

ROUANET, Sérgio Paulo – **A Razão Cativa** – editora brasiliense 1985 São Paulo

ROUANET, Sérgio Paulo – **Mau estar na modernidade** – editora Companhia das Letras 1993 São Paulo

ROWE, Collin e KOETTER, Fred – **Ciudad Collage** – editora G. Gilli barcelona 1981

SANCHES, Fernanda – **A Reinvenção das Cidades para um mercado mundial** – Unochapecó 2003 Chapecó Santa Catarina

SANCHES, Maria Lígia Fortes – **Construções de Paulo Santos** – tese de doutorado do departamento de História da Puc Rio de Janeiro 2005

SCULLY, Vincent – **Loui Kahn** – Rizzoli Nova York 1985

SECHI, Bernardo – **Il Piano** – revista urbanística no78 1985

SEGRE, Roberto – **Ideologia e estética em Lucio Costa** – Cosac Naif São Paulo 2004

SILVA, Elvan – **Introdução ao projeto arquitetônico** – editora da universidade UFRGS 1983

SILVA, Elvan – **Uma pauta para investigação teórica no domínio do projeto arquitetônico** – www.vitruvius.com.br

SILVA, Elvan - **A forma e a fórmula, cultura, ideologia e projeto na arquitetura do renascimento** – editora sagra 1991 Porto Alegre

SILVA, Elvan - **Matéria, Idéia e Forma, uma definição de arquitetura** – editora da Universidade FRGS Porto Alegre 1994

SILVA, Elvan - **O inconcluso debate sobre a brasilidade arquitetônica** arqtextos www.vitruvius.com.br

SILVA, Elvan - **Natal em outubro: uma pauta para a investigação teórica no domínio do projeto arquitetônico** arqtextos www.vitruvius.com.br

SOJA, Edward W. - **Postmetropolis. Critical Studies of cities and regions.** - Oxford, Blackwell, 2001

SOLA MORALES, Ignasi – **Diferencias. Topografía de la arquitectura contemporânea** – Barcelona Gustavo Gilli 1990

SOLÁ-MORALES, Ignasi – **Intervenciones** – editorial G. Gilli 2006 Barcelona

SOTO, Hernando de – **O mistério do capital, porque o capitalismo dá certo nos países desenvolvidos e fracassa no resto do mundo** – editora Record 2001 Rio de Janeiro

SHORSKE, Carl E. – **Viena Fin de Siécle** – Editora Companhia das Letras São Paulo 1998

STARR, Kevin – **Inventing the Drem: Californian Through the Progressive Era** – Editora Oxford 1985 pg85

STOCKINGER, Gottfried – **Sistemas Sociais – A teoria sociológica de Niklas Luhmann** - em www.facom.ufba.br

SANTOS, Carlos Nelson F. dos – **A Cidade como Jogo de Cartas** – editora EDUFF 1985 Niterói

TAFURI, Manfredo – **Teorias e História da arquitetura** – editora Presença Lisboa 1979, tradução de BRITO, Ana de e LEITÃO, Luis do original *Teorie e Storia dell'architettura* editora Laterza Roma 1978

TAFURI, Manfredo – **History of Italian Archietcture 1944 a 1985** – Rizoli Nova York 1992

TERRA, Ricardo Ribeiro – **Algumas questões sobre a filosofia da história em Kant** – editora Martins Fontes São Paulo 2003

TSCHUMI, Bernard – **One, two, three: jump** – Londres Academy edittions 1995 Londres, apud MIRANDA, Juliana Torres – **Teoria e prática no ensino da arquitetura: disjunções e congruências** -

THOMPSON, John B. – **Ideologia e Cultura Moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa** - Editora Vozes Petrópolis 1995, traduzido do original inglês *Ideology and modern culture: critical social theory in the era of mass communication* pelo grupo de estudos sobre ideologia, comunicação e representações sociais da pós graduação do Instituto de Psicologia da PUCRS

TOQUEVILLE, Alexis – **Democracy in América** – editora Penguin Books Nova York 2003

VALENTÍ, J. Vilá – **Geografía de España** – edição Danae AS Barcelona 1972

VAZQUEZ, Carlos Garcia – **Ciudad hojaldre, visiones urbanas do século XXI** – editora Gustavo Gilli Barcelona 2004

WEBER, Max – **Economia y Sociedad** - México Fondo de cultura económica 1964

WERNA, Edmundo - **Pluralismo na habitação** – São Paulo, Annablume Editora / FAPESP / USP, 2001

WISNIK, Guilherme – **Lucio Costa entre o empenho e a reserva** – editora Cosac Naif São Paulo 2001

WOLF, Francis – **Quem é Bárbaro?** – Seminário **Barbárie e Civilização** organizado por NOVAES, Adauto companhia das letras SãoPaulo 2004

WÖFLIN, Heinrich – **Conceitos Fundamentais da história da arte** – editora Martin Fontes Lisboa

ZEVI, Bruno **La storia come metodologia Del fare architecttonico** Tamburini Milão 1951

ZEVI, Bruno – **Arquitetura in Nuce** – editora Aguilar 1969 Madrid